



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Verónica Isabel Pedro Ferreira

MEMÓRIAS VIRTUAIS
REPRESENTAÇÕES DIGITAIS DA GUERRA COLONIAL

Tese no âmbito do doutoramento em Discursos: História, Cultura e Sociedade, orientada pelo Professor Doutor António Sousa Ribeiro e pelo Professor Doutor Miguel Cardina e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Setembro de 2022



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Verónica Isabel Pedro Ferreira

MEMÓRIAS VIRTUAIS
REPRESENTAÇÕES DIGITAIS DA GUERRA
COLONIAL

Tese no âmbito do doutoramento em Discursos: História, Cultura e Sociedade, orientada pelo Professor Doutor António Sousa Ribeiro e pelo Professor Doutor Miguel Cardina e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Setembro de 2022



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

MEMÓRIAS VIRTUAIS

Representações digitais da Guerra Colonial

Verónica Isabel Pedro Ferreira

Tese de Doutoramento do programa Discursos: História, Cultura e Sociedade, orientada pelo Professor Doutor António Joaquim Coelho de Sousa Ribeiro e pelo Doutor Miguel Gonçalo Cardina Codinha, e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Doutora.

(Versão corrigida e melhorada após defesa pública)

Coimbra, 2022

Esta tese resulta do trabalho desenvolvido no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, no âmbito do projeto “CROME – Memórias Cruzadas, Políticas do Silêncio: as guerras coloniais e de libertação em tempos pós-coloniais”, financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC) no contexto do Programa – Quadro Comunitário de Investigação e Inovação ‘Horizonte 2020’, da União Europeia, com a referência ERC-2016-StG-715593.



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



“Why are certain things privileged, why does society care about them and invest money in their conservation and restoration, while other things are delivered to the destructive power of time and nobody cares about their eventual dissolution and disappearance?”

Boris Groys, 2017, *In the Flow*.

“On est puceau de l’Horreur comme on l’est de la volupté.

[...]

Donc pas d’erreur? Ce qu’on faisait à se tirer dessus, comme ça, sans même se voir, n’était pas défendu ! Cela faisait partie des choses qu’on peut faire sans mériter une bonne en-gueulade. C’était même reconnu, encouragé sans doute par les gens sérieux, comme le tirage au sort, les fiançailles, la chasse à courre !... Rien à dire. Je venais de découvrir d’un coup la guerre tout entière. J’étais dépucelé. Faut être à peu près seul devant elle comme je l’étais à ce moment-là pour bien la voir la vache, en face et de profil. On venait d’allumer la guerre entre nous et ceux d’en face, et à présent ça brûlait ! Comme le courant entre les deux charbons, dans la lampe à arc. Et il n’était pas près de s’éteindre le charbon ! On y passerait tous, le colonel comme les autres, tout mariolle qu’il semblait être et sa carne ne ferait pas plus de rôti que la mienne quand le courant d’en face lui passerait entre les deux épaules.”

Louis-Ferdinand Céline, 1932, *Voyage au bout de la nuit*, pp.11-12.

Agradecimentos

Esta dissertação não teria sido possível sem a existência de toda uma estrutura académica e pedagógica a quem agradeço antes de mais. Agradeço, por isso, aos meus professores do programa de doutoramento Discursos: História, Cultura e Sociedade, ao Professor Doutor André Correia, à Professora Doutora Graça Capinha, ao Professor Doutor João Arriscado Nunes, ao Professor Doutor Rui Cunha Martins, ao Professor Doutor Rui Bebiano e ao Professor Doutor António Sousa Ribeiro, bem como aos meus colegas, Caren, José Eduardo, Jorge e Lua, que me acompanharam na formação e no percurso curricular.

O tema e o projeto de investigação não teriam sido os mesmos sem os meus colegas de investigação e, nessa medida, sinto-me lisonjeada por ter tido a oportunidade de trabalhar com a equipa do CROME. Memórias Cruzadas, Políticas do Silêncio, André Caiado, Inês Nascimento Rodrigues, Natália Bueno, Vasco Martins, Bruno Sena Martins e com o meu orientador e coordenador de equipa, cuja paciência e persistência permitiu que submetesse esta dissertação, Doutor Miguel Cardina. Sem essa persistência esta tese ainda estaria a ser escrita.

Agradeço duas vezes ao sempre sensato, paciente e douto Professor Doutor António Sousa Ribeiro por ter aceitado ser também ele meu orientador.

Às investigadoras Doutora Júlia Garraio, Doutora Sílvia Roque, Doutora Sara Araújo e Doutora Teresa Almeida Cravo, que em conjunto com a Doutora Natália Bueno e a incansável Doutora Inês Nascimento Rodrigues, são os exemplos de investigadora que quero vir a ser um dia.

A escrita desta tese teria sido muito mais rápida se as minhas gatas não estivessem constantemente a implorar por atenção, mas não teria sido a mesma coisa sem elas. Mas voltando ao bípedes, queria agradecer aos meus amigos Álvaro Monge-Calleja e Jorge C. Órfão. Jorge, amigo dos bons e dos maus momentos. Obrigada, Jorge, por teres estado lá para rir comigo e me ouvir chorar pelas grandes e pequenas coisas destes últimos quase seis anos em Coimbra. Uma cidade com a qual sabes que tenho, desde o início, uma relação de amor e ódio. Aos meus amigos Ângela e Rodrigo, que apesar da distância – Londres e Lisboa, respetivamente –, foram ouvindo os meus queixumes coimbrães. Já agora, um ligeiro e respeitoso abraço ao Sr. Dr. João Moreira.

Às pessoas que foram entrando e saindo da minha vida, todas elas tiveram importância e contribuíram um pouco, e à sua maneira, para a minha evolução enquanto investigadora, mas sobretudo como pessoa.

Peço desculpa às pessoas que negligenciei durante os anos de escrita, pelo isolamento e por não ter podido estar lá quando era necessário. À minha mãe, à minha irmã, à minha tia e aos meus primos João e Catarina.

O doutoramento, pelo isolamento e auto-disciplina que exige, exacerba ainda mais os desafios que pessoas com ansiedade e depressão sentem para concluir uma empreitada a longo prazo. Por isso, estou grata à Doutora Ana Ganho e ao Dr. José Temóteo por me terem acompanhado nos momentos mais difíceis desta jornada, nos inúmeros momentos em que pensei que era um fraude, que não sabia o que estava a fazer e que nunca iria concluir este texto que aqui vos apresento.

E, finalmente, a todos os antigos combatentes que abdicaram de umas horas do seu precioso tempo para conversar comigo, uma miúda de vinte e tal anos, sobre o período que se seguiu a uma das experiências mais marcantes das suas vidas. Agradeço por isso ao Eduardo Magalhães Ribeiro, ao Mário Beja Santos, ao Inácio da Silva, ao Virgínio Briote, ao Hélder Sousa, ao Jorge Cabral – que, infelizmente, já não pôde ver esta tese concluída –, ao Jorge Araújo e ao Manuel Joaquim. Para além do profundo agradecimento ao Luís Graça que não apenas me facilitou o contacto com os seus camaradas, como gentilmente me cedeu a entrevista que realizou com a colega, realizadora e investigadora Doutora Diana Andringa – a quem também muito agradeço.

Todos os erros, imprecisões e omssões que se possam encontrar no texto são, obviamente, da minha responsabilidade.

*Em memória de Leopoldo Amado, Jorge Cabral e de todos
aqueles que foram partindo enquanto escrevia estas páginas.*

Resumo

O estudo da memória pública e comum de eventos históricos foi-se desenvolvendo nas últimas décadas do século XX, particularmente dedicado ao estudo da memória de eventos traumáticos como o Holocausto. Em Portugal, esses estudos, de memórias consideradas traumáticas, têm dado os seus primeiros passos em temas como a ditadura do Estado Novo ou a memória do colonialismo português. Nesta investigação, em particular, interessou-me abordar a memória pública da Guerra Colonial – na qual o Estado português participou enquanto regime ditatorial e colonialista. A investigação da memória do Estado Novo e da Guerra Colonial até então não havia contemplado o novo espaço social que se constitui a partir dos novos meios de comunicação digitais – como a Internet – e, neste sentido, decidi encetar uma primeira investigação que colmatasse parte dessa lacuna.

Decidi, portanto, dedicar-me a iniciar o estudo da memória da Guerra Colonial na Internet, nomeadamente em três plataformas: 1) os blogues de antigos combatentes; 2) os verbetes dedicados ao conflito na Wikipédia lusófona; e 3) as páginas e grupos públicos de Facebook que abordem de alguma forma a memória do conflito. Pretendi compreender que semelhanças e que ruturas marcam este novo espaço mnemónico social. A investigação que desenvolvi nos últimos cinco anos teve como objetivo central compreender as dinâmicas de criação e produção de memórias e quais as narrativas históricas mais presentes nestas plataformas digitais. Assim, e em suma, encarei o meio digital enquanto espaço de (re)criação, divulgação e partilha de narrativas e representações sociais sobre a Guerra Colonial. A investigação pretendeu responder a duas grandes questões: 1) que narrativas são (re)construídas em meio digital sobre a Guerra Colonial; 2) de que forma (como) e em que medida (quanto) o meio digital molda as narrativas memoriais sobre a Guerra Colonial. Com efeito, pretendi, ao mesmo tempo, compreender quais as razões apontadas pelos produtores destes conteúdos para enunciar e divulgar esas narrativas através da Internet, e que tipo de relação se estabelece entre as narrativas digitais e as narrativas em circulação noutros meios de comunicação. Ao fazê-lo percebi que se vão formando, sobretudo entre utilizadores de blogues e páginas de Facebook, comunidades baseadas na partilha de experiências comuns. E, por fim, que relações mnemónicas digitais se estabelecem entre indivíduos dentro e fora de grupos de pertença (dimensão comunitária e dimensão individual), i.e., que relação têm as memórias produzidas em meio digital com as restantes representações sociais da guerra, ou seja, que relação têm as memórias em meio digital (os seus processos de produção e negociação) com as representações sociais dominantes sobre a Guerra Colonial e os consensos historiográficos existentes?

Para compreender o processo de produção e construção das memórias em meio digital foi importante ter em conta a interação entre meio digital e a construção de memórias individuais e coletivas de antigos combatentes fora das plataformas, situando-as num contexto histórico, económico e político mais amplo e influenciado por narrativas já presentes no meio social em que estes homens se movem. Concomitantemente, tive em conta a produção académica existente sobre a Guerra Colonial, a fim de colocar em perspetiva as narrativas exploradas em contexto virtual, explorando os silêncios e as ausências. Para tal, foi importante fazer um levantamento crítico da evolução da memória da Guerra Colonial nas várias plataformas digitais e analisar as representações da guerra e as narrativas memoriais presentes nos blogues e nas páginas coletivas/associativas de Facebook. A investigação teve ainda a colaboração de antigos combatentes que escrevem para o maior blogue de veteranos da Guerra Colonial em língua portuguesa – o blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné* – que aceitaram ser entrevistados tanto enquanto produtores de conteúdos digitais como enquanto antigos combatentes. O objetivo foi comparar as suas narrativas com as narrativas construídas fora do meio virtual, assim como indagar os produtores acerca das razões por si apontadas para a utilização deste meio como espaço de enunciação.

Palavras-chave: memórias digitais, Wikipédia, blogues, Facebook, Guerra Colonial, discursos.

Abstract

The study of public and common memory of historical events has been developing in the last decades of the 20th century, particularly dedicated to the study of the memory of traumatic events such as the Holocaust. In Portugal, these studies, of memories considered traumatic, have taken their first steps in themes such as the dictatorship of the Estado Novo or the memory of Portuguese colonialism. In this research, I was interested in addressing the public memory of the Colonial War - in which the Portuguese State participated as a dictatorial and colonialist regime. The research of the memory of the New State and the Colonial War until then had not contemplated the new social space that is constituted from the new digital media - such as the Internet - and, in this sense, I decided to start a first research that would fill part of this gap.

I decided, therefore, to initiate the study of the memory of the Colonial War on the Internet, namely in three platforms: 1) the blogs of former combatants; 2) the entries dedicated to the conflict in Portuguese Wikipedia; and 3) the public Facebook pages and groups that somehow address the memory of the conflict. I aimed to understand what similarities and what ruptures mark this new social mnemonic space. The research I developed in the last five years had as a central objective to understand the dynamics of creation and production of memories and which historical narratives are more present in these digital platforms. Thus, and in short, I saw the digital medium as a space of (re)creation, dissemination and sharing of narratives and social representations about the Colonial War. The research intended to answer two main questions: 1) which narratives are (re)constructed in digital media about the Colonial War; 2) in which way (how) and to which extent (how much) the digital media shapes the memorial narratives about the Colonial War. In fact, I intended, at the same time, to understand the reasons given by the producers of this content to enunciate and disseminate these narratives through the Internet, and what kind of relationship is established between digital narratives and the narratives circulating in other media. In doing so, I realized that communities are being formed, especially among users of blogs and Facebook pages, based on the sharing of common experiences. And, finally, what digital mnemonic relations are established between individuals within and outside belonging groups (community dimension and individual dimension), i.e., what relation do the memories produced in digital media have with the remaining social representations of the war, i.e., what relation do digital memories (their production and negotiation processes) have with the dominant social representations of the Colonial War and the existing historiographical consensuses?

*To understand the process of production and construction of memories in digital environment it was important to consider the interaction between digital environment and the construction of individual and collective memories of former combatants outside platforms, placing them in a broader historical, economic, and political context and influenced by narratives already present in the social environment in which these men move. Concomitantly, I took into account the existing academic production on the Colonial War in order to put into perspective the narratives explored in a virtual context, exploring silences and absences. To this end, it was important to make a critical survey of the evolution of the memory of the Colonial War in the various digital platforms and to analyse the representations of the war and the memorial narratives present in blogs and collective/associative Facebook pages. The research also had the collaboration of former combatants who write for the largest blog of Colonial War veterans in Portuguese language - the blog *Luís Graça e Camaradas da Guiné* - who agreed to be interviewed both as producers of digital content and as former combatants. The objective was to compare their narratives with the narratives constructed outside the virtual medium, as well as to question the producers about the reasons for using this medium as a space of enunciation.*

Keywords: *digital memories, Wikipedia, blogs, Facebook, colonial war, discourses.*

Lista de Siglas

AC – Associação de Comandos
ACUP – Associação Combatentes Ultramar Português
AD – Acção para o Desenvolvimento
ADFA – Associação dos Deficientes das Forças Armadas
AGC – Agência Geral das Colónias
AMCAC – Associação Movimento Cívico de Antigos Combatentes
ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações
ANCU – Associação Combatentes do Ultramar
APVG – Associação Portuguesa dos Veteranos de Guerra
CART – Companhia de Artilharia
CCAÇ – Companhia de Caçadores
CDS-PP – Centro Democrático e Social-Partido Popular
COTONANG – Companhia Geral de Algodão de Angola
CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CUL – Combatentes do Ultramar em Luta
DGRDN – Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
DIAMANG – Companhia de Diamantes de Angola
DR – Diário da República
EAC – Estatuto do Antigo Combatente
EMGFA – Estado-Maior-General das Forças Armadas
EUA – Estados Unidos da América
FAP – Forças Armadas Portuguesas
FNAT – Federação Nacional para a Alegria no Trabalho
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
FPAC – Federação Portuguesa das Associações de Combatentes
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
HTML – *HyperText Markup Language*
IDN – Instituto da Defesa Nacional
INE – Instituto Nacional de Estatística
INTP – Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência
IP – *Internet Protocol*
LC – Liga dos Combatentes
LCGG – Liga de Combatentes da Grande Guerra
MDLP – Movimento Democrático de Libertação de Portugal

MDN – Ministério da Defesa Nacional
MFA – Movimento das Forças Armadas
MINA – Movimento para a Independência Nacional de Angola
MNF – Movimento Nacional Feminino
MP – Mocidade Portuguesa
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
OIF – Organização Internacional da Francofonia
OMEN – Organização das Mães pela Educação Nacional
ONU – Organização das Nações Unidas
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCP – Partido Comunista Português
PCTP-MRPP – Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
PIDE/DGS – Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção-Geral de Segurança
PLUAA – Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola
PNR – Partido Nacional Renovador (2000-2020), atual ERGUE-TE (2020-...)
PPD-PSD – Partido Popular Democrático-Partido Social-Democrata
PR – Presidência da República
PS – Partido Socialista
PURP – Partido Unido dos Reformados e Pensionistas
RALIS – Regimento de Artilharia de Lisboa
RTP – Rádio e Televisão Portuguesa
SNS – *Social Network Sites*
SPN – Secretariado de Propaganda Nacional
SSTP – Síndrome de Stress Pós-Traumático
TAP – Transportadora Aérea Portuguesa
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola
UPA – União das Populações de Angola
UPNA – União dos Povos do Norte de Angola
URL – *Uniform Resource Locators*
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WWW – *World Wide Web*

Índice de Figuras

Fig. 1 – Número de assinantes de à Internet em Portugal de 1997 a 2020.

Fig. 2 – Evolução do número de assinantes de serviços de Internet entre 1997 e 2020 em Portugal.

Fig. 3 – Evolução da percentagem de agregados domésticos privados com computador, com ligação à Internet e com ligação à Internet através de banda larga.

Fig. 4 – Evolução da percentagem de utilizadores de Internet por condição de trabalho.

Fig. 5 – Evolução da percentagem de utilizadores de Internet por grupo etário.

Fig. 6 – Evolução da percentagem de utilizadores de Internet nível de escolaridade.

Fig. 7 – Captura de ecrã dos resultados da pesquisa por “Guerra Colonial” na plataforma Reddit.

Fig. 8 – Cartoon de Vasco Gargalo, “A Cegueira.”

Fig. 9 – Captura de ecrã dos resultados da pesquisa por “Guerra Colonial” no motor de busca Google Imagens, 08/07/2021.

Fig. 10 – Captura de ecrã dos resultados da pesquisa por “Guerra Ultramar” no motor de busca Google Imagens, 08/07/2021.

Fig. 11 – Captura de ecrã do título e subtítulo do blogue *Luís Graça & Camaradas da Guiné*.

Fig. 12 – Peça jornalística elaborada pela revista *Visão*, “Blogoterapia” de 22 de abril de 2010.

Fig. 13 – Captura de ecrã da página inicial da Wikipédia a partir da qual se seleccionam as línguas de pesquisa.

Fig. 14 – Captura de ecrã de pormenor da página inicial da Wikipédia com a lista completa das línguas de pesquisa.

Fig. 15 – Captura de ecrã da página inicial da Wikipédia em língua portuguesa.

Fig. 16 – Captura de ecrã da secção inicial do verbete “Guerra Colonial Portuguesa” da Wikipédia lusófona, na sua edição de DarwIn a 16 de novembro de 2019 às 16h39min.

Fig. 17 – Comparação entre as edições de Tuga1143, 8 de novembro de 2013 às 16h38min e de Teixant, 9 de novembro de 2013 às 9h39min.

Fig. 18 – Captura de ecrã da secção inicial do verbete “Guerra de Independência de Angola” da Wikipédia lusófona, na sua edição de Maracujoojs a 22 de dezembro de 2019 às 00h43min.

Fig. 19 – Captura de ecrã da secção inicial do verbete “Guerra da Independência de Moçambique” da Wikipédia lusófona, na sua edição de Douglasboavista a 19 de novembro de 2019 às 04h09min.

Fig. 20 – Captura de ecrã da secção inicial do verbete “Guerra de Independência da Guiné-Bissau” da Wikipédia lusófona, na sua edição de Douglasboavista a 22 de outubro de 2019 às 02h31min.

Fig. 21 – Infografia das páginas mais consultadas da Internet em 2020.

Fig. 22 – Página de Facebook de Mark Zuckerberg em 2009.

Fig. 23 – Captura de ecrã da página de Facebook de Mark Zuckerberg em 2021.

Fig. 24 – Captura de ecrã da página de Facebook da Liga dos Combatentes.

Fig. 25 – Captura de ecrã da página de Facebook “GUERRA COLONIAL PORTUGUESA 1961-1974.”

Fig. 26 – Captura de ecrã da publicação da página *Nova Portugalidade* a 15 de março de 2021, marcando os 60 anos do início da Guerra Colonial.

Fig. 27 – Captura de ecrã dos resultados relevantes da pesquisa “guerra colonial” na opção de busca do Facebook.

Fig. 28 – Cartoon de Vasco Gargalo, “Guerra Colonial.”

Fig. 29 – Cartoon de Nuno Saraiva, “DÁ CÁ UM ABRAÇO AO TURRA!”

Sumário

AGRADECIMENTOS	IV
RESUMO	VII
ABSTRACT.....	IX
LISTA DE SIGLAS.....	XI
ÍNDICE DE FIGURAS	XIII
SUMÁRIO.....	XV
INTRODUÇÃO	1
MEMÓRIAS VIRTUAIS E REPRESENTAÇÕES DA GUERRA COLONIAL: QUESTÕES METODOLÓGICAS	2
BREVE DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS	19
CAPÍTULO I – MEMÓRIAS DIGITAIS DA GUERRA COLONIAL: O ENQUADRAMENTO	
GERAL	22
REFLEXÃO CRÍTICA TEÓRICO-CONCEPTUAL	22
<i>Dos Estudos de Memória à Memória Digital.....</i>	<i>22</i>
<i>Memória da Guerra Colonial.....</i>	<i>34</i>
<i>Breve contextualização sobre o surgimento da Internet em Portugal.....</i>	<i>54</i>
<i>Memórias Digitais da Guerra Colonial.....</i>	<i>65</i>
CAPÍTULO II – FRAGMENTOS DA MEMÓRIA (I): OS BLOGUES DE ANTIGOS	
COMBATENTES	72
MICRO-HISTÓRIA DOS BLOGUES	72
REFLEXÕES EM VOLTA DA BLOGOSFERA: A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA POPULAR.....	75
<i>A comunidade.....</i>	<i>76</i>
<i>A narrativa.....</i>	<i>82</i>
<i>O arquivo.....</i>	<i>86</i>
OS BLOGUES DE VETERANOS DA GUERRA COLONIAL	91
CAPÍTULO III – FRAGMENTOS DA MEMÓRIA (II): AS REPRESENTAÇÕES DO PASSADO	
NO BLOGUE <i>LUÍS GRAÇA E CAMARADAS DA GUINÉ</i>	98
DOS FRAGMENTOS DIGITAIS...	98
O BLOGUE <i>LUÍS GRAÇA E CAMARADAS DA GUINÉ</i>	99
<i>A guerra.....</i>	<i>114</i>
O dito	114
O não dito	115
<i>As mulheres.....</i>	<i>118</i>
As madrinhas de guerra	119
As tabanqueiras.....	121
As mulheres da ‘Guiné Portuguesa’	122

Os filhos do vento ou restos de tuga – filhos de soldados portugueses na Guiné.....	126
As fotografias.....	127
A Blogoterapia.....	129
Os camaradas guineenses.....	132
O BLOGUE E A WIKIPÉDIA.....	134
CAPÍTULO IV – S/CEM PONTOS DE VISTA? AS REPRESENTAÇÕES DO PASSADO NA WIKIPÉDIA LUSÓFONA.....	135
MICRO-HISTÓRIA DA WIKIPÉDIA.....	135
WIKIPÉDIA NA PRODUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOBRE O PASSADO.....	141
GUERRA COLONIAL OU GUERRA DO ULTRAMAR? AS REPRESENTAÇÕES DA GUERRA NA WIKIPÉDIA LUSÓFONA.....	143
ANÁLISE DE... ..	144
... “Guerra Colonial Portuguesa”	144
... “Guerra de Independência de Angola”	157
... “Guerra da Independência de Moçambique”.....	163
... “Guerra de Independência da Guiné-Bissau”	168
Últimas notas.....	175
CAPÍTULO V – A GUERRA NO FACEBOOK E AS NOVAS DINÂMICAS MNEMÓNICAS NO ESPAÇO DIGITAL.....	176
MICRO-HISTÓRIA DO FACEBOOK	176
AS PÁGINAS DA GUERRA COLONIAL.....	186
Os usos da história: Nova Portugalidade e o Neo-lusotropicalismo Pop.....	193
OS GRUPOS PÚBLICOS DA GUERRA COLONIAL.....	195
UMA NOVA DINÂMICA MNEMÓNICA NA MEMÓRIA POPULAR DA GUERRA COLONIAL? O CASO DE MARCELINO DA MATA	201
CONCLUSÃO.....	210
BIBLIOGRAFIA	216
APÊNDICE	243
LISTA DE ENTREVISTAS	243
GUIÃO DAS ENTREVISTAS	244
RELATÓRIOS DE ENTREVISTAS.....	251
ANEXOS.....	338

INTRODUÇÃO

[...] *what happens when social science tries to describe things that are complex, diffuse and messy* [?] (Law, 2004: 2).

[...]’ *Vous n’avez pas vécu cette période, vous ne pouvez pas comprendre !*’ (François Bédarida apud Rouso, 2012: 9).

“Eu não estive lá.”¹ Nasci em 1992. Sou uma *millennial* que nasceu 18 anos após o 25 de Abril de 1974, o golpe e a revolução que puseram fim a uma ditadura de 48 anos e a uma guerra colonial por ela sustentada. Em 1974, a minha mãe era uma criança e o meu pai um adolescente. Os meus avôs, materno e paterno, não foram para as colónias. A memória da minha família é a do trabalho na cintura industrial norte de Lisboa e a da emigração para França.

Até há bem pouco tempo, 2017 para ser mais precisa, tudo o que sabia, sobre as colónias e a Guerra Colonial resumia-se ao que aprendera na escola. A situação descrita por Henry Rouso na introdução a *La dernière catastrophe: l’histoire, le présent, le contemporain* (2012), quando o seu mentor François Bédarida lhe relembra, no calor de uma discussão, que, ao contrário dele, não havia vivido no período do regime de Vichy e por isso não podia compreender, descreve de forma ilustrativa um dos principais desafios que qualquer historiador ou cientista social enfrenta ao escolher a memória de eventos recentes como objeto de estudo. Digo recentes na medida em que ainda existem testemunhos vivos desses acontecimentos.

Tal como descreve Henry Rouso (2016 [2012]: 1-13), ao estudar a memória da Guerra Colonial deparei-me com os mesmos dois preconceitos antinómicos. Por um lado, a ideia segundo a qual a escrita da História depende de um distanciamento temporal que afaste o historiador dos eventos e das pessoas que o viveram. Só assim será possível aproximar a sua interpretação de uma objetividade aceitável em relação a um determinado evento. Uma interpretação fria e racional despojada de paixões próprias de quem viveu os acontecimentos. Por outro lado, a posição daqueles que consideram a experiência determinante para a compreensão dos acontecimentos e, por isso, que o testemunho

¹ Referência ao título da introdução de *La dernière catastrophe : l’histoire, le présent, le contemporain* (2012), a partir da versão em inglês *The Latest Catastrophe: History, the Present, the Contemporary* (2016), “You Weren’t There!” (1). No original “VOUS N’Y ÉTIEZ PAS !”.

daqueles que viveram os eventos é superior a qualquer narrativa histórica (2). Ora, o mais curioso é que apesar de serem descritos pelo historiador francês como preconceitos opostos, eles podem estar ambos presentes nos discursos dos antigos combatentes portugueses com quem fui falando ao longo da investigação.

Para muitos deles, os académicos – e eu, humildemente, incluída – nunca irão compreender o que foi a guerra porque não a viveram. Não viram o que os combatentes viram, não sentiram o que eles sentiram e, por isso, nunca serão capazes de compreender a experiência limite e, por vezes, inenarrável que foi a Guerra. Daí a urgência de chamarem a si a autoria das suas narrativas, de contarem as suas histórias, para que ninguém o faça por si, ao mesmo tempo que acreditam que os seus relatos serão preciosos para historiadores que no futuro escrevam a “História da Guerra Colonial” – uma história que consideram limpa de considerações politico-ideológicas.

Memórias Virtuais e Representações da Guerra Colonial: questões metodológicas

A presente dissertação teve por base uma investigação de quatro anos – de 2017 a 2021 – no âmbito do programa doutoral *Discursos: História, Cultura e Sociedade* (FLUC/FEUC) e do projeto de investigação *CROME – Memória Cruzadas e Políticas do Silêncio, as guerras coloniais e de libertação em tempos pós-coloniais*,² coordenado pelo Doutor Miguel Cardina, ambos sediados no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. O projeto CROME teve como primeiro objetivo contribuir para a construção de uma história da memória das guerras coloniais e de libertação combatidas pelo Estado português contra os movimentos nacionais e independentistas africanos, entre 1961 e 1974, e para a compreensão da forma como a memória destes conflitos evoluiu ao longo dos últimos 48 anos.

O trabalho que desenvolvi no âmbito do projeto CROME incidiu sobretudo sobre o contexto português, mas a natureza comparativa do projeto e o intercâmbio de conhecimentos possibilitado pelas diversas iniciativas desenvolvidas em parceria com investigadores de outras proveniências académicas e nacionais facilitou o processo de

² Mais informações em <https://crome.ces.uc.pt/>.

desconstrução essencial para ultrapassar um certo provincialismo e nacionalismo metodológico que inevitavelmente me foi transmitido ao longo dos anos de formação em Portugal. Aproveitei os contactos com os meus colegas investigadores que trabalharam os contextos nacionais dos três territórios palco da guerra – Angola, Moçambique e Guiné-Bissau – e naqueles onde a luta armada no território não antecedeu a independência, mas o “idioma anticolonial adquiriu centralidade” – Cabo Verde e São Tomé e Príncipe – para, desta forma, adotar uma perspetiva crítica em relação à memória da Guerra Colonial em Portugal.

O meu trabalho de campo não exigiu grandes viagens, para além das entrevistas a antigos combatentes realizadas no Porto e em Lisboa, e por isso, foi sobretudo desenvolvido a partir do computador, entre blogues, páginas de Wikipédia e páginas de Facebook como detalharei na próxima secção. Com o objetivo de mapear os rastros deixados pela Guerra Colonial na Internet, as memórias virtuais de antigos combatentes portugueses – ou como se designavam à época, metropolitanos – a investigação incide sobre as representações da Guerra Colonial na Wikipédia em língua portuguesa, em blogues de antigos combatentes e nas páginas e grupos abertos de Facebook – direta ou indiretamente – dedicados aos usos memória do conflito no presente.

A investigação pretende, desta forma, responder a duas grandes questões. Em primeiro lugar, que narrativas histórico-memoriais são (re)construídas em meio digital sobre a Guerra Colonial. Em segundo lugar, de que forma (como) e em que medida (quanto) o meio digital molda as narrativas memoriais sobre a Guerra Colonial. Neste sentido, pretendo compreender quais as razões apontadas pelos produtores destes conteúdos para enunciar e divulgar essas narrativas através da Internet, que tipo de relação se estabelece entre as narrativas digitais e as narrativas em circulação noutros meios de comunicação, entre indivíduos dentro e fora de grupos de pertença (dimensão comunitária e dimensão individual), i.e., que relação têm as memórias produzidas em meio digital com as restantes representações sociais da guerra e que relação têm as memórias em meio digital (os seus processos de produção e negociação) com as representações sociais dominantes sobre a Guerra Colonial e os consensos historiográficos existentes.

Assim, para compreender o papel dos meios digitais na construção de narrativas acerca da Guerra Colonial ou, por outras palavras, quais os mecanismos de construção e disputa, bem como os usos dessas narrativas, tive de seleccionar um conjunto representativo das narrativas construídas pelos ex-combatentes sobre as suas experiências na Guerra Colonial, em blogues e em páginas e grupos de Facebook, e relacionar essas narrativas criadas em meio digital com o contexto económico, social, político e histórico no qual foram e são construídas. Foi necessário analisar em que medida e de que forma os

mecanismos e dispositivos de produção moldam as narrativas digitais e compreender, por via de entrevistas, as intenções e motivações que levaram e levam os antigos combatentes e outros produtores a recorrer às novas tecnologias para partilhar as suas memórias da Guerra Colonial. Relativamente às fontes, foi preciso compreender o papel específico dos blogues e das redes sociais na produção de memória, fazer um levantamento crítico da(s) narrativa(s) histórica(s), associadas diretamente à Guerra Colonial, presentes na Wikipédia lusófona, explorar os mecanismos discursivos utilizados na construção dessa(s) narrativa(s) sobre a Guerra Colonial, analisar as dinâmicas da construção das narrativas memoriais e históricas – e.g., dinâmicas de pluralidade e de tensão –, relacionar as narrativas em circulação nas plataformas em estudo com as ausências narrativas que estas mesmas encerram e compreender quais os pontos específicos de disputa e tensão na construção de representações do passado na Wikipédia e a sua relação com outras plataformas.

A investigação foi guiada por uma perspetiva indutiva aplicada a partir de uma *grounded theory* que possibilitasse a formulação de uma teoria a partir da análise dos dados. Contudo, a análise dos dados não é feita a partir de um vácuo teórico, é orientada a partir de alguns pressupostos teóricos que advêm de áreas como a Teoria Crítica e dos Estudos da Memória, em particular dos Estudos da Memória Digital. O recurso a esta abordagem permitiu uma construção cumulativa a partir da interação entre a teoria e os dados empíricos recolhidos durante a investigação. A teoria foi assim posta à prova e revista a partir do confronto com a análise dos dados, recorrendo a um quadro metodológico transdisciplinar e, por conseguinte, híbrido. A este propósito, John Law em *After Method: Mess in Social Sciences* (2004) esclarece que o método utilizado é, ele próprio, criador de realidade social. A maneira como se aborda um determinado tema social, simplificando-o, irá condicionar os resultados da investigação e, por extensão, a compreensão da realidade que se estuda. Por não ser neutra, a metodologia é eminentemente política, o que exige uma reflexão cuidada sobre o papel do investigador e das suas posições, crenças e práticas ao longo da investigação.

A realidade social é complexa e o investigador faz parte dessa realidade social, o que dificulta qualquer tentativa de obtenção de um conhecimento absoluto e completamente neutro da totalidade dos processos que criam e formam os fenómenos sociais, especialmente na era da digitalização do quotidiano.

[...] *if we want to think about the messes of reality at all then we're going to have to teach ourselves to think, to practise, to relate, and to know in new ways. We will need to teach ourselves to know some of the realities of the world using methods unusual to or unknown in social science* (Law, 2004: 2).

A consciência desta limitação não leva a que se abandone a empreitada, muito pelo contrário, mais desafiadora se torna a investigação social. A tecno-sociedade é uma realidade com cerca de trinta anos, mas a investigação dos fenómenos sociais que ocorrem neste espaço – direta ou indiretamente – ainda se encontra em desenvolvimento e aperfeiçoamento. A inovação metodológica descrita por John Law é, portanto, um caminho que é necessário percorrer ao longo da investigação. Como refere Christine Hine “[...] as its users weave together highly individualized and complex patterns of meaning out of these publicly observable threads of interaction” (2015: 4).

Certas questões irão escapar à compreensão do investigador. Num ambiente complexo o investigador terá que aceitar e lidar da melhor forma com as suas limitações heurísticas e hermenêuticas, assim como com a impossibilidade de descrever os fenómenos na sua globalidade. Dito isto, o principal quadro metodológico utilizado no estudo das narrativas mnemónicas e representações da Guerra Colonial é a análise crítica de discurso, cujos contributos teóricos e práticos se inserem, sobretudo, na área da sociolinguística e que permitem dar a importância devida ao contexto social, político e económico dos discursos em análise e aos fenómenos sociais que influenciam e são influenciados pelo texto. Consequentemente, com vista a compreender melhor o fenómeno das memórias digitais e os seus contextos de formulação para lá do texto, recorro à triangulação de fontes. Como as entrevistas e a exploração de outros materiais escritos, como é o caso das crónicas, peças jornalísticas e livros de memórias publicados por antigos combatentes. A investigação incide sobre as comunicações mediadas por ecrãs – quer sejam computadores, quer sejam telemóveis – mais concretamente, em comunidades cuja comunicação é feita, embora não na totalidade, através de meios digitais. A crescente importância do digital é a consequência de uma realidade em que cada vez mais se assiste à interseção entre práticas diárias dentro e fora do mundo digital. No momento histórico e no espaço geográfico em que a sociedade portuguesa se insere, não é possível conceber as relações interpessoais sem ter em conta os trajetos que se vão criando na Internet.

Não obstante, fazer investigação a partir da Internet tem as suas particularidades. A crescente utilização e desenvolvimento dos novos meios de comunicação digital tem alterado a dimensão espaço-temporal da sociabilidade e das lógicas de interação social. O engajamento biológico, tecnológico e social na era das novas tecnologias leva à necessidade de repensar os moldes em que a investigação social é levada a cabo. A *performatividade digital* é uma componente importante da construção do *eu* – é pela seleção e partilha de informação pessoal nas plataformas digitais que se constrói e projeta a imagem que queremos que os outros tenham de nós – e na formação de comunidades – comunidades de pertença que podem também ser comunidades de partilha de memórias de

um determinado momento histórico. Estas dimensões individuais e comunitárias fazem parte da construção *personae* – identidades – sociais contemporâneas. A Internet enquadra a vida quotidiana. A imersão assim criada leva a uma reestruturação da relação entre meio, sujeitos e mundo físico. Cria uma nova interpenetração entre a dimensão física, emocional, mnemónica e tecnológica que alguns autores consideram dar origem a uma nova forma ontológica cibernética – o sujeito pós-humano (cf. Lagerkvist, 2017: 173) – e, por conseguinte, ao surgimento de novos desafios na investigação em Ciências Sociais.³

Ora, concorde-se ou não com a reformulação ontológica do sujeito a partir das novas tecnologias, é inegável que as múltiplas plataformas digitais que utilizamos diariamente não desempenham apenas a função de meio ou intermediário das nossas interações. Elas moldam as dinâmicas sociais. A forma de nos relacionarmos é alterada pelos meios digitais, tal como a forma como nos relacionamos com a memória. Sob este prisma, a memória individual é socialmente situada. Por outras palavras, embora sejam os indivíduos, em última análise, que relembram acontecimentos passados – quando falamos de um acontecimento histórico relativamente recente –, é importante ter em atenção que essas memórias individuais são produto de um contexto geográfico, social e político,⁴ para além do meio no qual são formadas e representadas. As memórias são, como irei desenvolver adiante, resultado de condicionamentos sociais, culturais e materiais de um determinado espaço e tempo, reinventadas e recriadas de novas formas pelas pessoas que relembram, quer se trate de memórias hegemónicas quer se trate de memórias marginalizadas em determinado contexto. É neste contexto que os meios de comunicação digital se revelam um campo privilegiado de enunciação das experiências e memórias da guerra, ainda que podendo conter em si determinadas ausências.

[...] social groups suffering injustice, injury or trauma that originates in war have become increasingly prepared to demand public recognition of their experience, testimony and current status as 'victims' or 'survivors'. [...] Frequently, the demand for recognition also involves claims for material compensation and reparation requiring some form of official investigation in the political or legal spheres, thus acting as a further stimulant to public debate (Ashplant, Dawson e Roper, 2009: 3).

³ O novo materialismo é uma das perspetivas teóricas adotadas e traduz-se na análise do corpo enquanto sujeito objetivo e um objeto sujeito que implica a dimensão “[...] sentient, sensual, and sensible ensemble of materialized capacities and agency that literally and figuratively makes sense of, and to, both ourselves and others” (Neiger *et al.*, 2011 *apud* Lagerkvist, 2017: 175).

⁴ Neste caso a memória individual cujo campo de significação se articula primeiramente por razões psicológicas, como expressão de luto e como resposta à morte e ao sofrimento provocados pela guerra.

Embora a articulação entre a reivindicação de compensações e o reconhecimento público não seja apanágio apenas da Internet, há uma relação entre as memórias digitais e o campo de memorialização local e historicamente situado. O “olhar para o passado” é, assim, enquadrado pelas condicionantes materiais, tecnológicas e pelas lógicas político-económicas do presente. Como refere Svetlana Boym “[...] new technology and advanced marketing stimulate *ersatz* nostalgia – for the things you never thought you had lost – and anticipatory nostalgia – for the presente that flees with the speed of a click” (2007: 10).

O desenvolvimento de dispositivos artísticos, técnicos e tecnológicos moldou, ao longo dos últimos dois séculos, a forma como nos relacionamos com o passado. Andrew Hoskins (2009a) estabelece uma relação entre a popularização do gravador de vídeo pessoal, nos anos 1970 e 1980, e o surgimento de uma nova etapa da história da memória do Holocausto, de que é exemplo o Fortunoff Video Archive for Holocaust Testimonies da Universidade de Yale (Assman, 2006: 264; Hoskins, 2017).

O que caracteriza a Internet dos dias de hoje é a *datificação* crescente da informação – *data* ou dados, i.e., a informação convertida em dados –, a obsessão pela conectividade completa e absoluta, a crença na existência de uma abertura total nos meios digitais, assim como uma certa falta de consciência da exposição à qual estamos vulneráveis pela partilha de informações sensíveis e pessoais que não arriscaríamos partilhar em meios tradicionais de comunicação como a televisão pública. A isto acresce a crescente convergência entre comunicação e arquivo, que se reflete no carácter intersubjetivo e comunitário – ou pelo menos intersubjetivo – das memórias difundidas na Internet e o risco de imersão ou, por outras palavras, a perda de controlo relativamente à informação que disponibilizamos.⁵ Este novo campo híbrido de inserção mnemónica é dialógico e propenso à enunciação intimista de memórias que se tornam digitais (Hoskins, 2009a).

Se, por um lado, os meios de comunicação tradicionais se pautam sobretudo pela criação, produção e difusão de material mnemónicos para consumo das massas – através da transmissão de entrevistas a testemunhas de eventos históricos ou eventos públicos comemorativos de datas históricas nacionais ou internacionais consideradas relevantes; por outro lado, os meios digitais permitem que a criação, produção e difusão seja feita por e para consumidores. A lógica deixa de ser a produção-consumo unidirecional. A produção é alargada aos utilizadores dos meios digitais. Da mesma forma, a produção passa a poder ser também o produto de vários discursos – entre, por exemplo, os meios jornalísticos e os leitores que comentam as notícias publicadas nas páginas dos jornais ou nas redes sociais.

⁵ Uma das respostas muito debatidas neste campo é o Direito ao Esquecimento (sobre *Right to be Forgotten aka RtbF* ver Hoskins, 2014).

Esta dinâmica é sobretudo visível em plataformas como o Facebook ou o Twitter, mas também em páginas como a Wikipédia.

As memórias são criadas e recriadas dentro de uma lógica de rede de partilha que pode ser pública, semipública ou privada. Dentro desta rede as memórias não são apenas passivamente consumidas, elas são ativamente moldadas e produzidas pelos seus membros (Hoskins, 2009 *apud* Bond, Craps e Vermeulen, 2016: 15). O fluxo constante de informação implica, como sublinha Aleida Assman (2016), uma seleção de memórias, caso contrário deparámo-nos apenas com uma infinidade de dados destituídos de significado, porque as memórias não existem independentemente das pessoas e estas não têm capacidade para absorver e conferir significado a todas as experiências registadas e transformadas em dados. Ora, a seleção é feita de acordo com as lógicas específicas de cada página e de acordo com os grupos que frequentam e utilizam essas páginas. A diluição das fronteiras entre espaço privado e público contribui para a complexificação da investigação no campo. A Internet facilita a partilha de informações de carácter pessoal e muitas vezes íntimo em plataformas acessíveis a uma audiência muito alargada de internautas. Por ser fragmentada, vasta e estar organizada em redes incute uma ilusão de segurança em relação às informações que nela depositamos. Os utilizadores podem pensar que apenas a sua rede de contactos conseguirá ter acesso ou terá interesse na informação disponibilizada – como acontece nos fóruns de partilha de experiências difíceis, e.g., grupos de apoio a pessoas que sofrem de cancro – a par disso, o relativo anonimato daqueles que partilham informação é tomado como uma garantia de segurança – e/ou de impunidade (cf. Elgesem, 2002: 195; Hudson e Bruckman, 2004: 127) o que leva à necessidade de um maior cuidado com a informação selecionada.⁶

Paralelamente, considere ser mais produtivo olhar para o fenómeno social em estudo partindo de uma perspetiva que não divida as Ciências Sociais e colha dos vários campos os elementos necessários para desenvolver da melhor forma o conhecimento sobre o que me propus estudar. Assim, a investigação parte dos conceitos de “discurso”, “memória” e “mediação”. O discurso e o silêncio são os primeiros/mais evidentes mediadores da memória. O conceito de discurso é operacionalizado de acordo com a conceção foucaultiana, ou seja, enquanto a realidade material da coisa escrita e/ou falada enquadrada por normas e instituições, onde se desenrolam conflitos e tensões sociais (cf. Foucault, 1997). A partir do conceito de discurso, definindo-o como “[...] a linguistically encoded practice of positioning oneself and others and creating discursive relationships

⁶ Há, simultaneamente, uma ilusão de que tudo é passível de ser encontrado na Internet. Que tudo está disponível no espaço digital.

with others within a play of polyphonic voices” (Angemuller, 2014: 4), analiso as narrativas históricas e memoriais recolhidas dentro e fora do meio virtual da Internet, mas tendo em conta a complexidade contextual e relacional/intersubjetiva do discurso. Neste sentido, o discurso é material, enquadrado, processual e relacional.

Os discursos resultam de alterações e recontextualizações ao longo do tempo, são também marcados pela experiência pessoal daqueles que os produzem – pela memória da memória / “I remember that I remember” (Passerini, 2003: 239) –, pelos discursos em circulação, enquadrados por normas e instituições, mas passíveis de mutação diacrónica. A sua evolução é contextual porque localizada – histórica e geograficamente – na sociedade em estudo e moldada, simultaneamente, pelas necessidades ou objetivos presentes de quem os enuncia hoje (cf. Thomson, 2015: 25), uma sociedade nacional, mas penetrada por dinâmicas transnacionais reforçadas pelo acesso à Internet.

Desta perspetiva, o sujeito, nas palavras de Johannes Angermuller (2014: 5), não é a origem ou fonte de significado dos discursos analisados. O sujeito não é nem autor, nem ator. O discurso é aqui entendido como um conjunto de lugares e posições mutantes e instáveis que os participantes organizam ao entrarem dentro do processo discursivo. Assim, para além do texto escrito ou falado, a investigação teve em consideração o contexto do discurso ou, por outras palavras, o processo interativo entre múltiplos sujeitos e múltiplos textos orais e escritos e as suas (re)significações. O texto é a superfície material – escrita ou oral – na qual as práticas discursivas se inscrevem. Portanto, a análise dos usos da linguagem nos seus contextos específicos de enunciação é uma componente importante da investigação e que será abordada antes da análise empírica das fontes primárias.

Com efeito, o discurso pressupõe um contexto social. O que se diz, quem o diz, para quem se diz, porque é que se diz e a receção daquilo que é dito são componentes determinantes na análise dos discursos dos antigos combatentes – ou de qualquer discurso histórico e/ou memorial sobre a Guerra Colonial. Da mesma forma, todo o discurso é mediado porque, na sua base, pressupõe a existência de um código linguístico – textual e/ou extratextual. As memórias são antes de mais o resultado de uma fusão entre meio-mensagem, porém existem diferentes meios que se interligam no momento da enunciação. De acordo com Marshall McLuhan em *the medium is the Massage: an inventory of effects* (2001) o meio é a mensagem.

[t]his fact merely underlines the point that ‘the medium is the message’ because it is the medium that shapes and controls the scale and form of human association and action (McLuhan, 1997: 9).

Quer isto dizer que se, por um lado, o discurso resulta da constante (re)contextualização de textos e imagens, de acordo com os desejos e/ou objetivos implícitos ou explícitos dos

utilizadores;⁷ por outro lado, é o meio que determina e controla a escala e a forma das associações, narrativas e ações dos indivíduos. Marshall McLuhan demonstra-o através da articulação das frases e das imagens no corpo do livro, um *patchwork* composto de elementos semióticos, reflexões escritas de McLuhan e citações des- e recontextualizadas de outros autores.

O trabalho de reconstrução mnemónica é similar ao *patchwork* e faz parte do processo condensado nos conceitos de *composure* e *decomposure*, explorados com maior detalhe no Capítulo I. Dois conceitos que fazem parte do enquadramento conceptual da investigação e têm por fim analisar a influência que os elementos textuais e extratextuais em circulação dentro e fora da Internet exercem sobre as narrativas memoriais e a construção da identidade dos antigos combatentes. Uma memória que reforça uma identidade a partir de um quadro narrativo que faça a pessoa que relembra sentir-se confortável e em paz consigo mesma – dando-lhe uma sensação de coerência e continuidade identitária. Importa ainda salientar que a composição da(s) história(s) de vida não termina enquanto os antigos combatentes forem vivos (Thomson, 2015: 23). Ambos os conceitos são elementos de análise das narrativas mnemónicas criadas pelos antigos combatentes e fazem parte do seu processo de criação identitária, ou seja, da construção do *eu*. Processo que inclui a seleção, (re)contextualização, apropriação e (re)produção de elementos presentes noutros discursos e que não é alheio à validação dos pares e restantes pessoas, nas quais se inclui o investigador e, de forma mais genérica, pelo discurso social e público.

O discurso não existe um vácuo. Nas palavras do sociolinguista Jan Blommaert, “[...] this is self-evident: language is always produced by someone to someone else, at a particular time and place, with a purpose and so forth” (2005: 39). O contexto é passível de ser aferido a partir de pistas verbais, não verbais e comportamentais providenciadas pelo enunciador, mas o investigador interpreta a partir de uma contextualização feita por si e que é, naturalmente, passível de erros e mal-entendidos. A compreensão dos contextos nos quais as práticas produtoras de sentido são desenvolvidas implica ter em conta o seu carácter dialógico, i.e., a contextualização de um discurso é feita por todas as partes nele envolvidas (Blommaert, 2005: 41-45) o que inclui o próprio contexto das entrevistas quando ocorrem.

Seguindo as reflexões de Valentin Voloshinov em *Marxism and the Philosophy of Language* (1996), as palavras ou signos textuais são revestidos de significado aquando da interação social e pelas estruturas sociais que as enquadram. As disputas de poder presentes na sociedade refletem-se no discurso enquanto fenómeno social. O carácter dialógico do

⁷ A mensagem tem, em última análise, potencial manipulador e manipulável.

discurso não pressupõe, desta forma, cooperação e nem pressupõe semelhança/partilha (*sharedness*), i.e., não pressupõe que duas pessoas partilhem a mesma contextualização, nem que tenham o mesmo poder de contextualização (Voloshinov, 1996: 44-45). A linguagem espelha os conflitos e as relações de poder que perpassam pelas dinâmicas relacionais humanas (Lecercle, 1990: 236).⁸ Dinâmicas que surgem da intersubjetividade adjacente à linguagem, porque a linguagem é uma manifestação da vida material.

'Language,' Marx writes in The German Ideology, 'is as old as consciousness, language is practical, real consciousness that exists for other men as well, and only therefore does it exist for me; language, like consciousness, only arises from the need, the necessity, of intercourse with other men.' (Eagleton, 2018: 141).

Ademais, a complexidade também se expressa na relação que se estabelece entre múltiplos discursos, nas relações de intertextualidade, i.e., a constante (re)citação de textos em circulação na sociedade (cf. Bakhtin, 1981 e Kristeva, 1986 *apud* Blommaert, 2005: 46), e nas relações de entextualização (*entextualization*), i.e., a des- e re-contextualização dos textos (cf. Bauman e Briggs, 1990 e Silverstein e Urban, 1996 *apud* Blommaert, 2005: 47). Estes conceitos permitem compreender que um discurso pronunciado num determinado momento é sempre composto de discursos prévios e de acordo com as necessidades ou intenções presentes dos intervenientes (cf. Goffman, 1975 *apud* Blommaert, 2005: 46).

A sociolinguística permite dar atenção aos recursos materiais dos criadores de conteúdos. Como refere Jan Blommaert (2005: 60), as histórias são moldadas pelos recursos que as pessoas que as contam possuem. A (re)contextualização de um texto depende, assim, das posições socioeconómicas e culturais dos seus enunciadores. Há sempre quem tenha mais poder relativo na construção e na reprodução de determinada(s) narrativa(s). Exemplificando, o argumento de autoridade resulta da maior legitimidade institucional que o discurso académico beneficia para construir e (re)contextualizar narrativas históricas que o discurso baseado na legitimidade do vivido e elaborado sem intermediação académica. Embora estes últimos sejam muitas vezes encarados como fontes – orais e escritas – dos primeiros, falta-lhes o capital institucional e cultural dos académicos.⁹ Da mesma forma, as narrativas/textos são (re)contextualizados ao longo de todo o processo de (re)produção e circulação (Blommaert, 2005: 61-66). Alessandro

⁸ Sobre a linguagem como relação de poder e produto da interação social, ver também Bourdieu, 1991.

⁹ O mesmo acontece quando se tem em conta a classe social. Quanto mais elevada a classe social, tendencialmente maior é o capital social, cultural e financeiro dos indivíduos e, nesse sentido, é mais fácil ter acesso a narrativas sobre o conflito e criar a sua própria narrativa por forma a reproduzi-la de forma socialmente aceitável e valorizada.

Portelli chama a atenção para a importância da análise dos contextos sociopolíticos em que as narrativas históricas são criadas e (re)produzidas. Os erros factuais das narrativas históricas (re)produzidas pelas fontes orais – e.g., durante as entrevistas realizadas por investigadores a pessoas que viveram os momentos históricos em estudo – podem dar pistas relativamente ao significado que atribuem aos eventos e permitem, por sua vez, analisar e compreender as razões da construção de determinados mitos nacionais (cf. Portelli, 2003; 2013).

No decurso da investigação foram analisadas as formas como as narrativas presentes nos blogues, na Wikipédia e no Facebook reproduzem, apropriam, recontextualizam e contestam representações do passado (e as suas ausências) em circulação na sociedade portuguesa, ao mesmo tempo foram descritos os mecanismos de legitimação dessas representações. Neste último ponto, não apenas as narrativas legitimadas pela historiografia, como também as narrativas de grupos sociais que de alguma forma participaram no passado colonial do país. O objetivo era o de aferir como essas narrativas têm influência – no caso do discurso académico historiográfico ou das Ciências Sociais – e se constituem no espaço digital.

A análise do discurso historiográfico tem em conta o tipo de historiografia predominante nas universidades portuguesas. Um tipo de historiografia que sendo ou não conservadora partilha algumas características, o que Senjay Seth denomina de código da História aceite como válido no Ocidente. Um código lido como universal pela aceitação do seu modelo como o único válido e científico. Os elementos desse código produzidos neste contexto geográfico tornaram-se universais com o processo de colonização. Foram exportados por via da administração colonial e, posteriormente, pela hegemonia pós-colonial do modelo científico. Os seus elementos podem ser resumidos como a ideia segundo a qual a História – enquanto disciplina – tem como objeto um passado morto que não determina, nem é determinado pelo presente ou pelo futuro. É este distanciamento temporal em relação ao passado que surge como argumento de legitimação ou deslegitimação de uma determinada narrativa histórica como parcial/subjetiva ou imparcial/objetiva e neutra. É através do distanciamento temporal – tido como distanciamento ideológico – em relação ao passado que a narrativa história ganha legitimidade. O distanciamento ideológico advém, por sua vez, da conceção da História enquanto discurso da verdade (Seth, 2010) – neutra, factual e objetiva.

A verdade enquanto representação fiel da realidade do passado é lida como o objetivo da História e é através do recurso ao discurso da verdade enquanto objetividade/neutralidade que os editores de páginas da Wikipédia justificam, em caso de disputa, as suas decisões relativamente às fontes usadas. Não obstante, a caracterização de

uma narrativa como ideologicamente comprometida deriva, não da falta de correspondência à realidade dos factos, mas sim de um diferencial na distribuição de poder a partir do arquivo. Quem possui o poder de designar a sua narrativa como ideologicamente neutra e as restantes como ideologicamente comprometidas (Seth, 2010; Trouillot, 1995: 55)? Que atores e instituições tiveram a capacidade de designar a sua narrativa como verdade objetiva?

O historiador Michel-Rolph Trouillot (1995: 25) alertou para os processos e para as condições de produção das narrativas históricas. São os processos e as condições de produção da narrativa que permitem compreender, desde a sua origem, a distribuição de poder que condiciona a enunciação e/ou o silenciamento de determinadas narrativas. Os factos têm significado, mas não são criados iguais. Que factos e artefactos são considerados relevantes e por isso dignos de nota e preservação? E porquê? Que factos e que artefactos são considerados irrelevantes e por isso silenciados? É a seleção e os seus critérios que permitem compreender que os arquivos não são neutros. Não obstante, arquivados ou não, a existência de uma materialidade histórica possibilita, por um lado, a compreensão de que os processos de produção histórica silenciam ou dão visibilidade a certas narrativas e, por outro lado, é a base de construção de novas narrativas que trazem à tona factos ou eventos ausentes ou apagados das narrativas anteriores, expondo a parcialidade dessas primeiras narrativas hegemónicas e consensualizadas (Trouillot, 1995: 29).

Para analisar o meio digital enquanto espaço de construção de narrativas, recorri, como já referi, a métodos híbridos ligados à etnografia digital (Kozinets, 2010; Pink *et al.*, 2016). Este novo tipo de etnografia combina a análise das narrativas com o estudo das dinâmicas performativas no meio digital. São disso exemplos as publicações em blogues com recurso a elementos textuais e extratextuais e as práticas quotidianas que vão enquadrando a utilização das plataformas. A *performatividade* digital é uma das componentes da construção identitária individual, através da seleção e da partilha de informação pessoal nas páginas da Internet com o objetivo de projetar uma *persona* pela qual queremos que os outros nos conheçam, bem como a formação e a participação em comunidades de pertença e de grupos de partilha mnemónica. Ambas as dimensões contribuem para a formação de identidades individuais e sociais, exploradas tanto na análise crítica de discurso, como nas entrevistas individuais que realizei.

Durante o decurso da investigação, foi importante ter em conta alguns princípios da etnografia no campo digital. Em primeiro lugar, o carácter multidirecional da influência que as práticas e as infraestruturas do quotidiano exercem tanto sobre os investigadores como sobre os sujeitos e os grupos que colaboram na elaboração do estudo. Em segundo lugar, a não centralidade do digital nas relações, dinâmicas e práticas do quotidiano –

embora este princípio varie consoante os hábitos de cada pessoa ou grupo. As entrevistas, aos criadores de conteúdos, permitiram aferir o grau de importância da Internet na vida quotidiana de cada um. Além disso, é importante considerar as relações, as materialidades e as atividades que desenvolvem em computadores ou em *smartphones*, mas que não se esgotam neles. Não obstante, a investigação centra-se sobretudo na (re)construção de memórias pelos antigos combatentes e nas narrativas históricas (re)produzidas pelos utilizadores da Wikipédia e não na relação e nas práticas quotidianas ligadas ao digital de uma forma geral. Neste sentido, as práticas e as relações dos combatentes e outros criadores de conteúdos serão tidas em conta na medida em que sejam relevantes para a análise.

As dinâmicas de construção da memória e da história pública que se situam fora da Internet, mas que influenciam direta ou indiretamente os conteúdos produzidos em meio digital, como a história pública digital e as memórias digitais dos antigos combatentes, são consideradas. Em terceiro lugar, há o princípio da abertura pelo caráter interativo e processual do funcionamento colaborativo da Internet. O quarto princípio é o da reflexividade, ou, por outras palavras, a importância de se ter em conta que o conhecimento produzido pelo investigador resulta de um encontro com as pessoas que colaboram com a investigação e que a formação e as crenças do investigador influenciam ou podem influenciar tanto as narrativas daqueles que colaboram com a investigação, como o próprio curso e as conclusões da investigação (cf. Burawoy, 1998).¹⁰ E, por último, a heterodoxia de formas de comunicação dentro e fora do meio digital (cf. Pink *et al.*, 2016). O campo desta investigação foi, quase totalmente, o meio digital. As entrevistas foram a exceção. Vendo em retrospectiva, essa foi uma das vantagens desta investigação desenvolvida durante uma pandemia que impossibilitou grande parte do trabalho de campo fora do escritório.

Com efeito, dentro da categoria da história digital pública foram analisados os verbetes da Wikipédia lusófona sobre a Guerra Colonial e as guerras de independência nos vários territórios africanos palco do conflito. Na categoria das narrativas mnemónicas foram analisadas as plataformas de produção, de divulgação e de partilha de experiências na forma de publicações de blogues, páginas e grupos de Facebook. Apenas as publicações públicas foram analisadas, partindo do pressuposto de que o objetivo dos seus autores seria a divulgação dos seus conteúdos, excluindo assim os grupos privados de Facebook, fóruns e comunidades fechadas/privadas.

¹⁰ A reflexividade enquanto processo acompanha as entrevistas desenvolvidas com os antigos combatentes. As entrevistas são influenciadas pelo entrevistador/investigador (*interview effects*), pelo entrevistado/colaborador na investigação (*response effects*) e pelo contexto em que se desenvolve a entrevista (*field effects*) (Burawoy, 1998: 12).

Os blogues, em particular o blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*, foram uma das principais fontes da investigação dentro da categoria de fontes primárias. A seleção e análise dos blogues teve de ter em conta certas particularidades do formato. Por terem sido um modo de produção característico da primeira década dos anos 2000, não foi possível ter acesso a todos os blogues criados por antigos combatentes. Os motivos para a descontinuação de alguns são-me desconhecidos, mas podem ter passado pela substituição dos blogues por outras plataformas de criação de conteúdos, pelo falecimento do utilizador ou pela simples interrupção das atividades de um determinado utilizador. Alguns foram encerrados e não ficaram registos do seu conteúdo, para além de algumas menções noutros blogues. Outros estão perdidos por não estarem ligados ou por não serem mencionados em outros blogues através de hiperligações ou por não serem de fácil pesquisa através de ferramentas como o Google. Este é o carácter precário/imprevisível, não apenas dos blogues, mas dos servidores e plataformas da Internet. Os domínios podem eventualmente ser encerrados e estão sempre sujeitos à obsolescência, no que Diana Taylor (2010) denominou de hibridismo, quando comparado com a aparente estabilidade e durabilidade do arquivo tradicional.¹¹ Uma instabilidade que depende das demandas da infraestrutura económica que guia as dinâmicas da Internet, como se verá no Capítulo I.

A tipologia dos blogues pode ser dividida em dois grupos: a) os blogues individuais de antigos combatentes; e b) os blogues coletivos de unidades militares como companhias, batalhões etc. A análise das narrativas testemunhais dos antigos combatentes, a par das entrevistas, permite compreender os motivos que os levaram a encetar esta empreitada. Um dos blogues coletivos, o blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*, cresceu a ponto de se tornar um verdadeiro arquivo digital.

A Wikipédia, por seu turno, foi analisada enquanto repositório de artigos em formato de enciclopédia virtual baseada na pesquisa, criação e edições voluntárias. É, portanto, um arquivo digital que possui uma secção dedicada à discussão do conteúdo do verbete pelos editores, principalmente em casos de disputas na narrativa. É esta dimensão colaborativa da construção dos verbetes que leva Christian Pentzold a afirmar que a página não é apenas uma plataforma de criação e armazenamento de conhecimento, mas também um lugar de memória – “[...] understood as a particular discursive construction [...]” –, onde a memória é criada e moldada (2009: 264). A Wikipédia é a plataforma de conhecimento aberto e colaborativo mais utilizada na Internet e a exploração da página dá uma perspetiva bastante válida da história pública consultada pelos internautas como primeira fonte e numa

¹¹ Embora os arquivos tradicionais não estejam isentos de deterioração ou destruição, como exemplificou o incêndio do Museu Nacional do Rio de Janeiro a 2 de setembro de 2018.

primeira abordagem à Guerra Colonial. Permite, também, analisar os processos de produção das narrativas dessa história pública digital. Como se descreve no Capítulo IV, a Wikipédia está estruturada para chegar a narrativas consensualizadas por via de três princípios de funcionamento: 1) o princípio da verificabilidade; 2) o princípio da não publicação de material original ou não publicado; e 3) o princípio da necessidade de um ponto de vista neutro (*neutral point of view, NPoV*) (Dijck, 2013: 140). A secção da discussão dos verbetes disponibiliza a consulta dos diálogos de gestão das disputas, tensões e das negociações que ocorrem na construção dessa narrativa consensualizada.

Como é possível consultar no Capítulo IV, a consagração historiográfica de uma narrativa consensualizada no campo académico não leva à sua aceitação automática no verbete quando o tema é alvo de controvérsia social. A sua consensualização na Wikipédia implica uma série de estratégias de negociação e persuasão. A análise será desenvolvida a partir de quatro verbetes relacionados com a Guerra Colonial a partir dos quais – e completados com outros relacionados – se estudaram as narrativas e o processo de disputa e negociação do discurso histórico público (re)produzido. Para além disso, a secção do histórico apresenta a evolução do verbete ao registar todas as edições desde a sua criação, o que permite compará-las.

Por último, o Facebook, parafraseando José van Dijck (2016), articula memórias pessoais na construção e projeção de uma identidade individual na plataforma – a *persona* virtual. Não obstante esta componente egocêntrica e individualista, há também uma dimensão comunitária. Especificamente, na criação de comunidades baseadas em interesses e experiências partilhadas, embora se possa questionar a durabilidade e a solidez dessas comunidades como fazem Andrew Hoskins (2009a; 2009b) e Diana Taylor (2010). A dinâmica comunitária do Facebook concretiza-se pela criação de grupos secretos, privados ou públicos, para além das páginas institucionais e/ou temáticas. Ao explorar a plataforma houve a precaução de não utilizar ou citar material de perfis e grupos privados. Foi tido em conta o grau de acessibilidade do material analisado e/ou citado, bem como as possíveis intenções do autor, o nível de exposição da publicação e a audiência à qual as informações se destinavam. A avaliação destas condicionantes foi necessária para decidir se seria preciso solicitar consentimento informado ao(s) autor(es) das publicações em causa. A par dessa consideração, as publicações foram anonimizadas ou expostas apenas as ideias gerais dos conteúdos por não se ter recorrido à solicitação do consentimento

informado. Assim, desta plataforma foram analisadas, sobretudo, páginas de associações com mais subscritores/ “gostos” (*likes*) e grupos públicos com mais de mil membros.¹²

Os métodos usados são a já referida análise crítica de discurso e as entrevistas semiestruturadas aos editores principais do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*. Na análise crítica de discurso recorri, em particular, ao trabalho de Jan Blommaert (2005). A análise dos conteúdos textuais teve em conta as possíveis ausências relevantes. Entenda-se que as ausências são inferidas ao comparar diversos discursos sobre os mesmos eventos (Schröter e Taylor, 2018: 5) e, nas entrevistas, através dos mecanismos de produção de silêncios – são disso exemplos, a voz passiva, a conceptualização metafórica, o enquadramento dos tópicos abordados, as referências ou falta delas a certos atores sociais, entre outros – e outras referências metadiscursivas (14-18). Como silêncio podemos entender um processo de marginalização cognitiva (*cognitive marginalization*) – aqueles cuja existência não é considerada – e as regras de irrelevância (*rules of irrelevance*) (Zarubavel, 2008: 24-5). As políticas de silêncio são similares às políticas de negação, ambas giram em volta do conceito de poder. Na verdade, o poder é o metaconceito que paira sobre as instituições políticas, instituições académicas, instituições de comunicação social e, por extensão, o espaço digital da Internet.

Paralelamente, na análise dos mecanismos de construção do discurso histórico foram tidas em conta as críticas historiográficas às conceções de objetividade dos dados, das fontes e dos arquivos, assim como a mobilização do discurso historiográfico como estratégia de legitimação ou deslegitimação de determinadas narrativas. Por outras palavras, a ideia de uma tecnologia ou código da história teorizada por Sanjay Seth (2010) e os mecanismos de silenciamento do passado descritos pelo historiador Michel-Rolph Trouillot (2015).

Relativamente às entrevistas semiestruturadas, foram realizadas dez entrevistas aos editores permanentes do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*. A maioria das entrevistas foi feita presencialmente, excetuando a entrevista a Cherno Baldé realizada via endereço eletrónico. A análise é feita de acordo com o método do caso alargado (cf. Burawoy, 1998), ou seja, mais do que entrevistar um número ilimitado de pessoas, a

¹² Para ilustrar, pode dar-se o exemplo GUERRA COLONIAL PORTUGUESA 1961-1974, disponível em https://www.facebook.com/GUERRA-COLONIAL-PORTUGUESA-1961-1974-102512929796720/?ref=br_rs [último acesso a 31/08/2021]. Com cerca de 13.000 “gostos.” Ou Movimento Cívico de Antigos Combatentes, disponível em https://www.facebook.com/Antigos.Combatentes/?ref=py_c [último acesso a XX], com cerca de 2.500 “gostos”. A efemeridade do material em meio digital é colmatada, na medida do possível, pelo registo do material digital em formato PDF ou JPG (capturas de ecrã) e arquivamento na iCloud.

intenção foi selecionar alguns casos significativos que permitam extrapolar os resultados. Optei pelo formato de entrevista semiestruturada com a finalidade de complementar e enriquecer a investigação, recorrendo, ao mesmo tempo, a uma triangulação metodológica. A simples análise de conteúdos não permite observar a complexidade da linguagem não verbal ou, de acordo com os conceitos de Julia Kristeva, a mera análise do fenotexto – código linguístico utilizado na comunicação verbal e escrita – não permite captar a complexidade do genotexto – processo semiótico que acompanha a comunicação não verbal captada pelo código linguístico – no qual se inserem os silêncios e os gestos mais ou menos espontâneos que o entrevistado revela ao longo encontro com o entrevistador (cf. Kristeva, 1984; Schröter e Taylor, 2018: 10). Por conseguinte, a gravação é uma fonte de história oral problematizável e a transição da oralidade para o código escrito acarreta manipulação e transformação da fonte, pois a segunda não permite analisar o tom, o volume ou o ritmo que remetem para significados e conotações que importa ter em consideração (Portelli, 2013: 21-25).

As entrevistas foram um instrumento importante de comparação do discurso oral com o discurso escrito em contexto digital. Da mesma forma, foi possível colocar questões relacionadas com hábitos, rotinas, motivos e intenções de quem produz e comenta as narrativas históricas ou mnemónicas individuais e de grupo em meio digital. O método complementa a investigação na medida em que, como refere Angermuller (2014: 3), a linguagem está sempre associada a práticas através das quais as identidades sociais, as relações e as subjetividades são constituídas. Um estudo que se baseie apenas na análise crítica de discurso não poderá captar toda a complexidade da ligação entre o enunciador, o texto, o contexto e o meio. Desta forma, as entrevistas foram realizadas dentro da tradição metodológica e teórica da história oral. Seguindo autores como Alessandro Portelli (2013) e Luisa Passerini (2003), parto da ideia segundo a qual as entrevistas não servem apenas para apurar uma “verdade”, a “veracidade dos factos históricos”, mas antes para aferir os significados que os entrevistados dão aos acontecimentos históricos lembrados. As entrevistas têm um carácter dialógico, o resultado é produto da colaboração entre o entrevistador e o entrevistado e essa consciência implica um elevado grau de reflexividade por parte do investigador (Portelli, 2013: 36-40; ver também Abrams, 2010; Thompson, 2000).

Breve descrição dos capítulos

O primeiro capítulo é composto por uma primeira secção de enquadramento histórico, social e teórico. *Grosso modo*, é o capítulo que corresponde ao Estado da Arte. Na secção “Contextualização” elaboro uma breve descrição do que foi histórica e socialmente a Guerra Colonial e na segunda secção elaboro uma “reflexão crítica” sobre a literatura existente sobre a memória da Guerra Colonial e as memórias digitais. Por outras palavras, o objetivo do capítulo será descrever o impacto que a guerra teve na sociedade portuguesa e fazer uma revisão crítica da literatura existente sobre o tema. Na reflexão crítica, é feita uma revisão da literatura académica que incide sobre as memórias da Guerra Colonial, mas mais especificamente a história oral dos antigos combatentes, as suas memórias publicadas, a literatura ficcional e a recente produção cultural sobre a guerra (documentários, filmes etc.). Será também feita uma breve descrição dos contributos de outros autores para o campo das memórias digitais. A partir daí exponho de forma detalhada a problemática da investigação. Proponho que o contributo da tese seja colmatar a lacuna relativa à falta de análise académica das memórias produzidas e partilhadas sobre a Guerra Colonial na Internet. O digital será explorado, em suma, enquanto um campo de análise nas Ciências Sociais e nos Estudos da Memória. Por fim, farei uma descrição do meu posicionamento teórico e explanarei os principais conceitos utilizados na investigação: memória, digital, silêncio, narrativa, discurso, mediação.

O segundo capítulo explora os blogues de antigos combatentes na sua vertente mnemónica. Na primeira secção é apresentada uma breve contextualização que descreve a história dos blogues enquanto parte da história da Internet. É nesta secção que se situa o surgimento dos blogues em Portugal. A segunda secção explora a conexão entre os blogues e a produção de memórias de antigos combatentes. Em sequência, a terceira secção apresenta alguns dos blogues individuais e coletivos de antigos combatentes, bem como as suas principais características e dinâmicas. A última secção apresenta o blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné* que será analisado com maior pormenor no terceiro capítulo, justificando a sua seleção para estudo de caso a partir da sua dimensão – como o maior blogue ativo de antigos combatentes – e dinâmicas sociais que gera à sua volta – os convívios e a ligação com outros setores da sociedade, e.g., organizações humanitárias, investigação e jornalismo.

O terceiro capítulo será dedicado à exploração do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*. Em primeiro lugar, a secção “As Representações da Guerra” é reservada à análise de conteúdo e de discurso das representações sobre o passado presentes no blogue. Entre outros pontos, serão exploradas as representações da guerra, das populações, dos

combatentes africanos racializados nas FAP e dos combatentes do PAIGC. Paralelamente, exploro alguns dos motivos, intenções e objetivos apontados pelos antigos combatentes – tanto através dos textos do blogue, como das entrevistas semiestruturadas que realizei – para a concretização, manutenção e permanência da plataforma. Entre esses motivos, está o que chamam de blogoterapia cuja análise será feita na segunda secção do capítulo.

O quarto capítulo explora a Wikipédia em língua portuguesa enquanto espaço de construção colaborativa de representações do passado. A primeira secção descreve o funcionamento da plataforma, as regras formais, as regras informais e as dinâmicas que se geram na construção dos verbetes. Estes pontos serão explorados a partir da literatura académica existente e das notas elaboradas no decurso da observação participante que traçam um mapa das dinâmicas presentes na Wikipédia lusófona. Confronto, portanto, as notas elaboradas no decurso do trabalho de campo com a literatura existente sobre a Wikipédia. Esta comparação permite pôr em relação as conclusões retiradas da observação da comunidade lusófona com as investigações e resultados obtidos na análise da comunidade anglo-saxónica, a mais estudada academicamente. O segundo ponto do capítulo faz uma análise crítica de discurso aos verbetes da Wikipédia em língua portuguesa sobre a Guerra Colonial a fim de explorar as representações mais comuns encontradas ao longo das várias versões dos verbetes. A terceira secção revê as principais dinâmicas que moldaram a discussão e conseqüente construção do verbete e a última analisa detalhadamente cada um dos verbetes sobre a guerra. Os pontos de contacto que estabelece com outras plataformas e com o sistema de ensino, nomeadamente como principal fonte de conhecimento utilizada por jovens em idade escolar. Por fim, reflito sobre os problemas e potencialidades da Wikipédia enquanto ferramenta colaborativa e aberta de conhecimento produzido por profissionais e não profissionais.

O quinto e último capítulo da investigação está reservado à exploração da plataforma mais recente, e que tem dominado a vida social dos últimos dez anos, o Facebook. A primeira secção descreve a plataforma e os seus mecanismos de funcionamento e a segunda secção apresenta os motivos da inserção da plataforma na investigação, e.g., a sua ligação ao blogue de Luís Graça através da criação de uma página dedicada à Tabanca Grande. Nessa segunda secção farei uma comparação entre o blogue e o Facebook a partir da perspectiva dos editores permanentes do blogue. A terceira secção tem por base a exploração de algumas páginas de Facebook dedicadas à Guerra Colonial e onde convergem antigos combatentes. As páginas são seleccionadas com base no número de seguidores que possuem e é a partir delas que a quarta secção será elaborada. A quarta e a quinta secção analisam e descrevem as dinâmicas sociais que se estabelecem nesta plataforma entre antigos combatentes e outros utilizadores que frequentam estes locais de

memória. O mesmo será feito em relação aos grupos públicos sobre a Guerra Colonial que possuam mais de um milhar de membros. Por fim, serão também analisadas as principais semelhanças e diferenças entre esta plataforma e as duas anteriores. O conjunto das três forma um ecossistema mnemónico digital onde gravitam antigos combatentes e outros utilizadores interessados na memória da Guerra Colonial, em particular, e do passado colonial recente, em geral.

CAPÍTULO I – MEMÓRIAS DIGITAIS DA GUERRA COLONIAL: O ENQUADRAMENTO GERAL

“Minhas irmãs:
Mas o que pode a literatura? Ou antes: o que podem as palavras?”

Maria Isabel Barreno, Maria Velho da Costa e Maria Teresa Horta, *Novas Cartas Portuguesas*,
“Terceira Carta V”, p. 197

Reflexão crítica teórico-conceitual

Dos Estudos de Memória à Memória Digital

Antes da análise empírica propriamente dita, examino três âmbitos de produção académica que antecedem, informam e representam o enquadramento teórico e concetual da investigação. Em primeiro lugar, faço uma pequena exposição e contextualização dos Estudos da Memória, recolhendo os contributos de autores clássicos e de autores da segunda e da terceira vagas. Nesta última categoria, exploro e desenvolvo em maior pormenor as reflexões teóricas e as investigações empíricas dos Estudos da Memória Digital. Irei, portanto, articular estas contribuições com os objetivos da investigação já explanados na introdução, a análise da memória social, cultural, comum e pública da Guerra Colonial. Em segundo lugar, mencionarei os principais contributos e a evolução das investigações e projetos académicos sobre a memória da Guerra Colonial que fazem parte, numa fase mais recente, da evolução da produção mnemónica e da história da memória em Portugal. Ambas as dimensões serão relacionadas com o contexto sociopolítico português, em que onde os meios digitais tiveram um papel tardio, mas importante no aumento da produção e da visibilidade desta vaga memorial.

A produção académica internacional dos Estudos de Memória é relativamente recente e cresceu exponencialmente nos últimos anos. Foi desenvolvida, sobretudo, na década de 80 do século XX a partir de vários trabalhos na área dos Estudos sobre o Trauma e os Estudos sobre o Holocausto (Assman, 2006: 261-262). Parafraçando a reflexão crítica de Enzo Traverso, este período, de fim do século XX e início do século XXI, inaugura o que o autor denomina como a era da vítima.¹³ A criação de uma memória do Holocausto

¹³ A crítica de Enzo Traverso incide sobre a ênfase na identidade de vítima ao invés da identidade de resistente de processos de violência, embora a construção de uma subjetividade de vítima seja por vezes fundamental

inaugura e representa a base fundadora desta nova era. É a partir da gramática criada para a representação deste evento traumático que se criam outras narrativas mnemónicas e se relembram outros eventos históricos violentos do século XX (Traverso, 2016: 16). O desenvolvimento de uma memória do Holocausto relaciona-se com a crescente visibilidade de outras memórias traumáticas, como é o caso da violência do colonialismo (cf. Rothberg, 2009; Bond, Craps e Vermeulen, 2017: 5). O ensaio *Discours sur le Colonialisme* de Aimé Césaire (edição portuguesa, Césaire, 1978 [1955]: 18) é dos primeiros a fazer essa associação, apontando para a semelhança entre a violência do colonialismo e a violência cometida pelo e sob o regime nazi, olhando a primeira como um ensaio em seres humanos desumanizados, cuja vida não tinha o mesmo valor da de um europeu:

Sim, valeria a pena estudar clinicamente, no pormenor, os itinerários de Hitler e do hitlerismo e revelar ao burguês muito distinto, muito humanista, muito cristão do século XX que traz em si um Hitler que se ignora, que Hitler vive nele, que Hitler é o seu demónio, que se vitupera é por falta de lógica, que, no fundo, o que não perdoa a Hitler não é o crime em si, o crime contra o homem, não é a humilhação do homem em si, é o crime contra o homem branco, a humilhação do homem branco e o ter aplicado à Europa processos colonialistas a que até aqui só os árabes da Argélia, os 'coolies' da Índia e os negros de África estavam subordinados.

A mobilização de gramáticas usadas em eventos violentos foi teorizada por Michael Rothberg ao desenvolver o conceito de memória(s) multidirecional(is) (*multidirectional memory*), i.e., a memória como negociação, produto de referências cruzadas, de empréstimos, como produtiva e não privada. É uma conceção transcultural e cumulativa da memória, associada à terceira vaga dos Estudos da Memória. É ainda a base de regimes de direitos humanos que privilegia visões comparativas do passado. A memória, de acordo com esta conceção, transfere a atenção de lugares e objetos particulares para dinâmicas e tecnologias através das quais a memória é articulada – a memória deixa de ser vista como estática e passa a ser compreendida no seu dinamismo (Bond, Craps e Vermeulen, 2016: 5).

Mas, voltando atrás no tempo, é importante ressaltar o primeiro contributo para o desenvolvimento de um conceito de memória enquanto produto de relações e convenções sociais, o de Maurice Halbwachs, sociólogo do início do século XX, que usou o conceito de memória coletiva enquanto mecanismo potenciador de coesão social (2011: 140; cf. Landsberg, 2004: 7). As memórias coletivas são memórias (re)lembradas pelos indivíduos pertencentes a grupos sociais, cuja função é a manutenção dos laços que os unem. Por

para reivindicar certos direitos sociais, políticos e económicos (ver o conceito de essencialismo estratégico em Spivak, 2010).

outras palavras, permite a manutenção de uma identidade comum. As pessoas partilham memórias consoante os grupos aos quais pertencem. A intensidade e a evolução dessas memórias dependem da relação – de maior ou menor intensidade/intimidade – que cada pessoa estabeleça com os diversos grupos aos quais pertence. Por conseguinte, a forma como os indivíduos vêm e interpretam o mundo depende das identidades, crenças e percepções moldadas por essas unidades (Halbwachs, 2011: 140). Desenvolvido no início do século XX, o conceito de memória coletiva ainda nos permite concetualizar a anamnese de eventos vividos por grupos ou comunidades de memória. Nesta investigação, as comunidades ou os grupos abordados são aqueles que de uma maneira ou de outra participaram na Guerra Colonial e, por uma razão ou por outra, decidiram partilhar as suas memórias na Internet. Importa ressaltar que Maurice Halbwachs já contemplava a complexidade das relações sociais dos indivíduos ao ter em conta que esses indivíduos fazem parte de vários grupos ao mesmo tempo e que por isso estão sujeitos a diversos discursos mnemónicos em simultâneo.

A influência da componente social da memória foi, posteriormente, desenvolvida em várias outras áreas das Humanidades e das Ciências Sociais. Por historiadores como Alistair Thomson e Penny Summerfield, por exemplo, através dos conceitos de ‘biografia memorial’ (*memory biography*) e de *composure*¹⁴ (Summerfield, 2004; Thomson, 1994, 2015) que permitem compreender as narrativas dos antigos combatentes analisadas nesta investigação. O primeiro conceito tem como função, não só permitir coerência identitária a uma narrativa de vida, ligando o passado, o presente e o futuro, como também desempenha um papel importante no reforço dos laços sociais (Bluck, 2003: 113-23 *apud* Dijck, 2007: 3). As narrativas, as representações, os mitos, as expectativas, as identidades e os símbolos em circulação numa determinada sociedade influenciam a forma como se (re)lembram determinados eventos – molda a memória – e a produção de uma história de vida coerente (Ashplant *et al.*, Popular Memory Group, Thomson, Evans, Roper e Dawson *apud* Campos, 2017: 286). As narrativas do discurso público podem ter sido de tal forma assimiladas pelo discurso social e cultural que se tornam senso comum. Mas à influência das narrativas públicas, soma-se a influência das narrativas formadas nas relações de intimidade (cf. Campos, 2017: 229). As histórias de vida vão, assim, evoluindo ao longo

¹⁴ Maria José Lobo Antunes traduz o termo *composure* [EN] como *compostura* [PT] (Antunes, 2015: 30), no entanto, devido à dificuldade na tradução considera-se mais correto manter o termo em inglês. O termo *composure* tem o valor semântico de ‘decoro’, jogando ao mesmo tempo com o termo português ‘composição’. É, portanto, um conceito que permite descrever uma situação em que alguém compõe uma narrativa de acordo com um determinado padrão que corresponde às suas expectativas, que confere aceitabilidade à sua história de vida.

do tempo consoante a mudança nos elementos supracitados e as necessidades presentes dos indivíduos que as formam (cf. Thomson, 2015: 23; Winter, 2010: 7-8).

Far from being immutable or frozen, memory changes permanently and transcends the recollections of a lived experience. Cultural practices, cultural industry, public policies, and even laws (sometimes penal laws) hugely shape and transform our representation of the past (Traverso, 2016: 56).

Com efeito, as memórias não são imutáveis. Mudam constantemente e, por conseguinte, transcendem as experiências vividas como refere Enzo Traverso. Não são apenas relatos das experiências vividas, são produto de práticas culturais, da indústria cultural – como o cinema, o teatro, os museus etc. – e das políticas públicas da memória e do silêncio – como as leis de amnistias, por exemplo. Num ensaio de 1998, Pierre Bourdieu afirma que a coerência narrativa biográfica é uma ilusão aceite pelo biografado e pelo investigador¹⁵ no ensejo de dar sentido retrospectivo e prospetivo à vida do primeiro – transformando-a numa narrativa, i.e., numa estória com início, meio e fim cronológicos e coerentes entre si (cf. Bourdieu, 1998). O mesmo reforça Luisa Passerini ao sugerir que é necessário reconhecer a natureza complexa e fragmentária da memória (2003: 249). O próprio Alistair Thomson só o reconhece no seu artigo de 2015 “Anzac memories revisited: trauma, memory and oral history”, seguindo as críticas de Michael Roper e Jerome Bruner ao seu livro de 1994 *Anzac memories: living with the legend*.

Como se verá nos próximos capítulos, no caso específico da Guerra Colonial, as narrativas em circulação na sociedade portuguesa, o posicionamento socioeconómico, cultural e político e as vivências pessoais influenciam a forma como se relembra e se esquece a guerra (cf. Thomson, 2015: 23). A memória lembrada por um determinado indivíduo é inscrita através de um ato social resultante de determinados enquadramentos – tem uma dimensão relacional e depende dos vários discursos em circulação nos seus círculos sociais. O entrelaçamento das memórias acontece a nível diacrónico pela alteração na relação dos padrões mnemónicos em confronto ao longo do tempo (cf. Feindt *et al.*, 2014) e a nível sincrónico pelas dinâmicas que se estabelecem entre os vários discursos num determinado momento.

A crescente atenção dada à ligação entre a linguagem e a memória deve-se aos contributos da terceira vaga dos Estudos da Memória. De acordo com esta perspetiva, um evento tem de ser interpretado enquanto evento passado. Tem de ser reconhecido socialmente como tal, mas é-lhe atribuído um significado de acordo com um referencial

¹⁵ De um ponto de vista reflexivo, também o investigador contribui para esta ilusão autobiográfica através dos seus pressupostos orientadores e da forma como leva a cabo a investigação.

discursivo presente (cf. Feindt *et al.*, 2014: 43). Em Portugal a memória pública, cujo objetivo é providenciar um repertório que una os cidadãos dentro de um quadro identitário nacional, é pautada pelo silenciamento de certos aspetos menos abonatórios – para usar um eufemismo – do colonialismo e, em especial, da Guerra Colonial enquanto manifestação paroxísmica da violência do sistema de domínio colonial. De entre as narrativas nacionais que permitem esse silenciamento, destacam-se o lusotropicalismo (cf. Castelo, 1998; Almeida, 2000: 182-183; Cardão, 2014). Criado como pseudo-teoria sociológica por Gilberto Freyre – conceituado sociólogo brasileiro – enquanto crença na diferenciação da colonização portuguesa nos trópicos, concluía que “o português” tinha uma maior apetência, em comparação com outras nacionalidades colonizadoras/colonialistas, de se adaptar, aclimatizar e miscigenar em terras tropicais. Ideia difundida oficialmente pelo Estado português, a partir dos finais de 1940/50 e inícios de 1960 (cf. Alexandre, 2017: 555-556), a par da missão histórica de civilizar e da excecionalidade da colonização portuguesa (cf. Pinto e Jerónimo, 2015: 97).

[...] the lack of established and cohesive public narratives of participation in the war deprived most veterans of effective means to articulate and understand their war experiences, blocking wider emergence of individual memories and diluting a visible ex-combatant identity, placing it on the social margins instead (Campos, 2017: 294).

Como refere Ângela Campos no excerto acima, o silêncio ou a falta de uma narrativa pública que permitisse aos antigos combatentes enquadrarem as suas memórias de guerra contribuiu para o relativo silêncio individual da experiência bélica. E, neste sentido, o conceito de *discompuse*, desenvolvido pela historiadora Penny Summerfield (2004: 70), é particularmente útil. Descreve a forma como um determinado lugar de memória é questionado ou incompreendido, suscitando uma resposta pouco afável por parte de um público. O que, por sua vez, cria um sentimento de desequilíbrio pessoal, manifestado através de confusão, de irritação, de auto-contradição, de desconforto ou de dificuldade em sustentar a narrativa. Algumas das memórias de combatentes que participaram em conflitos armados são silenciadas por se relacionarem direta ou indiretamente com a violência da guerra e, por conseguinte, tocarem em temáticas sagradas (ou sacralizadas) – temáticas que a maior parte da população não compreende ou condena –, como a perda, o luto, o sacrifício e a redenção. A narrativa de redenção liga-se de forma íntima à narrativa do dever de servir a pátria – a ideia de um dever cumprido à custa de sacrifícios. É essa a redenção possível a partir dos sacrifícios vividos durante as suas experiências de guerra.¹⁶ Este tipo de silêncio,

¹⁶ “Falar de uma totalização do conflito, em Portugal, poderá ser controverso, uma vez que não se constataram confrontos em território nacional, mas a análise interessa pela especificidade do imaginário memorial

na tipologia de Jay Winter, corresponde ao conceito de silêncio litúrgico (Winter, 2010: 4). Parafrazeando, a esse propósito a historiadora Ângela Campos, a ocorrência de atos violentos perpetrados pelas tropas portuguesas nos territórios africanos durante a guerra, em particular a violência que não é imediatamente justificada pelo conflito, mantém-se um campo de difícil enunciação e uma temática causadora de desconforto para muitos dos antigos combatentes portugueses (*painful topic for most veterans*) (Campos, 2017: 149).

O silêncio é aqui entendido como uma prática social que tanto resulta da repressão de memórias traumáticas, de disputas de significação individuais ou coletivas, como da falta de condições – no período social e histórico em causa – para a enunciação de determinadas memórias (Passerini, 2003: 238). O silêncio também é uma das formas que a memória adquire ao não ser verbalizada. Pensar no silêncio como ato propositado permite considerar também o lado performativo da memória – a sua materialização em gestos, em pausas ou em outro tipo de movimentos para além da palavra dita ou escrita. Por último, é importante considerar outro conceito de Jay Winter, o silêncio essencialista (2010: 6-8). Este tipo de silêncio reflete-se no discurso proferido por alguns combatentes, segundo o qual só tem autoridade para falar sobre a guerra quem nela participou diretamente. A anamnese de certas experiências só pode ser feita em contextos nos quais apenas estejam presentes camaradas de guerra – como acontece nos convívios (cf. Antunes, 2015; Campos, 2017: 236).

Voltando à relação que se estabelece entre linguagem e memória, as memórias, quer sejam individuais, de grupos sociais ou públicas são sempre mediadas e enquadradas por estruturas sociais e linguísticas (Bond, Craps e Vermeulen, 2016: 13). O que se sabe ou o que se recorda é moldado pela forma como se sabe ou se recorda. Por outras palavras, as recordações do passado são influenciadas ou moldadas pelos meios que se utilizam no processo que permite a criação, a preservação e o acesso às memórias (ver entre outros Bond, Craps, Vermeulen, 2016; Dijck, 2007, 2016; Lagerkvist, 2016: 173; Taylor, 2010). A forma e o conteúdo condicionam-se mutuamente e, como refere Aleida Assman, os testemunhos e a construção da autobiografia diferem porque a autobiografia responde a um

resultante do mesmo conflito, que poderá ir ou não de encontro às concepções que acresditam numa cultura material de guerra europeia dominante e homogénea” (Correia, 2010: 349). De uma forma geral é possível traçar alguns paralelos entre os dois conflitos mais importantes nos quais Portugal se envolveu durante o século XX – a Primeira Grande Guerra e a Guerra Colonial. Recorrendo ao trabalho de Jay Winter, no caso britânico, e de Sílvia Correia, no caso português, fui capaz de me distanciar do conflito e estabelecer paralelos que podem, de certa forma, ser generalizáveis a outros conflitos do século XX como a Guerra da Argélia ou a Guerra do Vietname. Questões que são aqui enunciadas, mas que serão desenvolvidas com maior detalhe empírico nos próximos capítulos.

impulso de coerência da história de vida, enquanto o testemunho gravado em vídeo ou áudio depende de uma dinâmica dialógica entre o entrevistado, o entrevistador e o enquadramento técnico (2006: 265-267, para uma reflexão sobre a definição de autobiografia na perspectiva do leitor ver Lejeune, 1989: 3-30; 119-137). Há no processo de construção das memórias uma componente social, cultural e material, quer se trate da memória hegemónica quer se trate de memórias marginalizadas pelo discurso social dominante.

O conceito de memórias mediadas foi desenvolvido por José van Dijck (2007), tendo por base a mediação das memórias por via de determinados itens/objetos. A autora relaciona a construção de memórias autobiográficas com as estruturas sociais e as convenções culturais de um determinado contexto (Dijck, 2007: 1-2). É a tecnologia – na medida em que os objetos mnemónicos são produtos da tecnologia – que faz a mediação com as memórias do passado (Dijck, 2007: 1). Para analisar a construção de uma história de vida enquanto narrativa coerente, José van Dijck define memória cultural pessoal (*personal cultural memory*) como as ações e produtos mnemónicos através dos quais os indivíduos conferem sentido às suas vidas, em relação à dos outros e ao seu enquadramento no tempo e no espaço (2007: 6). Esta conceção, no entanto, não tem em conta a mediação prévia do código linguístico. Não obstante, os conceitos são úteis na compreensão das narrativas memoriais de antigos combatentes em meio digital, não apenas por terem em conta a fragmentação inerente às experiências pessoais de cada um, mas também por considerarem a necessidade por eles sentida de construir uma narrativa coerente que permita dar sentido às suas histórias de vida, enquadrando-as na sua construção identitária (Hansen, 2002; Freeman, 2010; sobre narrativa e identidade ver, Brockmeyer e Carbaugh, 2001), em consonância com os discursos previamente existentes na sociedade, com as normas e padrões socioculturais e com a importância da sua validação por uma audiência real ou imaginada (cf. Thomson, 1994; Summerfield, 2004).

De um outro ponto de vista, Andrew Hoskins, um dos teóricos que mais se dedicou à reflexão sobre as memórias digitais, considera, por seu turno, profícuo retomar o conceito de memória multidirecional de Michael Rothberg (2009) na compreensão da dinâmica inerente à construção da memória nos novos meios de comunicação digital. Em especial, na análise de referências cruzadas entre memórias de diferentes grupos sociais e nacionais, pelas comparações, pelas apropriações e pelas recontextualizações de narrativas mnemónicas que se estabelecem em contexto transcultural – no que Aleida Assman denominou de *transcultural turn* (cf. 2016) – no encontro entre vários grupos na Internet. A Guerra da Argélia ou a Guerra do Vietname são dois dos eventos alvo de comparação e recontextualização por parte dos antigos combatentes em Portugal. O segundo, em grande

medida, pela visibilidade que o conflito teve com a exportação da indústria cultural norte-americana, no geral, e cinematográfica, em particular. A investigadora Ângela Campos refere que alguns dos veteranos por si entrevistados alegam que a Guerra Colonial não teve/tem a mesma visibilidade pública e mediática que outras guerras tiveram e que, por isso, os antigos combatentes portugueses não tiveram/têm o mesmo tipo de reconhecimento público e apoio estatal que, por exemplo, os veteranos da Guerra do Vietname tiveram (2017: 250, 252-53, 256, 261-64). Na operacionalização deste conceito, Rothberg sublinha, sobretudo, o carácter dialógico e produtivo do cruzamento de várias memórias, descurando as dinâmicas de conflito existentes entre diferentes narrativas. Dinâmicas que têm que ser tidas em conta quando se analisam diferentes representações da Guerra Colonial porque a relação entre o silêncio, o olvido e a memória – ou por outras palavras, a visibilidade ou invisibilidade de determinadas memórias – depende de formas e relações de poder que se estabelecem na sociedade entre diversos grupos, discursos e instituições públicas (cf. Passerini, 2003: 249-250; Bond, Craps e Vermeulen, 2016: 6).

Retornando à contribuição de Hoskins, a utilização dos meios digitais afeta a formulação e reformulação das memórias partilhadas, mas vai mais longe ao modificar o valor dessas memórias (Hoskins, 2009: 27-8 *apud* Bond, Craps e Vermeulen, 2016: 14). A (re)criação de memória é feita dentro de uma lógica de rede de partilhas e de disputa, que pode ser pública, semipública ou privada e, dentro destas redes, as memórias não são apenas consumidas, são ativamente produzidas e moldadas pelos seus membros (Hoskins, 2009: 31 *apud* Bond, Craps e Vermeulen, 2016: 15; cf. Goodman e Parisi, 2010: 351). A seleção de informação é feita, nas redes sociais, de acordo com interesses ou curiosidades prévias que condicionam o mecanismo de afunilamento dos algoritmos das plataformas como veremos mais detalhadamente nos próximos capítulos. À medida que os utilizadores clicam em hiperligações, as temáticas que lhes chegam são moldadas de acordo com esses cliques, o que resulta numa limitação do acesso à memória ditada por escolhas passadas (cf. Dijck, 2016). Na prática, o que acontece é a formação de bolhas de opinião que reproduzem as mesmas narrativas (Dijck, 2013: 45-67).¹⁷

Olhando agora para as vantagens, o advento dos novos meios de comunicação digital, orientados para uma lógica de produção-interação/consumo-produção, onde quem produz é também quem consome e vice-versa, permitiu contornar o poder dos meios de comunicação tradicionais, orientados por uma lógica de produção-consumo dos discursos públicos. Aos leitores e utilizadores da Internet é-lhes possível comentar, contestar e produzir novas narrativas (Querido e Ene, 2003: 19-32). Pelo contrário, nos meios de

¹⁷ Tendência que irá depender da maior ou menor tolerância dos utilizadores a discursos antagónicos.

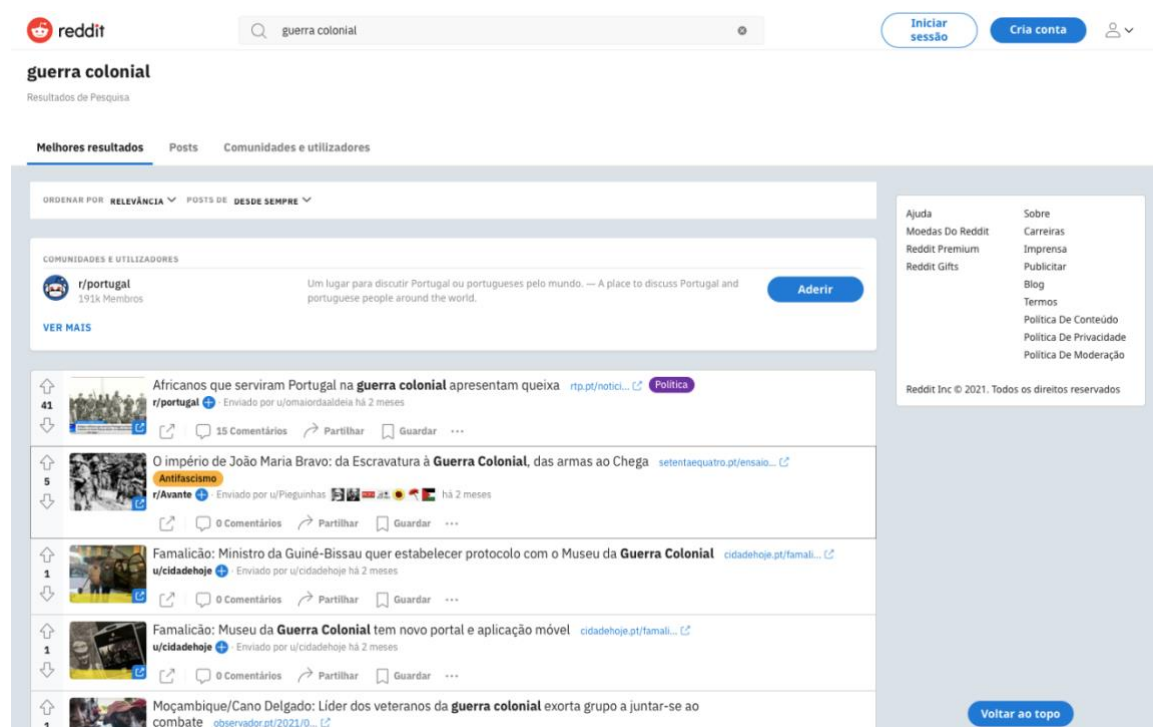
comunicação tradicionais a capacidade para providenciar narrativas alternativas e/ou marginalizadas depende das escolhas dos produtores/editores, etc. Os fóruns e blogues da Internet foram pioneiros na reprodução desta lógica dialógica e interativa (17-18). Como foi mencionado nas secções anteriores, entre 2001 e o início da segunda década do novo século XXI, o crescimento dos blogues cimentou uma prática de autopublicação que facilitou a divulgação de histórias pessoais em formato diário virtual. A aparente “morte dos blogues” (ver *supra*) no início da década de 2010 coincide com o desenvolvimento de plataformas de *microblogging* e das redes sociais como o Twitter, o Facebook, o Instagram e o Youtube, mas não marcou o desaparecimento total dos blogues.¹⁸

Nos últimos anos, a produção de memórias digitais começou a ser feita pelas segundas e terceiras gerações. Esta pós-memória digital pode ser associada, por exemplo, à divulgação de fotografias em plataformas como o Reddit de pais ou avôs na época “em que cumpriam serviço militar” em África.¹⁹ São pós-memórias na elaboração de Marianne Hirsch (1997; 2012), memórias reativadas ou cuja materialidade lhes é restituída através da mediação de expressões estéticas familiares, embora aqui não se trate de uma produção cultural deliberada, mais ou menos convencional – como a música, o teatro, etc. –, mas de memórias prosaicas de gerações posteriores (Hirsch, 2012: 33, 39). A fotografia foi um dos produtos mnemónicos mais explorados nesta investigação (cf. Hirsch, 1997). Mas a incorporação de memórias nas representações mnemónicas públicas nacionais não é uma novidade trazida pela digitalização de objetos pessoais na Internet. As memórias de eventos históricos relevantes já eram exploradas pelos meios de comunicação tradicionais. No caso do Reddit, tal como acontece em menor medida com o Facebook, a anamnese é feita a partir da publicação de notícias relevantes sobre temas relacionados com esse período histórico ou com usos do passado no presente. Notícias que são avaliadas e comentadas pelos utilizadores, numa interação que tal como no Facebook depende da popularidade dessas publicações, embora, nestes casos, o potencial de visibilidade seja inferior ao dos meios de comunicação tradicionais.

¹⁸ O que veio a acontecer foi antes a transformação dos blogues pessoais em plataformas comerciais, voltadas para negócios e não tanto para o registo diarístico.

¹⁹ Alguns exemplos as publicações no Reddit de netos de antigos combatentes com fotografias dos seus avôs em comissões de serviço em África durante a Guerra Colonial em https://www.reddit.com/r/TheWayWeWere/comments/nir3ph/photo_of_my_granfather_before_being_draft_ed_to/ (último acesso a 04/10/2021) e https://www.reddit.com/r/MilitaryPorn/comments/jjqicr/my_grandfather_during_the_portuguese_colonial_war/ (último acesso a 04/10/2021).

Fig. 1 – Resultado da pesquisa por “guerra colonial” na plataforma Reddit.



Fonte: Captura de ecrã pela autora, 11/12/2021.

Há uma relação entre a pós-memória e os meios que permitem a sua transmissão àqueles que não viveram os eventos históricos em causa, especialmente as segundas e as terceiras gerações, mas não só. As memórias prostéticas (*prosthetic memory*), conceito desenvolvido por Alison Landsberg e Celia Lury, são memórias não vividas na primeira pessoa. São memórias transmitidas/mediadas que passam a incorporar o repertório de memórias de um grupo ou comunidade, sem que este tenha vivido a experiência recordada. E, embora o conceito seja desenvolvido sobretudo para produtos culturais, o mesmo processo ocorre dentro da família, mais ou menos alargada, quando os objetos privados são digitalizados e, por isso, mediados com vista a serem exibidos a um público mais vasto. Num processo semelhante à memória comunicativa que se torna cultural, nos conceitos desenvolvidos por Aleida Assman. As memórias são, assim, incorporadas na produção de uma subjetividade individual e/ou coletiva através dos meios de comunicação de massas como o cinema (Landsberg, 2004: 20; ver também Goodman e Parisi, 2000; Lury, 1998).

[...] the cinema and other mass cultural technologies have the capacity to create shared social frameworks for people who inhabit, literally and figuratively, different social spaces, practices, and beliefs (Landsberg, 2004: 8).

Também de acordo com esta perspetiva, as mudanças nos significados e nas práticas mnemónicas foram despoletadas pela inovação tecnológica (Landsberg, 2004: 3). Há,

portanto, uma estreita relação entre a evolução tecnológica e a vontade ou possibilidade de lembrar. Se se olhar para o fenómeno com as lentes do conceito de memória prostética torna-se claro que a cultura popular de massas pode ser um catalisador e propulsor da memória. Considere-se, no caso português, o exemplo mais paradigmático desta ligação entre o meio audiovisual e o ressurgimento da memória, a série documental da RTP *A Guerra*, realizada por Joaquim Furtado (ver *infra*).

A Internet é mais um patamar na evolução dos meios através dos quais se tem acesso à memória e que alteram e fomentam diferentes relações com o passado. Para a antropóloga argentina Diana Taylor (2010), as tecnologias digitais representam um meio híbrido de articulação entre o *repertório* e o *arquivo* conferindo características particulares a ambos. Por um lado, no caso do *repertório* – entendido enquanto processo performativo mnemónico – o processo de digitalização retira a variação entre performances pela possibilidade de copiar e reproduzir a mesma performance *ad infinitum* e permite a produção de performances criadas exclusivamente para o digital, com potencial para chegar a um público mais vasto. Por outro lado, no caso do *arquivo* permite que este se torne móvel e acessível em diversos dispositivos, conferindo-lhe, ao mesmo tempo, uma durabilidade aparente. A digitalização do objeto mnemónico – a criação de uma representação do objeto – não depende da posterior existência do objeto em si, depende das plataformas, dos formatos e dos servidores nos quais o objeto está “guardado como...” (*saved as...*). Há neste processo um grau de imprevisibilidade considerável em relação à possível obsolescência dos domínios ou formatos do arquivo digital que os armazena. É neste ponto que Diana Taylor considera desenvolver-se uma ansiedade pela possibilidade de esquecimento e que se reflete na revalorização dos objetos memoriais físicos, como os monumentos ou os livros de memórias.

The future of memory studies is partly dependent on our understanding of digitally born communication; user interfaces are much more than replacements of photo albums or home videos. Analyzing the technical and economic apparatus of social media is vital to understanding memory production today (Dijck, 2017: 169).

A tecnologia está profundamente ligada à produção de memória e, como tal, também às emoções e às representações do corpo. Concretamente, permite criar uma representação da identidade pessoal de quem a utiliza que permanecerá muito após a morte física do corpo desse utilizador. A consciência da efemeridade do corpo poderá ser um dos fatores que galvanizam os antigos combatentes da Guerra Colonial a escolherem os meios digitais como espaços privilegiados de enunciação de memórias²⁰ – um espaço de fácil acesso e

²⁰ Numa determinada perspetiva a tecnologia apenas ‘acelera’ essa consciência do efémero.

utilização. O corpo marcado pela guerra pretende inscrever no espaço público digital os sentimentos e as sensações (re)construídos da sua experiência em África.

Here the body is a carrier of media devices and hence of our personal archives of images, text, music, and sound – it is a body that enables connectivity; it is also implicated, that is, caught up in affective viral (and visual) representations, both in life and after death; finally, the body is implied, in the sense that there exists an indirect and ambivalent, ephemeral, ghostly and insubstantial sense of (un)certain presence and embodiment online (Lagerkvist, 2016: 184).

Em jeito de conclusão da contribuição teórica, importa frisar que, embora o campo das memórias digitais é relativamente recente, a mediação da memória pelos meios digitais tem acontecido de forma acelerada e a mudança que esses meios encetaram na forma como criamos e acedemos à memória tem potenciado o rápido desenvolvimento da investigação neste campo. Dentro do que constitui memória digital encontramos uma plethora de formas e formatos de difusão, partilha e negociação de memória, com páginas eletrónicas comemorativas; fóruns e grupos de partilha de memória e divulgação de eventos nas redes sociais como o Facebook, o Twitter ou o Reddit; blogs; a digitalização, difusão e partilha de lugares de memória através de plataformas predominantemente visuais como o Flickr ou o Instagram; aplicações turísticas para *smartphones*, entre muitos outros exemplos.

Por um lado, estas plataformas permitem aceder a memórias geograficamente localizadas a partir de qualquer parte do mundo, criar grupos de partilha e difundir memórias marginalizadas, subalternas ou sub-representadas no espaço público fora da Internet, bem como questionar as narrativas dominantes numa interação que subverte a lógica do produtor-consumidor dos meios de comunicação tradicionais. Geram formas de contestação, mas também de reforço de narrativas latentes por facilitar o encontro de pessoas com os mesmos interesses, com as mesmas opiniões e com memórias partilhadas. Por outro lado, esta potencialidade é maior ou menor dependendo do acesso que os atores sociais têm à Internet. A dificuldade de acesso limita a partilha de memórias digitalmente mediadas num meio muito fragmentário e segmentado, marcado pela mudança constante de formatos e pelo modelo de rápida obsolescência da tecnologia. Da mesma forma, leva a uma imersão profunda do indivíduo no meio, pela quantidade de informação criada, disponibilizada e em circulação, o que nem sempre facilita o acesso a questões menos conhecidas ou debatidas fora da Internet.

Memória da Guerra Colonial

A RTP começou a emitir, em 2007, uma série documental elaborada pelo jornalista Joaquim Furtado sobre o último conflito armado no qual o Estado português participou enquanto potência colonial. Um conflito de treze anos (1961-1974/75)²¹ que opôs os movimentos nacionalistas de libertação dos territórios africanos, até então colónias portuguesas, Angola, Guiné/Cabo Verde e Moçambique, e o Estado colonial português sob o regime ditatorial do Estado Novo (1933-1974). A série documental *A Guerra* foi inicialmente pensada como uma série de apenas seis episódios, mas rapidamente se percebeu que o material recolhido e o interesse pelo tema permitiriam a criação de uma verdadeira enciclopédia multimédia de 42 episódios transmitidos de 2007 a 2013 (Schaefer, 2015: 38-40).

Será exagerado considerar a importância desta série semelhante à série ficcional *Holocaust* na NBC em 1978 ou à do filme documental *Shoah* em 1985, atendendo à escala geográfica e sociocultural portuguesa? Ou ao *Tour of Duty* sobre a Guerra do Vietname que passou na CBS entre 1987 e 1990?²² A verdade é que, como refere Ansgar Schaefer, o primeiro episódio de *A Guerra* na RTP teve um *share* de 32,9%, cerca de um milhão de telespectadores, o que “ultrapassou em muito a tiragem de qualquer livro escrito sobre a mesma matéria” (Schaefer, 2015: 56). Uma das variadíssimas conclusões que podem ser recolhidas desta incursão na guerra através dos meios de comunicação de massas é a existência de uma ligação profunda entre um passado que se pensa acabado e o presente. A série documental *A Guerra – de Libertação, Colonial, do Ultramar* torna claro, logo a partir da problemática gerada pelo próprio nome, que esta se trata de uma história passada,

²¹ O golpe militar de 25 de abril de 1974 pôs fim ao regime ditatorial do Estado Novo, nos meses que se seguiram o MFA no seu programa tomou como objetivo a descolonização imediata dos territórios coloniais sob o domínio português. Foram encetadas negociações com os movimentos de libertação nacional e foram estabelecidas datas para a declaração oficial de independência. O Acordo de Argel assinado a 25 de agosto de 1974 estabeleceu as datas para São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau, os Acordos de Lusaka assinados a 7 de setembro de 1974 estabeleceram a data para Moçambique e o Acordo do Alvor a 15 de janeiro de 1975 estabeleceram a data para Angola. A independência de Moçambique foi declarada a 25 de junho de 1975, a de Cabo Verde a 5 de julho de 1975, a de São Tomé e Príncipe a 12 de julho de 1975 e por fim a de Angola a 11 de novembro de 1975. A Guiné-Bissau declarou unilateralmente a sua independência em Madina do Boé a 24 de setembro de 1973, mas Portugal só reconhece a independência a 10 de setembro de 1974. Para mais informações sobre a descolonização ver, Jerónimo, 2013; Pinto e Jerónimo, 2014; Rosas, Machaqueiro e Oliveira, 2015.

²² Relativamente à Guerra da Argélia, existe o filme 1966 *A Batalha de Argel* realizado por Gillo Pontecorvo. Em 2017, Malek Bensmaïl realiza *A Batalha de Argel, um filme dentro da História*.

mas não morta. Uma história do passado com uma forte presença no presente que se reflete nas tensões abaixo explanadas.

A questiúncula em volta do nome da guerra pode ser brevemente contextualizada, embora não deixe de ser uma questão complexa. Por um lado, é importante compreender que em termos históricos – para o regime ditatorial do Estado Novo – o conflito de treze anos em África não era oficialmente considerado um conflito bélico – uma guerra – porque o regime não reconhecia os movimentos de libertação como oponentes, beligerantes ao mesmo nível do Estado português. Eram, portanto, considerados e amplamente designados “grupos de terroristas”, “a soldo de potências estrangeiras,” cujo principal interesse seria alianar os “territórios ultramarinos portugueses” – parte integrante do território nacional – levando-os para a influência dos países socialistas, para a esfera da URSS.²³

Assim, para que se tenha uma visão mais ampla da importância política e social das designações de eventos históricos como este, vale a pena explicar o que cada umas das designações utilizadas no título da série documental de Joaquim Furtado poderão significar/implicar (cf. Campos, 2017: 7). O termo Guerra Colonial é amplamente utilizado por ser a designação consensualizada nos meios académicos. Neste sentido, é comum ler a designação em textos históricos, em particular, ou das Ciências Sociais, no geral, que compreendam a condição colonial a que estavam sujeitos os territórios em questão e a natureza bélica do conflito.

Não obstante, também não é raro depararmo-nos com a designação “Guerra do Ultramar”, que muitas vezes se associa a posições mais conservadoras, de direita ou saudosistas do antigo regime ditatorial – já que o termo “ultramar” era utilizado desde 1951 pelo regime para designar formal e juridicamente as colónias portuguesas (ver nota 27). Com efeito, embora a designação se coadune com uma relação jurídico-constitucional que servia politicamente os propósitos do regime ditatorial e, ainda hoje, seja reproduzida por muitos antigos combatentes provenientes de setores mais conservadores, como refere Miguel Cardina, “[é] curioso de observar [...] que o uso da expressão ‘guerra do ultramar’ transcende os círculos de ex-combatentes mais conservadores ou dos mais saudosistas do regime, mostrando um entendimento do conflito determinado pela experiência do combate e por modos de nomeação dessa experiência alicerçados na linguagem autojustificativa do

²³ Inserindo desta forma para todos os efeitos, sobretudo propagandísticos, o conflito nos três territórios no contexto internacional mais vasto da Guerra Fria. O que não sendo errado, era descrito de acordo com a narrativa mais favorável ao governo colonial português. Os atos bélicos eram assim descritos pela comunicação social da época como ações de policiamento, proteção das populações e melhoramento das suas condições de vida.

regime” (Cardina, 2020b: 382-83). Uso que também deriva da influência que a narrativa dos antigos combatentes tem das suas redes e comunidades de pertença.

Dito isto, o termo utilizado será, daqui em diante, Guerra Colonial, mas isso não significa que a designação não tenha as suas próprias problemáticas. A meu ver, a mais significativa é a ilusão de um evento homogêneo e historicamente singular. De certa forma, omite outras guerras coloniais e processos de revolta e resistência que se foram desenvolvendo entre os finais do século XIX e início do século XX tal como a própria heterogeneidade dos conflitos nos diferentes territórios. Como reafirma Aida Freudenthal para o caso angolano (2018: 56):

[...] a pesquisa tem vindo a revelar uma origem remota, desde os anos 1920, para o amplo protesto camponês ocorrido em Kasanje no tempo colonial, num processo contínuo de resistência anticolonial na região [...]. Na esteira de James Scott (1985), importou-nos decifrar a sucessão de formas quotidianas de resistência – hidden transcripts – que em 1961 ganharam nova visibilidade no confronto entre os camponeses da Baixa e o poder detido por entidades privadas e oficiais no início daquele ano.

O mesmo aconteceu com as restantes colónias, “pacificadas” apenas em inícios do século XX, com épocas de maior ou menor revolta e vários graus de resistência ao domínio colonial (cf. Alexandre, 2013[2000]: 20) e ao poder das grandes companhias de exploração de mão-de-obra contratada ao abrigo do Estatuto do Indigenato (Freudenthal, 2018; Jerónimo e Monteiro, 2018) O tema Guerra Colonial força o investigador a olhar para uma série de processos de resistência e luta como um único processo de descolonização que começa, como refere Freudenthal, com uma série de acontecimentos ocorridos nos primeiros três meses de 1961 anunciava o início da sublevação e da luta armada. Sendo o primeiro, a janeiro de 1961, quando os trabalhadores da COTONANG, umas das empresas monopolistas presentes no território, se revoltam contra o atraso no pagamento de salários, o cultivo obrigatório do algodão, o trabalho forçado e as duras condições de trabalho (Rosas, 2018: 99-103).²⁴

Nessa escalada, a partir de 4 de fevereiro entraram em cena a 3.^a e a 4.^a Companhias de Caçadores, que executaram a eliminação gradual e concertada dos focos de revolta a

²⁴ Sobre trabalho forçado, contrato, resistência e revolta ver Curto, Diogo Ramada (dir.), Pinto Cruz, Bernardo e Furtado, Teresa. 2016. *Políticas Coloniais em Tempos de Revolta. Angola circa 1961*. Porto: Afrontamento; Monteiro, José Pedro. 2018. *Portugal e a questão do trabalho forçado (1944-1962)*. Lisboa: Edições 70; Curto, Diogo Ramada. 2020. “Políticas coloniais e escravatura moderna.” Em *O colonialismo português em África: de Livingstone a Luandino*, 69-148. Lisboa: edições 70.

partir de Tekka-dya-Kinda. A movimentação destas forças terrestres foi complementada pela Força Aérea (FAP), a partir de 6 de fevereiro, em intervenções desproporcionais perante a natureza do ‘inimigo’, com sanzalas arrasadas e a eliminação indiscriminada de muitos dos seus habitantes em vários sobados [...].

Contudo, o conflito anticolonial ultrapassou a escala regional após os ataques de 4 de fevereiro, em Luanda, e de 15 de março, no distrito do Congo. A partir de então, e até maio desse mesmo ano, fontes militares e policiais registaram várias ações repressivas e capturas de eventuais revoltosos na Baixa, entre os quais importantes autoridades tradicionais da região, cuja ação fora considerada mais relevante na evolução dos protestos. Milhares de detenções e mortes devastaram a população da extensa região algodoeira, embora seja controverso o seu cômputo final, que tem oscilado, segundo os autores, entre centenas e dez mil pessoas (Freudenthal, 2018: 50).

A 4 de fevereiro um grupo de nacionalistas, aproveitando a presença de jornalistas estrangeiros em Luanda para cobrir o regresso do paquete *Santa Maria* desviado por Henrique Galvão,²⁵ assaltou a casa de reclusão militar e o forte de São Paulo com o objetivo de libertar presos políticos nacionalistas que se encontravam presos. A retaliação após este assalto foi sentida com o ataque de brancos aos musseques. A repressão contra os negros de Luanda foi violenta e durou cerca de um mês. Seguindo-se, a 15 de março, a sublevação das populações do Norte de Angola contra os fazendeiros resulta num banho de sangue que será instrumentalizado pelo regime contra os movimentos de libertação. É este último acontecimento que antecede a decisão tomada a 21 de abril de 1961 de enviar tropas para Angola dando início ao conflito armado.

Da parte do regime, o discurso consistia na ideia de que o envio de milhares de homens para as colónias africanas era justificado como operações de policiamento e combate ao chamado ‘terrorismo.’ A propaganda do regime acicatou o fervor nacionalista da população e o sentimento de defesa de uma integridade territorial do chamado ‘ultramar’²⁶ ao divulgar imagens do massacre de fazendeiros brancos e trabalhadores negros por elementos da UPA em 1961 no norte de Angola. Como descreve ironicamente, Jorge Cabral, um dos dez veteranos de guerra e membros do blogue que entrevistei:

²⁵ Na madrugada de 22 de janeiro de 1961, o paquete *Santa Maria* foi tomado de assalto por um comando de cerca de duas dezenas de homens às ordens de Henrique Galvão. O objetivo do assalto era político e oposicionista, mas fracassa e Henrique Galvão exila-se no Brasil.

²⁶ A alteração constitucional de 1951, lei n.º 2048 de 11 de julho, que alterou a designação de “colónias” para “províncias ultramarinas” teve por base a decisão política de tornar as colónicas juridicamente territórios integrantes de Portugal. Respondendo aos ventos da descolonização que supravam tanto das organizações internacionais como dos recentes países nascidos das descolonizações na África e na Ásia.

Portugal nunca esteve em guerra. Eu lembro-me de estar no meio da Guiné, mesmo no meio na Guiné, e ouvir na rádio o Marcello Caetano – o Salazar morreu já eu estava na Guiné – a dizer que não havia guerra nenhuma. Havia uma pequenas escaramuças de fronteira. Não havia guerra, não havia guerra. Os soldados... os feridos eram escondidos [...].

A nível internacional, o fim da Segunda Guerra Mundial formou um contexto propício ao discurso da libertação, com a criação da Organização das Nações Unidas e o reconhecimento do princípio de direito à autodeterminação dos povos. Os anos que se seguiram, 1950 a 1970, seriam marcados pela descolonização global dos povos sob o jugo de potências coloniais europeias perante um cenário de destruição na Europa. A alteração das relações de poder internacional consagrou o estatuto de superpotência aos EUA e a URSS, dois países cujas políticas externas favoreciam e/ou apoiavam ativamente a descolonização das colónias sob o jugo europeu. Ambos forneceram ajuda de forma mais ou menos consistente aos movimentos de libertação que ganhavam fôlego com a Conferência de Bandung em 1955, as ideias proto-nacionalistas, da primeira metade do século, e o pan-africanismo do pós-guerra.

A nível interno e metropolitano, o contexto social, político e económico no qual os homens que combateram pelas FAP foram socializados e formados influenciou as narrativas auto-legitimadoras ou críticas – consoante o seu ambiente social, económico e político. Variáveis como a classe, a formação académica, os contactos estabelecidos durante a tropa, a sua localização geográfica de origem e o território para o qual foram recrutados formam a teia complexa que influi na forma como conferiram e conferem, em parte, sentido à sua experiência de guerra. O historiador Fernando Rosas, em *Salazar e o Poder: a arte de saber durar* (2012), aponta cinco fatores que explicam a permanência de uma ditadura fascista conservadora em Portugal e que fornecem um quadro claro do enquadramento político e institucional da época a partir dos quais se doutrinarão os antigos combatentes. Em primeiro lugar, a combinação entre uma violência de tipo *preventivo* e uma violência de tipo *punitivo*. O regime conseguiu, através do primeiro tipo de violência, dissuadir, intimidar, controlar e vigiar os comportamentos da população portuguesa, para isso contribuindo também os aparelhos oficiais de inculcação ideológica que levavam a cabo uma “surda socialização do medo” num clima de acatamento, submissão e resignação que explorarei mais adiante. E, por via do segundo tipo de violência, destinada a quem pisava “o risco delimitador do primeiro círculo”, reprimia diretamente aqueles que se envolvessem na luta contra o regime para que servissem de exemplo para o resto da população. Embora o número de visados na metrópole por este último tipo de violência tenha sido limitado, como refere Fernando Rosas (2020: 50-1):

Convém ter em conta, todavia, que a violência da polícia política e das suas milícias, em colaboração com as Forças Armadas, assumiu no combate às lutas de libertação nacional nas colónias formas extremas e sem paralelo, não só contra as guerrilhas como contra as populações suspeitas de as apoiarem: massacres, torturas, execuções sumárias, prisões em massa nos campos de concentração, etc.

A manutenção do controlo político sobre as FAP, especialmente do topo da hierarquia militar permitia a estabilidade do regime. Estabilidade que foi abalada com a retirada de apoio de determinados oficiais de baixa patente aos quais se juntaram oficiais como Spínola em 1974. O terceiro fator é talvez o mais significativo na produção de um consenso colonial. O total enquadramento, condução e intimidação ideológica da população a partir de um projeto social e ideológico de formação e (re)educação de um ‘homem português’ com base nos valores do Estado Novo,²⁷ que se reflete na ideia de que não se discute “a Pátria e a sua História,” nem a “Autoridade e o seu prestígio.” O regime servia-se de um *sistema de enunciação* que passava por organismos públicos como o SPN e a AGC, pertencente ao Ministério das Colónias, e de um *sistema de inculcação ideológica* que passava pelo ensino, tutelado pelo Ministério da Educação e complementado por outros organismos e instituições como a Mocidade Portuguesa, a OMEN e o aparelho corporativo, com o INTP e a FNAT (cf. Rosas, 2020: 48-62).

A ditadura soube aproveitar o conceito de lusotropicalismo e adaptá-lo difundindo-o junto das elites do regime, imergindo-o na cultura popular e de massas (Cardão, 2014). É a partir do aparelho ideológico que se reforça o “‘consenso imperial’ gerado pelo colonialismo português” que se explica pela existência de um “‘colonialismo popular’ difuso” e pelo “anticolonialismo tardio do antifascismo português” (Rosas, 2020: 60ss). As suas origens estão ligadas ao surgimento de um nacionalismo colonial português, após a perda do Brasil e o início do ciclo imperial africano, nos finais de novecentos (cf. Alexandre, 2013 [2000]: 11-28; 2017: 9-25).²⁸

Foram criados organismos, mais ou menos espontâneos, mas com ligações claras ao Estado Novo com o objetivo de “levantar a moral dos soldados” e “incitar as mulheres

²⁷ Os dois últimos fatores de durabilidade da ditadura estado-novista são a cumplicidade da Igreja católica portuguesa e o regime económico, social e ideológico do corporativismo (cf. Rosas, 2012; 2020: 48-62).

²⁸ Um consenso que não é uma criação do Estado Novo já que este nacionalismo foi-se construindo a partir de um imaginário colonial habilmente mobilizado pelo partido republicano durante o período final da monarquia constitucional (1891-1910), incorporado nos valores da Primeira República (1910-1928) e aprofundado e instrumentalizado pela propaganda do Estado Novo (1933-1974). Foi precisamente neste último que a autorrepresentação do país a partir de uma mística imperial atingiu o seu paroxismo (Cardina, 2020b: 363-5).

portuguesas a fazê-lo.” Como por exemplo, o MNF anunciado na RTP às 21h de dia 28 de abril, apenas sete dias após o envio das primeiras tropas para Angola, que se constitui oficialmente como associação independente e apolítica do Estado português a 21 de agosto do mesmo ano. As fontes de financiamento advinham dos eventos patrocinados pelos meios de comunicação e o seu principal objetivo era, sobretudo a moralização, o enquadramento e a propaganda estado-novista junto dos soldados e das suas familiares. A grande dinamizadora do MNF era Cecília Supico Pinto – Cilinha –,²⁹ uma *socialite* com ligações ao regime.

Era, portanto, uma associação criada para sustentar o esforço de guerra. Foi esse o seu maior legado a par da criação de uma mística feminina nacional. As mulheres queriam-se mães extremosas, esposas dedicadas e irmãs/namoradas/filhas obedientes e patrióticas. Da mesma forma, as mães portuguesas deveriam ser abnegadas ao entregarem voluntariamente os seus filhos/maridos aos desígnios da nação, à defesa patriótica do solo português no ‘ultramar.’ Destas mulheres ficaram na memória dos antigos combatentes, sobretudo, os milhares de aerogramas trocados com os seus entes queridos. Estes aerogramas tinham selo do MNF e eram vendidos com isenção de franquia. Mas também se lembram da quebra da rotina quotidiana nas terras africanas quando recebiam a visita das senhoras do MNF – nomeadamente Cecília Supico Pinto –, que se deslocavam frequentemente ao terreno onde se encontravam os soldados.

Todavia, eram as madrinhas de guerra o grande motivo de alvoroço. As madrinhas de guerra foram a face mais visível e a mais celebrada pelos antigos combatentes nas suas memórias (ver *infra*). Muitas das mulheres que se voluntariavam para escrever aos combatentes não se enquadravam no MNF, respondiam apenas ao pedido de soldados e das suas famílias. Num país onde o analfabetismo e a iliteracia eram muito elevados, era a rapariga que sabia ler e escrever que se encarregava de falar com as tropas em determinada localidade. E, tal como os soldados, com a passagem do tempo o teor das cartas e aerogramas acabava por se desviar das diretrizes emanadas do MNF – engaijadas com o Estado Novo. O desvio podia passar pela crítica à violência e ao que consideravam ser a ‘inutilidade da guerra’, principalmente nos últimos anos do conflito, ou, por outro lado, encetando relações mais íntimas e amorosas com os seus correspondentes em terras “do ultramar.”

É quase tautológico referir que a memória das mulheres na Guerra Colonial é considerada uma *memória fraca* (Traverso, 2012), mas mesmo dentro das memórias fracas

²⁹ Sobre a história do Movimento Nacional Feminino ver Espírito Santo, 2003 e sobre Cecília Supico Pinto ver Espírito Santo, 2008.

existem diferentes graus de visibilidade. Um dos exemplos são as memórias das mulheres que fizeram oposição contra a Guerra Colonial – opositoras na metrópole, no exílio ou nos vários movimentos de libertação – ou as mulheres africanas que de uma forma ou de outra fizeram parte da vida dos antigos combatentes em terras de África – que irei desenvolver no Capítulo III.

Mas regressando brevemente ao MNF, é importante ter em conta que a associação também incentivava as de mulheres de soldados portugueses da metrópole a acompanharem os seus companheiros para o “ultramar” durante a comissão destes últimos com o intuito de conferir uma certa aura de normalidade familiar – que se pensava moralizar os soldados.³⁰ Ao mesmo tempo, a ida das companheiras das tropas fazia parte do esforço de colonização dos territórios africanos – mais um passo na ‘civilização do ultramar’ – a partir da unidade básica do Estado Novo, a família portuguesa. Embora essa imagem estivesse a ser posta em causa pela própria guerra, pela inevitável necessidade de as mulheres entrarem no mercado de trabalho enquanto os homens e/ou companheiros se encontravam em comissão e pela incorporação de mulheres nas FAP na qualidade de enfermeiras-paraquedistas (cf. Ferreira, 2018).

Apesar do passar dos anos, o regime continuava a assumir-se ideologicamente como nação pluricontinental e multirracial, recusando-se a conceder a independência às colónias e ameaçando prolongar indefinidamente o conflito. O que levou um grupo de oficiais de baixa patente a compreender que só seria possível por fim à Guerra Colonial com o derrube do regime, com destaque para os que combateram na Guiné. Todavia, o novo poder, “[...] decret[aram], logo a 10 de Maio de 1974, ‘a amnistia de crimes essencialmente militares praticados antes do 25 de Abril [sic] [...]’” (Ribeiro, 1999: 142), o que contribuiu para impossibilitar o debate sobre os crimes de guerra cometidos durante o conflito.

A importância da Guerra Colonial para a sociedade portuguesa contemporânea mede-se nas suas consequências sociais. Nos cerca de treze anos do conflito foram, de acordo com números oficiais, enviados para os três territórios cerca de 820.000 jovens. Destes, oficialmente, mais de 8.000 morreram, mais de 15.000 deficientes físicos e estima-se que mais de 100.000 sofram de stress pós-traumático (cf. Afonso e Gomes, 2020: 452-489; Campos, 2008; 2017: 39-43; 2018: 70; para uma perspetiva crítica sobre o stress pós-

³⁰ Outros exemplos de representações de mulheres ligadas à Guerra Colonial em obras de ficção como *Percursos (do Luachimo ao Luena)* de Wanda Ramos (1981) ou *A Costa dos Murmúrios* de Lídia Jorge (1988). Para além do trabalho académico produzido à volta do testemunho destas mulheres, sobretudo o contributo de Margarida Calafate Ribeiro (2007).

traumático e Guerra Colonial, ver Quintais, 2000).³¹ Foram treze anos de violência bélica com enorme impacto que contrasta com a inexistência de um debate público e alargado na sociedade portuguesa sobre a sua dimensão violenta, assim como o seu impacto na vida dos homens e familiares marcados pela experiência.

Já com o desastre militar português na Primeira Guerra Mundial e o consequente deficiente processo de integração de uma massa de homens que não via as suas necessidades satisfeitas despertou uma reação associativa. Um grupo de antigos combatentes de baixa patente, cuja precariedade de condições de vida era insustentável, organizou-se numa tentativa de dar voz às muitas reivindicações que alguns dos homólogos europeus já haviam alcançado. Assim, em 1921, associaram-se os primeiros homens e apresentaram proposta ao governo de formar a LCGG, com a Guerra Colonial foi-se convertendo em LC abarcando também os veteranos de 1961 a 1974.

O conflito designado pela historiografia como Guerra Colonial marcou, historicamente, o início do fim da colonização portuguesa em África e, física e psicologicamente, a geração de homens que nela combateu, hoje entre os 60 e os 80 anos. Esta geração mobilizada (Campos, 2017) só agora, passados mais de quarenta anos assiste a uma crescente produção mnemónica, com os antigos combatentes a começarem a dar cada vez mais o seu testemunho e a inscrever a memória da Guerra Colonial no espaço público português. Como noutros contextos de descolonização (e.g., Guerra da Argélia, cf. Stora, 2005), a complexidade da memória pública deriva da dificuldade em lidar com o passado colonial.

A inscrição da memória da Guerra Colonial é frágil, na medida em que não existe um reconhecimento por parte do Estado português – e de alguns ex-combatentes – das dimensões mais violentas e racistas do colonialismo português, em geral, e da guerra, em particular (e.g. Loff, 2014: 5-9; Cardina, 2020). As perspetivas críticas são pouco expressivas ou mantêm-se mais ou menos circunscritas aos círculos historiográficos, da academia e de um grupo de combatentes mais crítico com pouca exposição mediática

³¹ Não existem números exatos relativos à quantidade de antigos combatentes que vivem hoje com SSPT. O número avançado em 2008 por Augusto Freitas da APVG afirma que os números avançados se baseiam em “consultas de psiquiatria, clínica geral e de psicologia prestadas por várias delegações da associação bem como em outras entidades ligadas a antigos militares”, disponível em “Hoje comemora-se o dia do veterano de guerra. Guerra Colonial: 150 mil homens ingerem fármacos por sofrerem de stress de guerra”, fonte da Lusa, publicado pelo *Público* a 20 de outubro de 2008, <https://www.publico.pt/2008/10/20/sociedade/noticia/guerra-colonial-150-mil-homens-ingerem-farmacos-por-sofrerem-de-stress-de-guerra-1346780> (último acesso a 11/12/2021).

(Antunes, 2017: 363).³² Da mesma forma, a memória destes ex-combatentes é seletiva e contraditória. Os silêncios e as ausências (cf. Schröter e Taylor, 2018: 7; Winter, 2010) são uma componente importante na análise dos seus discursos.

Ora, a inscrição existente materializa-se por via da monumentalização do conflito – na proliferação de monumentos em homenagem aos antigos combatentes, um pouco por todo o país, mais expressivamente após os anos 2000 (Caiado, 2018) – e da criação de narrativas mnemónicas produzidas em texto – alguns dos quais dentro do género ficcional (cf. Ribeiro e Vecchi, 2011). Uma memória popular (*vernacular memory*, Bodnar, 1994: 14), que embora já existisse anteriormente, foi massificada entre os finais de 1990 e inícios de 2000. Foi a partir desse período, sobretudo, que os ex-combatentes começaram a produzir mais memórias sobre as suas experiências da guerra. Testemunhos que nos últimos anos têm sido publicados com grande frequência em edições de autor ou em edições com a chancela de editoras patrocinadas por associações de combatentes. Esta crescente produção de testemunhos em Portugal (Antunes, 2017: 348) coincidiu, entre outros fatores, com a democratização e a massificação do acesso à Internet no país. A Internet foi rapidamente preenchida com memórias da Guerra Colonial, particularmente aquando do *boom* dos blogues no início dos anos 2000. A tendência continuou noutros formatos, como no arquivístico e/ou no enciclopédico, e.g., Wikipédia, e mais recentemente em plataformas de *microblogging*, e.g., Facebook.

A Guerra Colonial, enquanto evento marcado pela violência extrema, representa, até aos dias de hoje um período que importa esquecer ou relembrar publicamente de forma higienizada pelo discurso oficial português (cf. Bodnar, 1992: 14-15). Em termos institucionais e políticos há um apagamento da violência colonial para que não se abale a visão glorificada do passado imperial português (cf. Loff, 2014). Aceitá-la equivaleria a contradizer o mito nacional lusotropicalista da excecionalidade da colonização portuguesa (cf. Bouchard, 2013: 277) – um país de brandos costumes, descobridor, civilizador e tolerante – e de abertura da sociedade democrática atual – apagando o racismo institucional do debate público.

Na verdade, a dificuldade em encaixar a Guerra Colonial numa narrativa nacional, especialmente na sua dimensão condenatória, deriva também do papel que os militares da Guerra Colonial tiveram no golpe militar de 1974 que pôs fim ao regime ditatorial do Estado Novo e encetou o período de revolução e posterior construção do Portugal democrático (cf. entre outros, Cardina, 2016b: 68-9; Cardina e Martins, 2018: 15; Campos, 2017: 41). Condicionantes como esta contribuem para que, como sublinha Bruno Sena

³² Sobre a dimensão violenta e racista da guerra, cf. Dhada, 2016.

Martins, “[e]mbora matizado por uma crescente visibilidade em anos recentes [...]” a Guerra Colonial permaneça num lugar residual ou fantasmático do senso comum português (2016: 305). Importa aqui analisar essa crescente visibilidade tornada possível nos últimos anos, em parte, pela memória popular transmitida pelos ex-combatentes (Bodnar, 1992: 14-15).

Nas duas décadas que se seguiram, entre os anos 1980 e meados de 1990, a política de consolidação de uma democracia liberal europeia toma conta da agenda mediática nacional. A adesão formal às comunidades europeias em 1986 e a vontade de criar um espaço de influência portuguesa nas ex-colónias, a partir da ideia de lusofonia, reforçam a revitalização da narrativa lusotropicalista (cf. Almeida, 2004; Cardão, 2014; Peralta, 2017, 26-64) sobre a excecionalidade do contacto português no mundo (Peralta, 2017: 27; 59-60; ver também Loff 2014), pioneiro nos “descobrimientos”.³³ Ideário já enraizado no país pela ação ideológica do Estado Novo. Ora, esta revitalização leva a um esquecimento da matriz anticolonial da revolução. Usando a conceptualização de Jay Winter (2010: 5), é um silêncio estratégico que resulta na higienização do passado colonial, em particular das suas dimensões violentas e racistas. Ao silêncio sobre as relações coloniais contrapõe-se a criação de uma comunidade linguística entre países irmãos, a CPLP à imagem da OIF.

Não obstante, a falta de memória pública da guerra contrasta com o excesso de memória pessoal (Ribeiro, 2007: 45). Durante muitos anos, os antigos combatentes guardaram para si ou para o seu círculo privado as memórias das suas experiências de comissão em África. De certa forma, o silêncio público reforçou e foi reforçado pelo silêncio dos ex-combatentes que se perpetuou fora das esferas de intimidade. Como sublinha Ângela Campos (2017: 168; ver também Bourke, 2006: 35), o silêncio público poderá ter desencorajado os ex-combatentes de falar da guerra ao reforçar sentimentos de vergonha e de culpa. Há uma “[...] relationship between memory and guilt – for colonialism, for persecutions and massacres. [...] because the dialectics between memory and silence in this continent cannot avoid colonialism, totalitarisms and wars, and their sites within and outside Europe” (Passerini, 2003: 250). Na mesma linha, o antropólogo social Paul Connerton (2011: 46) fala de um silêncio humilhado (*humiliated silence*), “[...] the collusive silence brought on by a particular kind of collective shame there is detectable both a desire to forget and sometimes the actual effect of forgetting”, asserção reforçada

³³ Para uma crítica do conceito de “descobrimientos” ver o artigo “A controvérsia sobre um Museu que ainda não existe. Descobertas ou Expansão?”, *Expresso*, (12/04/2018), em: <https://expresso.pt/cultura/2018-04-12-A-controversia-sobre-um-Museu-que-ainda-nao-existe.-Descobertas-ou-Expansao-> (último acesso em 02/10/2021).

pelas afirmações do antigo combatente, já citado, Jorge Cabral, “[h]á pessoas que se esqueceram tão completamente que nunca falaram que estiveram na guerra”.

Não obstante, nunca se deixou de escrever sobre a Guerra Colonial, sobretudo no plano da escrita literária. Paulo de Medeiros em “Hauntings: memory, narrative, and the portuguese colonial wars” (2000) explora a relação entre a amnésia social e política pública e a anamnese literária. Para o efeito, analisa dois romances portugueses: *Os Cus de Judas* de António Lobo Antunes, 1979, e *A Costa dos Murmúrios* de Lídia Jorge, 1988, (Medeiros, 2000: 49). O autor confronta a relativa prolixidade da literatura sobre a Guerra Colonial e o silêncio público, chamando a atenção para outras formas de silêncio:

Silencing is not just a tool of the State. It is also a consequence of the fact that for many, memory is still foremost – if it will not always be – a source of shame, an unbearable pain whose power prevents many from speaking in public (Medeiros, 2000: 54).

O silêncio público foi acompanhado por um silêncio privado fora do espaço ficcional e dos espaços privados ou semiprivados, reforçando-se mutuamente. Luisa Passerini sugere pistas para as razões deste silêncio: de acordo com a autora, a amnésia pode ser imposta pelo Estado, mas necessita de uma certa cumplicidade daqueles que, não estando numa posição de poder, aceitam o silêncio e não o desafiam (Passerini, 2003: 243).

Para Paulo de Medeiros, o processo de democratização, a adesão à comunidade europeia e a necessidade de ultrapassar um regime autoritário não permitiram, nem deram abertura para a exorcização dos fantasmas do passado (Medeiros, 2000). Para além disso, a condição intermédia entre a vítima e o perpetrador, onde a resistência ou a colaboração eram constantes, escapa às narrativas públicas sobre o passado colonial e ao discurso lusotropicalista que representa o passado colonial como um encontro cosmopolita de culturas, diálogo e troca. Não se coaduna, em suma, com a violência. Não se articulam as experiências dos antigos combatentes pela falta de um espaço de enunciação, pelo sentimento de culpa e/ou pela vergonha e medo de um certo ostracismo social. Experiências essas já pouco propensas à representação devido ao seu carácter traumático (cf. Caruth, 1995).³⁴ Assim se explica, em parte, porque é que as primeiras formas de enunciar a Guerra Colonial foram literárias (Medeiros, 2010; Ribeiro, 2007; 2012). A literatura ficcional permite um distanciamento em relação à experiência do evento vivido, permite também ultrapassar a literalidade do acontecimento traumático através do processo de ficcionalização (cf. Caruth, 1995; Seligmann-Silva, 2008; Medeiros, 2000: 54).

³⁴ O silêncio poder também ser o resultado do limite da linguagem para representar determinada experiência. O silêncio passa a ser uma ‘linha de fuga’ (cf. Deleuze e Gattari, 1987).

A partir dos anos 90 há, porém, uma confluência de fatores que viria a facilitar a criação e divulgação de memórias populares da guerra. Memórias populares entendidas de acordo com o conceito desenvolvido por Emily Keightley e Michael Pickering (2015, 9-12, 15, a partir de Bodnar 1992, 14), isto é, espaços de criação que se estabelecem nos interstícios das memórias individuais e populares, servindo-lhes de ligação. É neles que as memórias individuais e populares são apropriadas e reinterpretadas de forma criativa – através da imaginação mnemónica (*mnemonic imagination*) – para se transmitirem dentro de uma comunidade e estabelecerem ou reforçarem laços de união entre os seus membros. Ora, é nesse período que se inicia uma nova fase de reabilitação e comemoração da figura do combatente. Reabilitação materializada, no espaço público, pela construção de monumentos, e.g., o Monumento aos Combatentes do Ultramar construído em 1994 em Belém. Paralelamente, e na sequência do reconhecimento a nível estatal do stress pós-traumático com a legislação de 1999 (Lei n.º 46/99, de 16 de junho), criam-se novas associações de enquadramento coletivo, e.g., APOIAR e a APVG. Multiplicam-se também os convívios de grupos e unidades que viveram juntos a guerra, bem como as seções locais da LC.

Como sugere Joanna Bourke no contexto da Guerra do Vietname, há a partir deste período uma tentativa, por parte dos veteranos de Guerra, de conferir significado à experiência de violência vivida e cometida, “[...] to survive being a perpetrator may not be a matter of either ‘forgetting’ or ‘remembering’, but of finding a legitimate narrative that is both coherent and convincing” (Bourke 2006, 36). A narrativa da vítima foi apropriada a partir do discurso clínico por via da psiquiatria nos anos 1990 com o diagnóstico do SSPT (Quintais, 2000^a; 2001). Subjacente está a ideia de que os ex-combatentes foram jovens obrigados pelo regime, em virtude do recrutamento obrigatório, a combater numa guerra que não escolheram e na qual sofreram. A narrativa de vitimização, já presente os discursos dos combatentes marcados fisicamente pela violência da guerra,³⁵ é reabilitada durante os anos 1990 por aqueles que consideram ter sido uma condenação injusta no período pós-revolução e o abandono do Estado, pela falta de cumprimento das suas prerrogativas de proteção económica e social. Para Jorge Cabral, “[...] transformaram, realmente, os combatentes [n]os massacradores, [n]os violadores. Ainda hoje isso permanece um pouco.”

A memória, tal como sugere Luisa Passerini, não é apenas palavra, é incorporada (*embodied memory*) e material. A memória pode ser transmitida através de gestos e rituais

³⁵ E que se juntaram logo após o 25 de abril de 1974 para reivindicarem os seus direitos, como aconteceu com a criação da ADFa no rescaldo do golpe/revolução.

– performativa –, de imagens e objetos revestidos de significado subjetivo e/ou intersubjetivo (cf. Passerini, 2003: 248). Da mesma forma, o silêncio não é sinónimo de esquecimento, pode ser a forma como a meditação e a reflexão sobre o significado de um dado evento se expressa. A tese de doutoramento da investigadora Ângela Campos, publicada como *An Oral History of the Portuguese Colonial War: conscripted generation* (2017), explora a memória da Guerra Colonial através de entrevistas a antigos combatentes. O objetivo deste trabalho de história oral é compreender a forma como estes homens – então portugueses da metrópole – viveram e lembram a experiência da guerra individualmente (2017; ver também o artigo anterior à publicação da tese, Campos, 2008). Esta perspetiva deve ser complementada pela investigação etnográfica de Maria José Lobo Antunes cujo objetivo é compreender a dimensão comunitária da memória dos antigos combatentes, num trabalho que combina pesquisa etnográfica – observação participante nos convívios onde a CART do seu pai, o escritor António Lobo Antunes – complementada com entrevistas pessoais. As diferenças no discurso destes homens quando navegam entre a entrevista pessoal e a convivialidade com os seus camaradas (Antunes, 2015; ver também, Campos, 2017: 236) são descritas pela antropóloga da seguinte forma:

Nas entrevistas, estes homens falaram de medo, de incerteza, de cobardia, da agressividade que rebentava em circunstâncias inesperadas, de desespero com o isolamento e com o tempo que demorava a passar. Nos almoços, falaram da camaradagem e de coragem. Nas entrevistas, contaram a descoberta dos negros e dos seus hábitos estranhos, denunciaram a opressão colonial ou confirmaram a justeza da disciplina necessária para combater a natural ociosidade dos africanos. Nos almoços anuais, África é apenas um cenário exótico do passado, guardado em imagens soltas de paisagens imensas e habitantes de modos extravagantes. A memória do fim do regime e da descolonização, as interrogações retrospectivas sobre o sentido da experiência de guerra, as inquietações sobre o destino do país – temas inevitavelmente percorridos nas entrevistas – desaparecem das conversas nos encontros anuais (Antunes, 2015: 375).

O silêncio apenas impede que as memórias sejam partilhadas e apreendidas porque não são expressas, não implica que elas tenham sido esquecidas ou que permaneçam ausentes na consciência daqueles que as recordam. Por vezes elas só precisam de um espaço de enunciação onde os combatentes saibam que serão ouvidos e/ou compreendidos ou, em alternativa, ter acesso a uma narrativa capaz de enquadrar a sua experiência de forma satisfatória, como aconteceu com o discurso clínico do SSPT.

A visibilidade ou invisibilidade das memórias também dependem de relações de poder entre os grupos e os indivíduos que relembram (Passerini, 2003). As memórias são fracas ou fortes consoante essas mesmas relações de poder. Miguel Cardina, recorrendo ao conceito desenvolvido no livro de Enzo Traverso (2012 *apud* Cardina, 2014: 38), caracteriza

as memórias da deserção como “memórias fracas”, minoritárias e subterrâneas no espaço público, embora não sejam desconhecidas nem invisíveis.³⁶

Na mesma linha de Enzo Traverso, associa-se este ressurgimento mnemónico da Guerra Colonial com o contexto mais geral do fim das utopias de esquerda a partir de finais dos anos 80 e inícios dos anos 90. Segundo este ponto de vista, “o princípio da esperança” que marcou o início do século XX é substituído pela perceção de um século XX marcado pela barbárie e pela violência (cf. Traverso, 2016: 55-57). O espaço de enunciação pública é aberto para as vítimas de violência ou, como refere o autor, é requerido aos atores do presente que convoquem para si de forma bem-sucedida o estatuto de vítimas se quiserem ter espaço na memória pública.

Victimhood is now a pivotal means by which individuals and groups see themselves and constitute themselves as political actors. Indeed, victimhood seems to have become a status that must be established before political claims can be advanced [...]. By its nature, victimhood is a claim on justice; victim status authorizes an aggrieved party to proclaim injury and demand recognition and reparation (Horwitz, 2018: 553).

E no caso português, os antigos combatentes mobilizam esse estatuto de forma estratégica – consciente ou não – para reivindicarem certos direitos sociais, políticos e económicos de finais dos anos 1990 até aos dias de hoje. Não tendo este ressurgimento sido isento de tensões e disputas de significação (como sugere Loff, 2015: 49-62), o surgimento de associações de antigos combatentes, um pouco por todo o país, e o ressurgimento de documentários, debates e trabalhos académicos sobre a Guerra Colonial foram contributos importantes que estimularam o aparecimento de narrativas alternativas. O historiador Manuel Loff, no seu capítulo “Estado, democracia e memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2014)” (2015: 23-143), descreve a memória da Guerra Colonial como o resultado da tensão entre três memórias: a que afirma ter maior visibilidade, a memória dos “retornados” ou “vítimas da descolonização”; e as duas menos valorizadas, a dos “retornados” vindos da emigração europeia de países como a França ou a Alemanha, movidos por razões ligadas à pobreza ou ao exílio político, e a dos soldados que combateram na Guerra Colonial. De igual forma, Loff associa a vinda de cerca de 470 mil pessoas³⁷ das antigas colónias, no período da descolonização, com uma mudança de

³⁶ Sobre desertores da Guerra Colonial ver Cardina, 2011, mas sobretudo ver Cardina e Martins, 2019 e Cardina, 2020a.

³⁷ Os números variam consoante as fontes. O historiador Manuel Loff refere 470 mil, outros apontam para números entre os 500 mil e os 800 mil (cf. Eyeman e Sciortino, 2020: 220). Manuel Loff está a apontar para o número de retornados que voltaram a Portugal e não para aqueles que voltaram a emigrar para outros destinos como a África do Sul, por exemplo.

discurso. Da solidariedade em relação às vítimas do colonialismo para a solidariedade com o sofrimento daqueles que, tendo abandonado os territórios recém-independentes, se consideravam vítimas da descolonização.

[Os cerca de 470 mil que] se haviam mantido fundamentalmente fiéis a um discurso colonial lusotropicalista, portadores de uma narrativa autobiográfica na qual a componente histórica e política que lhe dava sentido era muito mais pesada do que o seria para a maioria dos demais grupos sociais e geracionais portugueses. A estreitíssima janela aberta para a memória das vítimas do colonialismo e da Guerra Colonial fechava-se agora para dar lugar à memória das vítimas da descolonização (Loff, 2015: 49-50).

As memórias dos antigos combatentes foram-se compondo em discursos ambíguos a partir dos anos 90, nomeadamente com o surgimento dos movimentos de antigos combatentes “[...] dominados p[el]os setores da direita militar e civil profundamente hostis à memória da luta e da genealogia anticolonial associada ao legado da Revolução” (Loff, 2015: 52). Este levantamento corrobora a leitura da existência de um discurso institucional das associações que pode ser assimilado, apropriado, moldado, recontextualizado ou contestado pelos veteranos. A LC, por exemplo, tem uma linha de publicações, em parceria com a Âncora Editores, onde publica memórias individuais, de grupo e outras obras históricas. A linha tem como nome *Fim do Império* e totaliza 29 livros, disponíveis para venda na página da Liga.³⁸ E embora a sua linha discursiva institucional não possa ser descrita como reacionária, é conservadora no sentido em que a sua narrativa se encaixa na linha narrativa do sacrifício incondicional ao serviço da pátria. Discurso descontextualizado de valores pretensamente universalistas e despolitizando o conflito na sua especificidade colonial. É um discurso militar genérico e que mimetiza o discurso de outros conflitos como o da Primeira Guerra Mundial.

Relativamente ao discurso público dos representantes do Estado português na atualidade, Miguel Cardina (2016) dá pistas ao estudar a ausência do passado colonial ao analisar os discursos de Aníbal Cavaco Silva no contexto da sua Presidência da República Portuguesa entre 2006 e 2014. A partir de uma análise de discursos proferidos nas comemorações do 25 de abril e do 10 de junho – dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas³⁹ – torna claro o apagamento da violência colonial em favor de uma representação do passado como momento cosmopolita de miscigenação e encontro

³⁸ Livros da coleção *Fim do Império*, disponíveis em <https://www.ligacombatentes.org/categoria-produto/livros/colecao-fim-do-imperio/> (último acesso em 03/10/2021).

³⁹ Antigo Dia da Raça, comemoração por excelência do Estado Novo e do colonialismo português, onde se condecoravam os militares ou a título póstumo os descendentes ou ascendentes daqueles que se destacaram no cenário bélico na “defesa do ‘Ultramar Português’ (Peralta, 2014, 2017; Caiado, 2018).

com outras culturas. Ainda é possível ouvir/ler estas concepções em discursos políticos, como o do atual Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa que, na sua visita de 13 de abril de 2017 ao Senegal – mais especificamente a “uma casa de escravos do tempo dos holandeses” no porto de Gorée, histórico posto do tráfico de escravos –, se refere à abolição da escravatura na metrópole como “essa decisão do poder político português foi um reconhecimento da dignidade do homem, do respeito por um estatuto correspondente a essa dignidade”.⁴⁰ Marcos Cardão, na sua tese de doutoramento *Fado Tropical. O Luso-tropicalismo na Cultura de Massas (1961-1974)* alerta para a importância das manifestações culturais do luso-tropicalismo. O que tornou, nas suas palavras, este discurso em senso comum foi a sua capacidade de se infiltrar no discurso popular através de manifestações culturais populares de massas tais como a música (e.g., fado), os concursos de beleza ou o futebol. Foi na cultura popular portuguesa que se passou uma imagem de “integração racial” e de multiculturalismo. Miguel Vale de Almeida, em *Um mar cor da terra. Raça, cultura e política de identidade* (2000), denomina este tipo de luso-tropicalismo de *luso-tropicalismo genérico* (Almeida, 2000: 182-183).

No âmbito do imaginário imperial, há em Portugal o que o historiador Fernando Rosas denomina de “[u]m certo consenso social em torno do colonialismo e dos seus valores [...]”, cuja permanência se prolonga para além da descolonização (Rosas, 2020: 61). A produção deste consenso sobre o colonialismo português resulta de práticas discursivas e sociais originadas a partir de uma imensa teia de instituições e meios de sociabilização num período de tempo relativamente alargado. Como refere Valentim Alexandre (2017: 151-152), ainda em 1960, uma grande campanha de repúdio contra os ataques a Portugal por parte da comunidade internacional contra a possessão de ‘províncias ultramarinas’ mobilizou vários setores da sociedade portuguesa. Para além da mística imperial propalada desde os anos 1930 pelo regime, as imagens da matança reivindicada pela UPA em 1961 foram amplamente divulgadas e instrumentalizadas pelo regime para

⁴⁰ Notícia do *Público*, a 13 de abril de 2017 às 13:50, “Portugal reconheceu injustiça da escravatura quando a aboliu em 1761, diz Marcelo”, disponível em: <https://www.publico.pt/2017/04/13/politica/noticia/portugal-reconheceu-injustica-da-escravatura-quando-a-aboliu-em-1761-diz-marcelo-1768680>. Notando-se uma alteração do discurso proferido pelo atual Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, no 25 de abril de 2021. Usando um tom conciliatório tanta agradar à maioria dos setores da sociedade, num discurso que sublinha “não há, nem nunca houve Portugal perfeito. Como nunca houve e não há um Portugal condenado”. Parte do discurso em análise na página da SIC Notícias, 25/04/2021, Lusa; <https://sicnoticias.pt/pais/2021-04-25-25-de-Abril.-O-discurso-de-Marcelo-Nao-ha-nem-nunca-houve-um-Portugal-perfeito--e8777cd8> (último acesso a 20/12/2021).

justificar e legitimar o envio de soldados para África (Campos, 2008: 110; 2017: 39-40; Ramos, 2014).

Quase imediatamente [após os ataques de 15 de março de 1961], começava do lado português a maior operação de propaganda de toda a guerra, com o recurso a fotografias das chacinas feitas pelos revoltosos. Fotos dessas foram exibidas na ONU, estiveram expostas ao público na Sociedade de Geografia de Lisboa e noutros locais, foram amplamente usadas em livros, panfletos, filmes, etc. Foram também expostas em Luanda em 1968, e continuam até hoje a ser as imagens mais frequentemente associadas aos acontecimentos de 1961 (Neto, 2018: 65).

Estas fotografias fazem parte do imaginário dos antigos combatentes (cf. Laranjeiro, 2014; Ramos, 2014; Vicente, 2014). Nas palavras de Afonso Ramos (2014: 400), “[a]s fotografias em causa terão sido as de maior impacto público na história do país, e de longe as mais reproduzidas e distribuídas pelas autoridades oficiais, pertencendo à categoria particularmente complexa das fotografias de atrocidades.” Durante a conversa que teve comigo, José Martins afirma ter tomado conhecimento da guerra através de uma exposição itinerante que integrava fotografias dos massacres no norte de Angola.⁴¹ Tinha ele 15 ou 16 anos. Estes homens foram socializados dentro de um regime ditatorial e colonial e as relações coloniais, assim como a hierarquia racial faziam parte do seu contexto de crescimento e formação. O imaginário colonial incorporava as contradições inerente à conjugação de uma ideologia simultaneamente *lusotropicalista*⁴², patriarcal e racista. De um modo geral, os primeiros anos da guerra em Angola foram pautados por uma relativa aceitação e até entusiasmo patriótico por parte da generalidade da população (Maurício, 2011: 271-7; Campos, 2017: 39-40; Pontes, 2019: 30ss).

Contudo, apesar da relativa despolitização em relação à questão colonial da população metropolitana e da ação da propaganda nacionalista do Estado Novo, com o decorrer dos anos o apoio ou a resignação inicial face à Guerra Colonial vai esmorecendo e a resistência torna-se cada vez mais evidente.⁴³ Para isso contribuiu a crescente pressão

⁴¹ Afonso Ramos refere também a existência destas exposições itinerantes, embora sem uma prova documental que as corrobore para além do testemunho oral: “E entre tantos meios de propagação dos mortos que resta inventariar, foi-me gentilmente afiançado por um membro da audiência, ao apresentar esta comunicação, que carrinhas de propaganda móvel penetravam aldeias remotas do país (no caso concreto, perto da Covilhã), divulgando as fotografias entre as populações locais” (Ramos, 2014: 417)

⁴² Sobre a permanência do lusotropicalismo no pós-15 de Abril, ver Almeida, 2000; sobre lusotropicalismo no Estado Novo vide, Castelo, 1998; Cardão, 2014.

⁴³ Neste âmbito, já em 1961 havia sinais de mal-estar interno relativamente à política colonial. Desde logo o desvio do navio Santa Maria por Henrique Galvão em janeiro e o golpe falhado de Botelho Moniz — ou Abrilada são disso ilustrativos. E, embora “a contestação aberta ao conflito [se] manti[vesse] [...] circunscrita

de uma guerra sem fim à vista. A consciência da inevitabilidade de os jovens rapazes prestarem serviço em África era acompanhada dos relatos do que lá se passava por aqueles que por lá passaram. Da mesma forma, o surgimento de uma esquerda radical e a resistência dos católicos progressistas levam a Guerra Colonial para o centro da luta antifascista nos últimos anos do regime (Rosas, 2020: 61). Além disso, nesses últimos anos o regime começa a ter dificuldade em recrutar os homens necessários ao esforço de guerra e o número de faltosos, refratários e desertores torna-se cada vez mais significativa (cf. Cardina e Martins, 2019; Cardina 2020).⁴⁴ Em suma, como refere Carlos Maurício, “[...] as atitudes mais comuns entre a população portuguesa, até ao 25 de Abril, tenham sido uma mescla de apoio patriótico, resignação e indiferença (sobretudo entre as gerações mais velhas), a que se veio somar um progressivo cansaço” (2011: 278). A tese de doutoramento da investigadora e jornalista Joana Pontes (2019), por via da análise do espólio epistolar doado por antigos combatentes e suas famílias ao Arquivo Histórico-Militar,⁴⁵ conclui que a correspondência trocada entre 1961 e 1974 ilustra essa evolução no pensamento e nas atitudes dos combatentes.

As cartas permitem compreender como a evolução do pensamento dos militares em relação à guerra foi determinante para o fim do regime político que vigorava em Portugal. No início da guerra, em 1961, ter-se-á registado considerável apoio da sociedade portuguesa à resposta militar que o Governo desencadeou perante os massacres ocorridos em Março

a algumas franjas de acção e reflexão crítica” (Cardina, 2011: 253), os setores católicos progressistas tiveram um papel importante na oposição à guerra por via da divulgação de informação — em publicações como *Direito à Informação*, *Cadernos GEDOC* ou *Boletim Anti-Colonial* — e de demonstrações públicas — como as vigílias pela paz em 1968, S. Domingos, e na passagem de ano de 1972 para 1973 na Capela do Rato. Na oposição, apenas o PCP reconhecia o direito à autodeterminação e à independência das colónias em 1961. O surgimento de partidos e movimentos de extrema-esquerda — de influência maoista —, nos últimos anos da década de 60 e inícios de 70, coloca a luta contra o colonialismo na linha da frente da oposição ao regime. Sobre resistência à guerra colonial *vide* Bebiano 2002a; 2002b; Cardina 2011; 2020; Cardina e Martins, 2019.

⁴⁴ Existe uma grande variedade de trabalhos académicos sobre a oposição à Guerra Colonial (cf. Bebiano 2002a; 2002b; 2005; Cardina, 2011; Pimentel, 2014; Cardina e Martins, 2019). É necessário ter em consideração a multiplicidade de fatores que levaram à falta à inspeção, à refração e até à deserção (Cardina e Martins, 2019; Cardina, 2020).

⁴⁵ Investigação no âmbito do Projeto Recolha, apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, entre outras entidades, de depósitos feitos entre 2003 e 2010. Nele se fez o tratamento arquivístico e preservação de cerca de 4400 cartas e aerogramas. Joana Pontes refere ainda que a acompanhar estes depósitos estavam algumas declarações de intenção “que faziam um apelo em relação à história da guerra e dos ex-combatentes: não os condenar ao esquecimento e dar a conhecer uma certa vida que passaram, participando assim na criação de uma memória colectiva e legitimada” (Pontes, 2019: 22).

no norte de Angola. Este consentimento [...] ter-se-á esbatido ao longo dos 13 anos de duração do conflito (Pontes, 2019: 30).

Após o golpe de estado de 25 de Abril e a consequente revolução popular, o processo de descolonização e o ambiente revolucionário de 1974 e 1975 estabeleceram um meio propício para a reprodução de um discurso favorável à emancipação dos territórios africanos. Ao analisar sondagens de opinião, o historiador Carlos Maurício nota uma clara viragem na opinião pública. De 1973 para 1974/5 “[...] os defensores da manutenção da guerra e do império passaram de cerca de 1/3 da população para cerca de 2% (da guerra) e 8% (do império, geralmente sob a forma de uma federação de estados)” e “[...] a percentagem das pessoas sem opinião sobre estes assuntos caiu de mais de metade para menos de 1/4” (Maurício, 2011: 289).

Porém, a descolonização ficou marcada pelo *retorno* de cerca de 500 mil colonos na segunda metade dos anos 1970 (Peralta, 2017: 34). Um movimento de pessoas que, segundo o historiador Manuel Loff, produziu numa mudança de discurso na sociedade pós-25 de Abril, como referi acima. A consolidação desta narrativa de uma descolonização rápida e atabalhoada, mais audível nos setores conservadores da sociedade, não é estranha à viragem política nacional aquando da eleição em 1985 e da formação do governo de centro-direita de Aníbal Cavaco Silva — tendência internacional da segunda metade dos anos 1980 para o conservadorismo político-social e para o neoliberalismo na economia que se consolida com o enfraquecimento dos projetos de esquerda após a implosão da URSS em 1991. Esta mudança levou a uma crescente visibilidade das narrativas mais conservadoras em relação à revolução e à descolonização. O que Manuel Loff denomina de “memória reacionária de uma revolução *totalitária*, de uma guerra *patriótica*, de uma descolonização *catastrófica*, de uma ditadura *apenas autoritária*.” A revolução encetada em abril pôs fim à Guerra Colonial, à colonização e à ditadura, mas não foi capaz de pôs fim ao imaginário imperial.

O discurso lusotropicalista nas representações da história nacional, em geral, e do colonialismo português, em particular, — na sua nova roupagem semântica de excecionalidade humanista e cristã — permanece socialmente enraizado e continua a permear os discursos oficiais e officiosos do Estado, enquadrado e naturalizado no repertório do nacionalismo banal português (cf. Billig 2010 [1995]). A existência de uma essência portuguesa com propensão para a brandura de costumes, para a tolerância e para a adaptabilidade aos vários ambientes sociais tem ressonância nos relatos e nas reflexões dos antigos combatentes.

A pessoa tinha que se adaptar à força, às diferentes etnias. O pessoal adaptou-se. Eu penso que a maior qualidade, realmente, do português é a adaptação. [...] Adaptam-se a todas

as condições. Essa é a grande vantagem, não é? Não me venham falar que é melhor que os outros, não é (Jorge Cabral).

Ao analisar os discursos dos antigos combatentes, torna-se evidente a complexidade da sua relação com o nacionalismo português de matriz lusotropicalista. Os seus discursos concorrem, por um lado, para que formem, ao longo do tempo, narrativas mnemónicas por via de dinâmicas discursivas que fazem parte de um processo de construção narrativa que lhes permita criar uma imagem confortável e apaziguadora de si próprios. Por outro lado, inserem-se numa linha de reivindicação política e/ou social, mais ou menos concreta e mais ou menos consciente, no espaço público. É essa reivindicação que lhes permite reclamar a autoria da sua história e, concomitantemente, dos seus direitos enquanto vidas e corpos marcados pela violência de uma guerra que, em geral, não escolheram, mas na qual participaram. A multiplicidade de discursos deriva da multiplicidade de experiências ou, como formulou a antropóloga Maria José Lobo Antunes, de um “[...] passado [...] tão diverso quanto as pessoas que o recordam” (2015: 19). As referências do presente, convocadas no processo de rememoração do passado implicam que a análise destes discursos individuais tenha em conta os contextos em que foram e são elaborados, bem como as possíveis intenções e motivos que leva os antigos combatentes a enunciá-los.

Breve contextualização sobre o surgimento da Internet em Portugal

A Internet como a conhecemos hoje é muito diferente da dos seus primórdios nos anos 1980 e 1990. Antes de outubro de 1991 não havia nenhum computador em Portugal capaz de se ligar de forma permanente a outros computadores ligados à internet através do sistema IP. A Internet, em Portugal, deixou de ser uma curiosidade ao alcance de alguns – da comunidade académica e da comunidade empresarial, principalmente – a partir de 1995, ano que marca a sua abertura ao mercado. Nos anos seguintes a Internet torna-se espaço acessível ao grande público numa lógica comercial.⁴⁶ Foi a Telepac⁴⁷ que em 1994/95 anunciou a primeira oferta de acesso à Internet via IP. No início seriam apenas cerca de 2.000 assinantes,⁴⁸ e, de acordo com dados da PORDATA, em 1997 havia pouco mais de 88 mil assinantes. Desde então, a evolução no número de assinantes tem sido de crescimento consistente até chegar aos mais de 3 milhões de assinantes em 2020 (ver fig.

⁴⁶ Informação da autoria de José Legatheaux Martins, setembro de 2012, disponível em <https://legatheaux.eu/internet-pt/> (último acesso em 24 de junho de 2021).

⁴⁷ Marca portuguesa de serviços de internet do grupo Portugal Telecom, a partir de 2018 Altice.

⁴⁸ Em “Os ‘anos inesquecíveis’ para ter Internet em Portugal” de Pedro Fonseca, *Diário de Notícias*, 17 de abril de 2018, disponível em <https://www.dn.pt/portugal/os-anos-inesqueciveis-para-ter-internet-em-portugal-9264506.html> (último acesso em 02/10/2021).

2 e fig. 3). A maioria do tráfego da internet está relacionada com as páginas WWW, em particular com as redes sociais (e.g., o Facebook, o Twitter, o Reddit ou o Instagram), com o correio eletrónico, com a partilha de ficheiros e com a difusão de vídeo.

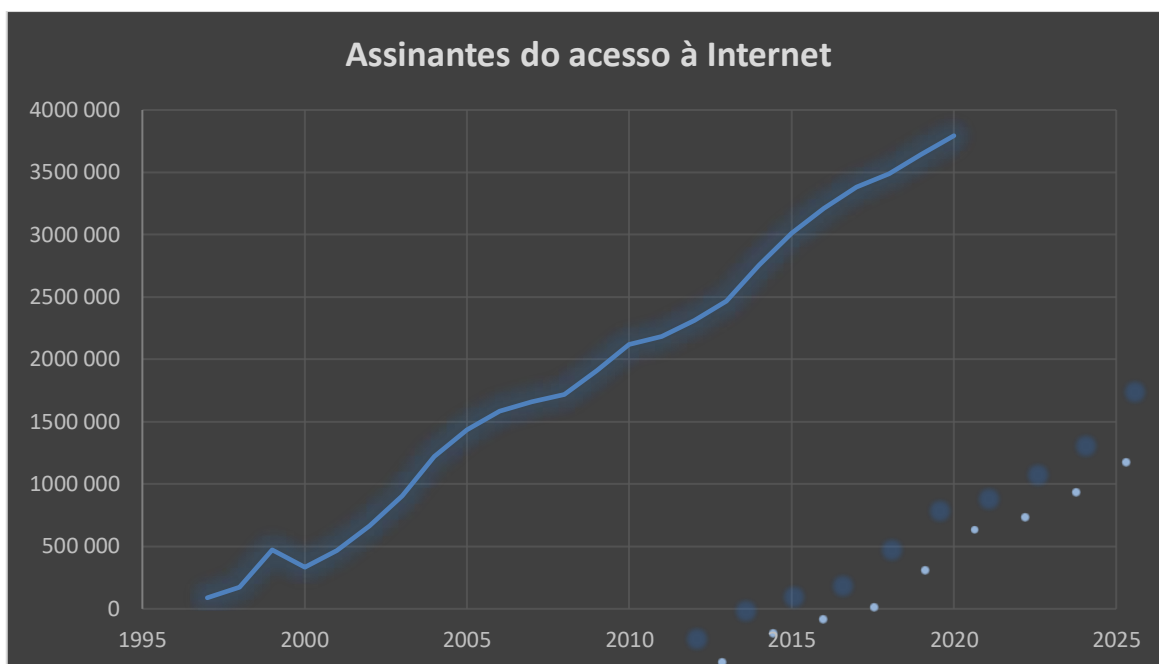
Fig. 2 – Número de assinantes do acesso à Internet em Portugal de 1997 a 2020.⁴⁹

Anos	Assinantes do acesso à Internet
1997	88 670
1998	172 698
1999	474 389
2000	⊥ 336 140
2001	466 803
2002	664 670
2003	903 941
2004	1 223 566
2005	1 436 486
2006	1 585 886
2007	(R) 1 660 734
2008	1 717 638
2009	1 912 392
2010	2 120 753
2011	2 184 985
2012	2 314 494
2013	2 467 919
2014	2 755 026
2015	3 012 970
2016	3 211 298
2017	3 380 881
2018	3 489 465
2019	(R) 3 641 828
2020	3 793 613

Fonte: PORDATA. **Fonte dos dados:** INE (até a 2006) / ANACOM; INE (a partir de 2007) – Inquérito às Telecomunicações.

Fig. 3 – Evolução do número de assinantes do acesso à Internet entre 1997 e 2020 em Portugal.

⁴⁹ O símbolo (R) refere-se a valor rectificativo. O símbolo ⊥ refere-se a uma quebra de série.



Fonte dos dados: INE (até a 2006) / ANACOM; INE (a partir de 2007) – Inquérito às Telecomunicações.

Entre 2000 e 2005 houve um enorme crescimento no número de assinantes, de pouco mais de 300 mil para quase um milhão e meio. É neste período que surgem a Wikipédia (2001) e o Facebook (2004). Porém em Portugal vivia-se o período de descoberta, de exploração, e de crescimento das páginas pessoais e dos blogues. É a partir deste período que surgem os primeiros blogues de antigos combatentes e, em particular, o blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné* (ver Capítulo II e III). A compreensão da relação entre antigos combatentes implica analisar dados que permitam mostrar a evolução da utilização da Internet pela faixa de homens entre os 60 e os 80 anos. Ora, atendendo à fig. 4, há um aumento significativo de agregados familiares com computador e com uma ligação à Internet entre 2003⁵⁰ – 38,6% possuía computador e 21,7% possuía ligação à Internet em casa – e 2017⁵¹ – cerca de 71,5% possuía computador e 76% possuía ligação à Internet em casa. Os dados demonstram penetração da rede nas casas portuguesas, mas têm de ser complementados com informações mais precisas relativamente à utilização por faixa etária.

De acordo com os dados nacionais cerca de 44,2% dos reformados e inativos utilizam a Internet contra 2,6% em 2002 (ver fig. 5). Os números devem ser lidos com

⁵⁰ Não existem dados relativos à utilização de banda larga em 2002 e o Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Famílias começa a ser realizado em 2003 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

⁵¹ Não existem dados relativos à percentagem de agregados familiares com computador em 2016, 2018, 2019 e 2020.

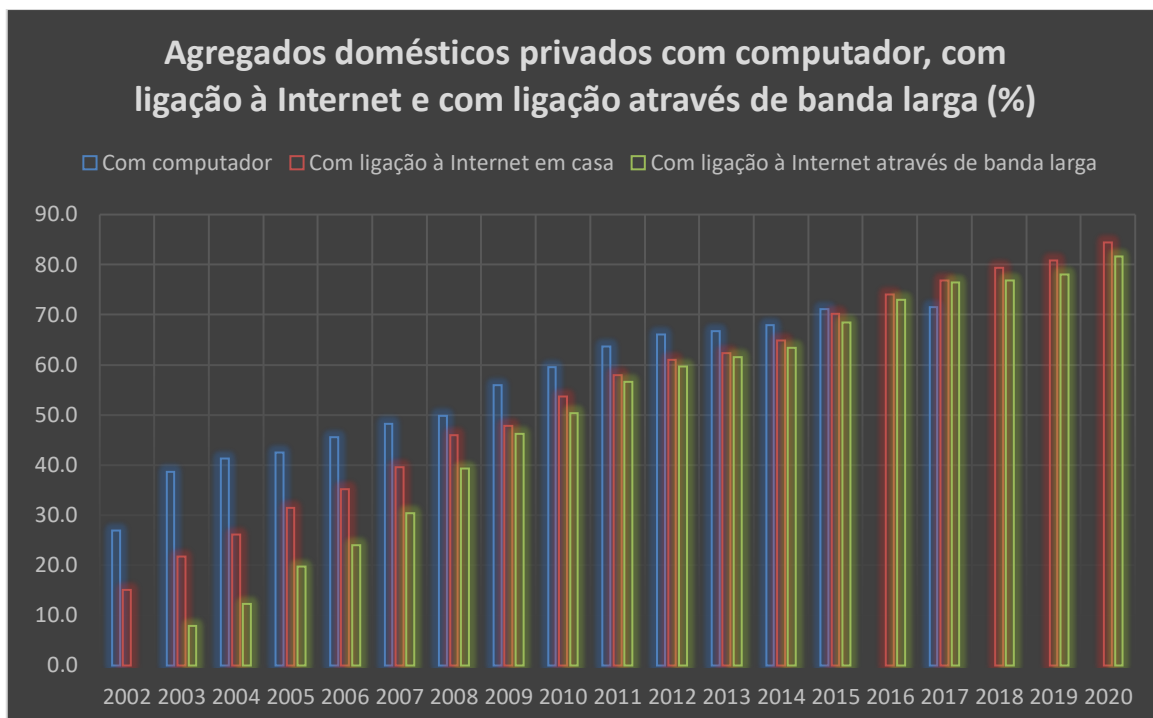
precaução, já que esta categoria engloba inativos e pessoas que se reformam antes do tempo – 66 anos desde 2019. O fig. 5, relativa aos utilizadores de Internet por faixa etária, aponta para 1,3% em 2002 e 39% em 2020. Novamente, números que importa interpretar com precaução porque não são extraídos diretamente dos ex-combatentes. São uma aproximação e permitem tirar algumas conclusões relativamente à representatividade das análises apresentadas na presente investigação. Em primeiro lugar, a utilização da Internet é bem mais reduzida nas camadas da população em situação de reforma e outros inativos, na faixa etária dos 55 aos 74 anos – englobando os dados referentes à faixa dos 55-64 e dos 65-74 anos – e nas camadas menos escolarizadas da população. Não obstante, e em segundo lugar, os números têm vindo a aumentar de 2002/2003 a 2020. No espaço de 17/18 anos a proporção de indivíduos dentro desta categoria tem vindo a aumentar de forma significativa. Como já foi referido (cf. *supra*), a grande maioria dos homens que iam combater em África eram pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade e, muitos deles, aprenderam a ler e a escrever durante o tempo de serviço. É este o retrato demográfico de grande parte destes homens, não é, portanto, de estranhar que a representação existente nas plataformas não abranja grande parte dos antigos combatentes.

Nos blogues, por exemplo, a maioria dos editores são homens com um certo nível de escolaridade que lhes permite ter literacia informática e navegar no meio sem grandes dificuldades. Situação que se agrava em páginas como a Wikipédia que exigem, para além disso, um certo nível de conhecimento específico do modo de funcionamento e das suas regras formais e informais. Nas palavras de Luís Trindade:

[...] uma história cultural portuguesa que se queira anti-salazarista e antinacionalista tem de começar por saber tirar todas as consequências do pressuposto que determina culturalmente tudo o resto, o de que, durante mais de metade do século XX, apenas menos de metade dos portugueses sabia ler (Trindade, 2018 [2008]: 324).⁵²

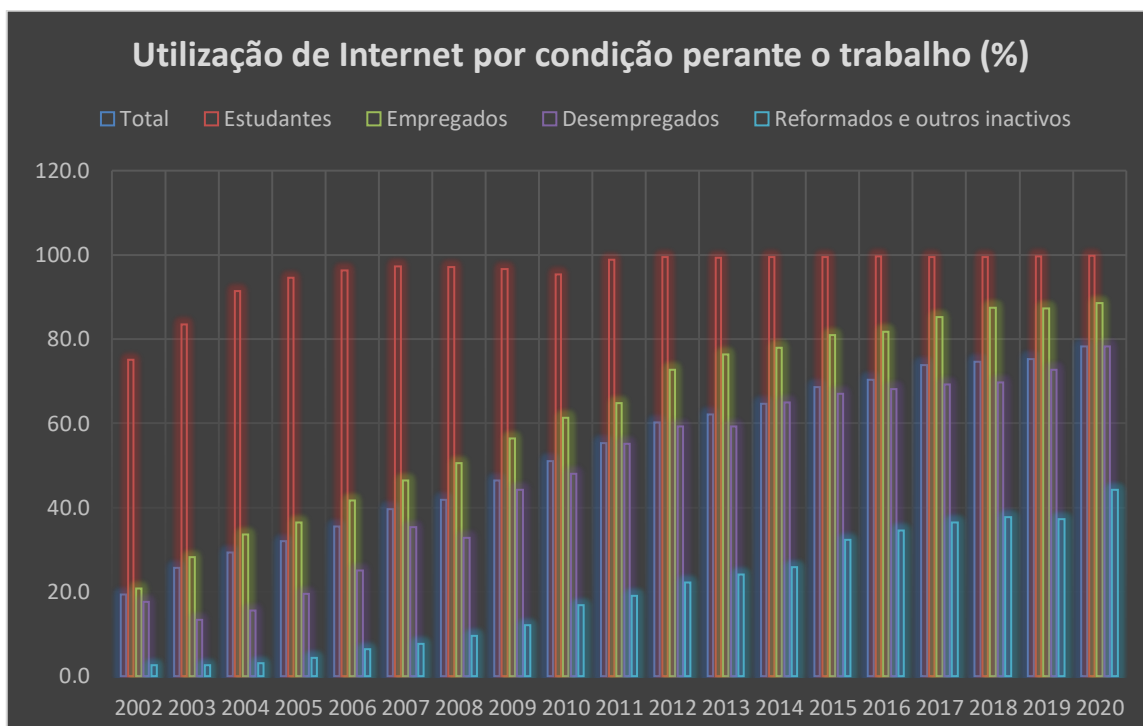
Fig. 4 – Evolução da percentagem de agregados domésticos privados com computador, com ligação à Internet e com ligação à Internet através de banda larga.

⁵² Destaque da autora.



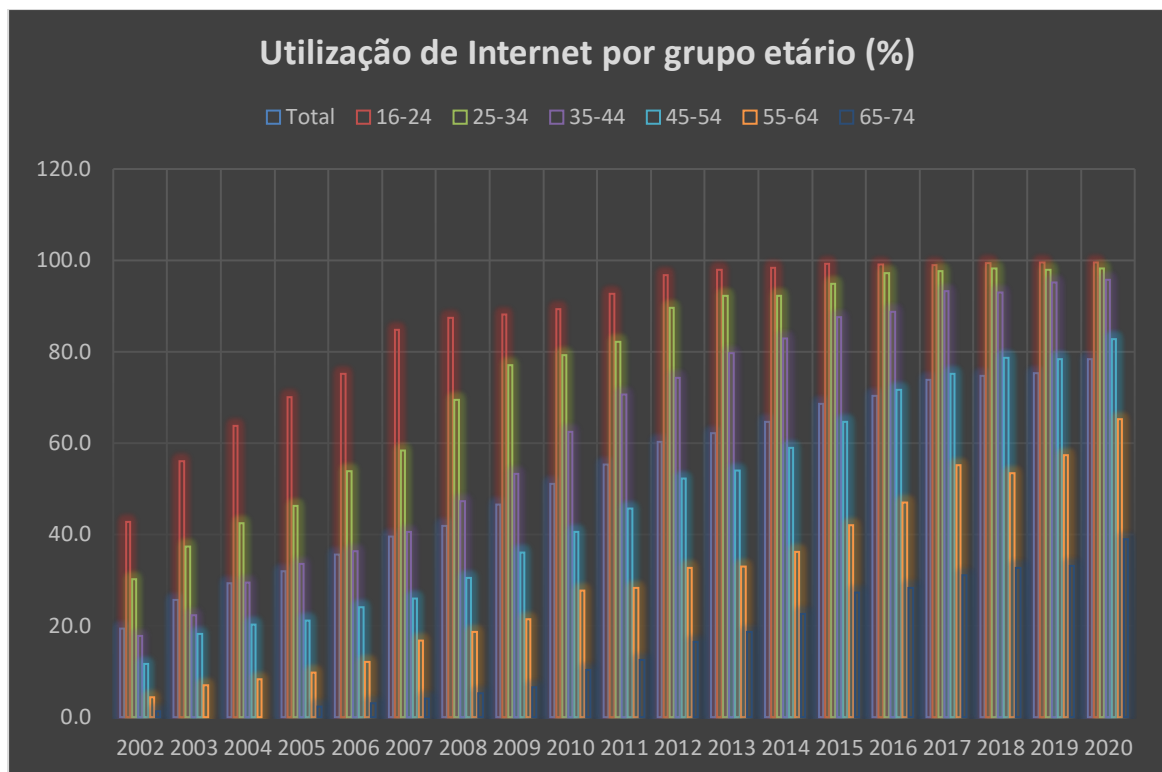
Fonte dos dados: INE – Módulo do Inquérito ao Emprego (em 2001 e 2002) / Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Famílias (a partir de 2003).

Fig. 5 – Evolução da percentagem de utilizadores de Internet por condição de trabalho.



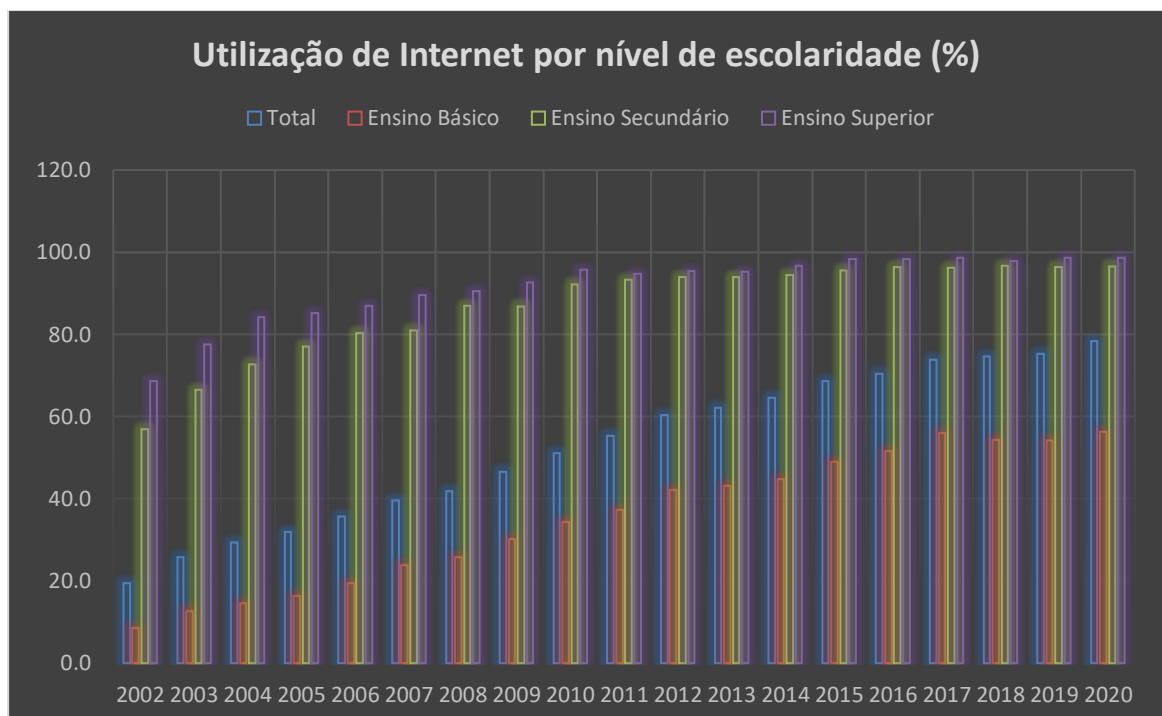
Fonte dos dados: INE – Módulo do Inquérito ao Emprego (em 2001 e 2002) / Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Famílias (a partir de 2003).

Fig. 6 – Evolução da percentagem de utilizadores de Internet por grupo etário.



Fonte dos dados: INE – Módulo de Inquérito ao Emprego (em 2001 e 2002) / Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Famílias (a partir de 2003).

Fig. 7 – Evolução da percentagem de utilizadores de Internet nível de escolaridade.



Fonte dos dados: INE – Módulo de Inquérito ao Emprego (em 2001 e 2002) / Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Famílias (a partir de 2003).

Ora, fazendo uma breve contextualização geral do panorama digital em análise, os blogues e, mais tarde, as redes sociais como o Facebook foram comumente associados ao que Tim O'Reilly (2005)⁵³ denominou de Web 2.0. Uma qualificação que divide a Internet em duas fases. A primeira entre o período que medeia o ano de 1995 e 2000 e a segunda de 2000 à atualidade.⁵⁴ A divisão é questionável e baseada em critérios de análise e organização aos quais aludirei apenas para que se percebam as características e a história do meio. Concretizando, o termo Web 2.0 é empregue para descrever a fase de surgimento, desenvolvimento e expansão das plataformas abertas criadas e estruturadas para permitir a participação, a produção de conteúdo e a partilha de informação em rede por e para utilizadores (Merrin, 2014: 31). Neste sentido, e resumindo, baseia-se em três características: 1) a facilidade de utilização; 2) a facilidade de socialização e 3) a possibilidade de os utilizadores criarem conteúdos – imagens, vídeos e texto – a partir de plataformas de livre acesso online (Lovink, 2011: 5).

No entanto, para Tim Berners-Lee — criador da WWW⁵⁵ —, o termo é vago e descreve aquilo que já definia a Internet aquando da sua criação.⁵⁶ O termo surgiu como estratégia de *marketing* para dar um novo fôlego às empresas da Costa Leste dos EUA, no rescaldo da crise especulativa que caiu sobre as empresas baseadas em *e-commerce*⁵⁷ em 2000 (4). Como refere Christian Fuchs em *Social Media: a critical introduction* (2014: 33):

In 2000, a crisis of the Internet economy emerged. The inflow of financial capital had driven up the market values of many Internet companies, but profits could not hold up with the promises of high market values. The result was a financial bubble (the so-called

⁵³ Tim O'Reilly é o fundador da O'Reilly Media e ficou conhecido por substituir o termo *free software* por *open source* em 1998 e por cunhar o termo Web 2.0. em 2005 no manifesto "What is Web 2.0?". Quatro anos depois da crise dos dot.com de 2000 que afetou a sua empresa, então O'Reilly & Associates.

⁵⁴ Há quem já se refira a uma *Web 3.0* ou *web semântica* cuja diferença se baseia na personalização de conteúdos gerados a partir de um conhecimento cumulativo da experiência dos utilizadores. Semântica no sentido em que não se limita a agregar dados, mas permite interpretar os dados e organizá-los de acordo com um sentido específico a partir de algoritmos.

⁵⁵ Sistema de informação baseado em páginas designadas URL.

⁵⁶ Numa entrevista concedida à IBM e publicada a 22 de agosto de 2006, Tim Berners-Lee: "Totally not. Web 1.0 was all about connecting people. It was an interactive space, and I think Web 2.0 is of course a piece of jargon, nobody even knows what it means. If Web 2.0 for you is blogs and wikis, then that is people to people. But that was what the Web was supposed to be all along. And in fact, you know, this 'Web 2.0,' it means using the standards which have been produced by all these people working on Web 1.0.". Entrevista disponível na íntegra em: <https://www.ibm.com/developerworks/podcast/dwi/cm-int082206txt.html> (último acesso em 02/10/2021).

⁵⁷ Conhecido como o *crash dot.com*.

dot.com bubble) that burst in 2000, resulting in many startup Internet companies going bankrupt.

They were mainly based on venture capital financial investments and the hope of delivering profits in the future, and this resulted in a gap between share values and accumulated profits. The talk about the novelty of 'web 2.0' and social media fits well into the post-crisis situation, in which investors had to be convinced to invest into new Internet start-up companies, which was difficult after the 2000 crisis. The ideology that web 2.0 is something new and different and that it has new economic and democratic potentials helped to convince investors. Web 2.0 and social media were therefore born in the situation of capitalist crisis as ideologies aimed at overcoming the crisis and establishing new spheres and models of capital accumulation for the corporate Internet economy.

Portanto, esta divisão é útil na medida em que se separa um período dominado pela criação de páginas pessoais e comerciais – as .com – de um período de criação e desenvolvimento das plataformas analisadas nesta investigação. Ainda que os blogues tenham uma história que atravessa ambos os períodos. Ou seja, falamos, portanto, a partir do desenvolvimento das redes sociais, das plataformas de *microblogging* e de espaços dinâmicos e/ou colaborativos marcados por dinâmicas de tensão e conflito. Ecossistemas que se foram fechando e dominado por grandes empresas como a Google, a Apple, o Facebook,⁵⁸ a Amazon e a Microsoft.⁵⁹ Criticada por Tim Berners-Lee,⁶⁰ esta centralização é contrária

⁵⁸ Empresa que mudou de nome em 2021 para Meta, fruto dos escândalos que dominaram o espaço mediático relacionados sobre a utilização abusiva de informação privada e o lucro da empresa com conteúdos de polarização social e notícias falsas, ver, por exemplo “The Metaverse Is Mark Zuckerberg’s Escape Hatch”, *The New York Times*, Kevin Roose, 29/10/2021, disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/10/29/technology/meta-facebook-zuckerberg.html> [último acesso 03/12/2021]. A empresa é desde 2011 dona do Instagram e do WhatsApp, estando atualmente a apostar no mundo da realidade virtual com o Metaverse.

⁵⁹ De forma resumida, embora as plataformas que se destacam nesta fase da internet tenham como objetivo a criação de conteúdos pelos utilizadores, a verdade é na maior parte das vezes o que estas plataformas fazem é explorar os criadores capitalizando o seu trabalho. O mesmo acontece com o *Google* que desenvolve uma estratégia de parasitismo em relação aos blogues ao tornar-se a principal ferramenta de ‘organização da informação mundial.’ De acordo com Geert Lovink o ‘conteúdo gerado pelos utilizadores’ agrega perfis que são posteriormente vendidos “[...] to advertisers as direct marketing data, and Google soon discovered it could profit from all the free information floating around the open internet, from amateur vídeos to news sites” (2011: 5).

⁶⁰ Crítica recente, texto do *The Guardian* publicado a 26 de novembro de 2017, disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2017/nov/15/tim-berners-lee-world-wide-web-net-neutrality> (último acesso em 02/10/2021). Noutras das críticas, Geert Lovink aborda o que entende ser o fim ou obsolescência das comunidades *online*, substituídas por “[...] talk of swarms, mobs, and crowds. Media had

aos ideais que nortearam inicialmente a criação e desenvolvimento da *web* – valores como a abertura, a colaboração e a criação de *software* livre de lucro e de monopólios comerciais.

Ora, embora a análise que se pretende levar a cabo nesta investigação se limite à superestrutura, na medida em que se exploram sobretudo as representações do passado e as narrativas sobre esse passado recente, é importante reforçar que essa dimensão é formada a partir de uma infraestrutura muito específica que muitas vezes é naturalizada e encarada de forma acrítica. Com isto pretendo sublinhar que a forma que as representações e as narrativas de uma forma geral tomam é moldada pelas plataformas nas quais são criadas, tal como acontece com as representações e narrativas fora da Internet. As breves histórias do surgimento das três formas de expressão *online* têm também como ponto de partida um modelo eco-sistémico, ou seja, toma os novos meios de comunicação digitais como parte da vida dos indivíduos na sociedade contemporânea e não como um campo distinto. E, deste ponto de vista, o conceito de capitalismo comunicativo (*communicative capitalism*) de Jodi Dean leva-nos a considerar as consequências sociais deste novo mundo dominado pelas plataformas digitais (2019a; 2019b).

Um mundo muito mais individualizado, onde a confluência esporádica baseada em interesses ou tendências do momento se substitui cada vez mais à política organizada a partir de estruturas duradouras. A autora explora este novo paradigma de um ponto de vista crítico ao considerar que esta materialização de dinâmicas democráticas reforça acima de tudo o sistema neoliberal do capitalismo contemporâneo, pela capitalização de todas as nossas interações na Internet dando-nos uma ilusão de mobilização coletiva, mas sem consequências económicas e materiais concretas para quem se mobiliza. Não existindo, neste sentido, nada de verdadeiramente emancipatório na Internet. A Internet encontra-se cada vez mais ao serviço do consumo. A ilusão de mobilização coletiva acontece através do que Dean chama de *circuits of drive*,⁶¹ que descrevem uma dinâmica na qual os indivíduos entram em discussões circulares, criando uma sensação de engajamento e produzindo uma ilusão de participação sem mudanças substanciais que daí advenham. Para além do mais, é nestas dinâmicas que se vão perdendo referenciais simbólicos – ideia que vai buscar a Slavoj Žižek – e as discussões perdem-se no grupo com o qual se interage sem que haja um processo de tradução ou comunhão simbólicas de grupo para grupo. É este processo que explica, em parte, a escalada vã de discussões nas caixas de comentários do Facebook, por exemplo.

turned social. From collaborative content production such as Wikipedia, to social bookmarking on Digg, there was a new élan. The BBC designed 2005 as the ‘year of the digital citizen’” (2008: ix).

⁶¹ A expressão pode ser traduzida como circuitos de condução, uma alusão aos circuitos materiais percorridos pela informação digital. São esses circuitos que permitem o funcionamento da Internet.

Paralelamente, para compreender melhor estas novas plataformas, de um ponto de vista prático, relativo ao seu modo de funcionamento, recorro ao processo concetual denominado “plataformização” (*platformization*), descrito por Thomas Poell, David Nieborg e José van Dijck (2019: 4; Poell, 2020), a partir do fenómeno Facebook. A sua definição de plataforma é a seguinte:

[...] *we define platforms as (re-)programmable digital infrastructures that facilitate and shape personalised interactions among end-users and complementors, organised through the systematic collection, algorithmic processing, monetisation, and circulation of data* (Poell et. al., 2019: 3).

De acordo com os autores, a definição compreende as plataformas como infraestruturas digitais passíveis de programação e reprogramação. As plataformas constituem um meio a partir do qual se desenvolvem interações entre utilizadores individuais e empresas, mediadas por algoritmos. Um sistema de negócio que se baseia na capitalização do conteúdo criado pelos utilizadores. A plataformização é o processo de expansão e proliferação destas infraestruturas digitais que têm dominado as novas tecnologias de comunicação e que vão moldando cada vez mais as interações sociais.

Dada a importância deste processo na análise social contemporânea, os autores sugerem uma perspetiva interdisciplinar que parta de uma análise tripartida, baseada nos Estudos de *Software*, nos Estudos Culturais, nos *Business Studies* e na Economia Política para estudar o fenómeno da plataformização. Por um lado, os Estudos de *Software* permitem ao investigador analisar a evolução das infraestruturas digitais, enquanto os *Business Studies* permitem compreender os aspetos económicos do processo e como estes determinam e são determinados pelo *software*. Como o mercado se foi tornando num ecossistema baseado em meia dúzia de monopólios, as consequências económicas e sociais deste processo, isto é, as questões relativas ao trabalho, à exploração, à vigilância e ao imperialismo deverão ser estudadas a partir das lentes da Economia Política, ou antes, da Crítica da Economia Política. Por outro lado, os Estudos Culturais contribuem para avaliar como as plataformas transformam as práticas sociais e culturais e como estas influenciam as próprias plataformas, nomeadamente as práticas dos utilizadores das redes sociais como o Facebook, o Instagram, o Twitter ou o Youtube.

O fenómeno da plataformização é, assim, definido como: “[...] the penetration of infrastructures, economic processes, and governmental frameworks of platforms in different economic sectors and spheres of life. And in the tradition of cultural studies, we conceive of this process as the reorganisation of cultural practices and imaginations around platforms” (Poell *et al.*, 2019: 5-6). Um processo que tem influenciado a forma como as pessoas se relacionam entre si e com a memória social como veremos na próxima secção.

Na fig. 8, a ilustração de Vasco Gargalo elucida-nos sobre o que é, neste momento, a nossa relação com a informação que nos é transmitida através da Internet, a dependência que gera Daí a cegueira da figura para com a realidade que a rodeia. É interessante notar que estes *cartoons* satirizam o contexto atual de dependência informática que a maioria das pessoas possui em relação à Internet, em geral, e às redes sociais, em particular, mas o seu próprio trabalho só tem a visibilidade que permitida por esses mesmos meios. Não apenas as polémicas políticas foram ampliadas pelas discussões que se desenvolvem nas redes sociais, como as sátiras só passaram a ter grande visibilidade por via desse mesmo efeito. O próprio ilustrador e cartoonista Nuno Saraiva confirma-o, quando esclarece que a série de ilustrações que produziu durante a quarentena provocada pelo COVID-19 lhe deu uma visibilidade que não estava à espera.

Fig. 8 – Cartoon de Vasco Gargalo, “A Cegueira”.



Fonte: Vasco Gargalo (Instagram @vascogargalo), publicado a 21/04/2021. Captura de ecrã pela autora, 01/11/2021.

Memórias Digitais da Guerra Colonial

A Internet tornou-se, neste contexto, mais um dos espaços de enunciação possíveis para as narrativas que não têm visibilidade nem no discurso oficial – que como se viu é praticamente inexistente – nem nos meios de comunicação tradicionais portugueses.

This empowered individual has become a central part of the digital imaginary, fuelling a consumer dream of freedom and choice. [...] Most obviously whereas the broadcast era was dominated by professional products, the digital era has seen the expansion of personally produced content, an empowerment of individual creation that represents an epochal transformation of the structures of media communication. All professional content now exists in a competitive relationship with the individual's own content and peer-produced information (Merrin, 2014: 52).

Porém, é importante sublinhar algumas das suas limitações – nem tudo são vantagens na tecno-sociedade. A primeira é a reprodução das narrativas hegemónicas que circulam na sociedade – hegemonia mnemónica (Molden, 2015: 127) – e a falta de visibilidade de outras perspetivas mais críticas. Não se formando no vácuo, as narrativas presentes nos verbetes são influenciadas pelos diversos discursos em circulação na sociedade e moldadas, ao mesmo tempo, pelos mecanismos de funcionamento da plataforma (Castells, 2007: 257). A segunda é o fechamento da Internet num número restrito de plataformas, com a perda relativa de peso dos blogues em comparação com crescente peso das novas redes sociais – com outras lógicas de funcionamento mais aut centradas. E a terceira são os constrangimentos materiais, sociais e económicos que restringem o acesso à Internet a diversos grupos, levando a que certas comunidades de memória não possam inscrever a sua perceção dos acontecimentos no espaço digital. Perpetua-se, assim, o seu ciclo de exclusão e invisibilização, que irei expandir nas secções seguintes.

Todavia, as limitações não invalidam a existência de um processo de co-historicidade (Svetlana Boym *apud* Martin Pogačar, 2018: 40; ver também, Castells, 2007), i.e., de escrita colaborativa do passado através da sua representação nas novas plataformas digitais. Um dos exemplos deste processo são os, já referidos, blogues de antigos combatentes da Guerra Colonial. Neles, episódios vividos em África são descontextualizados e transformados em narrativas afetivas individuais seguidas pela comunidade de combatentes que os compõem (Pogačar, 2018: 40).

Os blogues são locais de agregação para onde convergem veteranos de vários pontos do país – e do exterior –, formando aquilo que Jodi Dean (2010: 96) apelida de rede afetiva de criação mnemónica que se e materializa nos diversos convívios, um pouco por todo o país, da Tabanca Grande e diversas tabancas locais. Há, neste sentido, um trânsito muito significativo entre a atividade mnemónica no digital e no mundo físico. Para além disso, são locais de re-mediação (Bolter e Grusin, 2000: 14-15) ao servirem de espaço e veículo digital a objetos mnemónicos previamente existentes – fotografias, documentos, vídeos etc. (cf. Dijck, 2007 e Hirsch, 2012). Citando a descrição do maior blogue português composto por ex-combatentes, *Luís Graça e Camaradas da Guiné* (criado em 2004), o seu objetivo é “[...] ajudar os ex-combatentes a reconstruir o puzzle da memória [...]”. A

memória é, desta forma, (re)construída a partir de fragmentos dispersos, sejam eles objetos que se tornam digitais ou memórias desordenadas, que convergem para se tornarem narrativas individuais e/ou coletivas.

A importância dos blogs estende-se também à influência que exercem noutras plataformas por via do hipertexto e das colaborações cruzadas – i.e., membros que escrevem e editam várias plataformas. Irei aflorar, em particular, a ligação do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné* com a Wikipédia. Este trânsito forma-se da partilha de conteúdos – como fotografias e narrativas – previamente re-mediadas a partir de objetos mnemónicos analógicos virtualizados na Wikipédia e partilhados no blogue (cf. Bolter e Grusin, 2000). A digitalização e partilha destes objetos permite que essa ligação material ao passado deixe de se restringir ao espaço privado dos arquivos familiares e alargue o seu alcance, entrando ou possibilitando a entrada das mesmas nas representações sociais da Guerra Colonial (ver Capítulos II e III).

Whereas the personal writing and production of memory (scrapbooks, diaries, photographic albums, etc.) of the past were intended for limited consumption, mediatization has delivered a new self-centred (an immediate) public or semi-public and semi-private, documentation and correspondence, in other words a social network memory (Hoskins, “Mediatization of Memory” 30 apud Bond, Craps e Vermeulen, 2017: 14-15).

A memória deixa de se materializar em objetos estáveis para se associar a processos dinâmicos e cadeias de interação entre plataformas e espaços não virtuais (Bond, Craps e Vermeulen, 2017: 14). Os verbetes da Wikipédia têm, assim, um impacto relativo nas narrativas que circulam nos blogs e vice-versa. Uma das primeiras funcionalidades na coluna da esquerda do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné* é a barra de pesquisa da Wikipédia. Da mesma forma, como abordarei mais à frente, as narrativas presentes nos verbetes da Wikipédia são influenciadas pela colaboração cruzada de membros do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*.

A democratização do acesso à internet em Portugal em finais dos anos 1990 e inícios dos anos 2000 vem, por sua vez, permitir, por um lado, uma crescente autoridade discursiva individual baseada na experiência vivida da guerra – tendência que já vinha a ser possível com a publicação de memórias em edições de autor e em pequenas editoras⁶²

⁶² Entre 2000 e 2010 houve um crescimento de 530,9% no número de assinantes de internet em Portugal. Dados da ANACOM e Instituto Nacional de Estatística português, disponíveis em <https://www.pordata.pt/Portugal/Assinantes+do+acesso+à+Internet-2093>. A taxa de penetração da internet em Portugal em 2000 era de 16,43% e passou para 53,3% em 2010. Dados mais recentes apontam para uma penetração de 73,79 % em 2017. Dados da International Telecommunication Union a partir do Eurostat e do

– e, por outro lado, a possibilidade de ligar camaradas geograficamente distantes. A criação digital destas memórias pode ser atribuída a vários fatores como a chegada à idade da reforma de muitos combatentes. Idade em que é comum os indivíduos fazerem o que se designa por processo de revisão do seu percurso de vida (*life review process*). A consciência de uma morte não muito distante, associada à necessidade de transmitir o seu testemunho às gerações seguintes, também terá galvanizado estes homens a “contarem” as suas histórias e a Web 2.0 é louvada pela maior potencialidade de agência dos utilizadores, já que, entre outras possibilidades, permite a criação e partilha de conteúdos *por e entre* utilizadores (cf. Castells, 2007: 257-258; Merrin, 2014: 52, 78).

Most obviously whereas the broadcast era was dominated by professional products, the digital era has seen the expansion of personally produced content, an empowerment of individual creation that represents an epochal transformation of the structures of media communication. All professional content now exists in a competitive relationship with the individual's own content and peer-produced information (Merrin 2014: 52).

Situados no limiar inicial da cultura de conectividade (Dijck 2013), os blogues conheceram uma explosão durante os primeiros anos do segundo milénio e embora, tal como as restantes plataformas *online*, tenham um carácter precário e rapidamente sujeito à obsolescência (Taylor, 2010), foram uma das primeiras plataformas virtuais utilizadas de forma generalizada por ex-combatentes para a partilha de memórias da guerra.

Alguns destes blogues migraram para as novas plataformas de *microblogging*, como o Facebook, outros foram descontinuados por vários motivos ou estão, simplesmente, perdidos por não serem acessíveis através de ferramentas de pesquisa como a Google. No entanto, ainda é possível aceder a muitos destes conteúdos. Aqueles que ainda estão em funcionamento continuam a ser locais de agregação para onde convergem os veteranos. Os blogues permitem a sincronização da experiência subjetiva de um utilizador com a de outros. É, em suma, um lugar de troca imediata para as comunidades de veteranos (Dijck 2007, 72).

[...] most Web 2.0 platforms started out as indeterminate services for the exchange of communicative or creative content among friends. These services often emanated from community-bound initiatives [...] who adopted a specific niche of online interactions and developed mediated routine practice. (Dijck, 2013, 6)

A importância destas plataformas estende-se, como referi, à influência que exercem, por via do hipertexto⁶³, noutras plataformas como a Wikipédia lusófona. A análise dos mecanismos de construção, incluindo as regras formais e informais da Wikipédia (Dijck, 2013; Tkacz, 2015), e a análise de discurso têm por base as reflexões críticas sobre a relação entre poder e conhecimento (Said, 1994; Trouillot, 2015) e os contributos teórico-metodológicos da análise crítica de discurso (ACD) (Blommaert, 2005; Dijk, 2008, 2009, 2014), complementados pelos conceitos de ausência e silêncio (Schröter e Taylor, 2018; Trouillot, 2015; Winter, 2010).

A nível empírico, parto do verbete em língua portuguesa “Guerra Colonial Portuguesa” e da respetiva secção de discussão, com a consciência que qualquer análise às narrativas presentes na Wikipédia poderá tornar-se obsoleta no dia seguinte à sua publicação, em virtude do seu carácter editável e aberto. Dito isto, defendo o argumento geral de que os discursos presentes nesta plataforma, tais como os discursos que circulam no meio analógico, dependem das instituições e infraestruturas epistemológicas da sociedade, moldadas por necessidades políticas e/ou económicas do presente (Blommaert, 2005; Dijk, 2008, 2009, 2014; Ferro, 2003 *apud* Luyt, 2011; Schröter e Taylor, 2018; Trouillet, 1995; Voloshinov, 1986). Não descurando as suas especificidades, a Wikipédia reproduz o mesmo tipo de tensões e conflitos de memória presentes nos discursos existentes em Portugal sobre a guerra e a descolonização.

A memória é, desta forma, (re)construída a partir de fragmentos dispersos, sejam eles objetos que se tornam digitais ou memórias desordenadas que convergem para se tornarem narrativas coletivizadas. Porém, por via da elevada plasticidade dos blogues, uma vez que todos os conteúdos são editáveis, a memória criada não é um objeto estável. Como se explorará no próximo capítulo, o blogue também é uma rede afetiva cujo objetivo parece ser a reivindicação de um espaço de enunciação pública com grande visibilidade e facilidade de acesso, onde os ex-combatentes podem construir conjuntamente e partilhar uma experiência que embora tenha durado, na maioria dos casos, dois anos da sua vida, preenche uma parte significativa – ou total – das suas memórias (Batista, 2016). Como explica José van Dijck (2007, 56-61) as memórias pessoais são constituídas de forma afetiva, isto é, os discursos dos outros têm um papel importante na construção das memórias e, conseqüentemente, da identidade individual. É neste câmbio – a interafetividade – que as narrativas sobre a Guerra Colonial se vão construindo na blogosfera.

⁶³ Conceito tecnológico e característico da escrita da internet que designa uma rede de textos ou palavras que se agregam entre si através de uma ligação (*link*).

Situando-se numa linha de continuidade com os meios de escrita diarística, os blogs são diferentes dos primeiros na medida em que amplificam as relações e dinâmicas já existentes nos diários. Têm um maior espectro de visibilidade e permitem a constituição imediata de fóruns de discussão e partilha. Têm acesso virtualmente gratuito e estão disponíveis em qualquer dispositivo com ligação à internet. Da mesma forma, a escrita colaborativa e o estilo publicação-comentário permitem ter acesso às dinâmicas que se estabelecem entre os ex-combatentes, quer sejam dinâmicas conflituais ou não.

Com o objetivo de analisar estas dinâmicas recorro à netnografia, porque permite estudar a *performatividade* digital inerente à construção das narrativas memoriais, e.g. às publicações em blogs, com recurso a elementos textuais e extratextuais/semióticos, e às práticas quotidianas que enquadram a utilização das plataformas digitais. Uma das lacunas que, se fosse possível resolver enriqueceria a investigação, é a falta de um contacto maior – observação participante – com o convívio galvanizados pelas diversas tabancas um pouco por todo o país, especialmente a Tabanca Grande. A recusa por parte de alguns antigos combatentes em receberem os investigadores é compreensível, mas empobrece a troca de conhecimentos e de ideias que um encontro possibilitaria. Faltando esta observação participante, tentei tirar o maior partido possível das informações trocadas durante as entrevistas realizadas.

É através da seleção e partilha de informação pessoal nas plataformas digitais que se constrói e projeta uma parte da imagem ou identidade pessoais. Além disso, é também um elemento de formação de comunidades de pertença, e.g. grupos de partilha de memórias da Guerra Colonial (Kozinets, 2010: 1-2). Ambas as dimensões da nova *persona* social exploradas nas secções seguintes. A análise terá em conta que no blogue estão presentes vários discursos o que implica não essencializar ou reificar as identidades dos ex-combatentes. Para além do mais, os contextos em que foram e são elaboradas as suas narrativas, bem como as possíveis intenções ou motivos de cada um ao enunciá-los são fundamentais para compreender os discursos digitais dos homens que fizeram a guerra.

Far from being immutable or frozen, memory changes permanently and transcends the recollections of a lived experience. Cultural practices, cultural industry, public policies, and even laws (sometimes penal laws) hugely shape and transform our representation of the past (Traverso, 2016: 56).

As narrativas destes homens, ora conferem sentido a uma juventude perdida a lutar por um ideal de nação que não singrou (cf. Ribeiro, 2007: 53; 2012: 29), ora se inserem dentro de uma linha de reivindicação de um espaço público que lhes permita reclamar os seus direitos enquanto vidas e corpos marcados pela violência da guerra. As suas memórias devem ser entendidas dentro de um contínuo que liga as localizações físicas e interações

cara-a-cara com as interações e comunidades digitais, daí a importância de analisar também as dinâmicas sociais que se estabelecem fora dos blogues.

CAPÍTULO II – FRAGMENTOS DA MEMÓRIA (I): OS BLOGUES DE ANTIGOS COMBATENTES

“O blog começou por ser pequeno, mas logo cresceu rapidamente, post a post, até ser aquilo que hoje é, um longo registo de pequenas recordações de duvidosa importância. Foi isto que o seu dono pensou, e ponderou até apagá-lo, mas era um homem muito esquecido, e o blog tinha uma memória extraordinária. [A moral desta história não oferece quaisquer dúvidas: se tens má memória, confia então na do teu blog.]”

Paulo Querido e Luís Enes, *Blogs*, 2003: 8.

Micro-história dos blogues

Embora o *hype* da blogosfera⁶⁴ tenha sido, nos dias de hoje, substituído pelos ecossistemas fechados de plataformas de *microblogging* como o Twitter ou o Facebook, estas plataformas foram das primeiras a serem utilizadas como locais de partilha aberta de conteúdos produzidos, por editores leigos em programação, e, portanto, das primeiras a servir de espaço mnemónico digital para os antigos combatentes.

Os primeiros *web-logs* – termo criado por Jorn Barger em 1998 (Myers, 2010: 16) – precedem os anos 2000. Funcionavam, inicialmente, como *websites* de seleção, listagem e categorização de outros *websites* criados por programadores. Eram, no fundo, uma ferramenta que permitia que os utilizadores traçassem um caminho de navegação – listas de hiperligações – e o dessem a conhecer a outros utilizadores, auxiliando a navegação por via dos comentários que escreviam para descrever as listagens. Na última metade dos anos 1990, os *web-logs* preenchiam o vazio dos atuais motores de busca (Dean, 2010: 42; Myers, 2010: 16). Em 1999, é criado o primeiro *software* de criação de conteúdos sem a necessidade de conhecimento prévio de ferramentas de HTML – Pyra – comprado em 2003 pela Google (17).

A criação deste *software* levou à privatização das plataformas de escrita e a um novo modelo de negócio baseado em *softwares* de produção de conteúdos por utilizadores sem conhecimento prévio de programação. Tornou-se mais fácil construir um blogue. Basta utilizar as plataformas disponibilizadas *online* e começar a escrever e publicar textos (Lovink, 2008: 3). Esta facilidade de edição permitiu a democratização e o surgimento da blogosfera — isto é, a explosão dos blogues pessoais. O que, por um lado, levou muitos académicos dentro dos estudos sobre meios de comunicação de massas a questionar o papel

⁶⁴ Blogosfera é a designação dada comumente ao conjunto de blogues em circulação.

dos blogues no mundo jornalístico. Ou melhor, a questionar se os blogues colocariam em causa a autoridade profissional dos jornalistas. Por outro lado, os blogues permitiram, como já referi, a democratização da palavra escrita — embora não sem limitações (ver próxima secção) — e é neste âmbito que pretendo explorar o potencial mnemónico dos blogues.

Dito isto, a crescente produção de testemunhos da Guerra Colonial em Portugal coincidiu, entre outros fatores, com a democratização e massificação do acesso à internet no país.⁶⁵ Neste ponto, vale a pena ter em conta que a ‘revolução’ da blogosfera chegou atrasada a Portugal (Querido e Enes, 2003: 7). A democratização foi ligeiramente mais tardia comparativamente ao mundo anglo-saxónico. O primeiro blogue em Portugal surge em 1999 (Rodrigues, 2006: 21), mas o fenómeno explode em 2003. O marco simbólico apontado pelo jornalista Paulo Querido e pelo escritor Luís Enes, também eles *bloggers*, para essa ‘revolução’ foi a criação do blogue *Abrupto* por José Pacheco Pereira (2003: 22-24).⁶⁶

Relativamente à produção académica, a literatura sobre os blogues começa, mais ou menos, no início dos anos 2000. A literatura dedica-se maioritariamente à exploração do papel dos blogues no jornalismo e na educação. Em 2006, Axel Bruns e Joanne Jacobs editam o volume *Uses of Blogs*. É nesse livro que Axel Bruns conclui que os blogues não são um género literário em si, possibilitam antes uma variedade de experiências. São, no fundo, uma nova tecnologia (Clancy Radcliff *apud* Bruns, 2007: 250) e qualquer generalização que tente categorizar este tipo de plataformas digitais será redutora e pouco útil na análise dos casos específicos. Não obstante a existência de várias tendências, como é o caso dos blogues jornalísticos, dos blogues políticos/comentadores, dos chamados blogues de *lifestyle* ou de blogues em formato de diário. Novamente, por serem plataformas que facilitam a edição e publicação de textos a pessoas que não dominam as ferramentas de programação informática, é possível fazer de um blogue, virtualmente, tudo o que uma plataforma de texto permite. Os blogues de antigos combatentes são mais um dos muitos usos dados a esta tecnologia.

⁶⁵ Entre 2000 e 2010 houve um crescimento de 530,9% no número de assinantes de internet em Portugal. Percentagem calculada a partir dos dados fornecidos pela ANACOM e pelo Instituto Nacional de Estatística português, disponíveis em <https://www.pordata.pt/Portugal/Assinantes+do+acesso+à+Internet-2093> (último acesso em 02/10/2021). A taxa de penetração da internet em Portugal em 2000 era de 16,43% e passou para 53,3% em 2010. Dados mais recentes apontam para uma penetração de 73,79 % em 2017, dados da International Telecommunication Union a partir do Eurostat e do Instituto Nacional de Estatística português, disponível em <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/stat/default.aspx> (último acesso em 02/10/2021).

⁶⁶ Blogue *Abrupto*, descontinuado em meados de 2016, está disponível em <https://abrupto.blogspot.com> (último acesso em 02/10/2021).

A esta flexibilidade acresce a facilidade de publicação e divulgação de textos próprios sem a necessidade de intermediários — e.g. editores/as (Dijck, 2007: 71). O acesso aberto vem dar visibilidade àqueles que não tinham possibilidade de publicar os seus pontos de vista, reflexões, comentários ou memórias em circuito comercial. Concomitantemente, passa a ser possível dialogar de forma imediata com os conteúdos dos meios de comunicação tradicionais como a rádio ou a televisão. Como refere William Merrin (2014: 72) “[...] today the broadcast industry no longer has the final word.”

As plataformas de criação são relativamente recentes e intuitivamente distintas das restantes páginas de Internet, o que resulta no que considero ser uma subvalorização da importância de definir o que se entende por ‘blogue.’ Sugiro, portanto, que se considerem ‘blogues’ as páginas cujo servidor tem por base uma plataforma — tecnologia ligada à rede — que permite a edição de texto a utilizadores mais ou menos leigos. Inserindo-se nas tecnologias de escrita — como os blocos de notas e as canetas — que permitem a edição de texto⁶⁷ —, é qualitativa e quantitativamente diferente delas. Para alguns autores, o que distingue os blogues de outras páginas pessoais é o seu fluxo constante de atualizações e consequentemente a sua propensão para a legitimidade pessoal do registo afetivo-emotivo (Lovink, 2008: 3; Myers, 2010: 2). Esta análise é direcionada sobretudo à distinção entre blogues e páginas pessoais fora do circuito fechado das redes sociais. David Weinberger, na crónica “Why blogging still matters” (Boston Globe, 2015), reforça, a este propósito:⁶⁸

*The fact that most of our posts were so obviously written by amateurs we took as a sign of the democratizing effect of the Web. Anyone could talk, even though not everyone was as skilled a rhetorician (or even grammarian) as the professionals populating the pages of professional newspapers. The imperfections of our posts, we hoped, would help legitimize a more human, less controlled form of public speech.*⁶⁹

⁶⁷ Os blogues têm muito em comum com a escrita diarística, tendo presente que os diários se podem tornar públicos tal como os blogues se podem tornar privados, contudo os primeiros amplificam as relações e dinâmicas dos últimos. Um blogue terá o potencial para se tornar visível a uma escala muito maior que o diário porque a rede de comunicação que o sustenta é global. Para além disso, os blogues permitem a formação quase imediata de fóruns de discussão através do sistema de comentários e de partilhas. Com isto quero dizer que embora sejam ambas tecnologias que permitem o registo da escrita, são quantitativa e qualitativamente diferentes (cf. Ferreira, 2020: 203s).

⁶⁸ Artigo disponível em: <https://www.bostonglobe.com/opinion/2015/08/30/why-blogging-still-matters/JkzFdTxoySZZwsyrFw7yMI/story.html> (último acesso em 02/102021).

⁶⁹ Na era do capitalismo tardio, esta democratização rege-se por imperativos económicos. O autor da crónica, David Weinberger, é ele próprio um ideólogo do novo marketing *online*. E, embora essa relação não seja explorada a fundo na presente investigação, é importante ter em conta que estas tecnologias, que facilitam a criação e edição de conteúdos *online*, têm como finalidade a exploração económica desses mesmos conteúdos

A partir de 2007 é decretada a “morte dos blogues” (Dean, 2010: 33) e embora os blogues continuassem – e continuem – a existir, a atenção foi progressivamente voltada para novas plataformas (35). Há uma perda de dinamismo nos blogues não comerciais e, concomitantemente, uma perda de interesse analítico que é redirecionado para sítios de *microblogging* como o Twitter ou o Facebook (34-5). Daqui resulta, em muitos casos, a migração dos utilizadores dos blogues para plataformas de interação interpessoal – de socialização – com outras lógicas de criação, partilha e visibilidade de conteúdos como o Facebook. Tendência que se repercute na criação, por parte de alguns combatentes, de páginas pessoais que passam a ser os seus principais veículos de comunicação. Este último tópico será explorado de forma mais detalhada no capítulo VI.

Reflexões em volta da blogosfera: a construção de uma memória popular

Os blogues democratizaram a autoridade mnemónica. Permitiram a criação e o acesso, sem intermediários, a narrativas memoriais. As páginas são acessíveis através de ligações cuja estrutura é desenhada para possibilitar a criação e edição de texto a pessoas sem conhecimento de código informático e são relativamente fáceis de utilizar. A democratização do acesso a estes textos tornou possível o contacto quase instantâneo entre homens — e mulheres — com experiências de vida e/ou interesses semelhantes, mas geograficamente distantes. Destas interações nasceram grupos mais ou menos formais que, numa primeira leitura, irei designar de comunidades mnemónicas. Comunidades cujo

por parte das empresas criadoras dos servidores que alojam os blogues e das empresas de publicidade. A reestruturação económica que, tal como referi acima, se dá na sequência da falência do modelo económico baseado no *e-commerce* – comercialização de produtos em páginas *web* – e que trouxe consigo oportunidades, mas não é isenta de críticas. Uma das questões relativas à exploração económica dos conteúdos produzidos pelos utilizadores de plataformas digitais e das redes sociais, em particular, tem sido a violação de privacidade na capitalização os dados criados pelos utilizadores. No caso Cambridge Analytica, a utilização dos dados com proveito económico, sem a autorização prévia de uma parte significativa dos visados serviu para influenciar as decisões políticas de utilizadores indecisos através da personalização dos conteúdos recebidos através do *feed* das suas contas pessoais, e.g. referendo para a permanência do Reino Unido na União Europeia em 2016.

ponto de convergência é a internet. Nos blogues — mas não só⁷⁰ — surgem novos contactos entre veteranos, proporcionando (re)uniões e/ou (re)encontros. Muitos destes antigos combatentes haviam perdido o rasto aos seus camaradas assim que regressaram à metrópole, após a comissão de serviço em África.

A comunidade

A capacidade que estes novos meios de comunicação têm de gerar formas inovadoras de comunicação pessoal e horizontal, assim como novos modos de expressão individual e coletiva (Merrin, 2014: 71), reflete-se na dimensão agregadora característica dos blogues que irei analisar. Uma dinâmica que Jodi Dean (2010: 96) apelida criticamente de redes afetivas (*affective networks*).

Affective attachments to media are not in themselves sufficient to produce actual communities — bloggers are blogging but the blogosphere doesn't exist. Neither does the circulation of affect through multiple, networked media imply stimulus junkies in blank-eyed isolation before their screens. Affective networks produce feelings of community, or what we might call 'community without community.' They enable mediated relationships that take a variety of changing, uncertain, and interconnected forms as they feedback each upon the other in ways we can never fully account for or predict. So while relations in affective networks merge and diverge in ways resistant to formalization, the circulation of intensities leaves traces we might mark and follow: blog anxiety, mood flows on Twitter, military message intensification, irrational exuberance (Dean, 2010: 96).⁷¹

Para Dean, os blogues produzem redes de interação entre utilizadores com interesses comuns, mas são “comunidades sem comunidade” (*community without community*) porque o elemento unificador dos seus membros não é suficientemente forte para que se produza uma comunidade formal — embora nunca chegue a definir o que entende por comunidade. Isto é, o apego (*affective attachment*) criado por via das interações geradas entre utilizadores, segundo a autora, não é suficientemente forte para criar uma comunidade. Esta crítica leva-nos, a meu ver, a sopesar a dimensão política destes grupos. E, de facto, a formação destas ditas comunidades não tem uma manifestação política imediata, ainda que

⁷⁰ Reconhecendo a importância dos blogues, a arqueologia digital deixada pelos antigos combatentes é bem mais vasta. Composta por *site* e páginas pessoais nas novas redes sociais. Um dos *sites* de grande importância é o *Dos Veteranos da Guerra do Ultramar 1954 a 1975*. Elaborado por António Pires, veterano ex-furriel miliciano em Moçambique (1971 a 1973), tem uma dinâmica própria e uma vasta compilação de informações. É um excelente arquivo de notícias, publicações de antigos combatentes e dos vários encontros de veteranos no país. Disponível em <http://ultramar.terraweb.biz/index.htm>, possui também um fórum digital próprio, em <https://ultramar.forumeiros.com>.

⁷¹ A oração e restantes expressões em itálico foram selecionada por mim.

por vezes seja uma plataforma de divulgação de diversas atividades, — entre elas algumas políticas — galvanizadas pelos antigos combatentes a título individual.⁷² Portanto, neste sentido, a sua crítica ajuda a problematizar as relações que se estabelecem entre os membros de fóruns, grupos de Facebook ou mesmo blogs coletivos cuja dinâmica e/ou dimensão impossibilita o estabelecimento de relações sólidas e físicas entre si com um verdadeiro impacto político. Como de resto acontece na Tabanca Grande, ponto que retomarei no próximo capítulo.

Grupos como o de Luís Graça poderão não formar laços tão sólidos quanto aqueles que se estabelecem entre camaradas que combateram juntos e se reúnem em convívios pelo país — i.e. veteranos da mesma companhia, batalhão ou unidade que viveram a mesma guerra e por isso têm uma experiência partilhada —, devido à sua dimensão e à natureza das relações que os membros estabelecem com o blogue e entre si — nem todos escrevem, nem todos frequentam os diversos encontros da Tabanca e nem todos se conhecem. Os primeiros não têm experiências de guerra compartilhadas e os laços que os unem são formados a partir de um evento cujo alcance só pode ser apreendido a partir de uma globalidade histórica mediata — e.g. combater em África, combater na Guiné, ter começado a comissão em 1969, etc. —, enquanto os laços dos segundos são forjados a partir de uma camaradagem criada a partir da sua experiência concreta da guerra.

Mais do que ‘comunidades sem comunidade’ estas redes afetivas de criação mnemónica podem ser compreendidas a partir de um entendimento alargado de comunidades imaginadas (Anderson, 2020 [1991]). Tal como na definição de Benedict Anderson, os seus membros não se conhecem na totalidade e, ainda assim, “[...] na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão” (2020 [1991]: 25). A comunidade é uma criação ou construção a partir de um imaginário que remete para uma experiência comum da guerra. A imaginação cria realidade e, como refere Anderson, “[...] todas as

⁷² A criação de petições públicas por parte de antigos combatentes é recorrente, basta fazer uma pesquisa rápida pelo sítio peticaopublica.com para ter acesso a alguns exemplos. A maioria desses resultados, relativos a petições em curso, não tem uma adesão superior a 300 assinaturas, no entanto petições como a de Inácio Silva, membro da Tabanca Grande, teve a mobilização necessária à entrada na Assembleia da República. Parte dessa mobilização foi feita no blogue de Luís Graça. A Petição n.º 309/XIII/2, “Solicitam que o suplemento especial de pensão, atribuído aos antigos combatentes, seja substituído pela antecipação da idade da reforma,” com mais de 4500 assinaturas, foi discutida no parlamento a 31 de janeiro de 2018. Ver informação disponível em: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetallePeticao.aspx?BID=12990> (último acesso em 02/10/2021).

comunidades maiores do que as aldeias primordiais onde havia contacto cara a cara (e talvez mesmo estas) são imaginadas” (Anderson, 2020 [1991]: 26).⁷³

De resto, ao contrário das redes afetivas analisadas por Jodi Dean, os antigos combatentes já possuíam uma identidade formada em potência, prévia à Internet, que podia ser mobilizada em convívios organizados antes da utilização generalizada dos computadores. Alguns veteranos já se reuniam regularmente com a sua unidade de companheiros de armas.⁷⁴ As plataformas digitais vieram estabelecer o meio e a forma como, uma parte destes homens, passaram a interagir entre si, embora não exclusivamente. Ao aumentarem e reforçarem este contacto permitiram a criação de comunidade(s) mnemónica(s) digitais.

Voltando a Anderson, o conceito comunidades imaginadas abrange outra dimensão importante:

[...], *independentemente da desigualdade e da exploração reais que possam prevalecer [...], é sempre concebida como uma agremiação horizontal e profunda* [as a deep, horizontal, comradeship]. *Em última análise, é essa fraternidade que torna possível que, nos últimos dois séculos, tantos milhões de pessoas, não tanto matassem, mas quisessem morrer por imaginários tão limitados* (2020 [1991]: 27).

A dimensão da camaradagem (*a deep, horizontal, comradeship*), que na edição portuguesa é traduzida por agremiação, ou por outras palavras, os laços que unem estes homens poderão ser mais fortes do que aqueles que ligam outros utilizadores uns aos outros na medida em que se baseiam na partilha de uma experiência marcante vivida em conjunto e enquadrada por uma cultura de guerra específica. A camaradagem — reforçada no presente pelos convívios que os veteranos dinamizam — é um conceito partilhado pelos veteranos durante as entrevistas que realizei junto dos editores do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné* e que explorarei no próximo capítulo.

⁷³ Não há aqui uma oposição entre comunidades *verdadeiras* e comunidades *falsas*. As comunidades distinguem-se na forma como são imaginadas e não na sua possível veracidade ou falsidade.

⁷⁴ Com base nas entrevistas realizadas no âmbito da presente investigação aos editores permanentes do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*, as referências à data de início dos encontros e convívios de antigos combatentes variam. Manuel Joaquim, por exemplo, sugere que os primeiros encontros entre camaradas que frequentou ocorreram 15 ou 20 anos depois, em meados dos anos 80, embora sublinhe que não se lembra totalmente. Já Virgínio Briote situa o seu primeiro convite para um encontro/convívio antes dos anos 80. Eduardo Ribeiro, por sua vez, aponta para meados dos anos 90. Os primeiros encontros do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné* ocorreram entre 2005 e 2006 segundo a esposa de Luís Graça, Alice Carneiro, em entrevista concedida a Diana Andringa no âmbito do projeto CROME.

A cultura de guerra remete para um conjunto de representações dos seus e dos outros e é um conceito que se articula com o de experiência de guerra (Seixas, 2017: 16-17). A experiência de combate é descrita por Núñez Seixas como um ritual de passagem que altera as percepções dos indivíduos que por ele passam. Altera a sua visão do mundo e os seus valores por via de uma construção pessoal, mas condicionada pelo ambiente social e cultural dos soldados, bem como por valores, experiências e socializações prévias:

[...] Un combate deja un impacto o impresión inmediata semejante en todos sus participantes; la vivencia que cada uno de ellos recrea horas o días después en una carta o su diario mostrará palpables diferencias, que revelarán su distinta suerte en la lucha, pero también su bagaje mental y formativo previo; la experiencia, como recapitulación de esa vivencia, que transmitirán semanas o años más tarde diferirá aún más de unos protagonistas a otros (Seixas, 2017: 17).

Assim, esta(s) comunidade(s) é(são), no fundo, o que Judith Butler define como um *eu* coletivo que se responsabiliza pelos seus semelhantes, tornando-se um *nós*. São comunidades que também se constituem em oposição a um *outro*, sendo esse *outro* todos aqueles que não passaram pela mesma experiência bélica.

É interessante notar que alguns antigos combatentes nutrem uma certa afinidade pelos combatentes do outro lado por, tanto quanto eles, terem partilhado a mesma experiência bélica. Estas comunidades não estão isentas de hierarquias de pertença baseadas em estruturas sociais mais abrangentes como a raça, a classe, a língua e a nacionalidade. Acompanhando esta representação de companheirismo existem outras dinâmicas mais complexas, como será possível explorar com maior detalhe mais à frente.

[...] e surgiu o [XXX], que eu não via o [XXX] desde [19]68. Abracei-me ao [XXX]. O [XXX] era um soldado básico, não sei se o [XXX] sabia ler e escrever, tinha todos os problemas e, no final do almoço, houve a cotização para pagar a viagem de regresso do [XXX]. Em todas as unidades há sempre o soldado que vive malzinho e há a cotização (Mário Beja Santos).⁷⁵

Desenvolve-se, neste contexto, um sentimento de pertença e responsabilidade para com os camaradas e é esta identidade de veteranos ou antigos combatentes, aliada ao sentimento de pertença, que influencia a direção e a capacidade de afeto, ou dito de outra maneira, a capacidade destes homens se compadecerem com o sofrimento uns dos outros (Butler, 2009: 36, 46). A sua manifestação concreta pode ser encontrada, por um lado, nas redes de apoio social, humanitário e político e, por outro lado, na celebração dos camaradas mortos.

⁷⁵ Entrevista a Mário Beja Santos, membro permanente do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*. O nome do soldado foi anonimizado para salvaguardar a sua identidade.

A celebração dos camaradas mortos — quer em África, quer ao longo dos últimos anos — concretiza-se na publicação de entradas no blogue em forma de notas fúnebres, mensagens de homenagem dos camaradas, fotografias e fragmentos narrativos mnemónicos. Estas publicações criam uma narrativa biográfica póstuma que se distingue das elegias tradicionais. Por um lado, são narrativas a várias vozes e com uma temporalidade potencialmente ilimitada, já que a sua edição pode ser feita a qualquer altura. As publicações podem ser aumentadas ou alteradas consoante a vontade dos editores. Ademais, a interação é galvanizada pela possibilidade de escrever comentários, abrindo a um público mais vasto esta interação. Por outro lado, são declarações públicas de pesar pelos companheiros que vão partindo. Celebrações vernáculas que se afastam de rituais privados religiosos e reforçam o sentido de comunidade e união dos veteranos. Um processo intersubjetivo secular que se estende para além da relação entre os mortos e aqueles que de dentro do seu círculo os relembram (cf. Arnold *et al.*, 2018: 4ss). Na Tabanca Grande o reconhecimento da partida de veteranos sem ligação prévia ao blogue confere-lhes “a título póstumo” o estatuto de membros e, desta forma, de parte integrante desta comunidade de memória.

A própria comunidade alarga-se ao círculo de familiares que participam nas atividades promovidas pelo blogue. São comuns as fotografias de veteranos com as suas esposas, filhos e netos nos almoços-convívio publicadas. Esta participação confere-lhes o estatuto de membros da Tabanca Grande por afinidade e, em caso de morte, são celebrados como membros da comunidade. Da mesma forma que, de acordo com os antigos combatentes, são comuns os contactos de familiares de combatentes mortos em combate a membros do blogue com o objetivo de saber o que aconteceu aos seus entes queridos em África — como morreram, onde estão etc. A demanda por respostas por parte destes filhos e netos é feita nos blogues de antigos combatentes, mas também nas redes sociais como o Facebook.⁷⁶

Em suma, lembrar “aqueles que caíram” deixa de ser apanágio apenas de eventos geograficamente localizados e ritualísticos privados ou semipúblicos seculares e/ou sagrados — como é o caso dos momentos de convívios entre combatentes ou da participação destes na cerimónia de homenagem aos combatentes, a 10 de junho junto ao

⁷⁶ Uma dessas histórias é contada na reportagem de Camilo Soldado para o *Público*, “Não ficou para trás. António morreu em Angola em 1963 e voltou agora a casa” (06/12/2017). Na reportagem lê-se “Foi através das redes sociais, onde o sargento [Isidro Esteves] publica o resultado das suas investigações, que Ernestina Silva descobriu o que tinha acontecido com o pai.” Disponível em <https://www.publico.pt/2017/12/06/sociedade/reportagem/antonio-lobes-da-silva-morreu-em-angola-em-1963-mas-regressou-ontem-a-casa-1795181> (último acesso em 02/10/2021).

Monumento dos Combatentes em Belém — e passa a inserir-se num espaço de acesso e utilização quotidianos. A possibilidade de contacto e interação sem restrições geográficas reveste-se de especial importância num contexto em que muitos dos combatentes lembrados não se encontram sepultados em Portugal.⁷⁷ Com o advento das redes sociais a celebração dos mortos navegou para as novas plataformas galvanizada por outras gerações, como explorarei no capítulo VI.

⁷⁷ Uma parte dos combatentes que morreu em África durante as comissões de serviço não foi transladada para a metrópole porque o Estado português, de acordo com a legislação em vigor na época e datada do período da Primeira Guerra Mundial, não se encarregava dos custos de transporte dos corpos das antigas colónias para a metrópole. Esses custos teriam de ser suportados pela família. Estima-se que cerca de 1.500 militares estão hoje sepultados em talhões militares ou no próprio local onde morreram. A 22 de janeiro de 2009 entra na Assembleia da República, com 11758 assinaturas, a Petição n.º 552/X/4 “Solicitam a transladação para Portugal dos restos mortais dos militares mortos na Guerra do Ultramar” da autoria do *Movimento Cívico dos Antigos Combatentes*. No relatório final, elaborado pelo deputado do PS, Agostinho Gonçalves, “[...] manifesta a divergência, não quanto à consideração que o assunto lhes merece, mas sim quanto à forma como todo este processo deve ser conduzido.” Esta decisão tem em conta as considerações tecidas pela LC que se manifesta afirmando “[...] que o melhor modo de garantir a dignidade dos combatentes é uma solução do tipo da do cemitério Richebourg. Assim, defende a manutenção dos corpos nos territórios onde jazem, a não ser que as famílias peçam para ser trazidos. Nestes casos, a Liga apoia, tanto do ponto de vista legal como prático, criando todas as condições para que tal se concretize.” Disponível em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetallePeticao.aspx?BID=11887> (último acesso em 02/10/2021). A LC tem um programa denominado “Conservação das Memórias” com o objetivo de “garantir e manter a dignidade dos lugares cemiteriais onde se encontrem inumados militares portugueses, recolher para áreas cemiteriais ou ossários os restos mortais isolados,” bem como “garantir o apoio necessário às trasladações que forem solicitadas.” Ver <https://www.ligacombatentes.org/conservacao-das-memorias/> (último acesso em 02/10/2021); <https://www.dn.pt/poder/liga-dos-combatentes-inicia-recuperacao-de-campas-de-soldados-mortos-em-angola-11089746.html> (último acesso em 02/10/2021). Em 2017, uma reportagem de Camilo Soldado no jornal *Público* cobriu a transladação de um combatente de Angola para Viseu, disponível em: <https://www.publico.pt/2017/12/06/sociedade/reportagem/antonio-lobes-da-silva-morreu-em-angola-em-1963-mas-regressou-ontem-a-casa-1795181>. A junho de 2018 a LC celebra um protocolo com a TAP no qual se estabelece a gratuitidade do transporte aéreo de restos mortais de combatentes sepultados em Angola e Moçambique para Portugal. Para beneficiar deste apoio as famílias que queiram transladar os seus familiares mortos durante a Guerra Colonial devem contactar a LC e esta fará de elo de ligação com as instituições que providenciaram o serviço. Este apoio está limitado a vinte urnas por ano, num período de dois anos passível de ser renovado. O protocolo não cobre o território da Guiné-Bissau “em virtude do embargo de carga comercial à saída da Guiné-Bissau, por razões de natureza de segurança operacional impostas pela Autoridade Nacional de Aviação Civil,” informação disponível no portal da Liga de Combatentes, em http://www.ligacombatentes.org.pt/arquivo_de_noticias/mais/996 (último acesso em 02/10/2021).

A narrativa

A visibilidade que a internet deu a esta(s) comunidade(s) permite que uma audiência alargada ganhe conhecimento da sua existência e tenha acesso à(s) *sua(s) dinâmicas narrativa(s)*. Como refere William Merrin (2014: 71):

This is a world of me-casting, of me-dia, or we-dia, centring upon ourselves, our lives, activities, relationships and meaning. But this isn't a solipsistic world – it centres around the self but it's directed at others and creates and utilizes a network of peers, being actualised in ongoing conversations and communications.

O fluxo constante que Merrin descreve como conversas e comunicações continuamente atualizadas é uma das características marcantes destes blogues. Como refere José van Dijck (2007: 71-72), ao contrário dos diários, os blogues proporcionam a receção imediata dos textos publicados a partir de qualquer dispositivo ligado à rede — móvel ou não — permitindo o permanente entrelaçamento *afetivo* do *eu* com o mundo digital através da tecnologia — *hardware e software*. Na prática isto significa que estes rituais de troca — ou interações — entre utilizadores e de utilizadores com o espaço virtual se estende no espaço e no tempo. “Bloggers expect to be signaled and perhaps to be responded to” (Dijck, 2007: 72) porque este circuito comunicacional não se esgota na receção e leitura dos textos publicados, expande-se por meio dos comentários tornando o circuito de interações constante (Merrin, 2014: 72-73).

As interações assim geradas levam à partilha de experiências subjetivas entre utilizadores — ou *bloggers* —, processo que leva, por sua vez, à criação de um contexto de intersubjetividade com a capacidade para moldar as narrativas partilhadas. Se é verdade que as narrativas — e, para todos os efeitos, refiro-me sobretudo às memórias escritas — são moldadas tanto pela experiência como pelos diversos discursos em circulação na sociedade, também os discursos (re)produzidos dentro de outros grupos e/ou comunidades de veteranos — sejam eles associações, partidos políticos ou grupos unidos por blogues — e as suas necessidades socioeconómicas do presente têm influência nas histórias contadas nos blogues de veteranos. É neste âmbito de entrecruzamento de discursos que considero o conceito de memórias públicas e comuns (*vernacular memories*)⁷⁸ uma ferramenta analítica útil.

Nesta perspetiva, e recorrendo à formulação de José van Dijck (2007, 56-61), as memórias pessoais dos antigos combatentes são afetivas e permeáveis aos discursos

⁷⁸ A expressão “memória popular” para traduzir *vernacular memory* poderá tornar-se ambígua. Optei, para não recorrer à tradução literal “memória vernacular,” por traduzir o conceito como “memória pública e comum.” Uma memória que circula publicamente e é partilhada por determinados grupos mnemónicos.

mnemónicos uns dos outros. Estes últimos têm um papel significativo tanto na construção mnemónica quanto na construção da identidade individual dos veteranos. É neste câmbio – na combinação da interafetividade com a imaginação mnemónica – que se estabelece, o que considero ser o contexto de produção das narrativas sobre a Guerra Colonial na blogosfera.

É, portanto, necessário ter cautela em relação às simplificações e às generalizações que se possam extrair de um trabalho desta natureza. Estes homens levaram uma vida pautada por contradições, por reflexões, por racionalizações e por incorporações de diversas narrativas. As suas memórias são o produto de experiências distintas, mas por vezes partilhadas. Os discursos e as referências cruzadas são comuns porque resultam da encenação e reencenação periódica dos encontros de camaradas. Contêm em si silêncios e a capacidade de os quebrar. Alistair Thomson (2015) explora este processo dinâmico e mutável de construção narrativa no seu conceito de *composure*. De difícil tradução, este conceito que permite descrever, nas palavras de Penny Summerfield (2016: 9), um processo duplo nas entrevistas em História Oral, por um lado, o sujeito/ agente *compõe* uma narrativa; mas, por outro lado, *compõe* essa narrativa com *decoro*. De acordo com o que julga serem as expectativas do contexto político, social e histórico no qual se insere. Uma narrativa que, em suma, corresponde às suas expectativas e que confere aceitabilidade à sua história de vida.

A articulação das histórias dos antigos combatentes é, como referi, feita por via de relações discursivas que estabelecem nos grupos que frequentam ou ao qual pertencem e com outros sujeitos. Os convívios de veteranos, a participação em blogs coletivos, a pertença a diferentes associações ou mesmo as entrevistas desenvolvidas — no âmbito da investigação académica ou empreendidas pelos meios de comunicação tradicionais — são exemplos dessas relações discursivas, onde os veteranos, consciente ou inconscientemente, ensaiam, afinam e transmitem as suas histórias, muitas vezes de forma relativa ao responderem, positiva ou negativamente, a outras versões ou a resistirem às questões que lhes são colocadas (Thomson, 2015: 26).

Ora, este processo tem uma dimensão relacional, as memórias são narradas de forma a serem aceitáveis para um determinado público — concreto ou imaginado —, num determinado momento. A incompatibilidade dessas memórias com o discurso público vigente gera uma sensação de desconforto e/ou alienação que se deve ao estranhamento resultante do não reconhecimento social e político, por parte da sociedade portuguesa, das identidades que os antigos combatentes formam a partir das suas narrativas mnemónicas. O reconhecimento destas narrativas está associado ao bem-estar e à integração social do sujeito mnemónico (Thomson, 2013: 14-5). A falta de reconhecimento é diversas vezes

evocada pelos antigos combatentes da Guerra Colonial para se referirem, de forma mais ou menos abstrata, à forma como foram tratados pelo Estado português pós-25 de abril. Embora muitas vezes formulada de forma vaga, tendo a relacionar esta dita ‘falta de reconhecimento’ à incapacidade do Estado e da sociedade portuguesa em integrar os antigos combatentes numa narrativa coerente que corresponda atempadamente às suas necessidades socioeconómicas, isto é que reconheça o papel destes homens — de todos aqueles que combateram sob a bandeira portuguesa — na Guerra Colonial e a responsabilidade do Estado português na salvaguarda do seu bem-estar.

As memórias incómodas são as memórias silenciadas pelos antigos combatentes ou verbalizadas em contextos reservados. Nas palavras da antropóloga Maria José Lobo Antunes (2020: 14-5), a morte e a perpetração da violência estão ausentes das histórias contadas pelos soldados em parte devido ao potencial desestabilizador que essas narrativas têm. Por um lado, pelos efeitos subjetivos e potencialmente traumáticos do confronto com as suas próprias ações e, por outro lado, pela exposição da violência racializada contra as populações locais perpetrada pelas autoridades portuguesas nas quais se insere o exército. Desta forma, a estratégia narrativa dos combatentes é, segundo a investigadora, a ênfase discursiva nas repercussões emocionais desta experiência de vida que, por sua vez, resulta numa despolitização da memória. A apolítica da memória (cf. infra) esvazia o relato do seu contexto histórico, social e económico.

The ‘apolitics of memory’ can be effectively used by conscripts to avoid activating a politicized memoryscape [...], thus circumscribing private memories of war to personal, limited, and experimental boundaries (Passmore, 2016 apud Antunes, 2020: 15).

Concomitantemente, mesmo os combatentes que asseguram, nas suas narrativas, ter rompido desde cedo com o quadro ideológico colonial do Estado Novo, sentem necessidade de justificar a sua história de vida, ou, por outras palavras, encaixar um passado onde foram agentes ao serviço do exército colonial português na sua história de dissensão. O reconhecimento e a afirmação ou aceitação públicas das suas memórias implicam essa adaptação do discurso. Uma adaptação que varia ao longo dos anos de acordo com o público ao qual as memórias são contadas — mais empático ou mais crítico (Thomson, 2013: 14-5). Ora, a virtualização do seu testemunho alargou o público potencial destas memórias seletivas. Memórias marcadas por silêncios, apesar da grande vontade demonstrada pelos antigos combatentes em falar sobre a guerra que atribuo à dimensão melancólica, no sentido freudiano do termo, das suas inscrições mnemónicas.

In Freud’s terms, both mourning and melancholia are about loss. But whereas mourning is the slow, painful withdrawal of libido from the lost object, in melancholia, libido remains attached to what has disappeared (Fisher, 2014).

Muitos dos antigos combatentes referem ter passado por uma fase de silêncio, que não apagou, no entanto, as suas memórias da guerra. Ao período de silêncio seguiu-se um período de anamnese, hoje alvo de considerável exploração académica (ver capítulo I).

É no período de anamnese que os antigos combatentes reveem camaradas e sentem uma nova urgência em “contar as suas histórias.” Alguns, inclusive, voltam ao país onde combateram. É nesta vontade de contacto com um tempo e espaço que já não existe que a nostalgia se revela e materializa. Entendida como um fenómeno complexo e variável nas suas manifestações (Pickering e Keightley, 2006: 926-9), a nostalgia está associada a uma disposição de ânimo ou a um estado de espírito (*nostalgic humour*) e designa uma estrutura de sentimentos baseada na angústia e/ou no desejo por um passado perdido (Grainge, 2002 *apud* Pickering e Keightley, 2006: 932). Não obstante, numa sociedade capitalista a nostalgia também representa uma série de práticas que transformam uma determinada experiência histórica subjetiva em mercadoria (*commodification*). O exemplo mais acabado deste processo de mercadorização da memória são os livros de memórias ou o ‘turismo da saudade’.⁷⁹

O processo de memorialização da Guerra Colonial revela traços destas duas dimensões, embora a transformação da experiência passada em objeto capitalizável na produção de memórias digitais nem sempre seja óbvia.⁸⁰ Da literatura e dos relatos em jornais passando pelos livros de memórias até ao surgimento dos blogues, os antigos combatentes vão construindo um espaço mnemónico de narrativização e de (re)negociação das representações sociais sobre o passado. Alguns deles são galvanizados pela possibilidade de contestarem as representações públicas da guerra, dando visibilidade às suas versões ‘da história’. Isto acontece porque parte destes homens não se revê nas experiências e identidades retratadas pelos meios de comunicação. O que, por sua vez, não implica que essa (re)negociação no espaço digital dê visibilidade a experiências sub-representadas de determinados grupos (Pickering e Keightley, 2006: 923ss). Isto para dizer que, embora haja, de facto, um potencial democrático nestas novas plataformas digitais, por abrirem espaços de articulação de representações e memórias sem inscrição nas narrativas históricas, não se pode daí depreender-se que todas as visões da guerra estejam representadas no blogue. No seu processo de narrativização, os ex-combatentes também

⁷⁹ Ver a reportagem “Guiné-Bissau: Pai, agora já gosto de mangas” de Sandra Silva Costa e Paulo Pimenta ao *Público*, a 9 de setembro de 2017, disponível em: <https://www.publico.pt/2017/09/09/fugas/noticia/pai-agora-ja-gosto-de-mangas-1784544> (último acesso em 02/10/2021).

⁸⁰ As plataformas nem sempre são transparentes quanto à forma como utilizam os dados dos utilizadores com motivos comerciais e, em princípio, a regra diz que quando não é possível distinguir o produto é porque o produto são os utilizadores, na forma dos conteúdos por si produzidos.

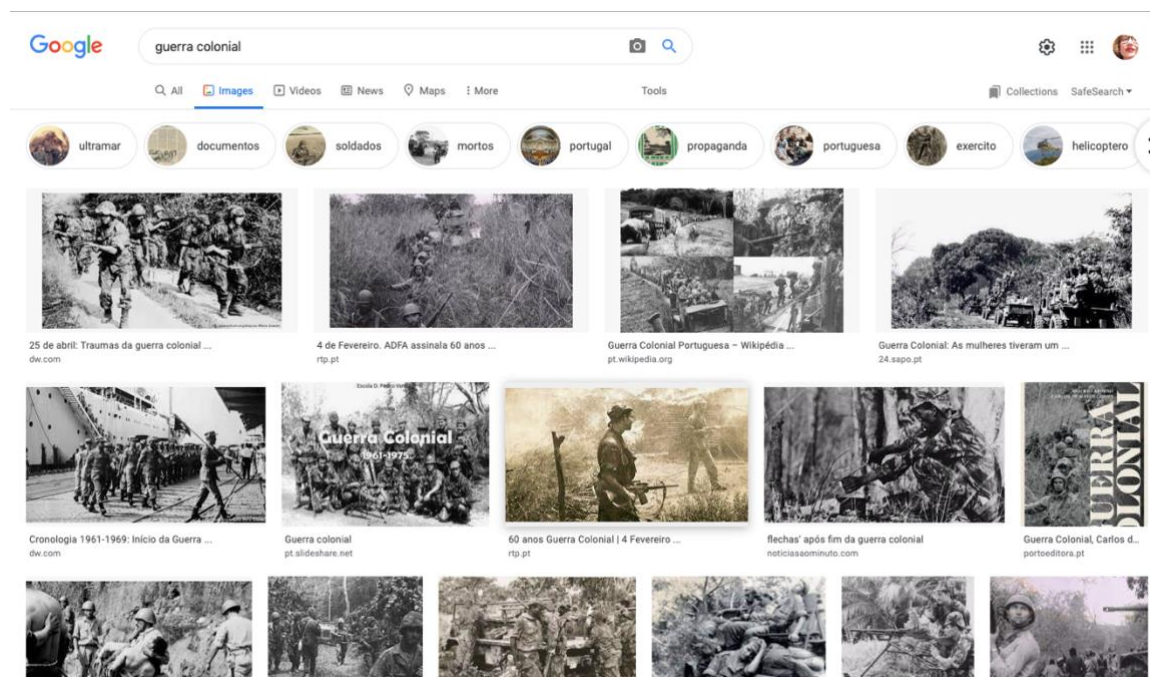
podem reproduzir silêncios e ausências, e por isso mesmo as relações de poder estão presentes na análise dos discursos publicados nas diversas plataformas digitais.

Para além disso, as pessoas nem sempre relembram as suas experiências tal como ocorreram. O que acontece é que as experiências vividas são lembradas por meio de objetos mnemónicos tão variados quanto fotografias, músicas, textos, filmes, sabores etc. A mediação do passado é um processo no qual os meios de comunicação social, por exemplo, podem fixar e limitar as representações sobre um determinado passado (Davis, 1979: 130 *apud* Pickering e Keightley, 2006: 929). As entrevistas que realizei com os editores permitem perceber que também existem negociações de significado sobre o passado entre os antigos combatentes que as representações presentes numa determinada publicação podem não representar todos os restantes membros do blogue. Uma das conclusões que retirei das entrevistas com os editores permanentes é que existem diferentes pontos de vista e que o blogue não é desenvolvido por combatentes com mundivisões semelhantes. Embora a maioria dos antigos combatentes que entrevistei tenha posicionamentos políticos semelhantes, isso apenas reflete a natureza do projeto — e a maior simpatia de determinados membros pelo projeto — e não a totalidade do blogue. É neste câmbio complexo, em consonância com o tempo e contexto históricos no qual se inserem, que as representações sobre o passado são criadas.

O arquivo

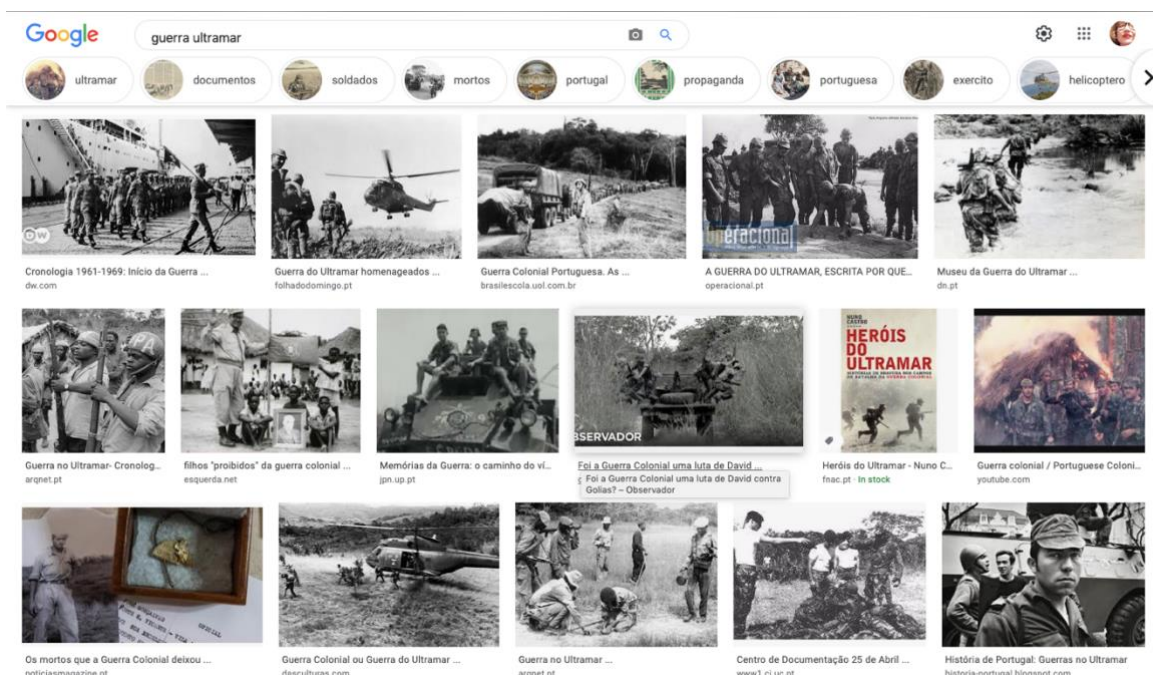
A grande concentração de objetos mnemónicos nestas plataformas faz deles arquivos digitais da Guerra Colonial por excelência. Desses objetos, destacam-se as fotografias. Um rol de fotografias, maioritariamente em tons de cinza, por vezes sépia e, raras vezes, a cores. Fotografias de jovens brancos, homens de camuflado e G3 na mão, em posição de ataque. Fotografias de filas de carros com soldados em estradas de terra. Fotografias de militares em fila no meio do capim. De soldados em frente de helicópteros com a Cruz de Cristo. De homens carregados em braços. De filas de soldados, no porto metropolitano do Cais de Alcântara e Cais da Rocha. Homens negros com capacetes pintados com a palavra “UPA” e canhangulos em riste.

Fig. 9 – Resultados da pesquisa por “Guerra Colonial” no motor de busca Google Imagens.



Fonte: Captura de ecrã pela autora, 08/07/2021.

Fig. 10 – Resultados da pesquisa por “guerra ultramar” no motor de busca Google Imagens.



Fonte: Captura de ecrã pela autora, 08/07/2021.

As fotografias não são todas provenientes de blogues. A maioria tem origem em páginas de jornais e revistas portuguesas, da Wikipédia ou do Youtube. A ordem pela qual as fotografias aparecem no ecrã depende de um conjunto de algoritmos utilizados pelo motor de busca Google, sendo um deles o contexto da pesquisa. Isto implica que os resultados

dependem em parte de fatores como o histórico de pesquisa⁸¹ ou a localização do utilizador. Assim, os meus resultados de pesquisa poderão ser diferentes dos resultados da pesquisa de um outro utilizador. É uma dinâmica que se desenvolve com o surgimento da Internet Semântica (*semantic web*), uma extensão da WWW que permite a determinadas plataformas ler dados e fazer associações baseadas no significado desses dados — ou seja, interpretá-los. Esta complexificação do funcionamento das plataformas dificulta a replicação das pesquisas e por vezes uma análise global dos resultados, já que esses mesmos resultados são individuais e personalizados para potencializar lógicas capitalistas de consumo direcionado. O que acontece, não apenas em motores de busca como o Google, também em redes sociais como o Facebook, questão que será explorada com maior detalhe no Capítulo V. Para já interessa compreender que é esta a base de funcionamento do motor de busca mais utilizado hoje em dia. E que, por inerência, afeta a visibilidade e o acesso aos arquivos digitais.

O conceito de arquivo é aqui entendido de forma ampla. São repositórios de objetos mnemónicos, isto é, fotografias, textos, documentos e imagens digitalizados que remetem para o passado. Mas também cartas, relatos pessoais, histórias e poemas. A Internet não acabou com os arquivos tradicionais, mas alargou o conceito em várias dimensões. Alargou o arquivo ao espaço digital. Os novos arquivos são compostos por remediações de artefactos analógicos. Digitalizações que em alguns casos são feitas por instituições, como é o caso da página Casa Comum desenvolvido pela Fundação Mário Soares⁸², mas não só. A expansão da Internet retirou o monopólio dos arquivos às instituições. Os arquivos não institucionais foram-se multiplicando, embora a autoridade das instituições se tenha mantido. O acesso a arquivos que de outra forma se manteriam privados leva a uma democratização da história a partir das bases. Mas para perceber esta evolução, é necessário perceber o conceito tradicional de arquivo.

O filósofo francês Jacques Derrida define o *arquivo* a partir da sua origem etimológica. Da palavra *arkhe* associada a dois substantivos “*the commencement*” e “*the commandment*” que correspondem, respetivamente, a dois princípios: 1) “*the principle according to nature or history, there where things commence — physical, historical, or ontological*”; 2) “*the principle according to the law, there where men and gods command, there where authority, social order are exercised, in this place from which order is given — nomological.*” Os arquivos são lugares onde se depositam documentos, mas também

⁸¹ Informação disponível em: <https://www.google.com/search/howsearchworks/algorithms/> (último acesso em 02/10/2021).

⁸² Arquivo digital disponível em: <http://casacomum.org/cc/arquivos> (último acesso em 02/10/2021).

são lugares onde se encontram as autoridades com competência institucional e hermenêutica. O depósito dos documentos no arquivo marca a passagem, descrita por Derrida, do privado para o público. Embora o seu carácter *público* não se refira a acesso aberto ou à inexistência de secretismo — como acontece com os arquivos classificados (Derrida, 1996: 1-2). Ademais, na leitura que David Beer faz de *Archive Fever* de Derrida (1996), a dimensão política está associada à figura do/s “*archons*,” i.e., aqueles que se revestem de autoridade para, sob o princípio da consignação, selecionarem e classificarem os documentos de acordo com uma ordem específica, atribuindo-lhes determinados significados (Beer, 2021: 100-1).

Aqueles que se revestem de autoridade para determinar o que faz e o que não faz parte do arquivo — o que se exclui e/ou o que se inclui — inserem-se numa dinâmica de poder com implicações na formação do conhecimento de uma determinada sociedade num determinado momento histórico. O acesso determina o que é ou não parte da narrativa histórica de uma sociedade. E essa estrutura de poder não foi eliminada com o advento da internet, mas foi desafiada.

Se, por um lado, os arquivos tradicionais continuam a existir — de acesso aberto e/ou de acesso restrito —, por outro lado, hoje, formam-se arquivos digitais dentro e fora do enquadramento institucional. A institucionalização deixa de ser um dos critérios da formação de arquivos públicos e de acesso aberto em meio digital. Na verdade, a Internet possibilitou, mais do que tudo, a disponibilização em acesso aberto de documentos históricos pertencentes a instituições, mas também ao indivíduo comum. Sem que para isso seja necessária a autoridade legitimadora de uma instituição académica, científica ou estatal que sancione esses objetos. No entanto, ao contrário de um pensamento democratizador mais otimista, a falta de institucionalização destes arquivos levanta questões de autenticidade e autoridade. Aos arquivos privados digitalizados não lhes é atribuído o mesmo tipo de credibilidade de um arquivo institucional digitalizado.

Plataformas como as páginas digitais ou os blogs são locais de armazenamento de objetos imagéticos e textuais. A sua maior acessibilidade por parte do indivíduo comum confere-lhes uma potencialidade de democratização que não se encontra na maioria dos arquivos tradicionais, da mesma forma que a informalidade que os caracteriza afasta estes arquivos do elevado grau de institucionalização. Em terceiro lugar, os arquivos são consideravelmente mais dinâmicos e passíveis de alteração que os arquivos tradicionais. O que nos leva à última diferença, o elevado grau de instabilidade dos arquivos digitais em comparação com os tradicionais.

A flexibilidade destes arquivos deriva, em parte, da sua estruturação em *softwares* abertos. Os arquivos alojados em plataformas de *blogging*, por exemplo, permitem a

ligação rápida e intuitiva entre temáticas por via do hipertexto. Mais não sendo que hiperligações alojadas em determinadas palavras, imagens ou expressões, o hipertexto confere intertextualidade às publicações. Remete para outras publicações relacionadas ou para outras páginas que conferem contexto às publicações. Por outras palavras, os blogues estabelecem relações de intertextualidade direta com outras fontes, ou com outras páginas que abordam o mesmo tema, por via de hiperligações (Myers, 2010: 2). Este mecanismo de consulta e pesquisa também facilita a descoberta de outros criadores de conteúdos com interesses idênticos ou com páginas com temáticas semelhantes.

Now communities of obscure interests can form and any individual can easily research and collect information and material (Merrin, 2014: 72).

Na prática, a pesquisa por blogues semelhantes é feita a partir do método de amostragem da bola de neve. É a partir de um primeiro blogue que se vão encontrando outros semelhantes por via das ligações sugeridas pelo primeiro, ou pelos subscritores ou pelos utilizadores que comentam o blogue. Ou seja, é através de um primeiro blogue relativamente conhecido de combatentes que os restantes são encontrados, numa teia de hiperligações que estabelecem entre si.

Esta organização dificulta a exploração dos blogues e páginas pessoais de antigos combatentes. Da mesma forma, a organização dos conteúdos nos blogues em si é labiríntica e muito pouco intuitiva. Embora exista um conjunto de palavras-chave que se associam às entradas dos blogues ou uma ordenação temporal-cronológica, não nos serve de muito porque quem tem a palavra final relativamente à forma e método de organização intra blogue é o seu editor. O que varia consoante o blogue.

No caso das páginas pessoais, existe um índice e/ou um mapa da página que remete para os conteúdos. Neste último caso, aponto em particular o exemplo da página Terra Ultramar. O grafismo da página é irregular e por vezes confuso, o que dificulta a pesquisa e a consulta a partir da página. No entanto, é a partir do motor de busca cujos resultados conduzem à página que é possível explorar a profusão de material relativo à Guerra Colonial de que a página dispõe. Não só em termos de dados brutos, cuja validade não é imediatamente aferível, até à reprodução de livros e outros textos memoriais produzidos por antigos combatentes.

Os blogues de veteranos da Guerra Colonial

Esta crescente produção mnemónica em Portugal coincidiu, entre outros fatores, com a já referida democratização e massificação do acesso à internet no país. Galvanizados pela relativa facilidade de manuseio, os ex-combatentes veem na internet um meio de contacto privilegiado entre camaradas. Os blogues permitiram esse contacto. Não só o permitiram, como o mantiveram. Falo especialmente dos blogues coletivos de antigos combatentes da Guerra Colonial que se juntam, formando comunidades ligadas por laços de camaradagem anteriores à criação do blogue, criados na guerra e que se estendem no tempo. Muitos deles perdem o contacto entre si no fim das suas respetivas comissões, ao regressarem a Portugal, e voltam a reunir-se apenas com o auxílio da Internet. Muitos deles encontraram-se na blogosfera, depois de uma pesquisa Google. Para muitos, os blogues foram a primeira plataforma utilizada para a partilha de memórias.

Assim, pegando nestas considerações, em termos estruturais os blogues serão encarados como um *software*. Como uma plataforma de enunciação digital com características que condicionam o seu conteúdo. As publicações são organizadas de forma cronológica, da mais recente para a mais antiga, atualizada frequentemente com textos, imagens e hiperligações, e são organizadas por categorias. Têm uma estrutura própria composta por data, título e corpo do texto (Lovink, 2008: 3) e no fim de cada publicação existe uma secção dedicada aos comentários deixados pelos leitores, sendo que a política dos comentários está sujeita às opções de edição dos autores do blogue.

É importante ter em conta que estes blogues são efémeros, precários e rapidamente sujeitos à obsolescência (Myers, 2010: 5; Lovink, 2011: 7). Da mesma forma, são manipuláveis e fluidos (Merrin, 2014: 71). Os autores do blogue podem apagar ou modificar as publicações sempre que o entenderem. Da mesma forma, as empresas que os alojam podem falir o que levará ao desaparecimento das páginas *web* e, conseqüentemente, do blogue e do seu conteúdo. Atendendo a estas especificidades, os investigadores poderão ser confrontados com um objeto de estudo mais instável e precário. Isto não significa que esses cenários se concretizem, mas é necessária cautela por parte do investigador.

Por outro lado, os blogues possibilitam a reivindicação de um espaço de enunciação público, de grande visibilidade e facilidade de acesso. E se existem desvantagens na investigação digital, também existem oportunidades como o acesso a conteúdos pessoais digitalizados, e.g., fotografias e narrativas individuais e/ou coletivas que não poderiam ser analisadas nos meios de comunicação tradicionais devido à sua lógica de produção-consumo padronizado. Ao mesmo tempo, a ilusão de liberdade que a mediação e o anonimato da internet incutem levam à formação de um terreno fértil para a expressão ou

criação de opiniões mais polarizadas o que, como propõe Geert Lovink (2011: 17), “[...] avoids true dialogue, which in any case would take us back to the communication utopia of Habermas” (Lovink, 2011:17).

Ora, embora existam blogues individuais, o caso de estudo que irei explorar é coletivo. Os blogues coletivos de antigos combatentes organizam-se, normalmente, por unidades militares – e.g. companhias ou batalhões (ver lista em anexo), no entanto o maior blogue coletivo de combatentes ainda ativo é composto por antigos combatentes de um dos três teatros de operações, a Guiné-Bissau, e não de uma qualquer unidade militar específica. Segundo Luís Graça, fundador do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*:⁸³

Atrás do meu vieram outros blogues, pá, mais restritos, geralmente, de grupos, de unidades e que depois também se esgotam rapidamente.

Numa primeira leitura, esta perceção parece ser corroborada. Os restantes blogues coletivos que consultei, a partir de uma pesquisa no motor de busca Google, são menos dinâmicos, apresentam menor número de conteúdos e são editados menos frequentemente. Dito isto, é importante sublinhar que as pesquisas feitas através de motores de busca são metodologicamente problemáticas. Existem conteúdos que são de difícil acesso ou não são acessíveis através destas ferramentas – e.g., *deep web*.⁸⁴ Paralelamente, por via da natureza destas plataformas, uma das formas de aceder a blogues de combatentes é seguir as hiperligações disponibilizadas por blogues previamente consultados. A referenciação mútua não é constante, mas permite ter acesso a alguns dos blogues que não aparecem nos resultados iniciais da pesquisa, numa espécie de amostragem bola de neve.

Nos blogues aos quais tive acesso, muitos deixaram de publicar conteúdo sem explicação aparente, o que indica que foram descontinuados. Da mesma forma, muitos deles poderão ter sido encerrados, não sendo possível ter acesso aos dados relativos aos blogues eliminados, ou aos motivos pelos quais o foram, nem aos blogues privados. Embora estes últimos não caíam no âmbito da investigação porque se regem por objetivos diferentes, mais íntimos. Por fim, outros poderão ter migrado os seus conteúdos para plataformas mais recentes.

De qualquer das formas, é interessante notar que a maioria destes blogues serve intuitos informativos. Dedicam-se sobretudo a anunciar datas de convívios, a homenagear camaradas já falecidos ou comentar uma qualquer alteração legislativa relativa à sua situação socioeconómica. Permite que esses eventos sejam vistos por um público mais

⁸³ Entrevista concedida a Diana Andringa no âmbito do projeto *CROME. Crossed Memories and Politics of Silence*. Todos os excertos de Luís Graça, caso não exista referência contrária, são relativos a esta entrevista.

⁸⁴ A *deep web* é composta por redes e hiperligações que não são acessíveis através de um motor de busca.

alargado e congrega camaradas distantes geograficamente ou que perderam o contacto. Constitui-se como plataforma que facilita o reencontro entre camaradas, como é o caso do blogue *CC3413*⁸⁵ ou do blogue *Fórum 4611*.⁸⁶

A dimensão mnemónica dos blogues não é expressa apenas em relatos de experiências vividas, é também revelada recorrendo à expressão lírica tal como acontece no mercado editorial (cf. Ribeiro e Vecchi, 2011). Isto acontece sobretudo em blogues individuais, como é o caso do blogue *Cenasdeguerra*,⁸⁷ de Albano Mendes de Matos, descontinuado em 2011, ou do blogue *Cacimbo*⁸⁸ de Manuel Bastos, onde o autor, para além dos relatos em prosa, recorre à poesia – própria e de outros autores – para expressar sentimentos e sensações vividas. O stress pós-traumático é um dos temas mais abordados neste blogue. A intersecção entre memória e ficção é uma constante muito bem sumariada pelo próprio autor:

Mas não se iludam, nada do que digo é verdade. A Verdade é uma palavra prostituída; juntamente com o Amor, vendem-se por aí a quem prometer mais. O que digo é apenas o que ficou dentro de mim depois de excluídos todos os dados concretos que aproximariam demasiado as minhas palavras dos factos ocorridos e das pessoas envolvidas. É a recriação possível, depois de eu ter esquecido a verdade. São palavras. Palavras mentirosas, que inventam sentimentos e paixões, dores e alegrias, situações e atmosferas; mas, porque não são dirigidas à razão do leitor mas à sua emoção, são um convite à sua cumplicidade para o honesto embuste da ficção literária.

*Sei porém, que não fui bem sucedido; às vezes a verdade espreita por entre a invenção que são as minhas palavras. Traz com ela, nomes, lugares e factos que eu não tenho coragem de expulsar. É a prova que ainda não superei completamente as experiências que vivi, e não criei a distanciação que o cronista deve manter da ocorrência histórica, para ser isento. Mas, isento porquê, se assumidamente falo de mim? Assim, inventando, reinventando, cedendo à crueza dos factos, mais não faço do que a catarse de um paciente na poltrona de um psicoterapeuta, a que acrescento a ingénua ilusão de que isso pode divertir alguém.*⁸⁹

A dimensão catártica aqui abordada por Manuel Bastos será uma justificação recorrente para a produção textual destes homens. A narrativização dos sentimentos e experiências vividos tem para muitos uma dimensão terapêutica que explica, em parte, este processo

⁸⁵ Blogue disponível em: <https://cc3413.wordpress.com> (último acesso em 02/10/2021).

⁸⁶ Blogue disponível em: <http://forum4611.blogspot.com> (último acesso em 02/10/2021).

⁸⁷ Blogue disponível em: <http://cenasdeguerra.blogspot.com> (último acesso em 02/10/2021).

⁸⁸ Blogue disponível em: <http://cacimbo.blogspot.com> (último acesso em 02/10/2021).

⁸⁹ Excerto de publicação “Aniversário – 6 anos” (7/10/2009), disponível na íntegra em: <http://cacimbo.blogspot.com/2009/10/aniversario-6-anos.html> (último acesso em 02/10/2021).

crescente de anamnese. A narrativa literária permite expressar o testemunho de um evento violento que escapa à representação meramente descritiva dos acontecimentos. De acordo com esta perspectiva, António Sousa Ribeiro esclarece, recorrendo às reflexões de Jorge Semprún, que a “[...] transposição para um outro patamar de significação permite fazer justiça à densidade da violenta verdade [...]” (2008: 11). Ao representar a violência através deste deslocamento discursivo e do distanciamento da narrativa ficcional em relação à experiência vivida, permite-se que aqueles que não vivenciaram o acontecimento original o compreendam. Não na sua literalidade, mas através de um ato de simbolização (*ibid.*). A enunciação literária possibilita a recuperação da subjetividade individual. O antigo combatente, enquanto autor da sua própria narrativa sobre a violência da guerra, desafia o silêncio público.

Manuel Bastos – dirigente da ADFA – é um dos vários nomes mencionados no blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*, ilustrando a intertextualidade que caracteriza este tipo de plataformas. O seu nome consta na lista de antigos combatentes integrantes da Tabanca Grande. Numa publicação de 3 de novembro de 2009 é citado o excerto anterior e felicitado o autor pelos seis anos do seu blogue, que se reclama “o mais antigo blog dedicado à Guerra Colonial [sic]”.⁹⁰ Facto reconhecido por Luís Graça:

*Fui confirmar. É verdade, o Cacimbo é mais antigo que o Luís Graça & Camaradas da Guiné (I Série), (ex-Blogue-Fora-Nada). Foi criado em 2/11/2003. Acaba, portanto, de fazer 6 anos, o que na blogosfera é já uma propecta idade. O nosso camarada Manuel Correia Bastos está de parabéns.*⁹¹

A falta de uma narrativa nacional que enquadre cenários de violência bélica e colonial é um dos fatores que leva ao surgimento deste tipo de blogues, como recorda o nome do blogue individual de Inácio Silva – também eles membros do blogue coletivo *Luís Graça e Camaradas da Guiné – Relembrar para não esquecer!*⁹² O seu blogue tem sobretudo um objetivo político e reivindicativo. Divulga petições da sua autoria e publica comentários e

⁹⁰ Publicação intitulada “EM BREVE NAS LIVRARIAS” (19/10/2008), onde Manuel de Bastos publicita o lançamento do seu livro de memórias *Cacimbados* (2008). Na publicação lê-se: “Ao mesmo tempo que o blog Cacimbo completará 5 anos de existência, o que faz dele provavelmente o mais antigo blog dedicado à Guerra Colonial”. Publicação disponível em: <http://cacimbo.blogspot.com/2008/10/lanamento-do-livro.html> (último acesso em 02/10/2021).

⁹¹ Publicação “Guiné 63/74 - P5200: Blogues da Nossa Blogosfera (22): O Cacimbo faz 6 anos! Parabéns ao veterano Manuel Correia Bastos”, disponível em: <https://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/2009/11/guine-6374-p5200-blogues-da-nossa.html> (último acesso em 02/10/2021).

⁹² Blogue disponível em: <https://guerracolonial.blogs.sapo.pt> (último acesso em 02/10/2021).

reflexões suas sobre acontecimentos políticos.⁹³ Como Inácio Silva descreve no subtítulo, cria o blogue “[p]ela dignificação dos combatentes... Este blogue é um instrumento de comunicação entre a vasta comunidade que se identifica, essencialmente, por ter servido Portugal, quando exercia a soberania das ex-colónias.” Destaco aqui, não só o valor intersubjetivo da plataforma enquanto instrumento de comunicação, mas também a noção de uma comunidade que se identifica a partir da sua participação na guerra em nome de ideais patrióticos e nacionalistas.

A invocação deste tipo de ideais, por parte de um grupo bastante visível de ex-combatentes, pode ser associada a uma relativa despolitização do conflito. É esta a linha discursiva de associações como a LC. A atuação das forças armadas portuguesas é neutralizada pelo seu discurso institucional e descortinar o aparente motivo de tal higienização pode levar-nos a considerar a associação deste discurso a lógicas de racionalização da violência em nome de ideais pátrios. É do interesse da instituição militar que se mantenha a ideia de que independentemente de raciocínios ideológicos *a posteriori* – i.e. se a guerra foi “boa” ou “má” – a sua luta não foi, nem é, em vão. Não o é, porque se lutou em nome da “Pátria”. A ideia é expressa pelo lema da LC: “Valores Permanentes”. Despolitiza-se, assim, uma guerra colonialista levada a cabo por um regime ditatorial, permitindo que se mantenha a crença na justeza do serviço à pátria independentemente das políticas que se defenderam durante a guerra. Como sugere Joanna Bourke esta é uma tentativa de conferir significado à experiência de violência vivida e cometida (cf. Capítulo I).

A outra face desta moeda é a despolitização por via das descrições e/ou análise tático-militar dos eventos relatados pelos antigos combatentes (Cardina 2016b: 69). Muitos dos relatos de experiências da guerra presentes nestas plataformas são feitos de acordo com esse enquadramento, embora este seja feito em moldes narrativos que não descartam um certo estilo literário.⁹⁴ As razões que levam à despolitização do conflito serão variadas e não implicam necessariamente a inexistência de politização na comunidade. Manuel Loff (2015: 51) aponta para uma “relativa sobrepolitização da memória” dos combatentes “[...] que, na maioria dos casos, passariam ainda pelos quartéis politizados de um país em

⁹³ A publicação “Os Ex-combatentes continuam a ser enfeitados pelo poder” (02/12/2010) é apenas um dos exemplos deste tipo de comentários. Escrita a propósito do corte nas pensões no final de 2010, comentando uma notícia em que Alfredo de Sousa, Provedor de Justiça, afirma que “reduzir subsídios a ex-combatentes é constitucional.” Publicação disponível em: <https://guerracolonial.blogs.sapo.pt/3614.html> (último acesso em 02/10/2021).

⁹⁴ Vide a publicação “O ataque ao Mugamba” (11/01/2009) no blogue *Caçadores 3441*, disponível em: <http://angola3441.blogspot.com/2009/01/o-ataque-ao-mugamba.html> (último acesso em 02/10/2021).

Revolução” e “[...] que haviam sido protagonistas e observadores de um processo histórico com um significado tão intenso quanto a descolonização.” Esta “relativa sobrepolitização da memória” transparece no discurso de alguns ex-combatentes. Muitos deles obtiveram essa consciência por via da sua estadia em África, mas a vontade de criar um ambiente não conflituoso dentro da comunidade impele à ausência de questões fraturantes. Paralelamente, a vontade de criar uma narrativa que reabilite a imagem do combatente leva à criação de justificações consensuais para a sua participação na guerra.

Estas são algumas das razões que levam Manuel Loff a falar da ambiguidade das memórias dos antigos combatentes a partir dos anos 90, às quais se junta a “[...] emergência dos movimentos dos excombatentes dominados por setores da direita militar e civil profundamente hostis à memória da luta e da genealogia anticolonial associada ao legado da Revolução [sic]” (2015: 53). Loff associa esta direita ao discurso da “*facada nas costas*”⁹⁵, no sentido em que defende a ideia de que a guerra não estava perdida e que a revolução precipitou uma descolonização que se revelou desastrosa.

O mesmo defendem certos setores dentro do grupo dos *retornados*. Os *retornados* – antigos colonos de primeira ou segunda gerações que regressaram à metrópole após a descolonização dos territórios africanos sob o jugo colonial português, assim denominados no quadro de acolhimento do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais, IARN – também aproveitaram o surgimento das plataformas digitais para inscreverem a sua memória da descolonização no espaço público. Num artigo recente, Elsa Peralta (2019: 12-3) faz um apanhado dos discursos presentes nestas plataformas. Tal como os antigos combatentes, os retornados começaram por criar blogues individuais e coletivos onde expressavam as suas memórias nostálgicas de uma África perdida e se juntavam em comunidades de partilha *online*.⁹⁶

⁹⁵ Manuel Loff, através da utilização da expressão “*facada nas costas*,” traça um paralelismo entre o discurso da direita portuguesa sobre a derrota política na Guerra Colonial com o discurso da direita alemã sobre a responsabilidade das forças de esquerda na derrota alemã da Primeira Guerra Mundial. Nas palavras de Loff “[...] a direita que se reivindicava herdeira de um projeto de ‘uma grande e próspera Nação, na fraternidade de raças e culturas, uma Nação reconstruída pela coragem e generosidade dos seus combatentes’, havia encontrado a sua *facada nas costas*, o seu explicativo da derrota política que teria forjado uma falsa derrota militar [...]” (2015: 53).

⁹⁶ A título de exemplo, o blogue *Bravos “Retornados,” Refugiados, Deslocados, Espoliados...* foi criado em 2008 e, embora descontinuado em 2016, continua disponível para consulta em: <http://retornadosdafrica.blogspot.com> (último acesso em 02/10/2021).

Seguindo a mesma tendência de outros grupos mnemónicos, também os retornados aproveitaram o surgimento do Facebook e as suas potencialidades para expandirem o alcance das suas memórias. A investigadora Elsa Peralta refere a existência de várias páginas de retornados, tendo as comunidades já

Segundo Peralta, estas páginas vêm inaugurar uma nova fase na transmissão mnemónica da descolonização, depois de um longo período de relativo silêncio ou invisibilidade pública no qual estas memórias se cingiram aos espaços privados ou semiprivados. Tal como aconteceu com as memórias dos antigos combatentes, a criação de blogues e, posteriormente de páginas e grupos de Facebook, permitiu que as memórias pessoais dos retornados se integrassem no circuito mediático e fossem partilhadas numa altura que muitas destas pessoas entram na idade da reforma.

E as semelhanças estendem-se aos propósitos. Fomentar, organizar e publicitar encontros baseados na formação de uma comunidade mnemónica (Loff, 2015: 62; Peralta, 2019: 13). Quarenta anos depois do fim da guerra, os encontros de antigos combatentes generalizam-se “num misto de nostalgia e catarse” (Loff, 2015: 62).

[...] Não lhe sei dizer se isto não é um revivalismo [...] ‘ah, quando eu era novo!’ [...] Pode ser isso [...]. No fundo, ao relatarem aqueles [...] episódios, estão-se a projetar [para] quando eram mais novos [...] ou uma nostalgia. Acredito que também haja essa parte, mas julgo que [...] é mais notóri[a] a necessidade de extravasar e deitar cá para fora as memórias que têm [...] (Hélder Sousa).

Para alguns dos ex-combatentes que entrevistei no âmbito desta investigação as posições dos seus camaradas têm-se tornado mais polarizadas, de acordo com a sua perceção há cada vez mais um discurso conotado com setores da direita conservadora portuguesa. Este é um tema que abordarei com mais detalhe no próximo capítulo, que apresenta o blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*. Este estudo de caso será explorado mais detalhadamente para compreender as especificidades que o tornam um objeto de análise particularmente relevante para perceber as dinâmicas da memória digital criada pelos antigos combatentes.

estabelecidas criadas as suas próprias páginas. Como o grupo *Retornados e Refugiados de Angola* criado em 2010 e que segundo Peralta conta com mais de 30.000 membros. Os conteúdos variam, mas o objetivo continua a ser a constituição de uma comunidade de partilha, onde os retornados podem interagir e dar a conhecer as suas narrativas/memórias (Peralta, 2019: 12-13).

CAPÍTULO III – FRAGMENTOS DA MEMÓRIA (II): AS REPRESENTAÇÕES DO PASSADO NO BLOGUE *LUÍS GRAÇA* e *CAMARADAS DA GUINÉ*

“Contrariamente às leituras que instrumentalizam o passado, defendo que a memória, tal como a recordação, a nostalgia ou o esquecimento, se constrói antes de tudo por imagens psíquicas entrelaçadas. É sob esta forma que ela surge no campo simbólico, e até político, ou ainda no campo da representação. O seu conteúdo são imagens de experiências primordiais e originárias que ocorreram no passado, e das quais não formos necessariamente testemunha. O importante na memória, na recordação ou no esquecimento, não é tanto a verdade como o jogo de símbolos e a sua circulação, os desvios, as mentiras, as dificuldades de articulação, os pequenos actos falhados e os lapsos, em suma, a resistência ao reconhecimento. Enquanto forças complexas de representação, a memória, a lembrança e o esquecimento são, por outras palavras, actos sintomáticos. Estes actos só têm sentido em relação a um segredo que não é verdadeiramente, mas que, no entanto, nos recusamos a confessar. É nisto que eles provêm de uma operação física e de uma crítica do tempo”

Achile Mbembe, *Crítica da Razão Negra*, 2014: 179-180.

Dos fragmentos digitais...

O blogue é um arquivo digital colaborativo. Um espaço virtual criado a partir de um blogue pessoal e que se desenvolveu espontaneamente num blogue coletivo por força da necessidade de partilha encontrada por muitos antigos combatentes ao longo dos últimos anos. A curiosidade que sentiam levou-os a procurarem informações sobre a Guiné e sobre a guerra, uma experiência que ainda hoje é recordada por quem lá passou. Perante a falta de uma narrativa nacional concreta, capaz de enquadrar a Guerra Colonial num quadro mais vasto da expansão e do colonialismo português — um quadro que reconheça as violências dessa história — os seus discursos são quase tão variados quanto as pessoas que constituem a massa de veteranos. Não esquecendo os discursos — reais e inegáveis — de fervor patriótico e de certa forma despolitizantes que grassam, nas palavras de alguns dos antigos combatentes entrevistados, cada vez mais em determinados setores.

São testemunhos, como disse, com um maior espectro de visibilidade, em teoria, quando comparadas com as memórias impressas. Têm acesso virtualmente gratuito e estão disponíveis em qualquer dispositivo com ligação à internet. Permitem ainda a edição colaborativa e o contacto entre camaradas, criando uma comunidade de partilha de memória. Da mesma forma, a escrita colaborativa e o estilo publicação-comentário permitem ter acesso a conflitos e tensões, mas no geral o seu conteúdo não difere muito das narrativas dos testemunhos publicados em livro. Mas estas são narrativas fragmentárias e é a partir destes fragmentos que se cria uma narrativa memorial que preencha o já

mencionado vazio de uma grande narrativa nacional sobre a guerra. Há uma grande importância do coletivo enquanto grupo de indivíduos que, partilhando a mesma experiência, trabalham, conjuntamente, na tarefa de reconstruir uma história da guerra através do seu testemunho.

Este capítulo terá por base a análise discursiva das publicações que os antigos combatentes criam no blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*. Para a análise contribui o conhecimento fornecido pelos nove combatentes que gentilmente acederam a conceder-me uma entrevista. A partir daí foi possível traçar um quadro mental das principais dinâmicas que se estabelecem a partir da plataforma, mas que a transcendem.

Em primeiro lugar importa sublinhar que o blogue é mais do que um conjunto de narrativas sobre a Guerra Colonial, é um ambiente virtual dinâmico construído a partir da experiência comum da guerra na Guiné, mas que a excede. Nele se forma uma comunidade mnemónica que ainda hoje estabelece relações com a população guineense, seja através de viagem turística ou contribuições de guineenses no blogue. Em segundo lugar, o imaginário imperial faz parte de muitas publicações, sejam elas apenas artigos que pretendem analisar a produção literária e historiográfica que caracteriza o mundo editorial português, sejam elas concatenadas nas memórias de quem escreve.

O blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*

De entre a miríade de blogues coletivos de antigos combatentes, o blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné* foi o caso escolhido para a reflexão que aqui proponho. É o maior blogue de veteranos da Guerra Colonial⁹⁷ e as suas origens remontam, de acordo com o subtítulo da página, a 23 de abril de 2004. Nascido como blogue pessoal no período de crescimento destas plataformas por Luís Graça a 27 de dezembro de 2003, *Blogue-Fora-Nada* (atualmente *Luís Graça e Camaradas da Guiné (I Série)*) e editado até maio de

⁹⁷ A página *Dos Veteranos da Guerra do Ultramar 1954 a 1975*, criada por um ex-combatente no teatro de operações de Moçambique, é talvez aquela que poderá competir diretamente com o blogue de Luís Graça. No entanto, não é um blogue, mas sim um *website*. Foi criada em moldes diferentes. Não é possível comentar as publicações, por exemplo, e a forma como está organizado reflete antes a organização de um arquivo, embora seja difícil encontrar informação. Página disponível em: <http://ultramar.terraweb.biz/index.htm> (último acesso em 02/10/2021).

2006),⁹⁸ nele convergem atualmente mais de 800 membros porque depressa foi alvo de interesse por outros veteranos que foram encontrando as publicações de Luís Graça sobre a guerra na Guiné.

Fig. 11 – Título e subtítulo do Blogue *Luís Graça & Camaradas da Guiné*.



Fonte: Captura de ecrã pela autora, 30/10/2021.

A data escolhida para simbolizar o início da comunidade refere-se à publicação de um texto de Luís Graça sobre as madrinhas de guerra (23/04/2004).⁹⁹ Em entrevista, Luís Graça esclarece o contexto em que essa publicação foi escrita. Embora nunca tivesse tido uma madrinha-de-guerra com quem se correspondesse, a esposa, Alice Carneiro foi madrinha-de-guerra e tinha, por isso mesmo, uma grande coleção dessas cartas. Coleção que lhe interessou e a partir da qual escreve o texto que viria a inaugurar o que, mais tarde, seria o blogue coletivo.

Em outubro de 2003, na altura em que os blogues estão... recordo-me do Gato Fedorento, estavam muito na moda, não é? E eu acompanhava mais ou menos alguns desses blogues. Mas pronto, achei que era uma boa maneira de continuar a escrita e ia alimentando com uma pequenas cróniquetas, uns pequenos textos pessoais. Já tinha a página pessoal, não é? Onde escrevia coisas mais profissionais, científicas, históricas, sociológicas, mas esse blogue era um bocadinho uma extensão de. Ah... no dia 23 de abril de 2004, passado uns meses lembrei-me de escrever uma coisa sobre as madrinhas de guerra.

Foi com um texto sobre a madrinha-de-guerra que eu dei início, sem querer, não é? A um blogue que depois ganhou outra dimensão. (Luís Graça)

Seguem-se outros textos, embora não de forma regular até abril de 2005. Desde então não parou de crescer. De tal forma que as publicações até maio de 2006 se encontram agora num blogue que tem a função de arquivo (*Luís Graça e Camaradas da Guiné (I Série)*). É ainda neste primeiro blogue que se junta Carlos Vinhal.

⁹⁸ Arquivo disponível em: <http://blogueforanada.blogspot.com> (último acesso em 02/10/2021).

⁹⁹ Publicação disponível em: <http://blogueforanada.blogspot.com/2004/04/guin-6971-i-saudosas-madrinhas-de.html> (último acesso em 02/10/2021).

Portanto, em 2004 sobre a Guiné apareceram no máximo uns dez textos, não é? Depois alguém [...] apareceu a dizer ‘ah também estive nessa zona’, portanto, no Leste da Guiné, Babadinca, Caximo e não sei quê. Bom, e atrás desse indivíduo [...] começam a aparecer outros indivíduos, pá, e depois é a bola de neve, não é?

Em 2005 eu sinto que havia ali material suficiente e havia gente suficiente para alimentar um projeto coletivo e então aquilo que era o blogue-fora-nada [...] eu passei a chamar-lhe, dei-lhe outro nome e ficou Luís Graça e Camaradas da Guiné. A descoberta um bocadinho da camaradagem [...], o camarada de armas, aquele que dorme no mesmo buraco [...], na mesma caserna. É uma ideia forte militares, não é? Passámos a usar o termo camarada e a partilhar as experiências da Guiné (Luís Graça)

As regras que enquadram o blogue e regem as dinâmicas de interação entre os muitos combatentes que integram esta comunidade estão discriminadas na barra direita da plataforma. É através dessas regras que se estabelece um espaço de aceitação mútua para o qual a eliminação de questões fraturantes poderá contribuir, como já referi, para uma relativa despolitização da Guerra Colonial.

Dei-lhe outra orientação e achei que devia ter um livro de estilo, criei algumas regras que são públicas. Aquela ideia de que não... que somos camaradas independentemente das posições político-ideológicas ou da leitura que a gente faça da guerra. Independentemente dos nossos valores. Portanto, isso contribuiu para que mais gente se tenha aproximado, de diferentes quadrantes, não é?

No princípio não foi muito fácil porque nós, inevitavelmente, cáímos nalgumas coisas que são, digamos, fraturantes. Envolvemo-nos numa polémica um bocadinho estúpida sobre se a guerra estava ganha ou perdida do ponto de vista militar. Também nos envolvemos e entrámos um bocadinho em choque por causa da questão dos desertores ‘um blogue de combatentes é um bocadinho incompatível com...’. (Luís Graça)

Os dez pontos que definem “o que nós (não) somos... [...] as 10 regras da política editorial do blogue”... são: 1) definição da comunidade de acordo com o “[...] denominador comum [d]a experiência de (ou [d]a relação com) a Guerra Colonial, a guerra do ultramar ou a luta de libertação na Guiné, entre 1963 e 1974”; 2) a aceitação das diferenças – “a ideologia política, a religião, a nacionalidade, a origem social, a etnia, a cor da pele, as antigas patentes e armas, etc.” – sem que essas diferenças impeçam a convivência entre combatentes – “mas essas [coisas] não são decisivas”; 3) a recusa de que o blogue seja um “porta-estandarte, [...] porta-voz, [...] bandeira de [...] uma causa”; 4) a independência em relação ao Estado, aos partidos políticos e às associações que pretendem defender reivindicações específicas relativas aos direitos e/ou interesses dos ex-combatentes portugueses ou guineenses; 5) a sensibilidade face aos problemas – “de saúde, de reparação

legal, de reconhecimento público, de dignidade, etc.” – dos antigos combatentes, mas sem que isso vincule o blogue a algum “compromisso para com esta ou aquela causa por muito justa ou legítima que ela seja”; 6) a manutenção de uma relação de amizade, solidariedade e camaradagem; 7) o respeito pelas regras editoriais e a responsabilidade individual pelos textos publicados; 8) a recusa em chamarem a si a autoridade discursiva da história – “não somos historiadores” – ou jornalística – “não somos nenhum portal noticioso, não temos jornalistas profissionais, não temos obrigação de cobrir a atualidade dos nossos dois países”; 9) a constituição de um grupo composto por antigos combatentes vivos, desaparecidos e mortos, bem como pelos familiares desses combatentes; e 10) a publicação de “narrativas, histórias, estórias, documentos, relatórios, fotos, vídeos, etc., relacionados com a nossa vivência comum, a guerra, de que fomos actores e vítimas, protagonistas e testemunhas.”

As regras são pensadas para evitar conflitos motivados por diferentes posições políticas e criar a camaradagem, solidariedade e amizade que viabilizem a partilha de memórias e outros conteúdos mnemónicos baseados numa experiência vivida por todos eles. A necessidade de estabelecer um espaço de pluralidade onde, de acordo com as regras do blogue, não se discute política, religião ou futebol faz parte deste esforço de Luís Graça para evitar questões estruturantes que poriam em causa a coesão da comunidade construída, mas que, como referiu no excerto anterior, acabaram por inevitavelmente ser abordadas. Questões problemáticas exploradas no próximo capítulo, a partir da análise das publicações do blogue.

Agora há outras pessoas que não aparecem, porquê? Eh pá, não aparecem porque naturalmente têm dificuldade em acomodar-se nesta caserna, não é? Mas é uma caserna onde, como eu costumo dizer... ah, ... nós, é uma Tabanca. Arranjei esta figura da Tabanca Grande para cabermos todos, não é? Às vezes é um bocado difícil. É uma Tabanca onde cabemos todos, com tudo aquilo que nos une e até com aquilo que nos pode separar, não é? E o que nos pode separar são as três coisas que são tabu no blogue que é a política, a religião e o futebol. A política no sentido da atualidade político-partidária e tal [...] (Luís Graça)

Ora, o grosso das publicações é da autoria de um número restrito de membros permanentes — doze, dos quais quatro são editores responsáveis pela seleção e publicação dos textos, formam o núcleo editorial da plataforma. O conteúdo é atualizado praticamente todos os dias, como o comprova a *newsletter* enviada uma vez por dia, todos os dias, para todos os signatários com as mais recentes atualizações do blogue. De acordo com um dos editores, Eduardo Ribeiro, Luís Graça não contava com o grande sucesso da página. Com mais de 800 colaboradores, fora aqueles que não “gostam de dar a cara”, chegou a ter 16/17

publicações por dia. A edição das fotografias, a revisão dos textos e todo o processo de publicação exigiram que Luís Graça alargasse o corpo editorial a outros quatro elementos. Nas palavras do editor Eduardo Ribeiro, ao ver-se assoberbado de trabalho Luís Graça “começou a entrar em pânico, porque depois as pessoas começam a refilar”. Juntaram-se assim Carlos Vinhal, ainda na primeira série do blogue e de seguida Eduardo Ribeiro e Jorge Araújo.

Eu tenho quatro ou cinco editores, não é? E vários colaboradores permanentes. Portanto, publicam-se quatro a cinco textos por dia. [...] Depois tenho gente que [...] especializada nalgumas áreas, por exemplo, tenho um guineense que é um tipo muito... que é o especialista em questões étnico-linguísticas e religiosas, não é? E, portanto, dá-nos muitos contributos. (Luís Graça)

Os restantes membros, embora não escrevam recorrentemente, são frequentadores do blogue e dos diversos convívios promovidos pelo blogue ou que o têm como núcleo agregador. Os encontros da Tabanca Grande e os encontros das diversas tabancas locais¹⁰⁰ reúnem grande parte destes ex-combatentes, de acordo com Jorge Cabral. Para determinados veteranos é o convívio com outros camaradas que os motiva a participarem na comunidade da Tabanca Grande.

Tenho ideia de que para além dos convívios, pouca gente escreve, não é? Há sempre aquela curiosidade de voltar a rever os camaradas [...] pouca gente escreve, não é? Portanto, eu diria que é um em cada cem. E é uma boa proporção (Luís Graça)

O grande impacto e dinamismo do blogue reflete-se também nos números que o blogue apresenta para a frequência das visitas e visualizações. Segundo dados do próprio blogue (30-09-19), houve cerca de 9,5 milhões de cliques desde maio de 2010. Em quinze anos, 11,3 milhões de visualizações, o que não quer dizer que 11 milhões de pessoas visitaram o blogue, mas que se entrou 11 milhões de vezes na hiperligação do blogue. Nem todas as visualizações foram feitas por antigos combatentes. Pessoas que pesquisam sobre a Guerra Colonial encontram no blogue um arquivo “muito valioso” e uma ponte entre investigadores e os veteranos. Há, portanto, um reconhecimento da importância do blogue em vários sectores da sociedade, o que levou por exemplo à elaboração de uma pequena

¹⁰⁰ A Tabanca Grande é o nome dado à comunidade de combatentes que se juntam no blogue e que se concretiza no convívio nacional realizado anualmente, desde 2009, em Monte Real. Em 2019 realizou-se o XIV Encontro Nacional da Tabanca Grande. As tabancas locais são grupos de combatentes de mais pequena dimensão, que se juntam por pertencerem à mesma área geográfica e se reúnem com recorrência variável, e.g., a tabanca de Matosinhos é a que mais vezes se reúne, uma vez por semana, de acordo com Eduardo Ribeiro.

peça jornalística feita pela revista *Visão*, a 22 de abril de 2010, intitulada “Blogoterapia” (Fig.12).

Nessa entrevista, Luís Graça, esclarece qual é a essência da plataforma: “[s]omos uma espécie de grupo de autoajuda. Costumamos falar em ‘blogoterapia da guerra em África’” (p. 78). Dimensão catártica à qual aludirei mais à frente e que se junta e se alimenta da dimensão de autoridade discursiva. Na mesma entrevista Luís Graça esclarece que um dos lemas que norteiam os editores é: “Não deixes que sejam os outros a contar a tua história por ti” – uma autoridade do vivido que os ex-combatentes não abdicam e fazem questão de exercer nas diversas publicações sobre episódios vividos e descritos na primeira ou na terceira pessoas, neste último caso de companheiros mortos em combate ou durante a guerra.

A publicitação de iniciativas é outro dos elementos galvanizados pelo blogue. E, embora as regras ditem que o blogue enquanto comunidade não representa nenhuma reivindicação específica, houve publicações que permitiram chamar a atenção dos antigos combatentes para as ações políticas desenvolvidas por determinados membros. Numa das entrevistas que fiz aos membros do blogue, Inácio Silva referiu utilizar as plataformas digitais para reivindicar os direitos sociais e económicos dos ex-combatentes através do apelo à petição, compensando desta forma a falta de acesso à comunicação social tradicional.¹⁰¹ Não obstante, o seu blogue pessoal ser a sua principal plataforma de reivindicação política (cf. *supra*), o blogue de Luís Graça, pela visibilidade que tem, permitiu concretizar de forma mais eficaz a divulgação e angariação de assinaturas para sua petição “Os ex-combatentes solicitam ao Estado português o reconhecimento cabal dos seus serviços e sacrifícios” (Petição n.º 309/XIII/2).

Fig. 12 – Peça jornalística feita pela revista *Visão*, “Blogoterapia” a 22 de abril de 2010.

¹⁰¹ Inácio Silva foi responsável e dinamizador de duas petições à Assembleia da República, participa no blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné* e é também coeditor, juntamente com outro camarada, de um blogue da sua companhia. Nestas plataformas publicita os desenvolvimentos da sua petição, intitulada “Os ex-combatentes solicitam ao Estado Português o reconhecimento cabal dos seus serviços e sacrifícios”, debatida em plenário na Assembleia da República dia 31 de janeiro de 2018.

Luís Graça & Camaradas da Guiné



Internet A 'blogoterapia'

Ex-combatentes da Guerra Colonial fazem da web um escape para um assunto ainda tabu

Somo uma espécie de grupo de auto-ajuda. Costumamos falar em 'blogoterapia da guerra em África', diz Luís Graça (na foto), sociólogo e professor da Escola Nacional de Saúde Pública – um ex-combatente na Guiné-Bissau, que, em 2003, resolveu transformar a sua página pessoal num espaço dedicado àquela ex-colónia portuguesa. Com 400 membros registados e 2 mil visitas por dia, o blogue Luís Graça e Camaradas da Guiné presta, seguramente, um serviço público, ao dar espaço a um assunto tabu – a Guerra Colonial – que estava «enterrado debaixo de uma pedra» e que continua a fazer sofrer, em silêncio, muitos portugueses.

O blogue, onde todos se tratam por tu e não existem hierarquias militares, tem como lema a frase «Não deixes que sejam os outros a contar a tua história por ti» e ali se faz todos os dias *petite histoire* – o relato, na primeira pessoa, das experiências que cada um viveu na Guiné-Bissau. «Há um efeito terapêutico», diz o fundador. «Muita gente que vivia isolada, sozinha com os seus fantasmas e memórias, sem ligações, sem suporte social, passou a

conviver e a verbalizar as suas recordações, passou a registar isso no papel. E nós publicamos.» Ali se podem conhecer histórias e protagonistas da altura, como o caso do «morto-vivo de Quirafe», um homem feito prisioneiro pelo PAIGC mas a quem o Exército português trocou, sem querer, a identidade – dando-o como falecido. A verdade é que ele estava vivo e aquando de uma troca de prisioneiros, depois do 25 de Abril de 1974, pôde mesmo visitar a sua própria campá.

O blogue também já ajudou viúvas a fazer o luto – por fim, 40 anos depois –, as quais ainda não acreditavam que os seus maridos estavam mortos.

E dali já saíram ideias para livros, como o, por exemplo, *Histórias Cabralinas*, pequenos contos sobre o absurdo do dia-a-dia da guerra.

Luís Graça e Camaradas da Guiné acolhe membros de ambos os lados do conflito e é lido dos EUA à Austrália e ao Brasil.

Apoia várias iniciativas de cariz humanitário, através da divulgação e da recolha de fundos. São disso exemplos a reconstrução da capela de Bileje, a abertura de poços ou a instalação de painéis solares, no Sul da Guiné. ■

JOÃO DIAS MIGUEL

O Dado

400

Número de membros inscritos no blogue Luís Graça e Camaradas da Guiné, que regista 2 mil visitas por dia

Inóclito

A nova batota

Equipas profissionais. Jogadores que são celebridades. Partidas viciadas. Desta vez, não estamos a falar de futebol, mas de um videogame chamado StarCraft e de um escândalo que abala a Coreia do Sul.

Esclareça-se que o StarCraft é um jogo de estratégia em tempo real (joga-se na net),

passado no ano 2499, de que os sul-coreanos são fanáticos.

Ao ponto de as competições serem transmitidas pela TV, com audiências consideráveis. Agora imagine-se que há jogadores e treinadores acusados de receberem subornos de sites de apostas, para viciarem os resultados, ou seja, perderem. O mundo dos gamers está em choque e, na Coreia, até já se compara este escândalo com outro, de 1919, quando oito jogadores no rte-americano de basebol foram acusados de perder, proposadamente, dando o campeonato a uma equipa rival. Por lá, chama-se *game over* para os batoteiros.



Número

2,5 milhões

Total de declarações de IRS entregues via internet, o que corresponde a um aumento de 11,6%, em relação ao ano passado. O prazo da primeira fase de entrega das declarações de rendimentos terminou no último domingo, 18.

Fonte: Gentilmente cedido pelo Arquivo Visão, a pedido da autora.

Ao todo foram conseguidas 4.700 assinaturas. Na petição pede-se, entre outras reivindicações simbólicas como o “reconhecimento cabal dos seus serviços e sacrifícios”, “que os complementos especiais de pensão, agora convertidos no suplemento especial de pensão, sejam substituídos pela antecipação da idade da reforma, tendo em conta o tempo

de serviço militar prestado em condições de especiais de dificuldade ou perigo, até ao máximo de cinco anos”. A petição foi avaliada pela Comissão de Defesa Nacional e discutida em Assembleia da República a 31 de janeiro de 2018, mas não teve efeitos práticos.

Estas reivindicações sociais, das quais o blogue faz eco, demonstram como a Guerra Colonial foi, para muitos destes homens, uma experiência de dois anos, mas que preenche uma parte significativa das suas memórias e, conseqüentemente, das suas vidas atuais. Experiência que não pode, no entanto, ser generalizada. Para outros, a guerra foi um “parêntesis” que querem esquecer. Para alguns membros do primeiro grupo, é possível vislumbrar uma certa nostalgia pela juventude perdida. A recordação da exuberância dos ambientes e do território guineenses, assim como o companheirismo que encontraram entre pares são as boas recordações daquele tempo da sua mocidade:

Ai está uma espécie de contradição, mas eu fui feliz na guerra. No limite, portanto, sofri, muito [...] eu hoje já nem consigo recordar o quanto sofri [...] (Manuel Joaquim)¹⁰²

Segundo Hélder Sousa, autor da segunda declaração e um dos membros permanentes do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*, há quem tenha receio que o blogue acabe porque não teriam com quem partilhar as suas histórias, já que as famílias demonstram pouco interesse em ouvir as mesmas histórias vezes sem conta.

O dinamismo do blogue também transparece nos comentários às publicações. Não sendo muito numerosos, quando se olha para as publicações individualmente, não deixam de permitir ter acesso às avaliações feitas por outros combatentes ao conteúdo criado pelos seus camaradas e àquelas feitas por outros leitores que se cruzam, por uma razão ou outra, com os textos na *web*. Vale a pena, neste ponto, ter em conta a política do blogue relativamente aos comentários que se resume em cinco pontos: 1) a responsabilidade dos comentários é única e exclusivamente imputada ao autor do comentário, não vincula o blogue ou os seus restantes membros; 2) é permitido completar a publicação com informação adicional, fazer reparos, críticas, observações, sugestões, comentários e perguntas e recomenda-se que se evitem erros, abreviaturas e frases escritas em maiúsculas; 3) a publicação do comentário será feita “instantaneamente, sem edição prévia, sem moderação, sem ‘censura prévia’”, no entanto “não são permitidas abreviaturas de nomes; siglas, acrónimos, pseudónimos” porque “os camaradas da Guiné ‘dão a cara’, não se

¹⁰² Entrevista a Manuel Joaquim, ex-Fur Mil. de Armas Pesadas da CCAÇ 1419 (Bissau, Bissorã e Mansabá, 1965/67), membro do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*.

escondem atrás do bagabaga”;¹⁰³ 4) o respeito pelas “boas regras de convívio” do blogue, são elas a) não insultar, b) não usar “a linguagem de caserna’ em público”, conviver com a diferença; d) resolver pacificamente discórdias; e) o direito de todos ao “bom nome e privacidade” e f) não discutir a “atualidade política”;¹⁰⁴ 5) a violação destas regras está sujeito a que o seu comentário seja eliminado pelos editores.

Todos estes elementos se relacionam com a dimensão não conflitual do blogue. O mesmo tipo de dinâmicas que são incentivadas pelas regras do blogue são aqui alargadas a quem comenta. E importa sublinhar que são os editores e membros permanentes do blogue que possuem a prerrogativa de avaliar e, em último caso, eliminar os comentários. Tendo estes pontos em consideração, os comentários às publicações são parte integral das dinâmicas narrativas que se desenvolvem no blogue.

Mas, antes de analisar as narrativas dos antigos combatentes, a conversa com Eduardo Ribeiro alertou-me para a multiplicidade de narrativas existentes dentro desta comunidade e corroborou a ideia segundo a qual os testemunhos destes homens são fruto de apropriações e recontextualizações de narrativas uns dos outros, na medida em que o seu discurso descrevia uma guerra que não fora vivida por si. Eduardo Ribeiro esteve na Guiné depois do 25 de Abril e todo o seu conhecimento – as histórias da guerra por si contadas – são as histórias contadas pelos seus camaradas no blogue e durante os convívios nos quais participa. O seu discurso está cheio de nomes e referências de outros camaradas. Desta forma, as representações da guerra são, no fundo, influenciadas, em maior ou menor escala, pelas dinâmicas relacionais que estabelecem com os seus camaradas e as associações às quais pertencem, as suas vivências da guerra e proveniência.

No blogue a história é escrita de forma fragmentária. As publicações não seguem uma linha cronológica dos eventos da guerra, nem um formato específico. Nele encontram-se simultaneamente poemas, fotografias da época, a recriação de episódios da guerra, memoriais aos mortos, divulgação de convívios ou tomadas de posição em polémicas relacionadas com diferentes formas de representar ou comemorar a Guerra Colonial no presente. Há diversas formas de lembrar, mas há também diversas motivações para o fazer. Por um lado, alguns veteranos almejam contribuir, com dados e relatos, para a escrita de uma história da Guerra Colonial a ser feita, futuramente, por historiadores.

¹⁰³ Referência aos ninhos de formigas atrás dos quais os combatentes se escondiam para se protegerem dos ataques do lado oposto.

¹⁰⁴ São ainda referidos como passíveis de eliminação “conteúdo racista, xenófobo, sexista, homofóbico, pornográfico, etc.; carácter difamatório; tom intimidatório ou provocatório; acusações de natureza criminal; apelo à violência, física e/ou verbal; linguagem inapropriada; publicidade comercial ou propaganda claramente político-ideológica; comunicações do foro privado, sem autorização de uma das partes.”

História que alguns antigos combatentes pretendem que seja objetiva e factual, acreditando que o distanciamento temporal acarretará também um distanciamento político.

[...] o blogue, neste momento, é uma fonte extremamente válida.

[...] haverá [no blogue] muita coisa que também é aproveitável para a investigação, para a documentação, amanhã [...]. (José Martins)

De maneira que os estudiosos que estudem, mas ainda é cedo. Ainda é cedo. Eu penso que ainda é cedo [...] passar mais uns anos. Ainda é cedo para estudar com alguma profundidade todo o problema da Guerra Colonial. Mais dez anos, vinte anos talvez. (Jorge Cabral)

Um bom exemplo desse compromisso com os factos e, por vezes, de uma certa aversão aos mecanismos falíveis da memória é a recusa de um dos editores do blogue ao meu pedido de entrevista, por considerar que existe sempre uma expectativa falhada neste tipo de conversas porque a sua memória é permeável à passagem dos anos o que resulta em “imprecisões históricas”. O mesmo tipo de expectativas relativamente à criação de uma narrativa que corresponda à verdade dos factos é visível nas considerações tecidas por Luís Graça.

Eu pessoalmente acho que não mudei muito. Procurei sempre pautar-me pelo rigor, um bocadinho por deformação profissional, dar muita importância à triangulação de fontes, ouvir sempre as versões de um lado e doutro desconfiar da documentação oficial, não é? Dos relatórios, da história oficial, mas também... ajudou-me a pensar que quem faz a guerra não são meninos de coro, não é? [...]

Depois temos uma grande curiosidade em saber pormenores sobre as situações em que estivemos envolvidos em guerra. As operações

[A cartografia disponibilizada pelo blogue permitiu] reconstruir com muito mais precisão as nossas memórias (Luís Graça)

O blogue é, neste sentido, um grande arquivo que permitiu aos investigadores conhecerem e terem acesso a documentos privados, mas também uma forma de construir a história da Guerra Colonial a partir do que consideram um ponto de vista distanciado. Permite colocar a guerra em perspetiva e racionalizá-la. Um processo que tem ajudado de uma maneira geral estes homens a lidarem com as suas experiências de guerra. A dimensão afetiva não deixa, contudo, de estar contemplada. Um dos elementos do arquivo são as cartas e aerogramas trocados com familiares e com as madrinhas de guerra. Como refere Alice Carneiro, esposa de Luís Graça, que, tendo sido correspondente de combatentes originários da sua aldeia, possuía uma coleção considerável de aerogramas escritos durante a Guerra

Colonial. As cartas de Alice Carneiro já foram, segundo a própria, usadas na produção de um filme documental sobre as mulheres e a guerra – *Quem vai à guerra?* de Marta Pessoa (2009, cf. *infra*) –, no livro jornalístico de Sofia Branco (2015) sobre as mulheres e a guerra e no projeto da “FLY Cartas Esquecidas 1900-1974” do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.¹⁰⁵

[As cartas] *Podem ser úteis no futuro... para os jovens, os jovens investigadores para contarem o que foi a guerra, não é? Que os nossos jovens não sabem que existiu uma guerra [...] estes documentos podem ser importantes para transmitir no futuro quando a gente cá não estiver, não é? [...] Os nossos jovens não sabem. Acho que isto havia de haver nas escolas... ah, programas de dar a conhecer a história recente porque afinal [...] foram os avós deles [...] para poderem entender o que temos hoje* (Alice Carneiro)

Da mesma forma, de acordo com Eduardo Ribeiro, já se pensou, inclusive, em compilar as cerca de 14.000 histórias arquivadas no blogue em livro, pelo valor que o blogue tem enquanto arquivo de memórias. Os conteúdos compilados não teriam outra forma de entrar em circulação no espaço público se não tivessem sido partilhados no blogue e o favorecimento de conteúdos criados por pessoas que viveram os eventos, “os depoimentos em primeira mão”, facilita a comparação dos documentos oficiais, e.g. relatórios militares ou as narrativas históricas produzida no âmbito da instituição militar,¹⁰⁶ com as memórias dos combatentes.

Por outro lado, há uma partilha muito grande de documentação, não é? Que se iria perder se, realmente, não tivéssemos estas iniciativas, pá, de criar o blogue.

Mas não há muitos blogues com esta configuração, com esta tipologia. Sobretudo com estes valores, de ‘podes contar a tua história, ninguém te vai criticar, ninguém te vai jul... não somos nenhuns juízes, pá, não estamos aqui para discutir histórias, não fazemos História’, mas também devemos contar o que vivemos, não é? Privilegiamos os depoimentos em primeira mão porque na realidade há ali um... entre os documentos

¹⁰⁵ O projeto PTDC/CLE-LIN/098393/2008 “[...] corresponde a uma campanha de recolha, edição eletrónica e estudo interdisciplinar de um conjunto de documentos do século XX produzidos na esfera privada e escritos por autores de todos os estratos sociais. Trata-se de uma amostra de 2.000 cartas portuguesas compostas em contexto de guerra, emigração, prisão ou exílio entre 1900 e 1974, amostra essa que tem o duplo formato de corpus linguístico e de edição crítica disponibilizada na internet e comentada nas perspetivas histórica, linguística e sociológica”. Arquivo disponível em: <http://fly.clul.ul.pt/index.php> (último acesso em 02/10/2021).

¹⁰⁶ Vide, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)* elaborado em 1988 pela Comissão para o Estudo das Campanhas de África do Estado-Maior do Exército e publicado entre 1988 e 2014.

oficiais e a vivência dos combatentes há, de facto, uma grande diferença [...] diria eu. (Luís Graça)

O conhecimento serve também para compensar o desconhecimento que os acompanhou antes e durante a comissão em África, um desconhecimento associado à falta de compreensão do “outro” e por vezes das razões que os levava para temas desconhecidos.

Hoje sabemos muito mais sobre a história e a cultura da Guiné do que sabíamos quando lá estávamos, não é? Isso aliás foi uma das coisas mais flagrantes que eu senti. É que nenhum de nós estava preparado para ir para a Guiné, quer dizer [...] não conheciam os hábitos e os costumes, pá, nem a história da nossa presença lá [...] não havia bibliografia, não havia livros, quer dizer, havia uma cartilha. (Luís Graça)

Um conhecimento que também funciona na direção contrária, para Cherno Baldé a participação no blogue ajudou a compreender as razões que levaram os antigos combatentes a participarem na guerra. Ou pelo menos quais as justificações que apresentam a si e aos outros para o terem feito. Nas palavras de Cherno Baldé, “[...] alguns por convicção patriótica, outros por obrigação e ainda aqueles que, não afirmando abertamente, mas que era uma forma de progredirem na vida, saindo das suas aldeias onde não acontecia nada, para as cidades, à procura de uma vida melhor.” Dito isto, vale a pena refletir sobre a importância da classe. Não apenas porque as necessidades materiais condicionaram as escolhas passadas e condicionam as escolhas presentes destes homens, mas porque a posição relativa dos diferentes combatentes contribui para a capacidade de inscreverem as suas narrativas no espaço público, o que também é verdade no contexto digital.

O poder relativo que existe na inscrição das narrativas *online*, em geral, e no blogue, em particular difere consoante o enquadramento social e económico de cada combatente. É importante ter consciência das limitações que certos grupos enfrentam ao inscrever as suas perspetivas no meio digital. A capacidade de inscrição das suas memórias no espaço público digital depende de vários fatores que refletem o diferencial de poder socioeconómico que existe dentro da sociedade portuguesa e entre sociedades europeias e certas sociedades africanas.

Para além do acesso à internet e de um conhecimento básico de informática, é necessário que haja um nível mínimo de literacia e domínio das línguas hegemónicas no meio digital. Os antigos combatentes, nomeadamente os setores provenientes das classes médias e mais altas da sociedade portuguesa, possuem esses requisitos. O que não acontece com todos os ex-combatentes devido à estrutura socioeconómica do Estado Novo. Muitos dos combatentes eram, e muitos continuam a ser, analfabetos ou semianalfabetos, oriundos de classes baixas e/ou de zonas rurais empobrecidas. Como aliás corrobora Luís Graça:

A minha geração é uma geração com, ainda com muito analfabetismo e mesmo os tipos que tinham alguma formação académica, escolar. Devo dizer que na Guiné não encontrei tipos muito diferenciados ou muito cultos. Isto é, de maneira geral, os universitários não iam lá parar, isto é, a não ser que por castigo, sei lá, alguns dirigentes estudantis, não é? Mas em geral quem fazia a guerra eram tipos que tinham o sétimo ano, muitos deles da província. Não era gente muito culta. Não era gente que tivesse hábitos de leitura. Não era gente que escrevesse e os soldados muito menos, não é? Portanto, isto em geral... (Luís Graça)

A grande maioria dos antigos combatentes que participam nos blogues foram oficiais e sargentos – maioritariamente provenientes do recrutamento obrigatório, os chamados oficiais e sargentos milicianos. Dimensão elitista conhecida pelos restantes membros do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*.

No fundo acaba por ser um pouco elitista, não é? No fundo, quem é que lá está? Alferes e furriéis. Poucos os soldados, não é? [...] É um bocadinho elitista, isso é. Há pessoas que nem sabem o que é a internet, não é? Eu perguntei uma vez a um: [...] ‘tens net?’, perguntei-lhe a ele e ele respondeu ‘tenho, tenho, um rapaz e uma menina’ (Jorge Cabral).

Às limitações socioeconómicas juntam-se limitações relativas à língua, à raça – entendida como construção produtora de realidade social – e à nacionalidade. Ora, não obstante, a grande participação de tropas africanas no teatro de operações da Guiné resultado do processo de africanização da guerra, não existem membros permanente desse contingente no blogue. O que se deve a várias ordens de razões, como a fraca escolarização destes homens¹⁰⁷ aliada ao limitado conhecimento da língua portuguesa, falta de acesso a uma rede fixa de internet na Guiné e a falta de recursos para permitir esse acesso. O facto de muitos deles terem ficado na Guiné, onde as condições de acesso à rede são mais difíceis sobretudo para a população mais velha. Permanência que se deve, em parte, à política de atribuição de nacionalidade adotada pelo Estado português na sequência do golpe militar/revolução e das independências. O Estado português pós-ditadura não reconheceu como nacionais estes homens impedindo que viessem para Portugal ou reclamassem direitos relacionados com a sua condição de profissionais das FAP e, por extensão, impedindo também que contactassem com os seus camaradas da metrópole. Assim, e conquanto existam guineenses a participar neste blogue, o seu número é infinitamente menor que o número de veteranos provenientes da antiga metrópole.

¹⁰⁷ Dados sobre a escolarização dos contingentes africanos é extravasada das taxas de escolarização da população das colónias portuguesas de acordo com Mateus (1999: 26-33; 209-222) e Rodrigues (2012: 252).

Sim [existem outros guineenses a contribuir no blogue], conheço 2 ou 3 casos, o que é muito pouco pela importância que o Blogue pode ter para o nosso país do ponto de vista histórico e da (re)construção dos laços de amizade e fraternidade entre os três países (Guiné-Bissau, Cabo-Verde e Portugal) [sic] (Cherno Baldé).

Existe apenas um membro permanente guineense, Cherno Baldé. Não tendo combatido na guerra, foi um dos muitos meninos guineenses que confraternizavam com as tropas durante o conflito e estabeleceram com os combatentes laços que perduraram. Ao Cherno foi-lhe inculcada a tarefa de especialista de assuntos étnico-linguísticos e, não obstante ser uma voz crítica no blogue, não tem muita visibilidade face aos milhares de publicações dos restantes membros. Nas palavras de Luís Graça:

Foi um puto que cresceu com a tropa, isto é, e que quando foi a independência fez o liceu e acabou por ir parar a uma universidade ucraniana. Esteve em Kiev, tirou um curso de gestão e hoje é um quadro superior da Guiné e tem uma relação muito gira com... Aqueles miúdos que viviam no meio da tropa, pá, que eram um bocadinho mascotes e que aprenderam também a conhecer-nos melhor. É pena que esse indivíduo, que escreve muito bem, não tenha um editor em Portugal, pá, para publicar as crónicas que já publicámos para publicar um livro dele (Luís Graça).

Estas relações não estão isentas de uma dimensão paternalista ou condescendente que reflete o diferencial de poder e a permanência de uma certa hierarquia racial – inconsciente ou não. Isto relativamente àqueles que combateram nas FAP e que não difere da falta de participação de elementos que combateram pelos movimentos de libertação, neste caso o PAIGC, apesar dos apelos feitos por Luís Graça para incentivar a participação desses elementos.

Por outro lado, procurámos fazer uma ponte também. Não é fácil fazer uma ponte porque do outro lado de lá pouca malta escreve, não é? Infelizmente. E já morreram, grande parte deles, não é? Como os meus soldados, 80% ou mais já morreram. Portanto. E poucos falavam, infelizmente, portugueses ou escreviam portugueses [...]. Temos alguns, temos alguns testemunhos. De cartas, de correspondências. Dramáticos, não é? Ah... Fazemos a ponte também com algumas pessoas da Guiné [...] E depois tivemos o Pepito que foi de facto... O Pepito apareceu no blogue em 2006, pá, e ajudou-nos a fazer a ponte com a Guiné (Luís Graça)

Não obstante, embora não isentas de elementos paternalistas, dificilmente se poderá generalizar essa caracterização, especialmente em relação às associações locais com as quais os antigos combatentes trabalham nesta ajuda social. É o caso da AD mencionada por Luís Graça em entrevista (cf. *supra*). Se Luís Graça atribui a falta de participação dos guineenses no blogue, Cherno Baldé associa essa falta de participação, também, a uma

certa hostilidade da parte dos antigos combatentes provenientes da antiga metrópole em relação aos combatentes do PAIGC.

Apesar dos estímulos e desafios lançados, não tem havido muita vontade de falar da guerra por parte dos combatentes do partido “libertador”. Mas, por outro lado, considero que as reações menos favoráveis e mesmo agressivas dos ex-combatentes portugueses inibem a participação dos combatentes guineenses em geral da narrativa da guerra no Blogue, pois existem irredutíveis que não querem ouvir o outro lado da barricada e preferem acantonar-se nas suas trincheiras num terreno e numa língua que é mais dele[s] que dos outros. (Cherno Baldé).

De facto, nas entrevistas que realizei, falei maioritariamente com homens que assumiam para si uma posição “de esquerda” – crítica do colonialismo e da guerra – no entanto alguns destes combatentes afirmavam que o blogue era composto por combatentes que nos últimos anos se tinham revelado cada vez mais próximos do discurso da direita, saudosistas do passado colonial e ditatorial. Estes veteranos apresentavam, sobretudo no Facebook, um discurso de direita ao defenderem a sua ação na guerra a partir de móveis patrióticos – o cumprimento do dever de defender a pátria e a sua soberania.

A parte negativa que acho foi estar a ver. ... vejo que há pessoas que ainda estão agarradas àqueles tempos. Do género de dizer ‘se fosse agora ia outra vez’. Eu não ia. Eu com estes anos, com aquilo que sei, não ia... punha-me mesmo na alheta. (Virgínio Briote).

Agora começo a ver muita gente a virar à direita, não sei porquê, com a idade (Jorge Cabral).

Assim, e em resumo, a primeira limitação do blogue é a reprodução das narrativas hegemónicas que circulam na sociedade portuguesa e a falta de visibilidade de outras perspetivas mais críticas. Não se formando no vácuo, as narrativas presentes nos verbetes são, como já referi, influenciadas pelos diversos discursos em circulação na sociedade. A segunda é a perda relativa de peso dos blogues comparado com crescente peso das novas redes sociais – com outras lógicas de funcionamento mais autocentradas. E a terceira são os constrangimentos socioeconómicos que restringem o acesso à internet a diversos grupos, levando¹⁰⁸ a que certas comunidades de memória não possam inscrever a sua perceção dos acontecimentos no espaço digital, resultando na exclusão das suas narrativas.

¹⁰⁸ Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), entre 2017 e 2019, a percentagem de indivíduos reformados que haviam utilizado a internet nos 12 meses anteriores à entrevista era de 37,7 a 38,4%. Uma percentagem muito baixa comparada com a restante população ativa (entre 71,4 e 99,6%). Dados acessíveis disponíveis em:

A guerra

“Pode dizer-se que a guerra acabou. Estamos a defender a Europa nos últimos redutos (A. Oliveira Salazar, 4 de Dezembro de 1962 [apud Barradas, 2019: 172]).”

Os relatos de episódios da guerra estão longe de esgotar o alcance memorialístico do blogue, mas não deixam de ser uma parte importante dos seus textos. De poemas a análises pretensamente objetivas, passando pela ficcionalização, a criatividade narrativa permite o relato das suas vivências em África. Embora diferentes no estilo, estes textos não deixam, necessariamente, de ser narrativas na medida em que têm a pretensão de construir uma história coerente no tempo e espaço das suas representações do passado. Criam histórias que dão sentido ou propósito às suas vidas. Os episódios da guerra — eventos passados — são descontextualizados e transformados em narrativas afetivas individuais (Pogacar, 2018: 40). A escrita é também uma forma de manter estes homens ativos nos anos da reforma.

Alguns levam a tarefa com um sentido de missão. A missão de deixar o seu testemunho às gerações seguintes ou criar um arquivo de informações objetivas — diga-se tático militares ou demográficas e pseudo-etnográficas — sobre a guerra e a Guiné “Portuguesa.” Têm também como objetivo contribuir para a escrita de uma história da Guerra Colonial a ser feita posteriormente por historiadores. História que pretendem que seja objetiva, de acordo com uma conceção científico-positivista. Acreditando que o distanciamento temporal acarretará também um distanciamento político. Pretende ser um relato da guerra e, de uma maneira ou de outra, é difícil não notar uma relativa despolitização do conflito. O colonialismo não é mencionado e a guerra é, por vezes inserida ou contextualizada numa atuação em nome de ideais pátrios.

O dito

Se a primeira publicação foi dedicada às madrinhas de guerra — e à sua companheira — a segunda faz parte das memórias dolorosas. Em “Guiné 63/74 — P2: Excertos do diário de

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009992&contexto=bd&selTab=tab2 (último acesso em 02/10/2021).

O mesmo acontece quando a variável é a idade. O grupo etário entre os 65 e os 74 anos apresenta uma percentagem de 32,6 a 34,1 % de utilização de internet entre 2017 e 2019, respetivamente. Dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), disponíveis em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009990&contexto=bd&selTab=tab2 (último acesso em 02/10/2021).

um tuga (1) (Luís Graça),” o objetivo é não deixar que se esqueça a guerra. A preservação da memória histórica surge como intenção logo no primeiro parágrafo:

[...] Para que não digam, os (por)tugas mais novos, que a Guiné nunca existiu. Que a guerra da Guiné nunca existiu. Ou que nunca ouviram falar da Guerra Colonial (em África). Uma guerra que marcou, se não um povo inteiro, pelo menos toda uma geração. A minha geração. A nossa geração.

O mote, para o que seria o primeiro de muitos episódios narrados sobre a guerra, foi, nas palavras de Alice Carneiro em entrevista a Diana Andringa, a primeira vez que Luís falou com os filhos sobre a guerra.

O não dito

Um dos temas abordados esporadicamente nas entrevistas, mas nem sempre abordados no blogue são os casos de violência que ocorreram em Portugal no período subsequente à guerra. Casos de violência doméstica, rixas familiares e violência quotidiana que por vezes surge descontextualizada nos órgãos de comunicação social.

Já na entrevista que conduzi com Eduardo Magalhães Ribeiro, na fase final, o antigo combatente fala das dificuldades de reintegração dos homens no pós-guerra e da linha de causalidade que estabelece entre a vivência da guerra e os atos de violência cometidos por homens na faixa etária dos 60 aos 80 anos.

[...] um gajo vem aqui para os Rangers [...], aprende a matar de todas as maneiras e feitios, está aqui nove anos e acaba o contrato, sai daqui com 29 anos, chega aí a um patrão fora ‘precisava de trabalhar [...]’; ‘o que é que tu sabes fazer?’; ‘matar’; ‘está bem e mais?’; ‘sei matar com uma faca, uma pistola [...]’ Tenho ali os homens nove anos na unidade [...] e eu pergunto quem é que quer ficar na tropa nove anos, para chegares aos 29 ou 30 ou não sei quê, vir cá para fora e depois o que é que fazes? Ou vai para guarda, [...] para segurança porque ainda são os poucos que vão aceitando a malta que vem lá de cima, os Rangers, não é? As empresas de segurança. ‘Eh pá, este gajo é capaz de dar um bom segurança,’ mas depois o gajo pode andar aí a matar... também não pode, quer dizer, tem que ser um tipo que sabe matar, mas não pode. Tem que andar ali direitinho [...] à primeira asneira que faça [...]... como foi agora [...] um desgraçado dum segurança¹⁰⁹ que se lembrou de dar uma carga de tareia aí numa rapariga [...] que ela é meia... ou é negra ou mulata, [...] não gostou da cor da pele dela. A que propósito? [...] Também era interessante saber, não é? O que é que originou aquele, aquela coisa, porque ele já sabia

¹⁰⁹ Sobre a agressão de um segurança a uma jovem no Porto ocorrida em 2018, ver “Segurança acusado de racismo e agressão por jovem colombiana no Porto” de Reis Pinto no *Jornal de Notícias*, disponível em: <https://www.jn.pt/justica/seguranca-acusado-racismo-e-agressao-por-jovem-colombiana-no-porto-9520386.html> (último acesso em 02/10/2021).

que não podia fazer aquilo, poder pode [...], mas depois tem que responder por isso, não é? Tem que ter um autocontrole e um autodomínio fora do vulgar [...]. [...] vai para ali, habitua-se àquilo e depois quando chega cá fora não sabe fazer nada. Sabe matar, é uma credencial do caraças [...]. Só há pouco tempo é que me pus a pensar nisso. [Pergunta] Pois porque agente ouve falar em casos, por exemplo de americanos que vieram do Vietname e etc. e que anda para lá aos tiros às pessoas e é curioso aqui em Portugal não se houve nada falar nada disso. Malta [...] muito operacional lá fora [...], houve fuzileiros e paraquedistas que fizeram duas, três comissões e quatro, não é brincadeira [...] como é que depois eles se integraram cá. Largar a arma e pegar numa sachola e ir para a terra trabalhar, não é? Porque o contrário é fácil [...], mas depois [...] voltar para a terra trabalhar, não é? Não é tão fácil e eu acho curioso como é que o português até nisso foi fora do vulgar, não é? Conseguiram integrar-se outra vez, não é? E de safar-se o melhor que puderam. Nem todos, não é? Entretanto ‘matou a mulher’; ‘ai matou a mulher, violência doméstica’; ‘que idade é que ele tem?’; [...] ‘tem 70’; ‘onde é que ele esteve?’ [...] ‘teve em Angola na guerra? Será que ele não ficou com traumas armazenados e aquilo despoletou agora?’ Porque às vezes só se fala [...] era curioso às vezes ver até que ponto é que... porque por exemplo, acho curioso que um gajo vai aos deficientes das forças armadas [...] tem um historial médico [...] toda a vida se queixou e está escrito e aquele que nunca se queixou? Está tudo [fechado] lá dentro, nem sequer teve a coragem de despoletar cá para fora, conversar, falar... deitar cá para fora, falar com alguém. Meteu aquilo lá dentro, não fala, como o caso do Casirimo [...]. Não é fácil, não é? Agora, e o caso que eu já te contei há bocado que é daqueles [...]. Acabou a guerra de repente [...], ‘então e agora?’ [...] O que é que ele ia fazer? Pegar numa metralhadora e matar pessoas? [...] Vá lá que os portugueses não têm essa tendência [...] E há aqueles que nunca se integraram e começaram-se a meter no álcool, e depois há aqueles [...] que tiveram mais esperteza ou mais coragem de ir à ADFa tratar, por exemplo, o alcoolismo e há aqueles que já morreram entretanto com cirroses e suicidaram-se etc. Muitos até se suicidaram e nunca foram notícia porque nunca ninguém lidou a ter estado no ultramar, nunca ligaram as coisas. (Eduardo Ribeiro)

Uma das questões é a violência doméstica e a violência de género. Quer a que se cometeu durante as comissões em África, quanto a que se cometeu contra as mulheres nos contextos domésticos pós-guerra. O documentário de Marta Pessoa *Quem vai à Guerra?* Ou o livro da jornalista Sofia Branco *As Mulheres e a Guerra Colonial: mães, filhas, mulheres e namorada* abordam esta temática. Mas este está longe de ser o único legado de violência deixado pela guerra. No decorrer da investigação, a 25 de julho de 2020, o ator negro Bruno Candé é assassinado em plena rua de Moscavide. Mais tarde, sabe-se que o homem de 76 anos que o assassinou era um antigo combatente que havia combatido em Angola durante

a Guerra Colonial.¹¹⁰ Embora o caso tenha levado à galvanização dos movimentos sociais antirracistas, com vozes a denunciar a ligação existente entre o passado colonial e a violência racista que se materializou no assassinato de um homem, a inexistência de uma reflexão conjunta sobre os legados do passado colonial ainda mal começou.

As questões, todas estas questões [...] que são no fundo, de certa medida, fraturantes: os migrantes... os... digamos o... repare, nós encontramos [...] questões que chamamos de xenofobia, portanto, racismo, mas se você verificar relativamente à malta que esteve na Guiné encontra muito poucos nessa, nessa circunstância. Porquê? Porque houve ali uma grande miscigenação, houve muita gente que esteve em companhias nativas, viveu com eles, [...] nos seus locais, nos alojamentos [...]. Não é muito normal aparecer aqui manifestações de racismo nesse sentido. Há algumas ações contra o IN, o inimigo, que eram malandros, que eram isto... andavam a soldo de nações estrangeiras [...] pronto, aquelas coisas que você deve ter acompanhado. (Hélder Sousa)

Na verdade, uma das razões que julgo dificultar esta tarefa é a crescente polarização da sociedade portuguesa. Polarização que não é dissociada do contexto político internacional dos últimos anos. Nas entrevistas que conduzi, não foi incomum ouvir antigos combatentes falarem de uma deriva visível à ‘direita.’ Interpretei estes comentários como um aviso sobre os possíveis conteúdos saudosistas e/ou que glorificam a atuação das forças armadas.

[...] comecei a mostrar o que eu escrevia, as minhas gracinhas e as minhas graçolas [...] porque eu estou farto de falar em heróis [...], os passadistas [...], acham que, por exemplo, o Marcelino da Mata é um herói e eu digo assim ‘pah, porque é que ele é um herói? Um gajo que consegue matar muitos e muito depressa? [...] ‘Tomara haver muitos Marcelinos da Mata’, enfim, e um Salazar em cada esquina, pronto [...], mas quer dizer, isto é para perceber... Há esta postura. Não, não... Percebo que nós vivemos aqui, que o blogue reflete em larga medida a sociedade portuguesa. Com as suas... ah, fracionamentos... ah, sinto que neste momento, digamos, as pessoas mais defensoras dos valores e da prátiga do antigo regime estão a ganhar alguma, alguma força, algum protagonismo... também no blogue, mas na sociedade portuguesa, por algum motivo o Goucha leva lá o [...] Mário Machado¹¹¹ [...] e são sinais dos tempos, mas [...] há que contrariar isso [...], mas é essa a minha posição. (Hélder Sousa)

¹¹⁰ Conteúdo disponível na reportagem de Joana Gorjão-Henriques “Testemunhas ouviram insultos racistas contra Bruno Candé. ‘Tenho armas do Ultramar e vou-te matar’” no jornal *Público*, 27/07/20, disponível em: <https://www.publico.pt/2020/07/27/sociedade/reportagem/testemunhas-ouviram-insultos-racistas-bruno-cande-armas-ultramar-voute-matar-1926076> (último acesso em 02/10/2021).

¹¹¹ Refere-se à entrevista feita a 3 de janeiro de 2019 num programa matinal, *Você na TV*, de um canal generalista, a TVI, a um conhecido neo-nazi português condenado por vários crimes de ódio e envolvido no mediático assassinato de Alcindo Monteiro, jovem negro, no Bairro Alto a 10 de junho de 1995.

E depois o repositório de recordações, recordações essas que têm a ver com testemunhos, contos, narrativas, intervenções a propósito dum, dum texto que foi escrito, a favor, contra com aspetos ideológicos. Portanto, é bem visível, para quem lê, que há uma intervenção de pessoas cuja formação é de direita, ou são conservadores, pessoas ditas de centro liberais, pessoas de centro-esquerda e pessoas de esquerda. Não só pelo que escrevem como o que comentam. Portanto, o blogue foi-se tornando uma grande sala de conversa e de convívio [...]. (Mário Beja Santos)

Todavia, nem todos os colaboradores entrevistados concordam com esta visão. Manuel Joaquim, por exemplo, não concorda com as primeiras posições, diz que a direita escreve cada vez menos. O que não deixa de ser uma questão de perceção da parte dos entrevistados. No campo do discurso, ainda há, por exemplo, recurso ao epíteto “inimigo.” Continua a ser apanágio das publicações sobre a guerra. São parte de um imaginário criado pela cultura de guerra que alimentou o vocabulário dos antigos combatentes durante o seu período de comissão em África.

Por outro lado, segundo Mário Beja Santos, questões como a cobardia, a homossexualidade, as relações com as mulheres e a questão dos filhos deixados em África – a par da adoção de meninos negros órfãos ou não – são ainda *tabus*. Sobre a homossexualidade, em particular, António Fernando Cascais, ressalva de forma persuasiva que:

[...] A generalidade dos relatos não apologéticos da Guerra Colonial fornece numerosos exemplos de catástrofe — aqui entendida como queda do simbólico no real — de uma masculinidade idealizada que as terríveis realidades da guerra põem em questão, defraudando-a, descompensando-a e desmentindo-a enquanto masculinidade heteronormativa exemplar. O mesmo nunca faz a literatura panegírica, em regra militarista, que ilustra com impolutos exemplos de heróis cujas virtudes guerreiras exprimem a vitória apoteótica sobre a feminilidade e a homossexualidade, verso e reverso de uma mesma frouxidão, o que explica que nela a homossexualidade também só seja mencionada a título muito excepcional e de forma invariavelmente homofóbica (Cascais, 2019: 139).

As mulheres

As mulheres estão presentes nas publicações do blogue. Não apenas nas fotografias e nas referências a elas feitas nos textos produzidos pelos antigos combatentes, como também em alguns textos e comentários escritos por elas. Mas quem são estas mulheres?

Neste ponto é importante sublinhar a existência de múltiplas referências a mulheres cujas representações se distinguem, *grosso modo*, entre as mulheres metropolitanas e as mulheres da Guiné. Enquanto as primeiras são referidas, mas também têm um papel ativo de escrita no blogue, as segundas são maioritariamente representações elaboradas pelos

antigos combatentes. As duas secções que se seguem tratarão das primeiras e a terceira secção das segundas. É dentro da primeira categoria que encontramos as tertulianas, e a maioria das mulheres que escreve no blogue. Estas mulheres beneficiam do estatuto de membros da tertúlia porque de alguma forma a guerra, em geral, e a da Guiné, em particular, fez ou faz parte das suas vidas, ainda que indiretamente para algumas. Foram ou são na sua esmagadora maioria companheiras e filhas de homens que combateram na guerra, assim como as mulheres que viveram diretamente a guerra, como enfermeiras-paraquedistas.¹¹²

As madrinhas de guerra

Inicialmente incentivadas e patrocinadas pelo MNF como uma das bases de moralização patriótica na metrópole dos soldados no ‘ultramar português,’ as madrinhas de guerra acabaram por extrapolar o seu objetivo inicial e criaram um fluxo epistolar mais complexo.

Muitas delas, na altura jovens mulheres, não se inseriam no MNF. Eram, sobretudo, raparigas novas que sabiam ler e escrever e que se correspondiam com os soldados em África porque eram solicitadas para o fazerem por eles e pelos seus familiares (Pontes, 2019). As investigações feitas sobre a correspondência entre estas mulheres e estes homens demonstram que, embora inicialmente o discurso moralizador estivesse presente, à medida que a guerra prosseguia, o teor destas cartas foi “[...] acompanhando o torrencial de críticas à violência e inutilidade da guerra [...]” (Ferreira, 2018: 91; Pontes, 2019). Algumas eram ou acabaram por se tornar companheiras dos combatentes, romances que nasceram dessa correspondência.¹¹³

A publicação que despertou esta torrente de memórias era sobre as madrinhas de guerra. Luís Graça escreve sobre elas no seu blogue pessoal a 23 de abril de 2004. Em entrevista a Diana Andringa, Alice Carneiro recorda como a necessidade de escrever aos soldados mobilizados surgiu. A falta de alfabetização da pessoas da terra e a vontade que tinham de escrever aos rapazes da terra impeliu-a a escrever “quase como uma missão.”

Em jeito de homenagem a estas e a tantas outras mulheres que viveram a guerra e a ditadura, Luís Graça compõe um pequeno texto apologético:

Trinta e cinco anos depois.

No 25 de Abril de 2004 presto a minha homenagem às mulheres portuguesas.

¹¹² O trabalho de investigação sobre as mulheres na guerra colonial foi desenvolvido por Margarida Calafate Ribeiro, ver 2007.

¹¹³ Sobre a correspondência de guerra ver Pontes, 2019.

Que se vestiam de luto enquanto os maridos ou noivos andavam no ultramar.

Às que rastejavam no chão de Fátima, implorando à Virgem o regresso dos seus filhos, sãos e salvos.

Às que continuavam, silenciosas e inquietas, ao lado dos homens nos campos, nas fábricas e nos escritórios.

Às que ficavam em casa, rezando o terço à noite.

Às que aguardavam com angústia a hora matinal do correio.

Às que, poucas, subscreviam abaixo-assinados contra o regime e contra a guerra.

Às que, poucas, liam e divulgavam folhetos clandestinos ou sintonizavam altas horas da madrugada as vozes que vinham de longe e que falavam de resistência em tempo de solidão.

Às que, muitas, carinhosamente tiravam do fumeiro (e da barriga) as chouriças e os salpicões que iriam levar até junto dos seus filhos, no outro lado do mundo, um pouco do amor de mãe, das saudades da terra, dos sabores da comida e da alegria da festa.

E sobretudo às, muitas, e em geral adolescentes e jovens solteiras, que se correspondiam com os soldados mobilizados para a Guerra Colonial, na qualidade de madrinhas de guerra.

Esta primeira parte é escrita para comemorar o 25 de Abril e reflete uma representação algo comum entre os antigos combatentes que pode ser condensada na figura da *mulher-mãe* e que reflete uma certa mítica da mulher portuguesa do anterior regime. O sofrimento das mulheres por verem os seus maridos e filhos a partirem para “o ultramar” que se materializa no luto, na fé, na abnegação, no cuidado e proteção dos filhos é uma imagem familiar. Porém, Luís Graça não deixa de referir aquelas que, de forma mais ou menos ativa, contestaram através de atos de micro-resistência “subscrev[endo] abaixo-assinados contra o regime e contra a guerra”, “[e] divulg[ando] folhetos clandestinos ou sintoniz[ando a] altas horas da madrugada as vozes [...] que falavam de resistência [...]”

A homenagem é reforçada quando menciona as “muitas, e em geral adolescentes e jovens solteiras, que se correspondiam com os soldados mobilizados.” As madrinhas de guerra tiveram um papel simbólico tão relevante quanto o valor que cada combatente lhes reserva. Destas relações surgiam, por vezes, relacionamentos que resultavam em casamento. A carta que compõe a última parte da publicação é uma das muitas que Luís Graça e Alice Carneiro trocaram durante a comissão do primeiro. As cartas trocadas com as madrinhas de guerra povoam as memórias criadas pelos antigos combatentes no blogue.

A busca por informações sobre os parentes mortos na guerra, ou cuja vivência da guerra permanece desconhecida, são o móbil de algumas das mulheres que entraram em contacto com o blogue. São as filhas que procuram detalhes sobre a experiência dos pais. Falar de guerra também é falar de todas as dimensões sociais que se estabelecem durante esse período. A separação dos assuntos *mais privados* é uma escolha feita por alguns investigadores que não reflete a importância que essas vivências têm para os homens que anos mais tarde recordam a sua juventude vivida em África.

As tabanqueiras

As companheiras e as filhas de combatentes da tertúlia ainda vivos ou já falecidos têm estatuto de tabanqueiras porque têm uma participação mais ou menos ativa, não apenas do blogue, mas também nos diversos convívios dos quais falarei mais adiante. É comum, de acordo com os combatentes entrevistados no âmbito desta investigação, filhas e netas comunicarem com os membros da Tabanca em busca de informações sobre os pais ou sobre os avôs. Alguns deles falecidos em África. Esta relação estabelecida com os descendentes cria dinâmicas de relacionamento social com os restantes antigos combatentes. As publicações de parabéns mostram o reconhecimento dado a estas companheiras e filhas enquanto parte da comunidade e criam laços que se estendem para além do blogue.

As publicações criadas pelas tabanqueiras dão visibilidade às dinâmicas sociais mais vastas da guerra e, por vezes, de um passado colonial para além da guerra. Por vezes, nas publicações de textos escritos por estas mulheres, são descritas vivências em África. É através destas publicações que os fragmentos do império se vão formando, fazendo do blogue um arquivo da herança colonial portuguesa.

A 4 de dezembro de 2017, na publicação “Guiné 61/74 - P18044: Álbum fotográfico de Adelaide Barata Carrêlo, a filha do ten SGE Barata (CCS/BCAÇ 2893, Nova Lamego, 1969/71): um regresso emocionado - Parte XIV: Piche: restos da capela e memórias dos BART 2857 (1969/71) e BCAV 2922 (1970/72)”, esta filha de um antigo combatente regressa à Guiné, onde viveu durante a comissão do pai, oficial do exército. É no ano seguinte que se torna ‘amiga da tabanca.’ Esta publicação é criada como álbum fotográfico da sua viagem, acompanhado por um excerto do seu diário de viagem.

As viagens de combatentes e de filhos de combatentes aos locais onde permaneceram durante a sua comissão não são raros e inserem-se no que se convencionou chamar de *turismo de saudade*. O excerto de Adelaide é um bom exemplo deste tipo de turismo que se tem desenvolvido na Guiné. A viagem contou com uma visita guiada ao antigo quartel e ao seu monumento aos mortos.

As mulheres da ‘Guiné Portuguesa’

No blogue, as relações íntimas — pejadas de relações de poder e violência intrínsecas à dimensão colonial e patriarcal da guerra — são uma das temáticas mais recordadas pelos antigos combatentes. Numa linguagem mais brejeira que reproduz as *conversas de caserna* ou, por vezes, mais discreta, os combatentes narram as suas histórias com mulheres locais.

*Houve situações difíceis de ultrapassar. É que o raio das bajudas eram lindas como o sol, com um corpinho! Ai . . . está-me a crescer água na boca.*¹¹⁴

A erotização do corpo feminino negro é quase uma constante neste tipo de publicações e contrapõe-se à representação da mulher branca como desenvolvi anteriormente. Ora, na publicação de 16/06/2015, com o extenso título “Guiné 63/74 - P14752: Inquérito online: Resultados finais (n=194): 45% do pessoal que passou pelo CTIG admite que não teve relações sexuais com nenhuma mulher guineense... Se a nossa amostra fosse representativa dos 200 mil militares metropolitanos que passaram pelo CTIG, a proporção deveria ser bem maior (talvez c. 75%)”, Luís Graça publica uma infografia onde mostra os “[r]esultados da sondagem ‘on line’ [...] entre 8 e 14 de junho de 2015.” A sondagem era iniciada, *não* por uma pergunta, mas por uma afirmação “Confesso que no T[eatro de]O[perações] da Guiné não tive relações sexuais com *nenhuma* mulher local.” O itálico, acrescentado por mim para sublinhar a utilização de dois advérbios de negação, denota uma inclinação, consciente ou não, para a primeira resposta “não, não tive.” E, de facto, a maioria dos combatentes, 87 mais precisamente, que respondeu à sondagem concorda com a afirmação ao optar por essa alínea. Estes c. 45% “admite nunca ter tido relações sexuais com mulheres guineenses, ao tempo da Guerra Colonial (1961/74) [sic].” O que constitui uma minoria quando comparado com as restantes respostas, mas Luís Graça separa uma maioria, “[u]m total de 68 (cerca de 35%) [que diz ter tido] relações pelo menos uma vez (12%) ou mais do que uma vez (23%),” daqueles que dizem ter tido “bastantes vezes” ou com “muita frequência” e que constitui “menos de 20%” das respostas. Ora daqueles 194, 55% diz ter mantido relações com mulheres guineenses e embora esta tentativa de extrapolar a pequena sondagem de blogue para o número real de homens que, de facto, se relacionou intimamente com mulheres da região quando esteve em comissão seja pueril, interessa aqui avaliar o que a publicação significa: uma pequena contestação sobre um

¹¹⁴ Comentário disponível na publicação “Guiné 63/74 - DXLVII: Frutos Proibidos (Zé Teixeira)” de 17 de fevereiro de 2006, <http://blogueforanada.blogspot.com/2006/02/guin-6374-dxlvii-frutos-proibidos-z.html> (último acesso em 03/10/2021). A publicação aborda a questão, explorada em maior detalhe na próxima secção, dos filhos de homens brancos na Guiné atual.

assunto que teve e tem implicações mais vastas. Uma dessas implicações é a existência de descendência resultante dessa interação entre a tropa e as mulheres locais.

O que Luís Graça acaba por contestar — talvez sem o querer — é a afirmação de outro membro do blogue, Jorge Cabral —, “[e]stamos longe da célebre estimativa do Jorge Cabral que apontava para um total de 80% a 90% de militares, metropolitanos, que nunca terão tido relações sexuais com mulheres guineenses.”

Na representação feita pelos soldados das mulheres guineenses, bem como a relação que descrevem ter com elas tido, tornam-se observáveis as relações de dominação inerentes à colonização portuguesa, que, não se restringindo às relações com as mulheres, são no blogue mais visíveis na representação fotográfica dos corpos das mulheres guineenses e nas narrativas que as acompanham.

Concordo, neste ponto, com a análise feita por Catarina Martins à relação entre o colonialismo e o corpo feminino negro, nomeadamente a sua utilização como instrumento concreto e retórico de exercício do poder material e simbólico do homem branco (2019, 1). Pegando em apenas duas das várias dezenas de publicações onde o tema do nu feminino é central, na primeira “Guiné 63/74 - P1475: Histórias de Vitor Junqueira (7): A chacun, sa putain... Ou Fanta Baldé, a minha puta de estimação” (31/01/2007).

Vítor Junqueira, oficial médico na Guiné, relata nesta publicação uma relação que manteve com uma mulher guineense. A história é descrita por Luís Graça como “[...] um dos mais belos textos que um homem pode escrever sobre uma mulher em tempo de guerra” e é ilustrada por um postal-fotografia que representa uma mulher guineense com o tronco descoberto e onde se lê “Guiné Portuguesa” – metáfora da posse colonial do território da Guiné, projetada no corpo feminino da mulher guineense –, exemplificando o que Catarina Martins (2019: 2) descreve como:

[...] a terra africana, virgem, núbil e fértil, que se oferece aos colonizados, aparece como o corpo feminino apropriável, sobretudo devido à exuberância selvagem e ao excesso sensual da sua Natureza. Estes atributos, por sua vez, são conferidos às mulheres negras, como Evas arquetípicas num heart of darkness que seduz inexoravelmente e ameaça, devendo, pois, ser domados.

O contraponto à mulher branca é óbvio, não se representa no blogue uma mulher branca nos termos em que os ex-combatentes representam as mulheres guineenses, como o termo “puta.”

E, sejamos francos, fodemos na Guiné como não fodíamos em Lisboa, no Porto, no Minho, em Trás-os-Montes ou no Alentejo. Olhávamos uma bajuda da Guiné com o mesmo sentido de rapina de posse sexual que para a filha da nossa vizinha metropolitana do rés-do-chão ou para a nossa própria namorada? Ora! E até julgo, honra nos seja feita, que fodemos

*bajudas e ex-bajudas, fodendo bem, mas com mais decência que o limite da indecência que nos era permitida como exército ocupante e ao serviço de um colonialismo serôdio.*¹¹⁵

Vale a pena reproduzir a afirmação quase anedótica de um soldado, contada em entrevista por Jorge Cabral:

O que é que eu sabia da Guiné? Que eram pretos. Agora repare, por exemplo, o pastor de Trás-os-Montes que chega à Guiné e vê ali as raparigas com os peitos todos à mostra. Um disse-me mesmo, desculpe-me a expressão, ‘ah meu alfero, isto aqui é tudo putaria’ (Jorge Cabral).

Maria José Lobo Antunes refere a este propósito o “[...] equívoco gerado pela nudez: a exposição dos corpos femininos era tomada pelos militares portugueses como um convite erótico sem restrições” (Antunes, 2017: 222). Convite também à reprodução irrestrita dos seus corpos e à descrição do desejo que os seus corpos despertavam nos soldados metropolitanos. Todavia, não isento de crítica por parte de quem lê estas histórias, como foi o caso de um comentário anónimo à publicação:

Pesquisando imagens de África, deparei-me com o vosso blog. Por princípio sou contra a guerra, o abuso e violência sobre outros povos, mas respeito todas as pessoas que tenham vivido na pele a experiência. No entanto fiquei impressionada e envergonhada com a falta de respeito despudorada deste artigo. Tratando a mulher como um objeto sexual, como puta, no caso a mulher africana, revelando uma total desconsideração pelo ser humano, pela mulher, demonstrando claramente os abusos do colonialismo que nada fez que explorar e violentar outros povos. Lamentável.

Da mesma forma, no livro *Furriel não é nome de Pai*, escrito pela jornalista portuguesa Catarina Gomes a propósito dos filhos fruto de relações entre homens brancos e mulheres negras guineenses que os primeiros deixaram na Guiné, lê-se sobre a mesma publicação:

Nas ocasiões em que consegue entrar na Internet, Fernando continua a vaguear por blogues de ex-combatentes portugueses, já não para procurar o pai, mas para observar ‘os pais’. Bule com ele a forma como postam a foto de uma qualquer jovem africana desse tempo, basta que tenha as mamas ao léu, para falar de todas. Como o postal a preto e branco legendado ‘Guiné portuguesa’, que mostra uma adolescente nativa, peito nu, crucifixo ao pescoço e cinto de missangas a marcar-lhe as ancas. É usado por um veterano de guerra para ilustrar o seu texto: ‘Minha puta de estimação.’ ‘A mulher da foto é mãe de alguém’, protesta Fernando, ‘a mulher do texto também’, e não são a mesma pessoa.

¹¹⁵ Comentário disponível na publicação “Guiné 63/74 - DL: Ganhámos na tusa pequena, perdemos na tusa maior (João Tunes)” de 17 de fevereiro de 2006, disponível em <http://blogueforanada.blogspot.com/2006/02/guin-6374-dl-ganhmos-na-tusa-pequena.html> (último acesso em 03/10/2021).

Nos blogues de ex-combatentes parece-lhe que as mulheres africanas são todas uma. E eram todas prostitutas (Gomes, 2018: 57)

Em muitos casos, o exercício deste poder é inconsciente, mas noutros não. Noutros a violência colonial não passa despercebida e é retrospectiva e abertamente criticada.

Ah... e tinha tanta gente que nunca tinha saído das aldeias e [en]tão naquele tempo. Trás-os-Montes, Minho... das Beiras Interiores. Buracos autênticos. E, portanto, para eles aquilo era um mundo totalmente diferente, jovens, mas ao mesmo tempo... para eles, o preto era um macaquinho, portanto, aquele sentido de inferioridade [...] dos pretos, pá, que eles nunca tinham visto, mas ouviam falar [...] são uns animaizinhos que andam para lá. Aquela sobrançeria generalizada, já nem [es]tou a falar dos gajos da sobrançeria política ‘vocês são turras, são terroristas’, portanto não é essa [...] inclusivamente aqueles soldados que tinham relações com as, com as, as, as mulheres de lá era... havia sempre um sentido de superioridade [...] como sei lá, um patrão e a empregada ou a criada, usando a linguagem [...] o dono e a criada, o patrão e a criada tinham quase direito a perna[da], como se dizia. (Manuel Joaquim)

Uma crítica que poderá ter estado presente no passado ou ter sido o produto de uma evolução diacrónica das narrativas criadas por alguns veteranos de guerra. Evolução sujeita às condicionantes sociais e perceções pessoais sobre o que é ou não aceitável nos dias de hoje. Como Virgínio Briote refere, foi necessário polir os relatos das suas memórias antes da publicação no blogue.

*Porque eu tenho algumas cenas lá [no seu diário], não da guerra, da guerra propriamente dita, com a guerrilha, mas há algumas cenas que são assim um bocadinho cruas. [...] eu, como é que se chama, eu descrevo aquilo que era, aquilo que eu vi fazer e aquilo que eu fiz e... e também o relacionamento com as mulheres lá, portanto eu escrevi quase *ipsis verbis* como era o nosso relacionamento com elas e aquilo era tipicamente colonialista, quer dizer, claramente... Pronto, aquilo, não sei, se teria interesse em escrever aquilo, mas eu escrevi algumas coisas e pus no blog do Luís Graça, mas eu antes de pu... antes de passar aquilo para o Luís Graça dei-lhe ali uma lavagem naquilo, não é? (Virgínio Briote)*

Na segunda publicação exemplificativa, “Guiné 61/74 - P18402 Álbum fotográfico de Virgílio Teixeira, ex-alf mil, SAM, CCS / BCAÇ 1933 (Nova Lamego e São Domingos, 1967/69) - Parte XXIII: Mulheres e bajudas (5): Nova Lamego, 1967”, inserido numa série de publicações do mesmo género, Virgílio Teixeira exhibe as suas fotografias de mulheres guineenses, muitas delas ‘bajudas’ – jovens solteiras – de seios descobertos e alvo dos olhares de militares portugueses que as cercam. Nas palavras do autor destas publicações, as dezenas de imagens do seu arquivo são partilhadas com o intuito de demonstrar a variedade etnográfica das mulheres da Guiné. Com o objetivo de dissimular qualquer tipo de desejo pela via do conhecimento científico-antropológico e etnográfico, desvenda ao

mesmo tempo uma dominação dos corpos e das vontades destas mulheres que vêm a sua agência apagada face à autoridade pretensamente científica do homem branco.

A submissão daquelas mulheres à vontade do fotógrafo e do protagonista das imagens (qual deles terá tido a iniciativa de captar estes instantes?), prolongada indefinidamente pela imagem que sobrevive às circunstâncias que representa, transforma estas fotografias em ícones do poder colonial – o poder que conseguiu dispor das vidas e dos corpos das populações que estavam sob os seus domínios. (Antunes, 2017: 222)

Os filhos do vento ou restos de tuga – filhos de soldados portugueses na Guiné

Das relações que estes homens mantiveram com as mulheres guineenses, tal como aconteceu no Vietname (e.g., Stur, 2011: 176ss),¹¹⁶ nasceram filhos. O trabalho da jornalista Catarina Gomes (cf. 2018) reabriu esse capítulo, para muitos veteranos, fechado com o fim da sua comissão. No blogue o tema tem vindo aparecer ao longo dos anos. Ainda antes do trabalho jornalístico “Em busca do pai tuga/Os filhos que os portugueses deixaram para trás” (2013) de Catarina Gomes, em 2006, na sequência de um poema publicado por José Teixeira (“Guiné 63/74 - DXXXVIII: Estórias do Zé Teixeira (3): a festa da vida,” 15/02/2006), Luís Graça pergunta ao primeiro se “o raio do puto [que] era branco” não seria uma referência a uma criança nascida da relação entre um soldado metropolitano e uma mulher guineense.¹¹⁷ E embora não o tenha referido nesse sentido, conta que conheceu “outro caso, a Binta de Chamarra, que teve um filho de um colega [seu] e foi repudiada e recambiada para Aldeia Formosa (Quebo).”¹¹⁸ No regresso de José Teixeira à Guiné em 2005, viagem que deu origem às fotografias que vão ilustrando as suas publicações, procura a tal criança. Acaba por não a encontrar, mas depara-se com outro jovem “de trinta anos a

¹¹⁶ Sobre os filhos de soldados americanos e mulheres vietnamitas, foi criada em 2015 uma associação Amerasians Without Borders por Jimmy Miller, também ele filho de uma mulher vietnamita e um soldado americano durante a Guerra do Vietname. Sobre este tema ver DeBonis, Steven. 1995. *Children of the Enemy: Oral Histories of Vietnamese Amerasians and Their Mothers*: Yarborough, Trin. 2006. *Surviving Twice: Amerasian Children of the Vietnam War*. Potomac Books; Thomas, Sabrina. 2015. *The Value of Dust: Policy, Citizenship and Vietnam's Amerasian Children*. Dissertation Arizona State University.

¹¹⁷ Esta discussão pode ser encontrada na publicação “Guiné 63/74 - DXLV: O raio do puto era branco (Zé Teixeira)” de 16 de fevereiro de 2006, disponível em <http://blogueforanada.blogspot.com/2006/02/guine-6374-dxlv-o-raio-do-puto-era.html> (último acesso em 03/10/2021). A publicação é ilustrada com a imagem de uma mulher de peito descoberto a banhar-se num rio, uma fotografia tirada em 2005 por José Teixeira com a legenda “A nudez (sempre perturbante) de uma bajuda banhando-se no rio... Houve ou não houve ligações perigosas, casos de paixão e de amor de tugas e de jovens guineenses, nomeadamente fora de Bissau?”.

¹¹⁸ *Idem*.

dizer-se filh[o] da Binta e de um branco [...]. Vim a saber que este era filho de uma Binta Bobo, de Mampatá, que também conheci e parece que já faleceu.” A fotografia do jovem é publicada, com a legenda “Guiné-Bissau > Saltinho > 2005 > ‘Filho de branco quer conhecer o pai.’”

Estes filhos surgiram, portanto, desde cedo nas publicações do blogue. As diversas publicações dão conta da multiplicidade de opiniões relativamente ao tema:

*Já reparastes como é sofrida uma guerra neste particular aspecto? Tanta coisa aconteceu, camaradas. Algumas estórias não nos dignificam, camaradas. Ainda que nada seja tabu, demos ter algum recato quando falamos de terceiros, de outras pessoas que estão vivas, que deverão ser respeitadas. E a dignidade passa por nós próprios. Nada é tabu. Mas tudo deve ser (re)contado com muita dignidade.*¹¹⁹

O termo filhos do vento utilizado por Catarina Gomes foi cunhado por José Saúde e o blogue tem acompanhado o desenvolvimento da reportagem, como as várias publicações nos vão dando conta. A publicação de José Saúde “Guiné 63/74 — P8798: Memórias de Gabú (José Saúde) (3): “Filhos do vento”: reflexos de uma guerra que deixou marcas no tempo” (19/09/2011) desenvolve-se a partir de uma fotografia sua com uma criança “morena” filha de uma mãe “negra, muito negra” ao colo.

Existe inclusive uma petição *online*, da iniciativa de Catarina Gomes e do antigo combatente José Silvário que exorta o estado português a reconhecer a nacionalidade a estes filhos de soldados portugueses.¹²⁰ A pouca adesão, no entanto, revela o pouco interesse em reconhecer estes homens e mulheres. Até ao momento apenas 342 pessoas a assinaram.

As fotografias

Embora a câmara fotográfica não fosse um objeto acessível nas décadas de 1970 e 1980, como refere Catarina Laranjeiro a prática fotográfica tornou-se um ritual do serviço militar português — e.g., fotografias de grupo ou do juramento de bandeira, por exemplo (2014: 437). Dependendo da classe social à qual pertenciam, havia quem possuísse a sua máquina fotográfica e com ela documentasse parte da sua vivência nas comissões em África.

¹¹⁹ Itálico acrescentado ao original. Comentário de Paulo Salgado disponível na publicação “Guiné 63/74 - DLX: Nha fidju i fidju de soldado (Paulo Salgado)” de 18 de fevereiro de 2006, disponível em <http://blogueforanada.blogspot.com/2006/02/guine-6374-dlx-nha-fidju-i-fidju-de.html> (último acesso em 03/10/2021).

¹²⁰ A petição “Nacionalidade para os filhos de combatentes da Guerra Colonial” está disponível em <https://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT91694> (último acesso em 03/07/2020).

A digitalização e partilha de fotografias são práticas recorrentes nas páginas virtuais de antigos combatentes. Tanto nas páginas, como nos blogues e nos perfis por si criados nas redes sociais. Estas fotografias têm um papel importante na criação de uma nostalgia da África perdida. Um ambiente que cimenta a comunidade de antigos combatentes — mas não só — a partir de imagens de convivência diária. Imagens de um quotidiano partilhado e reconhecido pelos membros desta comunidade mnemónica. Num contexto em que a guerra é silenciada, as fotografias representam uma prova material da existência desta guerra. Dão uma maior visibilidade a representações visuais do passado que, de outra forma, se restringem apenas ao espaço privado dos arquivos familiares. Da mesma forma que possibilita a entrada destas imagens nas representações sociais sobre um passado marcado pela violência de uma guerra de treze anos. Dão um rosto ao número de mobilizados, de mortos e de estropiados. Humanizam e permitem a subjectivização da sua memória ao vincularem esta experiência a homens concretos.

As fotografias publicadas em blogues representam cenas quotidianas, as paisagens e as populações locais. Nesta última categoria, como já referi anteriormente, as representações de mulheres guineenses são bastante comuns e exigem uma análise mais detalhada. As fotografias de mulheres seminuas e/ou de peito descoberto, “[...] na aparente disponibilidade sexual para o colonizador branco” (Barradas, 2014: 455), por vezes acompanhadas de soldados brancos da metrópole, são representação que sexualizam o corpo feminino negro e o afastam do referencial de moral ao qual as mulheres brancas estão submetidas. Num contexto social marcado pela repressão sexual feminina, os militares provenientes das metrópoles tomavam a nudez em África como disponibilidade sexual (cf. Garraio, 2016; Antunes, 2017). Um corpo feminino que estaria ao dispor do homem branco. Que estaria disposto a ser representado pela câmara do homem branco. Como refere Carlos Barradas (2014: 457):

A autoridade imperial era simbolicamente representada e encenada nas típicas fotografias coloniais, com as colonizadas semi-nuas nas suas posições de escrevas, criadas, ou servas sem roupas ou quaisquer posses, expondo o seu corpo e disponibilidade sexual para o colonizador, surgindo este último numa posição de proeminência e autoridade, vestido e em posturas sumptuosas masculinamente aventureiras.

De acordo com Roland Barthes (2013: 300), todas as imagens são polissémicas no sentido em que possuem uma “cadeia flutuante” de significados a partir da qual se escolhe e/ou se ignora. Daqui surge a interrogação sobre o significado que determinadas pessoas ou grupos atribuem a cada fotografia. O sentido primeiro das fotografias que ilustram as publicações é associar os homens que as escrevem ao tempo sobre o qual escrevem. São fotografias dos autores em África, vestidos de camuflado ou uniforme militar em cenas variadas que

ilustram publicações que narram determinados episódios. O significado que essas fotografias têm para esses homens é necessariamente diferente do significado que terão para investigadores, jornalistas ou historiadores. As imagens são interpretadas de diferentes formas consoante a lente e a perspectiva do investigador. É importante, por um lado, sublinhar o seu sentido mnemónico e por outro lado a cristalização de práticas e relações sociais visíveis e não visíveis. Não visíveis na medida em que embora se trate de uma guerra, as cenas bélicas estão ostensivamente ausentes das fotografias.

A Blogoterapia

O trânsito entre o digital e o mundo físico tem a sua maior expressão na constituição de comunidades de pertença/partilha de memória que se materializam nos diversos convívios da Tabanca, que ocorrem um pouco por todo o país e culminam no grande convívio nacional anual realizado todos os anos no estabelecimento hoteleiro de um dos ex-combatentes em Monte Real.

Alguns dizem que sim, que funciona como [...] os familiares, os... às vezes as mulheres dizem: foi muito bom para o meu marido ter falado da guerra. Sim, eu diria que sim, que houve. Até para mim, pessoalmente, apaziguou-me muito mais, não é? (Luís Graça)

O impacto da sociabilidade criada pelo blogue estende-se para além dos antigos combatentes. As famílias fazem parte dos rituais sociais da comunidade, como os convívios e almoços. São contempladas nas publicações e acompanham os antigos combatentes, especialmente as companheiras que, segundo Alice Carneiro e Luís Graça, notam diferenças no comportamento com o começo do blogue. Eram elas que presenciavam as consequência da inexistência de um espaço de enunciação partilhado com outros camaradas para lá no espaço privado do contexto familiar. As atividades realizadas no contexto do blogue permitiram a estes homens terem um espaço outro onde podiam falar sobre as suas experiências com quem, tal como eles, as tinha vivido.

Tive, sim, através do blogue do Luís em que encontrei muitas mulheres... ah, que os primeiros encontros do blogue do Luís, era de facto uma terapia de grupo... ah, aqueles homens choravam como se tivessem saído ontem da guerra. E isto, os primeiros encontros deram-se, do blogue em 2005, 2006, por aí. E quando a gente foi ao encontro, a esse primeiro encontro, nunca mais me esqueço, que foi no Alentejo e quando eles conhecem, as mulheres conhecem o Luís e eu, e a mim, elas, as mulheres diziam foi a coisa melhor que podia ter acontecido na vida delas porque era muito duro para elas suportarem o sofrimento dos maridos e o blogue trouxe uma outra forma de viver e de partilhar. (Alice Carneiro)

O que é que isto fez explodir porque o que eu senti, o blogue fez explodir essas panelas que estavam muito atarraxadas e que... e as mulheres foram... eles foram beneficiados, os homens, mas muito muito as mulheres e elas ainda hoje o dizem (Alice Carneiro)

Chegaram a estar presentes nesses convívios anuais cerca de 300 veteranos. Falam dos locais onde estiveram e de o que fizeram, embora se retenham mais pela presença dos familiares (ver Antunes, 2015). A *blogoterapia* é reconhecida por estes ex-combatentes.

Até porque eu acho que é melhor terapia para quem esteve no Ultramar [...] não há psiquiatra nenhum que consiga tratar [...] dá-lhe meia dúzia de comprimidos para o gajo estar a dormir de pé. O que é que ele pode fazer? Nunca esteve no combate, [...] nunca se pode por no lugar [...] para saber o que é que ele passou, pode ter é uma ideia do que é que ele passou, mas passar mesmo só passou quem sentiu na pele. (Eduardo Ribeiro).

Blogoterapia... Eh! Para alguns deve ter... eu tenho ouvido referências que tem sido muito positivo. De pessoas... em relação a mim, não foi mau. Não acho que... Acho que antes pelo contrário. Contactei com gente interessante. Conheci gente que deu uma boa volta na vida. A parte negativa que acho foi estar a ver... vejo que há pessoas que ainda estão agarradas àqueles tempos. Do género de dizer 'se fosse agora ia outra vez'. (Virgínio Briote).

Embora ambos falem do efeito terapêutico que a exteriorização e o contacto com as experiências dos outros combatentes possa ter, tanto Eduardo Ribeiro como Virgínio Briote admitem ter-se afastado porque:

[...] nem tenho ajudado muito, porque começo a viver as histórias que lá estão... e como eu não andei... Não tive traumas, começo a ter agora. Pah... um gajo é obrigado a ler o texto todo [...] e depois arranjar as fotografias [...] e aquilo começa a mexer e depois é aquele problema que eu oiço dizer muitas vezes, um tipo quando trabalha e anda embrulhado no trabalho, não sei quê, nem pensa na guerra, não pensa em nada dessas tretas [...] reforma-se. (Eduardo Ribeiro)

O blogue tem para alguns eles uma dimensão catártica que, para muitos, é esta dimensão que os move. De uma maneira ou de outra, o blogue nasce, nas palavras de Mário Beja Santos, “de uma necessidade catártica do Luís Graça”. O próprio em entrevista a Diana Andringa, no âmbito do projeto CROME, reconhece ter ficado com traumas de guerra que lhe custaram cinco anos a superar.

[...] como eu fui operacional, de facto tenho da guerra da Guiné uma experiência bastante forte, não é? [...] Foi isso que me levou também a escrever. A escrita acabou por ser uma forma de [...] como eu lhe chamava em 81 n’O Jornal, quando comecei a colaboração com o Afonso Praça, ‘exorcizar os fantasmas da Guerra Colonial’. A expressão foi minha e, bom, ficou. (Luís Graça)

Na supramencionada reportagem de 22 de abril de 2010, afirma que:

*Somos uma espécie de grupo de auto-ajuda. Costumamos falar em ‘blogoterapia da guerra em África’ [...]. Há um efeito terapêutico [...]. Muita gente que vivia isolada, sozinha com os seus fantasmas e memórias, sem ligações, sem suporte social, passou a conviver e a verbalizar as suas recordações, passou a registar isso no papel. E nós publicamos.*¹²¹

As duas dimensões não são antagónicas. Para José Martins, por exemplo, foi a necessidade de perceber o conflito e, portanto, o seu interesse pela História, que permitiu iniciar seu o processo catártico, relação que poderá ser explicada pela criação de um distanciamento que permite aos ex-combatentes lidarem com as suas experiências e, através de um processo de objetivização, relativizarem os seus traumas de guerra.

Quando terminou o serviço militar eu disse ‘isto acabou’, mas não, tinha começado. E começo a enfrentar o stress pós-traumático, em que ninguém o reconhecia como tal, por conseguinte eu só tive que fazer uma coisa: envolver-me e começar a descobrir o que se tinha passado para começar a fazer a catarse. (José Martins)

O blogue tem um efeito terapêutico ao possibilitar a exteriorização e o contacto com as experiências dos outros, efeito que se desenvolve a partir de dois eixos. O primeiro relacionado com o processo de escrita. É a partir da (re)criação de memórias que estes homens enfrentam as feridas do passado e os silêncios no qual encerraram as memórias da guerra no período de readaptação à vida civil. “Esta Tabanca tem a particularidade de sarar as feridas que mais ninguém quer tratar.”¹²² O segundo associado ao contacto que se estabelece entre camaradas. Contacto que acontece no blogue, mas também nos diversos convívios.

Nos convívios discute-se isso tudo, não há traumas ali. Eu acho que os mais traumatizados nem aparecem aos convívios... [...] Eu acho que tem feito bem à malta que esteve por lá nas guerras, estes convívios, porque se é para exteriorizar aquilo que está lá dentro, não é? Porque é uma coisa que um tipo está a conversar, se nota que a pessoa está incomodada, que não está, só se for burra é que continua a massacrar o desgraçado. Tem que se falar com alguém que aceite a conversação, não é? Ou pelo menos que se interesse o mínimo senão mais vale estar calado. (Eduardo Ribeiro)

Tomando, novamente, de empréstimo a reflexão de Judith Butler (2009: 36), são comunidades que se constituem em oposição ao ‘outro’ – aqueles que não passaram pela

¹²¹ Na revista portuguesa *Visão*, artigo de João Dias Miguel (22 de abril de 2010), “Internet. A ‘blogoterapia’”, p. 78.

¹²² Publicação disponível em: <https://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/2010/05/guine-6374-p6502-blogoterapia-150-rosa.html> (último acesso em 03/10/2021).

mesma experiência bélica. Os veteranos só encontram essa comunidade de afeto e compreensão junto de outros ex-combatentes. Noutros contextos, o sentimento de ingratidão, esquecimento e falta de reconhecimento das suas experiências predomina.

Agora, eu duvido que as pessoas percebam o que foi a guerra. Na guerra como no amor, sem se experimentar não se sabe. É impossível, realmente, relatar o que foi a guerra. Os efeitos da guerra, as mulheres na guerra, as mulheres que cá ficaram. Os hábitos de alcoolismo que se apanharam. O stress pós-traumático. A violência doméstica que está muito ligada também... (Jorge Cabral)

Ou seja, como referi anteriormente, os membros compadecerem-se e responsabilizam-se pelo sofrimento uns dos outros (Butler, 2009: 36-46). Sentido de comunidade ancorado numa experiência partilhada fora da qual consideram que a guerra é ininteligível para aqueles que não a viveram uma forma de silêncio essencialista (Winter, 2010: 6).

Muita importância informativa. Agora, que as pessoas se apercebam o que foi a guerra através do blogue... ah, ponho algumas reticências. Ponho algumas reticências, não é? Agora, serve como elo de ligação, isso sim. E principalmente as pessoas que estão mais fragilizadas. 'Não fui só eu a sofrer'. Ficam mais contentes, não é? Quando há vários a sofrer, as pessoas ficam mais contentes, 'ah, afinal não fui só eu'. (Jorge Cabral)

Nas palavras de Luís Graça, é um “[...] blogue, onde todos se tratam por tu e não existem hierarquias militares”. O lema ao qual Luís Graça associa o blogue também é bastante exemplificativo da ideia de que aqueles que viveram a guerra não podem deixar que sejam os outros a contar a sua história por si.

Os camaradas guineenses

Este sentido de comunidade exprime-se de forma mais premente naquilo que consideram ser a falta de apoio do Estado aos combatentes em situações mais vulneráveis, grupo no qual se inserem os combatentes guineenses que estiveram incorporados nas FAP. Esta posição explica o companheirismo e a camaradagem que os ex-combatentes do teatro de operações da Guiné demonstram pelos seus homólogos guineenses, apesar do racismo estrutural prevalecente na sociedade portuguesa.

Ainda há muita gente. Com stress ainda há muita gente. Ainda hoje alguns dizem que, que não podem ouvir um barulho [...] ainda há muita gente. Isso nunca foi tratado. Nunca foi, nunca ligaram [...] são as pessoas completamente abandonadas, despachadas [...] outra coisa que eu não desculpo, realmente, é o que fizeram aos soldados africanos. Para mim é um crime horrível. O abandono. Aqueles desgraçados juraram bandeira, disseram que eram portugueses e foram abandonados... fuzilados [...] (Jorge Cabral)

Em algumas das publicações do blogue é visível esta solidariedade para com os combatentes guineenses abandonados e, nalguns casos, fuzilados no rescaldo da independência. Citando apenas alguns exemplos, a 31 de outubro de 2010 é publicado um texto intitulado “Guiné 63/74 - P7198: O Soldado Africano Esquecido / Forgotten African Soldier (1): O que podemos fazer pelos nossos antigos camaradas guineenses? (Carlos Silva / Luís Graça / Paulo Santiago)” e Armandino Alves afirma noutro texto (06/12/2009):

[u]ma coisa é certa e que nós os portugueses, Patriotas e Isentos (politicamente falando), não podemos escamotear: Era obrigação da Tutela e do Exército Português oferecer uma hipótese de fuga a uma morte certa, a TODOS aqueles que foram chamados a prestar serviço militar OBRIGATÓRIO e juraram lealdade e fidelidade à bandeira nacional!¹²³

Não desprovida de uma certa condescendência, há uma relação estreita entre os membros do blogue e a população da Guiné-Bissau. Não apenas em virtude das relações que se estabeleceram com os soldados africanos no rescaldo do processo de africanização da guerra – a mobilização massiva de africanos para fazer face à escassez de homens da metrópole –, mas também das relações que se estabeleceram com a população entendida de forma mais lata.

A relação com as populações da Guiné manteve-se, em muitos casos, sob a forma de ajuda humanitária, viagens de lazer ou de turismo da saudade e relações estreitas que se estabelecem com meninos guineenses adotados por soldados portugueses da metrópole. As fotografias das pessoas e das paisagens, quer dos anos da guerra quer atuais, são uma constante no blogue.

É uma coisa estranha, é que realmente as pessoas que fizeram a guerra da Guiné ficaram sempre com uma relação muito afetuosa com aquele povo e com o próprio território. Portanto, a Guiné e os guineenses. (Luís Graça)

Este tipo de representações é frequente nas publicações e não são isentas de críticas por parte de colaboradores como Cherno Baldé. De acordo com o próprio, Cherno encara a sua contribuição de “uma forma pedagógica”:

[para] tentar corrigir as interpretações que muitas vezes os ex-combatentes fazem sobre a Guiné e suas gentes e que parecem-me enviesadas ou deturpadas por lembranças que já perderam objectividade e/ou realidades mal compreendidas na época [sic]

Nem sempre [se revê na forma como os ex-combatentes portugueses descrevem a Guiné e os guineenses], daí a importância que eu atribuo à minha colaboração no Blogue, com a

¹²³ Publicação disponível em <https://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/2009/12/guine-6374-p5413-era-obrigacao-da.html> (último acesso em 03/10/2021).

finalidade de atenuar os impactos negativos das interpretações erróneas que algumas pessoas trazem ao universo do Blogue e que, muitas vezes, não correspondem à realidade dos factos e são deliberadamente deturpadas para gozar e divertir a malta, como costumam dizer.

No Blogue interessa-me tudo, até os aspetos banais que poderiam passar despercebidos e outros claramente menos positivos e que tendem para o menosprezo e a caricatura dos africanos em geral e dos guineenses em particular, tudo serve para apreender e compreender o outro, uma ferramenta que já trazia comigo desde os tempos em que frequentava os aquartelamentos onde, já tinha cruzado com o comportamento excessivamente etnocêntrico dos soldados portugueses diante das nossas populações e culturas, provavelmente, resultante da imposição e cultura colonial da época [sic].

O blogue e a Wikipédia

A importância dos blogues estende-se também à influência que exercem noutras plataformas por via do hipertexto e das colaborações cruzadas, i.e., membros que escrevem e editam várias plataformas. Neste artigo, irei aflorar, em particular, a ligação do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné* com a Wikipédia. Este trânsito forma-se da partilha de narrativas e conteúdos, como fotografias, previamente *re-mediadas* a partir de objetos mnemónicos analógicos virtualizados na Wikipédia e partilhados no blogue (cf. Bolter e Grusin, 2000). As narrativas presentes nos verbetes da Wikipédia são influenciadas pela colaboração cruzada de membros do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*. A relação direta existente entre a Wikipédia e o blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné* é feita pelo editor e antigo combatente João Carvalho. Após ser contactado por Luís Graça para que autorizasse a publicação no blogue de fotografias da sua autoria disponibilizadas no verbete da Guerra Colonial, João Carvalho junta-se à tertúlia de Luís Graça.

CAPÍTULO IV – S/CEM PONTOS DE VISTA? AS REPRESENTAÇÕES DO PASSADO NA WIKIPÉDIA LUSÓFONA

“History is the fruit of power, but power itself is never so transparent that its analysis becomes superfluous. The ultimate mark of power may be its invisibility; the ultimate challenge, the exposition of its roots”

Michel-Rolph Trouillot, *Silencing the Past*, 2015: xi.

Micro-história da Wikipédia

Como qualquer outro estudante na era da internet, o meu percurso foi marcado por várias idas à Wikipédia para adquirir informações básicas sobre as mais variadas matérias. No entanto, raramente a citei como fonte em trabalhos académicos. A Wikipédia será, provavelmente, a fonte mais consultada em qualquer primeira abordagem a um qualquer assunto, mas menos assumidamente consultada. Poucas são as pessoas que admitem usá-la como fonte primária de conhecimento. Ora, no âmbito da construção de representações sobre o passado, raras serão as plataformas com tanta influência como esta enciclopédia digital, aberta e colaborativa.

A plataforma lançada a 15 de janeiro de 2001 por Jimmy Wales e Larry Sanger foi criada como complemento à Nupedia – uma enciclopédia virtual cujo conteúdo era avaliado de forma tradicional pelos pares (*peer review*). Porém, o crescimento da Wikipédia foi de tal ordem que a versão revista pelos pares acabou por ser desativada dois anos depois e o seu conteúdo integrado na enciclopédia aberta e colaborativa. De então a esta parte, a plataforma aumentou exponencialmente, não apenas em número de versões linguísticas – mais de 300 idiomas – como em número de verbetes – mais de 50 milhões.¹²⁴

O potencial mnemónico da Wikipédia não é de todo desconhecido (cf. Ferron e Massa, 2014; Pentzold, 2009; Pentzold *et al*, 2017). Christian Pentzold conceptualizou a dimensão mnemónica da Wikipédia através do conceito de *global memory place* que se define, nas suas palavras, como “[a place] where locally disconnected participants can express and debate divergent points of view and that this leads to the formation and

¹²⁴ Informação retirada do comunicado sobre os vinte anos da Wikipédia em língua portuguesa, disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipédia:Comunicado_sobre_vinte_anos (último acesso em 02/10/2021).

ratification of shared knowledge that constitutes collective memory” (2009: 263; cf. Nora, 1989: 7-24 *apud* Wolff, 2013: 66).¹²⁵ É, precisamente, a sua dimensão colaborativa e aberta que permite ter acesso ao processo de produção, desenvolvimento e evolução de representações e narrativas vernáculas sobre o passado. Cada verbete contém não apenas o registo de todas as edições desde a sua criação até ao momento em que a ele acedemos, como também uma secção de debate das questões mais problemáticas ou que geram maior controvérsia. É esta dimensão de construção comunitária de uma narrativa, por via do consenso, entre editores que permite aos investigadores da memória histórica mapear os conflitos em torno do passado.

Com efeito, o objetivo deste capítulo será analisar os verbetes da Wikipédia lusófona de alguma forma ligados à representação da Guerra Colonial no presente. As páginas selecionadas são, neste sentido, *global memory places*. Por ser um espaço desterritorializado é possível que se cruzem representações e narrativas provenientes de diversos espaços geográficos e temporais. A temporalidade das páginas da Wikipédia materializa-se nos diversos enxertos que foram sendo adicionados, alterados e modificados em tempos diferentes por diversas pessoas. É visível, para quem lê qualquer um dos verbetes, que o texto é composto de vários fragmentos, muitos deles escritos em tom diferentes e que, por vezes, se contradizem entre si.

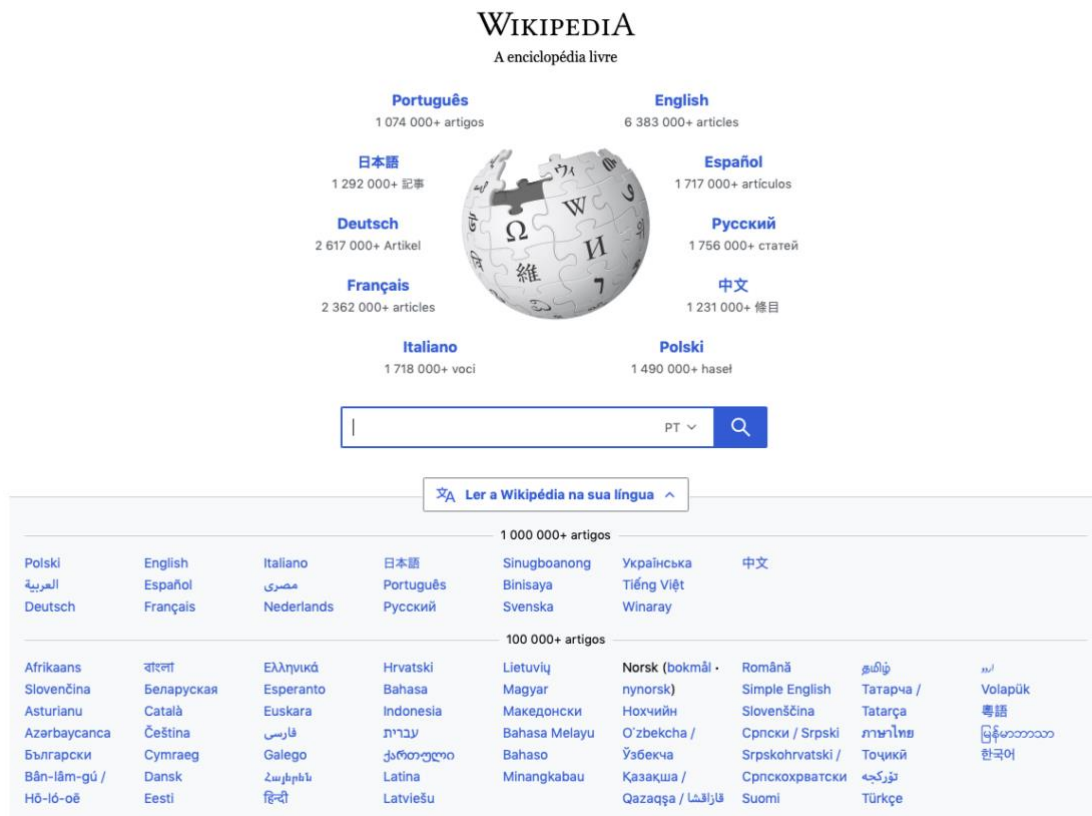
Por isso mesmo, esta espécie de *Frankenstein* do conhecimento não é isenta de críticas. Para além dos diversos erros factuais, das trivialidades extensamente descritas, do vandalismo, da tolerância a teorias da conspiração e dos incessantes debates acalorados entre fações – defensores de determinado ponto de vista – (Myers, 2010: 129), a investigadora Joanne Garde-Hansen questiona também o carácter global da Wikipédia. E, de facto, apesar da existência de mais de 300 línguas, a maioria dos artigos existentes está escrita em língua inglesa (Graham, 2009 *apud* Garde-Hansen, 2011: 82). Na página inicial da Wikipédia¹²⁶ é possível selecionar uma das línguas/edições da enciclopédia. As línguas podem ser consultadas numa lista que as divide segundo a quantidade de artigos que

¹²⁵ Poderá, não obstante, considerar-se que o conceito se aplica sobretudo aos verbetes históricos e, especialmente, àqueles com menor participação do discurso historiográfico. A tensão entre discursos memoriais e discursos historiográficos varia conforme as línguas e os temas. O conceito supramencionado aplica-se a narrações colaborativas de eventos coletivos como a guerra colonial, mas não é generalizável à plataforma como um todo. Há campos de conhecimento na Wikipédia, designadamente em língua inglesa, nos quais predomina o discurso técnico de especialistas, e em relação aos quais a noção de "memória" não se poderia aplicar diretamente.

¹²⁶ A página inicial da Wikipédia envia o utilizador diretamente para o conteúdo na língua correspondente à localização do IP. Por defeito, sou enviada para a página inicial da Wikipédia lusófona (cf. Fig. 13). Assim, para ter acesso a outras línguas o endereço a consultar é o seguinte: <https://www.wikipedia.org>.

possuem. Nas posições cimeiras, com mais de 1 milhão de artigos, encontram-se 19 línguas, entre elas o português (cf. fig. 13). Todavia, se é verdade que a Wikipédia lusófona é uma das maiores, não deixa de ser constituída em parte por artigos diretamente traduzidos, em textos mais ou menos reduzidos, da versão anglófona.

Fig. 13 – Página inicial da Wikipédia a partir da qual se selecionam as línguas de pesquisa.



Fonte: Captura de ecrã pela autora, 22/10/2021.

Fig. 14 – Pormenor da página inicial da Wikipédia com a lista completa das línguas de pesquisa.

10 000+ artigos									
Bahsa Acèh	ବିହାରୀ ସମ୍ବନ୍ଧୀ	Gaeilge	Jawa	Ligure	Монгол	پښتو	Башҡорт тили	Walon	
Alemannisch	Boarisch	Gàidhlig	ꦗꦮ	Лигурия	नेपाल भाषा	Piemontèis	سنڌي	吳語	
ᲛᲗᲚᲞ	Bosanski	ᲠᲘᲚᲗᲚᲗᲚᲗ	Kreyòl Ayisyen	मलयालം	नेपाली	Plattdüütsch	Šiōnski	ייִדיש	
Aragonés	Brezhoneg	Hausa / حَوَسَا	Kurdî / كوردی	සමෘද්ධි	ᲢᲠᲠᲗᲚᲞᲗᲚᲞᲗ	Qirimtatarca	Basa Sunda	Yorùbá	
Basa	ЧӀааша	Hornjoserbsce	کوردیی ناوەندی	文言	Nordfrisisk	Runa Simi	Kiswahili	Zazaki	
Banyumasan	Dinê Bizaad	Ido	Қыргызча	पारसी	Occitan	संस्कृतम्	Tagalog	Žemaitėška	
Башҡортса	Emigliàn	Ilokano	Қырық Мары	සැප්තැග්ලො-ඉරන	Марий	Сакса Тыла	తెలుగు	isiZulu	
Беларуская	Rumagnòl	Interlingua	Lëtzebuergesch	ماروئي	ଓଡ଼ିଆ	Scots	ئۆزگەچە / Basa		
(Таракевiцiя)	Føroyskt	Iрон æвзаг	Limburgs	Ming-dĕng-ngŭ / 明-丁-亨-古	ਪੰਜਾਬੀ (ਗੁਰਮੁਖੀ)	Shqip	Ugi		
Bikol Central	Frysk	Islenska	Lombard	廣東話	پنجابى (شاه مکھی)	Sicilianu	Vèneto		
1 000+ artigos									
Адыгэбзэ	Aymar	Deutsch	Хальмг	Dzhudezmo / Զիւժեզմօ	Na Vosa Vaka-	Перем Коми	Sesotho sa	ئۇيغۇرچە	
/English	Basa Bali	Dolnosorbški	ʻŌlelo Hawaiʻi	විද්වැනි	Viti	Pfälzisch	Leboa	Vepsän	
Akan	Bahasa Banjar	Эрзянь	Interlingue	Лакку	Náhuatlāhtōlli	Picard	ChiShona	Vëro	
Аңсуу	ਮੰਗਰੂਰੀ	Estremeñu	Karampangan	Latgalu	Dorerin Naero	Къарачай–	Soomaaliga	West-Vlams	
Արևմտահայերեն	Bislama	Fijii Hindi	Kaszëbsczi	Лезги	Nedersaksisch	Малкъар	Sranantongo	Wolof	
Armãneashe	བོད་སྐད་	Furlan	Kernewek	Lingála	Nouormand /	Qaraqalpaqsha	Taqbaylit	isiXhosa	
Aritan	Буряад	Gaelg	ᲞᲠᲚᲗᲚᲞᲗ	Iojban	Normaund	Ripoarisch	Tarandine	Zeeuws	
asụsụ bekee	Chavacano de	Gagauz	Kinyarwanda	Luganda	Noval	Rumantsch	Tetun	پښتو	
marɔɔ asusɔ	Zamboanga	Gĩkũyũ	Коми	Malti	Afaan Oromoo	Русиньскый	Tok Pisin	کتب	
oʻyibo	Corsu	گیلکی	Kongo	Reo Mā'ohi	ਅਸਾਮੀয়া	Язык	faka Tonga		
ܐܪܡܝܝܐ	Yahcuengh / 話	ꞀꞀꞀ	कोंकणी / Konknni	Māori	पालि	Gagana Sāmoa	Türkmençe		
Avañe'ê	儂	Hak-kâ-n̂g / 客	Kriyòl Gwiyannen	Mirandés	Pangasinán	Sardu	Тыва дыл		
Avar	Davvisámegiella	家語	മലയാളം	Мокшень	Papiamentu	Seeltersk	Удмурт		
100+ artigos									
Bamanankan	Fulfulde	Iñupiak	Nēhiyawēwin / ᓄᓐᓄᓐᓂᓐᓄᓐ	ꠝꠞꠞ	Sesotho	SiSwati	Xitsonga		
Chamoru	ᲠᲚᲚᲗᲚᲞᲗ	Kalaallisut	ᲛᲗᲚᲞᲗ	Romanî	Setswana	ᱵᱟᱴ	chiTumbuka		
Chichewa	ᲠᲗᲚᲞᲗ	کڙي	Norfolk / Pitkern	Kirundi	Словѣньскъ /	Tśehesenesestotsɿwi			
Eegbe	inuktitut	ᲛᲗᲚᲞᲗ	Повнатя	Sängö	ᱫᱷᱟᱱᱵᱟᱫᱽ	Tshivenga	ትግርኛ		

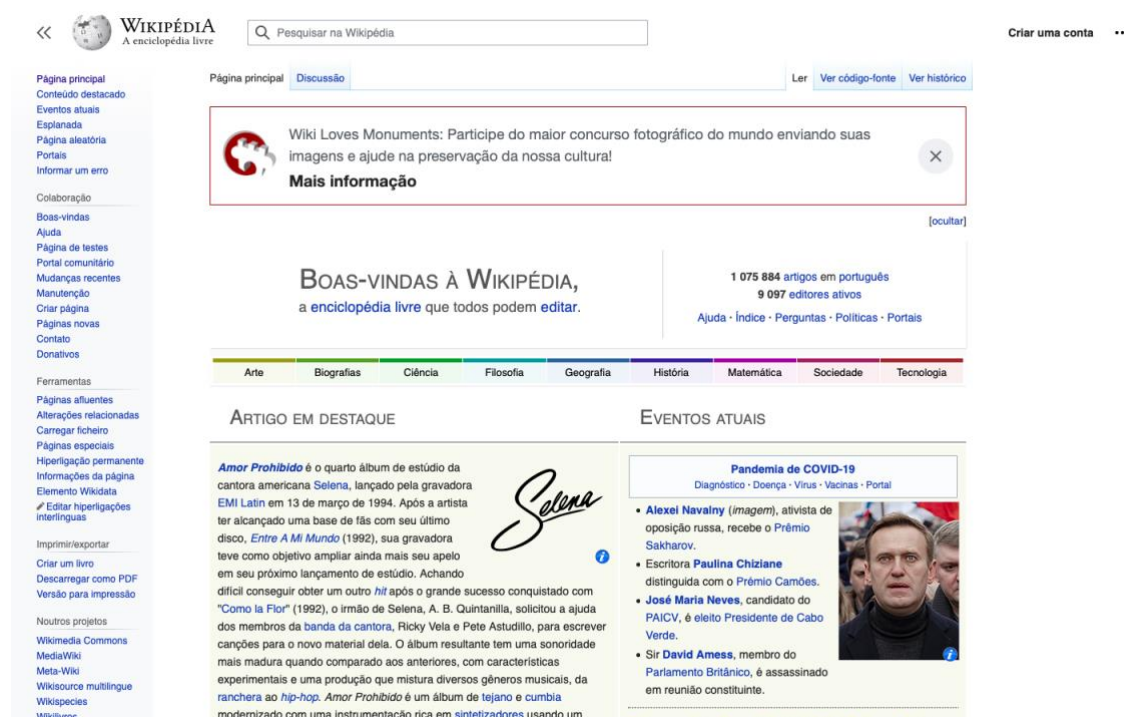
Fonte: Captura de ecrã pela autora, 23/10/2021.

O conceito de Pentzold aplica-se, particularmente, aos verbetes sobre história com menos incidência do discurso historiográfico. A tensão entre o discurso historiográfico e o discurso mnemónico varia de língua para língua e de tema para tema. Existem campos de conhecimento na Wikipédia, principalmente, na anglófona em que o discurso técnico predomina e, nesses campos, o estudo da memória não é tão pertinente. No entanto, para os efeitos da presente investigação, o conceito de *memory place* – sem o *global* – aplica-se ao verbete em análise. O verbete é um local de agregação de narrativas colaborativas de um evento histórico vivido por determinadas comunidades mnemónicas, embora não se possa dizer que seja global tendo em conta a predominância de editores portugueses - e por vezes brasileiros.

Joanne Garde-Hansen vê as potencialidades da plataforma enquanto arquivo digital aberto onde os utilizadores, ou wikipedistas, podem copiar, editar e criar textos enciclopédicos (Garde-Hansen, 2011: 18). Concomitantemente, a facilidade de utilização, a tendência para aparecer no motor de busca *Google* como primeiro resultado de pesquisa e a sua crescente visibilidade ao longo dos últimos dezassete anos tornou-a na principal porta de acesso a narrativas sobre o passado para uma audiência leiga que use a *internet* como ferramenta escolar/de investigação. Consequentemente, aumentou a propensão dos estudantes para a usarem como primeira fonte de informação (Rosenzweig, 2006: 137). Através do mecanismo de produção dos seus verbetes – i.e., a produção anónima e difusa de conteúdo, assim como a existência de uma secção dedicada exclusivamente à discussão

dos conteúdos por parte dos seus editores – pode ter-se acesso às dinâmicas de conflito e estratégias de legitimação durante o processo de construção de uma narrativa enciclopédica sobre a Guerra Colonial ao longo do tempo. O que, por outro lado, tem retirado o monopólio da escrita da história aos historiadores profissionais, questão que retomarei na próxima secção.

Fig. 15 – Página inicial da Wikipédia em língua portuguesa.



Fonte: Captura de ecrã pela autora, 22/10/2021.

Numa primeira abordagem às regras formais e aos mecanismos de produção da Wikipédia, recorro à descrição inicial da página lusófona.

A Wikipédia é um projeto de enciclopédia colaborativa, universal e multilingue estabelecido na internet sob o princípio wiki. Tem como propósito fornecer um conteúdo livre, objetivo e verificável, que todos possam editar e melhorar [sic].

Os princípios fundadores são, ao todo, cinco (cf. Dijck, 2013; Tkacz, 2015: 98-104).¹²⁷ O primeiro e o segundo princípios são comuns a qualquer enciclopédia (1) e, como tal, não é possível publicar conteúdo inédito ou original, da mesma forma que não é permitida a publicação de opiniões, teorias ou experiências pessoais (2). De acordo com estes princípios, não se deve, em teoria, expressar nenhum ponto de vista específico em detrimento de outros, ou em alternativa, deve apresentar-se todos os pontos de vista,

¹²⁷ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipédia:Cinco_pilares (último acesso em 02/10/2021).

ancorados em fontes verificáveis. A abordagem epistemológica da Wikipédia é, na prática, extremamente convencional, conservadora e positivista, o que segundo Rosenzweig (2006: 138) contrasta com a originalidade da produção e distribuição do conhecimento advogada pelos criadores da plataforma, que se pretende colaborativa e aberta – produção e distribuição regidas pelo princípio da licença livre (3) (van Dijck, 2013: 136-37).

Ora, paradoxalmente a conjugação do princípio da produção livre com o da neutralidade do ponto de vista poderá levar à construção de narrativas que amplifiquem o conhecimento convencional, por vezes incorreto ou parcial, que circula na sociedade sobre determinado tópico (Rosenzweig, 2006: 136). Compreender a produção do conhecimento histórico é especialmente importante uma análise crítica de discurso na Wikipédia porque o seu processo de produção leva, muitas das vezes, à naturalização das relações de poder que caracterizam a construção de narrativas históricas. Daí a importância do questionamento das fórmulas de produção de conhecimento que produzem, consolidam, consomem e trivializam determinadas estruturas de poder, além de silenciarem certas representações sociais da história recente (Araújo e Maeso, 2015:4). Como sublinha Michel-Rolph Trouillot, o silêncio entra na produção de conhecimento histórico por via de quatro processos. Em primeiro lugar, na seleção das fontes e dos factos. Em segundo, o agrupamento dos factos, aquando da construção dos arquivos. Em terceiro lugar, na construção de narrativas. E, por último, na construção de significados/a produção da História (2015: 26).

Importa aqui lembrar a análise feita pelas investigadoras Sílvia Maeso e Marta Araújo a manuais de história portugueses do 9.º ano de escolaridade e que também se aplica à análise das narrativas presentes na Wikipédia. Segundo as autoras, o problema tem sido a falta de problematização das categorias “[...] race, power, and knowledge production has historically informed the universality of its claims” (Araújo e Maeso, 2016: 147). Portanto o que é considerado universal, não o é. É geográfica e politicamente localizado no ocidente europeu e por isso reproduz as estruturas de poder a partir de uma certa conceção de conhecimento e das divisões raciais que esse conhecimento encerra.

E, como veremos, “[...] many of the categories deployed in historical narratives (such as political agency, violence, national belonging, and citizenship) continue to reflect specific race/power arrangements [...]” (Araújo e Maeso, 2016: 148). O discurso reflete as relações de poder existentes na estrutura económica e social (cf. Voloshinov, 1986) e, portanto, o objetivo é compreender, a partir dos casos concretos, se as narrativas construídas na Wikipédia refletem visões críticas sobre as lutas de libertação ou se aderem às narrativas dominantes em Portugal sobre a Guerra Colonial (Luyt, 2011). A descolonização do pensamento está longe de ser uma realidade na produção do

conhecimento histórico em Portugal, no entanto, tem havido um esforço por parte de alguns antropólogos, sociólogos e historiadores nesse sentido. A nova vaga de mobilização de afrodescendentes tem também contribuído para a dinamização da discussão pública sobre o tema, ainda que o seu alcance seja restrito. Para além de o conceito de conhecimento imparcial ser problemático, a conceção eurocêntrica de conhecimento preponderante na Wikipédia leva à exclusão de outras formas de conhecimento, perspectivas e vozes (Tkacz, 2015: 65), ou tem-nas como complementares, como veremos na secção seguinte.

Por último, a Wikipédia pretende pautar-se pela boa convivência (4) e pela liberalidade das suas regras (5), o que na teoria significa que estas não são fixas para além dos princípios fundadores acima referidos. O seu conteúdo pode ser editado e alterado por todos aqueles que o queiram fazer – respeitando a hierarquia dos editores da plataforma (van Dijck, 2013: 136-37) –, mas na prática as regras de produção das narrativas não se alteram muito. Os argumentos apresentados nas discussões e nas justificativas das edições giram em torno do princípio da não publicação de conteúdo original e da ideia de conhecimento ocidental positivista extirpada de opiniões ou pontos de vista particulares – e com opiniões particulares entenda-se as perspectivas daqueles que são construídos como “os outros”. O valor de uma posição numa contenda é assim avaliado de acordo com a proximidade ao enquadramento supramencionado. A Wikipédia define-se pela exclusão de certas formas de conhecimento e não há discriminação dentro dessa exclusão (Tkacz, 2015: 65). Estes cinco princípios formam aquilo que Nathaniel Tkacz denomina de enquadramento (*frame*). Nas palavras do autor, “[a] frame always sorts things as either belonging or not belonging and this process is mediated by axioms or principles – [...] they are the conditions of its possibility” (Tkacz, 2015: 71). Estabelecem os argumentos que permitem incorporar uma determinada informação no corpo do texto e orientam as discussões sobre o conteúdo dos artigos apresentados na Wikipédia.

Wikipédia na produção de representações sobre o passado...

De entre os muitos debates cujo tema central é a Wikipédia, o mais mediático refere-se à fiabilidade da plataforma enquanto meio de difusão e lugar de conhecimento. O que de um ponto de vista educativo faz sentido, dada a influência que a Wikipédia tem numa primeira

abordagem a qualquer temática, em especial para estudantes. Embora o âmbito desta investigação se restrinja às representações da Guerra Colonial na Internet, é importante ter em consideração o grau de credibilidade da plataforma porque esse acaba por ser um dos indicadores da influência que a Wikipédia tem na formação dos discursos sobre a guerra, especialmente dentro de um público mais jovem e que permite refletir um pouco sobre o processo negocial da produção dessas representações. Aliás, não apenas da produção, como da aceitação que essas representações colhem junto do público.

No início a Wikipédia era vista como uma fonte pouco credível de conhecimento – má imagem da Wikipédia que ainda permanece apesar dos estudos que apontam para a qualidade dos seus conteúdos de um ponto de vista científico, principalmente no campo das ciências exatas. Citando Thomas Leitch “*Wikipedia is the source everyone uses but no one is supposed to use or admits using*” (Leitch, 2014: ebook, Lcc 18).

A autoridade epistémica da Wikipédia aumentou, mas o estigma permanece, especialmente da parte de autoridades epistémicas tradicionais e institucionalizadas como a academia. Por um lado, a Wikipédia desafia o monopólio da autoridade institucional das enciclopédias e, por outro lado, baseia-se numa autoridade democrática do conhecimento (Leitch, 2014). Como refere William Merrin “[i]n the digital age the single, authoritative expert is easily challenged” (Merrin, 2014: 74). O conceito de conhecimento democrático é, na prática, poroso e por vezes opaco pela dificuldade que existe em conferir as fontes citadas nos verbetes, já que, por vezes, as citações selecionadas servem apenas para comprovar factos específicos que compõem uma determinada narrativa histórica. Quando se analisa um verbeito cuja especificidade se enquadra no conceito de *memory place* a autoridade epistémica poderá acarretar ou culminar numa autoridade mnemónica. Esta dinâmica materializa a disputa de legitimidade de determinadas comunidades de memória cujo objetivo para inscreverem as suas narrativas na plataforma. Não sendo taxativo, é importante aferir a influência destas comunidades nos verbetes.

Ainda dentro desta questão, existem debates/contestações sobre a autoridade epistémica, que me proponho analisar, semelhantes aos que existem dentro da própria instituição de ensino, como já se referiu na descrição da investigação levada a cabo por Marta Araújo e Sílvia Maeso. Existe um viés elitista relativamente às fontes provenientes da *internet* sem que a dúvida se estenda, em muitos casos, às fontes tradicionais.

[...] it is often difficult to check the authority claims of online sources, because often they do not provide references or citations that would establish clear grounds for those claims. More fundamentally, the Web's claims to authority are, in Richard Foley's terms, primarily fundamental rather than derivative. They depend on what Evan Selinger and Robert P. Crease call “the democratic and antielitist urge to accord equality to all opinions. (Excerto de: Thomas Leitch. “Wikipedia U”. Apple Books. Lcc 32-33)

Ora, embora a academia questione a autoridade das fontes digitais, as suas próprias fontes – quer se trate de fontes orais, quer se trate de fontes escritas das mais diversas proveniências – não estão isentas de problematização. Basta ter em conta o conhecimento desenvolvido pelo historiador Michel-Rolph Trouillot no já citado *Silencing the Past: power and the production of History* originalmente escrito em 1995.

Guerra Colonial ou guerra do ultramar? As representações da guerra na Wikipédia Lusófona

O comunicado sobre os vinte anos da Wikipédia em língua portuguesa assinala o aniversário a 11 de maio, quatro meses depois da criação da Wikipédia em língua inglesa.¹²⁸ Neste momento a Wikipédia lusófona conta, como referi (cf. *supra*), com mais de 1 milhão de verbetes.

Na conferência anual da Wikimedia Portugal, em 2020 – antes do início da pandemia de COVID-19 –, um dos seus dinamizadores afirmou que o funcionamento da Wikipédia lusófona era distinto da Wikipédia anglófona e por isso a maioria das obras em inglês têm a Wikipédia como objeto de análise não se adaptam facilmente ao modo de funcionamento da Wikipédia lusófona. Da mesma forma, não é possível fazer um trabalho sobre os verbetes em língua portuguesa sem a conhecer a fundo o modo de funcionamento – as regras formais e informais de edição e de sociabilidade – da plataforma. O que implica conhecimento prático de edição e de escrita. Há, portanto, que perceber esse funcionamento e entrar no mundo das edições, para compreender as dinâmicas que o regem. Dessa conversa surgiu a necessidade de começar a editar na página para tentar compreender as dinâmicas de criação, alteração e manutenção dos verbetes. Numa espécie de tentativa-erro. O que pretendi foi saber que tipo de relações se estabelecem entre editores e quais são as lógicas de autoridade por detrás do texto final. Assim a partir de janeiro de 2020 comecei a editar o verbete “Guerra Colonial Portuguesa.” A decisão permitiu-me compreender algumas questões importantes, sendo uma delas o peso da comunidade brasileira dentro da Wikipédia lusófona e a segunda a importância da hierarquia de editores dentro da comunidade. No entanto, decidi analisar os verbetes na sua versão anterior à minha

¹²⁸ Texto comemorativo disponível na íntegra em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipédia:Comunicado_sobre_vinte_anos (último acesso em 31/08/2021).

intervenção, com o objetivo de perceber que tipo de representações e narrativas foram elaboradas pelos editores leigos antes da minha intervenção.¹²⁹

Análise de...

... “*Guerra Colonial Portuguesa*”¹³⁰

Quando fazemos uma busca, a partir da barra de pesquisa do Google, pelas combinações de palavras “guerra + colonial” ou “guerra + ultramar” os primeiros resultados geralmente redirecionam-nos, por via de uma hiperligação, para o verbete “Guerra Colonial Portuguesa” da Wikipédia lusófona. A afirmação não é taxativa porque os resultados das pesquisas de uma determinada pessoa – situada num determinado IP – poderão ser diferentes de outra – localizada num outro IP e com um histórico de pesquisas e frequência de páginas diferentes. No entanto, por experiência própria não haverá grandes variações quanto à posição cimeira das entradas da Wikipédias em pesquisas que envolvam os termos que referi.

Partindo de uma perspetiva portuguesa, será esta a primeira página que qualquer curioso sobre o conflito encontrará como primeira referência para uma rápida contextualização histórica. Será também a partir desta que se encontrarão outros verbetes relacionados, provavelmente por via das diversas palavras e expressões a azul – as hiperligações que ligam “Guerra Colonial Portuguesa” a outras páginas de alguma forma

¹²⁹ Durante o encontro da Wikimedia, numa das últimas conversas de almoço, um dos wikipedistas afirma, entre outras considerações racistas (“os pretos são violentos”), que o Mário Soares era desertor e, embora lhe tenha dito que era mais velho, o wikipedista insistiu nessa versão, mostrando admiração por um desertor ter sido Presidente da República. Estas impressões permitem encetar uma reflexão sobre as idiossincrasias da memória. Mais do que saber que essas informações são erradas, importa analisar o que os erros significam. Neste âmbito, e citando Alessandro Portelli em *A Morte de Luis Trastulli* a oralidade “[...] [nem] sempre [é] fiável[l] em termos factuais. Mas isso, em vez de resultar numa fraqueza, resulta numa força: erros, invenções e mitos guiam-nos através e para lá dos factos, permitindo-nos descobrir os seus significados” (2013: 103). Embora Mário Soares nunca tenha sido ou pudesse ter sido desertor, porque aquando do início da guerra em 1961 já tinha 36 anos, foi uma figura cuja memória se situa no centro dos desenvolvimentos políticos que culminaram na descolonização. Da mesma forma, este erro poderá estar relacionado com a polémica entre Manuel Alegre e o ex-tenente-coronel João José Brandão Ferreira durante a candidatura do primeiro à Presidência da República em 2011. Brandão Ferreira acusou o poeta e candidato à Presidência da República de ter sido desertor durante a Guerra Colonial. De entre as várias notícias sobre esta polémica, destaco <https://observador.pt/2016/05/20/tribunal-da-relacao-condena-ex-militar-que-acusou-manuel-alegre-de-traicao-a-patria/> (último acesso em 31/08/2021).

¹³⁰ A edição que serviu de base à presente análise foi a de 16 de novembro de 2019, às 16h39min por DarwIn. Esta foi a edição selecionada por ter antecedido as edições feitas pela autora enquanto wikipedista.

relacionadas com a Guerra Colonial. É, na verdade, através destas hiperligações de acesso fácil e rápido a outros conteúdos e referências que mais distingue uma enciclopédia em formato papel de uma enciclopédia digital. Esta última forma uma teia complexa de hiperligações que ligam os mais variados assuntos uns aos outros.¹³¹

No caso específico do verbete “Guerra Colonial Portuguesa,” é a partir dele que irei navegar pelas diversas páginas relacionadas com o conflito que analisarei mais adiante – como é o caso das páginas dedicadas *especificamente* às guerras de independência de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Dito isto, a leitura e análise da narrativa do verbete é feita com base no que Edward Said denominou de *contrapuntal reading* aplicada à narrativa sobre o passado, i.e., “[...] take account of both processes, that of imperialism and that of resistance to it, which can be done by extending our reading of the texts to include what was once forcibly excluded [...]” (Said, 1994: 66-67). A exclusão dos processos de resistência acontece pelas duas vias acima mencionadas. Por um lado, pelas regras formais e informais que determinam as dinâmicas de construção dos verbetes. Por outro lado, pela produção do silêncio nos quatro processos de construção do conhecimento histórico descrito por Michel-Rolph Trouillot. E, como veremos, “[d]igital media have their own strategies for censorship. Silence is one of the most powerful means of censorship in the digital era” porque o que não se encontra na internet, ou o que não é visível através de uma pesquisa simples num motor de busca, não existe (Alcántara-Plá e Ruiz-Sánchez, 2018: 29).

¹³¹ Existe um jogo – Wikirace ou simplesmente o jogo da Wikipédia – conhecido por quem habitualmente frequenta a plataforma, que consiste em partir de um verbete específico – determinado pelos jogadores previamente – e, através das hiperligações encontradas, chegar até a um verbete final – também ele pré-determinado pelos jogadores – contando a quantidade de páginas se percorreu entre a página de partida e a página de chegada. Digamos, quantas páginas levam a chegar do verbete “Maçã” até “Segunda Guerra Mundial.” Por muito anedótico que o jogo possa parecer, serve para ilustrar até que pontos todas as páginas estão ligadas por uma teia de hiperligações que facilitam e aceleram o acesso à informação em plataforma da Internet.

Fig. 16 – Secção inicial do verbete “Guerra Colonial Portuguesa” da Wikipédia lusófona, na sua edição de 16 de novembro de 2019 (16h39min por DarwIn).

The screenshot shows the top of a Wikipedia article. At the top left is the Wikipedia logo and search bar. Below it is a navigation sidebar with links like 'Página principal', 'Eventos atuais', and 'Colaboração'. The main content area has the title 'Guerra Colonial Portuguesa' and a sub-header 'Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.' Below this is a warning box: 'Você está visualizando uma edição arquivada desta página, feita por DarwIn (discussão | contribs) em 16h39min de 16 de novembro de 2019. Esta edição pode ser muito diferente da versão atual da página. O endereço URL mostrado no navegador é uma ligação permanente para esta edição. Para mais informações, consulte a página de ajuda sobre histórico de edições.' The main text begins with: 'Designa-se por **Guerra Colonial**, **Guerra do Ultramar** (designação oficial portuguesa do conflito até ao **golpe de estado** ou **revolução** de 25 de Abril de 1974), ou **Guerra de Libertação** (designação mais utilizada pelos africanos), o período de confrontos entre as **Forças Armadas Portuguesas** e as forças organizadas pelos movimentos de libertação das antigas **provincias ultramarinas** de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, entre 1961 e 1974. Na época, era também referida vulgarmente em Portugal como **Guerra de África**.' To the right is a table with the following data:

Guerra Colonial Portuguesa	
Parte da Guerra Fria e dos Movimentos de Independência Africanos	
Data	1961-1975
Local	Angola, Guiné-Bissau e Moçambique
Desfecho	Vitória parcial, porém entrega das colónias aos movimentos de independência africana após a Revolução dos Cravos , em Lisboa ^{[1][2]}

Fonte: Captura de ecrã da autora, 11/12/2021.

Fazendo uma primeira análise geral ao verbete, considero que a visão predominante faz eco da perspetiva pública higienizada do colonialismo português. A higienização da guerra faz-se através da ênfase na sua dimensão descritiva e estritamente militar – os processos de gestão dos recursos humanos, aparelhos bélicos e tecnológicos (Cardina 2016b: 69) – o que permite envolver a narrativa numa aura de objetividade de acordo com os padrões científico-positivistas da ciência militar. A mesma lógica que rege a narrativa da Infopédia – pertencente à Porto Editora, a maior e mais influente editora de manuais escolares.

Em Angola, os efectivos militares contavam, no início de 1961, com 5000 militares africanos e 1500 metropolitanos, organizados em dois regimentos de infantaria — um em Luanda e outro em Nova Lisboa (actual Huambo) — cada um com dois batalhões de instrução e outro de atiradores) e um grupo de cavalaria, sediado em Silva Porto. A densidade média era, portanto, de um soldado para cada 30 km². Imediatamente disponíveis para acorrer à zona afectada estavam apenas mil soldados europeus e 1200 africanos [sic].¹³²

O excerto acima é apenas um exemplo, mas em todo o texto há uma preponderância da descrição e análise militares. A violência cometida pelo exército e pelo Estado colonial

¹³² Os sublinhados nos excertos retirados dos verbetes da Wikipédia marcam hiperligações que direcionam para outros verbetes.

português é produzida como ausência ao não se mencionarem os massacres nem outros crimes de guerra perpetrados pelo exército português e pela polícia política (PIDE/DGS) (cf. Ribeiro, 1999: 137-222). Sublinha-se, em contrapartida, a violência dos movimentos de libertação. As duas únicas referências à palavra “massacre”, detetáveis através da função de pesquisa no corpo do texto, são usadas para descrever os acontecimentos de 1961 no norte de Angola reivindicados pela UPA.

Não existem menções aos processos de violência do sistema colonial, nem existem quaisquer referências aos massacres perpetrados pelo governo colonial português. O Massacre de Batepá em São Tomé e Príncipe (1953) (cf. Rodrigues, 2018), de Pdjiguiti na Guiné (1959) ou a repressão da revolta dos trabalhadores na baixa do Cassange em Angola (1961), todos perpetrados pelo governo colonial português na sequência da resistência das populações às condições de exploração colonial do seu trabalho, não têm ligação via hipertexto ao verbete, embora haja um verbete correspondente para os primeiros dois (o primeiro criado em 2015 e o segundo em 2018). Mesmo que se refira que “sempre existiram movimentos de oposição e resistência à presença das potências coloniais”, a narrativa é centrada na perspetiva militar portuguesa e esse lado da história não é explorado. Estas ausências não são de estranhar quando se tem em conta que, destes eventos, apenas o Massacre de Batepá foi reconhecido em 2018 pelo Presidente da República Portuguesa Marcelo Rebelo de Sousa, no âmbito da visita oficial a São Tomé e Príncipe.

Sem grandes menções à história de resistência e violência colonial, o ímpeto descolonizador é atribuído aos desenvolvimentos contextuais do Ocidente (Araújo e Maeso, 2016: 150-151) – os movimentos descolonizadores resultantes da primeira e da segunda guerras mundiais; a influência das superpotências EUA vs. URSS e a ONU. Com efeito, também não são mencionados os movimentos do pan-africanismo ou da negritude, à exceção de uma referência à formação da União Africana e ao movimento terceiro-mundista resultante da Conferência de Bandung de 1955. O sujeito político africano é, assim, invisibilizado e a sua agência apagada em detrimento dos esforços emancipadores vindos do Ocidente. Portanto, ainda não houve uma dinâmica que permitisse provincializar ou descentralizar a Europa na escrita desta narrativa (cf. Chakrabarty, 2000).

Fazendo agora uma análise mais fina do artigo, as tensões que perpassam pela narrativa do verbete relativamente ao nome da guerra espelham as tensões ou divisões que atravessam a sociedade portuguesa. No entanto, a história é, como já referi, contada de um ponto de vista português, no qual o ‘outro’ – os movimentos de libertação – é reificado. Conquanto se aluda à “guerra de libertação”, todo o verbete reflete o ponto de vista português fazendo uso das expressões “Guerra Colonial” e “Guerra do Ultramar”.

Designa-se por Guerra Colonial, Guerra do Ultramar (designação oficial portuguesa do

conflito até ao golpe de estado ou revolução de 25 de Abril de 1974), ou Guerra de Libertação (designação mais utilizada pelos africanos), o período de confrontos entre as Forças Armadas Portuguesas e as forças organizadas pelos movimentos de libertação das antigas províncias ultramarinas de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, entre 1961 e 1974. Na época, era também referida vulgarmente em Portugal como Guerra de África.

O título e a primeira frase do verbete mostram como há uma disputa no processo de significação da guerra. A denominação da guerra transforma-se num “campo de batalha” (Traverso, 2012). Tal como refere Ângela Campos, “[...] the choice between these terminologies frequently reveals the inclinations, political positions, and sometimes even the social background of the narrator or the group” (2017: 43). Aqueles que denominam a Guerra Colonial de campanhas de África – adotando a terminologia do regime ditatorial do Estado Novo e recusando a existência de uma guerra, na qual se inserem dois beligerantes em disputa por uma ideia política – e os que adotam a denominação de guerra do ‘ultramar’ – reproduzindo a ideia de uma continuidade territorial ao invés da existência de um território colonial (Campos, 2017) – não reconhecem o termo Guerra Colonial, onde se situa o consenso académico – reconhecendo a existência de facto de um regime colonial desafiado através das armas pelos movimentos de libertação. O consenso não é partilhado por algumas associações de ex-veteranos, e.g. LC, o anterior Presidente da República Aníbal Cavaco Silva (cf. Cardina, 2016a), e outros setores mais saudosistas da sociedade portuguesa que preferem a designação de ‘Guerra do Ultramar’ ou ‘Guerra de África’.

O verbete foi criado como “Guerra do Ultramar”, mas as discussões sobre o nome só começaram em 2005 aquando da promoção do artigo a destaque. Explorando o historial de edições, verifica-se que as alterações ao nome foram uma constante ao longo dos anos seguintes, não obstante o já mencionado consenso académico em torno da designação Guerra Colonial tenha levado à estabilização do título.

As diversas edições e acrescentos produziram uma narrativa fragmentária. Um composto de múltiplas vozes discursivas que leva à existência de segmentos onde a guerra “é colonial” e os territórios “colónias” e outros onde a guerra é “do ultramar” e os territórios “províncias ultramarinas”. A fig. 17 é um exemplo de edição, a partir do programa de análise Contropedia.¹³³

¹³³ A *Contropedia* é um plataforma, em formato demo, de comparação automática de edições dos verbetes da Wikipédia. permite a análise e visualização das controvérsias que a construção colaborativa encerra. Foi desenvolvida numa parceria entre a SciencesPo, EMAPS, Barcelona Media e Digital Methods Initiative e, de acordo com o sumário do *website* “aims to provide a better understanding of socio-technical phenomena that take place on the Internet and to equip citizens with tools to fully deploy the complexity of controversies”,

Fig. 17 – Comparação entre as edições de Tuga1143 (8 de novembro de 2013 às 16h38min) e de Teixant (9 de novembro de 2013 às 9h39min) fornecidas pela Contropédia a pedido da autora.

37314667 reverts 37304411	Em Gestos & Fragmentos - Ensaio sobre os Militares e o Poder (1982, [[Alberto Seixas Santos]]), [[Otelo Saraiva de Carvalho]] descreve o percurso, seu e dos seus camaradas do [[Movimento dos Capitães]], que levou o país da Guerra do Ultramar Colonial ao [[golpe de estado]] do 25 de Abril;	Teixant	Tuga1143, você está outra vez a arranjar problemas ao tentar "fascistar" a história recente portuguesa. A história contemporânea considera que eram colónias não interessa tanto para aqui o que foi chamada pelo Salazar .	no cinema	s	2013-11-09 09:39:21
37304411 reverted by 37314667	Em Gestos & Fragmentos - Ensaio sobre os Militares e o Poder (1982, [[Alberto Seixas Santos]]), [[Otelo Saraiva de Carvalho]] descreve o percurso, seu e dos seus camaradas do [[Movimento dos Capitães]], que levou o país da Guerra Colonial do Ultramar ao [[golpe de estado]] do 25 de Abril;	Tuga1143		no cinema	s	2013-11-08 16:38:44

Fonte: Captura de ecrã da autora, 11/12/2021.

Neste exemplo, o editor Tuga1143¹³⁴ altera, numa edição de 2013, a denominação de “Guerra Colonial” para “Guerra do Ultramar.” Logo no dia seguinte, é anulada por Teixant que o acusa de tentar “fascistar” a história recente portuguesa.” O autor da “fascização” justifica-se, por sua vez, na secção de discussão, sob o título “Qual o nome desta guerra?”.

Se bem conheço a Wikipédia, ela destaca-se por ser imparcial... e por apresentar factos, independentemente da opinião alheia, seja de diversas pessoas, filosofias, governos, facções, etc.

Por isso gostaria de discutir sobre o título deste artigo.

Quem viu a guerra de uma perspectiva negativa chamava-a e ainda a chama de Guerra Colonial. Quem lutou nessa guerra pela libertação das regiões ultramarinas refere-se à guerra como Guerra de Libertação. Porém, sejamos sinceros e consideremos os factos concretos... a designação oficial desta guerra foi Guerra do Ultramar, e por muito que gostemos dela ou não, esta era a designação oficial até ao seu cessar. Porque é que não nos livramos do termo ligeiramente pejorativo que é “colonial” e damos ao título o nome oficial que a guerra teve? [...] Tuga1143 16h57min de 9 de setembro de 2014 (UTC) [sic]

Este editor justifica a utilização do termo “Guerra do Ultramar” a partir da premissa segundo a qual por ter sido uma expressão utilizada durante o período da guerra é a mais neutra. Ora, apesar de ter sido utilizada aquando da guerra, embora oficiosamente porque

disponível em: <http://contropedia.net>. Por ainda se encontrar na versão demo, os resultados relativos aos verbetes “Guerra Colonial Portuguesa” e “Portuguese Colonial War” foram solicitados por mim. Poderão ser consultadas em: <http://www.contropedia.net/demo/> (último acesso em 02/10/2021).

¹³⁴ Nome sugestivo do pendor nacionalista do wikipedista, conotado com a secção nacionalista da claque do Sporting da qual fez parte o neo-nazi condenado Mário Machado.

o Estado Novo não reconhecia a existência de uma guerra, esta denominação despolitiza e neutraliza a tentativa jurídica de dissimular o colonialismo português perante os organismos internacionais que começavam a condená-lo, quando em 1951 o Estado Novo deixou de classificar os territórios de colónias e passou a denominá-los de província ultramarinas (cf. Jerónimo, 2012; Pinto e Jerónimo, 2014).

Por outro lado, tanto a denominação “Guerra Colonial” como “Guerra do Ultramar” perpetuam a ideia de um evento longo, único e homogéneo (Cardina e Martins, 2018: 13). A remissão para outros verbetes da narração dos acontecimentos específicos de cada luta de libertação reforça a reificação da história da luta sob um ponto de vista português. Aliás, este posicionamento é inclusive assumido pelo criador principal do verbete, Nuno Tavares.

[...] Não é de admirar que este texto esteja parcial, afinal sou Português, e estimo muito as decisões dos conterrâneos, apesar de que nem sempre sejam as melhores - nem fáceis de tomar. Fica aqui o convite. Só tenho pena que esta revisão esteja a ocorrer durante o destaque do artigo, devia ter sido antes, se é que contém algum erro. [...] Nuno Tavares 10:34, 23 Dezembro 2005 (UTC) [sic]

E, por fim, nota que é perigoso tentares tornar este artigo estritamente imparcial. Ele fala da Guerra do Ultramar, não fala da Guerra da Libertação de outro qualquer país [...] Nuno Tavares 23:12, 24 Dezembro 2005 (UTC)

Na verdade, mais do que fazer eco de uma perspetiva portuguesa, a primeira versão editada por Nuno Tavares inseria-se dentro de uma visão assumida por um determinado setor da sociedade portuguesa. No seu primeiro esboço do verbete escreve sobre a descolonização,

De efeitos sangrentos [a descolonização ‘exemplar’], com excessos que se julgam, pela opinião pública, que poderiam ter sido evitados, esta descolonização deixou sequelas, impôs traumas morais e sociais, fez milhões de mortos e provocou o êxodo das populações brancas (Nuno Tavares, histórico relativo à sua edição de 29 de janeiro de 2005).

A “opinião pública”, à qual se refere neste segmento, faz eco do discurso dos retornados – colonos que regressam a Portugal, especialmente vindos de Angola e Moçambique, durante e após o processo de descolonização (cf. Peralta *et al.*, 2017) – e dos restantes setores conservadores da sociedade portuguesa (cf. Loff, 2014). Um discurso que ironiza a ideia de uma ‘descolonização exemplar’ e defende, ao invés, que esta se fez de forma precipitada – “impôs traumas morais e sociais, fez milhões de mortos e provocou o êxodo das populações brancas”. O excerto da obra ficcional *Caderno de Memórias Coloniais* (2018 [2009]) de Isabela Figueiredo resume este discurso:

Ainda hoje os vejo [aos retornados] envolvidos na mesma nostalgia. ‘A independência foi mal feita, e os culpados foram o Mário Soares e o Almeida Santos, que nos venderam e

entregaram tudo aos pretos'. Eu traduzo, 'aquilo que entregaram aos pretos deviam tê-lo entregue a nós, que logo tratávamos da negralhada'. Quando revelam, com lágrimas sinceras, 'deixei o meu coração em África', eu traduzo, 'deixei lá tudo, e tinha uma vida tão boa.' (Figueiredo, 2018: 97).

Seria importante, para o desenvolvimento desta hipótese, perceber se Nuno Tavares faz parte deste setor da população ou faz eco da perspetiva deste sector. Há uma clara ênfase na perspetiva portuguesa que resulta na despolitização da luta dos movimentos de libertação, não obstante o excerto (cf. *supra*) ter sido retirado do verbete. A utilização do substantivo “guerrilheiro” – ao invés da denominação utilizada no pós-25 de abril e nos países que surgiram das lutas de libertação, “combatente da liberdade da pátria” ou apenas “combatente dos movimentos de libertação” (*freedom fighter*) (cf. Araújo e Maeso, 2016: 61; Blommaert, 2005: 129) – ou mesmo “inimigo”, são disso exemplo. A violência da UPA – União dos Povos de Angola, responsável pelos ataques ocorridos a 15 de março de 1961 no norte de Angola contra fazendeiros e trabalhadores – é interpretada como:

[...] num ataque tribal, deu origem a um massacre de populações brancas e trabalhadores negros naturais de outras regiões de Angola [...] motivações essencialmente tribais, e dirigidos de forma autocrática por Holden Roberto, a actividade da UPA caracterizou-se pela guerrilha rural, realizada por pequenos grupos armados, e pelo massacre de populações, como já se previa na sua primeira acção [sic].

É, desta forma, sublinhada e naturalizada a “barbaridade” / “brutalidade” selvagem do movimento. Na mesma senda, as ações violentas do Estado colonial português são representadas como ações militares e descritas de acordo com o jargão militar, e.g., recorrendo ao conceito de guerra subversiva. As deslocções forçadas de populações são apelidadas de acordo com a gíria militar “aldeamentos estratégicos” e, entre outras ausências, o campo de concentração do Tarrafal em Cabo Verde, onde o Estado português enviava e depois torturava os membros dos movimentos de libertação após a sua reativação em 1961 por Adriano Moreira, então Ministro do Ultramar, nunca é referido. O que é notado por editores como Joaotg:

[...] Deveríamos ser o mais imparciais e objectivos quanto possível. Não li o artigo todo nem sou a pessoa mais indicada para fazer correcções, mas mesmo não sendo um perito na matéria parece-me que está escrito de uma determinada perspectiva (portuguesa, com certeza . [...] Vejo uma nota aos massacres aos brancos, sim senhor. Mas convinha mostrar os massacres cometidos pelos portugueses. [...] Hoje em dia tens na Alemanha muita informação sobre o Nazismo e o Holocausto que não estava disponível há uns 30 anos. Eu acho que é altura de os portugueses começarem a falar também. Joaotg 11:01, 30 Outubro 2005 (UTC) [sic]

Neste comentário em particular, e em toda a discussão que se segue, o editor Joaotg recorre ao princípio da imparcialidade ou da multiplicidade de perspectivas para defender uma posição narrativa que englobe outras visões que não apenas a portuguesa. O resultado desta discussão não foi a reformulação da narrativa, mas tão só a inserção sumária de alguns pontos que ampliam o alcance da perspectiva portuguesa.

Note-se ainda, que mesmo dentro da perspectiva portuguesa, as forças portuguesas contabilizadas – o número de efetivos, de feridos e de mortos – não incluem os africanos que combateram do lado do exército colonial português. Um contingente muito significativo de homens foi recrutado nos três territórios com o objetivo de suprir a necessidade de homens que se começava a sentir no recrutamento metropolitano. Os benefícios deste recrutamento, para o Estado português, eram vários, desde a redução do custo financeiro até ao reforço da fachada ideológica do Estado Novo, “[...] the integrationist ideology of the Empire and its principle of race miscegenation [...]” (Coelho, 2002: 138).

O processo de ‘africanização’ foi importante na prossecução desta ideia de integração, de uma perspectiva propagandística para “[...] ‘win’ the population [and] provid[e] the core of a colonial psycho-social doctrine [...]” (Coelho, 2002: 138; para um retrato etnográfico, ver da Cruz Rodrigues, 2012; 2013; ver também Gomes, 2016). Com o término da guerra, estes homens tiveram que enfrentar as consequências da sua colaboração com o exército colonial português. Um cenário particularmente difícil na Guiné-Bissau, “[...] many of them [...] were arrested and it has been alleged that hundreds, if not thousands, were simply shot after summary trials” (Coelho, 2002: 149).

Há uma ambiguidade evidente quando se olha para o sujeito africano dentro do corpo político português. Por um lado, ele é construído como ‘o outro’ ao não ser tido em conta na contabilização dos números de efetivos, feridos e mortos do lado colonial. Por outro lado, é incluído nas reivindicações do estatuto de vítima por parte dos ex-combatentes que combateram do lado das forças coloniais portuguesas na Guiné dentro do verbete. Reivindicação que neste verbete não se estende a todos os teatros de operações, apenas para os militares africanos guineenses que combateram pelas forças portuguesas – sublinhando a violência do PAIGC e criticando o silêncio do Estado português no processo de reconhecimento da sua responsabilidade pelos seus direitos sociais e económicos.¹³⁵

¹³⁵ A colonização de Angola e Moçambique foi fundamentalmente diferente da colonização da Guiné. Enquanto as duas primeiras eram colónias de povoamento, a última era apenas de exploração. Portanto, aquando da descolonização existiam muitos colonos originários da então metrópole nos territórios de Angola e Moçambique, o que não acontecia na Guiné onde os cargos de administração eram ocupados principalmente

É aqui detetável a influência do discurso do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*. Basta fazer uma pesquisa pelo blogue para perceber a presença de uma indignação manifesta da parte dos ex-combatente do teatro de operações da Guiné pelo esquecimento do Estado português pós-descolonização em relação aos ex-combatentes guineenses que consideram seus camaradas. Citando um exemplo já citado anteriormente, a publicação de 31 de outubro de 2010 intitulada de “Guiné 63/74 - P7198: O Soldado Africano Esquecido / Forgotten African Soldier (1): O que podemos fazer pelos nossos antigos camaradas guineenses? (Carlos Silva / Luís Graça / Paulo Santiago)” ou na publicação de 6 de dezembro de 2009, onde o Armandino Alves afirma “ Uma coisa é certa e que nós os portugueses, Patriotas e Isentos (politicamente falando), não podemos escamotear: Era obrigação da Tutela e do Exército Português oferecer uma hipótese de fuga a uma morte certa, a TODOS aqueles que foram chamados a prestar serviço militar OBRIGATÓRIO e juraram lealdade e fidelidade à bandeira nacional!”.¹³⁶ Esta Indignação também é expressa em algumas das entrevistas que realizei aos membros permanentes do blog (cf. *supra*: 133-134).

A relação direta existente entre a Wikipédia e o blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné* é feita através do editor e ex-combatente João Carvalho. Contactado por Luís Graça para que autorizasse a publicação no blogue das fotografias da sua autoria e por ele disponibilizadas no verbete da Guerra Colonial, João Carvalho junta-se no seguimento à Tabanca Grande.¹³⁷ Para além disso, João Carvalho foi o editor que inseriu a 21 de junho de 2006 o tópico dos ex-combatentes guineenses na secção da Wikipédia dedicada às consequências da guerra – edição que denomina “Os veteranos de guerra: + info = consequências para as ex-milícias naturais da Guiné”. Na sua formulação original,

Na EX-Guiné Portuguesa, uma parte dos que combateram pelo lado do governo de Portugal contra o PAIGC, eram soldados ou milícias naturais do próprio território. Após a independência, a grande maioria desses combatentes foram abandonados à sua sorte em consequência de várias circunstâncias entre as quais a falta de difinição do seu estatuto nos acordos assinados entre as forças beligerantes e à falta de capacidade de resolução de tantos problemas em simultâneo pelos novos governantes de Portugal durante a

por cabo-verdianos. Esta última é sobretudo caracterizada pela ligação que os ex-combatentes estabeleceram com as populações guineenses.

¹³⁶ Publicações disponíveis em <https://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/search?q=combatentes+guineenses> (último acesso em 31/08/2021).

¹³⁷ Ver história em: <https://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/2006/01/guine-6374-cdlxxiv-o-nosso-fotografo-em.html> (último acesso em 31/08/2021).

Revolução dos cravos.

A principal consequência desses factos foi a sua perseguição e assassinato pelos seus antigos inimigos. Estima-se que tenham sido assassinados sumariamente milhares de ex-combatentes, havendo quem avance com números na ordem dos onze mil [sic] (João Carvalho, no histórico relativo à sua edição de 21 de junho de 2006).

Existe, portanto, uma participação de alguns antigos combatentes na Wikipédia e, também por esse motivo, perpassa em algumas passagens da secção de discussão um tom de legitimação pessoal ou comunitária que poderá ser potenciado pela consciência de que esta é mais umas das plataformas que os ex-combatentes poderão usar para fazer passar a sua mensagem e a sua memória perante o silêncio ou a pouca visibilidade que consideram que os meios de comunicação tradicionais e as instituições públicas lhes devotam. A presença visível nas fotografias que acompanham a narrativa do artigo são partilhadas por portugueses. Logo a primeira imagem, um mapa que assinala os territórios envolvidos no conflito, tem como legenda “[p]rovíncias ultramarinas em África no período da Guerra do Ultramar”. A segunda é um cartaz propagandístico do Estado Novo, onde se lê “FRELIMO mentiu, vocês sofrem”, com a legenda “[a] propaganda tornou-se uma forma de combate psicológico contribuindo para a desorganização do inimigo”. João Carvalho, por sua vez, contribuiu com as restantes fotografias tiradas às tropas do PAIGC aquando do hastear da sua bandeira e no período pós-independência.

Da mesma forma, o excerto que se segue e que se encontra na secção de discussão, pelo conteúdo e tom da escrita, foi decerto deixado por um antigo combatente que relembra os camaradas guineenses que ficaram na Guiné, exortando ao mesmo tempo para que se fale e discuta a questão política da guerra.

deveria haver a troca de opinioes sobre a guerra do ultramar, principalmente, a questao politica. eu nao me esqueço dos companheiros que lá ficaram e nao puderam ser resgatados [sic] (Secção de discussão, n.m., s.d.).

É a formação de um discurso de vitimização dos soldados portugueses – e guineenses do exército colonial português. Na articulação feita no verbete, “[f]oram também vítimas da guerra os soldados que nela participaram, tornando-se numa das faces mais visíveis das consequências do conflito”. Esta construção poderia enveredar por dois caminhos: ou negando o papel dos veteranos na perpetração da violência; ou feita em articulação com a consciência, que alguns veteranos têm, de terem cometido atos de crueldade e violência extrema ou desnecessária – e.g. Massacre de Wiriyamu (cf. Dhada, 2016). Pela narrativa anterior e seguinte, percebe-se que, pelo menos nesta plataforma, se envereda principalmente pela primeira via. Daí o apagamento da violência e vitimização pessoal aqui

feito. Subjacente estará provavelmente a ideia de que os ex-combatentes foram jovens obrigados pelo regime, em virtude do recrutamento obrigatório, a lutar numa guerra que não escolheram e, no seguimento, foram vítimas da violência bélica e abandonados pelo Estado português pós-revolução. Discurso partilhado pelos ex-combatentes que se juntam em comunidades de pertença, expressas, sobretudo, em encontros frequentados por ex-militares.

Dito isto, como relembra Miguel Cardina “o reconhecimento dos passados – e sobretudo dos passados de injustiça e sofrimento – depende do poder que os grupos sociais têm ou não para inscrever socialmente as suas narrativas e para desafiar as representações dominantes na sociedade” (2016a: 33) de modo que é importante ter consciência das limitações que certos grupos enfrentam quando se discute a inscrição das suas perspetivas nas narrativas digitais. África, continente onde se situam as ex-colónias, tem a menor taxa de penetração da internet, cerca de 36,1% em comparação com os 85,2% da Europa. É o que se passa com a Guiné. O país tem a menor penetração, cerca de 6,3%, dos três territórios onde ocorreu a guerra.¹³⁸ Este fator limita a representação de determinadas populações no meio digital por não terem acesso a uma ligação de internet ou por não dominarem a língua hegemónica nos meios virtuais. Também é o caso da Guiné-Bissau, onde apenas 27,1% da população sabe falar português – como segunda língua. A esmagadora maioria da população fala diversas variantes do crioulo (90,4%)¹³⁹ como língua franca e são várias as línguas maternas existentes. Além do mais, não existe uma Wikipédia em crioulo ou nas diversas línguas maternas do país. Não é, por isso, de admirar que certas narrativas se encontrem subexploradas ou sejam inexistentes nestas e noutras plataformas digitais. A Wikipédia continua a ser dominada em grande medida por brasileiros e portugueses. Concomitantemente, o número de pessoas a editar é reduzido. A maioria dos utilizadores são leitores passivos, uma pequena percentagem limita-se a modificar ou adicionar conteúdo não substancial e apenas 1% cria conteúdo substancial e novo – e embora estes números sejam relativos à Wikipédia anglo-saxónica, a tendência é semelhante ou talvez mais significativa na Wikipédia lusófona (<http://www.90-9-1.com> *apud* Garde-Hansen, 2011: 84).

Para terminar, considero importante ter presente que os mecanismos que estruturam a Wikipédia são produto, como referiu Nathaniel Tkacz (cf. 2015), de um conceito de

¹³⁸ Internet World Stats, dados relativos ao ano de 2018, disponível em: <https://www.internetworldstats.com/> (último acesso em 02/10/2021).

¹³⁹ Dados retirados do Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau. *Características Socioculturais III RGP/2009*, disponível em: http://www.stat-guinebissau.com/publicacao/caracteristicas_socio_cultural.pdf (último acesso em 03/10/2021). Não existem dados mais recentes.

conhecimento aberto que é produto do neoliberalismo. Esta estrutura é problemática porque universaliza um conhecimento hegemónico geográfica e politicamente localizado no ocidente branco, despolitizando o conhecimento e invisibilizando os conflitos inerentes às relações de poder de qualquer discurso e fá-lo por via da ideia de consenso. No entanto, de acordo com algumas perspetivas pós-estruturalistas, a estrutura pode ser apropriada, contendo em si as sementes da resistência. Como afirmou Castells (2007) e Judith Butler (1997: 160), na senda de Michel Foucault, existem possibilidades de resistência a partir de uma performatividade social que produza um discurso outro. Os mesmos termos que determinam a exclusão de sujeitos políticos e as suas histórias da História podem por via da sua apropriação restituir-lhes o seu lugar no discurso sobre o passado.

*If there can be a modernity without foundationalism (and perhaps this is what is meant by the postmodern), then it will be one in which the key **terms** of its **operation are not fully secured in advance, one that assumes a futural form for politics that cannot be fully anticipated: and this will be a politics of both hope and anxiety, what Foucault termed "a politics of discomfort"** (Butler, 1997: 161).*

Essas possibilidades podem ser exploradas, por via da edição de conteúdos, e cabe aos utilizadores das plataformas fazê-lo, construindo narrativas que desconstruem o conhecimento sobre o passado português e descolonizem o pensamento dominante. A questão que se coloca aqui, no entanto, é: até que ponto as condições estruturais de exclusão destes setores da sociedade se irão alterar a fim de produzir alterações significativas no discurso?

A Wikipédia difere das restantes plataformas por não se basear num modelo de negócio orientado para o lucro, mas, embora a Wikipédia funcione como uma plataforma colaborativa de partilha do conhecimento, continua a conter em si questões problemáticas. A enciclopédia digital é marcada pela reprodução de narrativas eurocêntricas que circulam no discurso mediático, político e educativo da sociedade portuguesa. Numa espécie de efeito espelho, estas narrativas invisibilizam a violência colonial e a resistência dos povos colonizados que precedem a Guerra Colonial e despolitizam a luta anticolonial dos movimentos de libertação e a política de dominação do Estado Novo. Em suma, universaliza o conhecimento produzido em Portugal sobre o colonialismo e a guerra. E, não obstante a existência de vozes dissonantes que defendem pontos de vista mais críticos à narrativa dominante, a verdade é que esses posicionamentos não se refletem no corpo do texto. Para além disso, recorrem ao conceito problemático de conhecimento neutro ou imparcial como fonte de legitimação. No fim, o tom que perpassa pelo verbete é de uma narrativa despolitizada da história militar portuguesa, dominada pelo jargão militar, e de vitimização dos antigos combatentes portugueses, por via da influência do discurso de

alguns setores dos veteranos de guerra na internet. O mais visível é, por via do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*, o dos ex-combatentes que estiveram nesse teatro de operações durante a Guerra Colonial.

As ausências são mencionadas na discussão, mas relegadas pelo principal editor do verbete para outras páginas específicas, como a da “Guerra de Independência de Angola”, “[...] de Moçambique” e “[...] da Guiné”. A promessa da história digital de acomodar uma narrativa contra-hegemónica, crítica, fica assim por cumprir (Luyt, 2011).

... “*Guerra de Independência de Angola*”¹⁴⁰

Como vimos, um dos argumentos apresentados por Nuno Tavares para a prevalência de uma perspetiva marcadamente “portuguesa” – i.e., que reproduz um certo nacionalismo banal – era o da existência de páginas *específicas* para cada um dos conflitos ocorridos em cada um dos três territórios palco do conflito. E, de facto, numa primeira análise ao verbete “Guerra de Independência de Angola” não é difícil perceber a existência de uma narrativa mais contextualizada que conta a história do conflito a partir de uma narrativa de resistência ao colonialismo português mais vasta que a que consta do verbete “Guerra Colonial Portuguesa.”

Fig. 18 – Secção inicial do verbete “Guerra de Independência de Angola” da Wikipédia lusófona, na sua edição de 22 de dezembro de 2019 (00h43min por Maracujoojs).

The screenshot shows the Portuguese Wikipedia page for "Guerra de Independência de Angola". At the top, there is a search bar and user information. The article title is "Guerra de Independência de Angola" with 28 languages available. A yellow warning box states: "Você está visualizando uma edição arquivada desta página, feita por Maracujoojs (discussão | contribs) em 00h43min de 22 de dezembro de 2019. Esta edição pode ser muito diferente da versão atual da página. O endereço URL mostrado no navegador é uma ligação permanente para esta edição. Para mais informações, consulte a página de ajuda sobre histórico de edições." Below this, the article text begins: "A Guerra de Independência de Angola, também conhecida como Luta Armada de Libertação Nacional^[8] foi um conflito armado entre as forças independentistas de Angola — UPA/FNLA, MPLA e, a partir de 1966, a UNITA — e as Forças Armadas de Portugal. Na opinião do MPLA, a guerra teve início a 4 de Fevereiro de 1961, quando um grupo de cerca de 200 angolanos, supostamente ligados a este movimento,^[9] atacou a Casa de Reclusão Militar, em Luanda, a Cadeia da 7.ª Esquadra da polícia, a sede dos CTT e a Emissora Nacional de Angola.^{[10][11]} No entanto, para Portugal e para a FNLA, a data é 15 de Março do mesmo ano,^{[8][9][12][13][14][15][16]} data do massacre das forças de Holden Roberto, a UPA, na região Norte de Angola. A guerra prolongar-se-ia por mais 13 anos, terminando com um cessar-fogo em Junho (com a UNITA) e Outubro (com a FNLA e o MPLA) de 1974.^[17] A independência de Angola foi estabelecida a 15 de Janeiro de 1975, com a assinatura do Acordo do Alvor entre os quatro intervenientes no conflito: Governo português, FNLA, MPLA e UNITA. A independência e a passagem de soberania ficou marcada para o dia 11 de Novembro desse ano.^[18] Depois de quatro séculos de presença em território africano, no final do século XIX, Portugal achou-se no direito de reivindicar a soberania dos territórios desde Angola a Moçambique, junto das outras potências europeias. Para tal, teria lugar a Conferência de Berlim em 1884.^[19] A partir desta data, foram várias as expedições efectuadas aos territórios africanos, às quais se seguiram campanhas militares com o objectivo de "pacificar" as populações.^[19] A população tentou resistir

Guerra de Independência da Angola	
Guerra do Ultramar	
Data	1961 - 1974
Local	Angola
Desfecho	Acordo do Alvor <ul style="list-style-type: none">Independência da Angola

¹⁴⁰ Análise feita à edição de 00h43min de 22 de dezembro de 2019.

Fonte: Captura de ecrã da autora, 11/12/2021.

No entanto, embora haja, de facto, uma maior abrangência na contextualização do colonialismo português, o verbete mantém fragmentos narrativos marcadamente influenciados pelos mesmos discursos mapeados na página analisada acima. A utilização de expressões próprias do contexto português é disso exemplo, e.g., expressões como “províncias ultramarinas”, “guerrilha”, “guerrilheiros”, “indígenas”, “operações antiterroristas”, “ação psicológica” e “inimigo”. São marcadores que apontam para uma escrita marcada por narrativas em circulação na sociedade portuguesa. Por um lado, há uma perspectiva militar portuguesa muito marcada em determinadas secções, nomeadamente naquelas que se ocupam da guerra propriamente dita. Da mesma forma, é visível em determinados trechos, uma narrativa muito associada a setores de retornados.

O índice apresenta a estrutura do verbete. São dez as principais entradas: 1) antecedentes; 2) principais intervenientes; 3) o conflito; 4) acção psicológica; 5) rescaldo; 6) ver também; 7) notas; 8) referências; 9) bibliografia e 10) ligações externas. A primeira secção é dedicada aos “Antecedentes” da guerra e subdivide-se em “Invasão e colonização de Angola pelos Portugueses” – por sua vez subdividido em “Da invasão à Conferência de Berlim (1884)” e “Da Conferência de Berlim ao início da guerra colonial (1961)” – e “Desobediência civil (1948-1960).” As hiperligações em destaque levam o leitor/editor para verbetes da “História de Angola” e da “Conferência de Berlim,” remetendo para a chegada ao Reino do Congo por Diogo Cão em 1482. A primeira parte assemelha-se ao discurso presente nos livros de História utilizados no ensino português por descrever relações comerciais – os escravos são mencionados como mercadoria de troca – e o estabelecimento de fortes nas cidades nomeadas pela coroa portuguesa (Araújo e Maeso 2012, 2015, 2016). Há apenas uma breve menção à resistência dos povos autóctones à presença portuguesa na região – o verbete esclarece que não havia uma ocupação efetiva do território neste período: “A presença portuguesa nestes pontos do litoral foi marcada por uma série de conflitos, tratados e disputas com as unidades políticas próximas, nomeadamente o Reino do Kongo, Reino do Ndongo e do Reino da Matamba.”

Para além da resistência das unidades políticas presentes no território, também se refere a evolução de um regime de escravatura para um regime de trabalho forçado. Segundo o verbete “o fim *oficial* da escravatura em Portugal data de 1878”¹⁴¹ apontando a mesma data para Angola, mas alerta-se que “[...] na prática, a exploração de mão-de-obra negra continuou através de um instrumento [jurídico] designado por ‘contrato’ (em vigor

¹⁴¹ Itálico da autora.

até 1961), que consistia na contratação de ex-escravos pelos seus anteriores senhores.” Especifica-se que é em “[...] 1899, [...] criada uma nova lei de trabalho – Regulamento do trabalho dos indígenas – que concebia a noção de ‘trabalho forçado indígena’ (habitantes autóctones das colónias).” Uma prática que embora abolida oficialmente em 1961 pelo então Ministro do Ultramar Andriano Moreira, se manteve na prática até ao fim do domínio colonial português no território.¹⁴²

Não sendo isenta de uma perspectiva eurocêntrica ao descrever as dinâmicas económicas e imperialistas que nortearam a presença portuguesa no território, o verbete “Guerra de Independência de Angola” diverge no verbete “Guerra Colonial Portuguesa” por referir que “[...] as fronteiras definitivas de Angola só ficaram estabelecidas em meados dos anos 1920”, e que é nessa data “[...] que se pôde falar de uma ‘ocupação efectiva’ de todo o território.” Ao contrário do que o primeiro verbete nos leva a acreditar, a presença portuguesa no território não correspondia ao tempo do primeiro contacto com o território, mas antes ao culminar de um processo de ocupação do território e controlo das populações que só estaria concluído já em pleno século XX. No excerto que se segue, por exemplo, a resistência das populações sob a administração colonial portuguesa não é omitida. Desde logo quando faz referência às ‘Campanhas de Pacificação’ recorrendo ao verbo pacificar entre aspas, de uma forma que pressupõe ironia. A pacificação levada a cabo pelo Estado português implicou na verdade a ocupação, o domínio político e o domínio administrativo imposto às populações através da força. As ‘Campanhas de Pacificação’ foram antes incursões armadas que tinham como objetivo ocupar os territórios e acabar com a resistência das populações locais entre os finais do século XIX e inícios do século XX.¹⁴³

Depois de quatro séculos de presença em território africano, no final do século XIX, Portugal achou-se no direito de reivindicar a soberania dos territórios desde Angola a Moçambique, junto das outras potências europeias. Para tal, teria lugar a Conferência de Berlim em 1884.^[19] A partir desta data, foram várias as expedições efectuadas aos territórios africanos, às quais se seguiram campanhas militares com o objectivo de "pacificar" as populações.^[19] A população tentou resistir mas, dada a superioridade bélica de Portugal, rapidamente abandonaram a resistência por meio das armas.^[20] [sic]

A contextualização histórica das dinâmicas proto-nacionalistas da primeira metade do século XX, mais especificamente no período da Primeira República, está presente na secção “Da Conferência de Berlim ao início da guerra colonial (1961).” De acordo com o verbete “[a] partir da Implantação da República, a política portuguesa tornou-se mais

¹⁴² Sobre o trabalho forçado ver Monteiro, 2018.

¹⁴³ Sobre as “Campanhas de Pacificação,” campanhas de ocupação ou primeiras guerras coloniais, ver Rosas 2018.

democrática”, o que embora não corresponda à definição liberal de democracia, mas antes à descentralização administrativa e a uma maior liberdade de associação e expressão, levou à criação “[e]m 1912, [d]a Liga Angolana e [d]o Grémio Africano, organizações políticas coloniais.” Reconhece ainda que no período “[...] de 1910 a 1926, ocorreram várias greves entre os trabalhadores brancos.” Esta primeira oposição e proto-nacionalismos são associados às populações brancas. A repressão destes movimentos proto-nacionalistas por parte do então republicano General Norton de Matos também é referida. Fala do Ato Colonial de 1930. O trabalho forçado é associado às demandas do capital estrangeiro no território e não a uma política enquadrada juridicamente pelo Estado português e ideologicamente justificada com o dever do trabalho como motor civilizacional – era através do trabalho que a missão civilizadora do Estado português em relação à população nativa africana se materializava.

A secção dedicada à “Desobediência civil (1948-1960)” explora a formação dos movimentos que iriam combater o colonialismo português.

Com o crescente aumento da população de Luanda, e da sua diversidade, também as ideias independentistas fluíam mais rapidamente. Dos 240 mil habitantes, em 1960, 65% eram negros; destes, 85% viviam nos musseques. As primeiras desordens pontuais, datam dos anos 50 com o apedrejamento de viaturas próximo dos bairros pobres.^[70] A resposta das autoridades fazia-se sentir através das rusgas, patrulhamentos e inibição de frequentar os lugares públicos dos brancos.^[70]

Mas nem por isso isentos de uma perspetiva eurocêntrica e marcadamente portuguesa, como “[c]om o fim do Estatuto [do Indigenato], passa a ser possível aos angolanos ‘indígenas’ terem cidadania portuguesa, sem qualquer tipo de discriminação; e a puderem ser integrados no sistema educacional nacional.” Com efeito, na prática a discriminação não terminou e a integração no sistema educacional estava longe de ser universal, a narrativa toma como verdade mudanças jurídicas feitas com o objetivo político de afastar acusações internacionais num período em que o Estado português era condenado internacionalmente pela permanência colonial em África.

Em “Principais intervenientes” são descritos os três movimentos de libertação – MPLA, UPA/FNLA e UNITA – e as forças portuguesas. Os movimentos de libertação são abordados brevemente, em dois ou três parágrafos, em que se descreve a criação do movimento, os seus protagonistas e se descrevem o número de elementos e o armamento. Pelo contrário, o texto que descreve as forças portuguesas no território angolano é bastante extenso. É descrita a dimensão, a tipologia e a proveniência das tropas portuguesas no território. São descritos pormenorizadamente os grupos de combate, tanto os metropolitanos como os de recrutamento local.

Na secção relativa ao conflito propriamente dito, a descrição é claramente decalcada de um discurso militar de cariz tático e logístico muito usado pelas instituições militares portuguesas ou pelos antigos combatentes.

Durante a Guerra Colonial Portuguesa, as forças portuguesas utilizaram a designação Acção Psicológica (baseada na doutrina militar norte-americana e francesa),^[188] cujo objectivo era obter o apoio da população; desmoralizar o inimigo, procurando mesmo que este passasse a cooperar com o seu adversário; e manter elevado o moral das próprias tropas.^[189] Para controlar e conquistar ‘o coração’ das populações, foram criados de programas de educação, ajuda sanitária, económica e religiosa, dando-lhes melhores condições de vida,^[189] através dos chamados ‘aldeamentos’ e ‘reordenamento rural’.^[188]

As ações psicológicas eram ações de propaganda cujo objetivo seria chamar a população para o lado do exército colonial português e afastá-la dos movimentos de libertação. Na prática podiam ir desde ações de melhoramento de infraestruturas – de estilo de acordo com os ditames metropolitanos – como o saneamento, a construção de escolas, de hospitais, entre outras. Eram obras que pretendiam ganhar a simpatia das populações, mas que também exigiam, muitas vezes, o reordenamento e deslocamento das populações sem ter em conta a sua vontade, tradições ou economias locais. Faziam parte do deslocamento e destribalização forçadas, nem sempre pacíficos (cf. Alexandre, 2017; Curto, 2020).

Em relação ao inimigo, a tática dos portugueses era criar um fosso entre os guerrilheiros e a população [...]

Entre as tropas portuguesas também [...] era aplicada a acção psicológica reforçando-lhes o moral e transmitindo-lhes a ideia de que combatiam uma causa justa, recorrendo-se da exaltação patriótica.^[189] Organizações como o Movimento Nacional Feminino (MNF)^[197] e a Secção Feminina da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), foram de grande importância entre as tropas ao utilizarem a figura da mulher para, moralmente, os fortalecer através de eventos, como a festa de Natal, visita de artistas, angariação das madrinhas de guerra para troca de correspondência entre os soldados, apoio a feridos e envio de lembranças.^[198]

O MNF (cf. *supra*) servia como instrumento de ação psicológica para os soldados portugueses, aumentando-lhes a moral e o patriotismo, lembrando que “estariam a defender a pátria.” Este movimento faz parte do imaginário dos antigos combatentes, a par das madrinhas de guerra.

Após o ‘25 de Abril’, Portugal, durante o processo de descolonização, assistiu a um regresso forçado de milhares de pessoas, os chamados ‘retornados’.

A opinião generalizada dos retornados sobre a guerra é de que o conflito fez-se para acabar com o colonialismo e não contra os brancos, embora haja também um ponto de vista que defende que o objectivo era expulsar os colonos e apropriar-se dos seus bens

Várias cidades, vilas e aldeias fundadas pelos portugueses, e que se desenvolveram sob o governo de Portugal, viram os seus nomes alterados após a independência [...]. Todas as estátuas e monumentos colocados que lembrassem o período de permanência portuguesa foram retiradas

Com o abandono de milhares de cidadãos portugueses, Angola viu-se perante uma situação económica e administrativa difícil, pois ficou sem uma boa parte da mão-de-obra qualificada, sem um governo organizado e em situação de guerra

Os excertos acima revelam, de forma subtil, um ressentimento característico de alguns setores de retornados, em particular, no que concerne à ideia alimentada por alguns de conseguirem uma independência ao estilo rodesiano ou pelo menos controlada por portugueses europeus.

Relativamente ao verbete, não apenas em dimensão, já que é um artigo bastante extenso comparativamente aos restantes verbetes analisados, mas também, não sendo a expressão de uma narrativa crítica, numa pluralidade de vozes que se reflete na estrutura do texto já que, por um lado, é possível encontrar segmentos narrativos marcadamente portugueses na perspetiva adotada. Desde logo, e de forma bem visível, através da imagem de destaque que representa “soldados portugueses nas matas do Rio Onzo equipados com o fuzil AR-10” por baixo do título “Guerra do Ultramar” (ver fig. 18). Mas, por outro lado, contém um conjunto de factos que não fazem parte da narrativa do verbete “mais geral” sobre a Guerra Colonial.

O conflito é apelidado de “guerra de independência” ou de “luta armada de libertação nacional”, ao contrário do verbete geral sobre a Guerra Colonial (cf. supra), os editores contextualizam a luta de libertação num passado marcado pela divisão territorial do continente africano entre as potências imperiais europeias e os processos de ocupação violenta que desencadearam. As campanhas de pacificação são referidas entre aspas, revelando uma certa ironia quando ao termo “pacificar,” e a resistência dos povos alvo dessas campanhas não fica esquecida. A narrativa incorpora a agência dos sujeitos colonizados, não apenas na referência à resistência pré-luta de libertação, mas também na influência que outros movimentos independentistas africanos tiveram na formação dos movimentos que combateram o Estado colonial português com o objetivo de “libertar Angola do colonialismo, da escravatura e exploração’, impostos por Portugal.”

Todavia, também neste verbete se explora a questão de um ponto de vista militar – ou seja, pela descrição da capacidade militar e das táticas de ambos os lados. E, em especial,

a secção dedicada às “Forças portuguesas”, onde se descreve de forma muito extensa a logística militar portuguesa. No entanto, há uma referência à resistência dos povos colonizados junta-se a referência à contestação interna feita à Guerra Colonial na metrópole.

Em Portugal, a guerra colonial era há muito tempo contestada: a população via os seus familiares a morrer ou a ficarem deficientes; o país via os seus recursos financeiros a esgotarem-se, a produção a decair e a inflação a subir; e surgiam vozes discordantes do regime, desde a esquerda à direita, passando pela igreja católica, pelos movimentos estudantis e pelas associações sindicais.^{[31][32]} Aliada a esta contestação social, e a uma pressão internacional sobre a condução da Guerra Colonial Portuguesa, vai crescendo a influência comunista sobre os militares portugueses. O fim da guerra em Angola culminará com um golpe de Estado militar em Portugal, a Revolução dos Cravos, a 25 de Abril de 1974.^{[33][nota 1]}

... “Guerra da Independência de Moçambique”¹⁴⁴

Não tão extenso e plural quanto o verbete sobre a guerra de independência de Angola, o verbete sobre a guerra de independência de Moçambique reflete uma certa influência não apenas do discurso militar, mas sobretudo do discurso prevalecente no setor dos retornados. O texto do verbete não é coeso. Há fragmentos de texto que se contradizem ou que não coincidem em tom e perspectiva, o que é visível logo de início, nos parágrafos que servem de introito ao verbete.

Ao longo dos seus quatro séculos de presença em território africano, a primeira vez que Portugal teve que enfrentar guerras de independência, e forças de guerrilha, foi em 1961, na Guerra de Independência de Angola.

Quem lê esta frase, sem conhecer a história do colonialismo português em África, será levado a pensar que: 1) os portugueses estiveram de facto quatrocentos anos em África; 2) que nesses quatro séculos de permanência em África, não houve qualquer resistência à presença portuguesa por parte dos povos/organizações políticas que se encontravam no território que corresponde a Moçambique, a Angola e à Guiné-Bissau. Desta forma seria no ano de 1961 que, pela primeira vez se formaria uma organização independentista e se levaria a cabo ações armadas/resistência de guerrilha com os objetivos independentistas. Ora, ambas as afirmações são, no mínimo, imprecisas. Em primeiro lugar porque a ocupação efetiva dos territórios africano por parte do Estado português – com a presença de colonos de povoação e de administração do território – só começou a ser uma realidade nos últimos anos do século XIX, mas sobretudo na primeira metade do século XX. Em

¹⁴⁴ Análise feita à edição de 04h09min de 19 de novembro de 2019.

segundo lugar porque a resistência contra a ocupação portuguesa foi, desde finais do século XIX e inícios do século XX, uma constante.

Fig. 19 – Seção inicial do verbete “Guerra da Independência de Moçambique” da Wikipédia lusófona, na sua edição de 19 de novembro de 2019 (04h09min por Douglasboavista).

The screenshot shows the top of a Wikipedia article. At the top left is the Wikipedia logo and search bar. The article title is "Guerra da Independência de Moçambique". Below the title is a warning box: "Você está visualizando uma edição arquivada desta página, feita por Douglasboavista (discussão | contribs) em 04h09min de 19 de novembro de 2019. Esta edição pode ser muito diferente da versão atual da página. O endereço URL mostrado no navegador é uma ligação permanente para esta edição. Para mais informações, consulte a página de ajuda sobre histórico de edições." Below the warning is the start of the article text: "A Guerra da Independência de Moçambique, também conhecida (em Moçambique) como Luta Armada de Libertação Nacional,^[5] bem como Guerra Colonial Portuguesa foi um conflito armado entre as forças da guerrilha da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e as Forças Armadas de Portugal. Oficialmente, a guerra teve início a 25 de Setembro de 1964, com um ataque ao posto administrativo de Chai no então distrito (actualmente província) de Cabo Delgado, e terminou com um cessar-fogo a 8 de Setembro de 1974, resultando numa independência negociada em 1975." To the right of the text is a table with the following information: "Data: 25 de setembro de 1964, 8 de setembro de 1974 (cessar-fogo), 25 de junho de 1975 (independência); Local: Moçambique; Desfecho: Cessar-fogo pós-Revolução dos Cravos, Moçambique consegue independência de Portugal".

Fonte: Captura de ecrã da autora, 11/12/2021.

Mal regressado a Lisboa, eis, porém, que novamente o governo vai fazer apelo às suas qualidades de inteligência e carácter. Impõe-se a pacificação definitiva de Moçambique, mediante a ocupação militar do território e a subjugação dos potentados indígenas rebeldes ao domínio português (Marcelo Caetano, referindo-se a António Enes, 1947 [apud Barradas, 2019 [1991]: 133]).

O exerto anterior é apenas um exemplo do registo escrito que existe sobre a resistência das populações locais à ocupação portuguesa. O próprio texto do verbete, fazendo juz às contradições que o caracterizam, reconhece a existência de entidades políticas que se revoltaram e resistiram, como é o caso da referência feita ao Império de Gaza na seção sobre os “Antecedentes.”

O Império de Gaza, até à data resistente, era constituído por um grupo de tribos indígenas que habitavam na região equivalente a Moçambique e ao Zimbabwe. Em 1885, foi derrotado,^[6] e as tribos restantes foram definitivamente derrotadas por volta de 1902; no mesmo ano, Portugal estabelece Lourenço Marques como a capital.^[13]

A coexistência destes fragmentos no mesmo texto deriva da escrita a várias mãos do verbete. As incoerências e inconsistências tanto de conteúdo como de estilo são traços comuns que resultam da natureza aberta e colaborativa da plataforma. Não obstante, esta natureza aberta também permite ter acesso a narrativas marcadamente conservadoras que vão circulando em determinados setores da sociedade portuguesa. Narrativas que refletem um certo ressentimento com o desfecho que a guerra acabou por ter – mudança de regime e a descolonização total dos territórios sob o domínio português. O excerto abaixo reflete um discurso que nega a existência de uma derrota militar, já que, de acordo com o texto, “[d]o ponto de vista militar, o contingente militar português foi sempre superior durante todo o conflito” e daí resulta que “[e]mbora em desvantagem, as forças da FRELIMO saíram vitoriosas após a Revolução dos Cravos em Lisboa [...]”

Do ponto de vista militar, o contingente militar português foi sempre superior durante todo o conflito contra as forças de guerrilha. Embora em desvantagem, as forças da FRELIMO saíram vitoriosas, após a Revolução dos Cravos em Lisboa, a 25 de Abril de 1974, que acabou com o regime ditatorial em Portugal. Moçambique acabaria por obter a sua independência em 25 de Junho de 1975, após mais de 400 anos de presença portuguesa nesta região de África.

A familiaridade desta narrativa advém da sua semelhança com a narrativa propalada por setores conservadores e de extrema-direita alemã no rescaldo da Primeira Guerra Mundial. O “mito da punhalada nas costas” (em alemão *Dolchstoßlegende*) difundida pelo marechal-de-campo Paul von Hindenburg e outros líderes alemães defendia que os exércitos da *Entente* não tinham sido realmente derrotados, atribuindo antes a derrota a uma suposta sabotagem interna intencional levada a cabo pela esquerda (socialistas e/ou comunistas), por judeus e pela incapacidade de responder ao “chamamento patriótico” por parte da população. De acordo com essa perspetiva, a Alemanha não teria sido militarmente vencida e é possível encontrar a mesma narrativa, aplicada à Guerra Colonial, em alguns fragmentos dos verbetes sobre a Guerra Colonial/Guerras de independência na Wikipédia lusófona. É interessante perceber as semelhanças e os paralelismos que ambas as narrativas encerram. Em Portugal, logo em 1977 foi publicado um livro, *África – Vitória Traída* da autoria dos generais Joaquim da Luz Cunha, Kaúlza de Arriaga, Bethencourt Rodrigues e Silvino Silvério Marques:

A guerra estava perdida!

Assim proclamam, aos quatro ventos, com certo histerismo, os mais directos responsáveis da chamada ‘descolonização’, da maior tragédia da nossa História, procurando justificar-se e cobrir-se.

Mas estava a guerra perdida?

Em Angola, achava-se a caminho de ser prática e definitivamente ganha económica, sócio-política e militarmente. Vitoriosa em Angola, a subversão teria os dias contados em Moçambique. Na Guiné a situação modificar-se-ia. Isso seria o sucesso da política ultramarina portuguesa.

A guerra não estava perdida! Foi o 25 de Abril (e a sua preparação) que traiu a vitória em Angola com as suas consequências previsíveis.

*E nestas circunstâncias, em face da situação vivida no princípio de 1974, e depois de tudo o que o que aconteceu de então para cá, é inteiramente legítimo concluir que o 25 de Abril, focalizado nas suas consequências militares, **estrategicamente revolucionárias na escala mundial**, foi concebido, impulsionado e executado para que em Angola se não vencesse a guerra que o inimigo tinha perdido.*

Terá havido ‘portugueses’ que, conscientemente, se tenham deixado envolver em tão repugnante conluio?

Em oposição aos bravos que morreram pelo Ultramar, somente ‘os piores de todos nós’. (Marques et al., 1977: 253-272).¹⁴⁵

E é interessante verificar que esta linha de pensamento se manteve presente ao longo dos anos. Não apenas pelo setor mais conservador de antigos combatentes, como de outros militares que lhes foram sucedendo. Mais recentemente, o tenente-coronel João J. Brandão Ferreira – que não foi mobilizado para a o conflito, uma vez que ainda se encontrava em formação militar – publica o livro *Em Nome da Pátria: Portugal, o Ultramar e a Guerra Justa* (2019 [2009]) onde, logo nas páginas iniciais se pode ler:

*[...] o que nunca tinha acontecido na História de Portugal foi a rendição incondicional, a meio de um **conflito de baixa intensidade (que ainda por cima controlávamos e do qual estávamos a sair vitoriosos)**, com a entrega precipitada e leviana de todo o património, interesses e ideais que sucessivas gerações de Portugueses se haviam batido por defender durante tantos anos* (Brandão Ferreira, 2019: 21).¹⁴⁶

Subjacente a esta linha ideologicamente conservadora – ou claramente colonial – está também a ideia, partilhada de forma mais ampla, segundo a qual as tropas portuguesas estavam em África para proteger os portugueses – aqueles que detinham a cidadania portuguesa à época –, os seus bens e as infraestruturas que o Estado português construira nos “territórios ultramarinos.” Infraestruturas que de uma maneira geral, contribuía para o melhoramento do nível de vida de toda a população dos territórios sob a administração portuguesa e elas próprias construídas pelas tropas.

¹⁴⁵ Negrito da autora.

¹⁴⁶ Negrito da autora.

Devido à grande diferença tecnológica entre as civilizações, Portugal foi um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento dos países africanos onde esteve presente desde o século XV.

O excerto supracitado expressa essa crença de superioridade tecnológica da dita “civilização Ocidente,” embora de forma subtil, recorrendo à expressão “grande diferença tecnológica entre as civilizações.” Diferença que o Estado português considerou ser seu desígnio encurtar através da construção de infraestruturas, muitas delas só levadas a cabo após o início da Guerra Colonial e sob pressão internacional para que mostrasse as vantagens da administração portuguesa. O excerto atribui a Portugal a principal responsabilidade “[...] pelo desenvolvimento dos países africanos onde esteve presente desde o século XV”, atribuição que espelha a ideia do “fardo do homem branco” de levar a civilização e o desenvolvimento tecnológico a territórios e populações consideradas “atrasadas.” A colonização portuguesa é assim construída como benéfica e causa de desenvolvimento, em contaposição à ação dos governos após a independência. Não só estes últimos não são os principais responsáveis pelo desenvolvimento dos seus países, como é-lhes imputada a responsabilidade pelos problemas do país após 1975.

Moçambique assistiu a problemas sérios após a independência. A recessão económica e social, o totalitarismo marxista, a corrupção política, a pobreza, as desigualdades económicas e o insucesso do planeamento central, fizeram nascer uma vontade revolucionária.^{[128][129]}

A “recessão económica”, o “totalitarismo marxista”, a “corrupção política”, a “pobreza”, as “desigualdades económicas” e o “insucesso do planeamento central” são as peças que compõem o puzzle das desgraças do pós-independência. A construção do colonialismo como uma época dourada do desenvolvimento africano e a independência como o período de destruição e miséria apaga não apenas a violência colonial, a desigualdade racial, social, cultural e económica, como também esconde as condicionantes externas – invasão da África do Sul –, internas – guerra civil com a RENAMO – e internacionais – desaparecimento do bloco de leste e consequente hegemonia do modelo neoliberal a partir dos anos 80 – para um país que se ergia sobre as ruínas do colonialismo português. A este propósito é seria importante ter presente o argumento da obra *How Europe Underdeveloped Africa* de Walter Rodney publicada ainda em 1972, onde o autor explica como a Europa se desenvolveu a partir dos recursos e da mão-de-obra escrava que extraiu de África levando, ao mesmo tempo, ao seu subdesenvolvimento.

O excecionalismo da colonização portuguesa está patente no segmento “os colonos portugueses eram diferentes dos seus congéneres europeus”. Diferença que, de acordo com o texto, se explica por uma suposta permanência secular no território, “no que diz respeito

aos portugueses, estes descendam de famílias que já estavam estabelecidas no local há vários séculos.” Ora, esta afirmação não remete, nem é corroborada por nenhuma fonte. É antes o reflexo de uma percepção ideológica que distingue o colonialismo português dos restantes pela ancestralidade da relação portuguesa com o solo moçambicano.

Na zona Este de África, os colonos portugueses eram diferentes dos seus congéneres europeus. Enquanto os restantes europeus eram típicos colonizadores do início do século XX, no que diz respeito aos portugueses, estes descendiam de famílias que já estavam estabelecidas no local há vários séculos.^{[114][115]} Por isso e pela sua localização geográfica junto à África do Sul e à Rodésia países africanos onde existia uma forte cultura europeia, Moçambique era considerada uma Província Ultramarina elitista.^[116]

As figuras que ilustram o verbete são originárias da propaganda portuguesa da época, nomeadamente o cartaz presente na secção “Ascensão da FRELIMO.” Na legenda lê-se “Propaganda lançada de avião pelos portugueses” e no cartaz “A FRELIMO mentiu! Vocês sofrem.” Na subsecção “25 de Abril de 1974 e cessar-fogo” há uma fotografia de “Tropas portuguesas em Moçambique; algumas carregando a FN FAL e a G3.”

... “Guerra de Independência da Guiné-Bissau”¹⁴⁷

O verbete sobre a guerra de independência da Guiné é o menor dos quatro e é também, dos quatro, aquele que mais claramente apresenta um discurso característico da gíria militar portuguesa. Em compensação é o verbete com mais fotografias, não apenas de soldados portugueses, mas sobretudo de combatentes do PAIGC.

O texto do verbete contrasta assim com as fotografias que o ilustram. São várias as referências aos combatentes do PAIGC como ‘guerrilheiros’ e ‘inimigo.’

“A busca e destruição do inimigo estava a cargo de forças de intervenção especializadas nessas acções (golpes de mão, acções de limpeza, etc.) – Páraquedistas, Comandos, Fuzileiros, etc. [sic]”

Uma das gírias militares presentes no excerto é a expressão “ações de limpeza.” Embora o verbete não explique, em nenhuma parte do texto, o que são as ações de limpeza, sabe-se que estas ações eram utilizadas para designar o objetivo de matar e/ou prender os habitantes de uma determinada aldeia. A expressão esconde a violência implícita nas ações militares

¹⁴⁷ Análise da edição de 02h31min de 22 de outubro de 2019.

levadas a cabo durante a Guerra Colonial, uma violência que não era apenas destinada aos movimentos de libertação.¹⁴⁸

Fig. 20 – Secção inicial do verbete “Guerra de Independência da Guiné-Bissau” da Wikipédia lusófona, na sua edição de 22 de outubro de 2019 (02h31min por Douglasboavista).



The screenshot shows the Portuguese Wikipedia page for "Guerra de Independência da Guiné-Bissau". At the top, there is a search bar and navigation links. The article title is "Guerra de Independência da Guiné-Bissau". Below the title, there is a warning box indicating that the user is viewing an archived version of the page. The main text begins with: "A guerra de independência na Guiné começou em 23 de janeiro de 1963, com o início das acções de guerrilha na região de Tite. Ao contrário do que aconteceu em Angola, desde o início que as forças portuguesas constatarem estar diante de um adversário bem organizado e militarmente eficiente. De facto, o PAIGC dispôs sempre de equipamento de qualidade e do apoio quase total do governo da Guiné-Conacri, que lhe conferia total liberdade de movimentos para empreender acções de guerrilha na fronteira sul do território." To the right of the text, there is an image titled "Guerra de Independência da Guiné-Bissau" showing a group of soldiers in military uniforms standing in a line, holding a flag. The caption below the image reads: "Soldados do PAIGC asteando a bandeira da Guiné-Bissau em 1974."

Fonte: Captura de ecrã pela autora, 11/12/2021.

No excerto abaixo lê-se, claramente, um tom abonatório em relação ao desempenho militar português na “defesa das suas colónias.” Primeiro em Angola e, posteriormente, na preparação para qualquer ação militar na Guiné. Há, neste sentido, um certo tom laudatório e um nacionalismo metodológico que acompanha a maior parte da escrita dos verbetes.

“Quando a Guerra começou, em janeiro de 1963, havia já quase dois anos que as forças portuguesas combatiam, com relativo sucesso, em Angola. Este facto permitiu às autoridades portuguesas prevenirem de certa forma a possível eclosão de acções de guerrilha em Moçambique e na Guiné. Assim, quando a guerra chegou à Guiné, a guerrilha deparou-se com um dispositivo militar português que abrangia todo o território.”

¹⁴⁸ Num dos episódios, 28, de *A Guerra* de Joaquim Furtado, Antonino Melo, alf. Da 6.ª Companhia de Comandos que em dezembro de 1972 foi responsável pelo Massacre de Wiriamu, esclarece que a gíria “ações de limpeza” se refere à ordem de matar todos aqueles que as tropas encontrassem no perímetro.

No verbete estão publicadas várias fotografias, algumas delas publicadas por Manuel Carvalho, membro do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné* (ver capítulo II e III). A fotografia de destaque no verbete “Guerra de Independência da Guiné-Bissau” foi adicionada por Manuel Carvalho (ver fig. 20).

De dimensão muito reduzida, tive a necessidade de analisar outros verbetes relacionados com o período colonial e a guerra na Guiné. Em “**Guiné Portuguesa**”¹⁴⁹, também não sendo um verbete muito extenso, a composição narrativa é confusa. Há frases sem nexo e o conjunto é bastante fragmentado. No essencial diz-nos que:

*A Guiné Portuguesa, depois elevada para **Província Ultramarina da Guiné** a 11 de Junho de 1951 e, finalmente, **Estado da Guiné** em 1972) era o nome da actual Guiné-Bissau enquanto colónia portuguesa entre 1446 e 10 de Setembro de 1974 [sic]¹⁵⁰*

Associa a exploração do território a Nuno Tristão em 1446 aquando da busca por “fontes do ouro, escravos e outros bens de valor.” Menciona-se a sua incorporação política pré-colonial no “Império Sahel” e a sua composição à época por “tribos locais [que] comercializavam sal e cultivavam o arroz”:

Com a ajuda de tribos locais cerca de 1600, os Portugueses, bem como outras potências europeias, como os Franceses, Britânicos e Suecos, montaram os alicerces para o tráfico negreiro. A feitoria de Cacheu, junto ao rio do mesmo nome, foi um dos maiores mercados africanos durante vários anos.

Descreve-se a evolução da posse europeia dos territórios dessa zona de África até ao século XX:

Na Guiné, assim como fez em todas as suas colónias, Portugal tentou europeizar a população local e assimilá-la à cultura portuguesa. Lisboa também queria manter as colónias como parceiros comerciais e mercados para seus produtos. Os habitantes africanos da colónia acabaram por ser, supostamente, colocados na posição de cidadãos de pleno direito, com plenos direitos políticos através de um processo de desenvolvimento de longo prazo. Para o efeito, a segregação na Guiné era mínima se comparada com a da distante África do Sul

Mas na frase seguinte:

¹⁴⁹ Na sua edição de 12 de setembro de 2019, às 13h12min, levada a cabo por um IP – ou seja, por um editor não registado.

¹⁵⁰ Negrito no texto original.

No entanto, o trabalho forçado, a que todos os africanos eram obrigados se não pagassem os impostos, não foi abolido até à extinção do Estatuto do Indígena por Adriano Moreira em 1961.

Há ainda uma referência nos dois últimos parágrafos à luta de libertação/Guerra Colonial. No primeiro parágrafo para referir a criação do PAIGC e o início da luta armada e no segundo para descrever a guerra que as tropas coloniais travaram na Guiné como:

A Guiné foi, talvez, o conflito mais complicado para Portugal em termos bélicos e, com o decorrer da guerra, a derrota portuguesa avizinhava-se. Porém, com o golpe de estado do 25 de Abril de 1974, Portugal iniciou as negociações com o PAIGC para a descolonização. Com o assassinio do seu irmão em 1973, Luís Cabral tornou-se no primeiro presidente da Guiné-Bissau imediatamente a declaração da independência a 24 de Setembro de 1974.

O excerto acima destaca-se por, em primeiro lugar, reconhecer que a guerra na Guiné foi extremamente difícil para as forças coloniais portuguesas a ponto da, na altura, metrópole antever a derrota militar; em segundo lugar, por não mencionar a declaração unilateral de independência em 1973, no mesmo ano da morte de Amílcar Cabral, pelas forças do PAIGC reunidas em Medina do Boé. O verbete tem apenas uma referência bibliográfica.

Já no verbete relativo ao General “**António de Spínola**”¹⁵¹, responsável pelo comando de operações no território da Guiné, diz-se:

Foi nomeado governador militar da Guiné-Bissau em 1968, e de novo em 1972, no auge da Guerra Colonial, nesse cargo, o seu grande prestígio tem origem numa política de respeito pela individualidade das etnias guineenses e à associação das autoridades tradicionais à administração, ao mesmo tempo que continuava a guerra por todos os meios ao seu dispor que iam da diplomacia secreta (encontro secreto com Léopold Sédar Senghor presidente do Senegal) e incursões armadas em países vizinhos (ataque a Conakri, Operação Mar Verde).

Embora prevaleça um certo tom laudatório que sublinha o seu valor enquanto oficial militar durante a guerra, sublinha também o seu papel na oposição à continuação da Guerra Colonial. Há uma certa ambiguidade em determinados trechos do texto.

Descontente com o rumo dos acontecimentos em Portugal após a Revolução dos Cravos (designadamente pela profunda viragem à esquerda, à qual eram afectos muitos militares, e pela perspectiva de independência plena para as colónias), tenta intervir activamente na política para evitar a aplicação completa do programa do MFA.

Nomeadamente, entre eles destaco:

¹⁵¹ Na sua edição de 24 de julho de 2019, às 03h51min, por Dux Praxis.

Não obstante [“o seu envolvimento ^{[carece de fontes?] na tentativa de golpe de estado de direita da Intentona do 11 de Março de 1975 e sua fuga para a Espanha (depois para o Brasil) [...]”, presidindo nesse mesmo ano ao MDLP], a sua importância no início da consolidação do novo regime democrático foi conhecida oficialmente a 5 de Fevereiro de 1987, pelo então Presidente Mário Soares, que designou Chanceler das Antigas Ordens Militares Portuguesas, tendo-lhe também condecorado com a Grã-Cruz da Antiga e Muito Nobre Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito (a segunda maior insígnia da principal ordem militar portuguesa), pelos ‘feitos de heroísmo militar e cívico e por ter sido símbolo da Revolução de Abril e o primeiro Presidente da República após a ditadura’ a 13 do mesmo mês e ano.^[2]}

Ainda a este propósito, há uma seção intitulada “O Sonho de regressar ao Poder” nela lê-se:

Spínola tencionava voltar ao poder eliminando todos os seus adversários políticos, pelo menos segundo o livro ‘Aufdeckung einer Verschwörung – die Spínola Aktion’, de Günther Wallraff^[7] que afirma ter-se infiltrado no MDLP como um potencial fornecedor de armas ao movimento, afirmando trabalhar para Franz Josef Strauss, então líder da União Social-Cristã na Baviera. Spínola ter-se-á mesmo encontrado com Walraff com o fim de negociar a compra de armamento, a quem terá dito que já tinha vários pontos de apoio no Alentejo e que estava prestes a tomar o poder.^[8]

Em “**Marcelino da Mata**”¹⁵² analisei uma edição anterior à explosão de edições nos primeiros meses de 2021, aquando da notícia da sua morte e da subsequente polémica mediática que a acompanhou (ver capítulo V). O parágrafo introdutório é elucidativo. Marcelino da Mata é “[...] conhecido pelos seus actos de bravura e heroísmo praticados durante a Guerra Colonial[hiperligação]” ainda no mesmo parágrafo lê-se que participou “[...] em 2412 operações de comandos” e que estes feitos lhe dão “[...] o título de militar português mais condecorado[hiperligação] da História do Exército Português[hiperligação].” É interessante notar que as informações que constam do verbete serão as mesmas informações que a imprensa portuguesa, na sua generalidade, irá explorar. De entre essas informações, para além das condecorações pela sua atuação ao serviço do exército colonial português e da exaltação nacionalista desses atos, destaco a total ausência de referências à violência empregue na prossecução dessas missões e a, pelo contrário, a associação que lhe é feita na seguinte passagem:

Em 1975 foi detido no quartel do RALIS, Lisboa, e sujeito a tortura e flagelação praticada e ordenada por Manuel Augusto Seixas Quinhones de Magalhães (capitão), Leal de Almeida (Tenente-Coronel), João Eduardo da Costa Xavier (capitão-tenente) e outros

¹⁵² Na sua edição de 16 de novembro de 2019, às 00h41min, por Dux Praxis.

elementos do MRPP [referências], num dos episódios mais pungentes, pela sua barbaridade e violência, de toda a revolução dos cravos.

A adjetivação – a negrito da autora – pretende atribuir a Marcelino da Mata o papel de vítima da revolução, colando a violência a elementos da extrema-esquerda e com isso apagando a violência que o próprio levou a cabo na Guiné, bem como as suas ligações à extrema-direita. A penúltima frase despolitiza a luta de libertação nacional levada a cabo pelo PAIGC ao reduzi-la a mero peão de interesses da União Soviética – “Justificou a sua luta no exército português com a frase ‘A Guiné para os Guinéus’, querendo significar que a guerrilha actuava no interesse da União Soviética” – invertendo a agência. Por fim, ainda é digno de nota a relação que se estabelece na seção “operações **notáveis** em que participou” entre elas “Operação Mar Verde” que invadiu a Guiné-Conacri e o “Resgate de 150 soldados portugueses cativos em território senegalês.” A isto, segue-se a lista de condecorações entre 1966 e 1973.

Já no que se refere ao verbete relativo ao “**Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde**”¹⁵³, existem alguns elementos que permitem perceber a edição por parte de membros brasileiros, como a utilização do acento circunflexo na palavra ‘colônias [colónias]’ típico do português na variante falada no Brasil. Da mesma forma que a narrativa do texto apresenta menos semelhanças com a página sobre a “Guerra Colonial Portuguesa” ou da “Guiné Portuguesa”, por exemplo. Na seção sobre a história do movimento é referido o Massacre de Pidjiguiti nos seguintes termos:

Em 1959 ocorreu o Massacre de Pidjiguiti, quando tropas portuguesas abriram fogo contra estivadores que manifestavam, matando 50 destes. Este massacre provocou uma grande comoção da população da colônia, que acabou assim a apoiar as acções do PAIGC pela independência da Guiné. Portugal, no entanto, ainda considerava o PAIGC irrelevante, e não tomou nenhuma atitude séria na tentativa de suprimir o movimento.

As secções “Primeiro congresso e organização da FARP” e “Era Spínola” abordam na sua maioria as operações militares. Esta última chega a sugerir que as tropas portuguesas estavam a começar a ganhar vantagem militar quando se deu o 25 de Abril:

O mandato de Spínola como governador marcou uma virada na guerra: Portugal começou a ganhar batalhas na colônia, inclusive conseguindo promover a invasão em Conakry em 1970, na vizinha República da Guiné, onde 400 homens da tropa anfíbia atacaram a cidade e libertaram 26 portugueses prisioneiros de guerra mantidos lá pelo PAIGC.

¹⁵³ Na sua edição de 12 de dezembro de 2019, às 19h07min, por IP não registado.

O Exército Português na Guiné colonial estava conseguindo recuperar o terreno, contudo, a queda do Estado Novo e a abertura democrática acabou por forçar o novo governo a negociar com o PAIGC, e em 10 de setembro 1974, a independência da Guiné foi concedida.

As secções seguintes são dedicadas ao período pós-independência, com uma secção final intitulada “Congresso de Cacheu” onde se refere que “Em fevereiro de 2014, realizou-se o VIII Congresso Ordinário do partido, na cidade histórica de Cacheu sob o lema ‘Inspirados em Cabral – Unir e fortalecer o PAIGC rumo ao desenvolvimento’”.

O verbete “**Amílcar Cabral**”¹⁵⁴ tem elementos que remetem para editores brasileiros. Ao contrário das simplificações presentes noutros verbetes, “Amílcar Cabral” traça parte importante das referências que nortearam a teoria e a prática defendidas e levadas a cabo pelo líder do PAIGC. Algumas dessas passagens referem a passagem de Cabral pela Casa dos Estudantes do Império, na metrópole, e o contacto que proporcionou não apenas com opositores ao regime como também com aqueles que viriam a ser líderes de movimentos pela libertação de Angola e de Moçambique. Aludem, por sua vez, ao contacto que teve com as ideias de Senghor e do movimento dos não-alinhados saído da Conferência de Bandung (1955). Há ainda uma secção dedicada à citação de frases associadas a Amílcar Cabral.

Na introdução do verbete “**Massacre de Pidjiguiti**”¹⁵⁵ refere-se que “o **Massacre de Pidjiguiti** foi um episódio da luta pela independência da Guiné-Bissau do domínio português, antecedendo e provocando o início da luta armada naquele território.” É interessante notar que as informações presentes num verbete desmentem ou contêm informação contrária à de outros, um dos exemplos é o seguinte parágrafo:

Apesar do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) já ter apresentado várias versões sobre este acontecimento, o partido ainda não se encontrava constituído na altura dos acontecimentos, ^[1] não tendo havido, em princípio, enquadramento partidário. ^[2]

Que contradiz a informação constante no verbete “Amílcar Cabral” na qual se afirma:

Em 3 de agosto de 1959, o partido teve participação na greve de trabalhadores do porto de Pidjiguiti, fortemente reprimida pelo governo colonial, resultando na morte de 50 manifestantes e no ferimento de outras centenas. Quatro anos mais tarde, o PAIGC sai da clandestinidade ao estabelecer uma delegação na cidade de Conacri [...].

Há também informações incorretas, como:

¹⁵⁴ Na edição de 12 de setembro de 2019, às 20h30min, por IP não registado.

¹⁵⁵ Na edição 3 de agosto de 2019, às 17h40min, por IP não registado.

“Este foi o ponto inicial em treze anos de luta armada (1961-1974) na Guiné Portuguesa, em que cerca de dez mil combatentes do PAIGC apoiados pelo Bloco de Leste enfrentam 35 000 tropas portuguesas e guineenses, conduzindo à independência de toda a África Portuguesa após a Revolução dos Cravos, em 1974, em Portugal.

Últimas notas

Os discursos sob os quais se formam as narrativas – mais ou menos fragmentadas – presentes nos verbetes acima analisados que abordam a Guerra Colonial/Guerras de Independência e os seus protagonistas não se formam num vácuo virtual, são o produto de discursos já presentes na sociedade portuguesa. São o resultado de muitas vozes que se cruzam neste novo meio de comunicação e informação. Nelas se projetam interpretações diferentes de um mesmo acontecimento, embora determinadas interpretações tenham mais espaço que outras. O que as páginas têm em comum é uma predominância muito marcante de uma hermenêutica eurocêntrica da história.

A solução não é a simples adição de conteúdo ou de perspectivas, como advogam os criadores da Wikipédia, mas poderá ser, como sugerem Maeso e Araújo, “[...] reconstruir substancialmente as narrativas sobre o passado, à luz de uma abordagem que torne evidentes as ligações entre certos processos e eventos, e que, portanto, desafie as fórmulas narrativas mestras” (Araújo e Maeso, 2016: 267). Não obstante essas vozes existirem, elas estão demasiado fragmentadas por diversos espaços virtuais para comporem um todo narrativo coerente. Continua a haver uma distinção importante entre disponibilidade e visibilidade no espaço digital.

CAPÍTULO V – A GUERRA NO FACEBOOK E AS NOVAS DINÂMICAS MNEMÓNICAS NO ESPAÇO DIGITAL

“We believe building tools to help people share can bring a more honest and transparent dialogue around government that could lead to more direct empowerment of people, more accountability for officials and better solutions to some of the biggest problems of our time.

By giving people the power to share, we are starting to see people make their voices heard on a different scale from what has historically been possible. These voices will increase in number and volume. They cannot be ignored.”

The Guardian, “Facebook’s letter from Mark Zuckerberg.”¹⁵⁶

“If you’re not paying for it, you become the product”

Scott Goodson, *Forbes*.¹⁵⁷

Micro-história do Facebook

O lançamento do Facebook, como todo o seu percurso, foi acompanhada por várias polémicas,¹⁵⁸ mas isso não impediu a empresa fundada, entre outros, por Mark Zuckerberg. O Facebook é lançado no início de fevereiro de 2004 com o objetivo de ligar estudantes de várias universidades americanas. No entanto, após várias expansões a outras universidades anglófonas, em 2006 o Facebook abre-se a todos aqueles que tenham mais de treze anos e um endereço eletrónico válido. Negócio de *software* baseado na criação de uma rede social de inscrição gratuita, o Facebook competia com outras redes sociais existentes na época como o MySpace – com um modelo de rede jovem ligado, sobretudo, à indústria musical

¹⁵⁶ Carta publicada por *The Guardian* a 1 de fevereiro de 2012, disponível na totalidade em: <https://www.theguardian.com/technology/2012/feb/01/facebook-letter-mark-zuckerberg-text> (último acesso a 19/12/2021).

¹⁵⁷ Artigo publicado na *Forbes* a 5 de março de 2012, disponível na totalidade em <https://www.forbes.com/sites/marketshare/2012/03/05/if-youre-not-paying-for-it-you-become-the-product/?sh=3de658e05d6e> (último acesso a 19/12/2021).

¹⁵⁸ Para ter uma pequena introdução das polémicas que envolveram e continuam a envolver o Facebook, ver “The 16 biggest scandals Mark Zuckerberg faced over the last decade as he became one of the world’s most powerful people” por Mary Meisenzahl e Katie Canales, *Business Insider*, 03/11/2021, disponível em: <https://www.businessinsider.com/mark-zuckerberg-scandals-last-decade-while-running-facebook-2019-12> (último acesso a 19/12/2021).

–, o Hi5 – a rede social com maior adesão em Portugal antes do Facebook – ou o Orkut – celebre, em particular, dentro da comunidade brasileira. Sem grandes dúvidas, o Facebook começou – ou foi criado – para ser/como uma plataforma elitista e restrita a estudantes universitário – da Ivy League, as universidades americanas mais prestigiadas –, no entanto, vendo potencial de negócio, foi-se alargando e, à medida que se foi alargando a novos público, o crescimento superou a partir de 2008 o de todas as outras plataformas. A empresa começou a rentabilizar o negócio com publicidade direcionada e com jogos pagos. Porém, o valor do Facebook deriva principalmente da grande quantidade de dados voluntariamente cedidos por milhões de utilizadores. Esses dados são, por sua vez, armazenados e controlados (Merrin, 2014: 57). São estes dados que permitem à plataforma criar um modelo de publicidade direcionado aos interesses de cada utilizador. E como “the bigger the power, the bigger the responsibility”, são estes dados que têm criado os problemas éticos que têm assombrado a fama da rede social devido, sobretudo, às questões de privacidade na utilização por entidades terceiras e pelos seus mecanismos funcionamento e modelo de negócio.¹⁵⁹

Ora, o modelo de negócio das redes sociais é baseado na capitalização e na disputa pela atenção dos utilizadores. O sistema é otimizado para: 1) prender a atenção; 2) angariar cada vez mais utilizadores; 3) e previsão para publicidade direcionada e manipulação. A interação com a plataforma permite a recolha de grandes quantidades de informação que aumentam o seu valor de mercado, na medida em que permitem que o nível de precisão do comportamento e vontades dos utilizadores garanta às empresas anunciantes um público suscetível aos seus produtos, ou seja que quase garantidamente compre os seus produtos e/ou serviços. A plataforma acaba por gerar um mecanismo que descreverei alegoricamente como o de “um burro com uma cenoura pendurada à frente do nariz que o impele a andar, mas sem nunca satisfazer o seu apetite.” É, no fundo, um mecanismo de recompensas rápidas baseadas na possibilidade de contacto social e de novidade mediática. Um comportamento que simula o mecanismo aditivo de um qualquer outro vício – e.g., como

¹⁵⁹ O escândalo da Cambridge Analytica culminou num documentário, transmitido pela Netflix *Nada é Privado: O Escândalo da Cambridge Analytica (The Great Hack)* de 2019 realizado por Karim Amer e Jehane Noujaim. Para mais informações sobre o caso ver “Cambridge Analytica and Facebook: The Scandal and the Fallout So Far” por Nicholas Confessore, *The New York Times*, a 04/04/2018, disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/04/04/us/politics/cambridge-analytica-scandal-fallout.html> (último acesso a 19/12/2021).

as *slot machines* dos casinos¹⁶⁰ – e, desta forma, garantem uma atenção diária às redes sociais.

Ao mesmo tempo que o algoritmo do Facebook gere o seu funcionamento, cria dinâmicas de polarização, com o passar do tempo e após várias interações com a plataforma vai tendo acesso a notícias cada vez mais personalizadas. Semelhantes aos conteúdos com os quais o utilizador já interagiu. As notícias que vão aparecendo no *feed* ou mural de cada utilizador são tão personalizadas que o resultado acaba por ser a criação de bolhas de opinião. Dois utilizadores diferentes podem ter acesso a notícias ou conteúdos completamente distintos nos seus murais. A informação à qual cada utilizador tem acesso acaba por corroborar as suas visões do mundo, criando câmaras de eco que facilitam o encontro de pessoas com as mesmas posições e/ou interesses.

Em suma, cada utilizador tem acesso a informações que reforçam e, muitas vezes, radicalizam as suas perspetivas política, económicas ou sociais porque essa é a dinâmica mais rentável para as empresas tecnológicas que detêm as redes sociais. É a polémica que prende o utilizador ao ecrã e a interação social mantém a atenção para que o negócio dos anúncios direcionados continue a dar lucro. É por isso que as redes sociais são terrenos férteis para a disseminação de notícias falsas e teorias da conspiração, são elas que alimentam a economia de atenção que caracteriza plataformas como o Facebook. O seu modo de funcionamento depende de algoritmos desenvolvidos a partir do que designers tecnológicos designam como tecnologia persuasiva, i.e., tecnologia baseada em técnicas da psicologia comportamental, com o objetivo de desenvolver plataformas que consigam captar a atenção dos seus utilizadores. Segundo Cathy O’Neil, os algoritmos são opiniões na forma de códigos, desenhados e otimizados para uma determinada definição de sucesso. Os algoritmos são construídos com um objetivo e assim que entram em funcionamento vão aprendendo e desenvolvendo formas mais eficientes de atingir esses mesmos objetivos (O’Neil, 2016).

Os algoritmos têm um desenvolvimento autónomo a partir do momento em que são colocados em funcionamento e, por isso, há de certa forma uma perda de controlo humano, já que é o sistema que controla o que as pessoas veem. São eles que permitem a personalização dos conteúdos visível no Facebook, um espaço onde cada pessoa tem acesso à sua própria realidade. Não é de estranhar, portanto, que as dinâmicas de conflitualidade em espaços de confronto sejam elevadas. É o caso, por exemplo, das caixas de comentários das publicações de jornais generalistas, tanto no Facebook como nas páginas institucionais

¹⁶⁰ Exemplo dado no documentário da Netflix *O Dilema das Redes Sociais (The Social Dilemma)* de 2020, realizado por Jeff Orlowski e escrito por Davis Coombe e Vickie Curtis.

das empresas noticiosas.¹⁶¹ Este enquadramento tecno-social explica a grande adesão ao Facebook.¹⁶² O Facebook é a terceira plataforma mais acedida na Internet do mundo,¹⁶³ atrás do Google e do Youtube, e a rede social mais utilizada pelos portugueses em 2020 (cf. fig. 21).¹⁶⁴

De acordo com José van Dijck, o Facebook serve, sobretudo, para articular memórias pessoais na construção e projeção de uma identidade individual *online* – a *persona* virtual. No entanto, para além da componente individualista, não deixa de haver um horizonte de ação coletiva. É, neste sentido, ao mesmo tempo uma ferramenta de criação comunitária baseada em interesses e experiências partilhadas, embora a sua durabilidade varie. A sua efemeridade e/ou instabilidade concretiza-se na recorrente migração dos utilizadores de plataforma em plataforma como aconteceu com a rota MySpace, Orkut ou Hi5 para o Facebook e do Facebook para o Instagram ou para o Twitter. Ademais, a dinâmica gerada dentro da plataforma é diferente da que se desenvolveu/desenvolve nos servidores de blogues e na Wikipédia. Focada sobretudo na construção de uma identidade semipública, dá aos seus utilizadores a possibilidade de ampliarem a sua identidade e as suas opiniões. Porém, podendo parecer paradoxal, as intenções que agora gera são guiadas, sobretudo, por polémicas e/ou tendências e temáticas do momento, o que dificulta a criação de uma organização política e social que nasça a partir delas e se mantenha estável e operante a longo prazo. As páginas que vão surgindo no Facebook provêm maioritariamente de grupos ou associações já existentes. Não é, portanto, o Facebook que os junta – irei explorar estes casos em maior detalhe na secção seguinte.

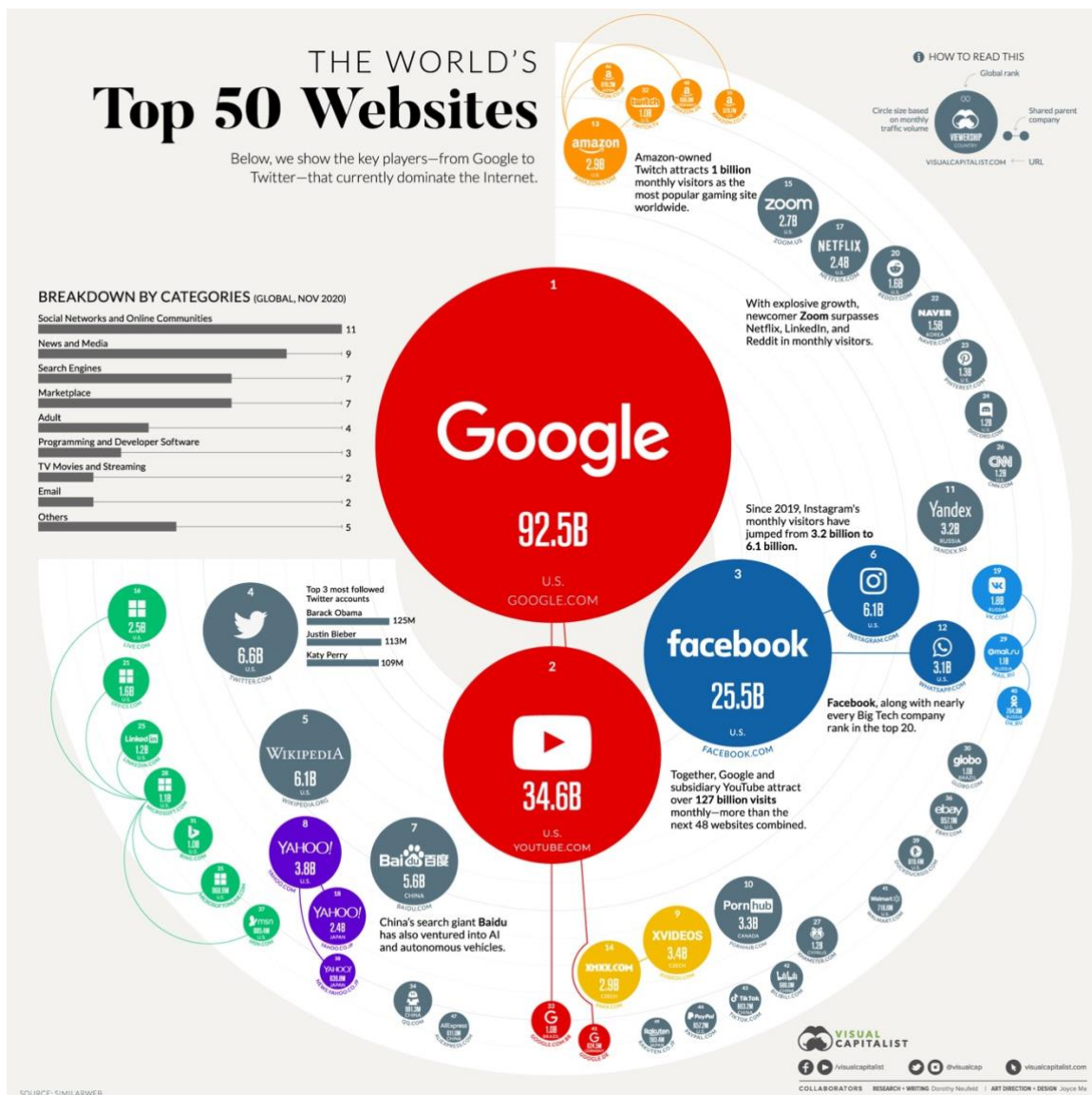
¹⁶¹ O que acontece, por exemplo, na secção de comentários da página digital do *Jornal Público* ou do jornal digital *Observador*.

¹⁶² O Facebook tem-se tornado menos popular entre as camadas mais jovens da população que têm, nos últimos anos, preferido e migrado para plataformas mais visuais – imagens e vídeos – como o Instagram e o TikTok ou, para comunicar, o Twitter, por ser mais rápido, permitir uma maior dinâmica entre os seus utilizadores e ter políticas menos restritivas.

¹⁶³ Dados provenientes de *SIMILARWEB*, relativos a julho de 2021, disponível em: <https://www.similarweb.com/top-websites/> (último acesso a 27/08/2021).

¹⁶⁴ Dados provenientes de Marktest, relativos a julho de 2020, disponível em: https://www.marktest.com/wap/private/images/Logos/Folheto_Portugueses_Redes_Sociais_2019.pdf (último acesso a 27/08/2021).

Fig. 21 - Infografia das páginas mais consultadas da Internet em 2020



Fonte: Visual Capitalism, publicabo do Dorothy Neufeld a 27/01/2021. Dados do infograma são retirados da página SimilarWeb, novembro de 2020.

As lógicas de funcionamento do Facebook condicionam a forma como se interage com e na plataforma. O conteúdo e o acesso ao conteúdo produzido dependem dessas lógicas. Não obstante, é inegável que a plataforma permitiu criar grupos e remover barreiras à ação coletiva. Ou pelo menos a um certo tipo de ação coletiva – espontânea, mais informal e por vezes não institucionalizada. Com o seu crescimento, tornou-se cada vez mais claro, ao contrário do que preconiza uma visão mais otimista das redes sociais, em especial, no período das chamadas revoluções árabes (2010 a 2012), que não são os indivíduos ou os grupos por eles criados que mais poder ganham com estas plataformas, mas sim as empresas. Sobretudo as grandes empresas tecnológicas monopolistas (ver infografia na fig. 21), com lucros astronómicos. Não obstante, alheios ou não a estas dinâmicas

económicas, o Facebook tornou-se no centro da ecologia visual quotidiana da maioria das pessoas. O tempo passado na plataforma é significativo e corrobora-o (Merrin, 2014: 87-88).

O seu desenvolvimento é constante, pois pese embora tenha sido criada há 17/18 anos, rapidamente se tornou na primeira e última imagem vista por milhões de pessoas à volta do globo. O *scroll* é, sabe-se hoje, aditivo.¹⁶⁵ O Facebook passou por inúmeras alterações ao longo dos anos, o que torna muitos dos artigos feitos há alguns anos, sobre a plataforma, pouco úteis ou completamente obsoletos. Dois dos exemplos são o artigo de Joanne Garde-Hansen “MyMemories? Personal digital archive fever and Facebook” (2009) e o artigo relativamente recente de José van Dijck “Connective Memory: how Facebook takes charge of your past” (2017). Escrito em 2009, cinco anos depois da criação da plataforma, o artigo de Joanne Garde-Hansen alerta para uma característica importante do Facebook ao ter em conta a sua mutabilidade, mesmo que essa mutabilidade tivesse tornado, uns anos mais tarde, o seu artigo datado:

“It is vital to admit a disclaimer; like all online interfaces, Facebook evolves and at the time of the writing, the site has evolved into www.newfacebook.com. The change does not disrupt the analysis to follow but it does highlight the instability of theorisations on digital memory, which like memory itself can be fleeting. It also accords with the central thesis within this chapter; that SNSs like Facebook can restructure, at will, how your life is organized, regardless of your objections and those of other Facebook users who create groups declaring those objections to the Facebook Company” (Garde-Hansen, 2009: 136).

O Facebook tornou-se numa plataforma cada vez menos voltada para o armazenamento ordenado ou cronológico de objetos mnemónicos. Como os objetos de uma casa, dispostos de acordo com uma lógica que nos é desconhecida e que só o/a dono/a da casa conhece. O *design* atual do Facebook torna difícil ou quase impossível fazer um trabalho de arqueologia digital de objetos multimédia simbólicos armazenados nos perfis da plataforma.

Mas voltando um pouco atrás, para explicar a rápida obsolescência dos artigos sobre a aparência de redes sociais como o Facebook – não há uma alteração de objetivos de acumulação de capital, mas sim nas estratégias e na ordenação e *design* da plataforma. A mudança nesse sentido ocorre em 2010 e é essa mesma alteração que torna o artigo de

¹⁶⁵ O *scroll* é a palavra – estrangeirismo/neologismo anglófono – que designa o ato de percorrer o *feed* – ou mural de notícias – de notícias de uma rede social, num movimento descendente ou ascendente como se de um pergaminho se tratasse. Sobre vício e redes sociais ver, por exemplo, Hou, Y., *et al.* (2019). “Social media addiction: Its impacts, mediation, and intervention.” *Cyberpsychology: Journal of Psychosocial Research on Cyberspace*, 13(1), Article 4. <https://doi.org/10.5817/CP2019-1-4>.

Garden-Hansen obsoleto. Os *gifts* – presentes em formato de imagem que se trocavam no Facebook – deixaram de existir em 2010 quando o Facebook muda de estratégia para se tornar num plataforma onde outras empresas possam criar, vender e anunciar os seus produtos. Todas as restantes mudanças no *design* ocorrem no sentido de tornar a plataforma mais apelativa e/ou mais funcional dentro das lógicas de acumulação de capital praticadas e essas mudanças têm impacto na forma como nos relacionamos com o Facebook – i.e., como organizamos os nossos objetos mnemónicos e como os lembramos ou a eles temos acesso.

O artigo de Garden-Hansen é o mais antigo, de 2009 (ver fig. 22), e, por isso mesmo, o que menos tem em conta as alterações que foram ocorrendo nas configurações e no aspecto estético do Facebook. Por via da mutabilidade do Facebook, o artigo de José van Dijck faz uma análise mais aproximada da forma e conteúdo atuais da plataforma. A sua crítica é mais certa nesse sentido, porém não é possível descartar completamente a análise de Garden-Hansen. Começando por assumir que as redes sociais – neste caso o Facebook – passam, para muitas pessoas a fazer as vezes dos seus arquivos pessoais ao preservarem as suas memórias – sobretudo fotografias. Além disso, a padronização mencionada por Garde-Hansen tem, segundo a autora, uma explicação comercial porque é a padronização do aspecto dos perfis que permite a exploração das informações fornecidas para fins comerciais.

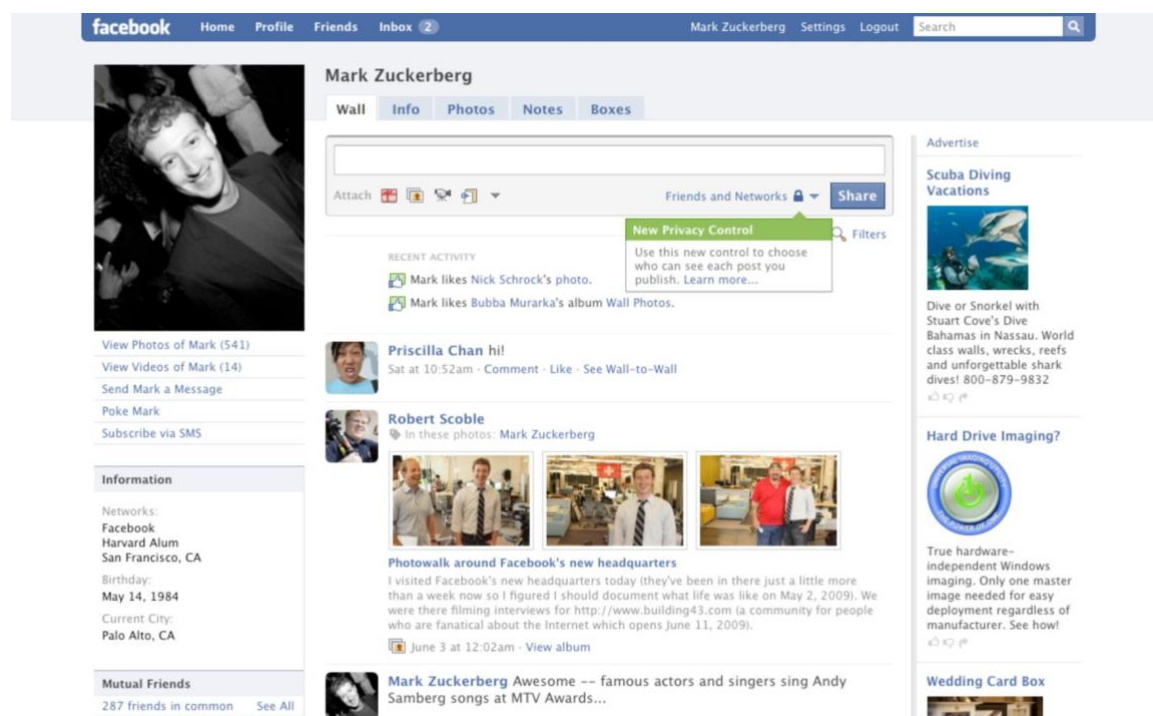
Todavia, a análise da autora, ao associar o Facebook a um arquivo de acordo com a definição dada por Derrida, não é, nos moldes atuais da plataforma, uma análise que faça muito sentido. O Facebook não está organizado para ser um arquivo, mas antes uma montra pessoal do *eu* que se projeta perante um *outro*. Para Garden-Hansen, o Facebook estava a tornar-se uma plataforma de arquivo mnemónico por se guiar, pelo que a autora entendia ser, uma lógica narrativa. No entanto, o que aconteceu com o tempo foi a aproximação cada vez mais evidente do Facebook de uma lógica de dados. Entre um artigo e outro, a empresa de Mark Zuckerberg percebeu que seria mais rentável ou mais lucrativo negociar a partir das suas potencialidades como base de dados. Não deixa de ser interessante que o Facebook tenha passado de um modelo de base de dados para um modelo narrativo cronológico e voltado ao modelo de base de dados – com elementos cronológicos.

O Facebook não tem como principal objetivo assegurar a duração dos objetos mnemónicos guardados, nem a interpretação ou ordenação dos mesmos de acordo com algum tipo de critério. Até há bem pouco tempo o Facebook não tinha uma política de denúncia que eliminasse sistematicamente conteúdos de extrema-direita – como tem com os mamilos femininos, por exemplo – como neste momento tem. Um arquivo não se rege apenas pelo direito de propriedade. O que se publica no Facebook são milhões – se não

mais – de dados – uma imensidão de informação capitalizável – que não se coaduna com a aura (*uniqueness*) de objetos mnemônicos – embora as esporádicas lembranças a partir de fotografias e eventos passados possa indicar o contrário.

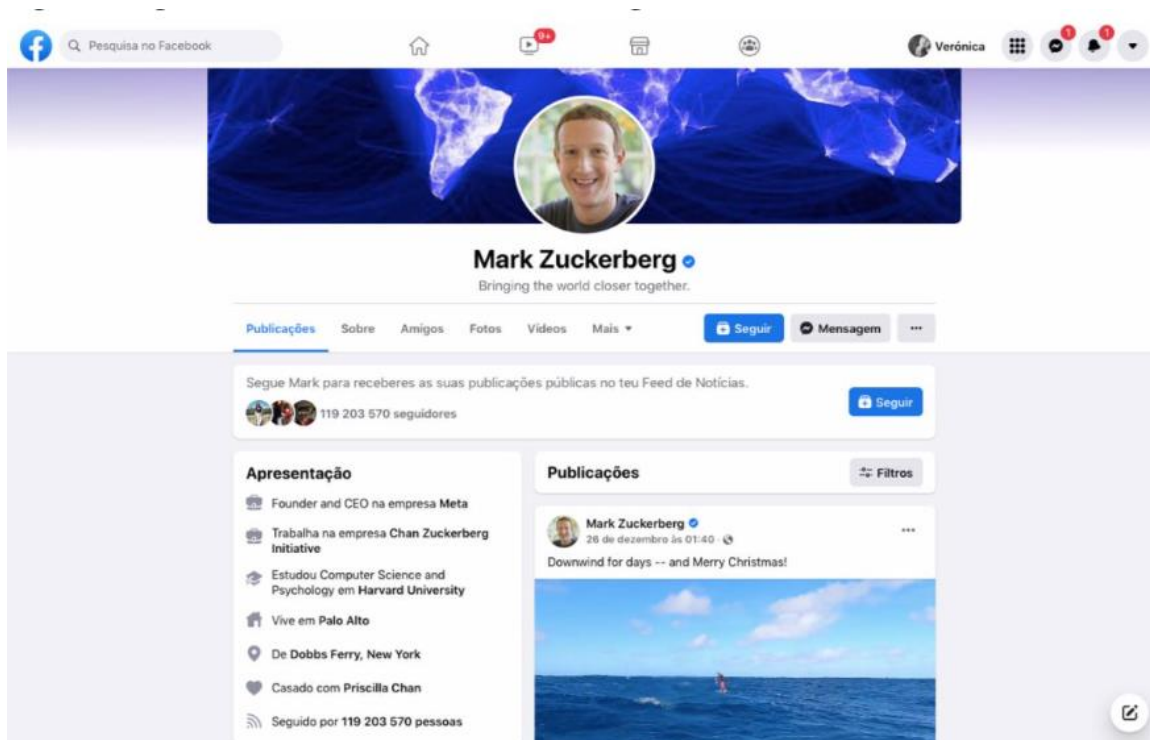
A organização cronológica que nas primeiras versões do Facebook eram uma característica presente, deixaram de ser importantes. Neste momento a organização da informação no Facebook não tem tanta importância quanto o tema do momento – materializado na publicação mais recente. São os dados que dão valor comercial ao Facebook e, ao contrário do que afirma Garden-Hansen, os direitos de propriedade e armazenamento dos conteúdos não equiparam o Facebook a um arquivo no sentido tradicional do termo – até porque apenas os dados passíveis de fornecer informações sobre os seus utilizadores/consumidores e com valor de venda para os anunciantes é que são valorizados. Como os nossos dados vão ser armazenados no futuro coloca questões importantes relativamente ao acesso, transparência, direitos de autor e uso que neste momento não estão estabelecidos e Garden-Hansen acerta nas questões que devem ser colocadas: “breaches of privacy, identity fraud, control over personal information and surveillance have cast light upon how SNSs like Facebook are centralised and organised” (Garden-Hansen, 2009: 138).

Fig. 22 – Página de Facebook de Mark Zuckerberg em 2009.



Fonte: Version Museum: a visual history of your favourite technology, através de Time, disponível em: <https://www.versionmuseum.com/history-of/facebook-website> (último acesso 19/12/2021).

Fig. 23 – Página de Facebook de Mark Zuckerberg em 2021.



Fonte: Captura de ecrã da autora a 29/12/2021, disponível em: <https://www.facebook.com/zuck>.

Dito isto, o Facebook cria um padrão de dependência ou direcionado (*path dependency*) a partir da dinâmica que o algoritmo da plataforma cria no ecossistema virtual de cada utilizador ou o que William Merrin (2014: 90) apelida de determinismo informacional (*informational determinismo*). O conceito de *path dependency*, aqui aplicado, descreve um percurso dentro da plataforma que é condicionado pelas interações passadas de cada utilizador, enquadradas pelo algoritmo da plataforma. Na prática, o que aparece no *feed* ou mural geral do Facebook depende das interações anteriores com a plataforma e outras páginas ligadas ao Facebook através da manifestação de preferências – e.g., o botão digital “gosto” (like) – e da escolha consciente das pessoas que fazem parte da rede pessoal de contactos – e.g., os “amigos” (*friends*). A criação desta dinâmica algorítmica leva a uma das características mais importantes do Facebook, a capacidade de criar bolhas de opinião e interesses. Aquilo que cada utilizador/criador vê no Facebook, em princípio, espelha as opiniões e interesses de cada utilizador/criador. Expressões como “adicionar amigo” (*add friend*) ou “desamigar” (*unfriend*) tornaram-se comuns no vocabulário dos utilizadores da plataforma e as purgas e bloqueios a utilizadores que não se enquadram em determinada bolha de opinião são recorrentes. Para além disso, o Facebook possibilita a criação de grupos de memória. Existem vários grupos de antigos combatentes, uns privados e outros abertos. Estes são o reflexo do aumento dos utilizadores da plataforma e da crescente anamnese em volta da Guerra Colonial.

O Facebook é também uma plataforma de convergência, interseção e socialização. É uma rede social centrada na construção individual de uma identidade que se pretende projetar para os outros. Ao mesmo tempo, é uma rede imersiva a partir da qual se cria um espaço público móvel e permanente onde tudo se discute. A dinâmica é, portanto, estabelecida a partir da convergência individual em direção a um tópico específico. O que nos interessa aqui explorar é a convergência em torno da memória da Guerra Colonial, mas sem esquecer que esta memória específica não é muitas vezes dissociável de outras memórias como a da colonização, a da descolonização e do retorno e, no caso dos contextos africanos, a das guerras civis que se seguiram à independência.

Elsa Peralta alude ao recente aumento na produção mnemónica de retornados e cuja crescente visibilidade está ligada ao estabelecimento de comunidades digitais como aconteceu com a criação em 2008 do blogue “Bravos ‘Retornados’ Refugiados, Deslocados, Espoliados...”.¹⁶⁶ Comunidades que, com o surgimento das redes sociais, se expandem para o Facebook na forma de páginas alusivas à memória do Império e do retorno. A sociabilidade criada a partir da Internet, e alvo de análise num texto do investigador Bruno Góis, deu origem a vários outros grupos na plataforma, um deles criado em 2010 com o nome “Retornados e Refugiados de Angola” tem cerca de 30 mil membros (Peralta, 2019: 12-13; Góis, 2021).

A criação de páginas de Facebook a partir de comunidades previamente existentes, no mundo não virtual ou noutras páginas da *web*, permite descrever o Facebook como uma rede social onde se estabelecem interseções. Irei abordar as páginas com maior pormenor na próxima secção, mas antes traçarei um quadro geral sobre a dinâmica da rede. Importa, no entanto, sublinhar que a interseção enquanto característica da rede permite compreender que aqui se cruzam pessoas, instituições e coletivos. As dinâmicas que se desenvolvem no Facebook são levadas a cabo por pessoas individuais na sua interação com outras pessoas em publicações suas ou de páginas coletivas. O Facebook é também, numa dimensão talvez mais óbvia que o blogue, um local de encontro entre camaradas e entre antigos combatentes e familiares de camaradas seus.

¹⁶⁶ Disponível em <http://retornadosdafrica.blogspot.com> (último acesso a 30/09/2021). A última publicação do blogue data de 04/12/2016.

As páginas da Guerra Colonial

As páginas sobre a Guerra Colonial são variadas e nem todas são exclusivamente dedicadas à memória do conflito. Páginas como a da Associação de Comandos, a da LC ou dos três ramos das FAP – Exército, Marinha e Força Aérea – fazem parte desta rede mnemónica, onde se projetam e se confrontam intersubjetivamente memórias individuais. Existem dois perfis da LC, um deles mais antigo, com cerca de 3 mil seguidores, cuja última publicação data de 2019¹⁶⁷; o segundo está atualizado e parece ser o perfil oficial da Liga.¹⁶⁸ Este último perfil da LC tem cerca de 12 mil seguidores e fornece, em primeiro lugar, informações relativas ao horário de funcionamento, contactos e ligação à página *web*. O Facebook permite também que se crie uma componente comercial ao colocar uma opção de compra que remete para a loja da Liga onde se podem comprar sobretudo livros de memórias e outras obras historiográficas publicados com a sua chancela. Mas a página de Facebook serve sobretudo para informar e divulgar os seus eventos e dos eventos do Museu do Combatente.

¹⁶⁷ Pode ser consultada em <https://www.facebook.com/Liga-dos-Combatentes-201808336532424> (último acesso 29/09/2021).

¹⁶⁸ Disponível em <https://www.facebook.com/ligadoscombatentes.oficial> (último acesso em 29/09/2021).

Fig. 24 – Página de Facebook da Liga dos Combatentes.



Fonte: Sreen shot de <https://www.facebook.com/ligadoscombatentes.oficial> (29/09/2021).

A página da LC no Facebook serve o propósito de divulgar informação básica. Seguida por mais de 13 mil pessoas, as suas publicações divulgam eventos organizados e visitas da instituição. A LC é descrita como “[...] uma pessoa coletiva de utilidade pública administrativa, sem fins lucrativos, equiparada a IPSS, de ideais patrióticos e carácter social dotada de plena capacidade jurídica, para a prossecução dos seus objetivos. Exerce a sua atividade sob a tutela do Ministério da Defesa Nacional.” A página divulga as notícias publicadas pelo *site*. Os aniversários dos diversos núcleos, a inauguração de monumentos, convívios comemorativos. É interessante notar que nas publicações de homenagem a combatentes que faleceram ao serviço do Estado português em conflitos recentes como o Afeganistão (2001-2021) geram reações de antigos combatentes da Guerra Colonial. A comparação feita revela algum ressentimento. É um espaço onde por comparação aos novos combatentes extravazam a frustração pela falta de reconhecimento do “seu sacrifício” em “terras ultramarinas.”

C1: “*Os tempos eram outros, tínhamos amor á pátria, isso já não existe, os militares actuais são marcenários e bem pagos [sic]*”

C2: *Muito bonito, mas talvez não devêssemos esquecer os militares portugueses que tombaram nas então províncias ultramarinas, nem os militares portugueses abandonados na altura da descolonização exemplar e fuzilados pelos movimentos de libertação assim como aqueles cujos corpos não tiveram direito a regressar a Portugal... há verdades que devem ser ditas ou acham que não?* [sic]

C3: *No meu tempo da guerra do ultramar em Angola onde prestei serviço militar obrigatório na 12^a C Comandos, defendia-mos a nossa bandeira e o nosso povo e falava-se dos mercenários como os Cubanos, Chineses e Comandos Argelinos que combatiam contra nós. Esses Mercenários eram considerados criminosos, porque combatiam matando por dinheiro. Será que esses nossos militares que hoje que combatem no lugar desses mesmos outros, Comandos Argelinos e etc, iriam defender a nossa bandeira e a nossa gente, pela módica quantia de quatro Euros mensais ?, e, as suas famílias e esta corja de políticos, os deixaria la sepultados e abandonados como os nossos colegas daquele tempo?. È urgente dar aos militares que faleceram no ex-ultramar Português, aquilo que com o respeito devido têm por direito* [sic]

Embora a LC chame a si a representação de todos os combatentes portugueses, os comentários são maioritariamente escritos por antigos combatentes da Guerra Colonial. É também através dos comentários que deixam nas publicações da LC que antigos combatentes apelam aos seus camaradas/ seus companheiros:

C1: *Dia 28/10 pelas 14h30 Grande Manifestação de COMBATENTES junto da Assembleia da República! Vamos querer saber se o Sr. Ministro da Defesa e o Governo de Portugal aceitaram as Propostas da Liga á Lei 46/2020 e se incluíram no Orçamento de Estado a parte financeira.*

TODOS NÃO SOMOS DEMAIS [sic]¹⁶⁹

É interessante notar o viés político conservador dos comentários. Um exemplo ilustrativo, num comentário a uma publicação sobre um monumento no Funchal que também aludia ao 25 de Abril:

C1: *Nunca tinha visto um monumento dedicado aos Combatentes da Guerra do Ultramar com ...alusão ao 25 de Abril de 1974. Mistura nada adequada. Enfim...*

Há também comentários de combatentes que procuram camaradas de quem perderam o rasto. Todavia, a maioria das publicações não têm comentários, a maioria das interações são apenas “gostos” (*likes*).

¹⁶⁹ Manifestação organizada pelo CUL e UCU, com a presença do representante e líder do PURP, Fernando Loureiro – antigo combatente –, sem dimensão ou repercussão mediática.

A memória da Primeira Guerra Mundial está presente e navega de forma pouco controversa, mas há momentos de fricção. Quando a 3 de maio de 2021 a LC publica um vídeo com o poema “Mulher-Mãe e Mulher-Soldado” de Joaquim Chito Rodrigues, Presidente da LC e combatente na Guerra Colonial, acompanhado de uma imagem de combatentes portugueses da Primeira Guerra Mundial a despedirem-se de mulheres (mães ou companheiras), surgem comentários:

C1: ... porque se optou por uma cena de mais de 100 anos, onde o número de combatentes foi muito inferior ao da guerra ao terrorismo em África?... logo muito mais representativa em mulheres afectadas...continua-se a tentar ignorar ou silenciar a nossa luta?...

Entre o dia 12 de fevereiro e 16 de fevereiro de 2021, um dia depois do anúncio da sua morte e um dia depois da realização do seu funeral, foram criadas seis publicações sobre Marcelino da Mata. Sem grande surpresa foram as publicações mais comentadas e com maior número de interações – entre “gostos” e “partilhas.” Uma das notícias mais comentadas foi a do funeral de Marcelino da Mata, enterrado no Talhão da LC no cemitério de Queluz, núcleo onde era sócio e membro honorário. A LC partilhou a notícia do *Observador* e dez horas depois uma mensagem do Presidente Chito Rodrigues que teve mais de 700 “gostos”, uma centena de comentários e duas centenas de partilhas. A caixa de comentários transformou-se num livro de condolências, onde se podiam encontrar relatos de encontros com Marcelino da Mata por parte de outros combatentes e exaltações ao “camarada herói”, “herói português”, “bravo militar”, “herói nacional”, “patriota português” entre outros epítetos laudatórios semelhantes. Repetem-se as palavras de ordem dos comandos “Mama Sumae,” tecem-se críticas e apela-se a um luto nacional para o militar mais condecorado do exército português.

Relativamente aos grupos de antigos combatentes, uma das páginas com mais seguidores é a “GUERRA COLONIAL PORTUGUESA 1961-1974”¹⁷⁰ gerida pelo veterano Eduardo Teixeira Lopes que esteve na Guiné de janeiro de 1971 a janeiro de 1973 (cf. fig. 25). A página tem mais de 19 mil seguidores (“gostaram” e “seguiram”).¹⁷¹ O objetivo é semelhante a outras páginas, como o próprio escreve na descrição “porque a guerra não se apaga nos ‘corações’ de quem a viveu. Conta a tua história. Mostra as tuas fotos. Confidencia o que te vai na alma com camaradas e amigos.”¹⁷² Tal como noutras páginas já analisadas, há aqui uma necessidade de dar aos sujeitos da história a autoria e a

¹⁷⁰ Página de Facebook disponível em: <https://www.facebook.com/GUERRA-COLONIAL-PORTUGUESA-1961-1974-102512929796720/> (último acesso a 30/10/2021).

¹⁷¹ O número de “seguidores” é diferente do número de “gostos” da página. Um utilizador pode “gostar” da página, mas desejar não a “seguir, isto é não receber notificações ou informações sobre atualizações da página no seu mural.

¹⁷² Em letras maiúsculas no original.

autoridade para contarem e/ou narrarem a sua própria história, não deixando essa tarefa para terceiros.

Vamos continuar a contar a nossa história. Não deixando que sejam outros a fazê-lo por nós.

...A Página tem o objectivo de, aproveitando as "novas" tecnologias, dar a conhecer através da imagem e escrita, que "existiu" uma geração de jovens, que no melhor de suas vidas honradamente: humildes, generosos, e, na condição de Portugueses, sob juramento de bandeira, cumpriram com o dever superiormente designado em nome da Pátria que aprenderam a amar e a respeitar. [sic]

São formas de construir o passado no presente porque o passado permanece vivo no presente para estes homens e seus familiares e amigos. Há a necessidade de deixar o seu “testemunho”, de “narrarem as suas histórias” e de contactarem ou interagirem de alguma maneira com camaradas que viveram a mesma experiência.

As fotografias e os vídeos são um elemento importante nas publicações da página. Todas elas têm ou um vídeo ou uma fotografia. Os vídeos são excertos do documentário *A Guerra* de Joaquim Furtado a partir do Youtube. As fotografias são de homens fartados, de corpo inteiro. Individuais e de grupo. Fotografias da cidade de Bissau. De tropas portuguesas em cima de tanques. Mas são também fotografias de monumentos que homenageiam os combatentes. Uma forma de transmediação de um objeto mnemónico público fora do espaço da *internet* que se virtualiza e com isso viaja por várias geografias obtendo uma projecção que de outra forma não seria possível. Existem outras páginas mais pequenas em dimensão, mas cujo objetivo e conteúdo são semelhantes às anteriores, apenas o alcance e o número de interações diminuem. A página da “Tabanca Grande Luís Graça”¹⁷³ republica as entradas do blogue e permite que se interaja com as publicações a partir do Facebook.

¹⁷³ Página disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100001808348667> (último acesso a 30/10/2021).

Fig. 25 – Página de Facebook “GUERRA COLONIAL PORTUGUESA 1961-1974.”



Fonte: Captura de ecrã da autora a <https://www.facebook.com/GUERRA-COLONIAL-PORTUGUESA-1961-1974-102512929796720/> (28/09/2021).

Outras páginas têm vindo a apropriar-se da memória colonial e a evocá-la em momentos chave com objetivos políticos. É o caso de páginas de grupos ligados à direita e extrema-direita portuguesas e que nos últimos anos têm vindo a ganhar visibilidade sobretudo nas redes sociais. Um dos exemplos é a página “Nova Portugalidade.”

As redes sociais como o Facebook podem ser encaradas como novos espaços públicos, com dinâmicas específicas. São espaços públicos digitais na medida em que, como define Jürgen Habermas, é um espaço no qual a sociedade se envolve em debates públicos críticos ou, por outras palavras, é um dos espaços onde os cidadãos – os membros de determinada comunidade política – comunicam e discutem as normas da sua sociedade. Neste sentido, uma grande parte da nossa comunicação diária ocorre através dos meios de comunicação digitais, em particular através da Internet.

Dito isto, também convém sublinhar que apesar desta aproximação com o conceito habermasiano, a crescente visibilidade de vozes provenientes de setores da população que antes não tinham acesso aos meios de comunicação tradicionais, através dos quais as elites dominantes se expressavam, não segue as convenções retóricas da esfera pública racional e deliberativa descrita por Habermas. O debate coletivo e a ação coexistem com uma re-tribalização do discurso nas redes sociais e uma das suas formas mais visíveis é a centralidade das provocações provenientes da extrema-direita (Hartley, 2020: 111-113).

As dinâmicas que surgem no Facebook dependem muito de polémicas criadas a partir da plataforma ou que se expandem para a plataforma. É o local de discussão de polémicas. O Facebook tornou-se a câmara de eco do espaço público nacional. Várias foram as polémicas que marcaram a contestação mnemónica nas redes sociais. Entre elas a relativamente recente anamnese dos desertores e exilados políticos, a morte de Marcelino da Mata, a aprovação do Estatuto do Combatente e o debate sobre as estátuas alusivas ao Império português.

Segundo Jorge Cabral é interessante que as pessoas o conheçam mais das histórias que vai publicando no Facebook que das que publicou a partir do blogue. Nas suas palavras:

O Facebook veio dar uma machadada no blogue. É mais simples. Leva uns likes, o blogue não tem likes. E é interessante que mesmo pessoas que estiveram na Guiné, que conhecem mais o que eu escrevo sobre a Guiné através do Facebook do que do blogue [...] porque o blogue é o que o Luís Graça quer, o blogue é o Luís Graça [...] É que o blogue leva tudo, ele mete lá tudo

Querendo com isto dizer que no Facebook é mais fácil haver um interesse direcionado que no blogue, onde tudo se publica. Hélder Sousa diz que o modo de funcionamento do Facebook é diferente porque é mais rápido e direto. Já Luís Graça explica porque prefere o blogue ao Facebook:

Não sei qual é a importância dos blogues e do Facebook... tenho uma página, mas não sou fã, não permite informação cruzada... No blogue não podes mentir, porque há ao lado quem estava lá nesse dia, nessa situação. Mas aparecem tipos que estão interessados em partilhar coisas, fazer amigos... temos 3 mil amigos [no Facebook], no blogue são 773¹⁷⁴, já morreram 70 e tal e tem aparecido gente interessante, com coisas interessantes.

Há, segundo Jorge Cabral, muitos antigos combatentes que se revoltam no Facebook contra a forma como representam os militares que têm ido em missões recentes para África no contexto da ONU, nomeadamente porque comparam a sua situação à deles e consideram-nos privilegiados por ganharem bem e terem a possibilidade de contactar a família. Da mesma forma que é sobretudo no Facebook que vê camaradas seus a manifestarem ressentimento por um sacrifício que consideram não ter sido reconhecido pelo Estado português. Também é comum ver publicações a anunciar óbitos de camaradas o que aumenta a sua noção de que os antigos combatentes estão a morrer muito cedo.

As discussões entre camaradas acontecem sobretudo nos grupos de Facebook (ver *supra*). É um espaço semipúblico onde é possível inscrever um discurso que possivelmente só teriam entre familiares ou entre camaradas. Surge uma nova dinâmica mnemónica. Nova

¹⁷⁴ Números à data da entrevista.

por se ter desenvolvido nos últimos trinta anos e por ter atingido na era do capitalismo comunicativo a sua expressão mais visível. O conceito de capitalismo comunicativo desenvolvido por Jodi Dean traz alguma luz às dinâmicas que regem as redes de informação nas quais navegamos e a partir das quais esta investigação foi feita. De um modo geral, o capitalismo comunicativo designa a convergência entre valores democráticos de transparência, acesso e participação, mas que fortalecem o sistema neoliberal do capitalismo global. No fundo, as mesmas plataformas que permitem exercer o que nos parece ser uma participação democrática são as mesmas que canalizam essas dinâmicas com o intuito do lucro.

Os usos da história: Nova Portugalidade e o Neo-lusotropicalismo Pop

A Guerra Colonial não é mobilizada apenas por antigos combatentes. Um dos fenómenos mais interessantes neste âmbito que se desenvolvem no Facebook – e noutras plataforma complementares como o Twitter – é o uso da história da expansão e do colonialismo português por páginas criadas e geridas por grupos político-culturais cuja agenda é precisamente revigorar o sentimento lusotropicalista com recurso a uma expressão com laivos estado-novistas. A *Nova Portugalidade*, página com mais de 50 mil seguidores que conseguiu alguma projeção com episódios mais ou menos comezinhos que se tornaram mediáticos, publica frequentemente textos de exaltação do “legado português no mundo”. Nessas publicações vai mobilizando e reatualizando a linguagem lusotropical de uma nação multirracial.

Não sendo uma página exclusivamente dedicada à Guerra Colonial, faz uso, em momentos evocativos, do evento para compor uma narrativa muito semelhante à propagada pelo Estado Novo. A fig. 26 é disso ilustrativa, a imagem escolhida é a de um soldado branco de coqueiras que oferece água (?) a um soldado negro. Uma imagem sugestiva que pretende corroborar a narrativa presente na publicação de uma guerra pela unidade de uma nação multirracial e socialmente harmónica:

*Foi, sobretudo, uma guerra justa – guerra que os portugueses de todas as cores, raças, credos e persuasões foram chamados a travar **para que pudessem continuar a ter-se uns aos outros por compatriotas e irmãos. Nela participaram, sob a bandeira portuguesa e pela causa da unidade, os homens mais diferentes. Católicos e muçulmanos, brancos e negros, republicanos e monárquicos, numa campanha que era nacional muito mais que de qualquer regime – até comunistas patriotas como o Dr. Victor Velez Grilo, figura de proa do PCP e duro adversário de Cunhal que, não deixando nunca de considerar-se marxista, se sentia antes de tudo português** (ver fig. 26).¹⁷⁵*

¹⁷⁵ Negrito da autora.

No fundo, reproduz a mesma narrativa dos setores militares conservadores personificados na figura de Brandão Ferreira (ver capítulo IV). Dos novos movimentos de extrema-direita portuguesa é o único que reproduz claramente uma narrativa lusotropicalista e promove a ideia de um espaço de portugalidade composto por Portugal e pelos países de língua oficial portuguesa. Outros movimentos relativamente recentes, embora não deixem de considerar o passado da expansão e do colonialismo a par dos seus símbolos materiais e imateriais como património cultural e histórico do país, são claramente herdeiros de uma extrema-direita europeia. Isto é, não deixam de reagir a eventos como a morte de Marcelino da Mata (fevereiro de 2020) ou a pichagem do monumento “Aos Heróis do Ultramar” em Coimbra (setembro de 2020), mas apenas na medida em que servem para reforçar a sua oposição ao que apelidam de “movimentos onde imperam valores ‘igualitários’ e ‘progressistas’”.¹⁷⁶ É o caso de grupos como o Escudo Identitário cujas raízes são as mesmas da extrema-direita anti-imigração e abertamente racista.¹⁷⁷

Neste âmbito, partidos políticos constitucionalmente reconhecidos, embora tentem em momentos pontuais, mobilizar tanto a questão dos retornados – chamando-lhes espoliados e defendendo a ideia de uma descolonização apressada que “espoliou” os portugueses que lá faziam a sua vida – como a dos antigos combatentes – a quem apelidam de heróis que lutaram em prol de um dever pátrio de defesa de “Portugal” –, não colhem grande adesão, nem são capazes de mobilizar verdadeiramente esses setores. Aconteceu com o CDS primeiro e depois com o PNR (atual ERGUE-TE),¹⁷⁸ com o PURP e, mais recentemente, com o CHEGA.¹⁷⁹

¹⁷⁶ Citação presente na publicação sobre a pichagem do monumento “Aos Heróis do Ultramar” em Coimbra, disponível em: <https://www.facebook.com/escudo.identitario/photos/a.141238093156448/681809315765987/> (último acesso a 01/11/2021).

¹⁷⁷ Mais informação disponível em: https://www.facebook.com/escudo.identitario/?ref=page_internal (último acesso a 01/11/2021).

¹⁷⁸ O PNR alterou o nome na sequência do crescimento e crescente mediatização do partido de extrema-direita de André Ventura CHEGA.

¹⁷⁹ Houve ainda, por um breve período de tempo, um movimento denominado NOS, Nova Ordem Social, liderado pelo “neo-nazi” e autodenominado “nacionalista étnico”, já condenado a pena de prisão, e agora convertido a *youtuber* Mário Machado. No entanto, o movimento terminou por decisão de Mário Machado cujo objetivo passou a ser canalizar subtilmente o apoio e os seus membros para o partido CHEGA. Entre outras notícias, ver: <https://visao.sapo.pt/atualidade/politica/2020-06-19-mario-machado-apela-a-participacao-da-extrema-direita-na-manifestacao-do-chega/> (último acesso a 01/11/2021) ou <https://www.youtube.com/watch?v=qQU09ZMeh-M> (último acesso 01/11/2021). André Ventura desmarcou-se, todavia, de Mário Machado e dos seus movimentos, ver em: <https://expresso.pt/politica/2020->

Dito isto, o número de seguidores destas e de outras páginas não equivale à partilha do ideário da página por parte de todos aqueles que recebem notificações ou veem as publicações nos seus murais. Seguir a página pode ser uma questão de curiosidade e/ou vontade de conhecer a atividade do grupo. Não obstante, o elevado número de interações e os comentários deixados por vários utilizadores nas publicações sugerem alguma adesão às ideias veiculadas na página.

Fig. 26 – Publicação da página *Nova Portugalidade* a 15 de março de 2021, marcando os 60 anos do início da Guerra Colonial.



Fonte: Captura de ecrã da autora 01/11/2021.

Os grupos públicos da Guerra Colonial

Para além das páginas sobre a Guerra Colonial que pululam no Facebook, existem diversos grupos criados por antigos combatentes, familiares, amigos ou interessados no conflito. A

06-23-Lider-do-Chega-demarka-se-de-Mario-Machado.-Isso-ja-nao-e-democracia-e-bandidagem (último acesso a 01/11/2021).

tipologia varia entre grupos secretos – aos quais só se tem acesso através de convite de um dos membros –, grupos privados – visíveis, mas cujas publicações estão restritas a utilizadores que não sejam membros do grupo – e grupos públicos. São estes últimos os únicos que permitem a utilizadores, que não são membros do grupo, visualizar os conteúdos publicados pelos membros.

Não é possível saber quais e quantos são os grupos secretos existentes sobre a Guerra Colonial/“Guerra do Ultramar” porque estes não são visíveis através de uma simples pesquisa na plataforma. No entanto, é possível ter uma ideia da quantidade e do tipo de grupos privados e públicos. Nos primeiros, não sendo possível aceder aos membros, é possível saber quantos membros fazem parte do grupo, quem são os administradores e qual é o âmbito ou objetivo do grupo – por via do título e da descrição. São, contudo, os segundos que permitem analisar as dinâmicas sociais e discursivas que se estabelecem entre antigos combatentes no Facebook. Existem dezenas de grupos deste género na plataforma, mas vale a pena analisar em pormenor os que têm maior número de membros. Os de maior dimensão contam com milhares de membros, é o que acontece com o grupo público “CUL – Combatentes do Ultramar em Luta”¹⁸⁰ que conta com cerca de 16,5 mil membros e a partir do qual se mobilizam – ainda que de forma insípida – combatentes para algumas demonstrações públicas.

Apesar da sensação de atividade que as redes sociais providenciam numa era marcada pelo que Jodi Dean chamou de capitalismo comunicativo, a verdade é estas novas formas de socialização não serviram para que houvesse uma mobilização política expressiva por parte dos antigos combatentes. Não obstante a proliferação de grupos, a perceção de mobilização não se materializa na prática. A manifestação convocada a partir do grupo CUL, em conjunto com o partido PURP – com uma expressão eleitoral inexpressiva – não obteve uma participação superior a uma centena de veteranos. Simultaneamente, o caderno de reivindicações é meramente reativo. Os antigos combatentes manifestaram-se contra o atraso no cumprimento dos benefícios estabelecidos pelo Estatuto do Combatente aprovado no início de 2021.¹⁸¹

Há ainda um grupo público que é, no fundo, uma tentativa do antigo partido PNR – de extrema-direita e, atualmente com o nome ERGUE-TE – de mobilizar a causa dos antigos combatentes e dos retornados. O grupo intitulado “Ergue-te pelos Ex combatentes

¹⁸⁰ Grupo disponível em: <https://www.facebook.com/groups/1956446937901427/> (último acesso a 30/10/2021).

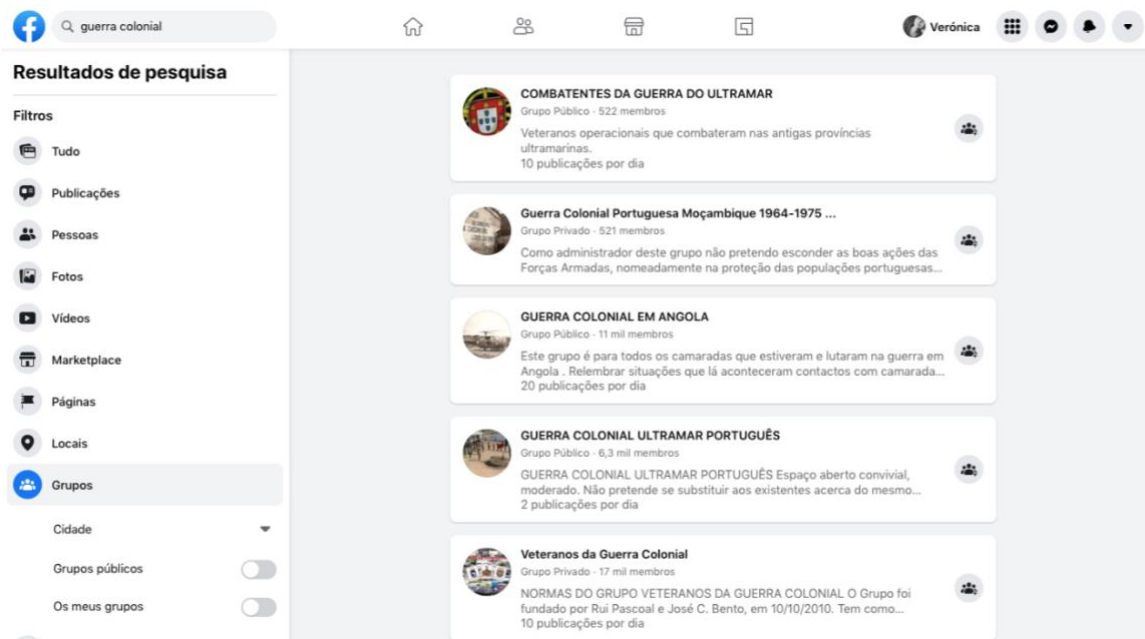
¹⁸¹ Notícia “Protesto dos ex-combatentes do Ultramar em frente da Assembleia da República,” *Lusa*, 28/10/2021, desenvolvida em: <https://www.lusa.pt/article/2021-10-28/34641235/protesto-dos-ex-combatentes-do-ultramar-em-frente-da-assembleia-da-republica> (último acesso em 30/10/2021).


e Espoliados do Ultramar”¹⁸² não tem mais de 184 membros e serve sobretudo como espaço de divulgação da atividade do partido. Os restantes grupos são sobretudo dedicados à partilha de fragmentos mnemónicos, sobretudo de fotografias da época.

São os grupos que juntam milhares de pessoas em torno da memória da guerra. Das dezenas de grupos existentes, destacam-se “Veteranos da Guerra Colonial,” grupo privado com cerca de 17 mil membros, “GUERRA COLONIAL EM ANGOLA,” um grupo público com cerca de 11 mil membros, “EX-COMBATENTES DA GUERRA COLONIAL, seus Familiares e Amigos,” grupo público com cerca de 9,8 mil membros, “GUERRA COLONIAL ULTRAMAR PORTUGUÊS,” grupo público com 6,3 mil membros, “Ex-combatentes Guerra Colonial,” grupo privado com 4,1 mil membros, “Os meninos treinados para a Guerra Colonial,” grupo privado de 2 mil membros, “Amigos do Museu Vivo da Guerra Colonial”, grupo privado com cerca de 1,2 mil membros, “VETERANOS COMBATENTES DA GUERRA COLONIAL” grupo privado com 3,7 mil membros ou “EX COMBATENTES DA GUERRA COLONIAL, FAMILIARES E AMIGOS” grupo público com 6,3 mil membros. Entre grupos privados e públicos são milhares os utilizadores que aderem a grupos temáticos sobre a Guerra Colonial.

¹⁸² Grupo público disponível em: <https://www.facebook.com/groups/1673243106175809> (último acesso a 30/10/2021).


Fig. 27 – Resultados relevantes da pesquisa “guerra colonial” na opção de busca do Facebook.






Exilados políticos, desertores da guerra colonial, combatentes da liberdade
 Grupo Público · 409 membros


Grupo cujos temas centrais de encontro, de debate e de partilha são o exílio político, a deserção, a guerra colonial, a paz, os direitos humanos e as...
 10 publicações por dia






EX - COMBATENTES DA GUERRA COLONIAL, seus Familiares e Amigos
 Grupo Público · 9,8 mil membros


A constituição deste Grupo SÓ tem a ver com a intenção de HONRAR os que, por DEVER E AMOR para com a sua Pátria/PORTUGAL, não fugiram à...
 10 publicações por dia






Ex-Combatentes Guerra Colonial
 Grupo Privado · 4 mil membros


Grupo de Ex-combatentes na Guerra Colonial, sobretudo dos que passaram pelo MUÇONDO, ZEMBA e CAMBAMBA-Região dos Dembos-Norte de...
 6 publicações por semana






VETERANOS - Guerra Colonial Ultramar Português
 Grupo Público · 349 membros


VETERANOS - Guerra Colonial Ultramar Português Espaço aberto convivial, moderado. Não pretende se substituir aos existentes acerca do mesmo...
 5 publicações por semana






Os Meninos treinados para a Guerra Colonial
 Grupo Privado · 2 mil membros


Os testemunhos da Guerra Colonial. Locais, Operações de Combate, Histórias e Fotografias.
 30 publicações por dia






Amigos do Museu Vivo da Guerra Colonial
 Grupo Privado · 1,2 mil membros


Não temos nenhuma reconstituição viva de um aquartelamento de quadrícula, onde todos, ex-combatentes, seus familiares, seus amigos e a...






VETERANOS COMBATENTES DA GUERRA COLONIAL
 Grupo Privado · 3,7 mil membros


REGULAMENTO desta PÁGINA: Procurar juntar neste grupo todos os Veteranos que Combateram nas ex-Colónias. Procurar divulgar e partilhar...
 10 publicações por semana






COMBATENTES DA GUERRA COLONIAL, seus Familiares e Amigos
 Grupo Privado · 14 mil membros


A constituição deste Grupo SÓ tem a ver com a intenção de HONRAR os que, por DEVER E AMOR para com a sua Pátria/PORTUGAL, não fugiram à...
 10 publicações por dia






VALE DE AÇOR-COMBATENTES NA GUERRA COLONIAL
 Grupo Público · 24 membros


4 publicações por ano






EX COMBATENTES DA GUERRA COLONIAL, FAMILIARES E AMIGOS
 Grupo Público · 6,4 mil membros


Este grupo é criado, para que as pessoas possam falar da sua vivência neste período da nossa história, podendo também falar da situação política, dent...
 3 publicações por dia






Contra a historiografia oficial da Guerra Colonial
 Grupo Público · 188 membros

Guerra Colonial, Guerra de África ou Guerra do Ultramar, são as designações que os portugueses utilizam para ideologicamente se referirem a um período...
 20 publicações por ano





The image shows a list of Facebook groups related to the Portuguese Colonial War. Each group entry includes a profile picture, the group name, membership status, member count, and publication frequency. Some groups also have a brief description or purpose.

- AMIGOS DA PÁGINA GUERRA COLONIAL PORTUGUESA 1961 - 1974**
Grupo Público · 11 membros
20 publicações por ano
- FOTOGRAFIAS DA GUERRA DA GUERRA DO ULTRAMAR**
Grupo Público · 335 membros
10 publicações por ano
- Voz dos Antigos Combatentes da Guerra de África**
Grupo Privado · 5,4 mil membros
GRUPO fundado em:-08/Novembro/2012 "SEREMOS AQUILO QUE SOUBERMOS SER UNS PARA OS OUTROS" Não pretendemos ser apenas...
6 publicações por dia
- Amigos que gostam da Página GUERRA COLONIAL PORTUGUESA 1961 - 1974**
Grupo Público · 21 membros
9 publicações por ano
- GUERRA COLONIAL - ZORBAS2539 -S.DOMINGOS -(j)-**
Grupo Público · 10 membros
10 publicações por ano
- UNIÃO DOS ANTIGOS COMBATENTES DA GUERRA DO ULTRAMAR**
Grupo Privado · 16 mil membros
CARTA DE PROPÓSITOS De acordo com o Traço 1.2 b) do R.I.G., são objectivos e propósitos da União dos Antigos Combatentes do Ultramar,...
8 publicações por dia
- Guerra Colonial de 1961 a 1974**
Grupo Privado · 26 membros
- Seringas da Guerra Colonial**
Grupo Público · 77 membros
Local onde Ex-Enfermeiros de guerra no Ultramar.
2 publicações por ano
- UAC-UNIÃO DOS ANTIGOS COMBATENTES DA GUERRA DO ULTRAMAR e ÍNDIA-ASSOCIAÇÃO**
Grupo Privado · 8,9 mil membros
OBJECTIVOS: A UAC – UNIÃO DOS ANTIGOS COMBATENTES DA GUERRA DO ULTRAMAR E ÍNDIA – ASSOCIAÇÃO é um Grupo Fechado criado no...
20 publicações por dia
- GUERRA COLONIAL - Batalhão de cavalaria nº. 2 876 -**
Grupo Público · 23 membros
Dedicada aos MILITARES que, naqueles anos de 1963/1974 por TRILHOS, PICADAS, BOLANHAS, ARES, RIOS e MARES arriscando, a cada segundo, a...
1 publicação por ano

Fonte: Captura de ecrã da autora. Resultados mais relevantes, disponível em <https://www.facebook.com/search/groups/?q=guerra%20colonial> (30/10/2021).¹⁸³

¹⁸³ Os resultados da pesquisa poderão variar de utilizador para utilizador em virtude do algoritmo da rede social.

Uma nova dinâmica mnemónica na memória popular da Guerra Colonial? O caso de Marcelino da Mata

Uma nova dinâmica mnemónica parece emergir com a Internet e as novas tecnologias digitais. Num mundo onde a Internet é uma extensão dos nossos corpos por via de *smartphones*, computadores portáteis, *tablets* e outros *gadgets*, a memória tornou-se digital. As novas tecnologias têm a potencialidade de nos permitir estar em permanente contacto com memórias e representações do passado, não apenas através da digitalização de objetos mnemóricos – toda a *memorabilia* e/ou *ephemeras* – como de narrativas que (re)controem o passado. Ao mesmo tempo, inundam-nos de informação cada vez mais personalizada criando câmaras de ressonância baseadas em agregações de pessoas com os mesmos interesses ou experiências.

Desta forma, embora exista a possibilidade de um maior acesso e visibilidade de memórias até então pouco partilhadas, por outro as dinâmicas tecnológicas que formam as interações digitais impedem que essa informação chegue a um público mais vasto de forma espontânea. Na Internet, ou se procuram as memórias ativamente ou então é pouco provável que tenhamos contacto com comunidades mnemónicas específicas. A Wikipédia é um instrumento de pesquisa e apenas quem procura ativamente por informação sobre a Guerra Colonial terá acesso ao conteúdo abordado no capítulo IV. O mesmo acontece com os blogues de antigos combatentes, apenas quem os procura ativamente se deparará com eles.

As redes sociais são mais complexas, mas o seu design baseado em algoritmos que otimizam os conteúdos com base em pesquisas/"cliques"/"gostos" prévios acaba por criar um percurso de *path dependency* que reforça a visibilidade de interesses e a invisibilidade de assuntos não procurados ou pesquisados. Embora determinadas polémicas possam fazer ressurgir temas que de outra forma não surgiriam no *feed* ou mural. Polémicas que nos últimos anos têm pululado no espaço mediático nacional. Um dos exemplos mais flagrantes destas polémicas foi a que surgiu após a morte de Marcelino da Mata e incendiou as redes sociais. A polémica foi alimentada pelas dinâmicas do Facebook e do Twitter.

A polémica estalou nos dias que se seguiram a 11 de fevereiro de 2021. Dia da morte, num hospital da periferia de Lisboa, vítima de COVID-19, de Marcelino da Mata. Este militar notabilizara-se na Guerra Colonial por dirigir, na Guiné, um agressivo pelotão de comandos africanos integrados na tropa portuguesa. Tomou parte em várias ações contra populações civis e contra o PAIGC, incluindo ações secretas em países limítrofes, como a Guiné-Conacri e o Senegal. O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e as

chefias militares estiveram presentes no funeral. O Ministro da Defesa do governo de centro-esquerda do PS louvou o “empenho e dedicação” ao serviço de Portugal. As várias direitas parlamentares e a maioria dos deputados do PS fizeram aprovar na Assembleia da República um voto de pesar pela morte de Marcelino da Mata.¹⁸⁴ A natureza burocrática do texto do voto é um sintoma das suas omissões ao remeter em abstrato para a “coragem e bravura individual” do comando, resolvendo esquecer a tradução concreta de certos atos macabros que o próprio assume em várias entrevistas.¹⁸⁵ Várias vezes recorreram então a um argumento formalista que consistiu na afirmação de ter sido o militar mais condecorado na guerra,¹⁸⁶ o que omite o facto dessas mesmas condecorações terem sido atribuídas por um regime ditatorial e colonialista cujo derrube, a 25 de Abril de 1974, se deu justamente no quadro de uma derrota política da Guerra Colonial.

¹⁸⁴ O voto de pesar foi apresentado pela Comissão de Defesa Nacional à Assembleia da República (18/02/2021) e obteve os votos a favor da direita – PSD, CDS, Iniciativa Liberal (IL) e CHEGA – e do OS – não obstante algumas abstenções e votos contra por parte de determinados deputados deste grupo parlamentar. Votaram contra o Bloco de Esquerda (BE), o PCP, o Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV), o Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN) e a deputada não inscrita Joacine Katar Moreira (*Diário da Assembleia da República* n.º 46/I/XIV/2.º, p. 72).

¹⁸⁵ Ver, entre outros, a entrevista a Marcelino da Mata presente em *A guerra de África: 1961-1974* de José Freire Antunes (2002) ou as intervenções de Marcelino da Mata em *Os Anos da Guerra – Guiné 1963-1974* de José Barahona e Pedro Efe, disponível em <https://youtu.be/mfSwSzR19bM> (último acesso a 26/04/2021).

¹⁸⁶ Em 1969 foi armado cavaleiro da “Antiga e Muito Nobre Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito”, após ter subido sucessivamente de patente, desde Soldado a Major. Em 1994 foi promovido a Tenente-Coronel.

Fig. 28 – Cartoon de Vasco Gargalo, “Guerra Colonial”.



Fonte: Instagram @vascogargalo, publicado a 19/02/2021. Captura de ecrã pela autora, 01/11/2021.

Na fig. 28, Vasco Gargalo cria um *cartoon* humorístico, uma sátira à polémica que envolveu o líder do partido de direita CDS-PP – Francisco Rodrigues dos Santos – o ativista do SOS Racismo – Mamadou Ba – e o líder do partido de extrema-direita CHEGA – André Ventura – em volta da morte de Marcelino da Mata, o homem mais condecorado do exército português pelos seus feitos durante a Guerra Colonial. Feitos esses que à luz do Direito Internacional Público constituem crimes de guerra, mas que para alguns setores militares portugueses constituem atos de heroísmo. Um desses atos levou ao resgate de vários soldados portugueses feitos prisioneiros de guerra pelo PAIGC.

O caso agitou o meio político português e teve ondas de choque peculiares. O início d polémica dá-se quando o CDS, de direita conservadora, propõe que se decrete luto nacional e um funeral de Estado em homenagem ao comando português. A proposta gerou uma reação no Twitter/Facebook de Mamadou Ba, um conhecido ativista antirracista, através dos quais questiona a justeza de celebrar como herói um “torcionário do regime colonial.” O partido CHEGA, o primeiro partido de extrema-direita representado na Assembleia da República desde 1974, instrumentalizou a questão e anunciou dois dias depois que iria apresentar uma queixa junto da Procuradoria-Geral da República contra

Mamadou Ba por “ofender gravemente a memória de pessoa falecida.” O CDS, por sua vez, pediu a destituição do ativista de um grupo de trabalho público sobre racismo. Uma petição – que recolheu, em poucos dias, cerca de 30 mil assinaturas – veio pedir que o senegalês naturalizado português fosse “expulso do país.” Ao mesmo tempo, um amplo movimento de solidariedade para com Mamadou Ba ergue-se, condenando o racismo e a irracionalidade de uma proposta que visava deportar um cidadão português negro por sublinhar os legados do colonialismo e da Guerra Colonial.

O rol de notícias e artigos de opinião que alimentaram a polémica – necessariamente limitada no tempo – mostram como a memória da Guerra Colonial, passados sessenta anos, continua uma ferida aberta na memória do colonialismo português, em especial nas suas dimensões e episódios mais violentos. A controvérsia gerada pela morte de Marcelino da Mata é consequência da já abordada fragilidade de um debate público, após o 25 de Abril, sobre os crimes cometidos em África pelas FAP e pela PIDE/DGS. Por um lado, a natureza hiperbólica da sua história – homem nascido na Guiné portuguesa durante o período colonial; glorificado pelo Estado Novo enquanto militar mais condecorado das FAP pelas suas missões no teatro de operações mais complicado da Guerra Colonial e português negro com ligações à extrema-direita- A liminarietàade do seu percurso biográfico e a forma como sempre o defendeu e assumiu, pese embora fosse produto de um ocaso histórico e da designada política de africanização da guerra, obrigam à reflexão sobre a densidade e as zonas cinzentas destes processos de construção identitários e da própria agência individual dos sujeitos da história. Com efeito, Marcelino da Mata considerava-se português e não um sujeito colonizado que servira as FAP na Guerra Colonial.

Partindo do debate público gerado aquando da sua morte, é possível refletir sobre o estado da memória da guerra no contexto social e político da atualidade portuguesa e, em especial, a importância da Internet ao ampliar controvérsias que de outra forma não teriam a grandeza que foram ganhando em determinado momento. A sua celebração póstuma vocaliza um nacionalismo que se tem vindo a naturalizar. O comando africano foi celebrado e condecorado pelo regime do Estado Novo num contexto de ascenso da guerra na Guiné e acabando por servir a ideia segundo a qual os africanos apoiavam a manutenção do império português em África. No pós-25 de Abril, a sua figura ficaria ainda ligada a acontecimentos ocorridos em 1975, quando foi raptado e sujeito a sevícias violentas no quartel do RALIS por parte de setores políticos e militares ligados à extrema-esquerda, particularmente ao PCTP-MRPP, de matriz maoista. Com ligações ao MDLP, uma rede de extrema-direita que cometeu vários atentados bombistas durante o período

revolucionário, Marcelino da Mata acabaria por se tornar numa espécie de herói-vítima para as franjas mais conservadoras e nacionalistas da sociedade portuguesa.

Na verdade, estes eventos passados foram convocados no contexto da polémica para legitimar a sua vitimização em relação a uma “extrema-esquerda” violenta que se confundiria com o processo revolucionário. Esta narrativa acaba por apagar não só a violência de Marcelino da Mata como também a violência da ditadura – tanto a praticada na metrópole como a violência brutal do colonialismo e da guerra – por via da enfatização dada a uma violência esquerdista e da diabolização do período revolucionário em curso, o PREC. Os artigos de opinião do jornalista conversador Henrique Raposo e do intelectual e simpatizante salazarista Jaime Nogueira Pinto são particularmente ilustrativos desta vitimização ao referirem que “[...] o ruído em torno de Marcelino da Mata é só para esconder um tabu: as faces mais radicais do PREC copiaram asua Némesis, a PIDE”¹⁸⁷ ou que “[u]m negro que depois do 25 de Abril, no período do PREC, é preso, insultado e torturado no RALIS por oficiais do MFA e maoístas à paisana? Nada disto pode existir e terá, por isso, de ser rapidamente eliminado ou branqueado: Marcelino foi um ‘traidor’ e cometeu ‘crimes de guerra’; os oficiais do MFA e os ajudantes maoístas foram ‘corajosos e determinados’, ou mesmo ‘heroicos’.”¹⁸⁸

O voto, elaborado na Comissão de Defesa Nacional presidida pelo deputado do PS Marcos Perestrello, teve por base as propostas dos partidos de centro-direita (PSD e CDS). A proposta elegíaca do CHEGA foi descartada e chumbada e as propostas do PSD e CDS foram extirpadas de adjetivos como “herói de guerra” (CDS) e a atribuição da fundação dos comandos (CDS e PSD), chegando-se a uma posição formalista que aparece como a neutralidade possível e passível de consenso, a partir da permissa segundo a qual se lutava em nome de valores universais e “intemporais” como as condecorações atribuídas no “serviço à pátria portuguesa” comprovam.

As posições dos partidos de esquerda refletem, nas suas declarações de voto, essa consciência que, por um lado, “[o] processo de promoção de Marcelino da Mata pretende visitar e normalizar as atrocidades cometidas em contexto de guerra colonial”¹⁸⁹ e que, por outro lado, “[...] um voto de pesar apresentado e votado na Assembleia da República

¹⁸⁷ “O PREC como a PIDE: quando a esquerda radical praticou e legitimou a tortura” opinião de Henrique Raposo, *Expresso* (25/02/2021).

¹⁸⁸ “Os novos inquisidores” opinião de Jaime Nogueira Pinto, *Observador* (19/02/2021).

¹⁸⁹ Declaração de voto do grupo parlamentar do BE após aprovação do voto de pesar em homenagem a Marcelino da Mata na AR publicada a 19 de fevereiro de 2021 em Diário da Assembleia da República I série, n.º 46, XIV legislatura, 2.ª sessão legislativa (2020/2021), p. 84. O PCP não apresentou declaração escrita de voto.

não é um mero formalismo ou ato de lamento” porque se destina a “[...] assinalar a relevância de tal cidadão, consubstanciada nos seus atos públicos, conferindo-lhe uma avaliação positiva do seu percurso de vida e com o reconhecimento da Assembleia da República.”¹⁹⁰ Porém, uma ou outra não deixa de lhe reconhecer tanto os “[...] seus atos de coragem e de bravura individual, que lhe merecem louvores e condecorações diversos [...] pelo cumprimento de missões militares, nomeadamente de salvamento”¹⁹¹ quando “[...] a possibilidade de Marcelino da Mata poder ter sido *vítima* de um regime colonialista que se pautou pela opressão dos povos e que instrumentalizou pessoas para fazer os trabalhos piores da guerra.”¹⁹² Um ponto interessante para reflexão é a forma como se distingue Marcelino da Mata individualmente da atuação dos restantes combatentes e por extensão da atuação das FAP, sem referência à PIDE/DGS. Essa separação é particularmente visível nas intervenções da deputada não inscrita Joacine Katar Moreira¹⁹³ e do deputado do PS Eduardo Barroco de Melo para quem “[a] rejeição deste voto [...] não trata de desvalorizar as nossas Forças Armadas ou os ex-combatentes, que [lhe] merecem todo o apreço e consideração, bem como agradecimento pelos seus serviços.”

Entre os antigos combatentes portugueses também há fricção. Como nos mostram os excertos que se seguem, houve quem tomasse as considerações tecidas em volta da figura de Marcelino da Mata foram como ataques pessoais.

Foi, sobretudo, uma guerra justa – guerra que os portugueses de todas as cores, raças, credos e persuasões foram chamados a travar para que pudessem continuar a ter-se uns aos outros por compatriotas e irmãos. Nela participaram, sob a bandeira portuguesa e pela causa da unidade, os homens mais diferentes. Católicos e muçulmanos, brancos e negros, republicanos e monárquicos, numa campanha que era nacional muito mais que de qualquer regime – até comunistas patriotas como o Dr. Victor Velez Grilo, figura de proa do PCP e duro adversário de Cunhal que, não deixando nunca de considerar-se marxista, se sentia antes de tudo português (ver fig. 26)

¹⁹⁰ Declaração de voto do deputado do PS Eduardo Barroco de Melo, que votou contra a homenagem póstuma ao comando português, publicada a 19 de fevereiro de 2021 em Diário da Assembleia da República I série, n.º 46, XIV legislatura, 2.ª sessão legislativa (2020/2021), p. 85.

¹⁹¹ Declaração de voto do deputado do PS Eduardo Barroco de Melo, *op. cit.*

¹⁹² Itálico da autora. Declaração de voto do grupo parlamentar do PAN após a aprovação do voto de pesar em homenagem a Marcelino da Mata na AR publicada a 19 de fevereiro de 2021 em Diário da Assembleia da República I série, n.º 46, XIV legislatura, 2.ª sessão legislativa (2020/2021), p. 84.

¹⁹³ De ascendência gineense, a deputada não inscrita Joacine Katar Moreira – desvinculada do partido de esquerda europeísta Livre – também expressou a sua solidariedade para com o ativista Mamadou Ba na Assembleia da República e na sua declaração de voto.

Enquanto alguns detratam Marcelino da Mata e os atos excessivos que cometeu no tratamento do ‘inimigo’ e de civis, podendo ser configurados enquanto ‘crimes de guerra,’ para outros a sua valentia, intuição e o comando de operações particularmente arriscadas, muitas vezes abrindo o caminho a tropas brancas, nomeadamente, por ter participado em operações de resgate a prisioneiros de guerra portugueses, valeram-lhe o seu reconhecimento e admiração. A heterogeneidade dos antigos combatentes poderá explicar a inexistência de um partido político que tenha mobilizado as reivindicações políticas, sociais e económicas dos combatentes ou a inexistência de um organismo de luta comum que tivesse mobilizado os combatentes para a luta política, ao contrário do que aconteceu, por exemplo, no caso francês.¹⁹⁴

Apesar desta heterogeneidade, e ainda no campo das representações, o discurso de vitimização dos antigos combatentes não deixa de estar presente nos discursos destes homens e que se reproduz de forma mais ou menos acrítica e uníssona nos discursos políticos. No entanto, ele integra várias camadas de sentido, desde a condição de deficientes das forças armadas ou de portadores de síndrome de stress pós-traumático, até a uma estratégia de reivindicação por maiores benefícios sociais e assistência médico medicamentosa. A assunção do estatuto de vítima é ainda um mecanismo usado na procura por um maior reconhecimento público e simbólico, pelo qual muitos antigos combatentes ambicionam. Não obstante, o recurso à figura da vítima e ao discurso da vitimização é frequentemente feito de forma retórica e homogênea. Foi o caso do ministro da Defesa Nacional João Cravinho que dele fez eco ao afirmar que:

*[n]essa guerra, have centenas de milhares de vítimas, desde logo toda uma geração de antigos combatentes que foram enviados para uma guerra em que não acreditavam, alguns dos quais, infelizmente, não regressaram. Esses, são todos heróis e são todos vítimas.*¹⁹⁵

O fundamento deste discurso advém da obrigatoriedade do serviço militar e da repressão levada a cabo pelo regime ditatorial do Estado Novo. Estes homens são sujeitos que se viram implicados na manutenção do sistema colonial, embora seja necessário problematizar esta representação do perpetrador. Os antigos combatentes são uma figura compósita, cuja biografia pode conter elementos contraditórios e cuja expressão no

¹⁹⁴ No contexto francês os antigos combatentes de Guerra da Argélia mobilizaram-se em várias organizações entre si a partir de uma organização federal denominada *Fédération Nationale des Anciens Combattants en Algérie, Maroc et Tunisie* (FNACA) e politicamente ligada a setores políticos de esquerda e centro-esquerda como o Partido Comunista Francês, o Partido Socialista e o Partido Radical.

¹⁹⁵ Citações retiradas da notícia “Gomes Cravinho lamenta ‘toda uma geração’ de heróis/vítimas’ da Guerra Colonial” publicada no *Observador* a 23/02/2021, disponível em <https://observador.pt/2021/02/23/gomes-cravinho-lamenta-toda-uma-geracao-de-herois-vitimas-da-guerra-colonial/> (última consulta em 28/02/2021).

presente – marcada por memórias pessoais e juízos éticos, sensível às considerações políticas e determinada por percursos de classe, patente, origem social e histórias de vida muito diferentes – pode mudar consoante o contexto de enunciação.

A zona cinzenta, onde muitos se inserem, é uma zona de ambiguidade dentro de um *continuum*. A filósofa italiana Simona Forti (2015 [2012]) chama-lhes *mediocre demons* que, na mesma linha da ‘banalidade do mal’ de Hannah Arendt, são sujeitos normativos que produzem ou contribuem para a produção de violência e manutenção de sistemas de dominação e poder por via de atos de obediência, consentimento e passividade perante a autoridade. Os antigos combatentes situam-se numa posição que pode ser lida à luz de uma responsabilidade direta, na medida em que participaram em missões violentas de combate no terreno. Contudo, dada a ausência de um julgamento que formalize uma culpa criminal, permanece a responsabilidade política do Estado Português no assumir desse reconhecimento. Esta ênfase na responsabilidade individual dos combatentes é em si problemática porque parece ser uma tentativa de colmatar a ausência de uma narrativa oficial nacional sobre a guerra e o passado colonial, que o Estado português tem dificuldade em assumir. Pelo menos, em relação às suas dimensões mais violentas. Para além da discussão pública evita-se também dessa forma abrir a porta a políticas de reconhecimento e reparação que, tímida e incipientemente, têm vindo a ser ensaiadas e assumidas por outros países europeus que encetaram conflitos coloniais no passado.

O discurso do ministro da Defesa Nacional ilustra essa dificuldade ao afirmar que “‘a sociedade faz bem em pensar e refletir sobre o passado,’ mas ao responsável ministerial, com ‘responsabilidades institucionais diferentes das do cidadão que não está em funções’ não compete ‘acicatar ânimos’ ou ‘tomar partidos em matéria de controvérsias salutaras em democracia.’”

Fig. 29 – *Cartoon* de Nuno Saraiva, “DÁ CÁ UM ABRAÇO AO TURRA!”.



Fonte: Instagram @nunosaraiva_ilustrado, #quarentenaemrisco, publicado a 17/02/2021. Captura de ecrã pela autora, 01/11/2021. A autora agradece a gentileza do autor em ceder o presente *cartoon* para os efeitos desta dissertação.

Na fig. 29, é reproduzido um dos *cartoons* elaborados durante a quarentena por Nuno Saraiva sobre a polémica que rebentou em fevereiro de 2021. Na ilustração é visível uma representação de Marcelino da Mata em traje militar, com as mãos cobertas de sangue, sendo recebido de forma calorosa por um monte de esqueletos. Um deles grita-lhe “Que Saudades da Guerra Colonial! Dá cá um abraço ao turra!” e outro “I love you.” Uma sátira à glorificação de um militar conhecido pela sua eficácia na guerra contra o PAIGC. Eficácia glorificada por si e pelos seus camaradas, mas cuja origem deriva da prática métodos pouco ortodoxos – para utilizar um eufemismo – de guerra.¹⁹⁶

¹⁹⁶ Cf. Entrevista a Marcelino da Mata em José Freire Antunes (1995a).

CONCLUSÃO

*“É mais fácil esquecer. Sempre.
O paradoxo reside no facto de só se ultrapassarem os choques de uma vivência, desenterrando-a,
revolvendo os seus restos. O tempo silencioso apenas se abstém de produzir ruído.
É também mais fácil construir o que aceitamos recordar. Essa narrativa torna-se realidade, a única em
que acreditamos e que defendemos.”*

Isabela Figueiredo, “Palavras Prévias,” 2018: 8.

A Guerra Colonial marcou o início do fim do colonialismo português em África. Depois de mais de 40 anos, a geração de homens que nela combateram chegou aos seus anos finais. A idade da reforma trouxe consigo o desejo de se reconectarem com as memórias de África e, ao mesmo tempo, o desejo de deixar o seu testemunho às gerações mais novas e vindouras de como viveram a guerra. Desejos que, por um lado, rompem com um pacto de silêncio na sociedade portuguesa em volta deste período da história portuguesa, mas a sua anamnese, por outro lado, mantém outros silêncios.

Como vimos, as suas narrativas materializaram-se através de múltiplos processos mnemónicos, um deles a produção de representações visuais com a crescente monumentalização do conflito e o outro é a criação de representações textuais do passado. Uma memória pública e comum (*vernacular memory*) (Bodnar, 1994: 14) que se dissemina entre os finais dos anos 1990 e início do novo milénio, assim que os antigos combatentes começaram a produzir cada vez mais narrativas sobre as suas experiências de guerra. Nos últimos anos, estes testemunhos têm sido publicados em edições de autor ou em pequenas editoras patrocinadas por associações de combatentes. Esta crescente produção mnemónica coincidiu, como vimos, com a democratização e massificação do acesso à Internet em Portugal. O resultado foi o surgimento de uma grande quantidade de relatos sobre a Guerra Colonial, aquando do *boom* dos blogs nos primeiros anos dos anos 2000.

A inscrição pública da memória da Guerra Colonial ainda é parcial, na medida em que o Estado português não reconhece as dimensões mais violentas da história do colonialismo português. O mesmo acontece em determinados setores mais conservadores de antigos combatentes e da sociedade em geral. Para além do mais, algumas narrativas têm maior visibilidade nos circuitos mediáticos que outras. As perspetivas críticas tendem a circunscrever-se ao espaço académico ou a determinados circuitos políticos e ativistas, da mesma forma que a memória dos antigos combatentes é seletiva e, por vezes, contraditória.

O advento dos novos meios digitais de comunicação possibilitou a abertura de um novo espaço público de enunciação. Daqui resulta o rápido surgimento de comunidades mnemónicas formadas em torno da memória de África. Os antigos combatentes usam a

Internet como meio de comunicação e como um espaço criativo onde é possível não apenas comentar, mas também contestar ou reforçar narrativas veiculadas pelas notícias provenientes dos meios de comunicação tradicionais. A sua interação no espaço digital cria representações mnemónicas próprias sobre a Guerra Colonial. Ora, com o objetivo de compreender as dinâmicas discursivas e sociais que se (re)produzem no espaço digital foram analisados três espaços distintos.

Ao elaborar a tese, pretendi que o seu contributo, no campo das memórias da Guerra Colonial, fosse colmatar a lacuna, ainda existente, relativa à falta de análise académica das memórias e representações sobre o passado produzidas e partilhadas em meio digital. Com esse objetivo em mente, explorei três páginas/plataformas *online*: 1) a Wikipédia lusófona, nomeadamente, os verbetes que incidem sobre a Guerra Colonial, os seus protagonistas e as lutas de libertação nacional; 2) os blogues de antigos combatentes; e 3) e as páginas e grupos de Facebook dedicados aos antigos combatentes e à memória da guerra.

A Wikipédia, explorada no capítulo II e III, foi abordada como espaço da construção colaborativa de representações do passado que, como referiu Christian Pentzold (2009), pode ser, simultaneamente, um espaço de memória global (*global memory place*). Esta enciclopédia digital reivindica um lugar de destaque nas páginas da Internet dedicadas à divulgação de conhecimento enciclopédico, um recurso do conhecimento histórico disponível de forma aberta e produzido também de forma aberta por não-profissionais ou historiadores amadores. É, neste sentido, um arquivo digital que funciona como plataforma mnemónica e, por permitir a várias gerações contactar com os eventos históricos nela descritos, um arquivo de memórias prostéticas (Landsberg, 2004). Simultaneamente, é uma plataforma colaborativa de partilha e divulgação de conhecimento marcada pela reprodução de narrativas eurocêntricas previamente em circulação nos discursos sociais e políticos portugueses. Narrativas essas que invisibilizam a violência colonial, a resistência dos povos colonizados e despolitizam tanto a luta anticolonial dos movimentos de libertação como a política de domínio colonial do Estado Novo.

O resultado é a universalização do conhecimento produzido em Portugal e das memórias dos setores mais conservadores da sociedade portuguesa ligados ao passado colonial. E, apesar da existência de vozes dissonantes na historiografia, críticas da narrativa dominante, a verdade é que essas posições não se refletem nas entradas da Wikipédia lusófona. As ausências são relegadas para entradas específicas, fora do conhecimento genérico. As vozes dissonantes existem, mas estão demasiado fragmentadas pela multiplicidade de páginas e plataformas digitais para que componham um todo coeso e, sobretudo, visível. No fundo, é importante compreender que nem tudo o que está disponível na Internet é visível ou tem visibilidade. A invisibilidade de certas perspetivas impossibilita

a criação de uma narrativa unificada que desconstrua e descolonize o conhecimento histórico do passado português. O que encontramos na Wikipédia lusófona é uma narrativa que despolitiza a história a partir de uma perspectiva militar. A história é narrada a partir da perspectiva da história militar, através do uso do jargão militar e da predominância de descrições e análises estratégicas. A vitimização dos veteranos é outros dos traços da narrativa destas entradas.

A promessa de uma história pública digital que incorporasse um conhecimento crítico contra-hegemónico ainda está por atingir (Luyt, 2011). A solução não passa por uma adição de diferentes perspectivas ao conteúdo das entradas, como advogam os criadores da Wikipédia. A mudança deve envolver, como sugerem as investigadoras Marta Araújo e Sílvia Maeso, uma reconstrução substancial das narrativas sobre o passado de acordo com uma abordagem que torne claros os processos e eventos como a violência colonial e o racismo, por forma a desafiar as narrativas hegemónicas em circulação na sociedade portuguesa sobre o passado colonial do país.

Novamente, o relativo silêncio público, por um lado, e o enorme impacto da Guerra Colonial na sociedade portuguesa, por outro, permitem compreender a necessidade sentida por centenas de veteranos de fazer uso da Internet, em geral, e dos blogues, em particular, para “contarem as suas histórias.” Os antigos combatentes que escrevem nos blogues, abordados no capítulo IV e V, procuram a visibilidade, outros o reconhecimento público – que acreditam ser-lhes devido – e muitos querem deixar o seu testemunho às próximas gerações – filhos e netos – ou procuram exteriorizar as suas memórias na busca de um processo pessoal de reconciliação com o passado – a que chamam blogoterapia – depois de muitos anos de silêncio. A camaradagem e o apoio que encontram uns nos outros são elementos determinantes da sociabilidade dos blogues.

A sua interação cria comunidades mnemónicas que estendem as suas relações para além da Internet com encontros cara-a-cara. Estas relações materializam-se nos vários convívios de antigos combatentes durante todo o ano e um pouco por todo o país. A Internet amplificou a visibilidade de discursos que, apesar de latentes na sociedade portuguesa, não tinham visibilidade ou expressão no espaço público. Uma análise que se aplica tanto a comunidades de antigos combatentes como de retornados em busca de ligação com a África portuguesa perdida. São comunidade nostálgicas que se vão formando nas redes sociais.

Ao mesmo tempo, estas plataformas são um novo espaço social que ainda se encontra por explorar nas Ciências Sociais por investigadores interessados na produção e mobilização da memória. Nelas os investigadores ganham acesso a conteúdo pessoal digitalizado, como fotografias e narrativas mnemónicas que de outra forma não seria possível analisar num contexto dominado por meios de comunicação tradicionais porque a

lógica de produção-consumo destes últimos não o possibilita. No entanto, ao contrário do modelo dominado pelo texto impresso, estas plataformas colocam o problema da sua mudança e evolução constante. O modelo da obsolescência domina o sistema económico do capitalismo tardio e torna-se difícil prever que plataformas irão subsistir no futuro, dando um grau de imprevisibilidade elevado na conservação dos documentos armazenados nestes arquivos dominados por leigos.

De um ponto de vista mais otimista, não obstante, os blogues fornecem um espaço de permanente construção e partilha de memórias sobre a Guerra Colonial, mas também refletem a necessidade que estes homens têm de dar um sentido, um significado às suas experiências. Experiências essas que não se encaixam facilmente na narrativa histórica do passado colonial do país. Concomitantemente, as plataformas dão a possibilidade de compreender as relações coloniais que se estabeleceram durante o período do conflito e como se desenvolveram até ao momento presente. O que não implica deixar de ter em conta que a descrição dessas relações é, em muitos casos, dominada por uma subjetividade colonial de homens brancos que lutaram do lado do exército colonial do Estado Novo e, em especial, por aqueles que têm a possibilidade de inscrever as suas visões no espaço digital. Como vimos, nem todos os combatentes têm o nível de escolaridade e literacia informática que lhes permita usar estes novos meios de enunciação.

As memórias digitais de antigos combatentes da Guerra Colonial são parte integrante de um, cada vez mais, complexo circuito mnemónico da Guerra Colonial. Compreender a evolução da memória da Guerra Colonial em Portugal implica ter presente não apenas as políticas de memória e do silêncio produzidas pelo Estado português, mas também as práticas e dinâmicas discursivas de determinados grupos e comunidades de pertença e partilha mnemónica. Ora, nesta cartografia mnemónica digital da Guerra Colonial, pretendi traçar um primeiro quadro das representações sociais e dinâmicas discursivas dos combatentes no espaço digital português. Um espaço que se tem tornado num local de formação e convergência de comunidades de partilha de interesses ou experiências comuns. No capítulo VI, e último, explorei a plataforma mais recente, a rede social que tem dominado a vida social dos portugueses – e de grande parte do mundo – nos últimos dez anos – o Facebook.

As redes sociais, como o Facebook, deram a oportunidade aos antigos combatentes portugueses de se encontrarem e formarem uma comunidade mnemónica. Comunidade que galvanizou uma (co-)narrativização das suas memórias da Guerra Colonial, das suas reivindicações políticas e socioeconómicas, bem como a produção e a projeção de autorrepresentações da figura do combatentes que dialogam — contestando ou reafirmando

— com as representações dos meios de comunicação social tradicionais. Galvanizados pelas dinâmicas próprias de redes sociais como o Facebook, cada vez mais se constroem câmaras de eco que dão voz e projetam as narrativas mais conservadoras dos combatentes. Da mesma forma que as redes sociais se desenvolvem sobretudo como lugares de sociabilidade, de encontro e de interação social entre camaradas.

Com cada vez maior centralidade na vida quotidiana de cada vez mais pessoas, o Facebook tornou-se uma plataforma de interseção, convergência e sociabilidade. Nele se criam páginas a partir de instituições, associações e comunidades previamente existentes ou que se formam a partir da rede social. Foi o que aconteceu com a criação da página Tabanca Grande, gerida por Luís Graça que conta com 3 mil “amigos” para quem republica as publicações do blogue, fazendo-as chegar aos utilizadores da rede. No entanto, para além destas páginas, uma grande parte dos antigos combatentes e de outros utilizadores interessados em saber mais sobre a guerra e/ou contactar com quem a viveu interage a partir de um grande número de grupos que variam entre o privado – apenas acessível a membros – e o público. É nestes grupos que podem chegar a ser formados por dezenas de milhares de utilizadores que se desenvolve uma parte importante da sociabilidade na plataforma.

O Facebook tem sido um palco importante no desenvolvimento de dinâmicas de partilha e contestação de notícias. Questões, algumas de maior outras de menor impacto nacional, que foram surgindo nos últimos anos têm sido debatidas na plataforma, tais como, para mencionar alguns dos exemplos explorados, a aceitação por parte dos antigos combatentes da criação e do conteúdo do Estatuto dos Antigos Combatentes, a polémica em torno da morte de Marcelino da Mata ou a indignação em torno de notícias tidas pelos antigos combatentes como menos lisonjeiras para o prestígio do seu estatuto.

O conjunto das três plataformas forma uma parte do ecossistema mnemónico digital visível onde gravitam antigos combatentes e outros utilizadores interessados no tema. Dito isto, é importante relembrar que não é possível, num trabalho desta dimensão, captar todas as trajetórias destes homens e muito menos descrevê-las recorrendo a simplificações e a generalizações. O investigador não deve essencializar e reificar uma identidade – “o combatente”. Estes homens levaram uma vida pautada por contradições, reflexões, racionalizações e incorporações de diversas narrativas nas suas perspetivas sobre a sua experiência de guerra. As suas histórias de vida e as suas memórias são o produto de referências cruzadas, de discursos e silêncios públicos. Da sua tentativa de quebrar determinados silêncios. A digitalização dos seus testemunhos desafia silêncios ao mesmo tempo que produzem ou reproduzem outros. Os seus contributos levam, no entanto, a um

maior conhecimento sobre os mecanismos que enquadram a memória social e o esquecimento das lutas de libertação, mas continuam a ser apenas uma gota no oceano de produção mnemónica dos antigos combatentes.

BIBLIOGRAFIA

- Abrams, Lynn. 2010. *Oral history theory*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Achugar, Mariana. 2008. *What we remember: the construction of memory in military discourse*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Afonso, Aniceto. 2010. “Portugal e a guerra nas colónias.” Em *História da Primeira República Portuguesa* coordenada por Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, 287-299. Lisboa: edições Tinta-da-China.
- Afonso, Aniceto e Gomes, Carlos Matos. 2000. *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias.
- . 2020. *Guerra Colonial*. Porto: Porto Editora.
- Alcántara-Plá, Manuel e Ruiz-Sánchez, Ana. 2018. “Not for Twitter: Migration as a Silenced Topic in the 2015 Spanish General Election.” Em *Exploring silence and absence in discourse: empirical approaches* editado por Melani Schröter e Charlotte Taylor, 25-64. Cham: Palgrave Macmillan.
- Alexandre, Valentim (coord.). 2013 [2000]. *O Império Africano: séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri, IHC-UNL.
- . 2013 [2000]. “O Império Africano (séculos XIX-XX) – As linhas gerais.” Em *O Império Africano: séculos XIX e XX* coordenado por Valentim Alexandre, 11-28. Lisboa: Edições Colibri, IHC-UNL.
- . 2017. “Parte III: A Grande Vaga da Descolonização (1955-1960).” Em *Contra o Vento: Portugal, o Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*, 361-671. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- Almeida, Miguel Vale de. 2000. *Um mar da cor da terra: raça, cultura e política da identidade*. 1.^a edição. Oeiras: Celta.
- Angermuller, Johannes. 2014. *Poststructuralist discourse analysis subjectivity in enunciative pragmatics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Antunes, José Freire. 1995a. *A Guerra de África (1961-1974)*. 1.^o volume. Lisboa: Círculo de Leitores.
- . 1995b. *A Guerra de África (1961-1974)*. 2.^o volume. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Antunes, Maria José Lobo. 2015. *Regressos Quase Perfeitos: Memórias Da Guerra Em Angola*. 1a. edição. Lisboa: Tinta-da-China.
- . 2017a. “War Narratives Then and Now: Ex-Combatants’ Memories of Angola.” *Portuguese Studies Review* 25 (1): 347–64.

- . 2017b. “O que se vê e o que não pode ser visto: fotografia, violência e guerra colonial.” Em *Retornar: Traços de Memória do Fim do Império* coordenado por Elsa Peralta, Bruno Góis e Joana Oliveira, 215-224. Lisboa: edições 70.
- . 2018. “6 de janeiro de 1971. Viagem para uma guerra.” Em *As Voltas do Passado*, editado por Miguel Cardina e Bruno Sena Martins, 211-216. Lisboa: edições 70.
- . 2020. “A crack in everything: Violence in soldiers’ narratives about the Portuguese colonial war in Angola.” *History and Anthropology*: 1-20. doi: 10.1080/02757206.2020.1786381.
- Almeida, Miguel Vale de. 2000. *Um Mar Da Cor Da Terra. Raça, Cultura e Política Da Identidade*. Oeiras: Celta.
- Anderson, Benedict. 2020 [1991]. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Traduzido por Catarina Mira e estudo introdutório de Diogo Ramada Curto, Nuno Domingos e Miguel Bandeira Jerónimo. Lisboa: edições 70.
- Antonsich, Marco e Skey, Michael. 2017a. “Introduction: the persistence of Banal Nationalism.” Em *Everyday Nationhood: Theorising Culture, Identity and Belonging after Banal Nationalism*, editado por Marco Antonsich e Michael Skey, 1-13. London: Palgrave Macmillan.
- . 2017b. “Conclusion: The Present and Future of Nationalism.” Em *Everyday Nationhood: Theorising Culture, Identity and Belonging after Banal Nationalism*, editado por Marco Antonsich e Michael Skey, 323-334. London: Palgrave Macmillan.
- Antze, Paul e Lambek, Michael (eds.). 2016 [1996]. *Tense Past: Cultural Essays in Trauma and Memory*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Araújo, Marta, e Maeso, Sílvia Rodriguez. 2012. “History textbooks, racism and the critique of Eurocentrism: beyond rectification or compensation.” *Ethnic and Racial Studies*, 35(7): 1266–1286. doi: 10.1080/01419870.2011.600767.
- . 2015. “Eurocentrism, Political Struggles and Will-to-Ignorance.” Em *Eurocentrism, Racism and Knowledge: Debates on History and Power in Europe and the Americas* editado por Marta Araújo e Sílvia Rodriguez Maeso, 1–22. Londres e Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- . 2016. *The Contours of Eurocentrism. Race, History, and Political Texts*. Lanham e Londres: Lexington Books.
- Arnold, Michael *et al.* 2018. *Death and Digital Media*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Aronczyk, Melissa. 2017. “Narratives of Legitimacy: Making Nationalism Banal.” Em *Everyday Nationhood: Theorising Culture, Identity and Belonging after Banal*

- Nationalism*, editado por Marco Antonsich e Michael Skey, 241-258. London: Palgrave Macmillan.
- Arthur, Paul Longley. 2009. "Saving Lives: Digital Biography and Life Writing." Em *Save As... Digital Memories* editado por Joanne Garde-Hansen, Andrew Hoskins e Anna Reading, 44-59. Houndmills, Basingstoke, Hampshire e Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Ashplant, Timothy G., *et al.* 2000. "The politics of war memory and commemoration: contexts, structures and dynamics." Em *The Politics of War Memory and Commemoration*, editado por Timothy G. Ashplant, Graham Dawson e Michael Roper, 1-86. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Ashplant, Timothy G., *et al.* (eds.). 2009. *Commemorating War: The Politics of Memory*. New Brunswick, NJ: Transaction Publ.
- Assman, Aleida. 2006. "History, Memory, and the Genre of Testimony." *Poetics Today* 27(2): 261-273. doi: 10.1215/03335372-2005-003.
- . 2016. "Transnational Memory and the Construction of History through Mass Media." Em *Memory Unbound: Tracing the Dynamics of Memory Studies* editado por Lucy Bond, Stef Craps e Pieter Vermeulen, 65-80. Oxford e Nova Iorque: Berghahn Books.
- Associação dos Deficientes das Forças Armadas. 2017. *Deficientes das Forças Armadas – A Geração da Rutura*. Prefácio de Eduardo Lourenço. Lisboa: Parsifal.
- Barak, On. 2019. "Archives and/as battlefields: Political aspects of historiographic revision." *Memory Studies* 12(3): 266-278. doi: 10.1177/1750698019836188.
- Barradas, Ana (org.). 2019. *Ministros da Noite: Livro Negro da Expansão Portuguesa*. 4.^a edição [1991]. Lisboa: Antígona.
- Barradas, Carlos. 2014. "Descolonizando enunciados: a quem serve objectivamente a fotografia?" Em *O Império da Visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)* organizado por Filipa Lowndes Vicente, 447-459. Lisboa: edições 70.
- Barreno, Maria; Horta, Maria Teresa e Velho da Costa, Maria. 2010. "Terceira Carta V." Em *Novas Cartas Portuguesas* organização de Ana Luísa Amaral, p. 197. Lisboa: Dom Quixote.
- Barthes, Roland. 2013. "Retórica da Imagem." Em *Ensaio sobre Fotografia* organizado por Alan Trachtenberg, 295–310. Lisboa: Orfeu Negro.
- Batista, Etelvino. 2016. *O Soldado 82/60 e as Suas Memórias de Guerra de Angola*. Lisboa: Chiado Editora.
- Baudrillard, Jean. 1995. *Simulacra and Simulation*. Traduzido por Sheila Faria Glaser. San Francisco, Calif.: University of Michigan Press.

- Bebiano, Rui. 2002a. “A esquerda e a oposição à guerra colonial.” Em *Guerra do Ultramar: realidade e ficção. Atas do II Congresso sobre a Guerra Colonial* organizado por Rui de Azevedo Teixeira, 293-313. Lisboa: Editorial Notícias — Universidade Aberta.
- . 2002b. “A resistência interna à guerra colonial.” *História* n.º 51(24), III série: 40-47.
- . 2005. “Contestação do regime e tentação da luta armada sob o marcelismo.” *Revista Portuguesa de História* XXXVII: 65-104.
- Beer, David. 2021. “Archive Fever revisited. Algorithmic archons and the ordering of social media.” Em *Routledge Handbook of Digital Media and Communication* editado por Leah A. Lievrouw e Brian D. Loader, 99-111. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Bell, Duncan. 2003. “Mythscape: memory, mythology, and national identity.” *British Journal of Sociology* 54(1): 63–81. doi: 10.1080/0007131032000045905.
- Ben-Ze’ev, Efrat, *et al.* (eds.). 2010. *Shadows of war: a social history of silence in the twentieth century*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- Benjamin, Walter. 2013. “Pequena História da Fotografia.” Em *Ensaio sobre Fotografia* organizado por Alan Trachtenberg, 219–238. Lisboa: Orfeu Negro.
- Berger, Stefan e Niven, Bill. (eds.). 2014. *Writing the history of memory*. Londres: Bloombury.
- Bernecker, Sven. (ed.). 2017. *The Routledge handbook of philosophy of memory*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Bertaud, Jean-Paul. 2016 [2011]. “Military Virility.” Em *History of Virility* organizado por Alain Corbin *et al.* e traduzido por Keith Cohen, 303-324. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Bethencourt, Francisco. 2015 [2012]. *Racismos: das Cruzadas ao Século XX*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- Billig, Michael. 1995. *Banal Nationalism*. London; Thousand Oaks, Calif.: SAGE.
- . 2017. “Banal Nationalism and the Imagining of Politics.” Em *Everyday Nationhood: Theorising Culture, Identity and Belonging after Banal Nationalism*, editado por Marco Antonsich e Michael Skey, 307-321. London: Palgrave Macmillan.
- Birmingham, David. 2013 [2000]. “Vinho, mulheres e guerra.” Em *O Império Africano: séculos XIX e XX* coordenado por Valentim Alexandre, 167-174. Lisboa: Edições Colibri, IHC-UNL.

- Bittencourt, Marcelo. 2018. “4 de fevereiro de 1961: Ataques em Luanda.” Em *As Voltas do Passado*, editado por Miguel Cardina e Bruno Sena Martins, 56-61. Lisboa: edições Tinta-da-China.
- Blommaert, Jan. 2005. *Discourse: a critical introduction*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Bodnar, John. 1994. *Remaking America: Public Memory, Commemoration, and Patriotism in the Twentieth Century*. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press.
- Bolter, Jay David, e Grusin, Richard. 2000. *Remediation: Understanding New Media*. 6. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Bond, Lucy, *et al.* (eds.). 2017. *Memory unbound: tracing the dynamics of memory studies*. Nova Iorque: Berghahn Books.
- Bouchard, Gérard. 2013. “National myths: An overview.” Em *National myths: constructed pasts, contested presents* editado por Gérard Bouchard, 276–297. Nova Iorque: Routledge.
- Bourdieu, Pierre. 1991. *Language and Symbolic Power*. Edição e introdução de John B. Thompson e tradução de Gino Raymond e Matthew Adamson. Cambridge: Polity Press.
- . 1998. “A Ilusão Biográfica”. Em *Usos e Abusos da História Oral* editado por Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, 183-191. 2.^a edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Bourke, Joanna. 2004. “‘Remembering’ War.” *Journal of Contemporary History* 39 (4): 473–85. doi: 10.1177/0022009404046750.
- . 2006. “War and Violence.” *Thesis Eleven* 86 (1): 23–38. doi: 10.1177/0725513606066238.
- . 2010. *An Intimate History of Killing: Face-to-Face Killing in Twentieth-Century Warfare*. Repr. LaVergne, TN USA: Basic Books.
- . 2013. “Bodily Pain, Combat, and the Politics of Memoirs: Between the American Civil War and the War in Vietnam.” *Histoire Sociale/Social History* 46(91): 43–61. doi: 10.1353/his.2013.0026.
- . 2017. *The story of pain: from prayer to painkillers*. Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press.
- Boym, Svetlana. 2001. *The future of nostalgia*. Nova Iorque: Basic book.
- . 2007. “Nostalgia and its discontents.” *The Hedgehog Review*, 9(2): 7-19.
- Branco, Sofia. 2015. *As Mulheres e a Guerra Colonial: Mães, Filhas, Mulheres e Namoradas, a Retaguarda Dos Homens Na Frente de Batalha*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

- Brockmeier, Jens e Carbaugh, Donal A. (eds.). 2001. *Narrative and identity: studies in autobiography, self and culture*. Amesterdão: Benjamins.
- Bruns, Axel, e Jacobs, Joanne (eds.). 2007. *Uses of Blogs*. Digital Formations, v. 38. Nova Iorque: Peter Lang.
- Bruns, Axel. 1997. *Excitable Speech. A Politics of Performativity*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- . 2007. “What’s Next for Blogging.” Em *Uses of Blogs*, editado por Axel Bruns e Joanne Jacobs, 249–54. Nova Iorque: Peter Lang.
- Burawoy, Michael. 1998. “The Extended Case Method.” *Sociological Theory* 16(1): 4-33. doi: 10.1111/0735-2751.00040.
- Butler, Judith. 2009. *Frames of War: When Is Life Grievable?*. Londres e Nova Iorque: Verso.
- Caldeira, Clara Roldão Pinto. 2019. “O corpo nas imagens da guerra colonial portuguesa: subjetividades em análise.” *Galaxia*, 40: 17-40. doi: 10.1590/1982-25542019140716.
- Calhoun, Craig. 2017. “Rhetoric of Nationalism.” Em *Everyday Nationhood: Theorising Culture, Identity and Belonging after Banal Nationalism*, editado por Marco Antonsich e Michael Skey, 17-30. London: Palgrave Macmillan.
- Caiado, André. 2018. “Reconfiguração do «Dia da Raça» e das Forças Armadas portuguesas (1963).” Em *As Voltas do Passado*, editado por Miguel Cardina e Bruno Sena Martins, 121-127. Lisboa: edições Tinta-da-China.
- . 2020. “A presença de um imaginário imperial na monumentalização da memória da Guerra Colonial portuguesa.” *Cabo de Trabalhos*, 20: 1-16. https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n20/documentos/1_Andre_Caiado.pdf.
- . 2021. “The monumentalization of the Portuguese Colonial War: Commemorating the soldier’s efforts amid the persistence of imperial imaginaries.” *Memory Studies*: 1-18. doi: 10.1177/17506980211053983.
- Caiado, André, *et al.* 2021. “Os regressos da guerra: espaço público, mundo digital e (re)produções mnemónicas.” *Ler História*, 79: 215-240. doi 10.4000/lerhistoria.9489.
- Campos, Ângela. 2008. “‘We are still ashamed of our own history’ Interviewing ex-combatants of the Portuguese colonial war (1961-1974).” *Lusotopie* XV (2): 107-126. URL: <http://journals.openedition.org/lusotopie/612>.
- . 2017. *An Oral History of the Portuguese Colonial War*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

- Cardão, Marcos. 2014. *Fado Tropical: O Luso-Tropicalismo Na Cultura de Massas (1960-1974)*. Lisboa: edições Unipop.
- Cardina, Miguel. 2011. *Margem de certa maneira. O Maoísmo em Portugal 1964-1974*. Lisboa: edições Tinta-da-China, 251-262; 263-280.
- . 2013. “To Talk or Not to Talk: Silence, Torture, and Politics in the Portuguese Dictatorship of Estado Novo.” *Oral History Review* 40(2): 251–270. doi: 10.1093/ohr/oht052.
- . 2014. “Violência, testemunho e sociedade: incómodos e silêncios em torno da memória da ditadura.” Em *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: Alianças secretas, mapas imaginados*, organizado por Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins, 29-39. Coimbra: Almedina/CES.
- . 2016a. “Memórias Amnésicas? Nação, Discurso Político e Representações Do Passado Colonial.” *Configurações* 17: 31–42. doi: 10.4000/configuracoes.3281.
- . 2016b. “Pasados Problemáticos: Guerra y Memoria En El Portugal Contemporáneo.” *Historia Del Presente*, no. 28: 63–74. URL: <http://historiadelpresente.es/sites/default/files/revista/articulos/28/cardinamiguel.pasadosproblematicos.pdf>.
- . 2020a. “A deserção à guerra colonial: história, memória e política.” *Revista de História das Ideias* 38(2): 181-204. doi: 10.14195/2183-8925_38_8.
- . 2020b. “O passado colonial: do trajeto histórico às configurações da memória.” Em *O Século XX Português: política, economia, sociedade, cultura, império*, por Fernando Rosas *et al.*, 357-411. Lisboa: edições Tinta-da-China.
- Cardina, Miguel e Martins, Bruno Sena. 2018. “Introdução.” Em *As Voltas do Passado: a guerra colonial e as lutas de libertação*, organizado por Miguel Cardina e Bruno Sena Martins, 11-20. Lisboa: edições Tinta-da-China.
- Cardina, Miguel e Martins, Susana. 2019. “Evading the War: Deserters and Draft Evaders from the Portuguese Army during the Colonial War.” *E-Journal of Portuguese History* 17: 27-47. doi: 10.26300/vgbm-1c07.
- Caruth, Cathy. 1995. “Trauma and Experience: Introduction.” Em *Trauma: Explorations in Memory* editado por Cathy Caruth, 3-12. Baltimore, MD.: John Hopkins University Press.
- Cascais, António Fernando. 2019. “Masculinidades debaixo de fogo: homossexualidade e homossexualidade na guerra colonial (1961-1974).” *Journal of Lusophone Studies* 4.1: 134-159. doi: 10.21471/jls.v4i1.302.

- Castells, Manuel. 2007. “Communication, Power and Counter-power in the Network Society.” *International Journal of Communication*, 1: 238–266. URL: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/46> [acesso em 15/maio/2019].
- Castelo, Cláudia. 1998. “*O Modo Português de Estar No Mundo*”: *O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Biblioteca Das Ciências Do Homem. História 19. Porto: Edições Afrontamento.
- Catroga, Fernando. 2011. *Ensaio Republicano*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos/Relógio D’Água.
- Cervelló, Josep Sanchez. 2020. “Tribalismo e nacionalismo (UPA/FNLA)”. Em *Guerra Colonial* de Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, 78-82. Lisboa: Porto Editora.
- Césaire, Aimé. 1978 [1955]. *Discurso sobre o colonialismo*. Tradução de Noémia de Sousa. 1.ª edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Chakrabarty, Dipesh. 2000. *Provincializing Europe. Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton e Oxford: Princeton University Press.
- Coelho, João Paulo Borges. 2002. “African Troops in the Portuguese Colonial Army, 1961-1974: Angola, Guinea-Bissau and Mozambique.” *Portuguese Studies Review* 10(1): 129-150.
- Corbin, Alain, *et al.* 2016 [2011]. *History of Virility*. Traduzido por Keith Cohen. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Correia, Sílvia. 2010. “A memória da guerra.” Em *História da Primeira República Portuguesa* coordenada por Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, 349-370. Lisboa: edições Tinta-da-China.
- Costa, Pedro Rodrigues. 2014. “Da cultura do ecrã na visão — alguns resultados de uma abordagem epistémica desobediente.” *Revista Comunicando* 3: 178-202.
- . 2020a. “Uma cartografia do ódio no Facebook: gatilhos, insultos e imitações.” *Comunicação Pública* 15(29): 1-29.
- . 2020b. “Impacto da captologia: problemáticas, desafios e algumas consequências do ‘dar vistas’ ao ecrã em rede.” *Sociologia Online* 23: 74-94.
- . 2021. “A Wikipédia como veículo de conhecimento nos países de língua portuguesa.” *Communitas Think Tank — Ideias*: 1-22. URL: <http://www.communitas.pt/wp-content/uploads/2021/01/A-WIKIPÉDIA-COMO-VEÍCULO-DE-CONHECIMENTO-NOS-PAÍSES-DE-LÍNGUA-PORTUGUESA.pdf> (acesso em 23/julho/2021).
- Craps, Stef *et al.* 2012. “Dispersal and Redemption: the future of memory studies: a roundtable.” *Memory Studies* 5(2): 223-239. URL: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1750698011428302>.

- Curto, Diogo Ramada. 2020. *O colonialismo português em África: de Livingstone a Luandino*. Lisboa: Edições 70.
- Da Silva, Tony Simões. 2002. "Raced Encounters, Sexed Transactions: 'Luso-tropicalism' and the Portuguese Colonial Empire." *Pretext: Literary and Cultural Studies* 11(1), 27-39. doi: 10.1080/1015549022000009660.
- Dean, Jodi. 2010. *Blog Theory: Feedback and Capture in the Circuits of Drive*. Cambridge, UK Malden, MA: Polity Press.
- . 2019a. "Communicative Capitalism and Revolutionary Form." *Millennium: Journal of International Studies* 47(3): 326-340.
- . 2019b. "Communicative Capitalism: this is what democracy looks like." *RCL – Revista de Comunicação e Linguagens/Journal of Communication and Languages* 51: 32-49.
- Deleuze, Gilles e Guattari, Félix. 1987. *A thousand plateaus: capitalism and schizophrenia*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Derrida, Jacques. 1998. *Archive Fever: A Freudian Impression*. Traduzido por Eric Prenowitz. Chicago; Londres: The University of Chicago Press.
- Dhada, Mustafah. 2016. *The Portuguese Massacre of Wiriyamu in Colonial Mozambique, 1964-2013*. Londres e Nova Iorque: Bloomsbury Academic.
- Dijck, José van. 2007. *Mediated Memories in the Digital Age*. Cultural Memory in the Present. Stanford, Calif: Stanford University Press.
- . 2010. "Flickr and the culture of connectivity: sharing views, experiences, memories." *Memory Studies*, 4(4): 401-415. doi: 10.1177/1750698010385215.
- . 2013. *The culture of connectivity: a critical history of social media*. Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press.
- . 2017. "Connective Memory: How Facebook Takes Charge of Your Past." Em *Memory Unbound: tracing the dynamics of memory studies* editado por Lucy Bond, Stef Craps e Pieter Vermeulen, 151-172. Oxford e Nova Iorque: Berghahn Books.
- . 2020a. "Seeing the forest for the trees: Visualizing platformization and its governance." *Memory Studies*: 1-13. doi 10.1177/1461444820940293.
- . 2020b. "Governing digital societies: Private platforms, public values." *Computer Law & Security Review*, 36: 1-4.
- Dijck, José van, et al. 2019. "Reframing platform power." *Internet Policy Review* 8(2): 1-18.
- Dijk, Teun A. van. 2008. *Discourse and power*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire e Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

- . 2009. *Society and discourse: how social contexts influence text and talk*. Cambridge e Nova Iorque: Cambridge University Press.
- . 2014. *Discourse and knowledge: a sociocognitive approach*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Dougherty, Jack e Nawrotzki, Kristen D. (eds.). 2013. *Writing History in the Digital Age*. San Francisco, Calif.: The University of Michigan Press.
- Eagleton, Terry. 2018. *Why Marx Was Right*. New Haven e Londres: Yale University Press.
- Elgesem, Dag. 2002. “What is special about the ethical issues in online research?” *Ethics and Information Technology* 4: 195–203. doi: 10.1023/A:1021320510186.
- Ernst, Wolfgang e Parikka, Jussi. 2013. *Digital memory and the archive*. Minneapolis. Univ. of Minnesota Press.
- Espírito Santo, Sílvia. 2003. *Adeus, Até ao Teu Regresso: O Movimento Nacional Feminino na Guerra Colonial (1961-1974)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- . 2008. *Cecília Supico Pinto: O rosto do Movimento Nacional Feminino*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Eyerman, Ron e Sciortino (eds.). 2020. *The Cultural Trauma of Decolonization: Colonial Returnees in the National Imagination*. New Haven e Trento: Palgrave Macmillan.
- Feindt, Gregor, et al. 2014. “Entangled Memory: Toward a third wave in memory studies.” *History and Theory* 53(1): 24–44. doi: 10.1111/hith.10693.
- Ferreira, João J. Brandão. 2019 [2009]. *Em Nome da Pátria: Portugal, o Ultramar e a Guerra Justa*. Lisboa: Dom Quixote.
- Ferreira, Verónica. 2018. “Criação do Movimento Nacional Feminino.” Em *As Voltas do Passado*, editado por Miguel Cardina e Bruno Sena Martins, 89-95. Lisboa: Edições Tinta-da-China.
- . 2020a. “‘Rebuilding the jigsaw of memory’: the discourse of Portuguese colonial war veterans' blogs.” Em *Mass Violence and Memory in the Digital Age* organizado por Eve Zucker e David Simon, 197-223. Cham: Palgrave Macmillan. doi: 10.1007/978-3-030-39395-3_9.
- . 2020b. “Cartografias da zona cinzenta: do herói à vítima, da vítima ao perpetrador nas narrativas de ex-combatentes portugueses da guerra colonial.” *Revista Cabo dos Trabalhos* 21: 1-27. https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n21/documentos/11_veronica_ferreira.pdf.
- . 2021. “Networked memories: How the internet has changed the way we remember the Portuguese colonial war (1961-1974).” *Mémoires en Jeu/Memories at Stake*, 14: 101-107.

- . 2022. “The construction of a web narrative about the Portuguese colonial war: a critical perspective on Wikipedia.” *Culture & History Digital Journal* 11(1), 1-15. doi 10.3989/chdj.2022.010.
- Ferron, Michela e Massa, Paolo. 2014. “Beyond the encyclopedia: Collective memories in Wikipedia.” *Memory Studies*, 7(1): 22–45. doi: 10.1177/1750698013490590.
- Figueiredo, Ana, *et al.* 2013. “The Past and the Present (re)Visited: War Veterans’ Representations of the Portuguese Colonial War.” Em *Narratives and social memory: theoretical and methodological approaches* editado por Rosa Cabecinhas e Lila Abadia, 76-91. Braga: University of Minho.
- Figueiredo, Isabela. 2018. *Caderno de Memórias Coloniais*. São Paulo: Todavia.
- Fivush, Robyn e Haden, Catherine A. (eds.). 2003. *Autobiographical memory and the construction of a narrative self: developmental and cultural perspectives*. Mahwah, N.J.: L. Erlbaum.
- Forti, Simona. 2015 [2012]. *New Demons: rethinking power and evil today*. Traduzido por Zakiya Hanafi. Cultural Memory in the Present. Stanford, Calif: Stanford University Press.
- Foucault, Michel. 1997 [1971]. *A Ordem do Discurso*. Traduzido por Laura Fraga de Almeida Sampaio. Lisboa: Relógio D’Água.
- Freeman, Mark. 1993. *Rewriting the self: history, memory, narrative*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- . 2010. “Telling Stories. Memory and Narrative.” Em *Memory. Histories, Theories, Debates* editado por Susannah Radstone e Bill Schwarz, 263-277. Nova Iorque: Fordham University.
- Freudenthal, Ainda. 2018. “Janeiro de 1961: Revolta camponesa na Baixa do Kasanje, Angola.” Em *As Voltas do Passado: a guerra colonial e as lutas de libertação*, organizado por Miguel Cardina e Bruno Sena Martins, 48-55. Lisboa: edições Tinta-da-China.
- Fuchs, Christian. 2014. *Social Media: a critical introduction*. Los Angeles e Londres: SAGE.
- Garde-Hansen, Joanne. 2009. “MyMemories? Personal Digital Archive Fever and Facebook.” Em *Save As... Digital Memories* editado por Joanne Garde-Hansen, Andrew Hoskins e Anna Reading, 135-150. Houndmills, Basingstoke, Hampshire e Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- . 2011. *Media and Memory*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

- Garde-Hansen, Joanne; Hoskins, Andrew e Reading, Anna. 2009. *Save as... Digital Memories*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire e Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Garraio, Júlia. 2016. “Perdidas na exposição? Desafiar o imaginário colonial português através de fotografias de mulheres negras.” Em *Geometrias da Memória: Configurações Pós-coloniais* organizado por António Sousa Ribeiro e Margarida Calafate Ribeiro, 279-303. Porto: Edições Afrontamento.
- Gatta, Stefania. 2017. *Escrita de Guerra: uma abordagem sociodiscursiva da relação entre inimigo e esforço de guerra nas correspondências e num diário íntimo durante a guerra colonial portuguesa 1961-1974*. Dissertação de Doutoramento em Linguística, com especialização em Análise de Discurso da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/29995/1/ulfl238844_td.pdf (acesso em 16/julho/2020).
- Gauntlett, David. 2011. *Making is Connecting: The social meaning of creativity, from DIY and knitting to YouTube and Web 2.0*. Cambridge, UK e Malden, USA: Polity.
- Góis, Bruno. 2021. “Connected Colonial Nostalgia: Content and Interactions of the *Retornados e Refugiados de Angola* Facebook Group.” Em *The Retornados from the Portuguese Colonies in Africa: Memory, Narrative, and History* editado por Elsa Peralta, 284-304. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Gomes, Carlos Matos. 2016. “A africanização na guerra colonial e as suas sequelas tropas locais - os vilões nos ventos da história.” Em *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: alianças secretas, mapas imaginados* editado por Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins, 123-141. Coimbra: CES/Almedina.
- Gomes, Catarina. 2018. *Furriel não é nome de pai: os filhos que os militares portugueses deixaram na guerra colonial*. Lisboa: Edições Tinta-da-China.
- Goodman, Steve e Parisi, Luciana. 2010. “Machines of Memory.” Em *Memory, Histories, Theories, Debates* editado por Susannah Radstone e Bill Schwarz, 343-359. Nova Iorque: Fordham University.
- Green, Anna. 2010. “Can Memory Be Collective?” Em *The Oxford Handbook of Oral History* editado por Donald A. Ritchie, 97-117. Nova Iorque; Oxford: Oxford University Press.
- Greenfield, Adam. 2017. *Radical Technologies: The Design of Everyday Life*. Londres e Nova Iorque: Verso.
- Groys, Boris. 2016. *In the Flow*. Londres e Nova Iorque: Verso.
- Guerra, João Paulo. 1994. *Memória das Guerras Coloniais*. Porto: Edições Afrontamento.

- Halbwachs, Maurice. 2011. "Maurice Halbwachs, from The Collective Memory". Em *The Collective Memory Reader* editado por Jeffrey K. Olick, Vered Vinitzky-Seroussi, e Daniel Levy, 139-149. Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press.
- Hammersley, Martyn e Traianou, Anna. 2012. *Ethics in Qualitative Research: Controversies and Contexts*. Los Angeles, Thousand Oaks, Calif.: SAGE Publications.
- Hansen, Jennifer. 2002. "Necessary Fictions: Memoir and Self-Making." *Consciousness, Literature and the Arts* 3(3): 1–8.
- Henriques, Joana Gorjão. 2018. *Racismo no país dos brancos costumes*. Lisboa: Edições Tinta-da-China.
- Hine, Christine. 2015. *Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Everyday*. London; New York: Bloomsbury Academic, Bloomsbury Publishing Plc.
- Hirsch, Marianne. 2012 [1997]. *Family Frames: Photography, Narrative and Postmemory*. Scotts Valley: Createspace.
- . 2012. *The Generation of Postmemory: writing and visual culture after the Holocaust*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Horwitz, Robert B. 2018. "Politics as Victimhood, Victimhood as Politics." *The Journal of Policy History* 30(3): 552-574.
- Hoskins, Andrew, e Tulloch, John. 2016. "On Memory and Forgetting." Em *Risk and Hyperconnectivity. Media and Memories of Neoliberalism*, 297-309. Nova Iorque e Oxford University Press.
- Hoskins, Andrew. 2009a. "The Digitalization of Memory." URL: <http://www.interdisciplinary.net/wp-content/uploads/2009/03/hoskinspaper>
- . 2009b. "The Mediatisation of Memory." Em *Save As... Digital Memories* editado por Joanne Garde-Hansen, Andrew Hoskins e Anna Reading, 27-43. Houndmills, Basingstoke, Hampshire e Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- . 2014. "The Right to be Forgotten in Post-Scarcity Culture." Em *The Ethics of Memory in a Digital Age: Interrogating the Right to be Forgotten* editado por Alessia Ghezzi, Ângela Guimarães Pereira e Lucia Vesnić-Alujević, 51-64. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Hoskins, Andrew (ed.). 2017. *Digital Memory Studies: Media Pasts in Transition*. Londres: Routledge.
- Hudson, James M. e Bruckman, Amy. 2004. "'Go Away': Participant Objections to Being Studied and the Ethics of Chatroom Research." *The Information Society* 20(2): 127–139. doi: 10.1080/01972240490423030.

- Hughes, Sherick A. e Julie L. Pennington. 2017. *Autoethnography: process, product, and possibility for critical social research*. Thousand Oaks: SAGE.
- Jerónimo, Miguel Bandeira (org.). 2013. *O império colonial em questão (séc., XIX-XX): poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70.
- Jerónimo, Miguel Bandeira e Monteiro, José Pedro. 2018. “6 de setembro de 1961: Revogação do Estatuto Político, Civil e Criminal do Indígena.” Em *As Voltas do Passado*, editado por Miguel Cardina e Bruno Sena Martins, 102-109. Lisboa: edições Tinta-da-China.
- Keightley, Emily. 2014. *Time, Media and Modernity*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Kidd, Jenny. 2009. “Digital Storytelling and the Performance of Memory.” Em *Save As... Digital Memories* editado por Joanne Garde-Hansen, Andrew Hoskins e Anna Reading, 167-183. Houndmills, Basingstoke, Hampshire e Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Kilomba, Grada. 2019 [2008]. *Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Quotidiano*. Lisboa: Orfeu Negro.
- Kozinets, Robert V. 2010. *Netnography: ethnographic research in the age of the internet*. 1ª edição. Thousand Oaks, CA: Sage Publications Ltd.
- Lagerkvist, Amanda. 2013. “New Memory Cultures and Death: Existential Security in the Digital Memory Ecology.” *Thanatos* 2. URL: http://thanatosjournal.files.wordpress.com/2012/12/lagerkvist_newmemorycultures_than222013.pdf
- . 2016. “Embodiments of Memory: Toward an Existential Approach to the Culture of Connectivity.” Em *Memory Unbound: Tracing the Dynamics of Memory Studies* editado por Lucy Bond, Stef Craps e Pieter Vermeulen, 173-194. Nova Iorque; Oxford: Berghahn.
- Lakoff, George e Johnson, Mark. 2003 [1980]. *Metaphors We Live By*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press.
- Landsberg, Alison. 2004. *Prosthetic Memory: the transformation of American remembrance in the age of mass culture*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Laranjeiro, Catarina. 2014. “Etnografia visual da Guerra Colonial. Luta de libertação na Guiné.” Em *O Império da Visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)* organizado por Filipa Lowndes Vicente, 435-446. Lisboa: edições 70.
- Law, John. 2004. *After Method: Mess in Social Science Research*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Lecerle, Jean-Jacques. 1990. “The Violence of Language.” Em *The Violence of Language*, 224-264. Londres: Routledge.

- Leitch, Thomas. 2014. *Wikipedia U: Knowledge, Authority, and Liberal Education in the Digital Age*. Baltimore: John Hopkins University.
- Lejeune, Philippe. 1989. *On autobiography*. Organização e introdução de Paul J. Eakin e tradução de Katherine Leary. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Loff, Manuel. 2014. “Dictatorship and revolution: Socio-political reconstructions of collective memory in post-authoritarian Portugal.” *Culture & History Digital Journal*, 3(2), e017: 1-13. doi: 10.3989/chdj.2014.017.
- . 2015. “Estado, Democracia e Memória: Políticas Públicas Da Memória Da Ditadura Portuguesa (1974-2014).” Em *Ditaduras e Revolução. Democracia e Políticas Da Memória*, 23–143. Coimbra: Almedina.
- Lorde, Audre. 2007 [1984]. “Uses of the Erotic: the erotic as power.” Em *Sister Outsider: Essays and Speeches*, loc. 80-8 [ebook]. Berkley: Crossing Press.
- Lourenço, Eduardo. 2014 *O colonialismo como nosso impensado*. Organização e prefácio de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi. Lisboa: Gradiva.
- Lovink, Geert. 2008. *Zero Comments: Blogging and Critical Internet Culture*. Nova Iorque: Routledge.
- . 2011. *Networks Without a Cause: A Critique of Social Media*. Cambridge; Malden, MA: Polity Press.
- Low, Gail Ching-Liang. 1996. *White Skins, Black Masks: Representation and Colonialism*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Lury, Celia. 1998. *Prosthetic Culture: photography, memory and identity*. London: Routledge.
- Luyt, Brendan. 2011. “The nature of historical representation on Wikipedia: dominant or alterative historiography”. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 62(6): 1058–1065. doi: 10.1002/asi.21531.
- Macedo, Lurdes. *et al.* 2013. “Researching Identity Narratives in Cyberspace: Some Methodological Challenges.” Em *Narratives and social memory: theoretical and methodological approaches* editado por Rosa Cabecinhas e Lila Abadia, 119-133. Braga: University of Minho.
- Machaqueiro, Mário Artur. 2015. “Memórias em Conflito ou o Mal-Estar da Descolonização.” Em *O Adeus ao Império - 40 anos de descolonização portuguesa* organizado por Fernando Rosas, Mário Machaqueiro e Pedro Aires de Oliveira, 227-245. Veja: Lisboa.
- Madureira, Luís. 1994. “Tropical Sex Fantasies and the Ambassador’s Other Death: The Difference in Portuguese Colonialism.” *Cultural Critique* 28, 149-173. doi: 10.2307/1354514.

- Maia, Ângela, *et al.* 2006. “Por baixo das pústulas da guerra: reflexões sobre um estudo com ex-combatentes da guerra colonial.” Em *A guerra colonial (1961-1974)* editado por Manuel Gama, 11-28. Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos Lusíadas.
- Marles, Janet E. 2015. “Simulating memory: a technique of memory and narrative in interactive digital media.” *Continuum* 29(4): 534–548. doi: 10.1080/10304312.2015.1051803.
- Marques, Silvino Silvério *et al.* 1977. *África, a Vitória Traída – quatro generais escrevem*. Braga/Lisboa: Ed. Intervenção.
- Martin, J. R., e Wodak, Ruth. (eds.). 2003. *Re/reading the past: critical and functional perspectives on time and value*. Amsterdão; Philadelphia: John Benjamins Pub.
- Martins, Bruno Sena. 2015. “Violência Colonial e Testemunho: Para Uma Memória Pós-Abissal.” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 106: 105–26. doi: 10.4000/rccs.5904.
- . 2016. “Corpos-memórias da Guerra Colonial: os Deficientes das Forças Armadas e o ‘restolhar de asas no telhado.’” Em *Geometrias da Memória: configurações pós-coloniais* organizado por António Sousa Ribeiro e Margarida Calafate Ribeiro. Lisboa: Afrontamento, 305-25.
- . 2020. “A Guerra Colonial portuguesa na democratização da história: corpos, subjetividades e violências.” Em *Brasil e Portugal: ditaduras e transições para a democracia* coordenado por Gilvan Veiga Dockhorn, João Paulo Avelãs Nunes e Diorge Alcino Konrad, 241-262. Imprensa da Universidade de Coimbra, Editora da Univ. Federal de Santa Catarina.
- Martins, Catarina. 2016. “Nós e as Mulheres dos Outros. Feminismos entre o Norte e a África.” Em *Geometrias da Memória: configurações pós-coloniais*, organizado por António Sousa Ribeiro e Margarida Calafate Ribeiro. Porto: Edições Afrontamento, 251-277.
- . 2019. “Corpos Nus de Mulheres Negras: Eixos Poéticos e Políticos Da Escrita de Mulheres Africanas Lusófonas.” *Revista Estudos Feministas* 27 (1), 1-12. doi: 10.1590/1806-9584-2019v27n158880.
- Martins, Fernando. 2013 [2000]. “A questão colonial na política externa portuguesa: 1926-1975.” Em *O Império Africano: séculos XIX e XX* coordenado por Valentim Alexandre, 137-165. Lisboa: Edições Colibri, IHC-UNL.
- Mateus, Dalila Cabrita. 1999. *A luta pela Independência – A formação das Elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- Matos, Patrícia Ferraz de. 2006. *As Côres do Império: Representações Raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: ICS.

- Maurício, Carlos. 2011. “A Guerra Colonial e a Descolonização vistas pelas Sondagens de Opinião (1973-2004).” *Nação e Defesa* 130(5): 267-295.
- . 2013. “Um longo degelo: a guerra colonial e a descolonização nos ecrãs portugueses (1974-1994).” *Ler História* 65: 159-177.
- Mbembe, Achille. 2014. *Crítica da Razão Negra*. Tradução por Marta Lança. Lisboa: Antígona.
- McClintock, Anne. 1995. *Imperial Leather: race, gender and sexuality in the colonial contest*. Nova Iorque, Londres: Routledge.
- McLuhan, Marshall e Fiore, Quentin. 2001. *The medium is the massage: an inventory of effects*. Berkeley, CA. Gingko Press.
- McLuhan, Marshall. 1997. *Understanding media: the extensions of man*. Londres: Routledge.
- McKee, Heidi. A. e Porter, James E. 2009. *The Ethics of Internet Research: a rhetorical, case-based process*. Nova Iorque: Peter Lang.
- Medeiros, Paulo de. 2009. “Hauntings: Memory, Fiction, and the Portuguese Colonial Wars.” Em *Commemorating War: The Politics of Memory*, editado por Timothy G. Ashplant, Graham Dawson e Michael Roper, 3, 47–76. Memory and Narrative Series. New Brunswick, NJ: Transaction Publ.
- Merrin, William. 2014. *Media Studies 2.0*. Nova Iorque e Londres: Routledge.
- Molden, Berthold. 2016. “Resistant Pasts versus Mnemonic Hegemony: On the Power Relations of Collective Memory.” *Memory Studies* 9 (2): 125–42. doi: 10.1177/1750698015596014.
- Monteiro, José Pedro. 2018. *Portugal e a questão do trabalho forçado: um império sob escrutínio (1944-1962)*. Lisboa: edições 70.
- Moss, Michael. 2016. “Opening Pandora’s Box: what is an archive in the digital environment?” Em *What are archives? Cultural and theoretical perspectives: a reader* editado por Louise Craven, 71-88. Nova Iorque e Londres: Routledge.
- . 2018. “Memory institutions, the archive and digital disruption?” Em *Digital Memory Studies: media pasts in transition* editado por Andrew Hoskins, 253-279. Nova Iorque e Londres: Routledge.
- Muchembled, Robert. 2014 [2008]. *Uma História da Violência: Do final da Idade Média aos nossos dias*. Lisboa: Edições 70.
- Myers, Greg. 2010. *The Discourse of Blogs and Wikis*. Londres e Nova Iorque: Continuum.
- Nagle, Angela. 2017. *Kill All Normies: The online culture wars from Tumblr and 4chan to the alt-right and Trump*. Winchester, UK e Washington, USA: Zero Books.

- Neiger, Mordechai. 2011. *On media memory: collective memory in a new media age*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire, UK; Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Neto, Maria da Conceição. 2018. “15 de março de 1961: UPA e a revolta no norte de Angola.” Em *As Voltas do Passado: a guerra colonial e as lutas de libertação*, organizado por Miguel Cardina e Bruno Sena Martins, 62-68. Lisboa: edições Tinta-da-China.
- Neves, Helena. 2004. “Amor em tempo de guerra: Guerra Colonial, a (in)comunicabilidade (im)possível.” *Revista Crítica de Ciências Sociais* 68: 43-63. doi: 10.4000/rccs.1079.
- Neves, José Pinheiro e Costa, Pedro Rodrigues. 2010. “A individuação eco(socio)lógica na pós-modernidade.” *Comunicação e Sociedade* 18: 179-192. doi: 10.17231/comsoc.18(2010).997.
- Noble, Safiye Umoja. 2018. *Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism*. Nova Iorque: New York University Press.
- O’Neil, Cathy. 2016. *Weapons of Math Destruction: How Big Data Increases Inequality and Threatens Democracy*. Crown.
- O’Shea, Lizzie. 2019. *Future Histories: What Ada Lovelace, Tom Paine, and the Paris Commune Can Teach Us about Digital Technology*. Londres e Nova Iorque: Verso.
- Olick, Jeffrey K. (ed.). 2003. *States of memory: continuities, conflicts, and transformations in national retrospection*. Durham: Duke University Press.
- Olick, Jeffrey K., Vinitzky-Seroussi, Vered e Levy, Daniel. 2011. *The Collective Memory Reader*. Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press.
- Passerini, Luisa. 2003. “Memories between Silence and Oblivion.” Em *Contested Pasts. History, Memory, Nation*, editado por Katherine Hodgkin e Susannah Radstone, 238–54. Nova Iorque: Routledge.
- Pentzold, Christian. 2009. “Fixing the floating gap: The online encyclopaedia Wikipedia as a global memory place”. *Memory Studies*, 2(2): 255–272. doi: 10.1177/1750698008102055.
- Pentzold, Christian, *et al.* 2017. “Digging Wikipedia: The Online Encyclopedia as a Digital Cultural Heritage Gateway and Site”. *Journal on Computing and Cultural Heritage*, 10(1): 1–19. doi: 10.1145/3012285.
- Peralta, Elsa. 2014. “O Monumento aos Combatentes: a performance do fim do império no espaço sagrado da nação.” Em *Antropologia e Performance: agir, atuar, exhibir* organizado por Paula Godinho, 213-236. Castro Verde: 100Luz.
- . 2017. *Lisboa e a memória do império: património, museus e espaço público*. Lisboa: Le Monde Diplomatique, Outro Modo.

- . 2019. “The Return from Africa: Illegitimacy, Concealment, and the Non-Memory of Portugal’s Imperial Collapse.” *Memory Studies*. 1-18. doi: 10.1177/1750698019849704.
- Peralta, Elsa, *et al.* (coord.) 2017. *Retornar. Traços de Memória do Fim do Império*. Lisboa: Edições 70.
- Pereira, Mateus H. de Faria. 2015. “Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014).” *Varia Historia*, 31(57): 863–902. doi: 10.1590/0104-87752015000300008.
- Pickering, Michael e Keightley, Emily. 2006. “The Modalities of Nostalgia.” *Current Sociology* 54 (6): 919–41. doi: 10.1177/0011392106068458.
- . 2015. *Photography, Music, and Memory: Pieces of the Past in Everyday Life*. Palgrave Macmillan Memory Studies. Houndmills, Basingstoke, Hampshire; New York, NY: Palgrave Macmillan.
- Pimentel, Irene Flunser. 2014. *História da Oposição à Ditadura 1926-1974*. Lisboa: figueirunhas.
- Pink, Sarah, *et al.* (eds.). 2016. *Digital ethnography: principles and practice*. Los Angeles: SAGE.
- Pinto, António Costa, e Jerónimo, Miguel Bandeira. 2014. *Portugal e o fim do colonialismo. Dimensões internacionais*. Lisboa: edições 70.
- . 2015. “Ideologies of Exceptionality and the Legacies of Empire in Portugal.” Em *Memories of Post-imperial Nations. The Aftermath of Decolonization, 1945-2013* editado por Dietmar Rothermund, 97-119. Daryaganj, Delhi, India: Cambridge University Press.
- Poell, Thomas. 2020. “Three Challenges for Media Studies in the Age of Platforms.” *Memory Studies*, 21(6): 650-657. doi: 10.1177/1527476420918833.
- Poell, Thomas; Nieborg, David e Dijck, José van. 2019. “Platformisation.” *Internet Policy Review* 8(4): 1-13. doi: 10.14763/2019.4.1425.
- Pogačar, Martin. 2016. *Media Archaeologies, Micro-Archives and Storytelling Re-presenting the Past*. Londres: Palgrave Macmillan.
- . 2018. “Culture of the Past. Digital Connectivity and Dispotentiated Futures.” Em *Digital Memory Studies. Media Pasts in Transition*, editado por Andrew Hoskins, 27–47. Nova Iorque e Londres: Routledge.
- Pontes, Joana. 2019. *Sinais de Vida. Cartas da Guerra 1961-1974*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Portelli, Alessandro. 2003. “The massacre at the Fosse Ardeatine: history, myth, ritual and symbol.” Em *Contested Pasts. The Politics of Memory* editado por Susannah Radstone e Katharine Hodgkin, 29-41. Londres e Nova Iorque: Routledge.

- Portelli, Alessandro. 2013 [1979]. “O que torna a História Oral diferente.” Em *A Morte de Luigi Trastulli e Outros Ensaio*. Organização e tradução de Miguel Cardina e Bruno Cordovil, 19-43. Lisboa: edições Unipop.
- Power, M. 2001. “Geo-politics and the representation of Portugal’s African colonial wars: examining the limits of ‘Vietnam syndrome’.” *Political Geography* 20(4): 461–491. doi: 10.1016/S0962-6298(01)00003-8.
- Querido, Paulo, and Luís Ene. 2003. *Blogs*. Lisboa: Centro Atlântico.
- Quintais, Luís. 2000a. *As guerras coloniais e a invenção da história*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Lisboa.
- . 2000b. “Trauma e memória: um exercício etnográfico.” *Etnográfica* IV(1): 61-88.[doi]
- . 2001. “How to speak, how to remembre: post-traumatic stress disorder and the Portuguese colonial wars (1961-1974).” *Journal of Romance Studies* 1(3): 85-101. doi: 10.3828/jrs.1.3.85.
- Radstone, Susannah e schwarz, Bill. 2010. “Introduction: Mapping Memory.” Em *Memory. Histories, Theories, Debates* editado por Susannah Radstone e Bill Schwarz, 1-9. Nova Iorque: Fordham University. URL: <http://www.jstor.org/stable/j.cttlc999bq.4>
- Ramos, Afonso. 2014. “Angola 1961, o horror das imagens.” Em *O Império da Visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)* organizado por Filipa Lowndes Vicente, 399-434. Lisboa: edições 70.
- Ramsay, Debra. 2018. “Tensions in the interface: the archive and the digital” Em *Digital Memory Studies: media pasts in transition* editado por Andrew Hoskins, 280-302. Nova Iorque e Londres: Routledge.
- Reading, Anna. 2011. “Memory and Digital Media: Six Dynamics of the Global Memory Field.” Em *On media memory. Collective memory in a new media age* editado por Motti Neiger; Oren Meyers e Eyal Zandberg, 241-252. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Reed, T. V. 2019. *Digitized Lives: Culture, Power and Social Change in the Internet Era*. 2.ª edição. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Ribeiro, António Sousa e Ribeiro, Margarida Calafate. 2016. *Geometrias da Memória: Configurações Pós-coloniais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ribeiro, António Sousa. 2008. “Cartografias do não-espço: Viagens ao fim do mundo na literatura do Holocausto.” *Revista Crítica de Ciências Sociais* 83: 5-18. doi: 10.4000/rccs.430.

- Ribeiro, Filipa Perdigão Alexandre. 2010. *The discursive construction of Portuguese national identity in the media thirty years after the 1974 revolution*. Tese de doutoramento em Filosofia na Lancaster University.
- Ribeiro, Jorge. 1999. *Marcas da guerra colonial*. Porto: Campo das Letras.
- Ribeiro, Margarida Calafate e Ribeiro, António Sousa. 2013. “Os netos que Salazar não teve: guerra colonial e memória de segunda geração.” *Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana* 5(11): 25-36. doi: 10.22409/abriluff.v5i11.29660.
- Ribeiro, Margarida Calafate e Vecchi, Roberto (eds.). 2011. *Antologia Da Memória Poética Da Guerra Colonial*. Poesia. Série Antologias 2. Porto: Afrontamento.
- . 2012. “Versos e Gritos. Memória Poética da Guerra Colonial.” *Abril: Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*, vol. 5, 9: 25-39. <http://periodicos.uff.br/revistaabril/article/view/16354> [acesso em 15/maio/2019].
- Ribeiro, Margarida Calafate, Vecchi, Roberto e Ribeiro, António Sousa. 2012. “The Children of the Colonial War: Post-Memory and Representations.” Em *Plots of War: Modern Narratives of Conflict*, editado por Isabel Capeloa Gil e Adriana Alves de Paula Martins, 11–23. Culture & Conflict 2. Berlin; Boston: De Gruyter.
- Ribeiro, Margarida Calafate. 2004. *Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo*. Lisboa: Ed. Afrontamento.
- . 2007a. “As ruínas da casa portuguesa em *Os Cus de Judas* e em *O Esplendor de Portugal*, de António Lobo Antunes.” Em *Portugal não é um país pequeno: contar o império na pós-colonialidade* organizado por Manuela Ribeiro Sanches, 41-62. Lisboa: Cotovia.
- . 2007b. *África No Feminino: As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial*. Textos 55. Porto: Edições Afrontamento.
- Rodrigues, Catarina. 2006. *Blogs e a Fragmentação Do Espaço Público*. Covilhã: LabCom, Universidade da Beira Interior.
- Rodrigues, Fátima da Cruz. 2012. *Antigos Combatentes Africanos das Forças Armadas Portuguesas: Guerra Colonial como Território de (Re)conciliação*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia, com especialização em Pós-colonialismo e Cidadania Global da Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/23328> (acesso em 15/maio/2019).
- . 2013. “A desmobilização dos combatentes africanos das forças armadas portuguesas da guerra colonial (1961-1974).” *Ler História* 65: 113-128. doi: 10.4000/lerhistoria.484.

- Rodrigues, Inês Nascimento. 2018. *Espectros de Batepá: memórias e narrativas do "Massacre de 1953" em São Tomé e Príncipe*. Porto: edições Afrontamento.
- Rogers, Richard. 2015. *Digital methods*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Roldão, Cristina. 2020. "Racismo em Portugal: algumas notas." Em *Não Posso Ser Quem Somos? Identidades e estratégia política da esquerda* por Andrea Peniche, Bruno Sena Martins, Cristina Roldão e Francisco Louçã, 169-232. Lisboa: Bertrand editora.
- Rosas, Fernando. 2012. *Salazar e o Poder: a arte de saber durar*. Lisboa: edições Tinta-da-China.
- . 2018. *História a História: África*. Lisboa: edições Tinta-da-China.
- . 2020. "Os quatro regimes." Em *O Século XX Português: política, economia, sociedade, cultura, império*, por Fernando Rosas et al., 17-115. Lisboa: edições Tinta-da-China.
- Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda (coord.). 2010. *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: edições Tinta-da-China.
- Rosas, Fernando, et al. (org.). 2015. *O adeus ao Império: 40 anos de descolonização portuguesa*. Lisboa: Veja.
- Rosas, Fernando, et al. 2020. *O Século XX Português: política, economia, sociedade, cultura, império*. Lisboa: edições Tinta-da-China.
- Rosenzweig, Roy. 2006. "Can History Be Open Source? Wikipedia and the Future of the Past." *The Journal of American History*, 93(1): 117–146. doi: 10.2307/4486062.
- . 2011. *Clio Wired. The future of the past in the digital age*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Rosenzweig, Roy e Cohen, Daniel J. 2011. "Web of Lies? Historical Knowledge on the Internet." Em *Clio Wired. The future of the past in the digital age* por Roy Rosenzweig, 28-50. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Rosenzweig, Roy e O'Malley, Michael. 2011. "Brave New World or Blind Alley? American History on the World Wide Web." Em *Clio Wired. The future of the past in the digital age* por Roy Rosenzweig, 155-178. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Rothberg, Michael. 2009. *Multidirectional memory: remembering the Holocaust in the age of decolonization*. Stanford, Calif: Stanford University Press.
- . 2019. *The implicated subject: beyond victims and perpetrators*. Stanford, Calif: Stanford University Press. Disponível em: <https://www.amazon.com/-/pt/dp/1503609596/>.

- Rothermund, Dietmar (ed.). 2015. *Memories of post-imperial nations: the aftermath of decolonization, 1945-2013*. Daryaganj, Delhi, India: Cambridge University Press.
- Roussio, Henry. 1991. *The Vichy syndrome: history and memory in France since 1944*. Tradução por Arthur Goldhammer. Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press.
- . 2012. *La dernière catastrophe : L'histoire, le présent, le contemporain*. Paris : Éditions Gallimard.
- . 2016. *The Latest Catastrophe: History, the Present, the Contemporary*. Traduzido por Jane Marie Todd. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- Ryan, Lorraine. 2010. "Memory, Power and Resistance: The Anatomy of a Tripartite Relationship." *Memory Studies* 4(2). doi: 10.1177/1750698010366502.
- Said, Edward. 1994. *Culture and Imperialism*. Nove Iorque: Vintage Books.
- Sanches, Manuela Ribeiro (ed.). 2006. "*Portugal não é um país pequeno*": contar o "império" na pós-colonialidade. Lisboa: Cótovia.
- Sanches, Manuela Ribeiro (org.). 2012. *Malhas que os Impérios Tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: edições 70.
- Santos, Boaventura Sousa. 2002. "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências." *Revista Crítica de Ciências Sociais* 63: 237-280.
- . 2007. "Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes." *Novos Estudos* 79: 71-94.
- Schaefer, Ansgar. 2015. "Imagens de *A Guerra*. Interação entre discursos visual e verbal na série de Joaquim Furtado." *Práticas da História* 1, n. °1: 33-60.
- Schröter, Melani e Taylor, Charlotte. 2018. "Introduction." Em *Exploring silence and absence in discourse: empirical approaches* editado por Melani Schröter e Charlotte Taylor, 1-21. Cham: Palgrave Macmillan.
- Scott, James C. 2013 [1992]. *A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos Ocultos*. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa: Letra Livre.
- Scott, Joan W. 1991. "The Evidence of Experience." *Critical Inquiry* 17(4): 773-797.
- Seixas, Xosé M. Núñez. 2017. *Camarada Invierno: Experiencia y memoria de la División Azul (1941-1945)*. Barcelona: Crítica.
- Seligmann-Silva, Márcio. 2008. "Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas." *Psic. Clin., Rio de Janeiro* 20(1): 65–82. doi: 10.1590/S0103-56652008000100005.
- Seth, Sanjay. 2010. "Historiography and Non-Western Pasts." *Historiein* 10: 139-144.
- Shandler, Jeffrey. 2017. *Holocaust memory in the digital age: survivors' stories and new media practices*. Stanford, California: Stanford University Press.

- Skey, Michael e Marco Antonsich. 2017. *Everyday Nationhood: Theorising Culture, Identity and Belonging after Banal Nationalism*. London: Palgrave Macmillan.
- Sontag, Susan. 2013. “O Mundo-Imagem” Em *Ensaio sobre Fotografia* organizado por Alan Trachtenberg, 333–353. Lisboa: Orfeu Negro.
- Sousa, Pedro Marquês de. 2021. *Os números da Guerra de África. Angola, Guiné, Moçambique: mortos, feridos, armas e combates, custos, desertores*. Lisboa: Guerra e Paz.
- Soysal, Levent. 2010. “Intimate Engagements of the Public Kind.” *Anthropological Quarterly* 83(2): 373-399. doi: 10.1353/anq.0.0129.
- Srnicek, Nick. 2017. *Platform Capitalism*. Cambridge, UK e Malden, USA: Polity.
- Steedman, Carolyn. 2002. *Dust: The Archive and Cultural History*. New Brunswick; New Jersey: Rutgers University Press.
- Stoler, Ann Laura. [2002] 2010. *Carnal Knowledge and Imperial Power. Race and the Intimate in Colonial Rule*. Berkeley; Los Angeles; Londres: University of California Press.
- Straub, Jürgen. 2010. “Psychology, Narrative, and Cultural Memory: Past and Present.” Em *A Companion to Cultural Memory Studies* editado por Astrid Erll e Ansgar Nünning, 215-228. Berlim; Nova Iorque: De Gruyter.
- Stur, Heather Marie. 2015. *Beyond Combat: Women and Gender in the Vietnam War Era*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Summerfield, Penny. 2004. “Culture and Composure: creating narratives of the gendered self in oral history interviews.” *Cultural and Social History* 1: 65-93. doi: 10.1191/1478003804cs0005oa.
- . 2016. “Oral History as an Autobiographical Practice,” *Miranda* 12, 1-15.
- Szulc, Lukasz. 2017. “Banal Nationalism in the Internet Age: Rethinking the Relationship Between Nations, Nationalisms and the Media.” Em *Everyday Nationhood: Theorising Culture, Identity and Belonging after Banal Nationalism*, editado por Marco Antonsich e Michael Skey, 53-74. London: Palgrave Macmillan.
- Taraud, Christelle. 2016 [2011]. “Virility in the Colonial Context.” Em *History of Virility* organizado por Alain Corbin *et al.* e traduzido por Keith Cohen, 325-345. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Taylor, Diana. 2010. “Save As... Knowledge and Transmission in the Age of Digital Technologies.” *Imagining America*, 7: 2-17. <http://surface.syr.edu/ia/7> [acesso em 15/maio/2019].

- . 2013 [2003]. *O Arquivo e o Repertório: Performance e memória cultural nas Américas*. Traduzido por Eliana Lourença de Lima Reis. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Thompson, Paul. 2000. *The voice of the past: oral history*. 3.^a edição. Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press.
- Thomson, Alistair. 2013 [1994]. *Anzac Memories: Living with the Legend*. Nova edição. Clayton, Victoria: Monash University Publishing.
- . 2015. “Anzac Memories Revisited: Trauma, Memory and Oral History.” *Oral History Review* 42 (1): 1–29. doi: 10.1093/ohr/ohv010.
- Tkacz, Nathaniel. 2015. *Wikipedia and the politics of openness*. Chicago e Londres: University of Chicago Press.
- Traverso, Enzo. 2012a. *La historia como campo de batalla. Interpretar las violencias del siglo XX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- . 2012b. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. Lisboa: edições Unipop.
- . 2016. *Left-Wing Melancholia: Marxism, History, and Memory*. New Directions in Critical Theory. Nova Iorque: Columbia University Press, 1-84.
- . 2019. “Presentismo. A política da memória na era do neoliberalismo.” Em *Desejo de Viver em Comum*, Vol II, AAVV coordenação de Rute Mendes e tradução de Alberto Piris Guerra e Vasco Meneses, 69-83. Lisboa: Tinta-da-China.
- Trindade, Luís. 2018 [2008]. *O Estranho Caso do Nacionalismo Português: O salazarismo entre a literatura e a política*. Reimpressão. Lisboa: ICS.
- Trott, Vincent Andrew. 2013. “Remembering War, Resisting Myth: Veteran Autobiographies and the Great War in the Twenty-first Century.” *Journal of War e Culture Studies* 6(4): 328–342. doi: 10.1179/1752628013Y.0000000003.
- Trouillot, Michel-Rolph. 2015. *Silencing the past: Power and the Production of History*. Boston, Massachusetts: Beacon Press.
- Turkle, Sherry. 2011. *Alone Together: Why We Expect More from Technology and Less from Each Other*. Nova Iorque: Basic Books.
- Urban, Palina. 2019. “Blogs’ archives and revision of the past: A case study.” *Memory Studies*: 1-14. doi: 10.1177/1750698019882046.
- Vaidhyanathan, Siva. 2018. *Anti-Social Media: How Facebook Disconnects Us and Undermine Democracy*. Oxford University Press.
- Veale, Kylie. 2004. “Online Memorialisation: the web as a collective memorial landscape for remembering the dead.” *The Fibreculture Journal* 3 URL:

- <https://three.fibreculturejournal.org/fcj-014-online-memorialisation-the-web-as-a-collective-memorial-landscape-for-remembering-the-dead/>.
- Vicente, Filipa Lowndes (org.). 2014. *O Império da Visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: edições 70.
- . 2017. “Retornar não é possível. Fotografia nas partidas, nos regressos e na distância.” Em *Retornar: Traços de Memória do Fim do Império* coordenado por Elsa Peralta, Bruno Góis e Joana Oliveira, 199-212. Lisboa: edições 70.
- Verovšek, Peter J. 2016. “Collective memory, politics, and the influence of the past: the politics of memory as a research paradigm.” *Politics, Groups, and Identities* 4(3): 529–543. doi: 10.1080/21565503.2016.1167094.
- Voloshinov, Valentin N. 1986. *Marxism and the Philosophy of Language*. Cambridge and London: Harvard University Press.
- Walsh, John C., e Steven High. 1999. “Rethinking the Concept of Community.” *Histoire sociale/Social History* 32(64): 255-273.
- White, Hayden V. 1987. *The Content of the Form. Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press.
- . 2010. *The fiction of narrative: essays on history, literature, and theory, 1957-2007*. Editado por Robert Doran. Baltimore, Md: Johns Hopkins University Press.
- Whitehead, Neil L. e Wesch, Michael. 2012. *Human No More: Digital Subjectivities, Unhuman Subjects, and the End of Anthropology*. Boulder, Colorado: University Press of Colorado.
- Whitney, Phillips. 2015. *This Is Why We Can't Have Nice Things: Mapping the Relationship between Online Trolling and Mainstream Culture*. Cambridge, USA, e Londres, UK: The MIT Press.
- Wilson, Shaun. 2009. “Remixing Memory in Digital Media.” Em *Save As... Digital Memories* editado por Joanne Garde-Hansen, Andrew Hoskins e Anna Reading, 184-197. Houndmills, Basingstoke, Hampshire e Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Wieviorka, Annette. 2006. “The Witness in History.” *Poetics Today* 27(2): 385–397. doi: 10.1215/03335372-2005-009.
- Winter, Jay. 2010a. “Thinking about Silence.” Em *Shadows of War. A Social History of Silence in the Twentieth Century*, editado por Efrat Ben-Ze’ev, Ruth Ginio e Jay Winter, 3–31. Cambridge: Cambridge University Press.
- . 2010b. *Sites of memory, sites of mourning: the great war in European cultural history*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- . 2017. *War Beyond Words: languages of remembrance from the Great War to the Present*. Cambridge; Nove Iorque: Cambridge University Press.

- Winter, Jay e Sivan, Emmanuel. 2000. *War and Remembrance in the Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wishart, Alison Ruth. 2019. “Shrine: War Memorials and the Digital Age.” *M/C Journal*, 22(6). doi: 10.5204/mcj.1608.
- Wodak, Ruth. 2010. “The Discursive Construction of History. Brief Considerations.” *Mots* (94): 57–65. doi: 10.4000/mots.19862.
- Zierold, Martin. 2010. “Memory and Media Cultures.” Em *A Companion to Cultural Memory Studies* editado por Astrid Erll e Ansgar Nünning, 399-407. Berlim; Nova Iorque: De Gruyter.
- Zuboff, Shoshana. 2020. *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. PublicAffairs.

Lista de entrevistas

- Eduardo Magalhães Ribeiro, co-editor do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*. Esteve na região de Cumeré, Mansoa e Brá entre abril e outubro de 1974. Entrevista presencial realizada a 9 de julho de 2018 no Porto.
- Mário Beja Santos, colaborador permanente do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*. Esteve em Missirá e Bambadinca entre 1968 e 1970. Entrevista presencial realizada a 7 de janeiro de 2019 em Lisboa.
- Inácio Silva, colaborador do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*. Serviu na Guiné entre 1970 e 1972. Entrevista presencial realizada a 8 de janeiro de 2019 em Lisboa.
- Hélder Sousa, colaborador permanente do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*. Esteve na Guiné entre 1970 e 1972. Entrevista presencial realizada a 9 de janeiro de 2019 em Lisboa.
- Virgínio Briote, co-editor jubilado do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*. Frequentou a Academia Militar e esteve na Guiné entre 1965 e 1967. Entrevista presencial realizada a 10 de janeiro de 2019 em Lisboa.
- Manuel Joaquim, colaborador do blogue *Luís Graça e Camarada da Guiné*. Serviu em Bissorá e Mansabá entre 1965 e 1967, Guiné. Entrevista presencial realizada a 11 de janeiro de 2019 em Lisboa.
- José Martins, colaborador permanente do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*. Serviu em Canjadude na Guiné entre junho de 1968 e junho de 1970. Entrevista presencial realizada a 15 de abril de 2019 em Lisboa.
- Jorge Cabral, colaborador permanente do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*. Serviu em Fá Mandinga e Missirá entre 1969 e 1971. Entrevista presencial realizada a 15 de abril de 2019 em Lisboa.
- Jorge Araújo, co-editor do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*. Esteve na região de Xime e Mansambo, na Guiné, entre 1972 e 1974. Entrevista presencial realizada a 16 de abril de 2019 em Lisboa.

- Cherno Abdulai Baldé, colaborador permanente do blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*, vive na Guiné-Bissau. Entrevista via correio eletrónico realizada a 31 de outubro de 2019.

Guião das entrevistas

Guião de entrevista enviado a Cherno Baldé, e respetivas respostas adaptadas, via correio eletrónico:

1. Conte um pouco da sua história pessoal.

R. Esta parte tu podes encontrar no Blogue de forma mais desenvolvida e com todos os detalhes que eu poderei completar caso vier a ser necessario. Eu nasci em meados de 1959/60, na aldeia de Farimbali, arredores da vila de Fajonquito, no sector de Contuboel, região de Bafatá. Comecei a dar os primeiros passos e conhecer o mundo a minha volta na nova aldeia fundada pela família que recebeu o nome de Luanda (mais tarde descobri que, havia em Bolama, cidade onde ele tinha prestado serviço como polícia gentílica ao serviço da administração colonial, um bairro com esse nome), mas que todos chamavam de Sintchã Samagaia (Samba Gaia era o nome do patriarca a quem todas as crianças da família chamavam de pai), porque a nossa comunidade ainda era muito conservadora e não aderira a ideia por ser estranha a nossa língua e aos usos e costumes tradicionais. Em meados de 1963/64, começou o movimento de deslocação das populações das suas aldeias devido a guerra que se alastrava a partir do Sudoeste, dos regulados vizinhos de Oio, Caresse e Cola que foram completamente abandonados. Assim, a nossa família foi obrigada a deslocar-se para uma aldeia perto da fronteira do Senegal. Numa noite escura e de chuva fomos atacados e ouvimos tiros e rebentamentos, fugimos juntamente com a nossa avó materna, primeiro para uma aldeia do Senegal e depois para a vila de Cambaju onde trabalhava o meu pai como empregado comercial da casa Barbosa, um Luso-Caboverdiano. Em 1967/68 o meu pai foi transferido para uma outra loja do mesmo comerciante em Fajonquito, mais para o interior e com ele veio toda a família numa coluna militar de soldados metropolitanos. Em 1970, comecei a frequentar oficialmente a escola portuguesa local e ao mesmo tempo que fazia incursoes

frequentes ao aquartelamento dos soldados metropolitanos, onde acabei por fazer amizades e encontrar trabalho como faxina junto dos condutores a partir de 1972 e frequentar com certa assiduidade a oficina mecânica de reparação de viaturas onde alguns dos meus amigos trabalhavam como mecânicos-auto. Com a independência em 1974, a situação mudou drasticamente e para acompanhar estas mudanças, tive que mudar a minha atitude em relação aos estudos único meio que me permitiria acompanhar a evolução do mundo, encarando-os com atenção redobrada. Em 1975, com mais ou menos 14/15 anos de idade, terminei a escola primária e com isso transfere-me para a cidade de Bafata para a continuação dos estudos. No ano lectivo de 1979/80 terminei o curso geral dos Liceus de então e mudei-me para a Capital, Bissau onde funcionava o unico Liceu da época (Liceu Honorio Barreto, rebaptizado Kuame N'krumah). Em 1982 terminei o curso complementar dos Liceus (7º Ano) e depois fui recrutado, como se fazia na época, para dar aulas numa escola da regioao de Biombo (Quinhamel), onde trabalhei durante 3 anos. Em 1985 (Setembro), viajei para a URSS na companhia de meia centena de jovens guineenses, para frequentar o curso de economia numa universidade de Kiev (Ucrânia) que terminei em 1990, tendo antes passado um ano na cidade de Kichinev (capital da Moldávia) para preparação e aprendizagem da língua russa. Com o regresso, ingressei novamente na função pública guineense, tendo feito algumas incursões em vários projectos e organizações internacionais.

2. Que tipo de contacto teve com os combatentes das Forças Armadas Portuguesas durante a guerra de libertação?

R. O meu primeiro contacto com soldados metropolitanos ocorreu em Cambaju, em meados de 1964/65 e consolidou-se em Fajonquito, tendo acabado por trabalhar como faxina em pequenas tarefas caseiras. O início foi de terror pelo insólito de ver pessoas completamente diferentes, de ver pessoas com caras e olhos semelhantes as criaturas diabólicas que povoavam o nosso imaginário nascidos dos contos tradicionais africanos da época, onde os Irãs ou seres satânicos (chamados em fula de Djinnés, do árabe Jinn) eram de cor branca e cabelos compridos. Depois pouco a pouco, fomos habituando e entrando dentro dos aquartelamentos onde viviam, para satisfazer as nossas curiosidades crescentes a medida que os conheciamos e descobriamos o seu mundo e os seus hábitos alimentares, muito diferentes dos nossos, na época.

3. Qual foi o motivo que o fez interessar-se e aderir à Tabanca Grande? E em que data pediu a adesão?

R. Devo ter entrado em meados de 2008/9 (as datas estão no Blogue), logo depois de descobrir o Blogue por acaso. Num dia em que, talvez, não tinha muito que fazer, deu-me vontade de saber o que é que o Google sabia sobre Fajonquito, a minha aldeia. Foi um assombro, pois a pesquisa conduziu-me para um trabalho do José Marcelino Martins (um dos colaboradores permanentes do Blogue), sobre uma lista resumo das companhias que tinham passado por Fajonquito de 1964 a 1974 com datas, nomes dos comandantes entre outras informações. De repente foi como o rebobinar de uma fita magnética com milhares de imagens, de acontecimentos e de momentos que se encontravam adormecidos na minha cabeça. Não conseguia dormir com tanta excitação e então resolvi escrever aos editores o meu percurso de infância e a experiência que tivera com as tropas metropolitanas entre os quais tinha feito amizades, mesmo que passageiras, e que ainda não tinha esquecido. Os Editores, todos ex-combatentes, acho que ficaram sensibilizados e me receberam de braços abertos, passando de simples e curioso seguidor para colaborador permanente, passados alguns anos.

4. Existem outros guineenses a contribuir para a Tabanca Grande?

R. Sim, conheço 2 ou 3 casos, o que é muito pouco pela importância que o Blogue pode ter para o nosso país do ponto de vista histórico e da (re)construção dos laços de amizade e fraternidade entre os três países (Guiné-Bissau, Cabo-Verde e Portugal).

5. Como é que o blog Luís Graça e Camaradas da Guiné evoluiu ao longo dos últimos anos e como se organiza, atualmente?

R. Questão que remeto para os Editores, especialmente para o Editor Chefe, Luís Graça.

6. Que tipo de contribuições faz para o blogue?

R. Eu encaro a minha contribuição como uma forma pedagógica de tentar corrigir as interpretações que muitas vezes os ex-combatentes fazem sobre a Guiné e suas gentes e que me parecem enviesadas ou deturpadas por lembranças que já perderam objectividade e/ou realidades mal compreendidas na época. Também, por incentivo, dos Editores tenho enviado alguns trabalhos sobre história da antiga província portuguesa da Guiné, pequenas narrativas sobre personalidades históricas e localidades antigas, a cultura dos diferentes

grupos étnicos que conheço e diferentes temas de natureza etno-linguística.

7. Revê-se nas histórias e na forma como os ex-combatentes portugueses descrevem a Guiné e os Guineenses?

R. Nem sempre, daí a importância que eu atribuo à minha colaboração no Blogue, com a finalidade de atenuar os impactos negativos das interpretações erronéas que algumas pessoas trazem ao universo do Blogue e que, muitas vezes, não correspondem à realidade dos factos ou são deliberadamente deturpadas para gozar e divertir a malta, como costumam dizer. Todavia, tenho evoluído positivamente e aprendido muito com os ensinamentos, relatos e experiências muito ricas dos antigos combatentes em geral e que não podia deixar de aferir e valorizar. No Blogue interessa-me tudo, até os aspectos banais que poderiam passar despercebidos e outros claramente menos positivos e que tendem para o menosprezo e a caricatura dos africanos em geral e guineenses em particular, tudo serve para apreender e compreender o outro, uma ferramenta que já trazia comigo desde os tempos em que frequentava os aquartelamentos onde, já tinha cruzado com o comportamento excessivamente etnocêntrico dos soldados portugueses diante das nossas populações e culturas, provavelmente, resultante da imposição e cultura colonial da época.

8. Existiram ou existem tensões e conflitos de opinião? Se sim, em que assuntos?

R. De uma forma geral, os intervenientes do Blogue são ex-combatentes, muito maduros e diametralmente opostos aos jovens inquietos e irreverentes (para não dizer insolentes) que eram quando pisaram solo guineense como soldados e por isso, temos tido discussões e troca de ideias de forma serena e amistosa, mas as vezes aparece um ou outro com ideias muito fixas e com atitudes e palavrões menos dignos e respeitosos quando os seus discursos são colocados ao crivo da crítica e do contraditório. E quando isso acontece, os Editores ou colaboradores, qual bombeiros diante do fogo posto, intervêm para acalmar os animos e tudo volta ao normal.

9. Qual a sua opinião sobre a guerra?

R. Eu não fiz a guerra, fui vítima da mesma e, hoje, os ex-combatentes são unânimes em considerar que a guerra foi injusta e nunca poderia

ser resolvida por via das armas, logo não deveria acontecer, mas aconteceu, sobretudo, devido a irreductividade das posições da parte a parte e, penso eu, porque o regime de Lisboa, por razões históricas e geoestratégicas de interesses nacionais, quiçá imperiais, não conseguia vislumbrar uma saída que não fosse a guerra para acabar com a insurreição armada, da mesma forma que já acontecera no passado, sem ter em devida conta os ventos da história e as mudanças de paradigma ocidental em relação a colonização a escala mundial. Se dependesse da opinião dos chefes tradicionais fulas, não haveria guerra contra os portugueses nos anos 60/70 como pretendiam os nacionalistas originários das elites urbanas, e aqueles, com ou sem razão, eram de opinião de que a presença dos portugueses era necessária para consolidar os alicerces do território e seus fundamentos. Constituido colónia apenas em finais do sec. XIX, ocupado e pacificado de facto no séc. XX, coexistiam no território da Guiné, mais de 30 grupos étnicos de diferentes credos e modos de vida que muitas vezes não se entendiam entre si.

- 10.** Essa opinião mudou ao longo dos anos? Se sim, de que forma? O blogue contribuiu para essa mudança?

R. Claro, na vida tudo muda no dia a dia, e cada vez estou mais convencido que a guerra só podia acabar com a desistência de uma das partes, como veio a acontecer com o 25 de Abril. As duas partes tinham objectivos irreconciliáveis, logo não podia haver negociações a bom termo. Com a desistência de Portugal, tudo ficou resolvido a contento dos nacionalistas que queriam ocupar o lugar dos colonizadores e usufruir dos benesses daí inerentes em detrimento das populações em geral como já acontecia noutros países africanos independentes. O Blogue foi fundamental para poder fazer uma leitura mais abrangente do contexto, dos objectivos e meios postos a disposição na contenda e descartar algumas nuvens e fumos artificiais que existiam na minha cabeça, fruto das diversas campanhas de propaganda de parte a parte e responder algumas questões que até a data desconhecia as motivações de fundo. O Blogue foi mais que uma enciclopédia para mim, nos últimos anos.

- 11.** Como é que avalia a contribuição do blog para a preservação da memória da guerra?

R. Positivamente, pois acho que, inclusive, o governo português já devia patrocinar ou ajudar a patrocinar a produção do Blogue de forma a

valorizar e projectar o seu conteúdo de forma que possa atingir patamares mais elevados e ganhar mais visibilidade no mundo em geral e na sociedade portuguesa em particular. Os ex-combatentes, pelo que dizem, mostram ter uma consciência clara de que, se não fizerem nada para a preservação da memória da guerra, onde foram obrigados a combater, serão os bodes expiadores de todos os horrores que aconteceram e as suas histórias serão simplesmente colocadas debaixo do tapete, por outras palavras, do lixo da história como a pátria sempre fez para com as suas vítimas ao longo da sua existência como nação. Em relação à Guiné não posso dizer nada porque ela ainda não está livre e, em consequência, não acordou para poder falar sem amarras da sua verdadeira história, talvez um dia.

- 12.** Considera que a memória da guerra que os combatentes das Forças Armadas portuguesas constroem no blogue é incompatível com a memória dos combatentes da liberdade da pátria? Quais são as suas críticas aos textos do blogue?

R. Trata-se de visões diferentes sobre o mesmo objecto histórico. Há muita poeira ao ar e muitas coisas escondidas dos dois lados e que, talvez, nunca viremos a saber, seja por constituírem actos menos abonatórios e dignos do ponto de vista humanitário, seja porque os seus autores simplesmente não conseguem dar a voz, como faz o Blogue da Tabanca Grande, e transmitir as gerações vindouras os feitos e proezas que protagonizaram na sua juventude em condições das mais imprevisíveis e impensáveis. Apesar dos estímulos e desafios lançados, não tem havido muita vontade de falar da guerra por parte dos combatentes do partido “libertador”. Mas, por outro lado, considero que as reacções menos favoráveis e mesmo agressivas dos ex-combatentes portugueses inibem a participação dos combatentes e guineenses em geral da narrativa da guerra no Blogue, pois existem irreductíveis que não querem ouvir o outro lado da barricada e preferem acantonar-se nas suas trincheiras num terreno e numa língua que é mais dele que dos outros.

- 13.** Quais são os seus elogios aos textos do blogue?

R. Tenho lido, no Blogue, textos maravilhosos e que me ajudaram a ser melhor e mais humano e sobretudo a compreender as razões por que combateram, alguns por convicção patriótica, outros por obrigação e ainda aqueles que, não o afirmando abertamente, mas que era uma

forma de progredirem na vida, saindo das suas aldeias onde não acontecia nada, para as cidades, a procura de uma vida melhor.

14. Gostaria de acrescentar alguma história, informação ou reflexão?

R. Por agora não, mas existem diversos textos já produzidos no Blogue que, caso sejam de interesse para o vosso trabalho, sempre poderão ter à vossa disposição e utilizar dentro das regras impostas pela comunidade e Editores da TG.

Relatórios de Entrevistas

Relatório da entrevista a Eduardo Ribeiro

09/07/2018

Eduardo Ribeiro foi entrevistado por Verónica Ferreira no âmbito do trabalho de campo desenvolvido em Portugal e da sua investigação de doutoramento. A entrevista em a duração de +2:30 horas. Realizou-se no Espaço *Rangers*, no Porto. Foi o segundo ex-combatente do contexto português e o primeiro no contexto do doutoramento a ser entrevistado pelo projeto CROME.

Antes, durante e depois da entrevista, Eduardo Ribeiro mostrou-se bastante disponível para partilhar a sua história e a história dos seus camaradas *rangers* que participaram na Guerra Colonial. Antes da entrevista mostrou os painéis expostos no Espaço *Rangers* com fotografias de ex-combatentes nos teatros de operações onde combateram. É interessante notar que o discurso e a postura de Eduardo Ribeiro se alteraram em frente à câmara. O discurso passou a ser mais moderado e ponderado que aquele que apresentou antes (embora tenha tido várias fases ao longo da entrevista), aquando dos comentários aos painéis. Prolixo, mas com sinais de nervosismo (abandar de perna constante). Nota-se no seu discurso a confluência de outros discursos, de outras vozes, provavelmente resultantes do imenso contacto com outros ex-combatentes ao longo dos anos em que frequentou os convívios e da sua atividade no *blog* de Luís Graça e Camaradas da Guiné – esta confluência nota-se tanto pelas inúmeras referências que Eduardo Ribeiro faz as histórias e dos nomes dos seus camaradas, como da referência a contra-argumentos mencionados de forma empática aos seus argumentos.

A entrevista está dividida em duas partes nos ficheiros áudio e em dez partes nos ficheiros de vídeo (com 8 a 18 minutos cada). A contagem dos minutos no presente documento é feita com referência aos documentos-áudio.

Parte I (7: 42 minutos)

A conversa com Eduardo Ribeiro começa muito antes de ligado o gravador. Ligado o gravador é direcionada para o enquadramento familiar. Segundo Eduardo, teve uma infância acima da média porque o pai era sargento do exército. Conta histórias de manifestações no Porto onde participou na juventude, antes de ir para a Guerra Colonial.

Parte II (2:26 horas)

Há alguma mistura e incoerência no discurso. A conversa diverge por vários lados. Nota-se alguma influência de diversos discursos. Por exemplo, até ao minuto 3, fala sobre a mistura genética dos portugueses (não percebi se é um discurso lusotropicalista, mas é provável que seja). Ao minuto 2:50 Eduardo Ribeiro, refere que pouca informação chegava aos civis sobre a Guerra Colonial. O pai, embora tenha sido sargento do exército não fala da guerra. E como se fala muito pouco da guerra, só veio a saber o que aquilo realmente era quando foi para a recruta. No minuto 4:45 refere que já na recruta se dizia que a Guiné-Bissau era o pior cenário (os três Gs). Nota-se a influência de vários discursos quando ele se refere a ‘terroristas’ ([eles] ‘chamavam-nos’) no minuto 5:36, remata logo a seguir que ‘há quem diga que não eram terroristas, estavam a defender o que era deles’, usando logo de seguida uma comparação com o caso e uma invasão de Espanha (gramática nacionalista/patriótica muito presente). “Independentemente de como eles puseram o país como está hoje, que a Guiné nunca mais é país, para mim. Nunca mais vai ser, tem 30 etnias diferentes que se odeiam de morte entre si” (minuto 6). Fala da violência entre etnias na Guiné.

“Acho que está um retrocesso muito grande, mas acho que o problema é deles. Eles é que têm que resolver estes problemas intestinos, não é estar lá os portugueses a decidir o futuro deles, não é? Embora eu, quando foi o 25 de abril senti que a população chorava porque não queria que nós viéssemos embora. A população, o povo. Os tipos do PAIGC queriam era tomar o poder, para ter lá os tachinhos deles também [...]” (até ao minuto 7:30).

Conta o percurso de recruta. Acabou o curso em dezembro de 1973, foi para Évora em janeiro de 1974 e é mobilizado pouco depois de Lamego. Mobilizado para a Guiné. No minuto 9 fala da primeira tentativa de golpe de março.

Ao minuto 11 fala-nos do 25 de abril. Quando se deu o 25 de abril, os soldados pensavam que já não precisavam de ir para África. “- Nós ainda vamos ter que ir para a Guiné. – Vá dizer isto aos soldados [...] que eles têm que ir para a Guiné. Berrava-se fora do quartel ‘nem mais um soldado para as colónias, nem mais um soldado para a guerra, acabou a guerra, não sei quê, vivo 25 de abril’, aquelas tretas todas [...]” (até ao minuto 11:55).

Para Eduardo Ribeiro quem fez o 25 de abril foi o povo, “porque estava cheio de ver os filhos deles morrerem, netos, sobrinhos. Verem morrer os deles, lá fora.” Desvalorização do papel de Otelio Carvalho e valorização de Salgueiro Maia, que era um herói por ter estado na Guiné (13:48). A partir do minuto 13:53 “ele dizia a quem queria ouvir era que o que mais lhe custava no meio disto tudo era ver os jovens a morrer lá na guerra, porque ele tinha estado em Guidaje naquela altura.

Eduardo Ribeiro fala sobre a possibilidade de Caetano saber do 25 de abril, mas diz que nunca se meteu muito nisso [história política, suponho] “O que me custa é que tenham morrido 3000 na Guiné, para dizer que aquilo que era Portugal” (minuto 15:41). Foi vagomestre, com a incumbência de fazer as refeições às pessoas.

Conta as histórias como vagomestre, com o *chef* do Hotel Ritz.

Entregaram Mansoa que simbolizou a entrega do território ao PAIGC e foi a única cerimónia oficial, foi arreada a bandeira portuguesa e hasteada a bandeira da Guiné-Bissau. Foi o último batalhão a sair da Guiné, assegurando a segurança a evacuação do dispositivo miliar (do minuto 21 ao 23).

No minuto 23:40 fala de camaradas, OPs, [vai-se notar ao longo de toda a entrevista um direcionamento da conversa para as experiências de camaradas, relato na terceira pessoa dessas experiências] que tiveram dificuldades na adaptação à vida civil, e.g. não gostaram do trabalho. Fala de camaradas que devido a esta dificuldade preferiram voltar a fazer comissões militares.

Eduardo Ribeiro expressa na sequência “aqueles bandidos, porque para mim continuam a ser terroristas e bandidos do PAIGC... Prometeram à nossa frente, à minha frente... Isto pode ficar gravado e deve ficar... que eles não iam ter problema nenhuns... os, os, os negros que lutaram por nós, porque muitos negros lutavam por nós porque eles nasciam e eram batizados. Muitos eram batizados. O Marcelino da Mata era batizado português e combateu por nós, era dos comandos africanos [...] E os PAIGC aqueles bandidos começaram-lhes a prometer ‘você ficam aqui, não vão ter problemas nenhuns, vão colaborar connosco para fazer uma Guiné melhor’ e esses assassinos logo a seguir, nós não tínhamos acabado de sair da Guiné já constava lá que tinham começado as matanças, mas matanças cruéis, não é matança a tiro [...]”. Descreve o alegado processo de matança cruel do PAIGC até ao minuto 28:35. Continua a criticar o PAIGC, o que considera ser um movimento de poucas pessoas (o maior grupo que viu era constituído por 15) e não falarem português [os aquartelamentos isolavam a população do PAIGC evitando que este último se abastecesse através do “roubo às populações” e protegendo-a, minuto 32].

“Há gajos que dizem que tínhamos a guerra perdida na Guiné e eu costumo dizer: - ‘Aonde? Aonde? Onde é que estava...’ - ‘ Ah porque eles tinham... Conacri, já tinham três aviões MIG... já tinham pilotos a treinar. Também nós!’” (minuto xx). Marcou-o a população que pedia para não se irem embora, uma parte da população que perguntava quando é que os portugueses voltam.

[Grande ênfase na violência pós-conflito do PAIGC].

Voltar a Portugal foi um choque porque os amigos e a família não o reconheciam, a mãe não o reconhecia (perdeu peso, +14 kg, apanhou paludismo e a má alimentação).

Episódio dos miúdos ao minuto 44-47 [volta a frisar a violência do PAIGC e a sua ideia de disciplinar, principalmente os bairros periféricos].

Voltou ao anterior trabalho, desenho de máquinas industriais para a EDP. A integração foi tranquila, segundo Eduardo Ribeiro nunca matou ninguém e como serviu como vagomestre ia a Bissau, ao mercado, e teve uma comissão tranquila (minuto 50). No minuto 51, refere que manteve o contacto com os camaradas, alguns nunca mais os viu. Fala de Manuel Oliveira Marques (administrador do Metro do Porto entre outras empresas) que Eduardo e os seus camaradas muito admiravam (alferes da sua companhia). A sua frequência de convívio é feita sobretudo nos dos “velhotes” (da companhia anterior, que a sua foi substituir) porque, segundo Eduardo Ribeiro, como a sua companhia ficou na Guiné pouco tempo não ganhou espírito de corpo (minuto 52:15). Há dez anos, tem ido quase sempre.

Maio e junho são os meses de realização dos convívios por excelência. Frequentava os convívios, o dia dos comandos etc. “Não sei se é por terem estado na Guiné, não sei quê pah... parece morrem mais depressa [sobre os camaradas que têm morrido recentemente]”. Costuma dizer que não sente traumas (minuto 54:20).

“Já me convidaram várias vezes para ir lá... para ver miséria... [...] se me dissessem que o país, sim senhor, que evoluiu [...] já lá tinha ido com muito gosto [...] até porque eu disse, ‘eu vou lá se me deixarem ver o quartel em Mansoa’ [...] – ‘Em Mansoa? Não, não’ estão lá os tropas especiais dos gajos. Os PAIGC não deixam entrar lá ninguém no quartel [...]” (minuto 59:50). Sugere um intercâmbio de tropas especiais e elogia os portugueses como tendo as melhores tropas especiais do mundo, que nunca foram derrotados no terreno – depois veio o 25 de abril. “É claro que ia continuar a guerrilha e a guerrilha nunca se vence. Digo eu, pah. A guerra de guerrilha é muito difícil de vencer porque... a gente tem que se por no lugar deles [relações familiares “vingar o pai”] [...] é mais que natural” (desde 1:01:10 minuto).

[Pausa para trocar a bateria da câmara].

“Para mim nem os quero ver [aos combatentes do PAIGC], não tenho qualquer simpatia, não. Tive foi um que me visitou, que tive contacto lá e que teve que fugir para não ser fuzilado. E esse depois um dia apareceu em minha casa. Andou a perguntar por A + B onde é que eu morava, gostava de o voltar a ver porque eu tinha-lhe dado um pão com chouriço [...] (minuto 1:12:50). Fala da camaradagem do PAIGC, pois dividiam tudo o que tinham. Eduardo Ribeiro fala sobre a pobreza da Guiné (não tinha indústria, nem produzia nada para além da castanha de caju), fala das guerras intestinas entre quem combatia e quem dizia que combatia contra os portugueses. Também aborda a vinda dos homens em armas dos três cenários de guerra (até ao 1:17:20).

Cerimónia de entrega do poder, acha estranho o Nino Vieira não ter ido já que a cerimónia tinha muitos jornalistas. Refere os jornalistas suecos e como os suecos ajudaram monetariamente a Guiné que segundo Eduardo Ribeiro tem muitos carteis de droga. Não tem interesse em visitar a Guiné (até ao minuto 1:19:40). À minha pergunta sobre se sempre falou da guerra, ou seja, se falava da guerra no período entre o fim e o início da frequência dos convívios, responde que sempre falou da guerra, mesmo no trabalho porque os seus colegas de trabalho também foram à guerra. Os convívios eram um mecanismo. O primeiro convívio foi nas OP, antes do primeiro convívio estava ocupado em constituir família e com o trabalho. Não tinha disponibilidade para se deslocar pelo país (não tinha disponibilidade financeira) e andava ocupado com a construção da sua independência financeira, nem se lembrava que tinha andado “no Ultramar”. Só se passasse por um ou outro camarada, mas eram apenas cumprimentos. Começaram a conviver em Lamego só nos anos 1990 (até ao minuto 1:21:40).

No entanto, refere que houve camaradas que só muito mais tarde (30 anos) começaram a falar da guerra. Refere um em particular (Casemiro) que esteve em Guileje (20 e tal mortos da sua companhia) e esse nem queria ir. Segundo Eduardo Ribeiro, foi ele que o convenceu a contar a sua história: “E depois eu comecei a pedir para ele... ‘oh pah, conta, oh Casemiro, conta aí. Tens que deixar a história para os teus filhos, para os teus netos e tal. Conta aí para o Luís Graça’; – ‘Conta nada’; – “Anda lá, conta”. Mas ele começava a escrever, começava a chorar. E eu: - ‘Anda lá, diz lá’. A primeira publicação que está lá foi escrita por mim. Fui eu que escrevi, porque ele não queria escrever. - ‘Pah mas tens que ser tu a escrever porque tu sabes melhor’ [...]. Hoje [Casemiro] já fala tudo, fala da morte [não consigo perceber] e lá vem lágrimas. Chora mesmo, mas eu acho que só lhe faz bem. Até porque eu acho que é melhor terapia para quem esteve no Ultramar [...] não há psiquiatra nenhum que consiga tratar [...] dá-lhe meia dúzia de comprimidos para o gajo estar a dormir de pé. O que é que ele pode fazer? Nunca esteve no combate, [...] nunca se pode por no lugar [...] para saber o que é que ele passou, pode ter é uma ideia do que é que ele passou, mas passar mesmo só passou quem sentiu na pele” (até ao minuto 1:23:50). A família não quer ouvir “quase que nos abandonam”, “quem tem paciência” para os ouvirem os outros camaradas.

Conta a história da morte [Libório] que presenciou [que mais o marcou] durante a cerimónia de arraiar a bandeira (um morto e dois feridos num acidente com uma arma carregada) e como o irmão da morte lhe agradeceu por carta tê-lo informado, através de uma publicação no blog do Luís Graça, sobre a forma como o irmão morreu – tem a carta em casa (até ao minuto 1:25:23).

“Nos convívios discute-se isso tudo, não há traumas ali. Eu acho que os mais traumatizados nem aparecem aos convívios.... “ (minuto 1:29:35). Os que não aparecem à convocatória ou é pela falta de poder de compra ou porque não se sentem bem (ou falta de interesse), porque há os mais introvertidos (“como o meu pai”) (até ao minuto 1:30:55). Fala dos sem-abrigo (“os que andam perdidos [...] ainda são bastantes”), ex-combatentes do Ultramar. Pertence à Liga dos Combatentes do Porto, à Associação de Operações Especiais e Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto.

Eduardo Ribeiro começa a falar no blog no minuto +/-1:32:45. Fala do apelo lançado pelo Luís Graça no seu blog às contribuições de outros ex-combatentes e diz ainda que Luís Graça não estava à espera que o blog tivesse tanto sucesso (700 pessoas a escrever para o blog, tem mais, mas que “não gostam de dar a cara”). Chegou a ter 16/17 publicações por dia e fotografia, textos... ler, tirar erros etc. são umas horas e como Luís Graça é ‘Prof. Doutor [...] lá em Lisboa [...] começou a entrar em pânico, porque depois as pessoas começam a refilar’. Depois junta-se Carlos Vinhal que também não conseguia dar vazão a tudo. Eduardo Ribeiro voluntariou-se para a ajudar.

Ultimamente tem andado stressado, “[...] nem tenho ajudado muito, porque começo a viver as histórias que lá estão... e como eu não andei... Não tive traumas, começo a ter agora. Pah... um gajo é obrigado a ler o texto todo [...] e depois arranjar as fotografias [...] e aquilo começa a mexer e depois é aquele problema que eu oiço dizer muitas vezes, um tipo quando trabalha e anda embrulhado no trabalho, não sei quê, nem pensa na guerra, não pensa em nada dessas tretas [...] reforma-se“ (até ao minuto 1:35:10).

Tem vários convites para convívios. Vai por amizade. Foi ao convívio da Tabanca Grande (tem-se realizado no mesmo sítio porque o proprietário das termas é um dos ex-combatentes) até 1:39:30. Chegaram a estar lá 300, são de todos os locais da Guiné e acabam por falar dos locais onde estiveram e o que fizeram por lá, embora se retenham mais pela presença dos familiares (1:40:15 minuto). Nunca conheceu os outros editores do blog, exceto na Tabanca Grande e as Tabancas locais (e.g. Matosinhos é a que se reúne mais vezes, uma vez por semana às quartas-feiras; Maia é mais abrangente, vão ex-combatentes de todos os cenários e quem nunca esteve na guerra).

“Eu acho que tem feito bem à malta que esteve por lá nas guerras estes convívios porque se é para exteriorizar aquilo que está lá dentro, não é? Porque é uma coisa que um tipo está a conversar, se nota que a pessoa que está incomodada, que não está, só se for burra é que continua a massacrar o desgraçado. Tem que se falar com alguém que aceite a conversação, não é? Ou pelo menos que se interesse o mínimo senão mais vale estar calado [...]” (minuto 1:42:45). De acordo com Eduardo Ribeiro, só escreve no blog tem que o que contar, houve quem passasse comissões sem grandes desventuras (soldados que nem

sabiam onde estavam em comissão “não decoravam os nomes, nem sequer se interessavam”).

Conheceu Luís Graça no primeiro encontro, este último teve interesse nas dezenas fotografias do arrear da bandeira em Mansoa e documentação abandonada no quartel no minuto 1:45:50. No minuto, 1:48:20 Eduardo Ribeiro refere que quem escreve nos blogs são os oficiais e sargentos em regra. Disputas entre ex-combatentes sobre episódios que presenciaram. Já se pensou em passar para livro o blog (14 livros de mil páginas – refere Aniceto Afonso e Matos Gomes como possíveis compiladores).

Eduardo Ribeiro tem dificuldade em responder à questão sobre o impacto que o blog tem junto de quem não é ex-combatente, refere alguns historiadores que têm escrito sobre etnias e condições climatéricas (minuto 1:52:00). “Está lá tudo. No blog está lá tudo” (minuto 1:53:24). Refere-se a Marcelino da Mata como soldado mais condecorado de todos os tempos, como sendo negro e assumidamente português (católico e monogâmico), até ao minuto 1:55:25.

“Está lá tudo. Como é que morreram quase todos” (minuto 1:56:00 A 1:56:05). Há no blog cerca de 14 mil histórias, segundo Eduardo Ribeiro. À pergunta “acha que se fala o suficiente da Guerra Colonial na sociedade portuguesa hoje em dia”, Eduardo Ribeiro apressa-se a negar. Segundo diz, fala-se entre militares e ex-militares, mas “a população civil está-se pouco marimbando para a guerra”, são indiferentes. “Se calhar estavam um bocado cansados” porque quase todos tinham familiares na guerra. Critica “a conversa do coitadinho”, a conversa que diz ser a de alguns ex-combatentes: “Coitadinho! eu sou um coitadinho! Fui à guerra, fui obrigado a ir à guerra.’ Pah, se calhar até têm razão, não é? Ou têm toda a razão e se calhar eu é que não tenho razão” (no minuto 1:57:23 até 1:57:38) – sendo a sua razão a ideia segundo a qual os portugueses já possuíam os territórios antes do Estado Novo (“legado ancestral” – descobrimentos e a comparação com outros países também eles com um legado imperial. Há alguma influência de discursos críticos quando da mesma forma que defende esta ideia, insere no argumento: “depois é discutível se descobriram uma coisa que já estava descoberta, não é? Porque se chegas a um sítio que já tenha habitantes, sejam negros, sejam indígenas, sejam o que for... Já lá vivem, têm os seus modos de vida e a gente - ‘ai eu descobri o Brasil’, - ‘como é que descobriste o Brasil se aquilo estava cheio de indígenas?’, até ao minuto 1:58:45).

Defende que Angola e Moçambique não eram colónias porque estavam povoadas por brancos e tinham grande desenvolvimento, enquanto na Guiné já não era assim.

Por fim, é colocada a pergunta “como é que acha que a sociedade vê os ex-combatentes?” e Eduardo Ribeiro responde que é relativo, pois aqueles que perderam familiares na guerra nunca mais a vão esquecer, gostam de os recordar e por isso vão ao 10

de junho. Eduardo Ribeiro diz que lá vai todos os anos, pelo Libório e pelo amigo de infância que também morreu na guerra. Vai para relembrar e homenagear os mortos, porque morreram “na flor da idade”. Há aqueles que olham com indiferença, há os que olham com ódio “são os comunistas e da extrema-esquerda” (até minuto 2:03:30). A partir deste ponto volta atrás e recomeça no ponto em que refere que não foi o Estado Novo que começou a guerra, mas sim os membros da UPA com os massacres (até 2:04:30). No entanto, remata dizendo que foi possível aguentar uma guerra daquelas durante 13 e o Estado Novo teve tempo para encontrar uma solução, ou “saíamos” ou fazia-se eleições, porque “os pretos não eram burros, os pretos não são burros” (até minuto 2:04:48) – refere Amílcar Cabral, Agostinho Neto e o Mondlane que “eram gajos que atingiam doutoramentos”, no fundo a resolução seria dar-lhes bons empregos e não trata-los de forma racista “trata-los abaixo de cão” (minuto 2:06:00). Afirma que Amílcar Cabral foi morto por ser Cabo-verdiano e andar metido numa guerra na Guiné (exploração da rivalidade entre guineenses e cabo-verdianos).

De acordo com Eduardo Ribeiro, os portugueses são terra-a-terra e pouco dados aos livros, principalmente os mais velhos, e têm a mania de ser pacifistas – e entra no discurso xenófobo em relação aos “migrantes” do norte de África e compara com a integração dos portugueses em França. Fazendo um esforço final para voltar ao tema da guerra, pergunto-lhe se hoje considera que a guerra poderia ter sido evitada ao que Eduardo Ribeiro me responde que não porque começou com massacres terríveis (minuto 2:10:06), mas o governo podia ter entrado em conversações, feito eleições e dado cargos do governo aos líderes dos movimentos de libertação (porque considera que eram discriminados no mercado de trabalho em Portugal por serem negros).

Fala por fim nas dificuldades de reintegração dos homens no pós-guerra e da violência desses ex-combatentes no pós-guerra – dá o exemplo da violência racista do segurança privado no Porto (entre minuto 2:14:50 a 2:15:35).

Casos dos americanos que estiveram no Vietname “desatam aos tiros”, e em Portugal não se ouve esses casos – “os portugueses até nisso foram fora do vulgar” na adaptação (até ao minuto 2:17:40). Associação dos casos de violência doméstica e femicídios acima dos 60 anos aos homens que estiveram na Guerra Colonial. Refere os deficientes das forças armadas e compara-os aos que sofrem de stress pós-traumático e que por isso não são facilmente identificáveis (até ao minuto 2:19:00). Menciona também aqueles que nunca se integraram e que se começaram a meter no álcool e que se suicidaram sem notícia e sem ligação à sua estada na Guerra Colonial – dá o exemplo e um General que se suicidou.

[Fim]

Relatório da entrevista a Mário Beja Santos

07/01/2019

Mário Beja Santos foi entrevistado por Verónica Ferreira no âmbito do trabalho de campo desenvolvido em Portugal e da sua investigação de doutoramento. A entrevista em duração de +/- 2:15 horas. Realizou-se no CES, em Lisboa. Foi o terceiro ex-combatente do contexto português e o segundo no contexto do doutoramento a ser entrevistado pelo projeto CROME.

Membro permanente no *weblog* Luís Graça e Camaradas da Guiné. É autor de diversos livros sobre a Guerra Colonial na Guiné. É notória a preparação do discurso. Antes da entrevista houve uma ligação telefónica, com o objetivo de contextualizar a entrevista. Nessa conversa, Mário Beja Santos fala sobre o *weblog* e os convívios.

A contagem dos minutos no presente documento é feita com referência ao documento-áudio.

Gravação

A conversa com Mário Beja Santos começa antes de ligado o gravador e a câmara, fazendo uma metáfora ou comparação entre os andamentos da música clássica e a sua história/experiência de guerra numa clara alusão aos livros autobiográficos que escreveu. Por motivos alheios à minha compreensão, a câmara não grava a primeira parte da entrevista (há apenas um registo fotográfico sequencial). No início da gravação direciono a entrevista para o *background* familiar e social de Beja Santos.

No minuto 0:30 diz que vem de “extração pequeno-burguesa”. De pais divorciados, estuda com bolsas de estudo. Começa a trabalhar depois do sétimo ano, como mecanógrafo. Dividia o salário entre a mãe e o gasto na cultura (ópera etc. – referências). Com grande curiosidade, movimenta-se na juventude universitária católica (minuto 3:03) – o catolicismo de vanguarda (não o progressista). Colaborava no jornal *O Encontro*. “Foi com pouca surpresa que fui chamado para a tropa”, por fazer três cadeiras por ano em Direito. A mãe nasce em Angola e dizia que era primeiro angolana e depois portuguesa, a avó foi com 14 anos para África (Kuanza Norte, voltam em 1931).

Final do minuto 5, fala do imaginário de Angola (habitado a receber em casa “pretos, mulatos, amarelos enfezados”, “aquela Angola fantástica”. Fotografias (a avó nas caçadas, com três criados pretos).

“Eu não queria abandonar a vida que levava” (6:30 min). A partir do minuto 7:30 fala do encontro que teve com um colega chamado Nelo, escola primária. O Nelo vem da Guiné, onde esteve como voluntário desde os 18 anos. “O Nelo tinha envelhecido”.

Acompanhou-o no Whiskey e o Nelo diz-lhe “Eh pá, oh Mário, se puderes evita aquela guerra. Eh pá, estuda, estuda porque se tu fores, se tu fores formado e tal... é muito capaz de não veres os horrores que eu vi. Eu fiquei chocado o Nelo, não é? Mas dias depois já não me lembrava do Nelo porque talvez ia ver (...)” (até ao minuto 8:50). “Esqueci o Nelo, o Nelo só mais tarde é que ganhou uma certa enfase quando eu reconstitui este período da minha vida (...)”.

Estudou com bolsa de estudo porque a mãe não tinha dinheiro, conta isso no *Fedelho Exuberante*. Quando o questionei sobre as suas memórias da ida para a guerra e da guerra, responde-me que já contou tudo (nos seus livros de memórias). Fez o curso oficial de milicianos.

(...)

Quando sabe que vai para a Guiné, “Já estou preparado para o pior, toda a gente dizia: é o inferno” (16:50 min). Contacto com Medeiros Ferreira (dirigente da RIA com o Jorge Sampaio, tem cadastro na PIDE e é um opositor reconhecido) nos Açores que vai para a Amadora na mesma companhia de Mário Beja Santos. Há um embate com o comandante da companhia “que era um homem que dizia que um preto aguentava trezentas agulhas e que um bom interrogatório devia ter uma palmatoada de borracha porque a palmatoa/palmatória de borracha... ah, vai arrancando a carne e causando casa vez mais dores que ficam os nervos à mostra. Eu expliquei a esse senhor comandante, companhia, que jamais em tempo algum ele podia contar comigo para esse tipo de guerra (...) a guerra que eu ia fazer era uma guerra que tinha por intuito dissuadir, era contraguerrilha (...)” (até ao minuto XX).

Pede transferência para outra companhia, é nessa sequência que é chamado ao comandante do regimento. É chamado ao coronel e declarado ideologicamente inapto (minuto 22:15), terminando num auto que o leva até à guarnição CTIG (rendição individual). Depois de desembarcar dizem-lhe que vai para Cuor, conta tudo isso no *Diário da Guiné*.

Quando lhe pergunto quais foram as marcas positivas e negativas que a guerra lhe deixou, responde-me: (minuto 24:27) “Positiva, foi a experiência mais espantosa que um ser humano pode ter que é comandar pessoas, inicialmente tinha que ter um intérprete, porque os soldados entre si falavam crioulo e chegavam ao pé de mim e diziam coisas que eu não entendia, portanto, eu pedi ao cabo Domingues da Silva, um cabo Papel, (...)”. Fala da tradição do choro, porque estive numa companhia composta por soldados guineenses. Aquilo que chama iniciação na questão antropológica e a questão etnográfica/etnológica, que o “seduzia imenso” (até ao minuto 26:07). Convívio com os locais, arranjou uma escola. Fala da flagelação que sofreu assim que chegou e da resposta/contraguerrilha, de

quem tem poucos efetivos e não pode fazer grandes operações – não vivia no quartel. Março de 1969, arde o quartel sem que estivesse presente, já que estava ausente na sua missão principal (minuto 28:13) – garantir a navegabilidade do Geba. “Não tinha medo, era o meu dever”. Fazia de padre, casa de penhores, interlocutor inter-religioso e levar os doentes (minuto 30:15). Referências a eventos e episódios que já relata no seu livro.

“Abriu-se uma janela para mim. Eu nunca tinha visto uma árvore a saltar no ar” (minuto 32:35/43). Outubro de 1969 teve uma mina anticarro. “Terra fofa”. A grande experiência foi o incêndio e a obrigação de ter de reconstruir o quartel (minuto 34-35:45).

Do minuto 35:56 até ao minuto 40 +/- fala sobre “O lado negativo é como sabe, quando se faz uma guerra nós temos que ter consciência que as pessoas... uns ficam muito feridos, os outros ficam... e portanto, essas imagens, esses gritos, essas situações são... perduram, não é? Depois tudo isso amortece... ah, no meu conceito, tudo isto amortece porque sabemos que estávamos ali a cumprir um dever. E estando a cumprir um dever... ah, e estando eu na posição de comandante e ter que mostrar aos soldados uma iniciativa e uma capacidade ofensiva... ah, e tinha que sofrer é evidente que tinha que sofrer e sofrer muito. A primeira vez que matei um homem, numa, num patrulhamento ele veio de frente... ah, o que se passou a seguir foi tão, de tal maneira dramático – eu conto isso também no diário – que é um dos, um cabo atirador mete uma bala (...) e nesse dia, depois dessa situação (...) os soldados disseram ‘nós não pegamos em cabo-verdianos’ (...) tive que trazer o cabo-verdiano às costas”. O soldado em questão sobreviveu, mas ficou cego e perdeu um braço. “Se as transcrevi para o diário foi porque as considerei sempre impressionantes”. “Ajudaram-me a amadurecer” (minuto 39:49) – é assim que resume, ajudaram-no a viver. Mais referências à música.

Mário Beja Santos fala dos anos de adaptação a partir do minuto 40:54. “Ah, curei-me logo – eu digo isso na viagem do Tangemau – curei-me logo, porque não falei da guerra a ninguém durante semanas. A primeira experiência muito dolorosa é ir a casa da mãe do meu maior amigo que tinha, o meu maior amigo morre em 2 de fevereiro de 1970 em (...) pisou várias minas antipessoal e a última carta que ele escreveu na véspera com data de 1 de fevereiro foi para mim e era uma carta que falava do nosso futuro (...)”. Tinha projetos e queria voltar a estudar, portanto assinou contrato com o exército. Trabalhou no banco de pensões do exército e estudava à noite. Terminou a licenciatura. No minuto +/- 44 fala de um episódio em que numa visita a uns conhecidos da mulher o abordam sobre a guerra. Quando “credulamente” começa a falar “nota que as pessoas começavam a ficar cada vez mais agitadas... ah, portanto, tinha caído ali um extraterrestre, trazia uma história do outro mundo, aquilo era ficção científica, aquilo não podia existir. Eu a notar as pessoas muito constrangidas, muito desconfortadas a ouvir-me e de repente alguém interrompe e diz

‘agora vamos falar de outra coisa’ e quando regressámos a casa eu disse para a minha mulher: ‘olha Cristina, doa a quem doer nunca mais vou falar nisto, estou-me a aperceber que isto não interessa a ninguém, não interessa a ninguém’. (até ao minuto 45:10).

Conta outro episódio de uma reunião com a Ordem dos Médicos e Bastonário, já no decurso da sua vida profissional, onde é abordado por um dos presentes com um “O senhor bateu-me” durante a instrução (até ao minuto 47).

“Estas histórias vão ficando, vão ficando... se quiser, vão assentando.” (min 47:12).

“Tenho feridos cá” (até ao minuto 47:24). A guerra continua, só termina em 74. Fala da fuga para Portugal de alguns dos seus soldados. “A família guineense é uma família muito grande” (min 48). Traz o seu guarda-costas. “A Guiné esteve sempre comigo, independentemente de em 2006 ela passar a ser uma companheira diária, permanente”. (min 48:08-48:17).

“As pessoas não sabiam da guerra” (min 48:44). Mário Beja Santos alude a uma afirmação recente de um intelectual de direita que afirma que o grande erro do Estado Novo foi não ter assumido que aquilo era uma guerra, porque um policiamento não convence ninguém (a partir do min 49). “As pessoas como não viam imagens da guerra e o Natal do soldado era um enfiamento de soldados a desejar ‘boas festas’ à família com ar relativamente simpático, as pessoas pensavam que era policiamento. Não era policiamento, era uma guerra e, por conseguinte, quando uma pessoa chega, foi nessa altura que eu me lembrei do Nelo e disse: ‘tu tinhas razão, agora, eu não te podia perceber’” (até ao minuto 50:16). “Um dos filhos da minha madrinha veio altamente perturbado (...) viveu amargurado (...) teve uma vida muito triste” (história do Jota, ‘cacimbado/pirou’ do min 50:27 até 52).

“Eu entendia que as pessoas não estavam preparadas, que era uma história que as adiava” (min 52:27).

A família também olhava de forma bisonha, “não te exponhas” (min 52:38). Toda a sua correspondência foi dada ao Luís Graça, para o arquivo histórico (min 52:50) – “é um assunto arrumado (...) entreguei tudo”.

Ingressou na FL, voltou a ver amigos. A guerra reaparece um pouco depois do 25 de abril, quando dizem ‘nem mais um soldado para a guerra’ e se publicam coisas. Fala do seu livro com um levantamento da literatura de ficção e não ficção que se publicou sobre a guerra – *Adeus até ao meu regresso* – embora hoje já esteja desatualizado. A primeira literatura servia e.g. como ajuste de contas com os superiores, diferente da literatura atual porque a ira inicial já desapareceu.

“Socialmente estava à parte, estava à parte, não fazia, não fazia, não estava inserida no quotidiano dos portugueses, ou se quiser, da sociedade portuguesa. As famílias viam

partir, viam regressar, falava-se dos mortos e dos feridos – aliás os feridos estavam discretamente escondidos” (até ao min 55:32). Fala também dos feridos que estavam no hospital militar. A irmã ia visitá-los. Aborda a questão dos negros que vinham e não tinham ninguém em Portugal (até ao min 56:31).

Sempre falou da guerra, não era um processo de assepsia: “A guerra fica distante (...) é um assunto arrumado (...) uma etapa vencida (...)” (minuto 58). Alerta para aquilo que considera ser um erro comum dos investigadores, algo que não dimensionam. “As pessoas, às vezes, quando falam na guerra é toda a guerra. Ora, não se pode falar de toda a guerra (...) uma pessoa que tenha feito uma comissão de 1963-1965... ah, se voltar ao palco de guerra... ah, cinco anos depois é diferente. Há novos quarteis... ah, há uma outra evolução, há outro estado de espírito, há infraestruturas (...) e isso vejo no *blog*. ‘Aquele emboscada em Pontacoli’, disse: ‘mas qual emboscada? Os relatórios que eu consultei, desde 1963 a 1973 houve pelo menos 30 emboscadas. Mas aquela emboscada (...) foi aquela que o marcou, portanto, aquela emboscada é o centro de gravidade de qualquer discussão sobre as emboscadas’ (até 59:45 min). “Dá-se ênfase porque é a experiência, foi aquilo que ele viveu” (1:00:13 min).

Mário Beja Santos conta um episódio relacionado com secretário de estado no ativo. Este episódio demonstra a importância do apuramento da verdade no relato memorial. Em entrevista, o tal secretário de estado fala sobre um ataque a Bambadinca no qual a cidade é destruída e fica mais de um mês com a mesma roupa. Ora, de acordo com Beja Santos esse episódio nunca aconteceu e por isso, decide confrontar por email o sujeito em questão “veja se retifica porque isto pode ser considerado uma farronquice”. O secretário de estado convida-o para um encontro pessoal, recebe muito bem Mário Beja Santos, e diz que se não foi essa a localidade deverá ter sido outra. Ao que Beja Santo retorque ‘desculpe, isto não é bem assim, o senhor está a dar uma entrevista...’ o outro diz ‘ah, já não me lembro’ etc. (até ao min 1:04:00). “É dentro desta conversa amena, que tem a ver com a descontextualização ou muitas vezes o quadro de fantasia que fazemos das coisas que vive... que julgámos que vivemos e não vivemos. Isto é só a pedir-lhe uma certa prudência e criar alguma distância, porque muitas vezes dizem-se coisas (...) já nem falo do quadro ideológico, falo das pessoas que têm um determinado tipo de argumentos que depois logo veio outro a seguir e explica ‘não, não foi exatamente assim’” (1:04:45 min). Crítica àqueles que tomam o episódio vivenciado como o toda e não têm em consideração a globalidade da guerra.

Em 1990 na preparação da Cimeira da Terra Portugal queria apresentar-se em colaboração com a CPLP e veio uma delegação da Guiné-Bissau a Portugal e, segundo Mário Beja Santos, perante o espanto do Ministro do Ambiente, exigiram um protocolo do

ambiente e defesa do consumidor e foi nesse âmbito que Beja Santos vai à Guiné-Bissau com o objetivo de elaborar um documento sobre consumos sustentáveis. Nessa viagem Beja Santos conta que pediu para ir ao local onde passou o tempo de comissão, Cuor (min 1:09:09). A 2 de janeiro de 1990 entra em Bissirá, “entro a chorar e saio a chorar” (1:09:50 min). As crianças e a população pedem-lhe coisas, entrega-lhe papéis – dos quais se desfaz, embora se arrependa mais tarde. “O principal era os soldados (...) diziam ‘leva-me, leva-me’ é nessa altura que o Chernô aparece e o Chernô diz ‘eu conto ir para lá’”, em 1991 veio para Portugal (1:10:20 min). No ano seguinte vai como cooperante – o descalabro, contexto do fim do partido único – volta ao mesmo sítio.

Nessas viagens vai encontrando pessoas (“em 2010 é a mesma coisa”) – referência ao diário. Fala do menino negro que o acompanhou na comissão, marcado por um acidente com o material de guerra (minuto 1:12:40 até 1:14:04).

“A Guiné entranhou-se” (1:14:14 min). A Guiné traz-lhe dor. Reconhece que “aquela gente” combatia muito bem. “A Guiné estava sempre na minha vida e não precisei de entrar no *blog*, eu tinha feito contas à vida que um dia quando me reformasse que iria contar, mas em 2006 houve uma travessura do destino. Portanto, o Luís Graça entra em contacto comigo e ainda hoje estou para saber o que é que me levou, enquanto almoçávamos os dois (...), eu disse ‘fica descansado que eu vou escrever o meu diário’” (até ao min 1:18:30). Quando questionado sobre como surgiu o contacto de Luís Graça: “foi ele que me ligou. Eu tinha escrito numa revista, eu que presumo que foi na Arte Ciência, ainda hoje estou para saber exatamente o que é que foi (...) o pretexto foi ‘não te importa que reproduza?’” (1:19:00 min). Luís Graça pergunta-lhe se não se lembrava dele, uma vez que tinham estado juntos em 1970 (Luís Graça Henriques), fazia parte de uma outra unidade, uma tropa africana. Fizeram operações em conjunto (min 1:19:20).

Conta mais episódios de guerra (até ao min 1:23:40). A sua vida literária e o *blog*, de acordo com Mário Beja Santos em resposta a uma referência feita por mim, hoje a sua vida literária funde-se com o *blog* embora não se esgote nele. Sobre o *blog* diz que a certa altura toda a gente entrou numa certa classe de entretenimento. Inseriu o conceito de como a viagem deve ser partilhada – relato de viagens feitas hoje (min 1:24:48). Vai iniciar uma nova rubrica com quadras e textos sobre a guerra que as complementem. (até min 1:25:33)

O seu livro de resenha sobre a literatura da guerra foi feito com o auxílio do livro do João de Melo, Os Anos da Guerra (dois volumes, até 1988) (até min 1:26:00). Em suma, descreve os seus contributos para o *blog* – sexta-feira e quarta-feira para a recensão de documentos que vai descobrindo e que, segundo Beja Santos, irão ser fundamentais para os historiadores, outro faz recensão de livros de literatura (ao todo são quatro dias que dedica às suas seções do *blog*). “Durante o período colonial vivia-se melhor do que hoje,

que é a saúde”, diz que neste aspeto assim é, porque “há saúde, mas graças aos apoios internacionais. O colonizador procurou melhorar as condições de vida das populações” (até ao min 1:30:00). Anda sempre à procura de livros que abordem a Guiné e a Guerra Colonial, falou do livro de Matos Gomes de Mustafah Dhada etc. (min 1:30:30).

“Não menos de 70% só vai uma vez à Guiné, não volta a escrever sobre a Guiné”. Armor Pires Mota, com a melhor obra sobre a Guiné. “Há umas coisas que pegam nas outras, está a ver?”. Jorge Araújo, *Jovem Lucy*. Já faz conexões com outros autores que nada têm a ver com a Guiné (*O meu irmão e Pão de Açúcar* de Reis Cabral) (min 1:34:00). Até 1974 a literatura é apologética, depois de 1974 é a desbunda – fala dos vários romances que considera bons escritos nessa época) – e “a literatura da Guiné tem evoluído, agora já se está na grande faceta memorial” (min 1:36:15). Não há grandes romances e poesia é muito pouca. “É a literatura memorial que predomina”, “estamos com 70 ou 80 anos (...) há pessoas que estão marcadas pela Guiné positiva e negativamente, mas há pessoas que ficaram extremamente tesouradas (...) há pessoas que não vão às reuniões anuais (...) são pessoas marcadas (...) eu vou raramente (...) fui uma vez a uma reunião de vários pelotões independentes e fiquei em frente a um senhor que tinha sido apanhado pelo PAIGC, levado para uma prisão perto de Conacri, libertado na operação Mar Verde e o senhor devia-me conhecer (...) ficou na minha frente e quando lhe fiz perguntas (...) o senhor ainda estava ferido (...) isto é para lhe dizer que há pessoas que nunca vão escrever, não vão testemunhar, devem talvez dizer... fazer uns monólogos, umas conversas de circunstância e já chega” (até ao min 1:38:28). Quando lhe pergunto se o processo de escrita pode ser catártico demora a responder porque me diz não saber se deve responder sim ou não. A primeira literatura sublima, depois do 25 de abril também. Catártico acredito que sim “vinha tão marcado, tão marcado que ele tinha que contar aquela história (...) há pessoas que demoram” (min 1:41:02). “Aquilo foi um pretexto, porque ele queria efetivamente contar e chegou aquele momento, agora como é que chegou aquele momento, temos que perguntar um a um” (min 1:42:00). “Catártico acho que sim (...) em sucessivos momentos, há pessoas que estão agora a escrever pela primeira vez” e que fazem memórias com mais de um cenário de operações (Angola, Guiné e Moçambique) (min 1:44:07).

(Pausa)

Retoma-se no minuto 1:51:46. “O *blog* nasce de uma necessidade catártica do Luís Graça e durante alguns anos é ele com a ajuda de algumas pessoas e subitamente o *blog* alarga. Eu entro na fase de alargamento, não é? O *blog* alarga de tal maneira, predominantemente é gente do exército, não é? Alguém da força aérea, alguém da, da marinha. O *blog* é hoje, não tenho dúvidas, o maior acervo de imagens genuínas tiradas por participantes. Fotografias de operações, fotografias de locais, fotografias de civis,

fotografias de militares, cenas de convívio – da própria guerra. E depois o repositório de recordações, recordações essas que têm a ver com testemunhos, contos, narrativas, intervenções a propósito dum, dum texto que se foi escrito, a favor, contra, com aspetos ideológicos. Portanto, é bem visível, para quem lê, que há uma intervenção de pessoas cuja formação é de direita, ou são conservadores, pessoas ditas de centro liberais, pessoas de centro esquerda e pessoas de esquerda. Não só pelo que escrevem como o que comentam. Portanto, o *blog* foi-se tornando uma grande sala de conversa e de convívio, portanto fala-se dos convívios, reuniu a Tabanca de Matosinhos, celebrou-se o dia do combatente... ah, surgiu a rua dos Heróis do Ultramar... ah, apareceu um novo monumento... ah, reuniu o batalhão tal... vai ser lançado o livro e há quem faça poesia (...) o Luís Graça faz poemas. Há um senhor agora que manda imensas fotografias e diz que só quer fotografias da Guiné, não percebe porque é que há os poetas (...) há imensos comentários de toda a ordem” (até ao min 1:54:50).

Mário Beja Santos está muito feliz, considera que aumentou o número de imagens e que foi um dos propulsores. Envelhecimento ativo.

“E, portanto, o *blog* hoje é uma linha horizontal onde cabe praticamente tudo, desde as recordações da guerra, a ligação à guerra... ah, os sentimentos dados pelo convívio e onde aprendemos, através de alguns testemunhos, que há pessoas que vão para mostrar como é que tiveram sucesso na vida (...) outros mauzinho” (min 1:56:30).

Conta o episódio em que num dos convívios, organizado por si, encontra o Nelinho. Soldado básico, e no final do convívio houve a cotização para pagar a viagem do Nelinho. Querendo com isto dizer que em todas as companhias há sempre a cotização das despesas de algum ex-combatente pobre (min 1:58:47). Conta também a história de um soldado “apanhado da cabeça” que lhe entrou pelo aquartelamento porque tinha sido feito prisioneiro pelo PAIGC e fugido, ao contar esta história aos camaradas ninguém sabia/acreditava até que um camarada diz que não está de facto a inventar e que o Fernandes existe, vai às reuniões do batalhão e no final faz-se uma cotização, não se sabe muito bem como é que ele chega (até ao min 2:00:40).

“Há sempre assuntos difíceis [no *blog*]”. De acordo com Beja Santos, nunca se aborda a cobardia. Volta a contar um episódio com um combatente na sua primeira operação, o qual encontra anos mais tarde numa viagem na carris. (até ao min 2:03:30). Também não se fala sobre a homossexualidade, que aborda num dos seus livros. Conta um episódio em que apanha dois soldados, um negro e um branco (até ao min 2:06:22). “Olha eu não posso andar atrás nem de mulheres nem de homens porque imagina tu, até porque o chefe de tabanca tinha-me oferecido uma senhora, uma rapa... ele disse que não pode ser uma bajuda, uma rapariga, tem que ser uma viúva. E eu disse, nem uma viúva, nem por

enviuvar (...) eu tenho aqui noiva, está a ver a fotografia? além disso eu tenho mais sete brancos comigo, o chefe de tabanca dava-me uma mulher e depois? E os outros? Nós temos que nos respeitar até porque, se vir com atenção (...) vocês não gostariam de ver uma situação dessas (...) tenho que respeitar também, para além da população guineense, os brancos que estão aqui comigo. Portanto, eu tentei falar com o homem e a situação ficou discretamente tratada” (até ao min 2:07:27).

“Usava-se a discrição absoluta porque... até engravidarem. Mas, por exemplo, num quartel do mato... ah, eu admito que se conseguisse através dum fornecedor, pagando... ah, em certas situações, porque a relação sexual não pode ser vista nos parâmetros ocidentais, a mulher é quase uma coisa, a mulher tem que ser reprodutora (...) e portanto, eu admito que pudesse haver em pequenos círculos como aquele. Em Babadinca era diferente, havia prostituição” (até ao minuto 2:08:45).

Por último, pergunto sobre a questão dos filhos dos portugueses com mulheres guineenses. Mário Beja Santos diz que só teve conhecimento de um caso, mas o homem não perfilhou o filho – “os filhos do vento” – “não era fenómeno comum (...) havia a procura de mulheres, mas eu penso que esse processo não era tido como um processo consequente” (até ao min 2:09:55). Refere a história do homem que procura o filho em Angola, que viu no youtube, “uma história espantosa, eu fartei-me de chorar”, mas considera que a história desse homem é diferente porque ele morava na tabanca “nenhum dos nossos soldados vivia na tabanca, não era permitido, quer dizer a tabanca está dum lado, o quartel está do outro. Agora, visitar a tabanca, admito que houvesse histórias. Nunca nenhum dos meus soldados brancos me referiu aventuras sexuais. Nunca. Agora falávamos, evidentemente uma mulher bonita (...)” (até ao min 2:10:37).

“Na minha situação, e gostava que a Vanessa tivesse em conta a contextualização de uma comissão, de 68 a 70, nas circunstâncias de ter vivido como vivi de agosto de 68 a novembro de 69 naquele local, não era possível um branco viver numa morança ou comprar uma mulher branca... um mulher africana. Em Babadinca, em rigor, tenho muitas dúvidas porque não se podia a partir do toque do recolher viver fora do quartel. Havia uma exceção, agora escreveu-se um livro do Manuel Joaquim (...), o homem do cinema (...)” (até ao min 2:12:28).

As questões tabu são abordadas com muito cuidado no *blog* e sem grande vontade de fazer ondas (até ao min 2:12:51).

[Fim]

Relatório da entrevista a Inácio Silva

08/01/2019

Inácio Silva foi entrevistado por Verónica Ferreira no âmbito do trabalho de campo desenvolvido em Portugal e da sua investigação de doutoramento. A entrevista em a duração de +/- 02:15 horas. Realizou-se no CES, em Lisboa. Foi o quarto ex-combatente do contexto português e o terceiro no contexto do doutoramento a ser entrevistado pelo projeto CROME.

Responsável e dinamizador de duas petições à Assembleia da República, participa no *weblog* Luís Graça e Camaradas da Guiné e é também coeditor, juntamente com Carlos Vinhal de um *weblog* específico da sua companhia. Tem, além do mais, um *weblog* pessoal no qual publicita os desenvolvimentos da petição, debatida em plenário na Assembleia da República dia 31 de janeiro de 2018.

A contagem dos minutos no presente documento é feita com referência ao documento-áudio (dois documentos, parte I c/2:02:02 min e parte II c/00:13:49 min). O áudio não é dos melhores porque Inácio Silva estava constantemente a bater com as mãos na mesa.

Parte I

Inácio Silva começa por falar das suas origens. É natural da Madeira, freguesia de Machico de uma família humilde. Deixou a madeira aos 20 anos quando foi mobilizado para a Guiné. Antes disso trabalhou. Estudou num colégio de padres, mas não tinha vocação. Foi trabalhar para um advogado depois de ter trabalhado para a PJ s/ordenado. No trabalho na PJ reteve muito do crime praticado na época e ficou com uma panóplia de nomes de crimes, foi útil, ganhou experiência. Depois, foi trabalhar num advogado Dr. Rebelo Quintal c/salário, foi aluno do Prof. Marcello Caetano. Esteve lá cinco anos, não tendo tirado um curso na faculdade ficou com um curso por via desta experiência (até ao min 06:30).

“A tropa também foi uma experiência para mim. Apesar de não ter sido voluntário, mas foi uma experiência porque tudo o que de bom ou de mau que nos acontece na vida, se nós soubermos aproveitar (...) conseguimos ficar (...) muito mais seguros, muito mais... eh, calejados, muito mais... eh, eu diria... ah, certos daquilo que queremos e daquilo que não queremos, do que é bom do que é mau. Sabemos fazer uma distinção do que é bom do que é mau e do perigo (...) o valor da vida também (...) e também a questão familiar (...) a ausência familiar (...) que foi penosa na medida em que eu privei de estar com o meu filho que tinha acabado de nascer” (até ao min 7:55).

Aqui aproveita para relacionar com uma crítica a quem governa, que faz de forma transversal ao regime. Considera que os governantes que não olham para as circunstâncias sociais e humanas dos cidadãos não são bons políticos, porque na circunstância em que estava não deveria ser mobilizado – porque tinha responsabilidades familiares. O casamento não foi feito para fugir à tropa, foi um episódio (até ao min 9:20).

“Em nenhuma circunstância da minha vida, nenhum regime político em Portugal soube olhar para mim como cidadão e para milhares de irmãos no... meus naquela altura, nossos, sob o ponto de vista social e humano, até hoje” (até ao 9:55 min). Inácio Silva orgulha-se do trabalho que fazia e afirma que o antigo patrão “Ele até chegou a dizer-me que me ia livrar da tropa [indecifrável]... o primo dele era chefe de estado maior do exército na Madeira e era coronel ou tenente-coronel, uma coisa assim... ah, mas eu considero que é mais fácil um sargento que está na secretaria livrar alguém da tropa, familiar ou não, não interessa, do que uma patente superior porque esse tem que pedir ao sargento (...) o sargento não, o sargento faz a aldrabice” (min 11:38).

Conta outro episódio de alguém que lhe diz para não estudar muito, porque se estudasse não se livrava da tropa. Se tivesse completado o curso teria ido como furriel, mas não foi e ao invés de ficar com vencimento ficou com pré-vencimento (min 12:45). Aborda a questão do tratamento diferenciado entre praças, tropas e oficiais – prenha, grávida, interessante referindo-se às mulheres. Cadeia hierárquica, o praça era “carne para canhão” (min 13:39). Fica comovido quando fala do seu alferes que ao conhecer a mulher e o filho no cais, não se esquece e destaca aqueles que tinham mais obrigações familiares para os postos mais abrigados e Inácio Silva praticamente não fez as operações militares que a maioria dos seus colegas fez (até ao min 16:53). Tomou a responsabilidade da defesa do quartel e ainda hoje lhe está grato, ainda hoje quando o vê fala nisso por dar muito valor ao gesto (min 17:48). Considera-se, no entanto, útil porque o quartel foi atacado diversas vezes. Contra outro episódio em que refere um ataque que não foi reconhecido pelo comando, tendo por isso este último dito que deveriam pagar as munições. Um dos tropas nativo tomou a iniciativa de fazer uma batida e encontrou material militar e um corpo de cubano no local ficando, depois da análise do médico, provado que tinha morrido na mesma altura do alegado ataque (até ao min 23:11). “Isto para perceber que, de facto, a guerra era um pouco isto, está a ver? Não havia certezas de nada” (min 23:21).

“A conclusão a que eu cheguei foi que: mas a guerra está pior agora, isto foi 70, 71, 72. Está pior em 72 do que em 1970. E eu perguntava-me, o que é que eu vim cá fazer se isto está pior” (até ao min 24:36). Evolução do equipamento do PAIGC, com os mísseis terra-ar. Acaba-se a tranquilidade dada pela aviação, “ficando reduzidos à insignificância” (min 25:21).

O 25 de abril dá-se, segundo Inácio Silva, porque “era necessário pôr termo à guerra e o governo de então, o Prof. Marcello Caetano, pessoa que eu aprecio, aliás como pessoa, não como político, mas como pessoa, como professor. Ele não foi meu professor, mas sei que foi um professor muito, muito competente, muito elogiado pelos seus alunos... ah, eu não sei se o professor Marcelo Rebelo de Sousa também foi aluno dele ou não, mas... ah, mas, o professor, digamos o meu patrão Dr. Rebelo Quintal foi aluno dele e dizia maravilhas do professor Marcello Caetano. Aliás, eles eram compadres, (...) curiosamente o Dr. Rebelo Quintal também foi padrinho do meu primeiro filho (...), mas como político ele deixou-se levar pela elite de então que não queria, não queria mudar de regime (...) só com um golpe de estado é que a coisa foi e o golpe de estado dá-se precisamente porque não era possível mais manter a guerra, a começar pela Guiné e a Guiné era o sítio mais problemático, mais perigoso, onde ocorreram mais mortes por metro quadrado na guerra colonial toda” (min 27:23). “Até os próprios militares que estiveram na guerra foram ostracizados pelo regime democrático, porque o regime democrático não entendeu que esses militares não faziam parte do regime político. Eram, eram apenas paus mandados. E o regime tinha a sua elite de tropa... ah, com toda a sua hierarquia, como tinha a mocidade portuguesa e outras organizações, a PIDE a DGS etc. para se defender, não, não... a PIDE, pronto, a PIDE se calhar comungava exatamente dos ideais do regime porque senão também não, não era polícia, não era essa polícia tinha sido outra polícia qualquer, mas a tropa não. A tropa foi vítima também do regime. Toda ela. É claro que havia aqueles profissionais da tropa que faziam uma comissão e depois iam para aqui, iam para acolá e ganhavam muito com isso. Ganhavam duas ou três vezes mais (...) eles eram profissionais da tropa e esses beneficiaram com a tropa, com a Guerra Colonial, obviamente. Os capitães, os milicianos, esses não. Esses iam e vinham e iam à sua vida” (até ao minuto 28:46). Refere uma exceção que acabou ferido, conta a história desse homem com quem esteve há uns meses num almoço (min 29:50).

Depois de acabar a tropa, a família tinha ido para Moçambique, e pediu para passar à disponibilidade em Moçambique e não na Madeira. Queixa-se que o colocaram na Beira e que teve que pagar do seu bolso a viagem da Beira para Lourenço Marques, “até isto me fizeram” (min 31:04). Primeiro a sair do avião, com saudades da família. Teve logo emprego, trabalhou num interposto comercial de Moçambique – controlo de crédito. Gostou muito do trabalho, já depois do 25 de abril chegou a contactar pessoas na África do Sul e em Lisboa (min 32:39). Membro da comissão de trabalhadores e ajudou a que a empresa não fechasse porque convenceu os outros trabalhadores que eram da FRELIMO, depois do 25 de abril, a não exigirem mais do que a empresa lhes podia dar (até ao min 33:33).

Esteve três anos e meio em moçambique, a família veio embora porque, entretanto, começou a haver uma convulsão civil, “e depois com represálias (...) daquilo que tinha havido antes, foram onze, doze anos de guerra colonial e a população não esquece (...) talvez mais por determinados comportamentos dos chamados colonialistas. Quando nós falamos em colonialistas não falamos da tropa, falamos mais dos civis que foram voluntariamente para as ex-colónias e que fizeram vida, fizeram vida lá (...) e exploraram, alguns deles, de forma... eh, violenta alguns negros e essas marcas ficaram...eh, digamos que essa revanche que aconteceu depois do 25 de abril... eh, na minha ótica, teve mais a ver com comportamentos pouco dignos de alguma população portuguesa que... que tratou os negros como escravos do que propriamente pela guerra colonial (...) aquilo foi população negra contra população branca” (min 36:30).

Refere uma história muito complicada que se passou com o pai, em Lourenço Marques, que lhe ia custando a vida e que não se esquece e que fez com que tivessem ido para a África do Sul – que diz não interessar contar (até ao min 37:08).

Todo este contexto levou ao fenómeno dos retornados, embora Inácio Silva não se considere retornado, porque não veio nesse grupo, veio quando quis e não às custas do Estado, nem foi ajudado como os retornados foram (alojamento e emprego do Estado) (até ao min 37:42). Quando chegou não tinha emprego, em 1975. Tinha dois filhos (tem três neste momento). Trabalhou como GNR. Trabalhou no metropolitano de Lisboa, em 1977 – veia reivindicativa (até min 46:50).

“A minha vida tem sido um pouco isso e a petição nasce, precisamente, disso, desse meu, desse meu perfil. Por isso é que eu digo que tenho uma vertente, uma visão que pertence a uma outra conceção. Eu até nem gosto muito de falar da tropa, como viu eu até fico sensibilizado quando falo nisso, portanto prefiro não falar... ah, e... só de falar disso eu até, até já...[silêncio]” (até min 47:12). “A minha vertente é mais perceber como é que a sociedade e os políticos reagem... ah, a algo que não viveram, não viveram, mas também não querem saber, como é que se passou. Não há que ter pena, não há que ter... mas pelos vistos há alguns que têm algum rancor (...) dependendo da, da, da... situação política (...) ‘eh pá, aqueles gajos foram combater e tal... os nossos camaradas das colónias’, aquilo era tudo comunista na altura. Nós não fomos combater, nós éramos obrigados a combater. Tão somente quanto isso eu (...) não tenho rancor nenhum por essas pessoas que pensam assim (...), a verdade é que não foi essa (...) se tivesse por onde fugir, tinha fugido (...) tinha um mar à minha volta na ilha, não tinha por onde fugir” (até ao min 48:20). Fala dos refratários e dos desertores – “não que quisessem combater a tropa portuguesa, mas não estavam de acordo com aquela guerra” (até ao min 48:39).

“Isto foi o contexto em que eu vivi, portanto, ainda espero que seja feita justiça. O mais, o mais curioso disto tudo é que houve uma altura em 19...90... 2000, 2000, 2000-2002 o Paulo Portas, o Paulo Portas... eh, na altura deputado... eh, que queria açambarcar votos dos ex-combatentes disse que ia propor uma lei [...]... para, uma lei, que foi aprovada na Assembleia da República, para compensar os militares do tempo de tropa que tiveram no Ultramar. Isto nada tem a ver com a contagem do tempo para efeitos de reforma porque se nós eramos empregados do Estado é lógico que esse tempo conte, enfim, era o que mais faltava que não contasse. E conta. Agora, mas... para além disso, quem é que nos paga o facto de termos saído da nossa terra assim de uma forma abrupta, termos deixado os nossos amigos, a nossa família, os nossos empregos, o meio, o meio onde nós vivíamos. Isso tem um preço. E mais, as dificuldades... os problemas de saúde... numa terra quente, com muitas, muitos mosquitos. Eu tive a malária. Tive quase a morrer. Eu estive quase a morrer, com a malária – chamado paludismo, não é? Eu no dia seguinte, se não melhorasse era evacuado para Bissau e para Lisboa (...). Quem é que nos paga isso? (...) a comida que não é a nossa comida, a água que não é a nossa água. Quanta água impura, com micróbios e não sei quê, foi bebida naquela terra? (...) durante quase dois anos, mas o que é isto? Estamos a brincar?” (até ao min 51:01).

Necessidade de compensar os ex-combatentes por este sacrifício, daí a sua petição (até ao min 51:36). Pede-se que seja recalculada a pensão. Antes desta última petição tinha feito outra sozinho, fê-las ambas sozinho (min 52:26). Diz que tem o gosto da escrita e explica porque é que abomina o acordo ortográfico – nunca tirou um curso superior, conta um episódio nas novas oportunidades (até ao min 54:58).

Questiono-o sobre qual é a diferença entre a primeira petição e a segunda petição. “A diferença é significativa. A primeira foi a contestar a forma como a lei foi... como é que se chama? É um decreto-lei que a regulamenta, foi regulamentada... ah, foi a contestar isso, porque o decreto que pretendia regulamentar a lei deturpou-a completamente e eu com base nos meus conhecimentos jurídicos, que adquiri durante aqueles cinco anos fui ponto a ponto desse decreto-lei chamar a atenção da Assembleia da República dos... das lacunas e dos erros propositados, não é erros... e das, e das sacanices, digamos assim, do legislador só para contornar a lei. Contornar de uma forma deficientíssima” (até ao min 56:04). Apesar do redator lhe ter dado razão, como era só um peticionário, não teve seguimento. Foi com base nessa resposta que elaborou a primeira petição, no entanto, no decorrer da recolha de assinaturas o PS revogou esse decreto-lei regulamentar, mas manteve exatamente o que o regulamento dizia e não satisfez as reivindicações dos combatentes, por isso Inácio Silva começou a elaborar a segunda petição (até ao min 57:55).

Na petição defendia que o tempo de serviço militar passado em regime de perigo, chamada zona 100% operacional, que é contada a dobrar, digamos assim em termos de tempo, só esse tempo fosse contado como tempo de antecipação da reforma. “Acha que estamos a pedir muito?” (até à 1:00:09). Isto porque as pessoas que se reformaram antes da idade da reforma tiveram uma penalização. Segundo Inácio Silva, teve uma penalização de 40% (até ao min 1:00:35). “Eu não sei em que gaveta está a petição, já passou por lá um Ministro da Defesa que já se foi embora, agora está outro. Eu um dia destes peço no email e vou perguntar: ‘olhe, eu com subscritor da petição, gostava de ser informado do, do estado ou da situação em que se encontra a mesma. Por favor, queiram dar-me a informação. Isto também porque eu tenho os meus *blogs*, tenho os meus sítios e recorro também ao Luís Graça para publicar o que vai acontecendo sobre isso (...) e eu hoje sou considerado com certeza para alguns como ‘eh pá, aquele parvo foi fazer uma petição e agente não sabe de nada’, parece que sou eu que estou a esconder, mas não, não estou a esconder nada. A coisa foi debatida na Assembleia da República, eu estive lá na Assembleia da República (...). Na nossa idade é muito difícil haver, haver contactos, haver reuniões com, com malta que teve na tropa e, e eu não estou só a defender aqueles, quem esteve na Guiné, isto é para todos e, portanto, eu publiquei no, ou no *facebook* também e no *blog*, para as pessoas estarem presentes o máximo possível, convencido que eles chegavam ali e entravam, não (...) mas alguma vez isto é possível? (...) isto é de um desprezo absoluto pelos ex-combatentes (...) e portanto, veja bem como é que o próprio poder político nos trata (...) eu provavelmente não vou obter nada (...) com o argumento que a maior parte já está reformada (...) e quantos é que já morreram? (...) Nós vamos fazer um encontro para o ano, na Madeira, muitos de nós já não estarão lá” (até ao min 1:04:20 min).

Segundo Inácio Silva ninguém vai fazer nada, mas a mágoa fica. Elogia o Presidente da República, apesar de não ter votado nele. Elogia a posição dele no geral e não por alguma posição que ele tenha tido junto dos ex-combatentes (até ao min 1:06:45). Discorre considerações sobre o que considera ser o melhor regime/sistema político para Portugal (até ao min 1:08:02).

Utilização do site da Petição Pública, mas publicitou a petição nos *blogs*. O recurso aos *blogs* e ao *facebook* ou *terraweb* foi feito para compensar a falta de acesso à comunicação social tradicional. Decidiu não apresentar a petição durante o tempo do governo PSD para vir um governo “‘mais democrático’, mais aberto” (até ao min 1:10:04). Não gostou de nenhum comentário, de nenhum deputado de nenhuma bancada – ouve-se mal na Assembleia da República. Tem uma deficiência auditiva adquirida durante o tempo da comissão, conta o episódio que está registado no seu *blog* CART 2732 em conjunto com Carlos Vinhal (até ao min 1:12:44). Está lá tudo sobre a sua tropa. O *blog* do Luís Graça

“é de facto uma enciclopédia a esse nível, fala de tudo e de mais alguma coisa. Se a Verónica quiser perder muitas horas tem ali muito por onde se entreter, muito, muito, é se calhar dos blogs mais... ah, ricos em conteúdo do que se passou não só na Guiné, mas mais na Guiné (...) do que se passou na Guerra Colonial, mas há outros, se pesquisar há outros”. Elogia o Carlos Vinhal que mantém o *blog* “e há de ficar, quando nós morrermos há de ficar o *blog* com todo o historial do que se passou lá na guerra” (até ao min 1:14:06).

Fala da evolução da sua perceção da guerra ao longo dos anos, do treino militar. Ainda hoje tem um problema de um salto que foi obrigado a dar num dos treinos. Quando chegou à Guiné percebeu que a greve era mais grave do que aquilo que pensava previamente – Stress Pós-Traumático. Só no primeiro momento, quando regressou é que pensou que tinha ficado afetado, nos primeiros dois anos (até ao min 1:18:45). Achou que a guerra estava muito pior, mais difícil de vencer, com o auge do ataque a Bissau (até ao min 1:20:30). Conta os dois episódios em que sentiu mais perigo (até ao min 1:23:11). “(...) ela [a guerra] estava a piorar, de ano para ano” (min 1:23:17). “Não, a guerra é terrível seja em que território for, seja em que contexto for (...)”, quando o questiono sobre a guerra colonial em específico responde-me que “a guerra colonial em especificamente, eu acho que nunca devíamos ter combatido os, os, os locais, não é? As pessoas de lá. Nunca devia ter existido (...)” (até ao min 1:24:02). Pergunto-lhe se sempre teve essa opinião, Inácio Silva responde-me que “não, não tinha, não tinha nenhuma porque eu entendia que aquilo de facto (...) eu não tinha formação política nenhuma, se bem que uma vez, estava a trabalhar no advogado, eu sabia que ele defendia a Ação Nacional (...) o regime vigente e ele uma vez perguntou-me se eu estava recenseado, eu disse que não e ele disse ‘então vou-te recensear para tu votares, mas vais votar neste partido’ e eu disse ‘eh pá, desde quando é que alguém me diz onde é que eu vou votar?’ e não aceitei, não disse nada, mas votei na força contrária” – já era uma posição política, “mas não sabia bem porquê, sabia que aquela não queria”. “Ao votar no Humberto Delgado (...) sabia que poderia haver uma mudança (...) mas desconfiei sempre do regime democrático” (até ao min 1:25:55). Já militou num partido, mas tem uma conceção bastante dele relativamente aos partidos. Não gosta de nenhum partido e vota no mal menor, mas sem satisfação – votar apenas como dever cívico – crítica aos partidos e aos políticos e recorre ao PRP Rebelo de Sousa para apoiar a sua opção (até ao min 1:27:55).

Discorre sobre o seu trabalho no metropolitano de Lisboa (até ao min 1:31:17).

[pausa para mudar a bateria]

Durante três anos e meio estive desfasado dos seus colegas porque estive em Moçambique e um terço ficou no continente (eram de cá) e toda a tropa operacional era da Madeira (até ao min 1:32:53). Depois de regressar a Portugal continental ficou desejoso de

encontrar alguém da sua companhia e só o conseguiu através das redes sociais em 2000 e tal. Quando pesquisou encontrou o *blog* do Luís Graça, encontrou lá o Carlos Vinhal que era da sua companhia – contactou-o, combinaram um encontro e foram almoçar e nesse encontro encontrou a malta do continente. “E é sempre agradável agente encontrar-se, não é que vamos falar da guerra, não sei, não adianta, não... eu acho que não se fala da guerra sequer, fala-se da vida. O que é que cada um faz, o que é que tem o que é que não tem, a família (...). Eu não tenho por hábito falar da guerra, não, não adianta. São águas passadas, não adianta” (até ao min 1:35:47).

Só a partir dos anos 2000 é que começou a ter contacto com os camaradas, antes disso não tinha. Quando lhe pergunto se antes dos anos 2000 falava sobre a guerra ou se só começou a falar nisso com os seus camaradas responde-me “eu sei que há pessoas que gostam de falar da guerra, ou têm necessidade de falar da guerra, se calhar por causa do Stress Pós-Traumático, mas eu não tenho... não sou, não sofri disso. Pronto, graças a deus, não tive, não fui afetado por isso... ah, e por isso, tirando aquele episódio de ouvir os foguetes e pensar que estava na guerra, foi um episódio vivenciado durante um ano, dois no máximo. Tirando isso, eu abracei a minha profissão (...) ocupava-me com elas (...)” (até ao min 1:36:58). “(...) guerra não, guerra não, eu até nem comento certas coisas que se passam nos *facebooks* e nalguns *blogs*, tento fugir a isso, não adianta, não adianta, sinceramente não adianta (...)” (até ao min 1:37:24).

“Para um estudioso como a Verónica, sim... está a estudar, está a fazer uma tese, obviamente quanto mais informação obtiver, mais rica ficará a sua tese (...) tendo que expurgar, obviamente, grandes partes que não, que não têm interesse ou pelo menos que não têm grande interesse. Se bem que para alguém que está a analisar uma tese e também não conhece... o que se passou na guerra colonial, porque certamente os seus professores, avaliadores (...) não a vivenciaram, nem... se calhar também não têm familiares, se calhar vai ser importante lerem-na e, e ficarem também por dentro, mais por dentro (...) do que, efetivamente, saberão até agora” (até ao min 1:38:17). “Eu acho que é importante falar no assunto, não deixar morrer o assunto... ah, mas pronto, deixar... ah, acho que alertar os políticos para uma falha, uma lacuna que existe, que acho importante que... a Verónica fale nisso, para cumprimento duma obrigação do Estado. Há uma obrigação do Estado que está para cumprir em relação àqueles ex-combatentes, que não foram ao Afeganistão, não foram ao Irão, que não foram ao Iraque, que não foram ali... (...) e que não são colonáveis no sentido em que toda a gente fala quando vai um grupo de (...) indivíduos (...) os que tiveram na guerra colonial ninguém fala neles” (até ao min 1:39:05). “Acho que isso é o pior serviço que podem fazer aos ex-combatentes, nós somos ex-combatentes” (até ao min 1:39:13).

Pergunto-lhe o porquê da necessidade de procurar a sua companhia na internet se não queria ou não tinha necessidade de falar da guerra, “é uma boa pergunta... pronto, não querendo falar na guerra ia falar sobre o quê?... ah, ia falar sobre os momentos bons que passamos lá, que também houve... ah, o jogar à bola, jogar às cartas, jogar ping-pong... ah, um ou outro episódio que... que pode até estar relacionado com a guerra, mas que não tem assim grande desenvolvimento, apenas perceber como é que as pessoas se safaram naquele momento, como agiram... ah, onde é que estavam... e qual foi o resultado (...) Podemo-nos lembrar daqueles que morreram, morreram dois ou três da minha companhia... ah, e portanto, enfim, prestar-lhes homenagem... mas isso não é, não é a razão principal. A razão principal é para matarmos saudades, convivemos juntos num ambiente hostil durante um determinado período da nossa vida, eramos jovens e, e é como os colegas da escola (...) nós criamos relações, umas mais próximas do que outras (...) gostamos sempre de nos encontrar com aquelas pessoas com quem criamos uma relação mais próxima... ah, naquele caso não havia assim relações muito próximas... (...)” (até ao min 1:41:32). Fala de um camarada com quem tinha uma relação próxima, criaram uma sociedade em que compraram uma máquina a meia e tiraram fotografias que partilharam entre si – quando o encontrou falou nisso e ainda tem a máquina depois destes anos todos (até ao min 1:42:30).

“Tirando isso, quando nós nos concentramos e há gente, outros colegas que andaram a combater e que agente já nem os reconhece, a idade modifica a fisionomia e, portanto, é impossível (...) o resto a gente já não conhece, sabemos que estiveram lá, estamos a partilhar o mesmo espaço, estamos a conviver todos juntos, mas depois não há assim muito a dizer, muito diálogo, não vamos falar na guerra, não é? (...) de resto a conversa cinge-se a isso, com os outros já não, com os outros já é mais... ‘então como é que está a Madeira?’ (...) falamos já sobre coisas que nada têm a ver com a guerra (...) é aquela afinidade própria de pessoas que nem amigos são, quer dizer, são conhecidos, mas é um conhecimento criado numa circunstância reles, hostil, difícil, que nos une” (1:44:10).

“Tirando a questão do Stress Pós-Traumático que talvez leve as pessoas a falarem mais na guerra, mais nos episódios concretos da guerra... ah, tirando isso, eu não sinto essa necessidade (...) nem me lembro... salvo, em casa, uma vez ou outra que seja necessário aprofundar, porque nem a própria família sabe os pormenores em que nós nos encontrávamos (...) eu começo logo na viagem, a Verónica imagina o que é fazer uma viagem de três ou quatro dias num porão de um navio? (...) vive ali 24h num porão (...) mas o que é isto? começa logo aí (...) e vamos para onde? Carne para canhão, é a conceção que se tem é esta. Vamos fazer o quê? ah, vamos defender a Guiné. Mas o que é a Guiné? Ah, é uma colónia portuguesa. Tá bem, mas durante quanto tempo é que vai ser colónia portuguesa? (...) passado esse período da guerra, a interrogação é sempre a mesma (...) o

que é que eu fui lá fazer? Nada, eu fui para lá para morrer, por acaso vim vivo, mas se tivesse morrido era mais um. Tava lá naquela, lá em baixo ao pé do rio tejo, não é? Aquela placa, estava lá o meu nome. Era mais um para estar ali” (até ao min 1:46:23).

Pergunta-se se isso trouxe algum benefício para Portugal e conclui que pelo contrário, porque se gastou muito dinheiro naqueles países e o que se investiu ficou nos países independentes (discurso dos retornados sobre os bens deixados pelos portugueses e que agora são das populações dos países independentes) (até ao min 1:47:15). Agora volta ao tempo em que esteve em Moçambique, porque o pai e os irmãos “tiveram que fugir”, como ficou lá vendeu a casa a um individuo da FRELIMO. Conta os episódio com o pai em Moçambique antes de voltar a Portugal, envolvendo o dinheiro que levou para a África do Sul da compra da casa para poder trocar e com ele construir outra casa na Madeira (até ao min 1:50:03). Conta o episódio mais grave que envolveu o pai a propósito dos ódios entre a população branca portuguesa e a população natural de Moçambique e a FRELIMO em específico – o pai atira num soldado da FRELIMO, mas consegue arranjar um alibi e não ser preso ou fuzilado (até ao min 1:56:19). “Portanto, guerra não quero, não quero mais (...) quero paz, quero viver em paz e a única coisa que nós temos aqui em Portugal, que a democracia podre e decadente, como costume dizer, nos traz foi paz... ah, e isso é um valor que não tem preço” (min 1:56:50). Refere como os portugueses acolhem bem os imigrantes, mais do que os sem-abrigo e os portugueses “acolhemos melhor os outros que nós próprios”... etc. etc. (até ao min 1:58:01). Faço uma última pergunta, sobre a forma como Inácio Silva pensa que a sociedade portuguesa olha para os ex-combatentes, responde-me da seguinte forma: “eu penso que alguma sociedade nem sabe que houve guerra, a juventude mais recente nem sabe que houve guerra colonial, mas aquela que sabe, que soube que houve guerra colonial olha para os ex-combatentes como... não toda, eu diria (...) sei que é uma percentagem que acha que nós fomos vítimas do regime político e há outra percentagem que acha que nós fomos coniventes com o regime político. Entre estas duas situações (...) eu penso que a de vítima está mais correta (...) eu nunca fui conivente com o regime do Salazar, nem do Marcello Caetano”. Fala de um episódio da sua juventude em que tentou engatar uma miúda britânica de um dos navios que acostavam na Madeira e um polícia levou-o para a esquadra (até ao min 2:01:30).

Parte II

Volta a abordar a questão da necessidade do Estado compensar os ex-combatentes. “Compensar minimamente pelos sacrificios que, que fizeram ao serviço do país (...) eu não tenho que lamentar que aqueles países sejam independentes” (min 00:37).

[pausa devido a problemas técnicos com a máquina, retomo a partir do minuto 1:15]

“Estava eu a dizer que o Estado... ah, e a sociedade, mas mais o Estado tem uma dívida de gratidão para com os, os, os combatentes, os ex-combatentes, na medida em que criaram expectativas, com esse tal decreto-lei, em 2002, regulamentaram-no mal. Eles foram expostos de uma forma direta e bastante, bastante precisa relativamente à, à sua, à forma como a lei foi regulamentada. Mal regulamentada. Fizeram outra lei, mantendo o mal do decreto regulamentar e até agora não foram capazes de abrir a discussão e de analisar a questão no prisma correto, pelo prisma correto, viram sempre a guerra colonial de uma forma enviesada e não querem assumir que houve de facto prejuízos e sacrifícios sofridos pelos ex-combatentes. Não querem assumir, não assumiram e duvido que os venham a assumir. Porquê? Por uma questão cultural, por uma questão de convencimento de que nós combatemos a favor do regime colonial... ah, e isso é um erro crasso, nós não combatemos a favor do regime colonial. Nós fomos obrigados a combater, fomos obrigados, e eu disse há pouco, se eu pudesse ter fugido teria fugido, e a maior parte o tinha feito (...) não era fácil” (até ao min 03:03).

“Não se pode dizer que os ex-combatentes tenham dado a mão ao regime colonial, ao regime político de então, não, isso é mentira. É errado pensarem assim. E, portanto, nós estamos a ser vítimas de um erro destes políticos, dum erro de conceção, dum erro de análise, mais nada, e então há um desinteresse total. Nem querem falar nisso. Quando se aborda a questão são capazes até de fazerem um ou outro comentário positivo, mas não dão um passo no sentido de corrigirem o mal que foi feito, não dão e eu espero que um dia o façam quando só existirem dez ex-combatentes ou um. Se calhar é nessa altura que vão fazer, mas já é tarde, porque aqueles que, entretanto, morreram, morreram descontentes, insatisfeitos e com uma imagem negativa destes políticos (...) não é correto um político fazer um juízo de valor, que no fundo é isso, relativamente às pessoas que foram obrigadas a combater, dizendo que nós fomos combater a favor de um regime político, não é correto isso (...). Assim como, provavelmente os militares portugueses que vão para outros países (...) combater, não estão a combater a favor do, do regime político vigente porque amanhã pode mudar, mas estão a combater uma força que se calhar, essa força também é um perigo para a Europa (...) mas eles não são heróis, assim como nós também não fomos, mas eles são considerados heróis (...). Os políticos ‘eh pá estamos a prestar um serviço às nações unidas (...) é bom até o secretário-geral das nações unidas é português, isto é para a pátria, dá nome à pátria, a pátria fica bem vista... nós não, nós eramos condenados pelos EU, pela Inglaterra, pela França (...) estávamos a combater um... movimento de libertação, em prol de um movimento político que era detestável (...) eh pá, mas nós somos os culpados disso? Não, não nos atribuam culpas disso, se quiserem atribuir culpas aos mandantes, às grandes chefias militares, tudo bem. Mesmo assim o Spínola (...) aqui foi presidente da república,

já no regime democrático, o Costa Gomes outro, ou seja, tal como havia oficiais superiores que defendiam a guerra, havia outros que não, mas estavam lá e planeavam operações militares contra os movimentos de libertação (...) porque se não o fizesse eram considerados traidores à pátria” (até ao min 6:45).

Diz que não são culpados disso e diz que há uma dívida de gratidão, sem a qual não se fará justiça. Ainda há que fazer pelos ex-combatentes e considera que não estão a pedir muito – dois anos de antecipação da reforma. Àqueles que já estão reformados, pede que se mantenha o subsídio “a esmola”, porque não tiveram penalização na reforma. Refere que os cinco anos que passou no advogado não contaram porque o patrão não pagava segurança social e os três anos que esteve em Moçambique também não contaram – tem que ver com os resquícios do regime fascista que não obrigava os patrões a inscreverem os seus empregados na segurança social (até ao min 9:35). “Tudo faz parte, faz parte da guerra, a guerra advém do regime fascista, teve origem no regime fascista e prolongou-se (...), o objetivo era mesmo acabar com a guerra e bem, na minha ótica, bem e nem mais um militar para as ex-colónias foi, portanto, quem me dera ter vivido nesse tempo, não teria sofrido o que sofri... ah, e não estava com este problema auditivo que tenho e que me incapacita às vezes de ouvir determinadas conversas cruzadas (...)” (até ao min 10:55). Nem pediu nada relacionado com essa condição à tropa, como outros pediram com razão, volta a falar na dívida de gratidão (até ao min 11:38).

[Fim]

Relatório da entrevista a Hélder Sousa

09/01/2019

Hélder Sousa foi entrevistado por Verónica Ferreira no âmbito do trabalho de campo desenvolvido em Portugal e da sua investigação de doutoramento. A entrevista em a duração de +/- 2:30 horas. Realizou-se no CES, em Lisboa. Foi o quinto ex-combatente do contexto português e o quarto no contexto do doutoramento a ser entrevistado pelo projeto CROME. É membro permanente do *weblog* Luís Graça e Camaradas da Guiné. Esteve ligado ao PCP e à extrema-esquerda. Alertou-me para o facto de não ter entrado em combate por ser cripto. É de origem ribatejana, tema da conversa introdutória que teve comigo – por ser originária da mesma região. Fala também de ter equacionado e quase se ter tornado refratário – questão que irei explorar no decorrer da entrevista. Alerta desde o início que o seu percurso de vida e a sua entrevista são individuais, não implica o *blog* do Luís Graça. Refere os ataques que o *blog* sofre de setores saudosistas que não gostam da abertura do Luís Graça e Camaradas da Guiné. Criticado por ser equidistante.

A contagem dos minutos no presente documento é feita com referência ao documento-áudio.

Gravação

Começa a falar dos seus antecedentes, o seu percurso antes da guerra a partir do minuto 3:23. Era estudante profissional, só acabou o curso à noite depois da guerra. Viveu em Vila Franca de Xira e beneficiou e foi influenciado pelas “universidades” do local. Inserção social, humana e política no ambiente oposicionista de Vila Franca. Uma terra de contrastes onde se convivia, elite e os oposicionistas (até ao min 5:50). Club da seção cultural onde se discutia, criação de consciência de grupo e de classe, onde Hélder Sousa se inseria – movimento associativo. Neste contexto quando ingressou no Instituto Industrial de Lisboa aderiu à associação, fez parte da seção cultural e ingressou numa lista para a direção. Lista que ganhou em maio de 1969 – num contexto de greve estudantil em Coimbra. Conta o episódio em que se encontrou com o ministro da educação (até ao min 9:07).

Foi incorporado a 15 de julho de 1969. Hélder Sousa conta como, sendo a escola industrial uma escola média, aquando dos assaltos da polícia às tipografias e reprografias do técnico foi a deles que supriu as necessidades de panfletos (até ao min 11:10). Na perspetiva política, vivia num prédio protegido porque no primeiro andar vivia alguém protegido pelo regime. Aderiu formalmente ao PCP em 1968, foi militante. Antes disso, durante as cheias de 1967 naquela zona andou a distribuir panfletos a criticar as condições

de segurança e saneamento naquela zona (até ao min 15:15). O embarque para a Guiné foi em 1970 e embora tenha deixado o partido nessa altura não deixou de, durante o período de comissão na Guiné, fazer a sua ação subversiva (até ao min 16:30). Conta um episódio de quando esteve em Piche, “ah, deve estar ali em baixo da árvore com a oposição” – comando da unidade tinha conhecimento da posição da rapaziada contra a guerra. Ideia de alertar as consciências e o que podia ser feito no final da comissão (até ao min 20:25).

Foi colocado no centro de escuta que fazia interceção e gravação das rádios dos países vizinhos e das agências noticiosas internacionais – AK, assuntos civis e de ação psicológica. Fazia também o empastelamento – impedir a frequência da rádio PAIGC, embora com pouca eficácia, porque o pessoal ouvia a rádio sem interferência. Também fazia radiolocalização (até ao min 30:25). Conta um episódio de tentativa de radiolocalização (até ao min 33:02). Uma das coisas que faziam era editar a *press lusitana*, com desporto e algumas notícias internacionais. Para se distrair coligia notícias oposicionistas – num domingo durante as eleições de reeleição do Nixon, transcreveu uma notícia sobre a bebida do Nixon que lhe causou dissabores porque acabou por sair na *press lusitana*. Quando subiu à primeira classe de comportamento, armaram-lhe uma armadilha e voltou a descer à segunda classe de comportamento (até ao min 38:45).

“O meu desempenho militar na Guiné foi, digamos, foi altamente desalienante. Nunca tive alienado. Por exemplo eu vi em primeira mão a notícia do assassinato do Ribeiro Santos, portanto, em 12 de outubro de 72 (...) assassinado durante um comício em económicas (...) a *press france* (...) a tropa não me alienou (...) os contactos que tive no mato, enfim foram... ajudaram-me a crescer” (até ao min 39:50). Refere um episódio dramático que não quer abordar porque fica comovido. Relata antes um episódio engraçado com um colega (até ao min 44:05). Foi-se embora em novembro de 72, e disse ao seu substituto “eh pá, eu tou muito contente por me vir embora, estou farto desta merda, estou farto disto... Guiné nunca mais, pá, só tenho pena de uma coisa é que tu vens para a liquidatória”, a última comissão “e eu gostava de estar cá nessa altura” (até ao min 45). Volta ao episódio engraçado do amigo, liam Karl Marx e liam José Carlos Ary dos Santos, segundo o seu amigo “um grande pederasta como eu” – foi a primeira vez que ouviu a palavra – mesmo em momentos de guerra viviam episódios engraçados, é a moral da história. Outros refugiavam-se na bebida e noutras coisas (até ao min 46:25). “A minha passagem pela tropa tem estes episódios, um ou outro mais que eu também não vou maçá-la com estas coisas, e, portanto, fez com que eu no regresso da, da comissão de serviço, entretanto tinha casado, no regresso da comissão de serviço... ah, não tivesse muita vontade de falar daquilo porque achava que aquilo, por um lado, eu tinha dito aquilo de ir para a comissão liquidatória, mas por outro lado também tinha as minhas dúvidas como é que

seria o futuro imediato, não havia grande capacidade... digamos que aquilo que aconteceu... ah, digamos, no movimento dos capitães e [não percebi] corporativa, depois as massas populares saíram à rua e impediram que aquilo fosse apenas um *putch* militar (...) as coisas se desenvolvessem (...) mas a verdade é que (...) eu não tinha a certeza se aquilo podia acontecer ou não” (até ao min 50:22). Lembra-se de outro episódio, na sequência sobre o Spínola, na altura de um dos seus discursos, fala sobre os militares não serem uma máquina acéfala (até ao min 51:35).

Quando veio “quase que arrumei a Guiné e as ideias... arrumei verbalmente, as pessoas perguntavam ‘pá, então como é que foi aquilo?’, ‘não sei, já acabou, já passou (...)’ e depois comecei a trabalhar, integrado aí noutras organizações políticas... ah, e... eh pá, e as coisas andaram, andaram assim e até que de vez em quando lembrava-me ‘eh pá, como é que aquilo tá, sei lá, ainda gostava de lá voltar, ah mas aquilo está conflituoso, ná... e aliás, nunca mais lá voltei... outros amigos, outros conhecidos têm voltado lá” (até ao minuto 52:40).

[Pausa – telefonema de Hélder Sousa. Retoma-se a conversa a partir do minuto 53:35.]

Diz que não se preocupou muito com essas questões, mas que de vez em quando se lembrava. Até que, não sabe por que motivo, encontrou um livro com o link para o blog do Luís Graça. Foi pesquisar e gostou dos estatutos – pareceu-lhe correto. Começou a lê-lo e na parte inicial eram relatos mais duros e ia-se emocionando. “E aos poucos o coraçãozinho começa a dar indicações à cabeça e a cabeça vai para lá (...)”. Aderiu ao blog, começou a colaborar e tornou-se um colaborador permanente (até ao min 55:11). “Vou refazendo essas memórias. Neste momento o blog reflete muito bem, é uma boa amostra do panorama português porque, porque relativamente à questão... O blog tem uma característica interessante é: centra exclusivamente na Guiné, não quer dizer que não apareçam outros (...), mas da Guiné e; e tem outra característica: percorre o território todo e o tempo todo da guerra de 63 a 74... ah, eh pá, e aqui neste caso concreto há pessoas que... eh pá, pronto, fizeram a guerra e estão muito orgulhosas de terem sido militares de terem defendido a pátria das investidas... da cobiça de potências estrangeiras e, ou de gente a soldo dessa coisa... eh pá, e que falam das coisas com grande empenhamento e criticam a parte do *blog* por, por, por aparentemente ser pluralista e não ser alinhado com a versão, a versão deles, deles, da defesa da pátria, da defesa do território, da defesa dos valores. Hoje em dia, como a nossa sociedade está um bocado... ah, mais, eh pá, eu penso que está muito mais compartimentada. As questões, todas estas questões (...) que são no fundo, de certa medida, fraturantes: os migrantes... os... digamos o... repare, nós encontramos (...) questões que chamamos de xenofobia, portanto, racismo, mas se você verificar relativamente à malta

que esteve na Guiné encontra muito poucos nessa, nessa circunstância, porquê?[Combatentes saudosistas e chauvinistas.] Porque houve ali uma grande miscigenação, houve muita gente que esteve em companhias nativas, viveu com eles, no, no, com eles no... nos seus locais, nos alojamentos (...) não é muito normal aparecer aqui manifestações de racismo nesse sentido. Há algumas ações contra o IN, o inimigo, que eram malandros, que eram isto... andavam a soldo de nações estrangeiras (...) pronto, aquelas coisas que você deve ter acompanhado” (até ao min 57:38).

“Hoje em dia, então, esses setores mais próximos ideologicamente... dos valores do Antigo Regime... ah, acham-se já mais corajosos e, portanto, utilizando digamos as liberdades e as aberturas que a democracia permite vão utilizando os métodos que têm ao seu alcance para, portanto, criticarem e intrigarem (...) se você vir os últimos artigos, não digo os últimos, mas alguns dos últimos que aparecem lá no *blog* do Luís Graça, não falo doutros que é aquele que eu conheço melhor... aparecem sempre pessoas a falar de forma, já de voz grossa contra pessoas que tiveram destaque digamos na evolução do 25 de abril (...)” (até ao min 58:45). No seguimento da conversa, volto atrás a um assunto abordado antes da gravação. Pergunto-lhe sobre a possibilidade, que me disse ter ponderado, de não ir à guerra. De se tornar refratário (minuto 59:05). Esteve ligado ao PCP e discutia-se muito nos meios estudantis qual era a atitude a tomar na oposição à guerra. Fala das várias posições, de desertar, passar à clandestinidade e de ser incorporado e subverter o exército por dentro – todas elas com consequências para as pessoas que as faziam, segundo Hélder Sousa (até ao min 1:00:42). “Podia haver uma fé que as coisas iam mudar, mas ninguém em seu perfeito juízo podia dizer quando é que isso ia acontecer” (min 1:00:53). “E a verdade é que um indivíduo em situação de refratário ou de deserção estaria, digamos, banido para sempre, para sempre também é tudo relativo, mas um para sempre muito longe do convívio com os amigos, da família e tudo isso, (...) o que aconteceu com aquela malta toda que foi para a Suécia, para a França, para a Alemanha, para a Inglaterra (...). No meu caso, eu, eu vendo essa possibilidade, fui nas férias de 68... ah, com outro colega, um colega de económicas, fomos... ah, para a França, fomos a Paris, depois fui a Bruxelas... ah, para falar com um anterior presidente da associação do instituto industrial para dizer como é que as coisas estavam e o que é que ele podia fazer, mais tarde ia estar com ele na Guiné... e, e fomos também a Londres (...) onde é que podia haver apoios, familiares, amigos, etc. etc. (...) em Londres havia uma boa unidade de malta de Vila Franca (...) rua dos varinos (...) fui ver como é que as coisas estavam (...) só que no ano seguinte (...) entrei para a Associação de Estudantes e por um conjunto de circunstâncias eles entenderam por bem convocar-me para o serviço militar, ainda fiquei na dúvida (...) mas também, as notícias que me chegaram do que se estava a passar em França não me entusiasmaram de modo

nenhum e eu entretanto estava um pouco mais próximo dos pontos de vista que diziam que se devia estar no exército e tentar fazer digamos a alteração por dentro e foi isso que eu fiz (até ao min 1:02:46).

Fala do percurso militar e das eleições de 69. Esteve no Porto, mas mais tarde afastou-se e na altura de embarcar cortou com o PCP. “Até porque havia também outra questão (...) a malta que lá ia embora diz que é por objeção de consciência e por objeção à guerra, eh pá, mas nunca ninguém vai saber se é verdade ou se isso é por covardia ou medo de... e eu acho que a questão de... eh pá, ‘ah, a gente é contra aquilo’, mas depois deixa as pessoas lá e abandonam, [não percebi] deve estar junto das pessoas a ajudá-las a abrir os olhos, as perspetivas e foi isso que eu achei que era mais correto fazer, foi essa digamos a minha opção, foi, portanto, aceitar a incorporação, aceitar o desenvolvimento do trabalho na tropa e quando chegou a altura da, da mobilização aceitei ir” (até ao min 1:04:31). Diz que não sabe se saber que estava numa especialidade protegida, à partida de perigos, pesou na decisão ou não. Considera também essa reflexão falaciosa porque foi pura sorte o sítio para onde foi, o seu camarada que foi para o outro sítio para onde poderia ter ido acabou ferido (min 1:05:34).

Pergunto-lhe se a questão da deserção é abordada no *blog* “não se fala, ou por outra, cada vez que se procura falar um pouco sobre isso há uma, há digamos uma enxurrada de, de... comentários contrários ou de, enfim, de ‘empertigantes’ dizendo que isto é um *blog* de combatentes, não de pessoas que se recusaram (...) não se deve dar abertura a esse tipo de pessoas... e não é fácil, portanto, lidar com essa situação, contrariar isso porque, de facto, isso também era desvirtuar (...) porque o *blog* quando foi criado não tinha, eu não sei exatamente como é que o Luís Graça o pensou, mas não tinha em mente, não tinha em mente, digamos, criar aqui uma escola de, de... eh pá, com esse padrão, mas eu penso que isso é coxo porque, de facto, ... talvez no *blog* se possa, digamos, compartimentar isso dizendo ‘aqui estão as memórias, os outros têm outras memórias que os façam’ (...) eu vou-lhe dizer, eu sou amigo dum fulano que foi desertor... chama-se Aboim... ah, sim... ah, e que esteve lá fora e participou na feitura de um filme (...) sobre (...) os desertores e refratários (...) falámos nisso, nós mantemos a nossa relação de amizade, ainda há pouco tempo estivemos a almoçar juntos, mas pronto, quer dizer, no *blog* (...) digamos, não há, não há uma censura, uma autocensura, mas a malta evita sempre que se procure (...) não, o *blog* é dos combatentes. O *blog* neste momento ultrapassou o criador, o Luís Graça, porque... eh pá, o Luís Graça lembrou-se, um dia qualquer, fazer aquilo, eu sei mais ou menos como é que aquilo começou porque foi a mulher dele, ele nunca me contou, mas foi a mulher dele que me contou como é que foi (até ao min 1:07:40).

Conta que o Luís Graça foi outro dos tais que saiu da Guiné e nunca mais falou da sua experiência, mas “ele foi ferido (...) eh pá e aquilo foi resultado de uma operação mal planeada”, Hélder Sousa fala do problema das operações mal planeadas e do sofrimento das pessoas devido aos erros dos “pessoas da guerra do ar-condicionado”. Situações que aconteciam com alguma frequência. Esta parte da conversa foi o mote para Hélder Sousa falar sobre o episódio que não conseguiu contar no início da conversa por ter medo de se emocionar. Conta que quando esteve em Piche um soldado deixa cair uma granada numa caserna durante a indecisão de iniciar uma grande operação e morrem dois soldados, com feridos graves. Hélder Sousa foi lá e lembra-se de abrir a porta da caserna e ajudar os soldados no meio das balas que disparavam por simpatia – fala do cheiro a sangue e a pólvora e dos vômitos que teve. Depois disso, na operação “tudo muito traumatizado”, numa zona propícia a emboscadas. Houve uma emboscada, dispuseram-se em leque sofreram o embate. No fim andou com o enfermeiro a dar tranquilizantes ao pessoal (e placebo, comprimidos de sal). Diz que foi mal planeado e que essas situações acabaram por “traumatizar o pessoal” (até ao min 1:15:31).

Segundo Hélder Sousa, o Luís Graça sofreu uma situação parecida, uma operação malsucedida. Nunca falou disso à família até um dia em que na estrada passaram perto de um acidente na estrada e no acidente havia pessoas tapadas na estrada e a partir daí contou à família o que se tinha passado, passou-o para o papel, um ou dois amigos disseram que também lá tinham estado e iniciou o *blog*. Hoje em dia a criação ultrapassou o criador (até ao min 1:16:22). Voltando à minha pergunta diz que é uma questão abordável, mas que a discussão no *blog* arrastaria para acusações e não para uma discussão, não sairia dali nada de útil (até ao min 1:17:00). Pegando neste ponto sobre o Luís Graça, pergunto-lhe se a escrita e a leitura do *blog* não serão um exercício de catarse para os ex-combatentes. Responde-me, “sim, não lhe posso dizer o que é que elas fazem, posso dizer que algumas delas disseram que isso, que o *blog* e a suas coisas o ajudaram, estou-me a lembrar do, do... como é que ele se chama? Do Campos, que é um individuo que andava a fazer tratamento psiquiátrico, ele era de transmissões também, mas que a partir do *blog* deixou de fazer tratamento psiquiátrico, isto é o caso de um. Esse é um, tenho mais dois que agora... o outro é Eduardo Campos (...) sou capaz de me lembrar de mais dois, mais dois, dois ou três que falaram nessa história, por isso é que a certa altura houve um período que se falava daquilo que era a *blogoterapia*. Falava-se muito em *blogoterapia*... na medida em que isso, de facto, ajudou bastante...” (até ao min 1:18:09).

“(...) conseguiram encontrar no diálogo connosco e com malta no descarregar das coisas que andavam por lá, digamos que uma forma de libertação, digamos assim, libertar fantasmas (...) porque ainda há muita gente que tem os fan... os gritos e as coisas na cabeça,

não sabem, não se sabem exprimir, nem sabem espremer, portanto têm dificuldade em verbalizar digamos essas coisas junto da família... e, eh pá, e é chato. Quer dizer, isso aí eu sei que é chato, mas, portanto, (...) respondendo direta e corretamente à sua pergunta: sim, não posso dizer que são todos, mas alguma parte interessante de pessoas que vão ao *blog* têm falado de que tem feito bem, mais ainda por outra razão de que em casa já não os podem aturar (...) a malta que viveu estes tempos tem tendência para se repetir (...) acontece sim e isto é um fenómeno muito curioso, tem vindo a acontecer com alguma frequência, alguns filhos, principalmente alguns netos, principalmente netas têm vindo a repescar umas histórias que aparecem por lá e vêm perguntar, especialmente os falecidos, ‘eh pá, mas como é que o meu avô morreu e não sei quê, eh pá, e é sempre chato falar das circunstâncias em que as pessoas morreram (...) (até ao min 1:21:18).

Em relação a assuntos ‘tabu’ a partir do minuto 1:21:44, Hélder Sousa diz que não sabe muito bem como falar disso e que “não há uma proibição de falar nisso, mas há (...) quase que um acordo tácito em que a malta vai evitando falar nessas coisas que são menos maus, digamos que... ah, digamos que... ah... a violação, vamos falar da violação... ah, aconteceram algumas, certamente, mas não foi assim uma coisa também, como é que eu hei de dizer, não tou, não vou branquear nada, repare eu não tive em todo o lado nem o tempo todo, portanto, tive um tempo em Piche, tive um tempo em Bissau onde por sorte conhecia também força das escutas que eu fazia por minha autoiniciativa, mas também pelas outras... conheci um pouco da situação que tava... (...) conheço relativamente bem a Guiné do ponto de vista de mapa, porque, como estava lá no centro de escuta e fazia as taxas do posto de comando e radiolocalização tinha uma mapa da Guiné do tamanho dessa parede (...) mas não conheci a vivência lá no sítio, no entanto (...) com a chegada do General Spínola lá houve uma coisa que foi a Ação Psicológica que a malta deturpava e dizia que era a Psicola e portanto eu recorde-me, isto é uma frase (...) ‘eh, por causa da Psicola não se pode dar uma bofetada na filha da puta de um preto’, desculpe esta expressão, mas é (...) ... quer dizer, quer dizer que antes da Psicola, ou seja antes do Spínola, portanto, impor, digamos, o respeito pelas populações autónomas, porque no fundo era para retirar alguma atividade ao PAIGC (...) no fundo queria defender as populações, que os brancos eram, que os brancos... os colonialistas eram opressores e eram isto e aquilo e aqueloutro, então impor e de facto durante, a partir do momento em que o Spínola impôs isso, foi muito, foi muito, foi muito marcante, digamos, a proteção à população nativa e houve casos em que houve alguma situação dessas em que o chefe também se queixava (...) de que uma bajuda (...) uma jovem solteira, casadoira, se tinha queixado que um soldado tinha feito uma coisa qualquer e havia punições severas para isso era falado e nós... ou seja, ao contrário do que se possa pensar, em situações de quebra deste género, como acontece agora em África, não

houve essas ações de violação em massa, nem nada, mas houve alguma situação dessas com certeza, principalmente não nas (...) Tabancas ou pessoas que estejam sob nossa proteção (...) mas às vezes conta-se (...) tropas especiais (...) faziam golpes de mão, ou seja ataques de surpresa a zonas ditas libertadas ou a Tabancas, aldeamentos supostamente controlados pelo PAIGC não sabemos exatamente o que é que se fazia por lá (...) não posso por as mãos no lume de que um ou outro soldado ou militar não tivesse tido uma atitude menos correta, mas quer dizer, como timbre não conheço esse aspeto” (até ao min 1:25:28). “Outro aspeto que você me falou foi a questão da homossexualidade, a homossexualidade sempre existiu (...) lá existia (...) e houve alguns episódios... ah, no blog existe, não sei se uma meia dúzia, mas há uns quantos posts ou artigos em que abordam-se, afloram-se essa questão, mas não tem muito desenvolvimento porque depois a malta trava, mas recordo-me de um que de facto era um furriel enfermeiro que se dizia que (...) era homossexual que era maricas naquela altura, mas que de facto numa situação debaixo de fogo foi o mais corajoso (...) portanto ganhou o respeito e a consideração dos outros, portanto isso é muito relativo (até ao min 1:26:24). Conta outros episódios até ao min 1:30:45, conta que no *blog* os textos relativos ao assunto são normalmente de carácter elogioso.

Hélder Sousa diz que quando chegou a Bissau havia muitas formas de alienação e que o admirou a capacidade dos portugueses de se adaptarem e tomarem partido das situações favoráveis – Bissau não era Luanda nem Lourenço Marques, mas era maior que as aldeias portuguesas –, lembra-se de um episódio do dia em que chegou (um tropa aos saltos, muito contente por ver Hélder Sousa) (até ao min 1:34:02).

[Pausa para trocar a bateria retoma-se a conversa no min 1:41:35].

Retoma o episódio que estava a contar. Série de experiências que lhe mostraram o mau ambiente – prostituição em Bissau, zaragatas entre tropa, mini karts, no bar Pelicano onde bebeu Coca-Cola e ouviu o ataque noutra região, venda de fotografias de ‘gajas nuas’ (a mulher dele) “isto é degradante... os gajos no Vietnam drogam-se, aqui é estas coisas” (até ao min 1:46:40). “Fiquei logo, não foi a vacina total, mas foi logo a primeira vacina (...) isto de facto não faz sentido, é isso, é os gajos da banana com a cerveja em jejum lá em Piche” (min 1:46:58) – referencia o livro do *Valente Soldado Švejk* – “normalmente os generais não morrem” (até ao min 1:47:33).

Queria voltar “vivo e limpo, sãozinho da cabeça”, bebedeiras e malucos – “eh, isto está tudo doido’, está a ver? Isto é o clima da alienação e da, da coisa com que eu fui confrontado no primeiro dia, depois as coisas foram passando e agente vai-se adaptando (...)” (até ao min 1:50:15). Recapitula a questão dos tabus e volta a frisar que as violações não são uma marca da “atuação do português”, faz referência a “alguns namoros”, “alguns filhos do vento”, mas não lhe parece que seja indicador da “postura normal de um

português” – “o meu tempo coincide com a questão da aplicação severa da prática da ação psicológica junto das populações que protegia os indivíduos (...) desses exageros” (min 1:51:41).

Abordando a questão da violência e do racismo “eu devo dizer que não se encontrou muito... eu, eu, eu, como testemunha, não encontrei muito disso e uma razão para isso é que... ah, com o Spínola procurou-se, até porque cada vez havia menos gente cá, capaz de ir para lá, procurou fazer-se a africanização da guerra, à semelhança do Vietname (...) e portanto, boa parte das tropas que estavam no mato, mantinham sempre guias ou batedores ou carregadores (...) africanos, tinham sempre (...) havia companhias mistas, companhias só de africanos (...) tropas especiais (...) quadros metropolitanos (...) viviam em conjunto (...) portanto, em termos de segregação não havia muito (...)” – referência a uma anedota na África do Sul no final do Apartheid sobre como todos foram pintados de azul, azuis claros e azuis escuros, ou seja continuava a haver segregação. Por exemplo, os picadores de minas eram nativos (até ao min 1:54:24). “Não havia uma posição declarada de racismo, não quer dizer que não houvesse algum receio... estão aqui os pretos [em surdina]” – no blog há um caso de um soldado africano que alvejou o alferes, agora como sistema não (até ao min 1:55:49). No *blog* não se fala porque nunca foi uma evidência, “não é falado como racismo, é falado como facto curioso”, como tema em si não, porque nunca foi tema. Inquérito do Luís Graça sobre se houve ou não racismo, publicado no *blog*. Colaboração de guineenses no *blog* o Cherno (min 1:58:20). Ter cuidado com o que se escreve, as pessoas são analfabetas e a malta antes do Hélder Sousa tem problemas em mexer em computadores, diz que os de lá devem ter mais (até ao min 1:59:27).

Voltando atrás, disse que deixou de falar na guerra e só retomou com o *blog* do Luís Graça, “lá em casa de vez em quando falava, mas ‘pá, já ouvi isso’ e em relação aos meus filhos, eu em relação aos meus filhos nunca, acho que erradamente, nunca falei nisso, nunca falei na guerra, falei já (...) pelo Carnaval [o acontecimento emotivo contado acima passou-se durante o período do Carnaval] (...) na terça-feira de Carnaval de 71 (...) quando chega a altura do Carnaval *click*, aquilo ainda mexe um bocadinho comigo (...) ‘passou-se isto assim e assim e eu não gosto do Carnaval é por isso que eu não ligo’, portanto foi isso que eu lhes contei. Depois comecei (...) foi nessa altura que eu comecei a contar no blog, comecei a mostrar o que eu escrevia, as minhas gracinhas e as minhas graçolas (...) porque eu estou farto de falar em heróis (...) os passadistas (...) acham que, por exemplo, o Marcelino da Mata é um herói e eu digo assim ‘pá porque é que ele é um herói? Um gajo que consegue matar muitos e muito depressa ou é um individuo que, por exemplo, foi o caso de um outro fulano, um alferes, que abnegadamente se lançou para cima de uma granada para evitar que aquela malta lá... o gajo morreu (...) esse é um ato de heroísmo. Pá,

altruísmo, loucura, impulso, não sei, para mim esse é um herói enquanto o outro é um assai... é um, é um profissional da arte, e um bom profissional da arte de combater e matar, pronto é só isso que eu... Eh pá... ‘ah, é o oficial mais condecorado do exército português’, certo, pronto, correto, e? vão erguer uma estátua? Ao Marcelino da Mata? Não... ‘ah, mas não se pode, tomara haver muitos Marcelinos da Mata’, enfim, é, um Salazar em cada esquina, pronto (...) mas quer dizer, isto é para perceber... ah, esta, esta postura. Não, não.... Percebo que nós vivemos aqui, que o *blog* reflete em larga medida a sociedade portuguesa. Com as suas... ah, fracionamentos... ah, sinto que neste momento, digamos, as pessoas mais defensoras dos valores e da prática do Antigo Regime estão a ganhar alguma, alguma força, algum protagonismo... também no *blog*, mas na sociedade portuguesa, por alguma motivo o Goucha leva lá o Manuel, Mário Machado (...) e são sinais dos tempos, mas (...) há que contrariar isso (...) mas é essa a minha posição” (até ao min 2:03:30).

Falou nos primeiros tempos com o padrinho, em Setúbal. Camarada e depois padrinho de casamento religioso no fim da comissão. O padrinho tinha uma gravação do ataque em que foi ferido. Veio em novembro de 72 e foi assediado pelas forças políticas que então se levantavam, os antigos camaradas do PC e MRPP, onde entrou, contemporâneo dos fundadores Vidul Ferreira e João Machado. Nessa altura, quando chegou a Vila Franca “os gajos mais parvos vinham ter comigo ‘então? Mataste muitos pretos?’ Eh pá, vai-me à... ‘Então e deixaste lá muitos filhos? E não sei quê’ Tá a ver? Este tipo de aproximação e de abordagem fazia-me cortar sempre ‘eh pá, isso já passou, não quero saber, não quero falar disso’ e o não quero falar disso foi uma forma de eu vestir uma carapaça ‘eu não quero falar disso com aqueles ordinários, aquela escumalha nem com outros, então não falava, pronto, já passou’” (até ao min 2:06:42).

Deixou Vila Franca e foi para Setúbal. Trabalhou na SAPEC, com um médico de segurança no trabalho e esse médico também esteve na Guiné, mas não sabiam, só descobriu com o *blog*. De um modo geral quem lá esteve tinha recato porque aquilo, segundo Hélder Sousa, era difícil. Refere a fauna e a flora (até ao min 2:08:27).

[Pausa porque a máquina de filmar ficou sem espaço no cartão de memória, retoma no min 2:08:57]

Começou a frequentar convívios com os seus camaradas em 2008 ou 2009 em Mafra por alturas do 25 de abril. Voltou a ir a Estremoz, e segundo Hélder Sousa, aquilo é uma confusão e ninguém conhece ninguém. Alguns indivíduos que conhece, do *blog* e outros sítios, convidam-no para convívios. Vai mais aos convívios do *blog* menos ao primeiro, porque acha importante “para manter a chama viva”. Vai aos convívios da malta do curso, do *blog* e, esporadicamente, das unidades do batalhão. O que é que se fala “eh pá, normalmente repetem-se as coisas (...) ‘eh, pá estas conversas é só para nós, porque a

malta lá em casa já não nos pode aturar’ é mais ou menos isso que as pessoas dizem” (até ao min 2:15:06). Conta um episódio em que insere um episódio *non sense* no meio de uma discussão sobre episódios de guerra, durante um convívio, e deixa os camaradas a discutir a veracidade ou não do que diz e sai da discussão [sobre as bravatas da guerra].

Faz um resumo do que abordou e do que considera ser mais interessante “[o *blog*] como catalisador de memórias, como repositório de histórias que, vividas e... verdadeiras, quer dizer, talvez um caso ou outro teja um bocadinho mais pintado, mas de um modo geral é verdade (...), também tem um grande acervo fotográfico e portanto etnográfico e cultural... há aí material, eu nunca perdi a esperança de, de incentivar o Luís a fazer uma escolha criteriosa duma centena de *posts* para fazer disso e editar um livro, mas ele não quer porque pode ser injusto nessa escolha. Eu percebo isso, mas ainda não perdi essa esperança... ah, para quem? Eu costumo dizer assim ‘nós temos o dever de deixar o testemunho, as pessoas pegam nele ou não, não podem é dizer que não sabiam. A partir do momento em que agente escreve e põe aqui está à sua, deles, disposição. Se leem, se assimilam, se a partir daí tomam alguma iniciativa ou não, isso é com eles, para já o nosso dever está feito. Pá, se isso cai no esquecimento, se é posto pos bisnetos ou não sei quê, ‘oh o meu avô é um maluquinho que andou lá, não sei quê’ porque isso de facto acontece com alguma, com alguma frequência” (até ao minuto 2:22:41), fala do exemplo de Virgínio Briote que o próprio conta nas primeiras publicações.

Volta a fazer uma revisão da sua vida, a partir do minuto 2:23:53, e fala da sua posição sobre o colonialismo, a partir do minuto 2:24:25, “não concordava com a existência da guerra, achava que os territórios ultramarinos não eram uma dádiva de deus, nem sequer eram, não eram ultramarinos eram colónias, mudaram de nome porque acharam que sim, que os povos tinham direito à sua autodeterminação na altura não tinha muito clara se era uma independência se era um plebiscito ou uma coisa qualquer... eu, provavelmente, digo-lhe hoje que se calhar admitiria, era capaz de ter admitido, mas também eles tinham elite fraca e portanto na altura a possibilidade de fazer, de jogar com (...) se fosse fazer um plebiscito à população da Guiné na altura era pouco provável, digamos, que as teses da autonomia ou, ganhassem, portanto, não estaria em causa a independência (...) uma autonomia administrativa, mas não sei, isso agora o passado já passou, a oportunidade passou... ah, mas, portanto, era essa a situação, acabei por optar por cumprir o serviço militar por cumprir a comissão de serviço, eu costumo dizer, só para chatear os gajos, uma Comissão Militar Por Imposição, a comissão, como é que é? Comissão Militar Obrigatória, portanto, CMO por Imposição, portanto, não quer dizer que nem fui voluntário, nem por gosto, portanto, por imposição (...) aprendi a gostar da Guiné, ao contrário das pessoas que dizem que aquilo é um buraco. É, mas não é (...) Não lhe sei dizer se isto não é um

revivalismo (...) ‘ah quando eu era novo’ (...) pode ser isso (...) no fundo ao relatarem aqueles, aqueles episódios estão-se a projetar quando eram mais novos (...) ou uma nostalgia, acredito que também haja essa parte, mas julgo que, eu penso que é mais notório a necessidade de extravasar e deitar cá para fora as memórias que têm (...)”. O número de visitas não é importante porque se repetem com o número de *clicks* no *link* do *blog*. O *Facebook* tem um modo de funcionamento diferente, mais rápido e direto. Diz ainda que há pessoas que têm receio que o *blog* acabe porque não teriam com quem partilhar as suas histórias porque as famílias não têm interesse.

[Fim]

Relatório da entrevista a Virgínio Briote

10/01/2019

Virgínio Briote foi entrevistado por Verónica Ferreira no âmbito do trabalho de campo desenvolvido em Portugal e da sua investigação de doutoramento. A entrevista teve a duração de +/- 3 horas. Realizou-se no CES, em Lisboa. Foi o sexto ex-combatente do contexto português e o quinto no contexto do doutoramento a ser entrevistado pelo projeto CROME.

Virgínio Briote é membro do *blog* Luís Graça e Camaradas da Guiné. É co-editor jubilado e serviu no exército entre 1965-67. Antes da entrevista contou-me que também o irmão esteve na guerra colonial e que a ida dele resultou em várias deficiências físicas. O irmão vive em Coimbra. Contou o episódio em que aconselhou o irmão a desertar, porque, por ser irmão mais velho, tinha servido antes e visto como era a guerra. Nota-se durante a entrevista que Virgínio Briote está concentrado no seu discurso.

A contagem dos minutos no presente documento é feita com referência ao documento-vídeo (doze partes, em média cada parte tem +/- 17:42 min). O gravador falhou na primeira meia-hora da entrevista, por enquanto tenho o registo em vídeo da entrevista.

Parte I

Neste excerto Virgínio Briote fala sobre a sua vida antes da guerra e a ida para a Guiné. Era de Cascais e estudou em Braga. Concorreu à Academia Militar, sem ter ideia de seguir a carreira militar, foi admitido à Faculdade de Medicina e à Academia Militar. Como a Academia Militar era de graça, escolheu ir para a Academia em maio de 63, com o objetivo de estudar engenharia no Técnico. Como para engenharia só iam os melhores alunos, com as médias de Briote não dava para entrar. Como viu que aquilo que se procurava eram soldados de infantaria para a guerra colonial, meteu o requerimento para sair da Academia Militar, mas não o autorizaram. Só conseguiu sair ao final do segundo ano, mas quando vai a sair chamam-no lá e disseram-lhe que tinha uma guia de marcha para ir para o curso de oficiais milicianos.

Passou no curso, em setembro de 64. Depois das férias teve que se apresentar em Mafra e recebeu a notícia de ir para a Terceira. Rapidamente os seus camaradas foram mobilizados, Briote foi ficando e dizem-lhe que foi mobilizado para Cabo Verde. Ficou tranquilo, mas no dia seguinte foi novamente chamado pelo comandante. O comandante diz-lhe que afinal está mobilizado para a Guiné – segundo Virgínio Briote sofreu um atropelamento no sentido em que não tendo pedido uma cunha o lugar em Cabo Verde acabou por ser atribuído a outro.

Ia então para a Guiné num barco da CUF, para uma comissão de 24 meses, com destino à fronteira com o Senegal. Tinha um capitão que ficou famoso no 25 de abril, opondo-se às forças de Salgueiro Maia. Segundo Virgínio, os seus camaradas eram gente em final de comissão. Os soldados não queriam ir para o mato e havia uma combinação com o PAIGC. “Não sei se devia dizer isto”, conta o episódio que o leva a dizer que havia a tal combinação – referência ao céu de África (min 14:10-13) – (do minuto 11:25 até ao fim).

Parte II

Continuação na narração do episódio – “não havia ataques ao quartel, excelente”, e o pessoal vinha do Senegal tratar-se no médico do quartel, Virgínio resolveu alterar a hora da emboscada e “foi um problema ali” conseguiu apanhar dois guerrilheiros e material, “o Capitão estava nervosíssimo (...) ‘pois agora o pior, o pior é que vai ser agora, não é?’” (até ao min 11:09). Fala sobre um camarada, brasileiro, que fazia questão de sublinhar que era contra a guerra e estava na Guiné obrigado, “estamos a oprimir o negão”, e lhe disse “espera pela volta, vais ver” (até ao minuto 13:14). O quartel é atacado na sua ausência, com feridos na população (até ao minuto 14:33). “Aquela zona nunca mais teve sossego”, mais tarde constou-se que havia um entendimento entre o capitão e o PAIGC (até ao min 15:05). Fala do problema dentário com o médico (nem no Vietname havia tantos médico, segundo Virgínio), teve um abcesso, foi a Bissau e disseram que tinha de tirar o dente (até ao final da segunda parte).

Parte III

Encontrou pessoal dos tempos de liceu em Bissau. À espera da guia de marcha vê uma carrinha que dizia ‘Comandos’, ficou curioso e perguntou sargento porque quando era novo era aventureiro e pensou que os comandos deviam fazer operações especiais. O sargento (um dos tipos mais condecorados do exército português, que perdeu uma perna em Moçambique) perguntou-lhe se queria ir para os Comandos ao que o Virgínio responde que seria uma coisa a ser pensada. O sargento responde “ainda bem porque morreu-me ontem um gajo”, explicou-lhe que fazia operações pequenas, mas com material muito bom e que tinham tido nove baixas (até ao min 3:42). Tinham o quartel perto do aeroporto de Bissau com muito boas condições, faziam treino muito específico, eram grupos pequenos (até ao min 4:17). Fez provas físicas e psicológicas, entrou porque tinha uma boa preparação física da Academia Militar e começou o curso de comandos, maio de 65 (até ao min 7:43). Esteve com o Marcelino da Mata, durante a preparação física saía para o mato com as tropas africanas – prova de campo, durante dois meses. Foram voluntários de todos

os sítios da Guiné, deram-lhes formação e formaram-se quatro grupos. Virgínio Briote diz que eram grupos constituídos por voluntários, fizeram as suas operações “tivemos os nossos problemas, as nossas baixas” (até ao min 9:03). Em maio de 66 – militares em rendição individual –, como era o alferes mais novo ficou até ao fim. Recebeu duas companhias formadas em Lamego. “Pronto, foi esta a minha experiência militar, nunca tive assim problemas físicos, a não ser doenças, lá. Tive, como é que chama, o paludismo, a malária, mais que uma vez. Pronto... tive sorte, correu bem, em termos físicos. Depois regressei, regressei em janeiro de 1967”. Perguntaram-lhe se queria continuar nos comandos e entrar nos quadros, disse que não (até ao min 10:40).

Foi viver para o Porto, quando regressou. Empregou-se com o marido da Snu Abecassis. Conheceu a Snu na Guiné. O Vasco Abecassis era judeu, muito rico, que tinha tirado o curso em Harvard. Veio de Harvard, tinha negócios em Portugal, e não podia fugir da tropa. Foi para o quartel general em Bissau, onde Virgínio Briote o conheceu. Conta o episódio em que viu Snu pela primeira vez “uma senhora alta, loira”, os soldados andavam todos atrás dela porque “na Guiné só há negras e cabo-verdianas” (até ao min 13:18). Conheceu-o num jantar no melhor hotel de Bissau, o capitão com quem estava apresentou-os. Relacionou-se com ele e disse-lhe para quando regressar o contactar. Quando regressou contactou-o e tornou-se delegado de propaganda médica – ganhava muito bem, com boas condições (até ao final da terceira parte).

Parte IV

Matriculou-se em Economia, casou-se “fui andando”. Acabou o curso, foi promovido e mudou de empresa, para uma empresa suíça (até ao min 1:35). Foi delegado no Norte e foi convidado a ir para Lisboa. Foram viver em 83 para Lisboa. Passou a diretor de *marketing*. Foi quatro meses para o Brasil lançar o *Voltaren*. Ia a Basileia uma vez por mês. Soube que ia haver uma fusão – Novartis (até ao min 6:45). Uma empresa de estudos de mercado convidou-o para se candidatar ao lugar de diretor comercial. Concorreu e ficou. Continua a falar sobre a sua experiência na empresa (até ao min 11:18). Esteve na empresa até que um dia em que começou a ter tonturas. Marcou uma consulta com João Lobo Antunes, através da filha pivô da TSF, que o examinou falou-lhe de uma aneurisma e foi consultar um segundo médico que o aconselha a não operar e diz-lhe que as tonturas que tem é dos ouvidos. Foi ao otorrino que lhe tirou quilos de cera “devia ter o pós da Guiné todo, que aquilo é um pó (...) com as viaturas, aquilo era um pó (...)” (até ao final da quarta parte).

Parte V

Foi melhorando progressivamente, nunca mais teve nada. Mas qualquer um deles o alertou para evitar situações de stress. Reformou-se “e pronto” (até ao min 1:09). Pergunto-lhe como é que lidou com as memórias da guerra nos anos do pós-guerra. Responde-me “Portanto, os primeiros anos foram difíceis, o casamento foi difícil. A minha mulher foi fantástica, verdadeiramente fantástica. conhecíamos-nos já, não era madrinha de guerra, havia essa mania das madrinhas de guerra, mania não, fizeram um papel interessante até e alguns dos rapazes não tinham pais. Os pais não sabiam ler e escrever... (...) Não, eu conheci a minha mulher no Porto e o irmão fugiu da tropa (...) ficaram lá até ao 25 de abril, depois vieram” (até ao min 2:18).

“(…) casei com ela e no princípio foi terrível... o que ela aturou. Eu tinha muita dificuldade em dormir, muita dificuldade. E ficava muito irritado (...) ficava e ela dizia ‘ah, tens de ir ao médico’, ‘eh pá, eu não sou maluco, vou agora ao médico...’ e pronto... e foi, foi difícil porque... e depois tive, e depois houve aquele problema dos pesadelos... quando a gente anda numa guerra há sítios que... há coisas que não sabemos... porque nos marcam mais, nos marcam mais e outras menos. Um caso que me marcou foi... eh, foi os primeiros tiros que eu ouvi dirigidos a mim, mesmo, e as balas a baterem ali perto... ah, e os tipos a gritarem comigo, os nossos, os meus soldados, a dizer que eu estava desprotegido... porque eu descuidei-me naquilo e aquilo era a morte do artista, como eu costumo dizer” (até ao min 3:26). Conta o episódio com maior detalhe, a tática militar. Sonhou três vezes seguintes com esse episódio. E suava, a mulher dele tranquilizava-o e reforçava a ideia de que tinha de ir ao médico (min 6:41). E sonhou com outro episódio “o miúdo e a enfermeira”, de um soldado que se esvaiu em sangue depois de pisar uma mina, durante o dia “começamos a ouvir miúdas a falar, vinham por ali a conversar (...) e quando elas vão ali a passar eu salto para o caminho, elas ficam ali e desatam a correr. Nós vamos atrás delas e amarra... eram miúdas que 14, 15 anos, mas pronto, já sabíamos que havia ali um acampamento (...) correr atrás delas e pronto, deu com o acampamento, onde eles estavam. Eles reagiram, nós entramos, não é? Entrámos, pronto há ali umas trocas de tiros (...) a guerra. “ (até ao min 8:52).

Vê uma “rapariga clara” que com muita calma e carregando uma menina estava a pegar numa caixa. Manda-a ir com ele, a senhora disse “não me toque”, “não toque na minha menina”. Era enfermeira cabo-verdiana responsável pela base de Moreus (?). Virgínio Briote tirou-me a carta, apesar dos protestos da senhora para que não lesse a carta. “Ofereci a carta ao Arquivo-Militar me Lisboa, está no arquivo. Era uma carta de uma família muito conhecida na Guiné (...) e ela sempre aos gritos (...) naquela altura não tive qualquer problema em pegar na carta, pegava na carta como pegava numa Kalashnikov (...). Aquela história dela e dos olhos dela, sonhei com aquilo quatro, cinco vezes. E até

sonhei com ela, uma vez, a sorrir-se para mim a dizer ‘eu não me importo, pronto, nós vamos ser independentes, não me importo’ lembro-me disso, mas acho que esse sonho já foi depois do 25 de abril” (até ao min 12:39).

Fala sobre a sua mulher e como aguentou tudo sozinha ao longo dos anos, criou os filhos “Portanto eu lidei com aquilo, eu acho que... aquilo mudou o significado quando eu fui para [a empresa farmacêutica] comecei a, porque (...) investi muito naquilo e... pronto, acho que comecei... e a minha mulher aturou muito também. Se eu fosse a minha mulher tinha (...) deus me livre (...) não, os filhos foram educados por ela, totalmente (...) eu acho que ela devia estar aqui a ser entrevistada (...) ela viveu aquilo tudo, tudo, tudo... as minhas mudanças de humor, aquela... Ah e outra coisa, eu quis voltar para a guerra! Eu a ganhar tanto dinheiro, ganhava bem como delegado (...)”. Este episódio foi em 1970 ou 71, tinha na altura 30 ou 31 anos. Depois disso foi ao psiquiatra, porque a mulher convenceu-o – entretanto tinha começado a ter taquicardia (até ao final da quinta parte).

Parte VI

“Aquilo mexeu muito comigo, comecei a ter crise de taquicardia”, em 81 ou 82, disparo nervoso (até ao min 2:15). Foi ao cardiologista e depois ao psiquiatra, dormia mal, crises de taquicardia, perda de peso – ansiedade. Começou a tomar ansiolíticos, antidepressivos e soporíferos. Afetou-lhe a memória recente (até ao min até ao min 4:40). Melhorou, sentia-se contente – a mulher achou que aquilo tinha sido milagroso – mas não esteve sempre a tomar os antidepressivos. Foi importante, melhorou significativamente (até ao min 5:17). “Sobre a Guiné em si... aquela rapaziada que entrou no 25 de abril, os capitães, o Salgueiro Maia, os tipos da Polícia Militar, o Rui Martins Rodrigues que tomou conta do Aeroporto. Tantos, tantos deles, são todos do mesmo tempo, do mesmo tempo que eu tive na Academia (...)” (até ao min 5:44). Conta um episódio passado no Porto, no café Convívio, em vésperas do golpe. Encontrou três capitães do seu tempo de Academia Militar que mais tarde veio a saber estarem a preparar o golpe, na altura ficaram acanhados porque lhe contaram que pensavam que Virgínio Briote poderia ser da PIDE (até ao final da sexta parte).

Parte VII

Fala sobre o livro *Os Silêncios da Guerra Colonial*, Sara Primo Roque (tese, segundo Virgínio Briote, de doutoramento, mas na verdade é uma tese de mestrado. Filha de ex-combatente). Fala sobre Carlos Matos Gomes, do tempo de Virgínio Briote “ele não é muito bem visto agora no meio militar, porquê? Porque ele encostou definitivamente à esquerda, não é? Digamos assim, e aquela malta que está na tropa que pertence aos

comandos é quase tudo da direita e da extrema-direita, tenho pena de dizer isto, mas é, há uns ou outros que são da esquerda, mas é a minoria. São tipos muito amarrados à... a coisas que não, que acho que já não se usam. É boa gente, mas não... É uma pena, por isso ele está um bocado separado deles. São muito, é gente agarrada à extrema-direita, há ali uma série disso. Ainda no outro dia apareceu na coisa dos coletes amarelos um tipo com, isto até é proibido, com uma boina dos comandos, com uma boina vermelha (...) no nosso tempo nós fazíamos as operações, não havia assim... não tivemos qualquer problema com a população. Tivemos sempre o máximo... No caso dessa senhora ela podia ser sido morta naquela coisa, Fima, o nome dela era Fima Siga, mas ela tinha uma cor clara (...) de resto não tínhamos, não tivemos problema com a população (...)" (do início até ao minuto 4:03).

Conta um episódio no Sul da Guiné, o seu grupo estava perdido há uns dias, perceberam que estavam perto de uma aldeia e esperaram pelo dia seguinte. O guia desertou e o ataque do PAIGC começa. "O que se segue, a seguir, é uma história chata, não é? Portanto, começa a haver um fogaréu de lá... tiros sobre nós, nós temos que arrancar por ali fora porque não tínhamos outra hipótese, não é? Lá conseguimos entrar lá dentro, não é? E então depara-se um desse espetáculo uma, uma série de casas de mato, com população, velhos, velhas, crianças, guerrilheiros. Tudo misturado... pf, nós não podíamos abrir fogo, como é evidente, não tinha pés nem cabeça e aquilo era uma coisa terrível. Fogo sobre pessoal, sobre os velhos de qualquer maneira. Foi uma coisa impressionante. Depois tivemos que recolher aquela gente toda, lá conseguimos – eles fugiram, claro – libertaram-se. Lá conseguimos apanhar as pessoas, pessoas de idade que andavam com, como é que chama?, com um pau e não sei quê, crianças de colo etc. e tal. Começamos a retirar e eu perguntei 'o que é que aconteceu pá? O que é que aconteceu? Oh, o guia, veja lá que chegou ali e disse que ia cumprimentar o, como é que chama, o parente na tabanca' e eles não lhe conseguiram por a mão [...]. Foi-se embora. A meia dúzia de metros da mata [...] quer dizer, é evidente que o tipo tava comprometido, não é? Por isso nós andávamos ali às curvas e nunca mais. Trouxemos aquela gente toda, eu lembro-me que só velhos eram quinze. [...] Alguns foram às cavalitas, vieram às cavalitas. Ia um soldado a dizer 'bolas isto nunca me tinha acontecido atacar um acampamento ainda por cima vir com guerrilheiros às costas', não eram guerrilheiros, coitado, era um velhote. Pronto, essas coisas acontecem (até ao min 8:46).

"Nós não tivemos problemas. Em Moçambique houve problemas sérios, aquele problema da ... do, da, daquele alf... daquele grupo de comandos que incendiou a aldeia. Aquilo é um autêntico My Lai [Massacre cometido por tropa americana no Vietnam a 16 de março de 1968.], não é? Conhece o caso, não conhece? Aquilo foi uma coisa terrível e ele foi lá não sei se sabe. Depois. Portanto o Expresso, isto tá na internet, o Expresso

convidou-o, pagou a viagem. Hoje é um sujeito com 50 e tal anos, não é? Fez uma entrevista a ele e ele disse o que se tinha passado... ah, segundo o ponto de vista dele, não é? Ma, claro que admite, admite que houve tiros etc., não é? E depois perguntaram-lhe se ele queria ir a My Lai... My Lai? Não, era... tinha outro nome aquilo. [Eu digo-lhe que se chama Wiriamu] Wiriamu, wiriamu! My Lai é no Vietnam, não é? Ah... Wiriamu e então ele, ele foi, portanto, para a Beira e não sei quê e depois foi... e depois apresentaram-lhe pessoas que estavam lá, ficaram vivas, não é? Pronto ele... e depois vê-se ele a [fazer] pedir-lhes de desculpas, abraçá-los e um tipo a dizer ‘mas eu não perdoo’. Viu isso?” (até ao min 10:26).

[interrupção retoma no minuto 11:01]

“Foi uma reportagem muito interessante. Aquilo para mim foi muito doloroso ver aquilo porque... eh, acho que há uma coisa. Eu, eu, quer dizer, eu tenho muita dificuldade em compreender aquilo. Tenho muita dificuldade em compreender aquilo. Nós tínhamos o... quando foi da formação foi-nos dito que a nossa luta era a recuperação das pessoas. O objetivo era recuperar as pessoas e isso foi seguido pelo Spínola. A luta era contra a guerrilha. Os tipos que tinham armas. Recuperar as pessoas, tínhamos que recuperar as pessoas senão a guerra tava perdida e não vale a pena agente andar aos tiros se não recuperar as pessoas era, foi dito claramente vezes sem conta. Nós íamos na formação, íamos para o quarto, cansados, tomávamos banho, não sei quê, fim de jantar tavamos ali, tavamos a passar pelo sono e tínhamos um altifalante, começar a tocar e era a voz, e a voz do comando falava de vez em quando na população [...]. Por exemplo, eu quando tive em Cuntima, na fronteira com o Senegal, nós tratávamos muito bem das pessoas, tinham médico só para eles [...]. Mas aquele caso dele foi muito mau, aquilo que eu vi na televisão foi muito mau. Péssimo... eles perderam completamente a cabeça [...] fizeram o piorio... perderam completa... pareciam tipos com, com, perfeitamente drogados. Completamente descontrolados, isto não pode ser, não é possível isto. E o Marcello Caetano a dizer que a população que não existia (até ao min 13:20).

[Pergunto-lhe se regressou à Guiné, não me responde e continua a falar]

Fala da receção de Marcello Caetano em Londres “foi uma vergonha aquilo, aquilo foi uma, foi realmente uma vergonha. Eles não o deixam entrar ali na Associação de Comandos, é engraçado. Nós temos uma associação aqui em Lisboa em que o papel da associação, um deles é tratar dos comandos que têm dificuldades... eh, de saúde, etc. E, e foi-lhe vedada ali a entrada. Não só a ele, a outros também [...]” (até ao min 14:12).

Pergunto-lhe novamente se voltou à Guiné, responde-me que não, mas que gostaria de ter voltado. Foi convidado para lá ir porque o *blog* do Luís Graça tem uma relação muito estreita com o filho do Carlos Schwarz – projeto do museu de Giledje – e na altura do

Simpósio, ainda o Nino Vieira era vivo, o Luís Graça convidou-o para ir “Eh pá não vou, [...] eu não quero ir mais à Guiné... não quero [...]”, apesar do seu comandante ir, Rubim cuja mulher era guineense “uma senhora clara, “eu disse ‘oh, dá o convite a outra pessoa, não vou. Não quero, não quero entrar em conflito com a minha mulher. Deus me livre, o assunto varreu. Nem fotografias, nem nada [...] tenho mil e quinhentas fotografias de lá [...] de guerrilheiros apanhados, a vida nas aldeias, nas tabancas [...] aquelas coisas todas, pronto foram dois anos [...] mas a minha mulher não quer, aquilo para ela parece que é fogo [?] não quer conversas, não quer ouvir falar naquilo” (até ao min 16:54).

À minha pergunta de como redescobriu a Guiné depois dos anos de silêncio, Virgínio Briote responde-me que foi no primeiro dia em que ficou em casa, depois da reforma. Como não tinha nada para fazer começou a arrumar tralha (até ao final da sétima parte).

Parte VIII

Ao fazer um índice dos livros que tinha em casa reparou que não tinha nenhum sobre a Guiné, resolveu então pesquisar “Guiné” no Google, em 2003, ainda trabalhou mais cinco anos como consultor. Na pesquisa encontrou o *blog* do Luís Graça, começou a explorar o *blog*. Enviou-lhe uma mensagem de apresentação e aí começa a sua entrada no *blog*. Recupera folhas do seu diário e envia partes com o português melhorado.

[Pausa para Virgínio Briote atender uma chamada]

Parte IX

[Retoma a meio de uma conversa sobre o seu *blog* pessoal, oferecido pelo filho]. Os comentários que faziam no seu *blog* continham críticas dos mais variados quadrantes (e.g. “colonialistas de um raio, vocês não sei quê”). “Aquilo desanimou-se”, pensou que as histórias teriam algum interesse histórico e considera que as suas histórias não eram agressivas. Começou a ser editor, foi o primeiro editor, do Luís Graça. Depois vem o Carlos Vinhal e Virgínio Briote “salta fora”, porque era demais para ele. Implicava ir ao *blog* e como estava reformado não queria mais (até ao min 1:22).

Pensou com base no seu diário fazer um livro para dar aos filhos, amigos e camaradas, com o título *Guiné Ir e Voltar* o primeiro era “Tantas Vidas”. A Associação de Comando contacta-o porque Virgínio Briote escreveu o livro do Amadu Bailo Djaló. Das histórias dos seus camaradas dos comandos, um comando que levou a mulher etc., e que reencontrou em no Brasil na guarda do Mário Soares. Na altura a mulher desse camarada “para mim foi como uma mãe” (até ao min 10:14).

Pergunto-lhe sobre a relação da mulher com as lembranças de guerra. Diz que agora o assunto está arrumado. Virgínio Briote diz que foi mudando com o tempo. Tendo um temperamento obsessivo, o trabalho ajudou-o a passar a Guiné para trás, demorou muito tempo e a mulher ajudou-o muito (até ao min 11:50) – fala da filha que vive nos EUA (até ao min 14:13). Volta a falar na sorte dos filhos em terem a mãe que têm (até ao min 14:54). “E pronto, foi assim. Portanto, consegui... Durante anos aquilo ficou enterrado. Não sonho com aquilo... eh, vejo às vezes filmes da Guiné agora e dificilmente eu, eu iria lá. Aquilo que eu vejo não tem nada a ver com aquilo que eu conheci. Não, não tem. Aquele palácio era uma maravilha [...] onde estava o Schultz e mais tarde o Spínola. Era uma maravilha, aquilo ficou tudo escavacado, completamente. Aquelas escolas, aquilo está um país assim” (até ao min 15:37).

Retoma a ida à Associação de Comandos, havia interesse em publicar o seu diário pessoal a partir da associação. Recusa porque era o seu diário e tinha coisas que não era para publicar. “Porque eu tenho algumas cenas lá, não da guerra, da guerra propriamente dita, com a guerrilha, mas há algumas cenas que são assim um bocadinho cruas. Portanto, o treino é um treino um bocado cru, não é? É um treino, o treino é mesmo... eu, como é que chama, eu descrevo aquilo que era, aquilo que eu vi fazer e aquilo que eu fiz e... e também o relacionamento com as mulheres lá, portanto eu escrevi quase *ipsis verbis* como era o nosso relacionamento com elas e aquilo era tipicamente colonialista, quer dizer, claramente... Pronto, aquilo, não sei, se teria interesse em escrever aquilo, mas eu escrevi algumas coisas e pus no *blog* do Luís Graça, mas eu antes de pu... antes de passar aquilo para o Luís Graça dei-lhe ali uma lavagem naquilo, não é? Portanto poli aquilo. Da primeira vez que escrevi não, aquilo foi escrito lá, não é? Foi assim com a memória fresca, não é?” (até ao min 17:22).

Um mês depois volta-lhe a telefonar da Associação de Comandos (até ao fim da nona parte).

Parte X

Continua a conversa da chamada da Associação de Comandos. Não era por causa do livro, mas por causa de um comando guineense, o Amadu Bailo Djalo [Livro disponível *online*.], que tinha um diário e o objetivo era que Virgínio Briote o auxiliasse a escrever um livro em português porque o livro estava em fula. Virgínio Briote contactou-o, conversou com ele. Combinou sessões na casa dele e Djalo dizia em português e Virgínio escrevia – durou um ano a escrita. O Amadu zangou-se com a Associação de Comandos, pediu o apoio do Virgínio Briote e como aquilo era para tomar posições o Virgínio não se quis intrometer. Zangaram-se por causa das contrapartidas, porque só recebia 7% do valor

do livro, 25€. As fotografias eram de Virgínio Briote. A apresentação foi feita pelo Estado Maior do Exército, o Nuno Rogeiro, o Alpoim Galvão (até ao min 6:03). Ele achou que era pouco dinheiro, não aceitou o cheque e chamou gatuno ao tipo que lhe assinou o cheque. O livro esgotou, venderam muitos no Museu Militar na sessão de apresentação. O Ramalho Eanes queria um livro com dedicatória e teve que ser o Virgínio Briote a dar um dos seus. A Associação de Comandos queria fazer uma segunda edição, mas Amadu não quis. Ainda começou a escrever um segundo livro, mas morreu entretanto. São 13 anos de guerra contados no livro (até ao min 8:35).

“Depois de vir da guerra agente vive com isto, claro. Eu acho, eu lembro-me de uma coisa, de me terem dito, duas pessoas diferentes, uma foi a minha mãe, outra a minha mulher. A minha mulher um dia, eu cheguei a casa e ela disse ‘eu estive a ver todas as fotografias esta tarde [...] é, eu estive a ver as fotografias todas, todas, todas. Fotografias antes e depois e...’, ‘ah, ótimo, boa, porreiro, passaste a tarde entretida’, ‘passei’. E depois à noite, quando eu estava a jantar no quarto com ela, ela disse assim ‘sabes uma coisa que eu vi nas fotografias? Tu não tens uma única fotografia desde que vieste da Guiné a rir, uma única’, ‘ah, não, não me digas, nem com um sorriso de circunstância?’, ‘nem um’, disse ‘ah, não, deve haver’, ‘não há nenhuma, nem um sorriso, nem no casamento’ [...] mas, e momentos depois, tempos depois a minha mãe disse-me a mesma coisa. Disse ‘eras um rapaz tão alegre [...] agora andas sempre calado, sorumbático a olhar para o chão’ [...] e depois também comecei a perceber-me que as pessoas no escritório olhavam para mim, algumas delas olhavam para mim com um ar distante a quer evitar-me, mas eu nunca fui incorreto [...]” (até ao min 11:46).

“Mas, portanto, a guerra esteve sempre, mas começou-se a distanciar porque cimentou. É claro que é uma terra que me deixa recordações, boas e más” (até ao min 14:11). Pergunto-lhe se chegou a frequentar os convívios, diz-me que começou a frequentá-los muito tarde. Ligaram para a casa da mãe, para o entrarem. Disse à mãe que não queria saber, mas a mãe deu a direção e enviaram-lhe uma carta, Encontro do Batalhão de Cavalaria 490, “olhei para aquilo com alguma saudade, mas não fui, não é”, só foi uma vez, mais tarde já reformado e em Lisboa. Com a história do *facebook* [2010], foi através da plataforma que começou a encontrar os seus camaradas que não diz há dezenas de anos. “Agora convívios, é os convívios do Luís Graça. Isso tenho ido a todos. Tem lá gente mais variada, não é?” (até ao min 17:26). O primeiro convite para os convívios foi antes de 1980, depois do 25 de abril (até ao final da parte décima).

Parte XI

O primeiro convívio onde foi, foi o de Luís Graça “com muito gosto”, viu choros “uma coisa impressionante”. Estava lá o tenente marinheiro que entrou no 25 de abril, que “salvou” os soldados que saíram de Guiledje. Os soldados resgatados começaram a chorar ao relembrar o episódio. Passou a ir a todos os encontros do *blog*. Foi a outro do 490, de Cutima, mas já não conhecia ninguém. Foi encontrando soldados seus em Lisboa, conta a história de um desses soldados – ofereceu um fato a esse soldado (até ao min 7:55). Conta a história de outro soldado seu – foi para Moçambique e viu um camarada perder uma perna, ficaram com um miúdo negro “foi uma chatice, para cá ninguém o queria trazer [...] trouxemo-lo[Ver o livro do Lobo Antunes, Até que as pedras se tornem mais leves que a água.], pusemo-lo a estudar, ele tirou um curso e agora tá empregado a trabalhar, vai aos nossos encontros e tudo’ [...] puseram-lhe o nome do, puseram-lhe o nome, depois alteraram aquilo, não é? Começaram por lhe chamar o dia em que o encontraram, porque lá usava-se aquilo, não é? Domingo, [...] na altura mudaram o nome para Domingos [...]. Portanto, o que é que aconteceu? O pai e a mãe morreram, num assalto que os comandos fizeram, viram o miúdo e trouxeram [...] de colo, têm fotos do miúdo e tudo [...]” (até ao min 13:48).

Tem encontrado mais pessoas individualmente. Dos comandos só tiveram dois encontros e “não sei, tamos muito afastados. Tão muito velhos eles. Tamos todos muito velhos. Morreram muitos, tamos na casa dos 70, portanto, já morreram muitos, depois eles começam a chorar, é uma chatice, não, muitos arrependidos e coiso, é uma chatice aquilo, a sério, não gosto daquilo, não gosto daquilo” (até ao min 15). Voltando aos do Luís Graça, são melhores, pelas amizades já estabelecidas. Não é muito fã dos encontros de companhia e batalhão.

“Ajudou-me, ajudou-me, ajudou a compreender melhor a situação. Embora haja ali uma coisa nos *blogs* que eu continuo a ter, compreendo, mas tenho dificuldade em entender, é estarem amarrados a... como é que eu hei de dizer, à outra senhora. Portanto, quando a gente ouve o... mas são muitos, a dizer que deram o melhor pela pátria que não sei quê e aquilo e aqueloutro, isso é uma coisa que não me entra muito na cabeça. Não sei como é que essas pessoas podem entender que nós não estávamos a defender a pátria. Quer dizer, aquilo foi... conquistado pelos navegadores portugueses, não é? Assim é que eu vejo, não é? Foi ocupado, houve lutas, o Nuno Tristão ficou lá, não é? Na Guiné [...] aquela zona foi ocupada [...] aquilo eram balantas, mandingas [...]” (até ao final da décima primeira parte).

Parte XII

Fala da dificuldade em criar uma nação pela rivalidade “entre eles”, “não entendo como é que se pode dizer que aquilo era Portugal, porque não era. De facto, aquilo não tinha... Quer dizer, e nós fomos para lá... pah, não conhecia nada daquilo, eu quando cheguei lá disse isto não tem nada a ver comigo, não tenho nada a ver com isto. E eu sentei-me e ‘isto é uma colónia’. Quando eu me sentei pela primeira vez, com miúdos, dezenas de miúdos a engraxar-me sapatos com uma caixinha de sapatos feita por eles [...] pretos a servir. Quando eu chego ao Grand Hotel, os únicos pretos que lá estavam eram empregados [...] aquilo, de facto, era uma colónia” (até ao min 1:19). Virgínio Briote fala da oportunidade de uma saída negociada que não aconteceu “a quantidade de mães que não sabem que os filhos ficaram lá desfeitos, no meio do, no meio do mato. Eu tenho uma fotografia de um soldado a arder, debaixo de uma viatura. Ninguém queria ir lá [silêncio] estão lá os pais, os pais, não é? Ele tá morto, está a arder até que a gasolina ardesse toda, portanto, eu não entendo como é que se pode dizer “eh pah, Portugal”, não, quer dizer, Portugal era isto [...] naquele *blog* há gente muito “cumpri o meu dever”, não, quer dizer... portanto, a questão que se coloca se, eu com 21 anos ia na mesma, não é? Com os meus 21 anos daquela altura ia na mesma, o meu cunhado, que era mais velho que eu, teve outra formação. Teve outra formação, teve outros pais, teve... o meu pai era salazarista. Não era assim um tipo que andasse em casa a dizer vivas ao Salazar, não, mas, mas recordo-me por exemplo dele ter avisado um amigo médico que a PIDE andava à procura dele [tempo da candidatura do Humberto Delgado] [...]. Curiosamente o meu pai era um defensor da ordem estabelecida, não é? Era um defensor da ordem, achava que o Salazar era um tipo direito e honesto e não sei quê e tal, pois, lá devia ter as suas razões” (até ao min 4:27).

Virgínio não sabe se era honesto ou não, mas para ele era tudo muito cinzento. A ida para as colónias, as partidas, o MNF. Levou a Mansoa o cabo Pinto, Cecília Supico Pinto, “ela quer que lhe chame cabo Pinto”, no tempo do General Schultz. “Ela era uma senhora muito expansiva e tal” (história até ao min 7:12).

“[...] A *blogoterapia* tem coisas boas, por exemplo, para esse rapaz que eu falei há bocado que era da brigada de trânsito [...] Esse rapaz, achei a coisa muito interessante, acho ele era Louret [?] comandante da marinha Louret- É um tipo fantástico, entrou no 25 de abril. Um tipo formidável, é um, é um... eu acho que ele faz até parte da Associação 25 de abril. É comandante Emílio Louret[Ou Lauret, não encontrei nada sobre ele no Google.] [...]. Ele estava a contar aquilo e aquele tipo começa a chorar, mas a chorar... a minha mulher, a minha mulher tava lá ficou incomodada com ele. Ficou mesmo incomodada [...]. E ele começou a dizer, a chorar, que ele era um dos tipos que estava lá no meio da água e quando viram a lancha ao fundo, foi uma coisa louca. Ficaram contentíssimos, não é? Tavam safos [...]” (até ao min 8:29). “Blogoterapia... Eh! Para alguns deve ter... eu tenho

ouvido referências que tem sido muito positivo. De pessoas... em relação a mim, não foi mau. Não acho que... Acho que antes pelo contrário. Contactei com gente interessante. Conheci gente que deu uma boa volta na vida. A parte negativa que acho foi estar a ver... vejo que há pessoas que ainda estão agarradas àqueles tempos. Do género de dizer ‘se fosse agora ia outra vez’. Eu não ia. Eu com estes anos, com aquilo que sei, não ia... punha-me mesmo na alheta. Aliás, eu anos depois quis levar o meu irmão, quis pô-lo daqui para fora, ele é que não quis. Hoje está arrependido, não é? Já lhe disse duas vezes [...] ‘lembras-te daquela conversa que tivemos naquele café no Porto com o Pimenta?’ e ele disse ‘lembro’ [silêncio] e agora olha, entretém-se com a neta, porque ele fez uma coisa muito interessante. Ele não pode ter filhos, não é? Então ele e a mulher combinaram adotar uma criança filha de uma prostituta [...] e então adotaram um bebé [...]” (até ao min 10:27). Fala do bebé e da mulher do irmão, como o pai se opôs ao casamento, deserdaram o irmão. O Virgínio Briote depois da morte do pai devolveu a parte do irmão. Fala do filho do irmão que descobriu ter um irmão médico no Hospital Universitário. A mulher do irmão toma conta do irmão desde miúda “foram problemas que a guerra trouxe” – referência a um filme americano sobre um tipo que fica paraplégico depois da guerra (até ao final da décima segunda parte).

Parte XIII

Foi ver esse filme com o pai (até ao min 00:25). Faço-lhe a pergunta final sobre se tem alguma coisa a acrescentar à conversa que tivemos sobre a sua experiência e os *blogs*, especificamente. Diz que a maioria dos *blogs* são pessoais, e que o *blog* do Luís Graça é verdadeiramente singular. “O caso do *blog* do Luís Graça é verdadeiramente invulgar. É invulgar porque recebe, recebe informação inclusivamente que é completamente confidencial, não é? Nós estamos a ter acesso à Fundação Mário Soares, não é? De documentos que nem sequer o PAIGC tinha conhecimento [?][Não sei se atualmente têm ou não, de acordo com Virgínio Briote.] atualmente o PAIGC tem conhecimento daquilo, não é? Há tipos da Guiné-Bissau que pedem informação, não é? Pedem cópias... Nós temos relação com jovens da Guiné-Bissau que mostram interesse em conhecer, em saber essas coisas, não é? Tipos de Cabo-Verde. E depois temos experiências de tipos da força aérea, não é? pessoal da marinha, pessoal de todo tipo do exército, forças paraquedistas e tudo. E quando nos encontramos é sempre aos duzentos e tal de cada vez. É uma alegria quando a gente se encontra, é uma coisa formidável, não é? Já não vejo choros, vejo generais, pá, coronéis, soldados. Trata-se tudo por tu, tá tudo à-vontade ali. Pronto. Não vejo ninguém bêbado [...] às vezes posso ver um ou outro a tocar, a cantar fado, não é? Já no fim, mas pronto, não é nada de... Acho muito interessante e a ideia do Luís Graça foi

verdadeiramente, foi original para aquela altura, porque era único, não tinha mais nada. Depois ele transformou aquilo em *log* Luís Graça e Camaradas da Guiné. Agora aquilo tem muita informação, aquilo, trabalhar aquilo é complicado. É muito complicado, é. Eu acho que ele fez um trabalho fantástico. O Luís Graça é um tipo muito interessante [...]. Ele é muito, é um tipo muito interessante, o Luís Graça. E aquele caso do rapaz da Guiné que era amigo do Amílcar Cabral e da mãe que morreu há pouco tempo com cento e dois, a Senhora Schwarz, acho que era Amélia Schwarz [...]. Pepito Schwartz. Pronto...” (até ao final da décima terceira parte).

[Fim]

Relatório da entrevista a Manuel Joaquim

11/01/2019

Manuel Joaquim foi entrevistado por Verónica Ferreira no âmbito do trabalho de campo desenvolvido em Portugal e da sua investigação de doutoramento. A entrevista teve a duração de +/- 3:44 horas. Realizou-se no CES, em Lisboa. Foi o sétimo ex-combatente do contexto português e o sexto no contexto do doutoramento a ser entrevistado pelo projeto CROME.

Manuel Joaquim é membro do *blog* Luís Graça e Camaradas da Guiné. Falou, entre outras coisas, do menino guineense que trouxe da Guiné-Bissau quando regressou a Portugal. Essa história também está retratada no livro de Sofia Branco.

A contagem dos minutos no presente documento é feita com referência ao documento-áudio.

Gravação

É de uma aldeia, estudou num colégio em Pombal. Foi para a escola do magistério primário de Leiria. Em 1961 rebentou a guerra e Manuel Joaquim estava a acabar o curso do magistério primário e começou a dar aulas na Marinha Grande – onde a maioria da população era anti-governo. E estava na Marinha Grande quando rebenta a guerra. E teve contacto com a guerra porque na pensão onde estava estavam lá senhoras que tinham saído de Angola. Ficou aterrorizado com o 15 de março. Nasceu em 1941 e ficou com medo de ser chamado, porque em 1961 estava no ano de entrar para a tropa. Na ingenuidade da época, pediu adiamento porque pensou que a guerra não duraria dois anos. Pediu “uma cunha de um fascista”, um industrial com uma fábrica de vidros.

Deram-lhe adiamento de incorporação. Um ano depois estava numa aldeia ali perto, mete-se a revolta estudantil de 1962 e começou a meter-se nessas coisas. Alinhou nas manifestações.

Fez uma pausa para retificar as datas. Diz que ainda estava na escola do magistério quando se dá o começo das hostilidades em Angola e que começa a dar aulas no ano letivo de 61/62 (até ao min 6:52). Foi na pensão em Leiria que viu os retornados. Em 1962 meteu-se “nisso”, já tinha pedido um ano de adiamento e pediu outro. Na sequência de 1962, deram-lhe um adiamento incorporado (até ao min 8:57). Foi falar com o governador civil de Leiria – era o mais intelectualizado do magistério, foi diretor do jornal da escola e qualquer atividade académica e não académica em Leiria convidavam-no, por isso tinha confiança com ele e perguntou-lhe porquê... E ele fala-lhe da revolta de 1962. Na altura perguntou-lhe porque é que os seus amigos tinham sido presos e ele na altura disse-lhe

“não te preocupes, vai-te lá embora que isto não é nada contigo”. Deixou de o proteger porque lhe vieram pedir informações sobre o Manuel Joaquim (até ao min 12:19).

Na tropa, foi para Tavira para o curso de agentes milicianos. No final o instrutor propôs que fosse para o curso de oficiais milicianos em Mafra, mas não o aceitaram e foi para os sargentos milicianos. Quando foi para a tropa estava marcado, levemente, mas marcado. Não teve problemas na tropa de cá, porque tinha medo pelos pais. Os pais puseram-no a estudar com muito sacrifício, inclusive à custa dos irmãos. E esta situação punha um peso na consciência de Manuel Joaquim. Da mesma forma teve amigos que foram para França e embora Manuel Joaquim teve oportunidade e vontade de ir, mas não foi pelo sacrifício dos pais (até ao min 14:20). “E fiquei, e assumi, assumi autenticamente como cidadão exemplar, militar exemplar. Naquela filosofia de: aprende! Quanto mais souberes, mais te safas” foi o melhor classificado do curso de armas pesadas ainda esteve vinte e três meses na formação (até ao min 15).

Foi para a Guiné e a primeira coisa que frisa é nunca ter dado um tiro. Foi a Guiné sem instrução de G3, não teve instrução de infantaria de comando. Tinha medo de cometer erros e tomou a decisão de, sendo militante contra a guerra e anti-militarista, comprar a edição em francês de *A guerra revolucionária* do Mao Tsé-Tung. De acordo com Manuel Joaquim, a academia militar não tinha instrução sobre aquele tipo de guerra. A instrução que lhe davam era de acordo com manuais da segunda guerra mundial. Quando chegou à Guiné o livro aplicava-se (até +/- ao min 18:30). O livro foi-lhe retirado porque “eles” precisavam do livro.

Quando chegou lá foi a desilusão total com o que viu “[...] tinha a noção que a maior parte das pessoas não... jovens tinham saído, incrivelmente aquele tempo... tou a falar em 1964, 65 quando chego à Guiné. [...] Ah... e tinha tanta gente que nunca tinha saído das aldeias e atão naquele tempo. Trás-os-Montes, Minho... das Beiras Interiores. Buracos autênticos. E, portanto, para eles aquilo era um mundo totalmente diferente jovens, mas ao mesmo tempo... para eles, o preto era um macaquinho, portanto, aquele sentido de inferioridade [...] dos pretos, pá, que eles nunca tinham visto, mas ouviam falar [...] são uns animaizinhos que andam para lá. Aquela sobrançeria generalizada, já nem tou a falar dos gajos da sobrançeria política ‘vocês são turras, são terroristas’, portanto não é essa [...] inclusivamente aqueles soldados que tinham relações com as, com as, as, as mulheres de lá era... havia sempre um sentido de superioridade [...] como sei lá, um patrão e a empregada ou a criada, usando a linguagem [...] o dono e a criada, o patrão e a criada tinham quase direito a *perna*, como se dizia” (até ao min 20:52). Explica-me o que é a *pernada* – direito dos nobres a dormir com as servas que casavam.

Os portugueses pensavam que tinham o direito à pernada na Guiné – a Guiné estava no século XV – e aquilo incomodou-o. Encontrou amabilidade e uma cultura popular que o agradou.

Sublinha que a percepção que descreveu não era a dele. Falou do tempo que esteve em Bissau – felizmente pôde estar três meses em Bissau, conhecendo a vida da população branca e mulata da cidade. Conta um episódio em Bissau, quando foi a um café de manhã. Estavam lá colonos brancos a conversar em galhofa. Chamou-o à atenção o facto de estarem a falar de um capitão que numa operação militar atrapalhou-se e criticavam a falta de preparação da tropa. Caiu-lhe mal a galhofa dos colonos em Bissau em relação aos militares que tinham ido para lá ‘para os proteger’, o episódio chocou-o. Conta outro episódio sobre um colega que estudou consigo em Leiria e que era filho de um comerciante em Bissau, procurou-o e encontrou-o, mas ficou desiludido com a fraca recepção que teve e embora tenha dito que o ia visitar, nunca foi, entre outras coisas (até ao min 28:30 min). Não gostou nada dos brancos da Guiné.

Foi para o mato e tentou fazer a guerra sem dar um tiro, foi quando o alferes lhe apanhou o livro do Mao e, de acordo com Manuel Joaquim, fez a comissão sem dar um tiro, era contra a guerra. A sua correspondência está publicada no Luís Graça e Camaradas da Guiné – fala sobre isso, correspondência com a sua mulher, que assinava a Seara Nova. Internamente alinhava com o regime, ainda hoje quando vê camaradas da Guiné falam como dizia coisas e se admiravam que não lhe tivesse acontecido nada (até ao min 31:16). Conta um episódio em que lhe ordenam que fosse prender um vizinho negro que pertencia ao PAICG e com quem costumava falar muito (até ao min 33:53). Outro episódio já no fim da missão, num almoço de confraternização em que fez um discurso e comunicou que trazia para Portugal o miúdo, o Sarrico, e disse que ainda ia ser o futuro Presidente da República da Guiné (até ao min 35:19).

Havia guerra, mas, segundo Manuel Joaquim, havia paz na medida em que ninguém acreditava naquilo. Era como se estivessem de férias. De vez em quando havia operações e mortes. Paz fabricada, o PAIGC estava interessado em abastecimentos e ao soldados portugueses interessava que não houvesse ataques. Havia um clima de paz, mas havia guerra e matava – o medo instalava-se. “E volto ao princípio de não dar um tiro. A minha missão é safar o pelo e ver se os meus soldados e safar o pelo aos meus soldados (até ao min 37:45).

Diz que a sua vida militar dá uma volta tal que é louvado pelo batalhão pela atividade militar por procurar sempre os lugares mais favoráveis para o combate. Diz que não tinha ideia, porque não tinha intenções de avanço, mas priorizava a defesa. Não se interessava se matavam turras, só em defender os homens (até ao minuto 36:45).

Começou a faltar-se da vivência porque “intelectualmente não havia nada – as conversas, a malta queria era copos [...] mulheres [...]” e foi falar com o capitão para instruir os soldados analfabetos ou semianalfabetos (min 40:45). Dava aulas e era a sua atividade diária. Fala da instrução para a ação psicológica (até ao min 46:10). Como tinha dado aulas falaram com ele para construir uma escola e dar aulas aos miúdos da população. Negou, mas como foi dispensado da ação operacional fê-lo. Fala sobre o processo de construção da escola e a experiência de dar aulas – tem fotografias disso, ficou com as meninas. Numa visita do governador Schultz decide ensinar aos miúdos não apenas o hino nacional, mas pô-las a cantar uma canção delas – o que refere como sendo quase um exercício de oposição política – e foi louvado (até ao min 56:50 min). Conta o episódio em que saiu de Mansabá, ouve as crianças “Manuel Joaquim, amor di mim” – emociona-se (até ao min 58). Seis dos seus soldados terminaram a quarta classe e os analfabetos aprenderam a ler e a escrever – foi um sucesso para ele “foi a minha guerra, a outra, fiz 70, cerca de 70 operações militares e 90% debaixo de fogo” (até ao min 59:20). Tiveram mortos e publicou um texto no *blog* Luís Graça “com isto tudo já nem sei como se chega lá” chamado *Misserere* – A angústia suprema da guerra do homem de tudo, foi o clímax. Conta o episódio que descreveu no *blog* – fala da estética, dos sons e da espiritualidade, o momento máximo da sua vida – até ao min 1:10:55).

Durante o relato ao falar de um soldado racializado diz “e estavam lá as granadas de morteiro que eram a granadas que o preto tinha levado... o soldado negro, preto, eu gosto de dizer preto porque o meu, o meu Zé Manel – que eu trouxe da Guiné – quer ser preto, não quer ser negro, negro é pejorativo e eu já lhe disse que em Portugal” preto é pejorativo (até ao min 1:07:18).

Conta a história do miúdo que trouxe da Guiné “que eu costume dizer que é o irmão das minhas filhas e o tio dos meus netos e é mesmo assim porque mesmo, mesmo, como eu nunca o vi [...] não é assim muito frequente estarmos juntos, não é? ele a mim chama-me padrinho e à minha mulher a mesma coisa, e não é comum. Mas a... e as filhas vão à casa dele, principalmente uma que está aqui mais perto [...]” (até ao min 1:12:34). “O Zé Manel que é esse meu pretito, que, que mora no Estoril, na zona do Estoril, mora lá perto... [...] ‘Então já cá tiveste visitas?’ [...] ‘Já, já tive o tio Zé Manel’ [...] aah, e esta, e fiquei todo assim ‘olha que giro, uma rapariga daquela para um pretito lá do mato [...]’” (até ao min 1:14:55). Conta a história de como o trouxe, diz que foi uma história um bocado macabra e que teve que juntar algumas peças porque na altura não teve consciência da história.

Fala da destruição de aldeias e do deslocamento forçado da população – houve ordens para limpar a aldeia. Houve uma operação desses na qual Manuel Joaquim não

participou diretamente. Era encarregado das viaturas. Chamou à atenção que na população recolhida só havia um homem, um velho – pensou que tinham fugido todos. Chega ao quartel e estava “um pretito” que devia ter uns quatro ou cinco anos que o Sargento que ia na operação tinha apanhado e tinha trazido. O Sargento que o trouxe ficou com o miúdo. Trataram o miúdo com tintura de iodo porque tinha postulas, primeiro não falava e depois “o garoto pulava que nem um doido, primeiro não falava, gritava parecia um cabrito” (até ao min 1:19:28). O Sargento ficou com ele, mas como Manuel Joaquim não gostava nada daquele ato o assunto morreu até ao acidente que queimou o tal Sargento – abandonando o garoto que foi entregue aos soldados. Foi viver para o quartel com os soldados. Quando saíram de Bissorá havia o problema do miúdo. Durante uma festa os soldados pediram a Manuel Joaquim que convencesse o comandante a levar o Sarrico com eles para Mansabá. Levaram o miúdo porque Manuel Joaquim responsabilizou-se por ele. No dia seguinte saíram para Mansabá e quando iam a sair depararam-se com elementos da população “aos gritos, aos berros, contra a malta levar o miúdo... eu não sabia, não tinha noção nenhuma, tanto que até disse logo uma cabazada de asneiras lá para baixo [...] do género que coisa eu me meti, já estou [...] nem pensava trazer o garoto, nem nada, como depois decidi, mas aquilo ficou [...] fui fazer uma coisa destas e agora ele tem aqui gente aqui a gritar por causa de nós levarmos o garoto... e familiares dele que se calhar. Bem, ele foi [...]” (até ao min 1:24:12).

Conta como convenceu o garoto a ir com ele para Portugal – criação de uma figura mítica (até ao min 1:25:50). “Mascote da tropa” aquilo para as ideias políticas de Manuel Joaquim era uma ofensa tremenda e seria o pior ato que faria na guerra, deixa uma memória dessas, e, portanto, disse ao comandante que levava o Sarrico para Portugal. Registou o Sarrico em Bissau, inventou uma data – a data em que a aldeia dele foi arrasada – disse ao registo que o garoto não tinha pais. Levou-o para a aldeia da mãe. A mãe chamou as vizinhas para “ver a prenda que o meu Manel trouxe da Guiné”. Manuel Joaquim diz que se criou uma ligação com a aldeia e o Sarrico. Aos 16/17 anos, depois do 25 de abril, em Janeiro de 76, o ‘garoto’ voltou para a Guiné-Bissau. Nessa altura cria-se um movimento da escolarização, da glória da Guiné, da independência o Sarrico só queria voltar à Guiné (até ao min 1:30:05). Aderiu ao PAIGC. Empregaram-no na Câmara de Bissau – falava e escrevia em português. Subiu politicamente e foi mandado para a RDA. Não acabou o curso porque não suportava o regime e sentia um racismo tremendo, mesmo sem palavras. Entrou na política, foi adjunto e chefe de gabinete de um secretário de Estado das pescas. Com os problemas nos anos 90, veio em 98. Esteve em Portugal para tirar um curso de informática. Pensou que seria fácil conseguir a nacionalidade portuguesa porque viveu 5 anos em Portugal antes do 25 de abril, mas demorou dois anos. Esteve clandestino,

trabalhou nas obras e depois na jardinagem. Vai aos convívios militares com o Manuel Joaquim (até ao min 1:37:22).

[pausa para mudar a bateria – diz que gozou a Guiné, fala da população, da sensação de insegurança em relação às pessoas, da sua madrinha de guerra, nomeadamente um episódio em que tem um discurso de esquerda com ela e ela lhe dá uma descasca com um discurso nacionalista – até ao min 1:54:15]

No minuto 1:58:07 fala-me da adaptação no regresso da guerra. Já vinha preparado para a atmosfera. Ninguém perguntava por nada, nem nos jornais se falava da guerra. Sobre a guerra nada (até ao min 2:00:20). A informação estava num cantinho dos jornais, os feridos eram escondidos... E verificou tudo isto quando foi a Portugal de férias. Ninguém perguntava nada, durante as suas férias. Manuel Joaquim nunca se desinteressou da guerra, ao contrário dos outros. Era obrigado a pensar na Guiné porque tinha trazido um rapaz de lá. Estava ligado à Guiné. Passou bem, integrou-se bem, não tem traumas e portou-se bem na guerra. As coisas dolorosas aguenta-as bem porque é capaz de relativizar as coisas e como nunca matou ninguém... mas não se desresponsabiliza porque dizia aos outros para dispararem (até ao min 2:04:05).

Admite que as mortes da população aconteceram, porque viu crianças, mulheres e velhos mortos. “Aquela ideia que fui eu, que é o que eu vejo muitos e eu acho que mesmo o stress de guerra é violento para aqueles que veem à frente [...] estão-se a aproximar do fim, depois têm um sentido religioso da vida, são católicos ou cristão e estão à espera de uma recompensa ou um castigo, têm tendência... não têm a capacidade mental para, para digerir isto e têm tendência a sofrerem as consequências... vou ser castigado, porque é que eu fiz aquilo? Porque é que eu, ia uma criança a correr, porque é que eu atirei a matar? Podia desviar a arma [...]” (até ao min 2:05:10).

Manuel Joaquim fala de comportamento incompreensíveis em combate. Conta alguns episódios. De um assassinato, um soldado que mata um funcionário – sem consequências – Manuel Joaquim diz que cenas destas aconteceram muito na Guiné. Eram episódios perdoados porque se considerava que as pessoas estavam transtornadas pela guerra. Fala do stress pós-traumático ser o resultado de pequenos episódios mais que do longo período na guerra. Este soldado que matou o funcionário, falou dele 15 anos depois na Mealhada porque se reuniu a companhia e contaram-lhe que era sem-abrigo e vivia num carro na área de Matosinhos. “Ninguém me tira da cabeça [...] que aquela morte não esteja na cabeça dele... ficasse. Se a pessoa é forte, se não tem, penso eu, isto é a minha ideia, se não tem macaquinhos na cabeça ao nível religioso de castigo, culpa e castigo e há uma entidade que ordena, é capaz se calhar de ultrapassar isto... admitir as circunstâncias,

analisar” (até ao min 2:12:00) – refere o complexo de culpa de quem tem stress pós-traumático.

“Se nós formos ver as páginas da internet, do *facebook*, por exemplo, que é onde eles se espalham mais... ah, o, há sempre o culpado é o governo que esqueceu [...] agora [...] por exemplo, que é uma coisa que a mim me violenta é os soldados de hoje que vão para África... ah, ‘vão ganhar dinheiro, são uns mercenários’, mas isto é recorrente, ‘vão ganhar dinheiro, a mim quanto é que me pagavam? Eles vão, são voluntários, vão para África fazer o quê? Nós íamos defender os nossos territórios, eles vão defender o quê? Os territórios dos outros? E agora vêm cá’ ... [...] isto está cheio, nas redes sociais” (até ao min 2:14:29). “‘Estou doente, ninguém me liga’ [...] passaram a vida sem se revoltar, agora na velhice é que estão a culpar este governo ou o anterior [...] quem está no poder, ninguém se lembra deles. Passaram-se anos, não é como na América ou na França, em que os antigos combatentes têm força [...] como aqui devia ser, depois do Ultramar pá, terem força para terem certas regalias, mas isso também não vai salvar nada. Isto está tudo... os EUA têm não sei quantos milhares de suicídios entre os ex-combatentes, veteranos, mas são por ano [...] oitenta e tal mil suicídios que houve o ano passado [...]” (até ao min 2:15:15).

“Os traumas ficam. O medo é violento. Há pessoas que se borram todas com o medo ou gritam, choram e se calhar essas libertam, isto agora é um aparte sei lá, mas há outras que introspecionam e metem tudo cá dentro e fica tudo encaixado e não conseguem sair daquele impacto da dor e do desespero [...] a mim aconteceu-me, cada um é como cada qual, numa operação militar [...]” (até ao min 2:15:56). Conta a operação militar onde fica deitado no chão a receber tiros próximos da cabeça “um momento supremo”, ficou com a sensação que do cóccix até à nuca ia ser costurado e só disse “ai minha mãezinha”, sem referências religiosas (até ao min 2:21:45) – complexo de culpa (min 2:21:57).

Ao contrário dos outros seguiu sempre a guerra. Foi encontrando outros combatentes em eventos esporádicos. A companhia une-se 20 anos depois ou 15 anos depois. Não se lembra bem quando, mas meados dos anos 80 (até ao min 2:23:25). Frequentou sempre os convívios, tirando um. Na sequência de uma pergunta feita por mim, refere que os convívios melhoram a situação daqueles que vieram com traumas de guerra. Conta um caso específico de um camarada seu, que é um deficiente das forças armadas e morreu-lhe um camarada (até ao min 2:25:33). Tirando este caso não tem nenhum conhecimento direto, nas suas conversas (dos convívios) não se fala muito... fala-se muito por alto. Normalmente as pessoas com stress pós-traumático não aparecem nos convívios, ou porque a família ou porque os médicos não querem... a ideia que Manuel Joaquim tem é que eles não querem. Fala de indivíduos descompensados, “mas eu não vivi essa guerra” (até ao min 2:27:49).

“Há histórias incríveis que eu conheço através dos livros, dos *blogs*, da, da, da última fase da guerra da Guiné... [...]” (até ao min 2: 29:15). Fala de como estava preparado para um guerra subversiva – a insegurança e desconfiança em relação à população local (até ao min 2:31:10) – refere aqueles que não tinham noção do perigo e saíam para ir ter com ‘uma miúda’ (até ao min 2:31:55).

“Quando vão ao *blog* agora quando chegaram aos sessenta anos [...] à volta dos cinquenta e tal, sessenta anos... ah eu falo por todos ‘eh pá, eu só agora é que... eu arrumei a guerra e só agora é que com este entusiasmo venho aqui todos os dias, agora é que eu estou a recordar, agora é que eu estou a fazer isto [...] os anos que eu perdi fora, mas era, houve uma repulsa... ah, mental, portanto, se calhar foi uma defesa, é uma defesa... há outra vida, eu não quero pensar naquilo que passei... ah, portanto, vou embora, tirando aqueles que ficaram mesmo traumatizados, porque é sempre assim que não conseguiram de imediato dar a volta, ou pelo menos esquecer, esquecer, por um bocadinho debaixo do tecido, do lençol... ah, mas a maior parte pôs debaixo do lençol e dos cobertores e cobertores e cobertores, portanto, nunca mais... só muito tarde e alguns nunca mais conseguem tirar as mantas todas que puseram em cima da memória da Guiné. É assim que eu interpreto, posso estar enganado, mas é assim que eu interpreto... ah, porque existe o stress pós-traumático, de caras que existe (até ao min 2:35:45).

Diz que não veio nada traumatizado. Veio de lá com saudades da terra, do clima, da paisagem, das pessoas – tem pena pelo que se passa politicamente no país. Nunca voltou à Guiné, nem quer (até ao min 2:36:20). Continua a ter contacto com a Guiné porque há pelo menos dez anos é dirigente de uma associação para o desenvolvimento com trabalho no país, chamada Ajuda Amiga. Todos os anos lá vão (com bens), só faltaram um ano por culpa de questões da Guiné porque, segundo Manuel Joaquim, de vez em quando “andam lá à pancada uns com os outros” – refere o adiamento das eleições deste ano. Não foram para não serem politicamente instrumentalizados (até ao min 2:37:35).

Diz que não vai à Guiné porque não volta ao local onde foi feliz (até ao min 2:41:58). “Ai está uma espécie de contradição, mas eu fui feliz na guerra. No limite, portanto, sofri, muito, basta... eu hoje já nem consigo recordar o quanto sofri, só sei por aquilo que escrevia e não estava a inventar e até por escritos pessoais, não para dizer a outros (até ao min 2:42:18). Conta um episódio de Bissau que se estende (até ao min 2:45:55). Fala de música e da relação da música com as memórias de guerra até ao minuto 2:55:45). Dá um exemplo de outro episódio que relembrou com carinho e onde voltou uns anos depois e não encontrou o local da memória. Refere também que o Sarrico não quer voltar à Guiné (min 3:02:55). Embora conheça muitas das pessoas que governam o país, mas diz que não volta (até ao min 3:03:43).

Pergunto-lhe como é que descobriu o *blog* e responde-me que não se lembra de como entrou em contacto com o *blog*. Diz que deve ter sido uma pesquisa na internet com as palavras Guiné, combatentes e deve ter-lhe aparecido o resultado *Luís Graça e Camaradas da Guiné*. Segundo Manuel Joaquim o Luís Graça recebeu-o bem, é um porreiro e amigo dele. Escreveu um artigo chamado Balanta furtador, já tinha escrito para o Semanário O Jornal, mas fez algumas alterações. Refere a série das memórias da guerra colonial, onde publicou o texto, publicadas no *Semanário O Jornal* – de esquerda, do José Carlos Vasconcelos – onde também escreveu Luís Graça, como Luís Henriques e onde utilizava a palavra Vietname, nos anos 80 (até ao min 3:06:15). Conta a história do texto que escreveu até ao minuto (3:21:55 min).

A partir daí começou a publicar, publicou a correspondência de guerra com a mulher. Não acabou ainda porque se tornou duro lembrar. Aí sim, sentiu-se incomodado emocionalmente. Escreveu umas vinte publicações com o nome Cartas de Amor e Guerra e tem uma série sobre a sua atividade como professor entre outros (até ao min 3:24:16). Conta outros episódios que conta no *blog* e dos quais tem fotografias e tem um artigo sobre o que é o *blog*, o que é que se sente com o *blog*, a influência do *blog* nos ex-combatentes que nele escrevem (até ao minuto 3:28:15).

Refere as estatísticas do *blog* – que os ex-combatentes estão espalhados pelo mundo. Tem sido alvo de atenção por parte de jovens que querem fazer trabalhos da escola e investigadores que querem fazer investigação sobre a guerra. Manuel Joaquim aponta para mais de cinco investigações de doutoramento. Também há filhos de combatentes, que já são membros do *blog*. “Há muito interesse no *blog*” (até ao min 3:30:20). Fala do Luís Graça e do *blog* do Luís Graça, refere o TerraWeb como compilação de dados e compara-o com o *blog* (interativo e arquivo). Perdeu-se imensa coisa na destruição do arquivo da Guiné-Bissau e agora só na Fundação Mário Soares (até ao min 3:33:55). Manuel Joaquim diz que o *blog* é uma terapia. Tem tendência para a esquerda, embora a direita escreva, mas cada vez menos. É maioritário os colaboradores que foram contra a guerra ou aceitam o desfecho da guerra. A maioria considera que não se perdeu, nem se ganhou a guerra. Há uma facção mais esquerdista que diz que perdemos a guerra e há a outra facção que diz que Portugal nunca perdeu a guerra e que foi Lisboa que abandonou o Ultramar, acusando o Mário Soares e o Otel Saraiva de Carvalho, e que deixaram de escrever... vão comentando, mas não escrevem publicações. Os que escrevem mais são de esquerda ou têm tendência de esquerda. O Luís Graça tenta defender todos (até ao min 3:37:35).

Há guerras pessoais – luta épica entre o Mário Beja Santos (PS) e o António Graça de Abreu (extrema-esquerda, avaliação ideológica do Manuel Joaquim), o último tem um livro com um título parecido com o primeiro que é a transcrição do seu diário de guerra.

Manuel Joaquim descreve a quezília, porque o Mário Beja Santos refere que a guerra se perdeu e o Abreu que Portugal não a perdeu e podia aguentar mais tempo até ao final da gravação.

[Fim]

Relatório da entrevista a José Martins

15/04/2019

José Martins foi entrevistado por Verónica Ferreira no âmbito do trabalho de campo desenvolvido em Portugal e da sua investigação de doutoramento. A entrevista em a duração de +/- 2:00 horas. Realizou-se no CES, em Lisboa. Foi o oitavo ex-combatente do contexto português e o sétimo no contexto do doutoramento a ser entrevistado pelo projeto CROME. É membro permanente do *weblog* Luís Graça e Camaradas da Guiné.

A contagem dos minutos no presente documento é feita com referência ao documento-áudio.

Gravação, parte 1:

Conta-me, em primeiro lugar, que nasceu em Leiria e que foi em Leiria que tomou conhecimento da guerra através de uma exposição itinerante que expunha fotografias dos massacres do norte de Angola (até 00:33 min). Na altura não pensavam que iriam para a guerra, até porque se falava em ações de policiamento. A partir deste ponto diz que hoje sabe que não era assim porque “foi mais longe” e começa a falar dos primórdios da questão colonial – Conferência de Berlim, Mapa Cor-de-Rosa e Ultimato etc. – revolta das populações em relação à ocupação portuguesa etc. (até ao min 3:15), altura em que o interrompo para direcionar a conversa outra vez para a sua história de vida.

O seu primeiro contacto com a guerra foi em 1961, com 15/16 anos. Com o avançar do tempo foi-se apercebendo “seriamente que iria lá parar” (até ao min 3:50). Via os mais velhos a ir e alguns a não voltar. “E foi uma coisa que eu tentei esquecer. Por conseguinte, tentei ignorar, é um facto que não havia dúvida nenhuma que iria acontecer, mas tentei ignorar até ao momento” (até ao min 4:14). Usa a imagem da bola de sabão, até que chegou a altura de ir e foi “para o melhor sítio que havia que era a Guiné”. Esteve com tropa nativa e conta-me que tentou encontrar o rasto “daquela gente toda”, o que me diz ter conseguido fazer de muita gente (até min 4:58). Mais de 400 africanos e 200 europeus, porque havia combatentes que estavam lá há muitos anos. Estava nas transmissões, era assistente cripto. No entanto, José Martins diz que muitas das coisas só as recordou anos mais tarde quando se lançou na empreitada de ver o que tinha sido a guerra “talvez mais de uns trinta anos depois, foi quando apareceu o blogue e foi aí que eu comecei a trocar algumas impressões. A vantagem do blogue... ah, o contraditório quase imediato. Não se pode comparar com as redes sociais hoje que é instantâneo, mas no blogue o indivíduo escrevia, eu comecei a escrever lá alguns textos, comecei a fazer alguma pesquisa... ah, muitas das vezes fui para

o Arquivo Histórico Militar consultar a documentação sobre a guerra, quando eram assuntos pessoais ia ao Arquivo Geral do Exército [...] fui, como estava aqui na zona de Lisboa, passei a ser um indivíduo assíduo a colaborar com o blogue, a pontos do Luís Graça me ter posto como colaborador permanente e onde tenho o tal gabinete militar, que de militar não tem nada, tem é notícias militares” (até ao min 7:29).

O primeiro contacto que teve com o blogue foi em 2006 porque o pesquisou na internet. “Eu tive necessidade de fazer a catarse. Por conseguinte, quando abandonei o serviço militar, regressei à vida civil e ela continuou. Em determinada altura, eu tenho três filhos, o terceiro filho foi o único que foi à tropa. Ainda por cima, foi tirar a mesma especialidade que eu. Por conseguinte, todas as semanas me trazia a documentação, os conhecimentos que ia adquirindo, trinta anos depois e acabou por estar em Mafra e de Mafra foi destacado para Chaves, donde vinha todos os fins-de-semana. Por conseguinte, quando ele se ia embora, ao domingo à noite, eu acompanhava a viagem dele via telemóvel. Ou seja, voltei a usar meios rádio para contactar com as pessoas, nomeadamente ele e outro camarada que vinham [...]” (até ao min 9:00).

“Quando terminou o serviço militar eu disse ‘isto acabou’, mas não, tinha começado e começo a enfrentar o stress pós-traumático, em que ninguém o reconhecia como tal, por conseguinte eu só tive que fazer uma coisa, envolver-me e começar a descobrir o que se tinha passado para começar a fazer a catarse. Daí ter o hobby que tenho hoje que é a história, especialmente a História Militar [...] por exemplo terminei há pouco tempo uma história de uma unidade que já não existe, em que passei dias e dias na Biblioteca Nacional a consultar os jornais locais para validar, quer na Biblioteca Nacional os dados militares, quer nos Arquivos Militares os dados que eu encontrava na Biblioteca Nacional [...]. Houve, sensivelmente a meio da minha comissão, um desastre grande, toda a gente... é incontornável não falar nele, no desastre do Cheche, em que morreram 47 indivíduos e eu indiretamente estive ligado a isso porque passou-se a cerca de duas dezenas de quilómetros da unidade onde eu estava e, por conseguinte, o ponto mais próximo era exatamente Cajadunde onde eu estava e fui eu que andei a recolher pelas unidades quem é que tinha desaparecido [...]” (até ao min 11:03).

Foi nesse momento que voltou a falar de guerra, até então era técnico oficial de contas. Não tinha nada que ver com guerra. Embora faça uma ligação entre a matemática e os dados da guerra “eu também faço os meus dados, que sejam todos validados para que não haja divergências. Foi aí que eu encontrei a divergência de 46 ou 47. Foi aí que eu entrei, depois fui convidado para entrar, comecei a participar e neste momento, ainda que não seja um membro muito ativo porque dediquei a outras coisas de mais fôlego, uma história de uma unidade [...] desde a guerra da restauração até ao fim da, das últimas

campanhas de África como eu gosto de dizer, porque campanhas em África começaram em 1415” (até ao min 13:40).

“Normalmente os negativos esqueceram-se todos, mas houve negativos. Houve várias situações que... ah, não as recordo, como eu disse, estava dentro dessa tal bolha que não me permitia. Eu acabei de, acabei na altura em que vi os documentos, relatórios de operações em que eu constava... ah, constavam nos relatórios que tinha sido eu a estar a comandar as transmissões nessas operações que não me lembrava de absolutamente nada. Por conseguinte, ficava a amizade. Há um ou outro episódio, mas foi esquecido. Mas ficou cá dentro qualquer coisa, porque eles normalmente afloram e aí é que o problema também” (até ao min 14:47). “Nostalgia, saudade, não, não há assim porque mantemos os vínculos. O blogue conseguiu aglutinar toda a gente que estive na Guiné, ou pelo menos a maioria. É preciso também saber quais são as pessoas que visitam o blogue porque há... porque é preciso conhecer o que existia na época, por conseguinte, qual era o país que nós tínhamos em 1960, qual é o país que nós temos hoje porque há muita gente ainda sem acesso à internet. Há muita gente que não conhece e há muita gente que não quer. Depois temos os que gostam de falar e os que não gostam de falar, por conseguinte, há muitas mentalidades. Só tendo, realmente, uma radiografia do país e da forma como as coisas aconteceram é que se pode ver... e depois atenção, nós neste momento somos menos de 1/3 dos que estiveram na guerra. Segundo os meus cálculos fomos cerca de 1300, os cálculos atuais dão 485 mil o que é muito pouco em relação ao início. Também a guerra foi há 45 anos” (até ao min 16:21).

“Não, a guerra esquecia. Por conseguinte, era uma fase que nós tínhamos que passar, passámos e voltámos à vida normal. Regressámos, voltámos ao emprego que tínhamos. Como já não havia a obrigação do serviço militar que era uma condicionante para arranjar emprego... ah, por conseguinte essa condicionante deixou de existir, tornava-se mais fácil porque não iria haver um interregno na prestação do serviço à entidade com quem nos trata-se, por conseguinte a partir daí casei, retomei a vida normal e foi uma nova fase até àquele episódio que lhe contei que foi um regresso ao passado e esse então foi mesmo um regresso definitivo” (até ao min 17:25).

Durante esse período, José Martins não teve contacto com os seus camaradas de guerra e explica-me que isso se deveu à estrutura rotativa da sua unidade de africanos. Conta que os africanos que se mantinham na unidade se devia à sua insistência, já que era a única fonte de subsistência porque foram alterando, também, os hábitos que tinham. Os europeus, na sua unidade, os oficiais, sargentos e praças especializadas tinham uma duração máxima de dois anos, rodavam e passariam cerca de um ano juntos. De acordo com José Martins, só muitos anos depois veio a contactá-los. Fez um ou dois encontros,

mas não é hábito estas unidades fazerem convívios (até ao min 20:13). Os contactos que fez foi através do blogue e dos números de telefone, por uns encontrava os outros, pelas juntas de freguesia (até ao min 22:03).

Pergunto a José Martins se considera que o blogue é terapêutico em casos de stress pós-traumático “sim, pode ser um polo de discórdia porque a nossa memória entretanto tem queb... tem brancas e por conseguinte nós imaginamos que determinado facto ocorreu de uma maneira, mas a outra pessoa que também esteve tem outra visão e muitas vezes não teve e muitas vezes é por conhecimento ou porque ouviu falar e por conseguinte aí aproximou-nos, o blogue neste momento é uma fonte extremamente válida a prova é essa, é eu estar aqui hoje... ah, porque não é a primeira. Eu tenho tido muitas experiências, por exemplo dizer a uma rapariga, porque tinha e tem pelo menos vinte anos do que eu, dizer-lhe como é que o pai tinha morrido e é assim um bocado chato dizer-lhe ‘o seu pai suicidou-se’ porque esse termo não aparece nos relatórios oficiais. Posso-lhe dizer mesmo, só conheço um caso e é na primeira guerra mundial [...] e não podemos comparar uma coisa com a outra, são guerras totalmente distintas se bem que a finalidade seja sempre a mesma, são velhos rabugentos que mandam os novos para a frente combater” (até ao min 23:50).

Já vários filhos e netos lhe perguntaram pelos pais e avós e houve alturas em que respondeu que não conhecia, ou porque de facto não conhecia ou porque a ficha dos pais e avós não estava limpa e José Martins considera que não se devem desenterrar fantasmas do passado (até ao min 25:00). “No blogue começou por se abordar exatamente a temática Guiné. Há uma coisa que ninguém esquece, a terra vermelha. Todos os que passaram pela Guiné e que me perdoem todos os que estiveram nos outros teatros de operações, parece que a Guiné nos uniu mais. Aliás, fiz uma estatística há pouco tempo, em que havia, se o número não me engana, seria dezasseis homens por quilómetro quadrado enquanto que Moçambique não passava dos dois [...] o tema que se abordava era exatamente a Guiné e depois tudo o que acontecia, operações, as memórias... a própria tradição das populações, por conseguinte tudo isso veio a ser abordado e depois sobretudo porque havia muita gente que não sabia a história da sua própria unidade e por conseguinte foi a parte onde eu me dediquei mais [...] é a forma também de ocupar agora o tempo, se bem que ainda no ativo eu metia férias para ir para os arquivos” (até ao min 27:33).

“[...] existem alguns pontos de vista diferente, mas parece que a produção de documentação foi tanta e tão intensa que agora praticamente o que se está a fazer é afinar agora os pormenores com textos mais bem elaborados, com dados exatos, digamos que estamos a rever tudo aquilo que apareceu. Depende também das pessoas [...] há sempre factos novos [...] e depois alargou um bocado o âmbito às viagens a outro tipo de textos, também as pessoas já colaboram menos, há têm... já não têm tanta paciência para estar

sentada à frente de um computador a produzir textos [...] isso também influencia um bocado” (até ao min 28:45). “Não, existe isso mais no facebook porque é um meio mais imediato e aí sim, aí existe. No blogue não porque o blogue [...] não aparece logo, por conseguinte um indivíduo [...] que tenha interesse no blogue, lê o blogue. Vê os textos, se lhe interessam, se não lhe interessam. Se é aquele o momento ideal para ler ou não, ou então toma nota. Depois há a facilidade também de os projetar, por exemplo, para o facebook, o que eu tenho feito de alguns textos sobre os quais escrevi, por conseguinte... ah, depois geram-se uma ou outra incompatibilidade, às vezes [...] no bom sentido do termo, de a pessoa estar de acordo ou não estar de acordo... ah, por conseguinte, uma coisa que toda a gente queria era que se reconhecesse o esforço. Devem estar à espera que os 485 que restam se vá, se passem para o outro lado e então passamos a fazer... ah, não comparando, são casos completamente diferentes, mas em 1920 a grande guerra, ou melhor, a participação de Portugal na grande guerra, em África foi entre 14 e depois prolongou-se por muito mais, apesar dos livros pouco referirem, mas foi até... já estava a decorrer a segunda guerra mundial quando praticamente ficou pacificado e eu digo praticamente porque nunca estive... ah, África, enquanto nós em França estivemos dois anos, mas em 1919 já houve homenagens aos combatentes, por exemplo, faz este ano 100 anos que foi inaugurado o primeiro monumento aos combatentes. Há polémica sobre o mesmo, eu continuo a dizer que é esse [...] em Leiria, onde morreram dois soldados e eles levantaram um monumento, por conseguinte no final do ano vão comemorar o centenário, espero lá estar. Primeiro porque sou de lá e segundo porque nunca vi esse monumento apesar de ter escrito bastante sobre ele, com fotografias de camaradas amigos [...] através da Liga dos Combatentes também vamos tendo esse elo de ligação [...]” (até ao min 31:45).

“A guerra acabou em 18, em 19 já se estavam a erigir monumentos; a guerra do ultramar terminou em 74 e só anos, muito anos mais tarde é que se vieram a erigir o monumento em Belém que foi em 91, se não estou em erro [...] mas por exemplo o soldado desconhecido foi em 21, dois anos depois” (até ao min 32:20). José Martins associa esta diferença à mudança de governo e o regime que existiu após a guerra colonial e não se existiu após a primeira guerra mundial.

“As pessoas não querem lembrar, por conseguinte poder-se-á atribuir-se as culpas a quem? É uma pergunta de um milhão de dólares. Toda a gente quis esquecer, toda a gente mudou a roupa que tinha de um dia para o outro e, por conseguinte, aqueles que eram heróis passaram a ser exatamente o contrário. Aqui em Lisboa houve soldados regressados das antigas colónias que foram apupados quando se dirigiram para os quartéis [...] no entanto, anos antes, eram aclamados quando chegavam. Eu recordo-me quando cheguei da Guiné ter sido recebido como um, eh pá vamos usar o termo, como se fosse um messias.

Primeiro porque levava notícias frescas, levava notícias de há oito dias atrás e depois era mais um que chegava para ajudar a engrossar as fileiras. Depois como tudo deixou de existir, as pessoas passaram a ignorar. Os próprios combatentes começaram a não falar disso porque havia outras coisas que era necessário recomeçar, por conseguinte, só muito mais tarde é que começaram a ter estas questões, todos os que estiveram em África têm direito a uma medalha. Há os que não querem, há os que já a receberam e há outros, como eu, que receberam 40 anos depois” (até ao min 34:46). Pergunto-lhe se são estes os gestos que os ex-combatentes exigem como forma de reconhecimento, José Martins responde-me “uma coisa muito simples, ‘obrigado’ [...] a nação deve isso aos combatentes, independentemente do que aconteceu, independente das condições em que aconteceu [...] os combatentes responderam sim [...] porque se nós temos indivíduos que calma e serenamente podem estar a falar disto sem qualquer problema, há indivíduos que só de pensar em África reagem negativamente, nisto são englobados os filhos, são englobadas as mulheres, são englobados os vizinhos, os colegas de trabalho. Tanto que esta catarse que eu tive necessidade de fazer, com essa catarse poupei o emprego e poupei a família porque senão teria sido tudo diferente e eu hoje não estaria aqui, pelo menos com a serenidade com que tento estar porque tento fazer uma reflexão [...] há, efetivamente, gente que viveu mal porque repare foram buscar, de que era feito o exército? O exército é feito das pessoas, o exército como força armada, por conseguinte englobando as forças armadas todas no seu global, mas um caso curioso um indivíduo atingia a maioria aos 21 anos. Eu quando jurei bandeira e, por conseguinte, disse ‘eu se for preciso morro pela pátria’ tinha feito os 21 anos há quinze dias, se calhar nem tanto, mas como pensei antecipar a minha ida para as forças armadas tentei oferecer-me como voluntário para a força aérea, mas os meus pais tiveram que concordar com isso. Então eu podia jurar bandeira e dizer eu dou a vida pela pátria, mas não posso dizer ‘eu queria ir mais cedo’ são estas situações que é necessário fazer esta radiografia também [...]” (até ao min 37:24).

Fala dos oficiais de proveta, pela falta de oficiais da academia, que vieram a dar origem ao 25 de abril (até ao min 38:25). “E houve muita gente, eu cheguei a conhecer alguns, já cá não estão, mas eram sem-abrigos e eu ia ter com eles e falava com eles que a partir do serviço militar passaram a sem-abrigos automaticamente e não fizeram absolutamente mais nada. Por conseguinte, houve muita gente que se perdeu porque não soube superar os problemas que tinha, enquanto houve indivíduos, ainda há dois ou três dias comentei um livro de um indivíduo com a instrução básica necessária para aquela época que equivale ao 4.º ano de hoje [...], ele escreveu um livro. Tem muitos erros, tem [...] foi um livro que me foi indicado por René Pélissier, por conseguinte um livro escrito por um... chamemos-lhe iletrado chegou a França e foi referido por ele. Ele perguntou

exatamente ao blogue se alguém o conhecia. Eu não o conheci, mas acabei por contactar com ele e comprar o livro e ainda há dias escrevia ‘é o livro mais valioso que eu tenho na minha biblioteca, porque foi escrito com o sangue, com o suor e as lágrimas’. Ele escreveu-o ali, escrevia diariamente os seus apontamentos, depois alguém lhe passou aquilo a computador e ele mesmo editou, suponho que com o apoio de alguma autarquia. Editou o livro e assim temos um testemunho de guerra que é do mais puro e do mais natural que existe” (até ao min 40:32).

Introduzo a questão da diferença que existe entre o livro e o blogue “tudo o que se passa na internet tem que ser blocos curtos, porque se for um bloco grande, a história da tal unidade que fiz são 174 páginas, não dá para publicar. Publiquei a capa e o índice, disseram ‘então e agora o resto?’ assim ‘calma’ o resto irá saindo, porque aquilo não vai ser publicado porque a unidade acabou há vinte anos, por conseguinte quem tiver menos de [...] cinquenta anos não se recorda do regimento [...] por conseguinte se eu publicar 174 páginas duma vez só, ninguém vai ler, porque a pessoa lê e às vezes é preciso voltar atrás, de maneira que tem que ser meia dúzia de páginas e então o blogue tem que funcionar dessa forma” (até ao min 43:36). Refere o tema de algumas publicações suas “tem de ser textos curtos, precisos e concisos é assim que funciona o blogue, caso contrário dispersa-se” (até ao min 44:05). “O blogue continua a funcionar, está de boa saúde enquanto houver quem o ministre e o edite, enquanto houver quem o alimente, há sempre, o blogue vai existir. Até quando não se sabe e será uma perda irreparável se alguém não pegar naquilo” (até ao min 44:25).

José Martins não costuma ir aos convívios da Tabanca Grande por ser demasiado longe, por questões de saúde da esposa, mas mantém o contacto, por exemplo, com Jorge Cabral de vez em quando e o Jorge Araújo porque vai a almoços mais perto, em Algés. Chegou a haver almoços da tabanca grande com duzentos e tal indivíduos, não dá para falar com toda a gente. Diz que na primeira guerra também havia encontros de combatentes, fala disso porque veio de uma família de militares – fala da família. Não continuou o serviço militar pela mãe (até ao min 48:35). Falou do episódio da mãe que se despediu do pai e do filho numa comunicação que deu em Loures por alturas do armistício, volta a falar da primeira guerra mundial. Pergunto-lhe se costuma falar com o filhos sobre a guerra colonial, diz-me que com os filho não, mas que falou com o neto “que um dia foi de propósito a minha casa para me fazer uma pergunta. A minha filha chegou a casa e disse ‘vê lá o que é que o teu neto quer que tem muita necessidade de falar contigo’, ‘ok’. Levei-o para o meu escritório... ah, sentámo-nos os dois e eu perguntei-lhe ‘o que é que queres falar com o avô?’, ‘tu mataste alguém na guerra?’ a pergunta deixou-me perplexo e só tinha uma resposta possível, que era a realidade, ‘não, mas se fosse preciso matava’, ‘mas não

matate’, ‘não’, ‘estou mais descansado’. Deviam ter sido qualquer coisa que deram na escola e que o perturbou” (até ao min 50:55) “.

Pergunto-lhe sobre o que é que falam nos convívios “recorda-se um ou outro episódio e normalmente falamos da vida atual, enfim já se falou muito sobre a guerra, de maneira que nós agora... vem sempre à memória a guerra porque há sempre gente nova que aparece e então é esse que se põem a falar para eles contarem também as suas peripécias, se não houver outra coisa eh pá fala-se do quotidiano até porque as pessoas que vão a esses almoços normalmente estão ligadas com o *facebook* ou outra rede social, mas fundamentalmente o *facebook* e por conseguinte já nos conhecemos através do que se vai falando nessas coisas (até ao min 52:33). De acordo com José Martins, a interação no *facebook* é feita em páginas privadas, consegue-se fazer uma partilha direta do blogue para o *facebook*. José Martins diz ter 300 e tal intervenções no blogue, faz republicações no blogue – “indivíduos da academia militar, eu cheguei a colaborar com um” (até ao min 55:00). Relativamente a jornais, com a formação do núcleo de Loures, da Liga, irá para uma das bibliotecas para ver o que se falava nos jornais da época sobre os indivíduos de Loures que morreram em África ou que eram das redondezas (até ao min 56:30). Faz parte da Liga dos Combatentes desde 1979 e participa, sempre que é possível nos eventos da Liga, por exemplo, estive na Batalha para a comemoração do dia do Combatente (até ao min 57:40).

Vai sempre ao 10 de junho e diz-me que os discursos institucionais não o convencem e que o 10 de junho não é uma cerimónia institucional, não começou como tal, depois é que foi apropriada e neste momento como não são combatentes que falam começam a não lhe dizer nada. O Presidente da República não foi militar, embora estivesse na faixa etária para o ser e mesmo o Cavaco Silva esteve na guerra, mas dentro de uma secretária. Refere que o último Presidente da República militar foi Ramalho Eanes, portanto os Presidentes da República são os chefes máximos das forças armadas, mas não a fizeram, “não percebem realmente o que é o soldado que mordeu o pó, não é aquele que esteve no ar condicionado, é o que mordeu o pó” (até ao min 59:11).

Pergunto-lhe se a sua opinião sobre a guerra mudou ao longo do tempo, responde-me que se o recrutamento fosse hoje com as mesmas condições voltaria a ir. “Estou convencido que muita gente faria o mesmo, contrariado, mas por dever. Há muitos que dizem que não juraram bandeira porque não abriram a boca, acredito, mas há muitos que juraram a bandeira mentalmente, por conseguinte é a mesma coisa porque há a intenção. Por conseguinte, eu estou convencido, com as mesmas circunstâncias, por conseguinte com o mesmo conhecimento [...] se se repetissem hoje, sendo as condições as mesmas, sim, hoje talvez não, porque hoje a guerra é encarada de uma forma diferente, mas há quem vá, mas

não é por dois anos é por seis meses, não são obrigados são voluntários, não recebem a mísera quantia [...] um soldado ganhava três euros [...], por conseguinte dão muito pouco valor à vida, por conseguinte hoje seria completamente impensável isso, repare que não há ninguém na tropa [...]” (até ao min 1:01:34). Atribui este facto ao término do serviço militar obrigatório e considera que foi errado porque se lá se vestem todos de igual [o que eu suponho que seja um nivelamento da classe social] e através disso se aprende a camaradagem – o que liga hoje o combatentes, os bons e os maus momentos, entrega da vida uns dos outros e por isso existia um pacto de solidariedade entre todos. Hoje não há isso (até ao min 1:02:35).

“Curiosamente fala-se dos desertores. Falou-se, mas não se lhes deu importância. Se bem que houve um movimento que quis chamar ao de cima e transformar os desertores... o desertor é uma questão de... pessoal, por conseguinte é uma decisão pessoal e por conseguinte não o comentamos. Houve uma altura, um movimento que quis, aliás até houve alguém dizer que era preferível pichar os nomes dos que morreram em combate e estão em Belém e pôr o nome dos desertores por cima. Eu disse por cima, que era a barra que tem acima e sim caberiam aí porque não foram muitos que é um caso também curioso, não houve muitas deserções. Houve mais faltas à apresentação ao serviço militar do que propriamente deserções e posso-lhe dizer que rondaram os 20%, uma média de 20%, entre 61 e 73, faltosos e por conseguinte indivíduos que emigravam ou pura e simplesmente não se apresentavam sequer à incorporação ou até mesmo à... não entravam nos recenseamentos” (até ao min 1:05:05). Refere que havia muitas maneiras de não ir à guerra (até ao min 1:06:35).

À pergunta “se gostaria de voltar à Guiné” responde-me “não, gosto demasiado da Guiné para ver o estado em que aquilo está” (até ao min 1:06:50). “Porque aquilo não evoluiu, aliás coisas que nós deixamos foram destruídas. Não falo em abrigos, mas falo em edifícios” (até ao min 1:07:09). “Muitos ‘Camarigos’ [camarada+amigos] [...] vão lá, há organizações aqui que todos os anos vão à Guiné fazer doações [...] colaboro sempre que possível, sempre que tomo conhecimento e depois vêm as fotografias que eles mandam e aquilo continua tudo igual como era dantes. Um bocadinho pior, por conseguinte, voltar para ver aquilo, com relatos que tenho tido na primeira pessoa, não voltaria” (até ao min 1:08:09).

“Isso fica na retina, a paisagem fica na retina. As pessoas também ficam na memória. Se bem que possivelmente já não exista grande parte das pessoas com quem eu contactei. Nomeadamente os militares porque as evoluções políticas também os vão... aliás, basta ter havido essa evolução política que houve que foi a independência para ter havido situações muito fora do comum, mas guardo a recordação [...] tenho o meu álbum de

fotografias, tenho os meus arquivos, [...] troco as minhas impressões [...]” (1:10:32). Não manteve contacto com os militares africanos após o serviço militar, não encontrou nenhum porque ou ficaram lá ou passaram para os países vizinhos. Manteve contacto com um dos miúdos da época, é seu amigo no *facebook*. Eram mais frágeis que os portugueses, de acordo com José Martins. Esse miúdo era dos tais que gravitava à volta do exército. Ligação estreita com as tabancas porque eram maioritariamente compostas por familiares dos combatentes (até ao min 1:13:45).

Questiono-o sobre se se fala da questão dos filhos dos portugueses na Guiné e das relações dos soldados com as mulheres locais. Responde-me que é uma questão transversal a toda a história militar e por isso mesmo é um não-assunto e desvia a conversa até ao min 1:20:25. “Nem sempre. Muitos dos monumentos que foram eretos por este país fora aquando da primeira guerra mundial foram erigidos através das autarquias locais porque sugestão da comissão dos padrões da grande guerra que tem um volume publicado em 1936 que descreve uns quantos monumentos, não a totalidade, partia dos municípios, por conseguinte cada concelho ter o seu padrão. O que eu conheço melhor é o de Leiria, porque estudei mais profundamente [...]. Os monumentos à chamada Guerra Colonial, já se tornou vulgar se bem que na altura não era assim considerado, também parte muito da iniciativa individual de combatentes e apesar da Liga estar presente [...] normalmente entra numa fase final, por exemplo, eu trabalho na questão de se levantar um monumento em Loures há mais de dez anos, nunca houve aceitações nenhuma [...] depois são os núcleos locais que por exemplo neste caso se têm de interessar. É necessário haver ajuda, porque os núcleos passam por muitas dificuldades [...]. Há uma série de despesas que não são colmatadas. A sede nacional é contemplada pelo orçamento de Estado, por conseguinte há uma diferença grande [...] pode receber o 1% do IRS [...]. Há uma descentralização quando as coisas têm de ser feitas, até porque [...] a Liga dos Combatentes foi uma organização civil, [...] neste momento é uma organização civil dirigida por militares [...] e depende do Estado, depende do Ministério da Defesa Nacional, quando foi criada não, por conseguinte tinha uma autonomia diferente que podia inclusivamente [...] ajudavam, por exemplo, [...] por conseguinte havia dinheiro, há relatos a dizer que a fulana de tal que vive em tal passa dificuldades pelo que pedem que a Liga os apoie etc., por conseguinte, neste momento há também [...] a Liga é a continuação do serviço militar [...] a Liga é dirigida sempre por um general, faz parte dos estatutos [...] oficiais na reserva [...] ou sargentos [...] ainda há aquela coisa ‘isto ainda é tropa’ e as pessoas não se aproximam quando por dentro é que se consegue transformar as coisas” (até ao min 1:26:03). “[...] A Liga tem a obrigação de zelar pelos combatentes porque em última análise representará todos os combatentes, ou melhor

deveria representar todos os combatentes” (até ao min 1:26:39). Critica o facto de apenas os sócios da Liga poderem ter a bandeira da Liga no seu funeral.

Relativamente aos monumentos, no momento da inauguração a Liga está presente (min 1:28:00). O indivíduo deve partir de alguém e depois é posta em movimento, as pessoas sugerem desenhos inclusive, e apresentam às autoridades locais. A Liga numa fase terminal, a Comissão Central está, mas a iniciativa tem que partir das bases (até ao min 1:29:45).

“Os filhos dos nossos camaradas, nossos filhos são. Curiosamente há um indivíduo que eu já conheci pessoalmente, mas conheci através do blogue, que me perguntou como é que o tio tinha morrido. Eu tive que lhe dizer porque, morreu num acidente com uma granada porque uma formiga o picou. E ele perguntou-me, mas porque é que foi um alferes, por conseguinte oficial, a fazer a desmontagem duma armadilha e não um soldado. Eu disse porque o oficial, o chefe, tem que dar o exemplo [...]” (até ao min 1:31:45).

“Sim, pode-se passar. Há um ou outro que se vai interessando, agora de vez em quando há modas, admitamos a expressão. Agora estamos numa delas. Agora estão a escrever, até o Expresso agora está a escrever sobre a Guerra do Ultramar e eu fui contactado por uma jornalista, será uma senhora, penso eu, por volta de trinta anos, em que me fez uma série de questões [...]”. Fala-me do texto que escreveu para responder às perguntas da jornalista, um texto sobre números e considerações sobre os números de mortos e as suas causas (até ao min 1:33:00). Fala dos suicídios e dos homicídios, que segundo José Martins houve, mas nunca se fala (fogo amigo). Houve uma altura em que se falou disso no blogue, inclusivamente falou-se da transladação dos corpos que lá ficaram. Já foi da opinião que sim, que se deve transladar os corpos – fala do episódio dos corpos que desapareceram no rio e como alguém disse que tinha visto os corpos, coisa que José Martins diz que não pode ser verdade (até ao min 1:35:00).

Refere que o lado português ia sempre buscar os corpos dos mortos, o que não acontecia com o lado ‘do inimigo’. Refere também que o lado português dava assistência médica a membros dos movimentos de libertação – efeitos da ação psicológicas (até ao min 1:35:40). Fala das diferenças nas tradições ao lidar com os mortos de um e do outro lado – as colónias eram solo português e por isso enterravam-se lá os soldados mortos (até ao min 1:37:42).

Faço-lhe uma última pergunta sobre o Stress Pós-Traumático, se teve algum contacto com a Associação APOIAR. Sabe que existem, que houve uma cisão da APOIAR. Resolvida em tribunal. Considera que a Liga deveria ter acompanhado mais de perto a problemática do Stress Pós-Traumático. Nos talhões da Liga dos Combatentes só podem

ser sepultados associados com as quotas em dia, existem talhões construídos à margem da Liga, construídos por iniciativa militar (até ao final da parte 1).

Gravação, parte 2:

Continua a falar sobre os talhões de iniciativa popular. Os seus dados estão já desatualizados porque “[...] todos os dias, todas as semanas, todos os meses há mais um monumento. Há mais uma lápide, etc. e isso é bom, sinal de que se está a recuperar o passado. Esta situação que eu ponho muitas vezes à Liga é que eu estive numa empresa industrial e fui para à direção do clube desportivo. Era uma serralharia com duzentos e tal funcionários e eu fazia parte dos órgãos do grupo desportivo. Então a primeira reunião falou-se quem é que ainda não seria sócio do clube e houve o Presidente, o Orlando, que disse “[...] temos que ver quem é que vamos aceitar, eu disse não, se a pessoa está a trabalhar na fábrica e ser para a fábrica, também serve para o clube desportivo. Por conseguinte, eu defendo que o combatente tem ou deveria ter o mesmo direito. Admitamos uma diferença. O sócio da Liga tem o direito a receber a revista e tem direito a ser enomado num talhão militar se houver lugar, mas há os que não querem por princípio não ser sócios da Liga, não teriam então esse direito, mas teriam o direito a ser cobertos pela bandeira [...] da Liga ou então uma bandeira alternativa [...] porque os cemitérios estão cheios de gente que no momento preciso responderam presente e defenderam a pátria [sic]” (até ao final da segunda parte).

[Fim]

Relatório da entrevista a Jorge Cabral

15/04/2019

Jorge Cabral foi entrevistado por Verónica Ferreira no âmbito do trabalho de campo desenvolvido em Portugal e da sua investigação de doutoramento. A entrevista em a duração de +/- 1:30 horas. Realizou-se no CES, em Lisboa. Foi o nono ex-combatente do contexto português e o oitavo no contexto do doutoramento a ser entrevistado pelo projeto CROME. É membro permanente do *weblog* Luís Graça e Camaradas da Guiné.

A contagem dos minutos no presente documento é feita com referência ao documento-áudio.

Gravação

Estava a acabar o curso de Direito quando foi chamado. Refere que ao contrário da maioria das pessoas, Jorge Cabral tinha consciência política. Também na Guiné esteve numa situação especial e diferente da maioria das pessoas porque este só com africanos e isolado – não teve companhia e batalhão, daí não ter almoços de companhia ou batalhão. Tinha muita responsabilidade. Foi-se adaptando e viveu mais de dois anos “uma cena de teatro”, “era como se tivesse cortado e fosse posteriormente um parêntese na minha vida” (até ao min 2:57). “Desliguei-me completamente do assunto, embora [...] havia sempre dois assuntos que me ligavam à Guiné com o Direito Penal, era o infanticídio ritual e a mutilação genital feminina. Devo ser das primeiras pessoas a ter falado aqui, em conferências etc., porque eu assisti, devo ser dos poucos brancos que assistiu a um fanado, como se dizia” (até ao min 3:57).

“O resto esquecia completamente. Aliás, há pessoas que se esqueceram tão completamente que nunca falaram que estiveram na guerra. Eu trabalhei com pessoas, no mesmo escritório que estiveram na Guiné e nunca, nunca disseram – alguns até tinham estado muito perto de mim [...] cortaram completamente e nunca mais falaram da Guiné, é interessante, ainda hoje ainda não falam. Isso tudo porquê? [...] Porquê? Porque eu vim em 71, depois, muito perto do 25 de abril, e com o 25 de abril as pessoas até ‘nem mais um soldado para as colónias!’ etc. etc. transformaram, realmente, os combatentes nuns massacradores, uns violadores. Ainda hoje isso permanece um pouco. Os massacres. Nunca assisti a um massacre nenhum, violação, numa assisti a violação nenhuma.” E por isso as pessoas evitam dizer que estiveram na Guiné (até ao min 5:22).

O seu contacto com a Guiné foi através do blogue, em fins de 2005 e princípios de 2006, a partir de um camarada. Contactou com o blogue para contar algumas histórias, mas não diretamente relacionadas com a guerra “não me metam cá em guerra, que a guerra já

fiz uma e não faço mais nenhuma” (até ao min 5:53). Desde então tem 93 histórias e, segundo Jorge Cabral, até ao final do ano vai sair um livro com essas histórias. “Estou a adaptar, a tirar uns excesso de linguagem, porque aquelas histórias eram escritas, principalmente, para militares e para que outro publico possa perceber alguma coisa é necessário adaptar algumas coisas. Mas este ano sai de certeza. Andam-me a chatear há anos, há anos” (até ao min 6:24).

Segundo Jorge Cabral é interessante que as pessoas o conhecem mais das histórias do *facebook* que do blogue. “O *facebook* veio dar uma machadada no blogue. É mais simples. Leva uns *likes*, o blogue não tem *likes*. E é interessante que mesmo pessoas que tiveram na Guiné que conhecem mais o que eu escrevo sobre a Guiné através do *facebook* do que do blogue. O blogue, porque o blogue é o que o Luís Graça quer, o blogue é o Luís Graça. É mesmo o que ele é. É que o blogue leva tudo, ele mete lá tudo. E à pessoas que não têm paciência para ver as viagens do Beja Santos [...]” (até ao min 7:21).

“O resto são fotografias, muitas fotografias. É uma excelente fonte de informação. Agora, eu duvido que as pessoas percebam o que foi a guerra. Na guerra como no amor, sem se experimentar não se sabe. É impossível, realmente, relatar o que foi a guerra. Os efeitos da guerra, as mulheres na guerra, as mulheres que cá ficaram. Os hábitos de alcoolismo que se apanharam. O stress pós-traumático. A violência doméstica que está muito ligada também...” (até ao min 8:11).

“Entretanto há um esquecimento da guerra”, há muitos combatentes que vê no *facebook* revoltarem-se com os militares que vão em missão para África, que ganham bem e estão em permanente contacto com a família (até ao min 9:05). Tem morrido muita gente, dois terços. Fala do estatuto do combatente que o governo atual pretende instaurar e que o governo fala em 400 e tal mil ex-combatentes, de maneira de dois terços já morreram. Considera que estão a morrer relativamente cedo e considera que é interessante saber porquê. Pensa que estão a morrer porque todos os dias vê um óbito no *facebook* (até ao min 10:09).

Sentiu que havia uma falta de preparação dos soldados da metrópole para lidar com outras culturas. “O que é que eu sabia da Guiné? Que eram pretos. Agora repare, por exemplo, o pastor de Trás-os-Montes que chega à Guiné e vê ali as raparigas com os peitos todos à mostra. Um disse-me mesmo, desculpe-me a expressão, ‘ah meu alfero, isto aqui é tudo putaria’” [Desconhecimento do povo português em relação ao guineense.](até ao min 11:04). As pessoas tinham que se adaptar à força às diferentes etnias (até ao min 11:31). Segundo Jorge Cabral adaptou-se, considera que a maior qualidade do português é a capacidade de adaptação, não é melhor que os outros, mas é muito adaptável (até ao min

11:55). O país era muito pobre e por isso as condições de pobreza que encontrou na Guiné eram parecidas às condições portuguesas, havia muito analfabetismo (até ao min 12:45).

Regressa e acaba o curso. “Da memória que eu guardo. Eu costumo dizer, ao contrário do que está no blogue ‘compor o puzzle da memória’, a memória não é um puzzle, a memória é um labirinto, não é um puzzle, é um labirinto que a gente chega e depois não consegue sair do labirinto”, já foi à Guiné e não se lembra (até ao min 13:55). Não se lembra de pequenas coisas. Por outro lado, lembra-se de coisas sem interesse nenhum (até ao min 14:25).

“Agora acho que vão fazer um estatuto do ex-combatente, não sei se já ouviu falar? É interessante, já morreram dois terços. E o interessante é que põem o dia do combatente 11 de novembro, parece, o dia do armistício da primeira grande guerra. Esses então já morreram de certeza todos, e é perigoso pôr esse dia, porquê? Porque no fundo seguem, seguem um pouco o antigo regime porque no antigo regime nunca houve guerra. Portugal nunca esteve em guerra. Eu lembro-me de estar no meio, eu estava no meio da Guiné, mesmo no meio na Guiné, e ouvir na rádio o Marcello Caetano, o Salazar morreu já eu estava na Guiné, a dizer que não havia guerra nenhuma. Havia umas pequenas escaramuças de fronteira. Não havia guerra, não havia guerra. Os soldados... Os feridos eram escondidos [...] e agora parece que é a mesma coisa, também, esta guerra não conta, tanto que o dia do combatente vamos à primeira guerra mundial escolher um dias. É uma coisa que [...] me choca um bocadinho” (do minuto 14:28 até ao minuto 15:51).

“Vim, esqueci muito rapidamente, não esqueci... eu não esqueci, era um parênteses, como se fosse mesmo uma coisa que não pertence à vida, um parênteses na vida, a vida não é nada disto. Através do blogue, realmente, eu do blogue, das pessoas que lá estavam, conhecia muito poucos. Conhecia o Luís Graça, conhecia da Guiné, o Beja Santos também, o resto não conhecia” (até ao min 16:40). “Conheci outros camaradas, é evidente. O blogue tem um almoço anual, é a 25 de maio, em que conheci outras pessoas que estavam noutros sítios, mas aquilo no fundo era a... as fotografias são iguais: o macaquinho ao colo, a bajuda, as raparigas de mama firme [...] o que me interessa a mim [...] é o quotidiano do soldado [...] o tédio horrível” (até ao minuto 17:35).

Fala das correspondentes de guerra (até ao min 18:05). “Continuo, realmente, a defender os ex-combatentes, principalmente, quando vejo condenações absurdas, não é? Absurdas. Massacres, violações. Eu nunca vi isso e estava no meio deles. Vivi em Missirá, o Beja Santos também lá esteve, antes de mim” (até ao min 18:32). Fala do sítio onde vivia e dos homens guineenses com as suas três mulheres, que os homens comiam num sítio e as mulheres noutro, estas últimas convidavam-no para comer (até ao min 19:05). “Alfero olho grosso, olho grande, como me chamavam. Vivi, realmente, uma comissão entre

africanos e culturas diferentes. Os fulas, os mandingas, os balantas. Tudo diferente, é por isso que a Guiné tem aqueles problemas todos [...] e aí o PAIGC falhou, falhou porque não criou espírito de nação. O ódio ao cabo-verdiano, o berdiano, como eles diziam. E porquê? Porque a colonização portuguesa na Guiné nunca existiu, foi uma colonização indireta através dos cabo-verdianos [...] brancos existiam muito poucos [...] Portugal nem ligava à Guiné [...] o que interessava era Angola [...] gritava-se a plenos pulmões ‘Angola é nossa!’ [...] aliás, o que se estava lá era a defender Angola” (até ao min 20:50).

Pergunto-lhe porque é que sentiu necessidade de entrar em contacto com outros camaradas do blogue se afirmou que a guerra tinha sido um parêntese na sua vida, responde-me “achei piada e como gosto de escrever, disse ao Luís Graça ‘olha vou mandar umas histórias’ daí nasce o mito do Alfero [...] depois contam coisas que eu fiz que eu não me lembro. É interessante. As pessoas chegam a uma certa idade e começam a inventar. Inventam [...]” (até ao min 21:35). Contam um desses episódios, diz que aceita isso porque “contar, realmente, o que era uma guerra, ninguém consegue contar, ninguém consegue contar [...] o que é estar ali, muitas vezes eu estava isolado, não tinha abastecimentos [...] bebia-se muito, lá isso nunca faltava [...] o que é o medo. Como é que a pessoa descreve o medo? [...] o que é o medo? Os brancos ficam pálidos, os negros ficam cinzentos” (até ao min 23:45) e outras diferenças que achava interessante.

Era uma espécie de chefe. Segundo Jorge Cabral, era juiz, conselheiro, parteiro, tirou dentes e uma vez testou a virgindade de uma rapariga – estavam todas virgens (até ao min 24:28). “Lá me aguentei, lá me aguentei sem traumas nenhuns. Eu costumo dizer que não tive stress pós-traumático, eu já ia com o stress pré-traumático. Não tenho traumas absolutamente nenhuns [...] às vezes sonhava, mas quando sonho é sempre coisas muito agradáveis, nunca nada de guerra” (até ao min 25:05). Volta a frisar que é difícil falar às pessoas de guerra. Diz que é difícil, porque as pessoas podem imaginar mas é como “se a pessoa tivesse ido para outro planeta” (até ao min 25:55). Não sabe o que se escrevia nas cartas, não sabe porque se escrevia tanto, Jorge Cabral escrevia muito pouco. “Nem as mulheres [...] as namoradas perceberam nada. A guerra tinha-se transformado numa rotina. O pior da guerra é transformar-se numa rotina. Todos os planos dos jovens passavam por ir, ou fugir, obviamente, os que tinham possibilidades” (até ao min 27:10).

Cabo verde é uma semi África, mas a Guiné é verdadeira África. Pergunto-lhe se não pensou em não ir à guerra, Jorge Cabral “pensei, mas era, para mim, era uma situação difícil, o meu pai era militar” e “como ia praticamente formado o que é que eu pensei? metem-me numa secretaria, pensei eu”, mas foi para atirador, fala das cunhas (até ao min 30:15). Pergunto-lhe sobre um possível efeito catártico do blogue, segundo Jorge Cabral “ah... pode ter. O blogue, o blogue permitiu... para já permitiu conhecer outras partes da

Guiné que não conhecia, não é? Depois o contacto com outros camaradas, não é? Fizeram-se amizades entre pessoas que nunca estiveram juntas, não é? Agora são amigos, não é? Ah... nesses aspeto, sim, quer dizer, mas as pessoas também não falam de guerra nos almoços, não é? Vêm com as suas histórias [...]” (até ao min 31:15). Segundo Jorge Cabral inventam-se histórias. Algumas são verdadeiras, as que publica no *facebook*. Conta uma dessas histórias, sobre um cartaz que incentivava à deserção do PAIGC em que se metia com uma enfermeira cubana que se dizia estar no grupo (até ao min 33:15). Diz que vai aos convívios da Tabanca Grande, “sim, é os únicos que eu vou”, contam-se histórias, até porque as pessoas são diferentes e as experiências também, “mas propriamente assim, de guerra, as pessoas não falam” (até ao min 35:02). Também falam de coisas que viveram juntos, mas como Jorge Cabral não tem camaradas de armas nos convívios... “também eramos oito brancos, três já morreram, de maneira que... eu é que podia inventar tudo, não há testemunhas porque não tinha ninguém. Já morreram três... e então os africanos, os meus soldados já devem ter morrido todos, todos” (até ao min 35:32). Pergunto-lhe se não manteve contacto com eles “não, às vezes eu passo ali no Rossio. O Rossio está cheio de guineenses, em frente à Ordem dos Advogados, as mulheres e tal... e converso um bocadinho, quando passo, quando vou ali à Ordem, com as mulheres principalmente, e havia um que estava cá. E eu perguntei, um que era um cabo africano, João Negases, chamava-se ele [...] ‘ele era de Bafatá’, perguntei eu. ‘É, é, agora é de Odivelas’. ‘Ai é de Odivelas?’ [...] telefonei-lhe, mas ele está surdo que nem uma porta, não percebeu nada” (até ao min 36:15).

“Nunca mais encontrei nenhum, muitos fugiram para o Senegal [...] eles eram fulas. Para os fulas foi perder a guerra também. Uns fugiram, alguns foram fuzilados, principalmente os comandos africanos” (até ao min 36:46). Diz que os fulas estiveram sempre do lado dos portugueses, ao lado do poder, eram muçulmanos. Ao contrário dos balantas, animistas (37:20 min). Conta muitas coisas no blogue, conta alguns desses episódios (até ao min 42:20). “No blogue... [...] conforme, não é? Há obcecados pela Guiné, como é o Beja Santos, sabe tudo, é uma obsessão como outra qualquer. As pessoas ou falam de onde estavam, das emboscadas que sofreram, disto e tal. Humor há muito pouco [...] falam de Bissau, eu praticamente não conheço Bissau, mas Bissau não devia ser mau” (até ao min 43:20). Diz que é diferente viver com os camaradas ou isolado. Fala da alimentação e da bebida “houve quem ficasse alcoólico para toda a vida” (até ao min 44:20).

Segundo Jorge Cabral há muito mais combatentes do norte, mais do que do sul (até ao min 46:06). Conta a história de um miúdo, do qual fala no blogue, que adotava os sotaques dos cozinheiros (até ao min 46:40). Conta como lhe pediam coisas quando ia de

férias a Lisboa (até ao min 48:00). Pergunto-lhe quando regressou à Guiné, diz-me que foi em 2005 em serviço, não em turismo de saudade (até min 48:40). Diz que não fez o percurso porque as pessoas já não existem (49:05). “Agora convidaram-me outra vez para ir... O que é que eu vou lá fazer? Pessoas do meu tempo já não há. Ver locais?... Ver o quê?... A Guiné é muito bonito, a Guiné podia viver do turismo. Tem paisagens deslumbrantes [...]” (até ao min 49:38). Considera que é tudo falado e que não há nenhum assunto tabu porque há pessoas de todas as ideologias, embora considere que os ex-combatentes estejam todos a virar à direita[Viragem dos combatentes à direita.] (até ao min 50:13), de vez em quando há artigos mais sérios como artigos sobre o stress pós-traumático. De acordo com Jorge Cabral, julga que foi das primeiras pessoas a defender um caso de stress pós-traumático. Defendeu um homem, na altura dos barricados[Stress pós-traumático.] (até ao min 51:23). “Ainda há muita gente. Com stress ainda há muita gente. Ainda hoje alguns dizem que, que não podem ouvir um barulho [...] ainda há muita gente. Isso nunca foi tratado. Nunca foi, nunca ligaram [...] são as pessoas completamente abandonadas, despachadas [...] outra coisa que eu não desculpo, realmente, é o que fizeram aos soldados africanos. Para mim é um crime horrível. O abandono. Aqueles desgraçados juraram bandeira, disseram que eram portugueses e foram abandonados... fuzilados [...]” (até ao min 52:12).

Fala de um capitão dos comandos que era seu amigo foi dos últimos a ser fuzilados, encontrou uma sobrinha desse capitão no *facebook* e diz que tem família em Portugal (até ao min 52:45). “Era o mínimo, os franceses não fizeram isso... esse abandono para mim foi...” (até ao min 53:05). “E de resto, ainda há pessoas a quererem provar que tiveram um ferimento em combate. Cinquenta anos depois ainda há pessoas... ainda no outro dia me telefonou um rapaz da Figueira da Foz a dizer se eu me lembrava de uma emboscada. Já eu não me lembro de nada, mas se for preciso digo que sim. De maneira... não houve o mínimo. Foi servirem-se... e os feridos eram escondidos, os amputados eram escondidos” (até ao min 53:55).

Pergunto-lhe se o sentimento partilhado por um setor dos ex-combatentes de ver o seu sacrifício e esforço de guerra reconhecido pelo Estado português é visível no blogue e se partilha desse sentimento. Responde-me “Pouco, mas vê-se. Vê-se mais no *facebook*. No *facebook* aparece muita coisa, muita coisa, muita coisa, no blogue ou ainda não chegou lá, às vezes também demora a chegar lá. Eu não tenho visto o blogue agora... mas também o que é que podem fazer agora? Mandarem um cartão de combatente? Eu calculava, calculava eu assim por alto há uns anos que dez por cento dos sem-abrigo eram ex-combatentes, dez por cento[Combatentes sem-abrigo]. Quando eu vejo o braço tatuado, Guiné, amor de mãe e não sei que mais, é verdade. Que nunca se adaptaram depois,

continuaram em guerra, não se adaptaram e depois foi muita gente também para a emigração [...] muita gente na emigração. [Muitos emigraram.]Nos Estados Unidos, etc. nos Estados Unidos e em França. Mas isso ainda não chegou ao blogue, ou pelo menos ainda não vi” (até ao min 55:30).

Há muitas páginas de ex-combatentes no *facebook*. As discussões acontecem nos fóruns do *facebook*. Jorge Cabral só vê óbitos e críticas ao estatuto dos combatentes proposto pelo governo. Diz também que os ex-combatentes ficam chocados com o reconhecimento dos combatentes atuais, “nove dias em Moçambique, ‘os heróis’, por amor de deus... ou a ida do Marcelo a Moçambique ‘a minha segunda pátria’, gosta tanto de Moçambique, o pai era o Governador. Ele conhece de Moçambique as belas férias grandes que lá passava, mas se calhar nunca foi ao norte onde um grande amigo meu morreu, um poeta [...] até lhe fica mal, estar a falar... o conhecimento de Moçambique dele, filho do Governador, belas férias nas praias de Lourenço Marques, não é? Ainda agora é que se chegou a acordo para trazer os restos mortais de Angola e... tinha que se pagar não sei quanto... e vamos a ver se aquilo não é só... quem tinha dinheiro vinha, quem não tinha...” (até ao min 57:52).

Jorge Cabral afirma não ter contacto com as associações de ex-combatentes, só subscreve as notificações dessas associações no *facebook*. “Até há um partido e tudo”, fala do partido, que vim a saber depois ser o PURP. Fala das tabancas pequenas, filhas da Tabanca Grande. “Mas muita gente que vai ao almoço, também não vai ao, não vai ver o blogue. É engraçado, pessoas que não têm paciência, outros não sabem. Quando aquilo começou as pessoas não sabiam ir” (até ao min 59:35). “Eu sei porque eles agora lêem-me, eu estou a repetir histórias que pus no blogue há anos, eles agora... ‘ah, Jorge Cabral’. Então ele é do blogue e não viu aquilo?” (até ao min 1:00:00). O *facebook* veio tirar muita coisa, embora o blogue tenha começado antes do *facebook* porque é diferente, dá para se responder às publicações. “Há uns anos existiram alguns [conflitos], alguns. Umas pessoas que... Eu por exemplo tive um conflito. Eu escrevi uma história... era uma ficção, era ficcionada, puramente... Chamada A Última Comissão do Coronel e era uma crítica à forma como tratam os velhos, dizia que fui visitar um Coronel que era muito bem tratado [...] etc. Havia um fulano que pensava que eu estava a falar num coronel concreto [...] de vez em quando há assim coisas. O resto não, ou então que... reações, não é? A coisas que são nitidamente mentira, nitidamente, que há mentiras nítidas [...] mas não há assim grandes guerras. Até porque o blogue foi sofrendo transformações, não é? Quando eu entrei era mais de história, agora mete tudo. Tudo. [Evolução das temáticas do blogue.]O Beja Santos vai à Antuérpia, lá aparece a viagem do Beja Santos. As pessoas detestam o Beja Santos, de maneira que quando vejo o Beja Santos passo logo à frente, não é? [...]” (até ao min

1:02:50). “De maneira... e aparece lá, tudo, tudo, tudo. É o... o Luís Graça é assim. É o Luís Graça mesmo, aquilo é mesmo, é como... O Luís Graça, muito sentimental [...]” (até ao min 1:03:09).

“[silêncio] Tive maus, mas prefiro não falar, está bem?” “só falei há pouco tempo a propósito da discussão da, da eutanásia... porque uma vez eu ia, tinha a mania que era herói e ia à frente, e rebentou uma mina e vi um soldado desaparecer completamente da cintura para baixo. Desapareceu ... Pum. E estava vivo. E ele com os olhos muito abertos para mim disse-me ‘alfero, mata mim’, ‘alfero mata mim’. Eu não matei porque ele também morreu logo a seguir, não é? Foi a propósito da eutanásia que eu contei essa coisa horrível, a mina é, realmente, a arma mais traiçoeira, não é? Não tem defesa” (até ao min 1:04:28). Não falou com familiares de coisas más sobre a guerra, só coisas engraçadas. Conta um dos episódios que costuma contar no Natal, sobre um cozinheiro ‘básico’ (até ao min 1:06:30). Conta outra história que partilhou no blogue sobre a filha do régulo que apareceu grávida e disse que era ‘do alfero’ porque tinha sonhado com ele (até ao min 1:07:10).

Sobre as mulheres guineenses “há poucas histórias, aí há um exagero aí. Claro que há filhos, não é? [...] Mas não é o que diz. Primeiro, as mulheres não eram acessíveis atenção [...] não eram nada acessíveis, depois a prostituição era rara. Há mais prostituição agora e eu vi em Bissau do que no tempo da tropa com 200 mil homens. A prostituição era rara, não é? Agora, que houve, realmente, alguns fizeram filhos, nem sabiam que tinham filhos [...] mas, assim casos de violação... não. Havia muitos apalpões. Apalpões havia muitos, às lavadeiras e tal, de resto não havia até porque elas eram muito controladas, as raparigas eram muito controladas, muito controladas, porque eram logo prometidas e os noivos começavam logo a pagar” (até ao min 1:08:50). Falo-lhe da Catarina Gomes que Jorge Cabral diz conhecer e já ter tido uma discussão. “Quer dizer, é evidente que há filhos, mas ela exagera, exageram muito, não é? Muito, muito. Eu sei lá, eu estou convencido que para aí 70% dos soldados nunca tiveram lá uma relação sexual. Absolutamente convencido disso. Em Bissau sim, havia prostituição e em Bafatá, agora lá nas tabancas e tal, eram muito [...] controlo muito grande, principalmente fulas e mandingas [...] não havia assim um abuso sistemático, não é? Elas iam aos quartéis, eram lavadeiras. Até acho piada que elas levavam sempre umas irmãs pequeninas, aquilo era já de controlo, que nunca as largavam [...]. As mulher da Guiné lá são muito bonitas. A mulher fula é muito bonita e têm muito humor, muita piada. As mulheres é que têm humor, não são os homens e os homens é que cantavam, as mulheres não cantavam” (até ao 1:10:56).

Atribui alguns enganos ao bom humor das mulheres guineenses, conta episódios em que as encontrava grávidas e perguntava de quem era o pai e elas respondiam que o filho era dele. Também davam aos filhos o nome “alfero cabral” e os seus camaradas

pensavam que os filhos eram mesmo dele (até ao min 1:12:00). “Claro que houve, obviamente todas as guerras trazem isso, não é? Mas eu nunca assisti, nem nunca [...] conheci nenhum caso de violação e eu vivi no meio deles, atenção. Nunca, nunca, nunca [...] nem de abuso sexual, nem de que alguém se queixasse [...] muito controlados, muito controladas, as raparigas eram muito controladas” (até ao min 1:12:35). A relação é completamente diferente de outros territórios, Jorge Cabral nunca foi a Angola ou a Moçambique, “mas creio que são [...] completamente diferentes da Guiné. A Guiné é pequenina, primeiro. Segundo, toda a gente tinha contacto com a guerra mesmo que não tivesse direto, porque se não houvesse guerra aqui, havia a cinco quilómetros. Toda a gente teve contacto. Até me Bissau se ouvia... e depois havia um maior contacto estabelecido com a população. Um contacto muito maior do que havia em Angola ou Moçambique com a população, por exemplo, Missirá era um quartel-tabanca. É, também tinha lá. Era, havia lá civis com as mulheres e os filhos. Havia muito quartéis que era ao mesmo tempo quartel e tabanca [...]” (até ao min 1:13:45).

“O povo da Guiné é um povo extraordinário. É muito cordial, muito hospitaleiro [...]. Mesmo segundo os valores que eles têm, qualquer pessoa deve dar comer e dormida. É fantástico, como é que chega a Bissau, mesmo agora e não encontra um sem-abrigo, porque não há ninguém sem-abrigo. Toda a gente dá, mesmo que não conheçam [...]” (até ao min 1:14:41). “Por isso mesmo é que as autoridades da altura julgavam que eles eram muito amigos dos portugueses, não eram, eles são assim. São assim. Culturalmente são assim [...]” (até ao min 1:15:05).

A opinião de Jorge Cabral, de acordo com as suas palavras, não mudou. Tinha consciência que a guerra era evitável e absurda. Assumiu apenas a missão de defender as pessoas que estavam no seu quartel, para ele estavam a defender outros interesses porque os portugueses nunca ligaram à Guiné, era a terra das doenças e nem havia brancos, praticamente. “Agora começo a ver é muita gente a virar à direita, não sei porquê, com a idade” (até ao min 1:17:21). [Viragem à direita.] Teve contactos com a APOIAR quando defendeu o ex-combatente com stress pós-traumático, até publicou um poema *O Helicóptero* na revista da associação (que me enviou por e-mail), porque uma das testemunhas do caso era o diretor da APOIAR [Teve contacto com a APOIAR porque uma das testemunhas do caso de SPT anterior era o diretor da APOIAR.](até ao min 1:17:50).

“Eu agora não estou assim muito ligado. Estou menos ligado ao blogue, não é? Até porque estou a fazer a revisão das histórias que quero publicar [...] e eu quero mudar algumas coisas, para tornar compreensível a um público maior, porque aquilo era escrito para militares. E mesmo os militares não percebiam algumas coisas que a minha situação era diferente, não é? De maneira que, praticamente não, não tenho visto nada. Tem muitas

fotografias. Há pessoas que tiraram muitas fotografias. Eu nem tinha máquina fotográfica. Nunca tive, nem máquina, nem rádio. Nunca tive nada disso. Tenho duas ou três fotografias, não tenho fotografias nenhuma, mas há pessoas que têm muitas fotografias, muitas, muitas e lá aparece, no blogue fica realmente como um documento... ah, muita importância informativa. Agora que as pessoas se apercebam o que foi a guerra através do blogue... aí ponho algumas reticências, ponho algumas reticências, não é? Agora serve como elo de ligação isso sim e principalmente as pessoas que estão mais fragilizadas ‘não fui só eu a sofrer’, ficam mais contentes, não é? quando há vários a sofrer as pessoas ficam mais contentes ‘ah, afinal não fui só eu’.[Sentimento de estar acompanhado no sofrimento, de não ser o único a ter sofrido.] De resto... agora dia 25 de maio há outra vez o almoço” (até ao min 1:19:42). Vai todos os anos porque lhe dão boleia.

“O blogue, neste momento, penso é que tem mais interesse para as pessoas de fora do que para as pessoas de dentro, não é? Porque o Luís aumentou muito... [...] e de vez em quando tem falta de material, é evidente, que as pessoas também... Há pessoas que não escrevem, outros não estão para isso [...] Eu uma vez disse ao Luís Graça ‘tu devias era chamar aqueles soldados quase analfabetos para eles escreverem, com erros de ortografia e tudo. No fundo acaba por ser um pouco elitista, não é? No fundo, quem é que lá está? Alferes e furriéis. Poucos os soldados, não é? [...] É um bocadinho elitista, isso é. Há pessoas que nem sabem o que é a internet, não é? Eu perguntei uma vez a um: [...] ‘tens net?’, perguntei-lhe a ele e ele respondeu ‘tenho, tenho, um rapaz e uma menina’ “(até ao min 1:21:13).[Diz que as histórias dos soldados com fraca instrução deveriam ser incluídos porque o blogue é um pouco elitista.] Conta esse episódio numa história sua. Diz que nem adolescentes, nem crianças se interessam muito pela guerra e acha que é natural – faz um paralelo com o seu interesse pela primeira guerra mundial. “De maneira que os estudiosos que estudem, mas ainda é cedo. Ainda é cedo. Eu penso que ainda é cedo [...] passar mais uns anos. Ainda é cedo para estudar com alguma profundidade todo o problema da guerra colonial, mais dez anos, vinte anos talvez”[Ainda é cedo para estudar a guerra colonial.] (até ao min 1:22:43).

[Fim]

ANEXOS

Lista de blogues de antigos combatentes e coletivos de veteranos:

Blogue *Cacimbo*, <http://cacimbo.blogspot.com>.

Blogue *CC3413*, <https://cc3413.wordpress.com/tag/guerra-colonial/>.

Blogue *Especialistas da Base Aérea 12 Guiné 65/74*, <http://especialistasdaba12.blogspot.com>.

Blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné*, <https://blogueforanadaevaotres.blogspot.com>.

Blogue *Luís Graça e Camaradas da Guiné (I Série)*, <http://blogueforanada.blogspot.com>.

Blogue *Relembrar para não esquecer!*, <https://guerracolonial.blogs.sapo.pt>.

Blogue *Cenas de Guerra*, <http://cenasdeguerra.blogspot.com>.

Blogue *Caçadores 3441*, <http://angola3441.blogspot.com>.

Blogue *Fórum 4611*, <http://forum4611.blogspot.com>.

Blogue *Onzima – Ccaç.3411*, <https://onzima-laranjeira.blogspot.com>.

Blogue *Histórias da Guiné 71-74 – A C.Cac 3491-Dulombi*, <http://wwwccac3491guine7174.blogspot.com>.

Blogue *Cart.3514 “panteras negras”*, <http://cart3514.blogspot.com/>.

Blogue *BART 1914 – Tite, Guiné/Bissau*, <http://bart1914.blogspot.com>.

Blogue *Tabanca do Centro*, <http://tabancadocentro.blogspot.com>.

Blogue *Tabanca dos Melros*, <https://tabancadosmelros.blogspot.com>.

Blogue *Tabanca de Matosinhos & Camaradas da Guiné*, <http://tabancapequenadematosinhos.blogspot.com>.

Página *Dos Veteranos da Guerra do Ultramar 1954 a 1975*, <http://ultramar.terraweb.biz/index.htm>. [Criada por um veterano que combateu em Moçambique]